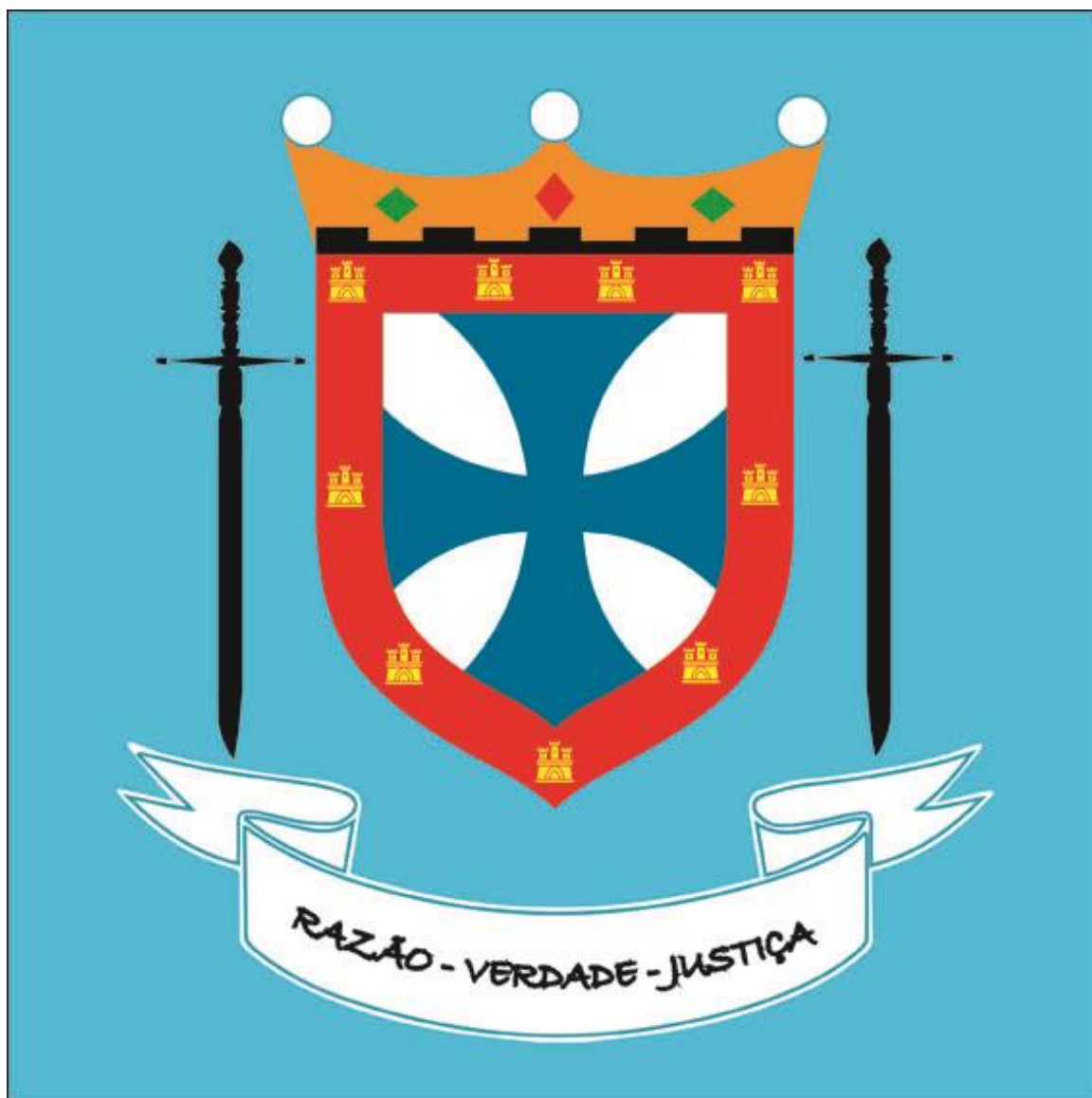


CASA IMPERIAL PORTUGUESA
COLECÇÃO
ÓRGÃOS DE SOBERANIA



REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO
MONÁRQUICO PORTUGUÊS 2

LIVRO DÉCIMO QUINTO – CÓDIGO DAS PESSOAS COLECTIVAS.

TÍTULO PRIMEIRO – PESSOAS COLECTIVAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEIS, SUA INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E DETERMINAÇÃO DA LEI PESSOAL DAS PESSOAS COLECTIVAS.

1 – A pessoa colectiva tem como lei pessoal a lei do estado soberano onde se encontre situada a sua sede principal e efectiva da sua administração.

2 – À lei pessoal compete especialmente regular:

- a) A capacidade da pessoa colectiva;
- b) A constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos;
- c) Os modos de aquisição e perda de qualidade de sócio, associado ou cooperador e os correspondentes direitos e deveres;
- d) A responsabilidade da pessoa colectiva, bem como a dos respectivos órgãos e membros perante terceiros;
- e) A transformação, dissolução e extinção da pessoa colectiva.

3 – A transferência da sede da pessoa colectiva de um estado soberano para outro estado soberano, não extingue a personalidade jurídica desta, se nesse facto convier as leis de uma e outra sede.

4 – A fusão de pessoas colectivas com lei pessoal diferente é apreciada em face de ambas as leis pessoais.

ARTIGO SEGUNDO – PESSOAS COLECTIVAS INTERNACIONAIS.

1 – A lei pessoal das pessoas colectivas internacionais é designada na convenção que as constituiu ou nos respectivos estatutos e na falta da designação a do estado soberano onde se localiza a sede principal.

CAPÍTULO SEGUNDO – RELAÇÕES JURÍDICAS DAS PESSOAS COLECTIVAS.

ARTIGO PRIMEIRO – NULIDADE DO ACTO DE CONSTITUIÇÃO OU INSTITUIÇÃO.

1 – É nulo o negócio jurídico cujo objecto seja física ou legalmente impossível, contrário à lei ou indeterminável.

2 – É nulo o negócio contrário à ordem pública ou ofensivo dos valores e princípios constitucionais e morais.

3 – É da competência do ministério público promover a declaração judicial de nulidade.

ARTIGO SEGUNDO – SEDE.

1 – A sede da pessoa colectiva é a que os respectivos estatutos fixarem ou na falta de designação estatutária, o lugar em que funciona normalmente a administração principal.

ARTIGO TERCEIRO – CAPACIDADE.

1 – A capacidade das pessoas colectivas abrange todos os direitos e obrigações necessárias ou convenientes à prossecução dos seus fins.

2 – Exceptuam-se do referido no número anterior, os direitos e obrigações vedados por lei ou que sejam inseparáveis de personalidade singular.

ARTIGO QUARTO – ÓRGÃOS.

1 – Os estatutos da pessoa colectiva designarão os respectivos órgãos constituintes, entre os quais haverá um órgão colegial de administração e um conselho fiscal, ambos constituídos por um número ímpar de titulares, dos quais um será o presidente.

ARTIGO QUINTO – REPRESENTAÇÃO.

1 – A representação da pessoa colectiva, em juízo e fora deste, compete a quem os estatutos determinarem ou na falta de disposição estatutária, à administração ou por quem por esta for designado.

2 – A designação dos representantes por parte da administração só é oponível a terceiros quando se prove que estes a conheciam.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS DA PESSOA COLECTIVA.

1 – As obrigações e a responsabilidade dos titulares dos órgãos das pessoas colectivas para com estas são definidas nos respectivos estatutos, aplicando-se na falta de disposições estatutárias, as normas do mandato com as necessárias adaptações.

2 – Os membros dos corpos gerentes não podem abster-se de votar nas deliberações firmadas em reuniões a que estejam presentes e são responsáveis pelos prejuízos destas decorrentes, salvo se houverem manifestado a sua discordância.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS COLECTIVAS.

1 – As pessoas colectivas respondem civilmente pelos actos ou omissões dos seus representantes, agentes ou mandatários nos mesmos termos em que os comitentes respondem pelos actos ou omissões dos seus comissários.

ARTIGO OITAVO – DESTINO DOS BENS NO CASO DE EXTINÇÃO.

1 – Extinta a pessoa colectiva, se existirem bens que tenham sido doados ou deixados com qualquer encargo ou que estejam afectos a um certo fim, o órgão de soberania jurídico competente a requerimento do ministério público, dos liquidatários, de qualquer sócio, associado, cooperador ou interessado, ou ainda de herdeiros do doador ou do autor da deixa testamentária, atribui-los-á com o mesmo encargo ou afectação, a outra pessoa colectiva ou aos sócios, associados ou cooperadores.

2 – Os bens não abrangidos pelo número anterior, têm o destino que lhes for fixado pelos estatutos ou por deliberação dos sócios, associados ou cooperadores, sem prejuízo do disposto em leis especiais.

3 – Nos termos do número anterior, na falta de fixação ou de lei especial, o órgão de soberania jurídico competente a requerimento do ministério público, dos liquidatários ou de qualquer sócio, associado, cooperador ou interessado, determinará que sejam atribuídos a outra pessoa ou ao estado, assegurando tanto quanto possível, a realização dos fins da pessoa extinta.

TÍTULO SEGUNDO – CONTRATOS EM ESPECIAL DAS PESSOAS COLECTIVAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – NOÇÃO.

1 – Contrato de pessoa colectiva é aquele em que com excepção do estabelecimento individual de responsabilidade limitada ou das fundações nos termos da sua instituição, duas ou mais pessoas se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de certa actividade económica, que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa mesma actividade.

ARTIGO SEGUNDO – FORMA.

1 – O contrato de pessoa colectiva não está sujeito a forma especial, à excepção do que for exigido pela natureza dos bens com que os sócios, associados ou cooperadores entram para a sociedade.

2 – A inobservância da forma, sempre que esta for exigida, só anula todo o negócio se este não puder converter-se segundo o disposto no artigo conversão, do código civil, de modo que à pessoa colectiva fique o simples uso e fruição dos bens cuja transferência determina a forma especial ou se o negócio não puder reduzir-se nos termos do disposto no artigo redução, do código civil, às demais participações.

ARTIGO TERCEIRO – ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

1 – As alterações do contrato requerem o acordo de todos os sócios, associados ou cooperadores, excepto se o próprio contrato o dispensar.

2 – Se o contrato conceder direitos especiais a algum dos sócios, associados ou cooperadores, não podem os direitos concedidos ser suprimidos ou coarctados sem o assentimento do respectivo titular, salvo estipulação expressa em contrário.

CAPÍTULO SEGUNDO – RELAÇÕES ENTRE SÓCIOS, ASSOCIADOS OU COOPERADORES.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTRADAS.

1 – Os sócios, associados ou cooperadores estão somente obrigados às entradas estabelecidas no contrato.

2 – As entradas dos sócios, associados ou cooperadores presumem-se iguais em valor, se este não for determinado no contrato.

ARTIGO SEGUNDO – EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO, GARANTIA E RISCO DO BEM.

1 – A execução da prestação, a garantia e o risco de bem, são regulados nos termos seguintes:

- a) Se a entrada consistir na transferência ou constituição de um direito real, pelas normas do contrato de compra e venda;
- b) Se o sócio, associado ou cooperador apenas se obrigar a facultar à pessoa colectiva o uso e fruição de um bem, pelas normas do contrato de locação;
- c) Se a entrada consistir na transferência de um crédito ou de uma posição contratual, pelas normas respectivamente da cessão de créditos ou da

cessão da posição contratual, presumindo-se todavia que o sócio, associado ou cooperador garante a solvência do devedor.

ARTIGO TERCEIRO – ADMINISTRAÇÃO.

1 – Na falta de convenção em contrário, todos os sócios, associados ou cooperadores têm igual poder para administrar.

2 – Pertencendo a administração a todos os sócios, associados ou cooperadores ou apenas a alguns destes, qualquer dos administradores tem o direito de se opor a acto que outro pretenda realizar, competindo à maioria decidir sobre o mérito da oposição.

3 – Se o contrato confiar a administração a todos ou a vários sócios, associados ou cooperadores em conjunto, compreende-se que em caso de dúvida, as deliberações podem ser firmadas por maioria.

4 – Salvo estipulação num outro sentido, considera-se firmada por maioria a deliberação que reúna os sufrágios de mais de metade dos administradores.

5 – Ainda que para a administração em geral ou para determinada categoria de actos, seja exigido o assentimento de todos os administradores ou da maioria destes, a qualquer administrador é lícito praticar os actos urgentes da administração destinados a evitar à pessoa colectiva um dano iminente.

ARTIGO QUARTO – ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.

1 – A cláusula do contrato que atribuir a administração ao sócio, associado ou cooperador, pode ser judicialmente revogada a requerimento de qualquer outro, ocorrendo justa causa.

2 – É permitido incluir no contrato casos especiais de revogação, mas não é lícito aos interessados afastar a norma do número anterior.

3 – A designação de administradores, efectuada em acto posterior pode ser revogada por deliberação da maioria dos sócios, associados ou cooperadores, sendo em tudo o mais aplicável à revogação as normas do mandato.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS ADMINISTRADORES.

1 – Aos direitos e obrigações dos administradores são aplicáveis as normas do mandato.

2 – Qualquer sócio, associado ou cooperador pode tornar efectiva a responsabilidade a que está sujeito o administrador.

ARTIGO SEXTO – FISCALIZAÇÃO DOS SÓCIOS, ASSOCIADOS OU COOPERADORES.

1 – Nenhum sócio, associado ou cooperador pode ser privado, nem sequer por cláusula do contrato, do direito de obter dos administradores as informações de que necessite sobre os negócios da pessoa colectiva, de consultar os documentos a estes pertinentes e de exigir a prestação de contas.

2 – As contas serão prestadas no fim de cada ano civil, salvo se outra for estipulada quando a duração prevista para a pessoa colectiva for inferior a 1 ano.

ARTIGO SÉTIMO – USO DOS BENS SOCIAIS.

1 – O sócio, associado ou cooperador não pode sem o consentimento unânime dos demais sócios, associados ou cooperadores, servir-se dos bens sociais para fins estranhos à pessoa colectiva.

ARTIGO OITAVO – PROIBIÇÃO DE CONCORRÊNCIA.

1 – O sócio, associado ou cooperador que sem expressa autorização de todos os demais sócios, associados ou cooperadores exercer por conta própria ou alheia, actividade igual à da pessoa colectiva, fica responsável pelos danos que lhe causar, podendo ainda ser excluído nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 3º, do capítulo quarto, do presente título.

ARTIGO NONO – DISTRIBUIÇÃO PERIÓDICA DOS LUCROS.

1 – Se os contraentes nada tiverem declarado sobre o destino dos lucros de cada exercício, os sócios, associados ou cooperadores têm o direito a que estes lhe sejam atribuídos nos termos fixados no artigo seguinte, depois de deduzidas as quantias afectadas por deliberação da maioria, à prossecução dos fins sociais.

ARTIGO DÉCIMO – DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS E DAS PERDAS.

1 – Na falta de convenção em contrário, os sócios, associados ou cooperadores participam nos lucros e nas perdas da pessoa colectiva, segundo a proporção das respectivas entradas.

2 – No silêncio do contrato, os sócios de indústria, não respondem nas relações internas pelas perdas sociais.

3 – Se o contrato não fixar o quinhão do sócio de indústria nos lucros, nem o valor da sua contribuição, será o quinhão deste estimado pelo órgão de soberania jurídico competente segundo juízos de equidade.

4 – Do mesmo modo referido no número anterior, se avaliará a parte nos lucros e nas perdas do sócio, associado ou cooperador que apenas se obrigou a facultar à pessoa colectiva o uso e fruição de um bem.

5 – Se o contrato determinar somente a parte de cada sócio, associado ou cooperador nos lucros, presumir-se-á ser a mesma a sua parte nas perdas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DIVISÃO DEFERIDA A TERCEIRO.

1 – Convencionando-se que a divisão dos ganhos e das perdas seja realizado por terceiro, deve este fazê-la segundo juízos de equidade, sempre que não haja estipulação em contrário.

2 – Nos termos do número anterior, se a divisão não puder ser efectuada ou não tiver sido efectuada no tempo devido, sê-lo-á pelo órgão de soberania jurídico competente, segundo os mesmos juízos.

3 – Qualquer sócio, associado ou cooperador tem o direito de impugnar a divisão efectuada por terceiro, no prazo de 183 dias a contar do dia em que a mesma chegou ao seu conhecimento.

4 – Porém a recepção dos respectivos lucros extingue o direito à impugnação, salvo se anteriormente se protestou contra a divisão ou se ao tempo do recebimento eram desconhecidas as causas da impugnabilidade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CLÁUSULA PACTUAL.

1 – É nula a cláusula que exclui um sócio, associado ou cooperador da comunhão nos lucros ou que o isenta de participação nas perdas da pessoa colectiva, salvo o disposto no número 2 do artigo 10º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CESSÃO DE QUOTAS.

1 – Nenhum sócio, associado ou cooperador pode ceder a terceiro a sua quota, sem consentimento de todos os demais sócios, associados ou cooperadores.

2 – A cessão de quotas está sujeita à forma exigida para a transmissão dos bens da pessoa colectiva.

CAPÍTULO TERCEIRO – RELAÇÕES COM TERCEIROS.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA PESSOA COLECTIVA.

1 – A pessoa colectiva é representada em juízo e fora deste pelos seus administradores, nos termos do contrato ou de harmonia com as normas fixadas no disposto no artigo 3º, do capítulo anterior.

2 – Sempre que não estiverem sujeitas a registo, as deliberações sobre a extinção ou modificação dos poderes dos administradores não são oponíveis a terceiros que sem culpa as ignoravam ao tempo em que contrataram com a pessoa colectiva, considerando-se sempre culposa a ignorância, se à deliberação foi dada a publicidade conveniente.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE PELAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS.

1 – Pelas dívidas sociais respondem a pessoa colectiva e pessoal e solidariamente os sócios, associados ou cooperadores.

2 – O sócio, associado ou cooperador demandado para pagamento dos débitos da pessoa colectiva, pode porém exigir a prévia execução do património social.

3 – A responsabilidade dos sócios, associados ou cooperadores que não sejam administradores pode ser modificada, limitada ou excluída por cláusula expressa no contrato, excepto no caso de a administração competir unicamente a terceiras pessoas.

4 – Nos termos do número anterior, se a cláusula não estiver sujeita a registo, é aplicável quanto à sua oponibilidade a terceiros, o disposto no número 2 do artigo anterior.

5 – O sócio, associado ou cooperador não pode eximir-se à responsabilidade por determinada dívida a pretexto de esta ser anterior à sua entrada para a pessoa colectiva.

ARTIGO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE POR FACTOS ILÍCITOS.

1 – A pessoa colectiva responde civilmente pelos actos ou omissões dos seus representantes, agentes ou mandatários, nos mesmos termos em que os comitentes respondem pelos actos ou omissões dos seus comissários.

2 – Não podendo o lesado ressarcir-se completamente, nem pelos bens da pessoa colectiva, nem pelo património do representante, agente ou mandatário, ser-lhe-á lícito exigir dos sócios, associados ou cooperadores o que faltar, nos mesmos termos em que o poderia fazer qualquer credor social.

ARTIGO QUARTO – CREDOR PARTICULAR DE SÓCIO, ASSOCIADO OU COOPERADOR.

1 – Enquanto se não dissolver a pessoa colectiva e sendo suficientes outros bens do devedor, o credor particular do sócio, associado ou cooperador apenas pode executar o direito deste aos lucros e à quota de liquidação.

2 – Se os outros bens do devedor forem insuficientes, o credor pode exigir a liquidação da quota do devedor nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo sexto, do presente título.

ARTIGO QUINTO – COMPENSAÇÃO.

1 – Não é admitida compensação entre o montante que um terceiro deve à pessoa colectiva e o crédito deste sobre algum dos sócios, associados ou cooperadores, nem entre o que a pessoa colectiva deve a terceiro e o crédito que sobre este tenha algum dos sócios, associados ou cooperadores.

CAPÍTULO QUARTO – FALECIMENTO, EXONERAÇÃO OU EXCLUSÃO DE SÓCIOS, ASSOCIADOS OU COOPERADORES.

ARTIGO PRIMEIRO – FALECIMENTO DE UM SÓCIO OU COOPERADOR.

1 – Falecendo um sócio ou cooperador, se o contrato nada estipular em contrário, deve a pessoa colectiva liquidar a sua quota em benefício dos herdeiros.

2 – Nos termos do número anterior, os sócios ou cooperadores vivos, têm a faculdade de optar pela dissolução da pessoa colectiva ou pela continuação com os herdeiros se chegarem a cordo com os mesmos.

3 – A opção pela dissolução da pessoa colectiva, só é oponível aos herdeiros do sócio ou cooperador falecido, se lhes for comunicado no prazo de 62 dias, a contar do conhecimento do falecimento pelos sócios ou cooperadores vivos.

4 – Sendo dissolvida a pessoa colectiva, os herdeiros afirmam todos os direitos inerentes na pessoa colectiva em liquidação, à quota do sócio ou cooperador falecido.

5 – Sendo os herdeiros chamados à sociedade, podem livremente dividir entre si o quinhão do seu antecessor ou reparti-lo por algum ou alguns destes.

ARTIGO SEGUNDO – EXONERAÇÃO.

1 – Todo o sócio, associado ou cooperador tem o direito de se exonerar da pessoa colectiva, se a duração desta não tiver sido fixada no contrato.

2 – Não se considera fixada no contrato a duração da pessoa colectiva para o efeito do número anterior, se esta tiver sido constituída por toda a vida de um sócio, associado ou cooperador ou por período superior a 30 anos.

3 – Havendo fixação do prazo, o direito de exoneração só pode ser exercido nas condições previstas no contrato ou quando ocorra justa causa.

4 – A exoneração só se torna efectiva no fim do ano social em que é efectuada a comunicação respectiva, mas nunca antes de decorridos 92 dias sobre esta comunicação.

5 – As causas legais da exoneração não podem ser suprimidas ou modificadas.

6 – A supressão ou modificação das causas contratuais depende do acordo de todos os sócios, associados ou cooperadores.

ARTIGO TERCEIRO – EXCLUSÃO.

1 – A exclusão de um sócio, associado ou cooperador pode dar-se nos casos previstos no contrato e ainda nos seguintes:

- a) Sempre que lhe seja imputável violação grave das obrigações para com a pessoa colectiva;
- b) Em caso de interdição ou inabilitação;
- c) Sempre que sendo um sócio de indústria, se impossibilite de prestar à pessoa colectiva os serviços a que ficou obrigado;
- d) Sempre que por causa não imputável aos administradores, se verifique o perecimento do bem ou direito que constitua a entrada do sócio, associado ou cooperador nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO QUARTO – PERECIMENTO SUPERVENIENTE DO BEM.

1 – O perecimento superveniente do bem é fundamento de exclusão do sócio, associado ou cooperador:

- a) Se a entrada consistir na transferência ou constituição de um direito real sobre o bem e este perecer antes da entrega;
- b) Se o sócio, associado ou cooperador entrou para a pessoa colectiva apenas com o uso e fruição do bem perdido.

ARTIGO QUINTO – DELIBERAÇÃO SOBRE A EXCLUSÃO.

1 – A exclusão depende do voto da maioria dos sócios, associados ou cooperadores, não incluindo no número destes o sócio, associado ou cooperador em causa e produz efeitos decorridos 30 dias sobre a data da respectiva comunicação ao excluído.

2 – O direito de oposição do sócio, associado ou cooperador excluído caduca decorrido o prazo referido no número anterior.

3 – Se a pessoa colectiva for constituída apenas por dois sócios, associados ou cooperadores, a exclusão de qualquer destes só pode ser pronunciada pelo órgão de soberania jurídico competente.

ARTIGO SEXTO – EFICÁCIA DA EXONERAÇÃO OU EXCLUSÃO.

1 – A exoneração ou exclusão não isenta o sócio, associado ou cooperador da responsabilidade em face de terceiros pelas obrigações sociais contraídas até ao momento em que a exoneração ou exclusão produzir os seus efeitos.

2 – A exoneração e a exclusão que não estejam sujeitas a registo não são oponíveis a terceiros que sem culpa as ignoravam ao tempo em que contrataram com a pessoa colectiva.

3 – Nos termos do número anterior, considera-se sempre culposa a ignorância, se ao acto foi dada a publicidade conveniente.

CAPÍTULO QUINTO – DISSOLUÇÃO DA PESSOA COLECTIVA.

ARTIGO PRIMEIRO – CAUSAS DE DISSOLUÇÃO.

1 – A pessoa colectiva dissolve-se:

- a) Por acordo dos sócios, associados ou cooperadores;
- b) Pelo decurso do prazo fixado no contrato, não havendo prorrogação;
- c) Pela realização do objecto social ou por este se tornar impossível;
- d) Por se extinguir a pluralidade dos sócios, associados ou cooperadores, se no prazo de 183 dias não for reconstituída;
- e) Por decisão judicial que declare a insolvência;
- f) Por qualquer outra causa prevista no contrato.

ARTIGO SEGUNDO – DISSOLUÇÃO POR ACORDO E PRORROGAÇÃO DO PRAZO.

1 – A dissolução por acordo depende do voto unânime dos sócios, associados ou cooperadores, a não ser que o contrato permita a modificação das suas cláusulas ou a dissolução da pessoa colectiva por simples voto maioritário.

2 – A prorrogação do prazo fixado no contrato pode ser validamente convencionada até à partilha.

3 – Considera-se tacitamente prorrogada a pessoa colectiva por tempo indeterminado, se os sócios, associados ou cooperadores continuarem a exercer a actividade social, salvo se das circunstâncias resultar que não houve essa intenção.

ARTIGO TERCEIRO – PODERES DOS ADMINISTRADORES DEPOIS DA DISSOLUÇÃO.

1 – Dissolvida a pessoa colectiva, os poderes dos administradores ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e no caso de não terem sido nomeados liquidatários, dos actos necessários à liquidação do património social.

2 – Pelas obrigações que os administradores afirmem contra o disposto no número anterior, a pessoa colectiva e os demais sócios, associados ou cooperadores só respondem perante terceiros se estes estavam de boa-fé ou no caso de ser obrigatório o registo da dissolução, se este não tiver sido efectuado, respondendo nos demais casos solidariamente os administradores que tenham afirmado as aquelas obrigações.

CAPÍTULO SEXTO – LIQUIDAÇÃO DA PESSOA COLECTIVA E DE QUOTAS.

ARTIGO PRIMEIRO – LIQUIDAÇÃO DA PESSOA COLECTIVA.

1 – Dissolvida a pessoa colectiva, procede-se à liquidação do seu património.

ARTIGO SEGUNDO – FORMA DA LIQUIDAÇÃO.

1 – Se não estiver fixada no contrato a forma da liquidação é regulada pelos sócios, associados ou cooperadores.

2 – Na falta de acordo de todos os sócios, associados ou cooperadores, observar-se-ão as disposições dos artigos subsequentes e as da lei de processo.

3 – Se o prazo para a liquidação não estiver determinado, qualquer sócio, associado, cooperador ou credor pode requerer a sua determinação pelo órgão de soberania jurídico competente.

ARTIGO TERCEIRO – LIQUIDATÁRIOS.

1 – A liquidação compete aos administradores.

2 – Se o contrato confiar aos sócios, associados ou cooperadores a nomeação dos liquidatários e o acordo se revelar impossível, será a falta deste suprida pelo órgão de soberania jurídico competente, por iniciativa de qualquer sócio, associado, cooperador ou credor.

ARTIGO QUARTO – POSIÇÃO DOS LIQUIDATÁRIOS.

1 – A posição dos liquidatários é idêntica à dos administradores, com as modificações constantes dos artigos seguintes.

2 – Salvo acordo dos sócios, associados ou cooperadores em contrário, as decisões dos liquidatários são firmadas por maioria.

ARTIGO QUINTO – TERMOS INICIAIS DA LIQUIDAÇÃO.

1 – Se os liquidatários não forem os administradores, devem exigir destes a entrega dos bens e dos livros e documentos da pessoa colectiva, bem como as contas relativas ao último período de gestão, pelo que na falta de entrega, esta deve ser requerida ao órgão de soberania jurídico competente.

2 – É obrigatória a organização de um inventário que dê a conhecer a situação do património social.

3 – O inventário referido no número anterior, é elaborado conjuntamente por administradores e liquidatários.

ARTIGO SEXTO – PODERES DOS LIQUIDATÁRIOS.

1 – Compete aos liquidatários praticar todos os actos necessários à liquidação do património social, ultimando os negócios pendentes, cobrando os créditos, alienando os bens e pagando aos credores.

ARTIGO SÉTIMO – PAGAMENTO DO PASSIVO.

1 – É proibido aos liquidatários proceder à partilha dos bens sociais enquanto não tiverem sido pagos os credores da pessoa colectiva ou consignadas as quantias necessárias.

2 – Sempre que os bens da pessoa colectiva não forem suficientes para a liquidação do passivo, os liquidatários podem exigir dos sócios, associados ou cooperadores, para além das entradas em dívida, as quantias necessárias na proporção da parte de cada um nas perdas e dentro dos limites da respectiva responsabilidade.

3 – Se porém nos termos do número anterior, algum dos sócios, associados ou cooperadores se encontrar insolvente, será a sua parte dividida pelos demais, nos termos referidos.

ARTIGO OITAVO – RESTITUIÇÃO DOS BENS ATRIBUÍDOS EM USO E FRUIÇÃO.

1 – O sócio, associado ou cooperador que entrar para a pessoa colectiva com o uso e fruição de certos bens, tem o direito de os levantar no estado em que se encontrarem.

2 – Se os bens se houverem perdido ou deteriorado por causa imputável aos administradores, são estes e a pessoa colectiva solidariamente responsáveis pelos danos.

ARTIGO NONO – PARTILHA.

1 – Extintas as dívidas sociais, o activo restante é destinado em primeiro lugar ao reembolso das entradas efectivamente realizadas, exceptuadas as contribuições de serviços e as de uso e fruição de certos bens.

2 – Se não puder ser efectuado o reembolso integral, o activo existente é distribuído pelos sócios, associados ou cooperadores, de modo que a diferença para menos recaia em cada um destes na proporção da parte que lhe competir nas perdas da pessoa colectiva.

3 – Se houver saldo depois de efectuado o reembolso, será repartido por os mesmos na proporção da parte que lhes competir nos lucros.

4 – As entradas que não sejam de dinheiro, são estimadas no valor que tinham à data da constituição da pessoa colectiva, se não lhes tiver sido atribuído outro no contrato.

5 – Ainda que o contrato não preveja, podem os sócios, associados ou cooperadores acordar em que a partilha dos bens se faça em espécie.

ARTIGO DÉCIMO – REGRESSO À ACTIVIDADE SOCIAL.

1 – Enquanto não se ultimarem as partilhas, podem os sócios, associados ou cooperadores retomar o exercício da actividade social, desde que o resolvam por unanimidade.

2 – Se porém nos termos do número anterior, a dissolução tiver resultado de causa imperativa, é necessário que tenham cessado as circunstâncias que a determinaram.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS, ASSOCIADOS OU COOPERADORES APÓS A LIQUIDAÇÃO.

1 – Encerrada a liquidação e extinta a pessoa colectiva, os antigos sócios, associados ou cooperadores continuam responsáveis perante terceiros pelo pagamento dos débitos que não tenham sido saldados, como se não tivesse havido liquidação.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – LIQUIDAÇÃO DE QUOTAS.

1 – Nos casos de falecimento, exoneração ou exclusão de um sócio, associado ou cooperador, o valor da sua quota é fixado com base no estado da pessoa colectiva à data em que ocorreu ou produziu efeitos o facto determinante da liquidação.

2 – Sempre que houver negócios em curso, o sócio, associado, cooperador ou os herdeiros participarão nos lucros e perdas destes resultantes.

3 – Na avaliação da quota observar-se-ão com as necessárias adaptações, as normas dos números 1 ao 4 do artigo 9º, do presente capítulo, na parte em que forem aplicáveis.

4 – O pagamento do valor da liquidação deve ser efectuado, salvo acordo em contrário, dentro do prazo de 183 dias, a contar do dia em que tiver ocorrido ou produzido efeitos o facto determinante da liquidação.

TÍTULO TERCEIRO – SOCIEDADES COMERCIAIS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO GERAL DA APLICAÇÃO.

1 – A presente lei aplica-se às sociedades comerciais.

2 – São sociedades comerciais todas as empresas que tenham por objecto a prática de actos de comércio, no exercício de actividade possuam mais do que um profissional e adoptem o tipo de sociedade em nome colectivo, de sociedade por quotas, de sociedade anónima, de sociedade em comandita simples ou de sociedade em comandita por acções.

3 – As sociedades que tenham por objecto a prática de actos de comércio devem adoptar um dos tipos referidos no número anterior.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO SUBSIDIÁRIO.

1 – Os casos que a presente lei não preveja são regulados segundo a norma desta lei aplicável aos casos análogos e na sua falta, segundo as normas do código civil sobre o contrato de sociedade no que não seja contrário nem aos princípios gerais da presente lei, nem aos princípios informadores do tipo adoptado.

ARTIGO TERCEIRO – LEI PESSOAL.

1 – As sociedades comerciais têm como lei pessoal a lei do estado soberano onde se encontra situada a sede principal e efectiva da sua administração.

2 – A sociedade que tenha no espaço territorial português a sede estatutária não pode contudo, opor a terceiros a sua sujeição a lei diferente da lei portuguesa, nos actos de comércio realizados nesses mesmos estados soberanos.

3 – A sociedade que transfira a sua sede efectiva para o espaço territorial português, mantém a personalidade jurídica nos termos da lei portuguesa, mas deve conformar com a lei portuguesa o respectivo contrato social.

4 – Para efeitos do número anterior, deve um representante da sociedade promover o registo do contrato pela qual a sociedade passa a reger-se.

5 – A sociedade que tenha sede efectiva em espaço territorial português pode transferi-la para outro estado soberano, mantendo a personalidade jurídica adaptada ao respectivo estado soberano.

6 – A deliberação de transferência da sede prevista no número anterior, deve obedecer aos requisitos para as alterações do contrato de sociedade, não podendo em caso algum ser deliberada por menos de 67% dos votos correspondentes ao capital social.

7 – Nos termos do número anterior, os sócios que não tenham votado a favor da deliberação podem exonerar-se da sociedade, devendo notificá-la da sua decisão no prazo de 30 dias após a publicação da referida deliberação.

ARTIGO QUARTO – SOCIEDADES COM ACTIVIDADE EM PORTUGAL.

1 – As sociedades que não tenham a sede efectiva em Portugal, mas desejem exercer em Portugal a sua actividade económica por determinado período de tempo, devem instituir uma representação temporária ou permanente e cumprir o disposto na lei portuguesa sobre registo comercial.

2 – Nos termos do número anterior, a sociedade fica obrigada pelos actos praticados em seu nome em Portugal e por ela respondem solidariamente as pessoas que os tenham praticado, bem como os gerentes ou administradores da sociedade.

3 – Não obstante o número anterior, o órgão de soberania jurídico competente pode a requerimento de qualquer interessado ou do ministério público ordenar que a sociedade que não dê cumprimento ao disposto nos números anteriores, cesse a sua actividade económica em Portugal e pode decretar a liquidação do património situado em Portugal.

ARTIGO QUINTO – FORMA ESCRITA.

1 – A exigência ou a previsão de forma escrita, de documento escrito ou de documento assinado efectuada no presente código em relação a qualquer acto jurídico, considera-se cumprida e verificada ainda que o suporte em papel ou a assinatura sejam substituídos por outro suporte ou por outro meio de identificação que assegurem níveis pelo menos equivalentes de inteligibilidade, de durabilidade e de autenticidade.

CAPÍTULO SEGUNDO – PERSONALIDADE E CAPACIDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – PERSONALIDADE.

1 – As sociedades usufruem de personalidade jurídica e existem como tais a partir da data do registo definitivo do contrato pela qual se constituem, sem prejuízo do disposto quanto à constituição de sociedades por fusão, cisão ou transformação de outras.

ARTIGO SEGUNDO – CAPACIDADE.

1 – A capacidade da sociedade compreende os direitos e as obrigações exigidas à prossecução do seu fim, exceptuados aqueles que lhe sejam vedados por lei ou sejam inseparáveis da personalidade singular.

2 – As liberalidades que possam ser consideradas usuais segundo as circunstâncias da época e as condições da própria sociedade, não são havidas como contrárias ao fim desta.

3 – Considera-se contrária ao fim da sociedade a prestação de garantias reais ou pessoais a dívidas de outras entidades, salvo se existir justificado interesse próprio da sociedade garante ou se se tratar da sociedade em relação de domínio ou de grupo.

4 – As cláusulas contratuais e as deliberações sociais que fixem à sociedade determinado objecto ou proíbam a prática de certos actos não limitam a capacidade da sociedade, mas constituem os órgãos da sociedade no dever de não excederem esse objecto ou de não praticarem esses actos.

5 – A sociedade responde civil e criminalmente pelos actos ou omissões de quem legalmente a represente, nos termos em que os comitentes respondem pelos actos ou omissões dos comissários.

CAPÍTULO TERCEIRO – CONTRATO DE SOCIEDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMA E PARTES DO CONTRATO.

1 – O contrato de sociedade deve ser reduzido a escrito e as assinaturas dos seus subscritores devem ser reconhecidas presencialmente, salvo se forma mais solene for exigida para a transmissão dos bens com que os sócios entram para a sociedade, devendo neste caso o contrato revestir essa forma, sem prejuízo do disposto em lei especial.

2 – O número mínimo de partes de um contrato de sociedade é de dois, excepto quando a lei exija número superior ou permita que a sociedade seja constituída por uma só pessoa.

3 – Para os efeitos do número anterior contam como uma só parte as pessoas cuja participação social for adquirida em regime de contitularidade.

4 – A constituição de sociedade por fusão, cisão ou transformação de outras sociedades rege-se pelas respectivas disposições da presente lei.

ARTIGO SEGUNDO – PARTICIPAÇÃO DOS CÔNJUGES EM SOCIEDADES.

1 – É permitida a constituição de sociedades entre cônjuges, bem como a participação destes em sociedades, desde que só um destes afirme responsabilidade ilimitada.

2 – Sempre que uma participação social for por força do regime matrimonial de bens comuns aos dois cônjuges, será considerado como sócio nas relações com a sociedade, aquele que tenha celebrado o contrato de sociedade ou no caso de aquisição posterior ao contrato, aquele por quem a participação tenha vindo ao casal.

3 – O disposto no número anterior, não impede o exercício de poderes de administração atribuídos pela lei civil ao cônjuge do sócio que se encontrar impossibilitado por qualquer causa de a exercer, nem prejudica os direitos que o cônjuge tenha à participação, no caso de falecimento daquele que figurar como sócio.

ARTIGO TERCEIRO – ELEMENTOS DO CONTRATO.

1 – Do contrato de qualquer tipo de sociedade, devem constar:

- a) Os nomes ou firmas de todos os sócios fundadores e outros dados de identificação dos mesmos;
- b) O número de contribuinte individual ou o número de contribuinte da empresa;
- c) O tipo de sociedade;
- d) A firma da sociedade;
- e) O objecto da sociedade;
- f) A sede da sociedade;
- g) O capital social, salvo nas sociedades em nome colectivo na qual todos os sócios contribuem apenas com a sua indústria;
- h) A quota de capital e a natureza da entrada de cada sócio, bem como os pagamentos efectuados por conta de cada quota;
- i) Consistindo a entrada em bens diferentes de dinheiro, a descrição pormenorizada destes, a especificação dos respectivos valores e a forma de pagamento dos mesmos.

2 – São ineficazes as estipulações do contrato de sociedade relativas a entradas em espécie que não satisfaçam os requisitos exigidos no disposto na alínea i) do número anterior.

3 – Os preceitos dispostos na presente lei só podem ser derogados pelo contrato de sociedade, a não ser que este expressamente admita a derrogação por deliberação dos sócios.

ARTIGO QUARTO – REQUISITOS DA FIRMA.

1 – Os elementos característicos das firmas das sociedades não podem sugerir actividade diferente da que constitui o objecto social.

2 – Sempre que a firma da sociedade for constituída exclusivamente por nomes ou firmas de todos, algum ou alguns sócios, deve ser completamente distinta das que se encontrarem registadas.

3 – A firma da sociedade constituída por denominação particular ou por denominação e nome ou firma de sócio não pode ser idêntica à firma registada de outra sociedade ou por tal forma semelhante que possa induzir em erro.

4 – Não são admitidas denominações constituídas exclusivamente por vocábulos de uso corrente que permitam identificar ou se relacionem com a actividade, a técnica ou o produto, os topónimos a qualquer indicação de proveniência geográfica, o uso de palavrões, asneiras, blasfémias ou fanatismos de qualquer ordem aos valores e princípios morais e constitucionais portugueses e à relação de paz, auxílio, colaboração, cooperação e ajuda-mútua com o mundo de inúmeras nações soberanas, bem como expressões que possam induzir em erro quanto à caracterização jurídica da sociedade, designadamente expressões correntemente usadas na designação dos órgãos de soberania, empresas ou instituições estatais.

ARTIGO QUINTO – OBJECTO.

1 – A indicação do objecto da sociedade deve ser correctamente redigida em idioma português.

2 – Como objecto da sociedade devem ser indicados no contrato as actividades que os sócios propõem que a sociedade venha a exercer, bem como os produtos ou serviços prestados resultantes dessas mesmas actividades.

3 – Compete aos sócios deliberar sobre as actividades compreendidas no objecto que a sociedade efectivamente exercerá e os produtos e serviços prestados originados com as mesmas actividades, bem como sobre a suspensão ou cessação de uma actividade que venha sendo exercida.

4 – A aquisição pela sociedade de participações em sociedade de responsabilidade limitada abrangidas por a presente lei, cujo objecto seja igual àquele que a sociedade está exercendo nos termos do número anterior, não depende de autorização no contrato de sociedade, nem de deliberação dos sócios, salvo disposição diversa do contrato.

5 – O contrato pode ainda autorizar, livre ou condicionalmente, a aquisição pela sociedade de participações como sócio de responsabilidade ilimitada ou de participações em sociedades com objecto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais.

6 – A gestão da carteira de títulos pertencentes à sociedade pode constituir objecto desta.

ARTIGO SEXTO – SEDE.

1 – A sede da sociedade deve ser estabelecida em local concretamente definido.

2 – Salvo disposição em contrário no contrato de sociedade, a administração pode deslocar a sede da sociedade dentro do espaço territorial português, com a autorização do real instituto português competente do exercício da actividade.

3 – A sede da sociedade constitui o seu domicílio, sem prejuízo de no contrato se estipular domicílio particular para determinados negócios.

ARTIGO SÉTIMO – FORMAS LOCAIS DE REPRESENTAÇÃO.

1 – Sem dependência de autorização contratual e sem prejuízo de diferentes disposições do contrato, a sociedade pode criar sucursais, filiais, agências, delegações ou outras formas locais de representação no espaço territorial português ou no exterior.

2 – A criação de sucursais, filiais, agências, delegações ou outras formas locais de representação depende de deliberação dos sócios, quando o contrato não a dispense.

ARTIGO OITAVO – EXPRESSÃO DO CAPITAL.

1 – O montante do capital social deve ser sempre e apenas expresso em escudos.

ARTIGO NONO – DURAÇÃO.

1 – A sociedade dura por tempo indeterminado se a sua duração não for estabelecida no contrato.

2 – A duração da sociedade fixada no contrato só pode ser aumentada por deliberação firmada antes de esse prazo ter terminado.

3 – Nos termos do número anterior, se a deliberação for firmada depois deste facto, a prorrogação da sociedade dissolvida só pode ser deliberada nos termos do disposto no artigo 16º, do capítulo décimo terceiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO – VANTAGENS, INDEMNIZAÇÕES E RETRIBUIÇÕES.

1 – Devem exarar-se no contrato de sociedade com indicação dos respectivos beneficiários, as vantagens concedidas a sócios em conexão com a constituição da sociedade, bem como o montante global por esta devido a sócios ou a terceiros a título de indemnização ou de retribuição de serviços prestados durante essa fase, exceptuados os emolumentos e as taxas de serviços oficiais e os honorários de profissionais em regime de actividade liberal.

2 – A falta de cumprimento do disposto no número anterior, torna esses direitos e acordos ineficazes para com a sociedade, sem prejuízo de eventuais direitos contra os fundadores.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACORDOS PARASSOCIAIS.

1 – Os acordos parassociais celebrados entre todos ou entre alguns sócios, pelos quais estes nessa qualidade se obriguem a uma conduta não proibida por lei, têm efeitos entre os intervenientes, mas com base nestes não podem ser impugnados actos da sociedade ou dos sócios para com a sociedade.

2 – Os acordos referidos no número anterior, podem respeitar ao exercício do direito de voto, mas não à conduta de intervenientes ou de outras pessoas no exercício de funções de administração ou de fiscalização.

3 – São nulos os acordos pelos quais um sócio se obriga a votar:

- a) Seguindo sempre as instruções da sociedade ou de um dos seus órgãos;
- b) Aprovando sempre as propostas efectuadas por estes;
- c) Exercendo o direito de voto ou abstando-se de o exercer com contrapartidas de vantagens especiais.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGISTO DO CONTRATO.

1 – Sempre que não tenham convencionado entradas em espécie ou aquisições de bens pela sociedade, os interessados na constituição da sociedade podem apresentar no competente órgão de soberania notarial requerimento para registo prévio do contrato juntamente com um projecto completo do contrato de sociedade.

2 – O contrato de sociedade deve ser redigido nos precisos termos do projecto previamente registado.

3 – No prazo de 15 dias após a celebração do contrato, deve ser apresentada ao conservador por um dos sócios subscritores ou no caso de o contrato ter sido celebrado por escritura pública pelo notário, cópia certificada do contrato para conversão do registo em definitivo.

4 – O disposto nos números anteriores, não é aplicável à constituição de sociedades anónimas, quando efectuada com apelo à subscrição pública.

5 – No caso de os interessados não terem adoptado o processo permitido pelos números 1 a 3, o contrato da sociedade depois de celebrado na forma legal deve ser inscrito no registo comercial nos termos da lei respectiva.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ASSUNÇÃO PELA SOCIEDADE DE NEGÓCIOS ANTERIORES AO REGISTO.

1 – Com o registo definitivo do contrato, a sociedade afirma de pleno direito:

- a) Os direitos e as obrigações decorrentes dos negócios jurídicos referidos no número 1 do artigo 10º, do presente capítulo;
- b) Os direitos e as obrigações resultantes da exploração normal de um estabelecimento que constitua objecto de uma entrada em espécie ou que tenha sido adquirido por conta da sociedade, no cumprimento de estipulação do contrato social;

- c) Os direitos e as obrigações emergentes de negócios jurídicos concluídos antes do acto de constituição e que neste sejam especificados e expressamente ratificados;
- d) Os direitos e as obrigações decorrentes de negócios jurídicos celebrados pelos gerentes ou administradores ao abrigo da autorização dada por todos os sócios no acto de constituição.

2 – Os direitos e as obrigações decorrentes de outros negócios jurídicos realizados em nome da sociedade antes de registado o contrato, podem ser por esta afirmados mediante decisão da administração, que deve ser comunicada à contraparte nos 30 dias posteriores ao registo.

3 – A assunção pela sociedade dos negócios indicados nos números anteriores, reporta os seus efeitos à data da respectiva celebração e libera as pessoas indicadas no artigo 34º, do presente capítulo, da responsabilidade aí prevista, a não ser que por lei estas continuem responsáveis.

4 – A sociedade não pode afirmar obrigações derivadas de negócios jurídicos não mencionados no contrato social que versem sobre vantagens especiais, despesas de constituição, entradas em espécie ou aquisições de bens.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS.

1 – Todo o sócio é obrigado:

- a) A entrar para a sociedade com bens susceptíveis de penhora ou com indústria, nos tipos de sociedade em que tal seja permitido;
- b) A quinhonar nas perdas, salvo o disposto quanto a sócios de indústria.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DIREITOS DOS SÓCIOS.

1 – Todo o sócio tem direito:

- a) A quinhonar nos lucros;
- b) A participar nas deliberações de sócios, sem prejuízo das restrições previstas na lei;
- c) A obter informações sobre a vida da sociedade, nos termos da lei e do contrato;
- d) A ser designado para os órgãos de administração e de fiscalização da sociedade, nos termos da lei e do contrato.

2 – É proibida toda a estipulação pela qual deva algum sócio receber juros ou outra importância certa em retribuição do seu capital ou indústria.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E NAS PERDAS.

1 – Na falta de preceito especial ou convenção em contrário, os sócios participam nos lucros e nas perdas da sociedade segundo a proporção dos valores das respectivas participações no capital.

2 – Se o contrato determinar somente a parte de cada sócio nos lucros, presumir-se-á ser a mesma a sua parte nas perdas.

3 – É nula a cláusula que exclui um sócio da comunhão nos lucros ou que o isente de participar nas perdas da sociedade, salvo o disposto quanto a sócios de indústria.

4 – É nula a cláusula pela qual a divisão de lucros ou perdas seja deixada ao critério de terceiros.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – USUFRUTO E PENHOR DE PARTICIPAÇÕES.

1 – A constituição de usufruto sobre participações sociais após o contrato de sociedade, está sujeita à forma exigida e às limitações estabelecidas para a transmissão destas.

2 – Os direitos do usufrutuário são os indicados no disposto nos artigos prémios e demais utilidades aleatórias e usufruto de títulos de participação, do código civil, com as modificações previstas na presente lei e os direitos que nesta lhe são atribuídos.

3 – O penhor de participações sociais só pode ser constituído na forma exigida e dentro das limitações estabelecidas para a transmissão entre vivos de tais participações.

4 – Os direitos inerentes à participação, em especial o direito aos lucros, só podem ser exercidos pelo credor pignoratício quando assim for convencionado.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DIREITOS ESPECIAIS.

1 – Só por estipulação no contrato de sociedade podem ser criados direitos especiais de algum sócio.

2 – Nas sociedades em nome colectivo os direitos especiais atribuídos a sócios são intransmissíveis, salvo estipulação em contrário.

3 – O penhor de participações sociais só pode ser constituído dentro das limitações estabelecidas para a transmissão entre vivos de tais participações e deve constar de escrito particular.

4 – Nas sociedades anónimas os direitos especiais só podem ser atribuídos a categorias de acções e transmitem-se com estas.

5 – Os direitos especiais não podem ser suprimidos ou restringidos sem o consentimento do respectivo titular, salvo norma legal ou estipulação contratual expressa em sentido contrário.

6 – Nas sociedades anónimas, o consentimento referido no número anterior, é dado por deliberação firmada em assembleia especial dos accionistas titulares de acções da respectiva categoria.

ARTIGO DÉCIMO NONO – VALOR DA ENTRADA E VALOR DA PARTICIPAÇÃO.

1 – O valor nominal da parte, da quota ou das acções atribuídas a um sócio no contrato de sociedade não pode exceder o valor da sua entrada, como tal se considerando ou a respectiva importância em dinheiro ou o valor atribuído aos bens no relatório do revisor oficial de contas, exigido pelo disposto no artigo 22º, do presente capítulo.

2 – No caso de acções sem valor nominal anteriores à entrada em vigor do presente código, o valor de entrada do sócio deve ser pelo menos igual ao montante do capital social correspondentemente emitido.

3 – Verificada a existência de erro na avaliação realizada pelo revisor oficial de contas, o sócio é responsável pela diferença que porventura exista até ao valor nominal da sua participação ou no caso de acções sem valor nominal, até ao valor de emissão destas.

4 – Se a sociedade for privada do bem prestado pelo sócio, por acto legítimo de terceiro ou se tornar impossível a prestação, bem como se for ineficaz a estipulação relativa a uma entrada em espécie nos termos previstos no número 2 do artigo 3º, do presente capítulo, deve o sócio realizar em dinheiro a sua participação, sem prejuízo da eventual dissolução da sociedade por deliberação dos sócios ou por se verificar a hipótese prevista na alínea b) do número 1 do artigo 2º, do capítulo décimo segundo, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO – TEMPO DAS ENTRADAS.

1 – As entradas dos sócios devem ser realizadas até ao momento da celebração do contrato de sociedade, sem prejuízo de estipulação contratual que preveja o diferimento de realização de entradas em dinheiro, nos casos e termos em que a lei o permita.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE ENTRADA.

1 – São nulos os actos da administração e as deliberações de sócios que liberem total ou parcialmente os sócios da obrigação de efectuar entradas estipuladas, salvo no caso de redução do capital.

2 – A dação em cumprimento da obrigação de liberar a entrada em dinheiro pode ser deliberada como alteração do contrato de sociedade, com observância do preceituado relativamente a entradas em espécie.

3 – O contrato de sociedade pode estabelecer penalidades para a falta de cumprimento da obrigação de entrada.

4 – Os lucros correspondentes a partes, quotas ou acções não liberadas não podem ser pagos aos sócios que se encontrem em mora, mas devem ser-lhes creditados para compensação da dívida de entrada, sem prejuízo da execução nos termos gerais ou especiais do crédito da sociedade.

5 – Fora do caso previsto no número anterior, a obrigação de entrada não pode extinguir-se por compensação.

6 – A falta de realização pontual de uma prestação relativa a uma entrada, importa o vencimento de todas as demais prestações em dívida pelo mesmo sócio ainda que respeitem a outras partes, quotas ou acções.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – VERIFICAÇÃO DAS ENTRADAS EM ESPÉCIE.

1 – As entradas em bens diferentes de dinheiro devem ser objecto de um relatório elaborado por um revisor oficial de contas sem interesses na sociedade, designado por deliberação dos sócios na qual estão impedidos de votar os sócios que efectuem as correspondentes entradas.

2 – O revisor oficial de contas que tenha elaborado o relatório exigido pelo número anterior, não pode durante 5 anos contados da data do registo do contrato de sociedade exercer quaisquer cargos ou funções profissionais nessa sociedade ou em sociedades que com esta se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

3 – O relatório do revisor oficial de contas deve pelo menos:

- a) Descrever os bens;
- b) Identificar os seus titulares;
- c) Avaliar os bens, indicando os critérios utilizados para a avaliação;
- d) Declarar se os valores encontrados atingem ou não o valor nominal da parte, quota ou das acções atribuídas aos sócios que efectuaram tais entradas, acrescido dos prémios de emissão se for o caso ou a contrapartida a pagar pela sociedade;
- e) No caso de acções sem valor nominal, declarar se os valores encontrados atingem ou não o montante do capital social correspondentemente emitido.

4 – O relatório deve reportar-se a uma data não anterior em 30 dias à do contrato de sociedade, mas o seu autor deve informar os fundadores da sociedade de alterações relevantes de valores ocorridos durante aquele período de que tenha conhecimento.

5 – O relatório do revisor oficial de contas deve ser posto à disposição dos fundadores da sociedade pelo menos 15 dias antes da celebração do contrato, o mesmo se passando quanto à informação referida no número anterior até essa celebração.

6 – O relatório do revisor oficial de contas, incluindo a informação referida no número 4, faz parte integrante da documentação sujeita às formalidades de publicidade prescritas na presente lei, podendo publicar-se apenas menção do depósito do relatório no registo comercial.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – AQUISIÇÃO DE BENS A ACCIONISTAS.

1 – A aquisição de bens por uma sociedade anónima ou em comandita por acções deve ser previamente aprovada por deliberação da assembleia geral, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Seja efectuada directamente ou por interposta pessoa a um fundador da sociedade ou a pessoa que desta se torne sócio no período referido na alínea c);
- b) O contravalor dos bens adquiridos à mesma pessoa durante o período referido na alínea c) exceda 1% do capital social no momento do contrato donde a aquisição resulte;
- c) O contrato de que provem a aquisição seja concluído antes da celebração do contrato de sociedade, simultaneamente neste ou no ano seguinte ao registo do contrato de sociedade ou do aumento do capital.

2 – O disposto no número anterior, não se aplica a aquisições realizadas em bolsa ou em processo judicial executivo ou compreendidas no objecto da sociedade.

3 – Com excepção da ausência do fundador a quem os bens sejam adquiridos, a deliberação da assembleia geral referida no número 1, deve ser precedida da verificação do valor dos bens nos termos do artigo anterior e será registada e publicada.

4 – Os contratos donde procedem as aquisições previstas no número 1, devem ser reduzidos a escrito, sob pena de nulidade.

5 – São ineficazes as aquisições de bens previstas no número 1, quando os respectivos contratos não forem aprovados pela assembleia geral.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – DIREITOS DOS CREDITORES QUANTO ÀS ENTRADAS.

1 – Os credores de qualquer sociedade podem:

- a) Exercer os direitos da sociedade relativos às entradas não realizadas, a partir do momento em que as mesmas se tornem exigíveis;
- b) Promover judicialmente as entradas antes de estas se terem tornado exigíveis nos termos do contrato, desde que isso seja necessário para a conservação ou satisfação dos seus direitos.

2 – A sociedade pode ilidir o pedido desses credores, satisfazendo-lhes os seus créditos com juros de mora quando vencidos ou mediante o desconto correspondente à antecipação quando por vencer e com as despesas acrescidas.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DELIBERAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE BENS E SEU CUMPRIMENTO.

1 – Salvo os casos de distribuição antecipada de lucros e outros expressamente previstos na lei, nenhuma distribuição de bens sociais pode ser feita aos sócios sem ter sido objecto de deliberação destes, ainda que a título de distribuição de lucros de exercício ou de reservas.

2 – As deliberações dos sócios referidas no número anterior, não devem ser cumpridas pelos membros da administração se estes tiverem fundadas razões para crer que:

- a) Alterações entretanto ocorridas no património social tornariam a deliberação ilícita nos termos do disposto no artigo seguinte;
- b) A deliberação dos sócios viola o preceituado no disposto nos dois artigos seguintes;
- c) A deliberação de distribuição de lucros de exercício ou de reservas se baseou em contas da sociedade aprovadas pelos sócios, mas enfermado de vícios cuja correcção implicaria a alteração das contas de modo que não seria lícito deliberar a distribuição nos termos do disposto nos dois artigos seguintes.

3 – Os membros de administração que tenham deliberado não efectuar distribuições deliberadas pela assembleia geral por força do disposto no número anterior, devem nos 7 dias seguintes à deliberação firmada requerer em nome da sociedade inquérito judicial, para verificação dos factos previstos em alguma das alíneas do número anterior, salvo se entretanto a sociedade tiver sido citada para a acção de invalidade da deliberação por motivos coincidentes com os da dita resolução.

4 – Sem prejuízo do disposto no código de processo civil, sobre o procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais, a partir da citação da sociedade para a acção de invalidade de deliberação de aprovação do balanço ou de distribuição de reservas ou lucros de exercício, não podem os membros da administração efectuar aquela distribuição com fundamento nessa deliberação.

5 – Os autores da acção prevista no número anterior, em caso de improcedência desta e provando-se que litigaram temerariamente ou de má-fé, serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos que a demora daquela distribuição tenha causada aos demais sócios.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – LIMITE DA DISTRIBUIÇÃO DE BENS AOS SÓCIOS.

1 – Sem prejuízo do preceituado quanto à redução do capital social, não podem ser distribuídos aos sócios bens da sociedade quando o capital próprio desta incluindo o resultado líquido do exercício tal como resulta das contas elaboradas e aprovadas nos termos legais, seja inferior à soma do capital social e das reservas que a lei ou o contrato

não permitem distribuir aos sócios ou se tornasse inferior a esta soma em consequência da distribuição.

2 – Os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios bens da sociedade a que se refere o número anterior, quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou também quando se verifique o uso, no caso de activos fixos tangíveis e intangíveis.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – LUCROS E RESERVAS NÃO DISTRIBUÍVEIS.

1 – Não podem ser distribuídos aos sócios os lucros do exercício que sejam necessários para cobrir prejuízos transitados ou para formar ou reconstruir reservas impostas pela lei ou pelo contrato de sociedade.

2 – Não podem ser distribuídos aos sócios lucros do exercício enquanto as despesas de constituição, investigação e desenvolvimento não estiverem completamente amortizadas, excepto se o montante das reservas livres e dos resultados transitados for pelo menos igual ao dessas despesas não amortizadas.

3 – As reservas cuja existência e cujo montante não figurem expressamente no balanço não podem ser utilizadas para distribuição aos sócios.

4 – Devem ser expressamente mencionadas na deliberação quais as reservas distribuídas no todo ou em parte, quer isoladamente quer juntamente com os lucros do exercício.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – RESTITUIÇÃO DE BENS INDEVIDAMENTE RECEBIDOS.

1 – Os sócios devem restituir à sociedade os bens que desta tenham recebido com violação do disposto na lei, nomeadamente os que tenham recebido a título de lucros ou reservas importâncias cuja distribuição não era permitida pela lei, designadamente pelos dois artigos anteriores.

2 – O disposto no número anterior é aplicável ao transmissário do direito do sócio, quando for este a receber as referidas importâncias.

3 – Os credores sociais podem propor acção para restituição à sociedade das importâncias referidas nos números anteriores, nos termos em que lhe é conferida acção contra membros da administração.

4 – Ao recebimento previsto nos números anteriores, é equiparado qualquer facto que faça beneficiar o património das referidas pessoas dos valores indevidamente atribuídos.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – PERDA DE METADE DO CAPITAL.

1 – Resultando das contas do exercício ou de contas intercalares tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido ou existindo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem os gerentes convocar de imediato a assembleia geral ou os administradores requerer prontamente a convocação da mesma, a fim de nesta se informar os sócios da situação e de estes tomarem as decisões julgadas convenientes.

2 – Considera-se estar perdida metade do capital social quando o capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social.

3 – Do aviso convocatório da assembleia geral constarão pelo menos os seguintes assuntos para deliberação pelos sócios:

- a) A dissolução da sociedade ou a transformação da sociedade numa outra sociedade cujo valor do capital social existente seja permitido;
- b) A redução do capital social para montante não inferior ao capital próprio da sociedade, com respeito se for o caso do disposto no número 1 do artigo 11º, do capítulo oitavo, do presente título;
- c) A realização pelos sócios de entradas para reforço da cobertura do capital.

ARTIGO TRIGÉSIMO – RELAÇÕES ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE SOCIEDADE.

1 – Se dois ou mais cidadãos quer pelo uso de uma firma comum, quer por qualquer outro meio, criarem a falsa aparência de que existe entre estas um contrato de sociedade, responderão solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas nesses termos por qualquer destes.

2 – Se for acordada a constituição de uma sociedade comercial, mas antes da celebração do contrato de sociedade, os sócios iniciarem a sua actividade, são aplicáveis às relações estabelecidas entre estes e com terceiros as disposições sobre sociedades civis.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – RELAÇÕES ENTRE SÓCIOS ANTES DO REGISTO.

1 – No período compreendido entre a celebração do contrato de sociedade e o seu registo definitivo são aplicáveis às relações entre os sócios com as necessárias adaptações, as normas estabelecidas no contrato e na presente lei, salvo aquelas que pressuponham o contrato definitivamente registado.

2 – Seja qual for o tipo de sociedade visado pelos contraentes, a transmissão por acto entre vivos das participações sociais e as modificações do contrato social requerem sempre consentimento unânime dos sócios.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – RELAÇÕES DAS SOCIEDADES EM NOME COLECTIVO NÃO REGISTADAS COM TERCEIROS.

1 – Pelos negócios realizados em nome de uma sociedade em nome colectivo com acordo expresso ou tácito de todos os sócios, no período compreendido entre a celebração do contrato de sociedade e o seu registo definitivo, respondem solidária e ilimitadamente todos os sócios presumindo-se o consentimento.

2 – Se os negócios realizados não tiverem sido autorizados por todos os sócios nos termos do disposto no número anterior, respondem pessoal e solidariamente pelas obrigações resultantes dessas operações aqueles que as realizaram ou autorizaram.

3 – As cláusulas do contrato que atribuam a representação apenas a alguns dos sócios e que limitem os respectivos poderes de representação não são oponíveis a terceiros, salvo provando-se que estes as conheciam ao tempo da celebração dos seus contratos.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – RELAÇÕES DAS SOCIEDADES EM COMANDITA SIMPLES NÃO REGISTADAS COM TERCEIROS.

1 – Pelos negócios realizados em nome de uma sociedade em comandita simples com o acordo expresso ou tácito de todos os sócios comanditados, no período compreendido entre a celebração do contrato de sociedade e o seu registo definitivo, respondem os mesmos pessoal e solidariamente, presumindo-se o consentimento dos sócios comanditados.

2 – À mesma responsabilidade fica sujeito o sócio comanditário que consentir no começo das actividades sociais, salvo provando o mesmo que o credor conhecia a sua qualidade.

3 – Se os negócios realizados não tiverem sido autorizados pelos sócios comanditários nos termos do disposto no número 1, respondem pessoal e solidariamente pelas obrigações resultantes dessas operações aqueles que as realizaram ou autorizaram.

4 – As cláusulas do contrato que atribuam a representação apenas a alguns dos sócios comanditados ou que limitem os respectivos poderes de representação não são oponíveis a terceiros, salvo provando-se que estes as conheciam ao tempo da celebração dos seus contratos.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – RELAÇÕES DAS SOCIEDADES POR QUOTAS, ANÓNIMAS E EM COMANDITA POR ACÇÕES NÃO REGISTADAS COM TERCEIROS.

1 – Pelos negócios realizados em nome de uma sociedade por quotas, anónima ou em comandita por acções, no período compreendido entre a celebração do contrato de sociedade e o seu registo definitivo, respondem ilimitada e solidariamente todos os que no negócio agirem em representação desta, bem como os sócios que tais negócios autorizaram, sendo que os demais sócios respondem até à importância das entradas a que

se obrigaram, acrescidos das importâncias que tenham recebido a título de lucros ou de distribuição de reservas.

2 – Cessa o disposto no número anterior, se os negócios forem expressamente condicionados ao registo da sociedade e à assunção por esta dos respectivos efeitos.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – INVALIDADE DO CONTRATO ANTES DO REGISTO.

1 – Enquanto o contrato de sociedade não estiver definitivamente registado, a invalidade do contrato ou de uma das declarações negociais rege-se pelas disposições aplicáveis aos negócios jurídicos nulos ou anuláveis, sem prejuízo do disposto no artigo 46º, do presente capítulo.

2 – A invalidade decorrente da incapacidade é oponível pelo contraente incapaz ou pelo seu representante legal, tanto aos demais contraentes como a terceiros e a invalidade resultante de vício da vontade ou de usura só é oponível aos demais sócios.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – NULIDADE DO CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS, ANÓNIMA OU EM COMANDITA POR ACÇÕES REGISTADO.

1 – Depois de efectuado o registo definitivo do contrato de sociedade por quotas, anónima ou em comandita por acções, o contrato só pode ser declarado nulo por algum dos seguintes vícios:

- a) Falta do mínimo de dois sócios fundadores, salvo quando a lei permita a constituição da sociedade por uma só pessoa;
- b) Falta de menção da firma, da sede, do objecto ou do capital da sociedade, bem como do valor de entrada de algum sócio ou de prestações realizadas por conta destas;
- c) Menção de um objecto ilícito ou contrário à ordem pública;
- d) Falta de cumprimento dos preceitos legais que exigem a liberação mínima do capital social;
- e) Não ter sido observada a forma legalmente exigida para o contrato de sociedade.

2 – São sanáveis por deliberação dos sócios realizada nos termos estabelecidos para as deliberações sobre alterações do contrato, os vícios decorrentes de falta ou nulidade da firma e da sede da sociedade, bem como do valor de entrada de algum sócio e das prestações realizadas por conta desta.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – INVALIDADE DO CONTRATO DE SOCIEDADE EM NOME COLECTIVO E EM COMANDITA SIMPLES.

1 – Nas sociedades em nome colectivo e em comandita simples são fundamentos de invalidade do contrato, para além dos vícios do título constitutivo, as causas gerais de invalidade dos negócios jurídicos segundo a lei civil.

2 – Para os efeitos do número anterior, são vícios do título constitutivo os mencionados no disposto no número 1 do artigo anterior e ainda a falta de menção do nome ou firma de algum dos sócios de responsabilidade ilimitada.

3 – São sanáveis por deliberação dos sócios realizada nos termos estabelecidos para as deliberações sobre alteração do contrato, os vícios resultantes da falta ou nulidade de indicação da firma, da sede, do objecto e do capital da sociedade, bem como do valor de entrada de algum sócio e das prestações realizadas por conta desta.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – ACÇÃO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE E NOTIFICAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO.

1 – A acção de declaração de nulidade pode ser intentada dentro do prazo de 1 ano a contar do registo, por qualquer membro da administração, do conselho fiscal ou do conselho geral e de supervisão da sociedade ou por o sócio, bem como por terceiro que tenha interesse relevante e sério na procedência da acção, devendo no caso de vício sanável a acção não poder ser proposta antes de decorridos 92 dias sobre a interpelação à sociedade para sanar o vício.

2 – A mesma acção pode ser intentada a todo o tempo pelo ministério público.

3 – Os membros da administração devem comunicar no mais breve prazo aos sócios de responsabilidade ilimitada, bem como aos sócios das sociedades por quotas, a propositura da acção de declaração da nulidade, devendo nas sociedades anónimas essa comunicação ser dirigida ao conselho fiscal ou ao conselho geral e de supervisão conforme os casos.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – VÍCIOS DA VONTADE E INCAPACIDADE NAS SOCIEDADES POR QUOTAS, ANÓNIMAS E EM COMANDITA POR ACÇÕES.

1 – Nas sociedades por quotas, anónimas e em comandita por acções o erro, o dolo, a coacção e a usura podem ser invocados como justa causa de exoneração pelo sócio atingido ou prejudicado, desde que se verifiquem as circunstâncias, incluindo o tempo de que segundo a lei civil resultaria a sua relevância para efeitos de anulação do negócio jurídico.

2 – Nas mesmas sociedades, a incapacidade de um dos contraentes torna o negócio jurídico anulável relativamente ao incapaz.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – VÍCIOS DA VONTADE E INCAPACIDADE NAS SOCIEDADES EM NOME COLECTIVO E EM COMANDITA SIMPLES.

1 – Nas sociedades em nome colectivo e em comandita simples o erro, o dolo, a coacção, a usura e a incapacidade determinam a anulabilidade do contrato em relação ao contraente incapaz ou ao que sofreu o vício da vontade ou a usura, no entanto o negócio poderá ser anulado quanto a todos os sócios se tendo em conta o critério formulado no disposto no artigo redução, do código civil, não for possível a sua redução às participações dos demais.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – EFEITOS DA ANULAÇÃO DO CONTRATO.

1 – O sócio que obtiver a anulação do contrato nos casos do número 2 do artigo 39º e do artigo 40º, do presente capítulo, tem o direito de reaver o que prestou e não pode ser obrigado a completar a sua entrada, mas no caso de a anulação se fundar em vício da vontade ou usura não ficará liberto em face de terceiros da responsabilidade que por lei lhe competir quanto às obrigações da sociedade anteriores ao registo da acção ou da sentença.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – SÓCIOS ADMITIDOS NA SOCIEDADE POSTERIORES À CONSTITUIÇÃO.

1 – O disposto nos artigos 39º a 41º, do presente capítulo, é válido também na parte aplicável e com as necessárias adaptações, se o sócio incapaz ou aquele cujo consentimento for viciado ingressou na sociedade através de um negócio jurídico celebrado com esta em momento posterior ao da constituição.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – NOTIFICAÇÃO DO SÓCIO PARA ANULAR OU CONFIRMAR O NEGÓCIO.

1 – Se a um dos sócios assistir o direito de anulação ou exoneração previsto nos artigos 39º, 40º e 42º, do presente capítulo, qualquer interessado poderá notificá-lo para que exerça o seu direito, sob pena de o vício ficar sanado.

2 – A notificação prevista no número anterior, será levada ao conhecimento da sociedade.

3 – O vício considera-se sanado se o notificado não intentar a acção no prazo de 92 dias a contar do dia em que tenha recebido a notificação.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – SATISFAÇÃO POR OUTRA VIA DO INTERESSE DO DEMANDANTE.

1 – Proposta acção para fazer valer o direito conferido pelos artigos 39º, 40º e 42º, do presente capítulo, pode a sociedade ou um dos sócios requerer ao órgão de soberania jurídico competente a homologação de directrizes que se mostrem adequadas para

satisfazer o interesse do autor, em ordem a evitar a consequência jurídica a que a acção se dirige.

2 – Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, as directrizes propostas devem ser previamente aprovadas pelos sócios.

3 – Nos termos do número anterior, a respectiva deliberação na qual não intervirá o autor, deve obedecer aos requisitos exigidos na sociedade em causa, pela natureza das directrizes propostas.

4 – O órgão de soberania jurídico competente homologa a solução que se ofereceu em alternativa, se se convencer de que a mesma constitui dadas as circunstâncias uma justa composição dos interesses em conflito.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – AQUISIÇÃO DA QUOTA DO AUTOR.

1 – Se a directriz proposta consistir na aquisição da participação social do autor por um dos sócios ou por terceiro indicado por algum dos sócios, este deve justificar unicamente que a sociedade não pretende apresentar esta própria outras soluções e que para além do mesmo, estão satisfeitos os requisitos de que a lei ou o contrato da sociedade fazem depender as transmissões de participações sociais entre sócios ou para terceiros respectivamente.

2 – Não existindo em tal caso acordo das partes quanto ao preço da aquisição, proceder-se-á à avaliação da participação nos termos previstos no artigo 12º, do capítulo sexto, do título anterior.

3 – Nos casos previstos no número 2 do artigo 39º e no artigo 40º, do presente capítulo, o preço indicado pelos peritos não será homologado se for inferior ao valor nominal da quota do autor.

4 – Determinado pelo órgão de soberania jurídico competente o preço a pagar, a aquisição da quota deve ser homologada logo que o pagamento seja efectuado ou a respectiva quantia depositada à ordem do órgão de soberania jurídico competente ou tão depressa o adquirente preste garantias bastantes de que efectuará o dito pagamento no prazo que em seu prudente arbítrio o juiz lhe assinar.

5 – Nos termos do disposto no número anterior, a sentença homologatória vale como título de aquisição da participação.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – EFEITOS DA INVALIDADE.

1 – A declaração de nulidade e a anulação do contrato de sociedade determinam a entrada da sociedade em liquidação nos termos do disposto no artigo 20º, do capítulo décimo terceiro, do presente título, devendo este efeito ser mencionado na sentença.

2 – A eficácia dos negócios jurídicos concluídos anteriormente em nome da sociedade não é afectada pela declaração de nulidade ou anulação do contrato.

3 – No entanto se a nulidade proceder de simulação, de ilicitude do objecto ou de violação da ordem pública ou ofensa à moral e aos bons costumes, o disposto no número anterior só aproveita a terceiros de boa-fé.

4 – A invalidade do contrato não exime os sócios do dever de realizar ou completar as entradas, nem tão pouco os exonera de responsabilidade pessoal e solidária perante terceiros que segundo a lei eventualmente lhes incumba.

5 – O disposto no número anterior, não é aplicável ao sócio cuja incapacidade foi a causa da anulação do contrato ou que a venha opor por via de excepção à sociedade, aos demais sócios ou a terceiros.

CAPÍTULO QUARTO – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMAS DE DELIBERAÇÃO.

1 – As deliberações dos sócios só podem ser firmadas por alguma das formas admitidas por lei para cada tipo de sociedade.

2 – As disposições da lei ou do contrato de sociedade relativas a deliberações firmadas em assembleia geral compreendem qualquer forma de deliberação dos sócios prevista na lei para esse tipo de sociedade, salvo quando a sua interpretação impuser solução diversa.

ARTIGO SEGUNDO – DELIBERAÇÕES UNÂNIMES E ASSEMBLEIAS UNIVERSAIS.

1 – Podem os sócios em qualquer tipo de sociedade, firmar deliberações unânimes por escrito, bem como reunir-se em assembleia geral sem observância de formalidades prévias, desde que todos estejam presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

2 – Na hipótese prevista na parte final do número anterior, uma vez manifestada por todos os sócios a vontade de deliberar, aplicam-se todos os preceitos legais e contratuais relativos ao funcionamento da assembleia a qual porém só pode deliberar sobre os assuntos consentidos por todos os sócios.

3 – O representante de um sócio só pode votar deliberações firmadas nos termos do número 1, se para o efeito estiver expressamente autorizado.

ARTIGO TERCEIRO – FALTA DE CONSENTIMENTO DOS SÓCIOS.

1 – Salvo disposição legal em contrário, as deliberações firmadas sobre assunto para a qual a lei exija o consentimento de determinado sócio, são ineficazes para todos ou demais sócios, enquanto o interessado não der o seu acordo, expressa ou tacitamente.

ARTIGO QUARTO – DELIBERAÇÕES NULAS.

1 – São nulas as deliberações dos sócios:

- a) Firmadas em assembleia geral não convocada, salvo se todos os sócios tiverem estado presentes ou representados;
- b) Firmadas mediante voto escrito sem que todos os sócios com direito de voto tenham sido convidados a exercer esse direito, salvo se todos tenham dado o seu voto por escrito;
- c) Cujo conteúdo não esteja por natureza sujeito a deliberação dos sócios;
- d) Cujo conteúdo directamente ou por actos de outros órgãos que determine ou permita, seja ofensivo da moral e dos bons costumes ou de preceitos legais que não possam ser derogados, nem sequer por vontade unânime dos sócios.

2 – Não se consideram convocadas as assembleias cujo aviso convocatório seja assinado por quem não tenha essa competência, as que o aviso convocatório não constem o dia, a hora e o local da reunião e as que reúnam em dia, hora ou local diverso dos constantes do aviso.

3 – A nulidade de uma deliberação nos casos previstos nas alíneas a) e b) do número 1, não pode ser invocada quando os sócios ausentes e não representados ou não participantes na deliberação por escrito tiverem posteriormente dado por escrito o seu assentimento à deliberação.

ARTIGO QUINTO – INICIATIVA DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO QUANTO A DELIBERAÇÕES NULAS.

1 – O órgão de fiscalização da sociedade deve dar a conhecer aos sócios em assembleia geral a nulidade de qualquer deliberação anterior, a fim de a renovarem sendo possível ou de promoverem querendo a respectiva declaração judicial.

2 – Se os sócios não renovarem a deliberação ou a sociedade não for citada para a referida acção dentro do prazo de 30 dias, deve o órgão de fiscalização promover sem demora a declaração judicial de nulidade da mesma deliberação.

3 – O órgão de fiscalização que instaurar a referida acção judicial deve propor logo ao órgão de soberania jurídico competente a nomeação de um sócio para representar a sociedade.

4 – Nas sociedades que não tenham órgão de fiscalização o disposto nos números anteriores, aplica-se a qualquer gerente.

ARTIGO SEXTO – DELIBERAÇÕES ANULÁVEIS.

1 – São anuláveis as deliberações que:

- a) Violam disposições quer da lei, sempre que ao caso não competir a nulidade nos termos do disposto no artigo 4º, do presente capítulo, quer do contrato de sociedade;
- b) Sejam apropriadas para satisfazer o propósito de um dos sócios de conseguir através do exercício do direito de voto, vantagens especiais para si ou para terceiros, em prejuízo da sociedade ou de demais sócios ou simplesmente de prejudicar a mesma ou os mesmos, a menos que se prove que as deliberações teriam sido firmadas mesmo sem os votos abusivos;
- c) Não tenham sido precedidos do fornecimento ao sócio de elementos mínimos de informação.

2 – Sempre que as estipulações contratuais se limitarem a reproduzir preceitos legais, são estes considerados directamente violados para os efeitos do presente artigo e do artigo 4º, do presente capítulo.

3 – Os sócios que tenham firmado maioria em deliberação abrangida pela alínea b) do número 1, respondem solidariamente para com a sociedade ou para com os demais sócios pelos prejuízos causados.

4 – Consideram-se para efeitos do presente artigo, elementos mínimos de informação:

- a) As menções exigidas pelo número 8 do artigo 6º, do capítulo quinto, do título sexto, do presente livro;
- b) A colocação de documentos para exame dos sócios no local e durante o tempo prescritos pela lei ou pelo contrato.

ARTIGO SÉTIMO – ACÇÃO DE ANULAÇÃO.

1 – A anulabilidade pode ser arguida pelo órgão de fiscalização ou por qualquer sócio que não tenha votado no sentido que fez vencimento, nem posteriormente tenha aprovado a deliberação expressa ou tacitamente.

2 – O prazo para a proposição da acção de anulação é de 30 dias a partir:

- a) Da data em que foi encerrada a assembleia geral;
- b) Do 3º dia subsequente à data do envio da acta da deliberação por voto escrito;
- c) Da data em que o sócio tenha conhecimento da deliberação, se esta incidir sobre assunto que não constava da convocatória.

3 – Sendo uma assembleia geral interrompida por mais de 15 dias, a acção de anulação da deliberação anterior à interrupção, pode ser proposta nos 30 dias seguintes àquele em que a deliberação foi firmada ou nos 30 dias seguintes àquele em que terminar essa mesma assembleia geral.

4 – A proposição da acção de anulação não depende de apresentação da respectiva acta, mas se o sócio invocar impossibilidade de a obter, o juiz notificará as pessoas que nos termos da presente lei devem assinar a acta, para a apresentarem no órgão de

soberania jurídico competente no prazo que fixar nunca superior a 30 dias, suspendendo-se a instância até essa apresentação.

5 – Embora a lei exija a assinatura da acta por todos os sócios, bastará para os efeitos do número anterior, que esta seja assinada por todos os sócios votantes no sentido que fez vencimento.

6 – Tendo o voto sido secreto, consideram-se que não votaram no sentido que fez vencimento apenas os sócios que na própria assembleia ou perante notário nos 5 dias seguintes à assembleia tenham efectuado consignar que votaram contra a deliberação firmada.

ARTIGO OITAVO – DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS ACÇÕES DE NULIDADE E DE ANULAÇÃO.

1 – Tanto a acção de declaração de nulidade como a de anulação são propostas contra a sociedade.

2 – Existindo várias acções de invalidade da mesma deliberação, devem as mesmas ser apensadas, observando-se a norma do número 2 do artigo apensação de acções, do código do processo civil.

3 – A sociedade suportará todos os encargos das acções propostas pelo órgão de fiscalização ou na sua falta por qualquer gerente, ainda que sejam julgadas improcedentes.

ARTIGO NONO – EFICÁCIA DO CASO JULGADO.

1 – A sentença que declarar nula ou anular uma deliberação é eficaz contra e a favor de todos os sócios e órgãos da sociedade, mesmo que não tenham sido parte ou não tenham intervindo na acção.

2 – A declaração de nulidade ou a anulação não prejudica os direitos adquiridos de boa-fé por terceiros, com fundamento em actos praticados em execução da deliberação.

3 – Nos termos do disposto no número anterior, o conhecimento da nulidade ou da anulabilidade exclui a boa-fé.

ARTIGO DÉCIMO – RENOVAÇÃO DA DELIBERAÇÃO.

1 – Uma deliberação nula por força das alíneas a) e b) do número 1 do artigo 4º, do presente capítulo, pode ser renovada por outra deliberação e a esta pode ser atribuída eficácia retroactiva, ressalvados os direitos de terceiros.

2 – A anulabilidade cessa quando os sócios renovarem a deliberação anulável mediante outra deliberação, desde que esta não enferme do vício da precedente.

3 – Nos termos do número anterior, o sócio porém que na deliberação tiver um interesse atendível pode obter anulação da primeira deliberação, relativamente ao período anterior à deliberação renovatória.

4 – O órgão de soberania jurídico competente em que tenha sido impugnada uma deliberação pode conceder prazo à sociedade, a requerimento desta para renovar a deliberação.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTAS.

1 – As deliberações dos sócios só podem ser provadas pelas actas das assembleias ou quando sejam admitidas deliberações por escrito, pelos documentos donde as mesmas constem.

2 – A acta deve conter pelo menos:

- a) A identificação da sociedade, o lugar, o dia e a hora da reunião;
- b) O nome do presidente e se os houver dos secretários;
- c) O nome dos sócios presentes ou representantes e o valor nominal das partes sociais, quotas ou acções de cada um, salvo os casos em que a lei ordene organizar lista de presença, que deve ser anexa à acta;
- d) A ordem do dia constante da convocatória, salvo quando esta seja anexada à acta;
- e) Referência dos documentos e relatórios submetidos à assembleia;
- f) O teor das deliberações firmadas;
- g) Os resultados das votações;
- h) O sentido das declarações dos sócios, se estes o requererem.

3 – Sempre que a acta deva ser assinada por todos os sócios que firmaram parte na assembleia e alguns destes não o faça, podendo fazê-lo, deve a sociedade notificá-lo judicialmente para que em prazo não superior a 7 dias a assine.

4 – Se decorrido o prazo referido no número anterior, a mesma assinatura não se verifique, a acta tem a força probatória referida no número 1, desde que assinada pela maioria dos sócios que firmaram parte na assembleia, sem prejuízo do direito dos que a não assinaram, de invocarem em juízo a falsidade da acta.

5 – Sempre que as deliberações dos sócios constem de escritura pública, de instrumento fora das notas ou de documento particular avulso, deve a gerência o conselho de administração ou o conselho de administração executivo inscrever no respectivo livro a menção da sua existência.

6 – Sempre que as actas sejam registadas em folhas soltas, deve a gerência ou a administração, o presidente da mesa da assembleia e o secretário quando os houver, firmar as preocupações e as medidas necessárias para impedir a sua falsificação.

7 – As actas são lavradas por notário em instrumento avulso, sendo sempre que no início da reunião a assembleia assim o delibere ou ainda quando algum sócio o requeira em escrito dirigido à gerência, ao conselho de administração ou ao conselho de administração executivo da sociedade e entregue na sede social com 5 dias de

antecedência em relação à data da assembleia geral, suportando o sócio requerente as despesas notariais.

8 – As actas apenas constantes de documentos particulares avulsos constituem princípio de prova, se estiverem assinados por todos os sócios que participaram na assembleia.

9 – Nenhum sócio tem o dever de assinar as actas que não estejam consignadas no respectivo livro ou nas folhas soltas, devidamente numeradas e rubricadas.

CAPÍTULO QUINTO – ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

ARTIGO ÚNICO – DEVERES FUNDAMENTAIS.

1 – Os gerentes ou administradores da sociedade devem observar:

- a) Deveres de cuidado, relevando a disponibilidade, a competência técnica e o conhecimento da actividade da sociedade adequados às suas funções e empregando nesse âmbito a diligência de um gestor criterioso e ordenado; e
- b) Deveres de lealdade, no interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos demais sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, nomeadamente os profissionais, clientes e credores.

2 – Os titulares de órgãos sociais com funções de fiscalização devem observar deveres de cuidado, empregando para o efeito elevados padrões de diligência profissional e deveres de lealdade, no interesse da sociedade.

CAPÍTULO SEXTO – APRECIÇÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DA SOCIEDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVER DE RELATAR A GESTÃO E APRESENTAR CONTAS.

1 – Os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício anual.

2 – A elaboração do relatório de gestão, das contas do exercício e dos demais documentos de prestação de contas deve obedecer ao disposto na lei.

3 – Nos termos do número anterior, o contrato de sociedade pode complementar, mas não pode derrogar essas disposições legais.

4 – O relatório de gestão e as contas do exercício devem ser assinados por todos os membros da administração.

5 – A recusa de assinatura por qualquer dos membros nos termos do número anterior, deve ser justificada no documento a que respeita e explicada pelo próprio perante o órgão competente para a aprovação, ainda que já tenha cessado as suas funções.

6 – O relatório de gestão e as contas do exercício são elaborados e assinados pelos gerentes ou administradores que estiverem em funções ao tempo da apresentação, mas os antigos membros da administração, devem prestar todas as informações que para esse efeito lhes forem solicitados, relativamente ao período em que exerceram aquelas funções.

7 – O relatório de gestão, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas devem ser apresentados ao órgão competente e por o mesmo apreciados, salvo casos particulares previstos na lei no prazo de 62 dias a contar da data do encerramento de cada exercício anual, mesmo se tratando de sociedades que devam apresentar contas consolidadas ou que apliquem o método de equivalência patrimonial.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGATORIEDADE AO PERÍODO DE EXERCÍCIO.

1 – Todas as sociedades estão obrigadas ao período de exercício correspondente ao ano civil, para todas as responsabilidades inerentes ao correspondente exercício de actividade.

ARTIGO TERCEIRO – RELATÓRIO DE GESTÃO.

1 – O relatório de gestão deve conter pelo menos uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 – A exposição prevista no número anterior, deve consistir numa análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da posição da sociedade, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua actividade.

3 – Na medida do necessário à compreensão da evolução dos negócios, do desempenho ou da posição da sociedade, a análise prevista no número anterior, deve abranger tanto os aspectos financeiros como sempre que adequado, referências de desempenho não financeiras relevantes para as actividades específicas da sociedade, incluindo informações sobre questões ambientais e questões relativas aos profissionais.

4 – Na apresentação da análise prevista no número 2, o relatório de gestão deve quando adequado incluir uma referência aos montantes inscritos nas contas do exercício e explicações adicionais relativas a esses montantes.

5 – O relatório deve indicar, em especial:

- a) A evolução da gestão nos diferentes sectores em que a sociedade exerceu actividade, designadamente no que respeita a condições de mercado, investimentos, custos, proveitos e actividades de investimento e desenvolvimento;
- b) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício;
- c) A evolução previsível da sociedade;
- d) O número e o valor nominal de quotas ou acções próprias adquiridas ou alienadas durante o exercício, os motivos desses actos e o respectivo preço, bem como o número e valor nominal de todas as quotas e acções próprias detidas no fim do exercício;
- e) As autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo sexto, do título sexto, do presente livro;
- f) Uma proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada;
- g) A existência de filiais, sucursais, agências ou outros estabelecimentos da sociedade;
- h) Os objectivos e as directrizes da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros, incluindo as directrizes de cobertura de cada uma das principais categorias de transacções previstas para as quais seja utilizada a contabilização de cobertura e a exposição por parte da sociedade aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, quando materialmente relevantes para a avaliação dos elementos do activo e do passivo, da posição financeira e dos resultados, em relação com a utilização dos instrumentos financeiros.

ARTIGO QUARTO – ANEXO ÀS CONTAS.

1 – As sociedades devem prestar informação, no anexo às contas:

- a) Sobre a natureza e o objecto comercial das operações não incluídas no balanço e o respectivo impacte financeiro, sempre que os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;
- b) Separadamente, sobre os honorários totais facturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, bem como os honorários totais facturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais facturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais facturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

2 – As sociedades que não elaboram as suas contas de acordo com as normas internacionais de contabilidade adoptadas nos termos do plano oficial de contabilidade portuguesa, devem ainda proceder à divulgação no anexo às contas, de informações sobre as operações realizadas com partes relacionadas, incluindo nomeadamente os montantes

dessas operações, a natureza da relação com a parte relacionada e outras informações necessárias à avaliação da situação financeira da sociedade, sempre que tais operações forem relevantes e não tiverem sido realizadas em condições normais de mercado.

3 – Para efeitos do no número anterior:

- a) A expressão “partes relacionadas” tem o significado definido nas normas internacionais de contabilidade adoptadas nos termos da contabilidade portuguesa previstas no título oitavo, do presente livro;
- b) As informações sobre as diferentes operações podem ser agregadas em função da sua natureza, excepto sempre que sejam necessárias informações separadas para compreender os efeitos das operações com as partes relacionadas sobre a situação financeira da sociedade.

ARTIGO QUINTO – FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DE DELIBERAÇÃO SOBRE AS MESMAS.

1 – Sempre que o relatório de gestão, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas não forem apresentados no dia seguinte ao termo do prazo fixado no disposto do número 7 do artigo 1º, do presente capítulo, pode qualquer sócio requerer ao órgão de soberania jurídico competente para que proceda a inquérito.

2 – O juiz escutados os gerentes ou administradores e considerando procedentes as razões invocadas por os mesmos para a falta de apresentação das contas, fixa um prazo adequado, segundo as circunstâncias nunca superior a 30 dias para que as apresentem, nomeando no caso contrário um gerente ou administrador exclusivamente encarregado de no prazo que lhe for fixado, elaborar o relatório de gestão, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei e de os submeter aos órgãos competentes da sociedade, podendo a pessoa judicialmente nomeada convocar a assembleia geral, se este for o órgão em causa.

3 – Sempre que as contas do exercício e os demais documentos elaborados pelo gerente ou administrador nomeado pelo órgão de soberania jurídico competente não forem aprovados pelo órgão competente da sociedade, pode o mesmo ainda nos autos de inquérito submeter a divergência ao juiz para decisão final.

4 – Sempre que sem culpa dos gerentes ou administradores nada tenha sido deliberado no prazo referido no número 1, sobre as contas e os demais documentos por estes apresentados, pode um destes ou qualquer sócio requerer ao órgão de soberania jurídico competente a convocação da assembleia geral para aquele efeito.

5 – Sempre que na assembleia convocada judicialmente as contas não forem aprovadas ou rejeitadas pelos sócios, pode qualquer interessado requerer que sejam examinadas por um revisor oficial de contas independente.

6 – Nos termos do número anterior, o juiz não existindo motivos para indeferir o requerimento, nomeará esse revisor e em face do relatório deste, do mais que dos autos constar e das diligências que ordenar aprovará as contas ou recusará a sua aprovação.

ARTIGO SEXTO – RECUSA DE APROVAÇÃO DAS CONTAS.

1 – Não sendo aprovada a proposta dos membros da administração relativa à aprovação de contas, deve a assembleia geral deliberar justificadamente que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma em pontos concretos das apresentadas.

2 – Os membros da administração nos 7 dias seguintes à deliberação que ordene elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, podem requerer inquérito judicial em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

ARTIGO SÉTIMO – REGIME ESPECIAL DE INVALIDADE DAS DELIBERAÇÕES.

1 – A violação dos preceitos legais relativos à elaboração do relatório de gestão das contas do exercício e de demais documentos de prestação de contas, torna anuláveis as deliberações firmadas pelos sócios.

2 – É igualmente anulável a deliberação que aprove contas em si mesmas irregulares, mas o juiz em casos de pouca gravidade ou fácil correcção, só decretará a anulação se as contas não forem reformadas no prazo que fixar.

3 – Produz contudo nulidade a violação dos preceitos legais relativos à constituição, ao reforço ou à utilização da reserva legal, bem como de preceitos cuja finalidade exclusiva ou principal seja a protecção dos credores ou do interesse público.

ARTIGO OITAVO – PRESTAÇÃO DE CONTAS.

1 – A informação respeitante às contas do exercício e aos demais documentos de prestação de contas devidamente aprovados, está sujeita a registo comercial nos termos da lei respectiva.

2 – A sociedade deve disponibilizar aos interessados sem encargos, no respectivo sítio da internet sempre que exista e na sua sede cópia integral dos seguintes documentos:

- a) Relatório de gestão;
- b) Relatório sobre a estrutura e as práticas de administração societária sempre que não faça parte integrante do documento referido na alínea anterior;
- c) Certificação legal das contas;
- d) Parecer do órgão de fiscalização, sempre que exista.

ARTIGO NONO – DEPÓSITOS PARA SOCIEDADES EM NOME COLECTIVO E EM COMANDITA SIMPLES.

1 - As sociedades em nome colectivo e as sociedades em comandita simples só estão sujeitas à obrigação prevista no artigo anterior, se:

- a) Todos os sócios de responsabilidade ilimitada sejam sociedades de responsabilidade limitada ou sociedades cuja forma jurídica seja igual ou equiparável à das sociedades de responsabilidade limitada;
- b) Todos os sócios de responsabilidade ilimitada se encontrem estes próprios organizados sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada ou segundo uma das formas previstas na alínea anterior.

2 – A obrigação referida no número anterior, é dispensada sempre que as sociedades nesta mencionadas, não ultrapassem dois dos limites fixados pelo disposto no número 2 do artigo 11º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro.

CAPÍTULO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE CIVIL PELA CONSTITUIÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE QUANTO À CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE.

1 – Os fundadores, gerentes ou administradores respondem solidariamente para com a sociedade pela inexactidão e deficiências das indicações e declarações prestadas tendo presente a constituição daquela, designadamente pelo que respeita à realização das entradas, aquisições de bens pela sociedade, vantagens especiais e indemnizações ou retribuições devidas pela constituição da sociedade.

2 – Ficam exonerados da responsabilidade prevista no número anterior, os fundadores, gerentes ou administradores que ignorem sem culpa os factos que lhe deram origem.

3 – Os fundadores respondem também solidariamente por todos os danos causados à sociedade com a realização de entradas, as aquisições de bens efectuadas antes do registo do contrato de sociedade ou nos termos do disposto no artigo 23º, do capítulo terceiro, do presente título e as despesas de constituição, contando que tenham procedido com dolo ou culpa grave.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DE MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO PARA COM A SOCIEDADE.

1 – Os gerentes ou administradores respondem para com a sociedade pelos danos a esta causados por actos ou omissões praticados com preterição dos deveres legais ou contratuais, salvo se provarem que procederam sem culpa.

2 – A responsabilidade é excluída se alguma das pessoas referidas no número anterior, provar que actuou em termos informados, livre de qualquer interesse pessoal e segundo critérios de racionalidade empresarial.

3 – Não são igualmente responsáveis pelos danos resultantes de uma deliberação colegial os gerentes ou administradores que nesta tenham participado e hajam votado vencidos, podendo neste caso fazer lavrar no prazo de 5 dias a sua declaração de voto,

quer no respectivo livro de actas, quer em escrito dirigido ao órgão de fiscalização se o existir, quer perante notário ou conservador.

4 – O gerente ou administrador que não tenha exercido o direito de oposição conferido por lei sempre que estava em condições de o exercer, responde solidariamente pelos actos a que poderia ter-se oposto.

5 – A responsabilidade dos gerentes ou administradores para com a sociedade não tem lugar quando o acto ou omissão assente em deliberação dos sócios, ainda que anulável.

6 – Nas sociedades que tenham órgão de fiscalização o parecer favorável ou o consentimento deste não exoneram de responsabilidade os membros da administração.

ARTIGO TERCEIRO – SOLIDARIEDADE NA RESPONSABILIDADE.

1 – A responsabilidade dos fundadores, gerentes ou administradores é solidária.

2 – O direito de regresso existe na medida das respectivas culpas e das consequências que destas advierem, presumindo-se iguais as culpas das pessoas responsáveis.

ARTIGO QUARTO – CLÁUSULAS NULAS, RENÚNCIA E TRANSACÇÃO.

1 – É nula a cláusula inserta ou não em contrato da sociedade, que exclua ou limite a responsabilidade dos fundadores, gerentes ou administradores ou que subordine o exercício da acção social de responsabilidade, sempre que intenta nos termos do disposto no artigo 7º, do presente capítulo, a prévio parecer ou deliberação dos sócios ou que torne o exercício da acção social dependente de prévia decisão judicial sobre a existência da causa da responsabilidade ou da destituição do responsável.

2 – A sociedade só pode renunciar ao seu direito de indemnização ou transigir sobre este mediante deliberação expressa dos sócios, sem voto contrário de uma minoria que represente pelo menos 10% do capital social, pelo que os possíveis responsáveis não podem votar nessa deliberação.

3 – A deliberação pela qual a assembleia geral aprove as contas ou a gestão dos gerentes ou administradores não implica renúncia aos direitos de indemnização da sociedade contra estes, salvo se os factos constitutivos de responsabilidade houverem sido expressamente levados ao conhecimento dos sócios antes da aprovação e esta tiver obedecido aos requisitos de voto exigidos pelo número anterior.

ARTIGO QUINTO – ACÇÃO DA SOCIEDADE.

1 – A acção da responsabilidade proposta pela sociedade depende da deliberação dos sócios firmada por simples maioria e deve ser proposta no prazo de 92 dias a contar

da referida deliberação, podendo para o exercício do direito de indemnização os sócios designar representantes especiais.

2 – Na assembleia que aprove as contas do exercício e embora tais assuntos não constem da convocatória, podem ser firmadas deliberações sobre a acção de responsabilidade e sobre a destituição dos gerentes ou administradores que a assembleia considere responsáveis, os quais não podem voltar a ser designados durante a pendência daquela acção.

3 – Aqueles cuja responsabilidade estiver em causa não podem votar nas deliberações previstas nos números anteriores.

ARTIGO SEXTO – REPRESENTANTES ESPECIAIS.

1 – Se a sociedade deliberar o exercício do direito de indemnização, o órgão de soberania jurídico competente a requerimento de um ou mais sócios que possuam pelo menos 5% do capital social, nomeará no respectivo processo como representante da sociedade pessoa ou pessoas diferentes daquelas a quem compete normalmente a sua representação, sempre que os sócios não tenham procedido a tal nomeação ou se justifique a substituição do representante nomeado pelos sócios.

2 – Os representantes judiciais nomeados nos termos do número anterior, podem exigir da sociedade no mesmo processo se necessário, o reembolso das despesas que hajam efectuado e uma remuneração fixada pelo órgão de soberania jurídico competente.

3 – Tendo a sociedade decaído totalmente na acção, a minoria que requerer a nomeação de representantes judiciais é obrigada a reembolsar a sociedade das custas judiciais e das outras despesas provocadas pela referida nomeação.

ARTIGO SÉTIMO – ACÇÃO DE RESPONSABILIDADE PROPOSTA POR SÓCIOS.

1 – Independentemente do pedido de indemnização dos danos individuais que lhes tenha causado, podem um ou vários sócios que possuam pelo menos 5% do capital social ou 3% no caso de sociedade emitente de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, propor acção social de responsabilidade contra gerentes ou administradores, tendo presente a reparação a favor da sociedade do prejuízo que esta tenha sofrido, quando a mesma não a haja solicitado.

2 – Os sócios podem no interesse comum encarregar à sua custa um ou algum destes de os representar para efeitos do exercício do direito social previsto no número anterior.

3 – O facto de um ou vários sócios referidos no número anterior, perderem tal qualidade ou desistirem no decurso da instância, não obsta ao prosseguimento desta.

4 – Sempre que a acção social de responsabilidade for proposta por um ou vários sócios nos termos dos números anteriores, deve a sociedade ser chamada à causa por intermédio dos seus representantes.

5 – Se o réu alegar que o autor propôs a acção prevista no presente artigo, para prosseguir fundamentalmente interesses diversos dos protegidos por lei, pode requerer que sobre a questão assim suscitada recaia decisão prévia ou que o autor preste caução.

ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE PARA COM OS CREDORES SOCIAIS.

1 – Os gerentes ou administradores respondem para com os credores da sociedade quando pela inobservância culposa das disposições legais ou contratuais destinadas à protecção destes, o património social se torne insuficiente para a satisfação dos respectivos créditos.

2 – Sempre que a sociedade ou os sócios o não façam, os credores sociais podem exercer nos termos do disposto nos artigos direitos sujeitos à sub-rogação, credores sob condição suspensiva ou a prazo, citação do devedor, efeitos da sub-rogação, do código civil, o direito de indemnização de que a sociedade seja titular.

3 – A obrigação de indemnização referida no número 1, não é relativamente aos credores excluída pela renúncia ou pela transacção da sociedade, nem pelo facto de o acto ou omissão assentar em deliberação da assembleia geral.

4 – No caso de falência da sociedade, o direito dos credores podem ser exercidos durante o processo de falência pela administração da massa falida.

5 – Ao direito de indemnização previsto no presente artigo, é aplicável o disposto nos números 2 a 6 do artigo 2º, no artigo 3º e no número 1 do artigo 4º, do presente capítulo.

ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE PARA COM OS SÓCIOS E TERCEIROS.

1 – Os gerentes ou administradores respondem também nos termos gerais, para com os sócios e terceiros pelos danos que directamente lhe causarem no exercício das suas funções.

2 – Aos direitos de indemnização previstos no presente artigo, é aplicável o disposto nos números 2 a 6 do artigo 2º, no artigo 3º e no número 1 do artigo 4º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE DE OUTRAS PESSOAS COM FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – As disposições respeitantes à responsabilidade dos gerentes ou administradores aplicam-se a outras pessoas a quem sejam confiadas funções de administração.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO.

1 – Os membros de órgãos de fiscalização respondem nos termos aplicáveis das disposições anteriores, do presente capítulo.

2 – Os membros de órgãos de fiscalização respondem solidariamente com os gerentes ou administradores da sociedade por actos ou omissões destes no desempenho dos respectivos cargos, quando o dano se não teria produzido se houvessem cumprido as suas obrigações de fiscalização.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

1 – Os revisores oficiais de contas respondem para com a sociedade e os sócios pelos danos que lhes causarem com a sua conduta culposa, sendo-lhes aplicável o disposto no artigo 3º, do presente capítulo.

2 – Os revisores oficiais de contas respondem para com os credores da sociedade nos termos previstos no disposto no artigo 8º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO SÓCIO.

1 – O sócio que só por si ou juntamente com outros a quem esteja ligado por acordos parassociais, tenha por força de disposições do contrato de sociedade o direito de designar gerente sem que todos os sócios deliberem sobre essa designação, responde solidariamente com a pessoa por este designada sempre que esta for responsável nos termos da lei para com a sociedade ou os sócios e se verifique culpa na escolha da pessoa designada.

2 – O disposto no número anterior, é aplicável também às pessoas colectivas eleitas para cargos sociais, relativamente às pessoas por as mesmas designadas ou que as representem.

3 – O sócio que pelo número de votos que dispõe só por si ou por outros a quem esteja ligado por acordos parassociais tenha a possibilidade de fazer eleger gerente, administrador ou membro do órgão de fiscalização, responde solidariamente com a pessoa eleita havendo culpa na escolha desta, sempre que esta for responsável nos termos da presente lei para com a sociedade ou os sócios, contando que a deliberação tenha sido firmada pelos votos desse sócio e dos acima referidos e de menos de metade dos votos dos demais sócios presentes ou representados na assembleia.

4 – O sócio que tenha possibilidade ou por força de disposições contratuais ou pelo número de votos de que dispõe, só por si ou conjuntamente com pessoas a quem esteja ligado por acordos parassociais, de destituir ou fazer destituir gerente, administrador ou membro do órgão de fiscalização e pelo uso da sua influência determine essa pessoa a praticar ou omitir um acto, responde solidariamente com esta caso esta por

tal acto ou omissão incorra em responsabilidade para com a sociedade ou os sócios nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – RESPONSABILIDADE DO SÓCIO ÚNICO.

1 – Sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo anterior e quanto a sociedades coligadas, se for declarada falida uma sociedade reduzida a um único sócio, este responde ilimitadamente pelas obrigações sociais contraídas no período posterior à concentração das quotas ou das acções, contando que se prove que nesse período não foram observados os preceitos da lei que estabelecem a afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações.

2 – O disposto no número anterior, é aplicável ao período de duração da referida concentração, caso a falência ocorra depois de ter sido reconstituída a pluralidade de sócios.

CAPÍTULO OITAVO – ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

ARTIGO PRIMEIRO – DELIBERAÇÃO DA ALTERAÇÃO.

1 – A alteração do contrato de sociedade quer por modificação ou supressão de alguma das cláusulas, quer por introdução de novas cláusulas, só pode ser deliberada pelos sócios, salvo quando a lei permita atribuir cumulativamente essa competência a algum outro órgão.

2 – A alteração do contrato de sociedade deve ser reduzida a escrito.

3 – Para efeitos do número anterior, é suficiente a acta da respectiva deliberação, salvo se esta, a lei ou o contrato de sociedade exigirem outro documento.

4 – No caso previsto na parte final do número anterior, qualquer membro da administração tem o dever de com a maior brevidade e sem dependência de especial designação pelos sócios, praticar os actos necessários à alteração do contrato.

ARTIGO SEGUNDO – PROTECÇÃO DE SÓCIOS.

1 – Só por unanimidade pode ser atribuído efeito retroactivo à alteração do contrato de sociedade e apenas nas relações entre sócios.

2 – Se a alteração envolver o aumento das prestações impostas pelo contrato aos sócios, esse aumento é ineficaz para os sócios que neste não tenham consentido.

ARTIGO TERCEIRO – REQUISITOS DA DELIBERAÇÃO DE AUMENTO DO CAPITAL.

1 – A deliberação de aumento do capital deve mencionar expressamente:

- a) A modalidade do aumento do capital;
- b) O montante do aumento do capital;
- c) O montante nominal das novas participações;
- d) A natureza das novas entradas;
- e) O ágio se o houver;
- f) Os prazos dentro dos quais as entradas devem ser efectuadas, sem prejuízo do disposto no artigo 5º, do presente capítulo;
- g) As pessoas que participarão nesse aumento.

2 – Para cumprimento do disposto na alínea g) do número anterior, bastará conforme os casos mencionar que participarão os sócios que exerçam o seu direito de preferência ou que participarão só os sócios embora sem aquele direito ou que será realizada subscrição pública.

3 – Não pode ser deliberado aumento de capital na modalidade de novas entradas enquanto não estiver definitivamente registado um aumento anterior, nem estiverem vencidas todas as prestações de capital inicial ou proveniente de anterior aumento.

ARTIGO QUARTO – EFICÁCIA INTERNA DO AUMENTO DO CAPITAL.

1 – Para todos os efeitos internos, o capital considera-se aumentado e as participações consideram-se constituídas na data da deliberação, se da respectiva acta constar quais as entradas já realizadas e que não é exigida por aquela, por a lei ou pelo contrato a realização de outras entradas.

2 – Caso a deliberação não faça referência aos factos mencionados na parte final do número anterior, o capital considera-se aumentado e as participações consideram-se constituídas na data em que qualquer membro da administração declarar por escrito e sob sua responsabilidade, quais as entradas já realizadas e que não é exigida por lei, pelo contrato ou por deliberação a realização de outras entradas.

ARTIGO QUINTO – ENTRADAS E AQUISIÇÃO DE BENS.

1 – Aplica-se às entradas nos aumentos de capital o preceituado quanto a entradas da mesma natureza na constituição da sociedade, salvo o disposto nos números seguintes.

2 – Se a deliberação for omissa quanto à exigibilidade das entradas em dinheiro que a lei permite diferir, são estas exigíveis a partir do registo definitivo do aumento de capital.

3 – A deliberação de aumento do capital caduca no prazo de 1 ano, caso a declaração referida no disposto no número 2 do artigo anterior, não possa ser emitida nesse prazo por falta da realização das entradas, sem prejuízo da indemnização que for devida pelos subscritores faltosos.

ARTIGO SEXTO – AUMENTO POR INCORPORAÇÃO DE RESERVAS.

1 – A sociedade pode aumentar o seu capital por incorporação de reservas disponíveis para o efeito.

2 – Este aumento de capital só pode ser realizado depois de aprovadas as contas de exercício anterior à deliberação, mas se já tiverem decorrido mais de 183 dias sobre essa aprovação, a existência de reservas a incorporar só pode ser aprovada por um balanço especial, organizado e aprovado nos termos prescritos para o balanço anual.

3 – O capital da sociedade não pode ser aumentado por incorporação de reservas enquanto não estiverem vencidas todas as prestações do capital, inicial ou aumentado.

4 – A deliberação deve mencionar expressamente:

- a) A modalidade do aumento do capital;
- b) O montante do aumento do capital;
- c) As reservas que são incorporadas no capital.

ARTIGO SÉTIMO – AUMENTO DAS PARTICIPAÇÕES DOS SÓCIOS.

1 – Ao aumento do capital social por incorporação de reservas corresponde o aumento da participação de cada sócio, proporcionalmente ao seu valor nominal ou ao respectivo valor contabilístico, salvo se estando convencionado um critério diverso de atribuição de lucros, o contrato o mandar aplicar à incorporação de reservas ou para esta estipular algum critério especial.

2 – Se estiverem em causa acções sem valor nominal anteriores à entrada em vigor do presente código, o aumento de capital pode realizar-se sem alteração do número de acções.

3 – As quotas ou acções próprias da sociedade participam nesta modalidade de aumento de capital, salvo deliberação dos sócios em contrário.

4 – A deliberação de aumento de capital deve indicar se são criadas novas quotas ou acções ou se é aumentado o valor nominal das existentes caso exista, sendo que na falta de indicação, se mantém inalterado o número de acções.

5 – Havendo participações sociais sujeitas a usufruto, este deve incidir nos mesmos termos sobre as novas participações ou sobre as existentes.

ARTIGO OITAVO – FISCALIZAÇÃO.

1 – O pedido de registo de aumento de capital por incorporação de reservas deve ser acompanhado do balanço que serviu de base à deliberação, caso este não se encontre já depositado no órgão de soberania notarial competente.

2 – O órgão de administração e quando deva existir o órgão de fiscalização devem declarar por escrito não ter conhecimento de que no período compreendido entre o dia que se reporta o balanço que serviu de base à deliberação e a data em que foi firmada, haja decorrido diminuição patrimonial que obste ao aumento de capital.

ARTIGO NONO – CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA DE REDUÇÃO DO CAPITAL.

1 – A convocatória da assembleia geral para redução do capital deve mencionar:

- a) A finalidade da redução, indicando pelo menos se esta se destina à cobertura de prejuízos, a libertação de excesso de capital ou a finalidade especial;
- b) A forma da redução, mencionando se será reduzido o valor nominal das participações ou se haverá reagrupamento ou extinção de participações.

2 – Devem também ser especificadas as participações sobre as quais a operação incidirá, no caso de esta não incidir igualmente sobre todos.

ARTIGO DÉCIMO – DELIBERAÇÃO DE REDUÇÃO DO CAPITAL.

1 – A redução do capital não pode ser deliberada se a situação líquida da sociedade não ficar a exceder o novo capital em pelo menos 33%.

2 – É permitido deliberar a redução do capital a um montante inferior ao mínimo estabelecido na presente lei para o respectivo tipo de sociedade, se tal redução ficar expressamente condicionada à efectivação de aumento do capital para montante igual ou superior àquele mínimo, a realizar nos 62 dias seguintes àquela deliberação.

3 – O disposto na presente lei sobre capital mínimo, não obsta a que a deliberação da redução seja válida, se simultaneamente for deliberada a transformação da sociedade para um tipo que possa legalmente ter um capital do montante reduzido.

4 – A redução do capital não exonera os sócios das suas obrigações de liberação do capital.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TUTELA DOS CREDITORES.

1 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, qualquer credor social pode no prazo de 30 dias após a publicação do registo da redução do capital, requerer ao órgão de soberania jurídico competente que a distribuição de reservas disponíveis ou dos lucros do exercício seja proibida ou limitada durante um período a fixar, a não ser que o crédito do requerente seja satisfeito se já for exigível ou adequadamente garantido nos demais casos.

2 – A faculdade conferida aos credores no número anterior, apenas pode ser exercida se estes tiverem solicitado à sociedade a satisfação do seu crédito ou a prestação de garantia adequada há pelo menos 15 dias, sem que o seu pedido tenha sido atendido.

3 – Antes de decorrido o prazo concedido aos credores sociais nos termos dos números anteriores, não pode a sociedade efectuar as distribuições nestes mencionadas, valendo a mesma proibição a partir do conhecimento pela sociedade do requerimento de algum credor.

CAPÍTULO NONO – FUSÃO DE SOCIEDADES.

ARTIGO PRIMEIRO – NOÇÃO E MODALIDADE.

1 – Duas ou mais sociedades ainda que de tipo diferente podem fundir-se mediante a reunião numa só.

2 – As sociedades dissolvidas podem fundir-se com outras sociedades, dissolvidas ou não, ainda que a liquidação seja realizada judicialmente, se preencherem os requisitos de que depende o regresso ao exercício da actividade social.

3 – Não é permitido a uma sociedade fundir-se a partir da data da petição de apresentação à insolvência ou do pedido de declaração desta.

4 – A fusão pode realizar-se:

- a) Mediante a transferência global do património de uma ou mais sociedades para outra e a atribuição aos sócios daquelas de partes, acções ou quotas desta;
- b) Mediante a constituição de uma nova sociedade, para a qual se transferem globalmente os patrimónios das sociedades fundidas, sendo aos sócios destas atribuídas partes, acções ou quotas da nova sociedade.

5 – Para além das partes, acções ou quotas da sociedade incorporante ou da nova sociedade referidas no número anterior, podem ser atribuídas aos sócios da sociedade incorporada ou das sociedades fundidas quantias em dinheiro que não excedam 10% do valor nominal das participações que lhe forem atribuídos.

ARTIGO SEGUNDO – PROJECTO DE FUSÃO.

1 – As administrações das sociedades que pretendam fundir-se elaboram em uníssonos um projecto de fusão, donde conste para além de outros elementos exigidos para o perfeito conhecimento da operação visada, tanto no aspecto jurídico como no aspecto económico, os seguintes elementos:

- a) A modalidade, os motivos, as condições e os objectivos da fusão relativamente a todas as sociedades participantes;
- b) O tipo, a firma, a sede, o montante do capital e o número de matrícula no registo comercial de cada uma das sociedades, bem como a sede e a firma da sociedade resultante da fusão;
- c) A participação que alguma das sociedades possua no capital de outra;

- d) O balanço de cada uma das sociedades intervenientes, donde conste designadamente o valor dos elementos do activo e do passivo a transferir para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade;
- e) As partes, acções ou quotas a atribuir aos sócios da sociedade a incorporar nos termos da alínea a) ou das sociedades a fundir nos termos da alínea b) do número 4 do artigo anterior e se as houver, as quantias em dinheiro a atribuir aos mesmos sócios, especificando-se a relação de troca das participações sociais;
- f) O projecto de alteração a introduzir no contrato da sociedade incorporante ou o projecto do contrato da nova sociedade;
- g) As medidas de protecção dos direitos de terceiros não sócios a participar nos lucros da sociedade;
- h) As modalidades de protecção dos direitos dos credores;
- i) A data a partir da qual as operações da sociedade incorporada ou das sociedades a fundir são consideradas do ponto de vista contabilístico como efectuadas por conta da sociedade incorporante ou da nova sociedade;
- j) Os direitos assegurados pela sociedade incorporante ou pela nova sociedade a sócios da sociedade incorporada ou das sociedades a fundir que possuam direitos especiais;
- k) Quaisquer vantagens especiais atribuídas aos peritos que intervenham na fusão e aos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização das sociedades participantes na fusão;
- l) Nas fusões em que seja anónima a sociedade incorporante ou a nova sociedade, as modalidades de entrega das acções dessas sociedades e a data a partir da qual estas acções dão direito a lucros, bem como as modalidades desse direito.

2 – O balanço referido na alínea d) do número anterior é:

- a) O balanço do último exercício;
- b) Um balanço reportado a uma data que não exceda o nonagésimo segundo dia à data do projecto de fusão.

3 – O projecto ou um anexo a este indicará os critérios de avaliação adoptados, bem como as bases de relação de troca referidas na alínea e) do número 1.

4 – O projecto de fusão pode ser elaborado através de modelo electrónico disponível em página na internet que permita a entrega de todos os documentos exigidos e a promoção imediata do registo do projecto nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, fiscal, notarial e social.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO DO PROJECTO.

1 – A administração de cada sociedade participante na fusão que tenha um órgão de fiscalização deve comunicar-lhe o projecto da fusão e seus anexos, para que sobre estes seja emitido parecer.

2 – Para além da comunicação referida no número anterior ou em substituição desta se se tratar de sociedade que não tenha órgão de fiscalização, a administração de cada sociedade participante na fusão deve promover o exame do projecto de fusão por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores independentes de todas as sociedades intervenientes.

3 – Se todas ou alguma das sociedades participantes na fusão assim o desejarem, os exames referidos no número anterior, poderão ser realizados quanto a todas estas ou quanto às que nesse acto tiverem acordado, pelo mesmo revisor ou sociedade de revisores, sendo neste caso o revisor ou sociedade de revisores designado a solicitação conjunta das sociedades interessadas, pela arte bastonária dos revisores oficiais de contas.

4 – Os revisores elaborarão relatórios donde constará o seu parecer fundamentado sobre a adequação e razoabilidade de relação de troca das participações sociais, indicando pelo menos:

- a) Os métodos seguidos na definição da relação de troca proposta;
- b) A justificação da aplicação ao caso concreto dos métodos utilizados pelo órgão de administração das sociedades ou pelos próprios revisores, os valores encontrados através de cada um desses métodos, a importância relativa que lhes foi conferida na determinação dos valores propostos e as dificuldades especiais com que se tenham deparado nas avaliações a que procederam.

5 – Cada um dos revisores pode exigir das sociedades participantes as informações e documentos que julgue necessários, bem como proceder aos exames indispensáveis ao cumprimento das suas funções.

6 – Não são exigidos o exame do projecto de fusão referido no número 2 e os relatórios previstos no número 4 se todos os sócios e portadores de outros títulos que confirmam direito de voto de todas as sociedades que participam na fusão os dispensarem.

ARTIGO QUARTO – REGISTO DO PROJECTO E CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA.

1 – O projecto de fusão deve ser registado.

2 – O projecto de fusão deve ser submetido a deliberação dos sócios de cada uma das sociedades participantes em assembleia geral seja qual for o tipo de sociedade, sendo as assembleias convocadas depois de efectuado o registo para se reunirem decorrido pelo menos 30 dias sobre a data da publicação da convocatória.

3 – A convocatória deve mencionar que o projecto e a documentação anexa podem ser consultados na sede de cada sociedade, pelos respectivos sócios e credores sociais e qual a data designada para a assembleia.

4 – A convocatória é automática e gratuitamente publicada em simultâneo com a publicação do registo do projecto, se os elementos referidos no número anterior, forem indicados no pedido de registo do projecto.

5 – A publicação do registo do projecto é promovida de forma oficiosa e automática pelo serviço de registo e contém a indicação de que os credores se podem opor à fusão nos termos do disposto no artigo 6º, do presente capítulo.

6 – O disposto nos números 2 e 3 não obsta à utilização de outras formas de comunicação aos sócios nos termos previstos para cada tipo de sociedade, bem como à deliberação nos termos previstos no disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

ARTIGO QUINTO – CONSULTA DE DOCUMENTOS.

1 – A partir da publicação do registo do projecto, os sócios, credores e representantes dos profissionais ou quando estes não existam os profissionais de qualquer das sociedades participantes na fusão, têm o direito de consultar na sede de cada uma das sociedades, os seguintes documentos e de obter sem encargos cópia integral:

- a) Do projecto de fusão;
- b) Do relatório e dos pareceres elaborados por órgãos da sociedade e peritos;
- c) Das contas, dos relatórios dos órgãos de administração, dos relatórios e pareceres dos órgãos de fiscalização e das deliberações das assembleias gerais sobre essas contas relativamente aos 3 últimos exercícios.

2 – Se até à data fixada para a reunião da assembleia geral nos termos do artigo anterior, a administração da sociedade receber um parecer dos representantes dos profissionais relativamente ao processo de fusão, este parecer deve ser anexado ao relatório elaborado pelos órgãos da sociedade e pelos peritos.

ARTIGO SEXTO – OPOSIÇÃO DOS CREDITORES.

1 – No prazo de 30 dias após a publicação do registo do projecto, os credores das sociedades participantes cujos créditos sejam anteriores a essa publicação podem deduzir oposição judicial à fusão, com fundamento no prejuízo que desta deriva para a realização dos seus direitos, desde que tenham solicitado à sociedade a satisfação do seu crédito ou a prestação de garantia adequada há pelo menos 15 dias sem que o seu pedido tenha sido atendido.

ARTIGO SÉTIMO – EFEITOS DA OPOSIÇÃO.

1 – A oposição judicial deduzida por qualquer credor impede a inscrição definitiva da fusão no registo comercial até que se verifique algum dos seguintes factos:

- a) Haver sido julgada improcedente, por decisão com trânsito em julgado ou no caso de absolvição da instância não ter o oponente intentado nova acção no prazo de 30 dias;
- b) Ter havido desistência do oponente;

- c) Ter a sociedade satisfeito o oponente ou prestado a caução fixada por acordo ou decisão judicial;
- d) Haver o oponente consentido na inscrição;
- e) Ter sido consignada em depósito a importância devida ao oponente.

2 – Se julgar procedente a oposição, o órgão de soberania jurídico competente determina o reembolso do crédito do oponente ou não podendo exigi-lo a prestação da caução.

3 – O disposto no artigo anterior e nos números 1 e 2 do presente artigo, não obsta à aplicação das cláusulas contratuais que atribuem ao credor o direito à imediata satisfação do seu crédito, se a sociedade devedora se fundir.

ARTIGO OITAVO – CREDITORES OBRIGACIONISTAS.

1 – O disposto nos artigos 6º e 7º, do presente capítulo, é aplicável aos credores obrigacionistas com as alterações estabelecidas nos números seguintes.

2 – Devem efectuar-se assembleias dos credores obrigacionistas de cada sociedade para se pronunciarem sobre a fusão, relativamente aos possíveis prejuízos para esses credores, sendo as deliberações firmadas por maioria absoluta dos obrigacionistas presentes e representados.

3 – Se a assembleia não aprovar a fusão, o direito de oposição deve ser exercido colectivamente através de um representante por a mesma eleito.

4 – Os portadores de obrigações ou outros títulos convertíveis em acções ou obrigações com direito de subscrição de acções, usufruem do direito de oposição nos termos do presente artigo, se nenhum direito específico lhes tiver sido atribuído.

ARTIGO NONO – PORTADORES DE OUTROS TÍTULOS.

1 – Os portadores de títulos que não sejam acções, mas aos quais sejam devidos direitos especiais, devem continuar a usufruir de direitos pelo menos equivalentes na sociedade incorporante ou na nova sociedade, salvo se:

- a) For deliberado em assembleia especial dos portadores de títulos e por maioria absoluta do número de cada espécie de títulos que os referidos direitos podem ser alterados;
- b) Todos os portadores de cada espécie de títulos consentirem individualmente na modificação dos seus direitos, caso não esteja prevista na lei ou no contrato social a existência de assembleia especial;
- c) O projecto de fusão prever a aquisição desses títulos pela sociedade incorporante ou pela nova sociedade e as condições dessa aquisição forem aprovados em assembleia especial pela maioria dos portadores presentes e representados.

ARTIGO DÉCIMO – REUNIÃO DA ASSEMBLEIA.

1 – Reunida a assembleia, a administração começara por declarar expressamente se desde a elaboração do projecto de fusão houve mudança relevante nos elementos de facto em que se baseou e no caso afirmativo quais as modificações do projecto que se tornam exigíveis.

2 – Tendo havido mudança relevante nos termos do número anterior, a assembleia delibera se o processo da fusão deve ser renovado ou se prossegue na apreciação da proposta.

3 – A proposta apresentada às várias assembleias deve ser rigorosamente idêntica.

4 – Qualquer modificação introduzida pela assembleia considera-se rejeição da proposta, sem prejuízo da renovação desta.

5 – Qualquer sócio pode na assembleia exigir as informações sobre as sociedades participantes que forem indispensáveis para se esclarecer acerca da proposta da fusão.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DELIBERAÇÃO.

1 – A deliberação é firmada na falta de disposição especial nos termos prescritos para a alteração do contrato de sociedade.

2 – A fusão apenas pode ser registada depois de obtido o consentimento dos sócios prejudicados, sempre que:

- a) Aumentar as obrigações de todos ou alguns dos sócios;
- b) Afetar direitos especiais de que sejam titulares alguns dos sócios;
- c) Alterar a proporção das suas participações sociais em face dos demais sócios da mesma sociedade, salvo na medida em que tal alteração resulte de pagamentos que lhes sejam exigidos para respeitar disposições legais que imponham valor mínimo ou certo de cada unidade de participação.

3 – Se alguma das sociedades participantes tiver várias categorias de acções, a deliberação da fusão da respectiva assembleia geral só é eficaz depois de aprovada pela assembleia especial de cada categoria.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PARTICIPAÇÃO DE UMA SOCIEDADE NO CAPITAL DE OUTRA.

1 – No caso de alguma das sociedades possuir participação no capital de outra, não pode dispor de número de votos superior à soma dos que competem a todos os demais sócios.

2 – Para os efeitos do número anterior, aos votos da sociedade somam-se os votos das demais sociedades que com aquela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, bem como os votos de pessoas que actuem em nome próprio, mas por conta de alguma dessas sociedades.

3 – Por efeito de fusão por incorporação, a sociedade incorporante não recebe partes, acções ou quotas de si própria em troca de partes, acções ou quotas na sociedade incorporada de que sejam titulares aquela ou esta sociedade ou ainda pessoas que actuem em nome próprio, mas por conta de uma ou de outra dessas sociedades.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DIREITO DE EXONERAÇÃO DOS SÓCIOS.

1 – Se a lei ou o contrato de sociedade atribuir ao sócio que tenha votado contra o projecto de fusão o direito de se exonerar, pode o sócio exigir no prazo de 30 dias a contar da data da deliberação, que a sociedade adquira ou faça adquirir a sua participação social.

2 – Salvo estipulação diversa do contrato de sociedade ou acordo das partes, a contrapartida da aquisição deve ser calculada nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo sexto, do título anterior, com referência ao momento da deliberação da fusão, por um revisor oficial de contas designado por mútuo acordo ou na falta deste, pelo órgão de soberania jurídico competente.

3 – Nos termos do número anterior, é lícito a qualquer das partes requerer segunda avaliação nos termos do disposto no código de processo civil.

4 – O disposto no número anterior, é também aplicável quando a sociedade não tiver oferecido uma contrapartida ou a não tiver oferecido regularmente, sendo o prazo a contar nestas hipóteses depois de decorridos 21 dias sobre a data em que o sócio exigir à sociedade a aquisição da sua participação social.

5 – O direito de o sócio alienar por outro modo a sua participação social não é afectado pelo estatuído nos números anteriores, nem a essa alienação quando efectuada no prazo aí fixado obstam as limitações prescritas pelo contrato de sociedade.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – FORMA E DISPOSIÇÃO APLICÁVEIS.

1 – O acto de fusão deve revestir a forma exigida para a transmissão dos bens das sociedades incorporadas ou no caso de constituição da nova sociedade das sociedades participantes nessa fusão.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, se a fusão se realizar mediante a constituição de nova sociedade, devem observar-se as disposições que reguem essa constituição, salvo se outra disposição resultar da sua própria razão de ser.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGISTO DA FUSÃO.

1 – Deliberada a fusão por todas as sociedades participantes sem que tenha sido deduzida oposição no prazo previsto no artigo 6º, do presente capítulo ou tendo esta sido deduzida se tenha verificado algum dos factos referidos no número 1 do artigo 7, do

presente capítulo, deve ser requerida a inscrição da fusão no registo comercial por qualquer dos administradores das sociedades participantes na fusão ou da nova sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – EFEITOS DO REGISTO.

1 – Com a inscrição da fusão no registo comercial:

- a) Extinguem-se as sociedades incorporadas ou no caso da constituição de nova sociedade, todas as sociedades fundidas, transmitindo-se os seus direitos e obrigações para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade;
- b) Os sócios das sociedades extintas tornam-se sócios da sociedade incorporante ou da nova sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CONDIÇÃO OU TERMO.

1 – Se a eficácia da fusão estiver sujeita a condição ou termo suspensivos e ocorrerem antes da verificação destas, mudanças relevantes nos elementos de facto em que as deliberações se basearam, pode a assembleia de qualquer das sociedades deliberar que seja requerida a resolução ou a modificação do contrato, ficando a eficácia deste diferida até ao trânsito em julgado da decisão a proferir no processo.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESPONSABILIDADE EMERGENTE DA FUSÃO.

1 – Os membros do órgão de administração e os membros do órgão de fiscalização de cada uma das sociedades participantes são solidariamente responsáveis pelos danos causados pela fusão à sociedade e aos seus sócios e credores, desde que na verificação da situação patrimonial das sociedades e na conclusão da fusão, não tenham observado a diligência de um gestor criterioso e ordenado.

2 – A extinção de sociedades ocasionada pela fusão não impede o exercício dos direitos de indemnização previstos no número anterior, bem como os direitos que resultem da fusão a favor ou contra as mesmas, considerando-se essas sociedades extintas para esse efeito.

ARTIGO DÉCIMO NONO – EFECTIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE NO CASO DE EXTINÇÃO DA SOCIEDADE.

1 – Os direitos previstos no artigo anterior, quando relativos às sociedades referidas no seu número 2, serão exercidos por um representante especial, cuja nomeação pode ser requerida judicialmente por qualquer sócio ou credor da sociedade em causa.

2 – O representante especial deve convidar os sócios e credores da sociedade mediante a publicação de aviso, a reclamar os seus direitos de indemnização no prazo por o mesmo fixado, que não pode ser inferior a 30 dias.

3 – A indemnização atribuída à sociedade será utilizada para satisfazer os respectivos credores, na medida em que não tenham sido pagos ou caucionados pela sociedade incorporante ou pela nova sociedade, repartindo-se o excedente entre os sócios, de acordo com as normas aplicáveis à partilha do activo de liquidação.

4 – Os sócios e os credores que não tenham reclamado tempestivamente os seus direitos não são abrangidos na repartição ordenada no número precedente.

5 – O representante especial tem direito ao reembolso das despesas que razoavelmente tenha realizado e a uma remuneração da sua actividade.

6 – Nos termos do número anterior, o órgão de soberania jurídico competente em seu prudente arbítrio, fixará o montante das despesas e da remuneração, bem como a medida em que as mesmas devem ser suportadas pelos sócios e credores interessados.

ARTIGO VIGÉSIMO – INCORPORAÇÃO DE SOCIEDADE DETIDA PELO MENOS A 67% POR OUTRA.

1 – O disposto nos artigos anteriores, aplica-se com as excepções estabelecidas nos números seguintes, à incorporação por uma sociedade de outra cujas partes, quotas ou acções aquela seja titular de pelo menos 67%, directamente ou por pessoas que detenham essas participações por conta da mesma mas em nome próprio.

2 – Não são neste caso aplicáveis as disposições relativas à troca de participações sociais, aos relatórios dos órgãos sociais e de peritos e à responsabilidade desses órgãos e peritos.

3 – A fusão pode ser registada sem prévia deliberação das assembleias gerais, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) No projecto de fusão seja indicado que não há prévia deliberação das assembleias gerais, caso a respectiva convocação não seja requerida nos termos previstos na alínea c);
- b) Os sócios tenham podido deter conhecimento na sede social da documentação referida no artigo 5º, do presente capítulo, a partir pelo menos do sétimo dia seguinte à publicação do registo do projecto de fusão e do mesmo tenham sido avisados no mesmo projecto ou simultaneamente com a comunicação deste;
- c) Nos 15 dias seguintes à publicação do registo do projecto de fusão não tenha sido requerida por sócios detentores de 5% do capital social a convocação de assembleia geral para se pronunciarem sobre a fusão.

4 – Os sócios detentores de 10% ou menos do capital social da sociedade incorporada que tenham votado contra o projecto de fusão em assembleia convocada nos termos da alínea c) do número anterior, podem exonerar-se da sociedade.

5 – À exoneração solicitada nos termos do número anterior, aplica-se o disposto no artigo 13º, do presente capítulo.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – NULIDADE DA FUSÃO.

1 – A nulidade da fusão só pode ser declarada por decisão judicial, com fundamento na inobservância da forma legalmente exigida ou na prévia declaração de nulidade ou anulação de alguma das deliberações das assembleias gerais das sociedades participantes.

2 – A acção declarativa da nulidade da fusão só pode ser proposta enquanto não tiverem sido sanados os vícios existentes, mas nunca depois de decorridos 92 dias a contar da publicação da fusão definitivamente registada ou da publicação da sentença transitada em julgado que declare nula ou anule alguma das deliberações das referidas assembleias gerais.

3 – O órgão de soberania jurídico competente não declarará a nulidade da fusão se o vício que a produz for sanado no prazo que fixar.

4 – A declaração judicial de nulidade está sujeita à mesma publicidade exigida para a fusão.

5 – Os efeitos dos actos praticados pela sociedade incorporante depois da inscrição da fusão no órgão de soberania notarial competente e antes da decisão declarativa da nulidade não são afectados por esta, mas a sociedade incorporada é solidariamente responsável pelas obrigações contraídas pela sociedade incorporante durante esse período, bem como do mesmo modo respondem as sociedades fundidas pelas obrigações contraídas pela nova sociedade se a fusão for declarada nula.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – NOÇÃO E ÂMBITO DAS FUSÕES TRANSFRONTEIRIÇAS.

1 – A fusão transfronteiriça realiza-se mediante a reunião numa só de duas ou mais sociedades desde que uma das sociedades participantes na fusão tenha sede efectiva em Portugal e outra das sociedades participantes na fusão tenha sede efectiva num estado soberano externo a Portugal.

2 – As sociedades em nome colectivo e as sociedades em comandita simples podem participar numa fusão transfronteiriça.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – DIREITO APLICÁVEL.

1 – São aplicáveis às sociedades com sede efectiva em Portugal participantes num processo de fusão transfronteiriças as disposições do artigo anterior e dos artigos seguintes e subsidiariamente as disposições relativas às fusões internas, em especial no que respeita ao processo de deliberação de decisão relativo à fusão, à protecção dos credores das sociedades objecto de fusão, dos obrigacionistas e dos direitos dos profissionais que não sejam regulados por lei especial.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PROJECTOS COMUNS DE FUSÕES TRANSFRONTEIRIÇAS.

1 – O projecto comum de fusão transfronteiriça deve conter os elementos referidos no artigo 2º, do presente capítulo e ainda:

- a) As normas para a transferência de acções ou outros títulos representativos do capital social da sociedade resultante da fusão transfronteiriça;
- b) A data do encerramento das contas das sociedades que participam na fusão utilizadas para definir as condições da fusão transfronteiriça;
- c) Se for o caso, as informações sobre os procedimentos de acordo com os quais são fixados as disposições relativas à intervenção dos profissionais na definição dos respectivos direitos de participação na sociedade resultante da fusão transfronteiriça;
- d) As prováveis repercussões da fusão no emprego.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DESIGNAÇÃO DE PERITOS.

1 – Aplica-se à fiscalização do projecto comum nas sociedades com sede efectiva em Portugal participantes numa fusão transfronteiriça o disposto nos números 1, 2, 4 e 6 do artigo 3º, do presente capítulo.

2 – Se todas as sociedades participantes na fusão o desejarem, o exame pericial do projecto comum de fusão poderá ser realizado quanto a todas as sociedades pelo mesmo revisor ou sociedade de revisores, que elabora um relatório único destinado a todos os sócios das sociedades participantes.

3 – Nos casos previstos no artigo anterior, recaindo a escolha das sociedades participantes num revisor português ou numa sociedade de revisores portuguesa, a sua designação fica a cargo da arte bastonária dos revisores oficiais de contas, que procede à nomeação a solicitação conjunta das sociedades interessadas.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – FORMA E PUBLICIDADE.

1 – A participação de sociedades com sede efectiva em Portugal numa fusão transfronteiriça está sujeita às exigências de forma, bem como ao registo e à publicação previstas para as fusões internas, sem prejuízo do disposto no artigo 29º, do presente capítulo.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – APROVAÇÃO DO PROJECTO DE FUSÃO.

1 – O projecto comum de fusão transfronteiriça deve ser aprovado pela assembleia geral de cada sociedade participante.

2 – Aplicam-se à aprovação do projecto comum de fusão pelas assembleias gerais das sociedades participantes com sede efectiva em Portugal as disposições dos artigos 10º e 11º, do presente capítulo.

3 – A assembleia geral de qualquer das sociedades participantes pode subordinar a realização da fusão transfronteiriça à condição de serem aprovados nessa assembleia as disposições relativas à participação dos profissionais na sociedade resultante da fusão transfronteiriça.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – CERTIFICADO PRÉVIO E REGISTO DA FUSÃO.

1 – As autoridades competentes para o controlo da legalidade das fusões transfronteiriças são os serviços do registo comercial dos órgãos de soberania notariais.

2 – O controlo da legalidade previsto no número anterior, abrange a prática dos seguintes actos:

- a) A emissão de um certificado prévio, em relação a cada uma das sociedades participantes que tenham sede em Portugal e a sua solicitação, que comprove o cumprimento das actas e formalidades anteriores à fusão;
- b) A fiscalização da legalidade da fusão transfronteiriça no âmbito do seu registo, desde que a sociedade resultante da fusão tenha sede efectiva em Portugal.

3 – A emissão de certificado referida na alínea a) do número anterior, pressupõe a verificação do cumprimento das formalidades prévias à fusão, em face das disposições legais aplicáveis, do projecto comum registado e publicado e dos relatórios dos órgãos da sociedade e dos peritos que no caso devam existir.

4 – O controlo referido na alínea b) do número 2 é realizado em especial, mediante a verificação dos seguintes elementos:

- a) Aprovação do projecto comum de fusão transfronteiriça nos mesmos termos, pelas sociedades participantes;
- b) Fixação das disposições relativas à participação do estado, bem como dos profissionais em conformidade com as normas legais aplicáveis, nos casos em que a mesma seja necessária.

5 – Para efeitos do controlo referido na alínea b) do número 2, o pedido de registo da fusão transfronteiriça deve ser apresentado ao serviço do registo comercial pelas sociedades participantes, acompanhado do certificado referido na alínea a) do mesmo número e do projecto comum de fusão transfronteiriça aprovado pela assembleia geral, no prazo de 92 dias após a emissão do certificado.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – EFEITOS DO REGISTO DA FUSÃO TRANSFRONTEIRIÇA.

1 – Com a inscrição da fusão transfronteiriça no registo comercial, produzem-se os efeitos previstos no artigo 16º, do presente capítulo.

ARTIGO TRIGÉSIMO – INCORPORAÇÃO DE SOCIEDADE TOTALMENTE PERTENCENTE A OUTRA ANTERIOR À PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE COM SEDE EFECTIVA EM PORTUGAL.

1 – O disposto nos artigos 22º e seguintes, do presente capítulo, aplica-se com as excepções estabelecidas nos números seguintes, à incorporação por uma sociedade de outra cujas quotas ou acções aquela seja a única titular, directamente ou por pessoas que detenham essas participações por conta da mesma, mas em nome próprio, anterior à participação do estado no capital social da sociedade com sede efectiva em Portugal.

2 – Não são aplicáveis neste caso as disposições relativas à troca de participações sociais, nem aos relatórios de peritos da sociedade incorporada e os sócios da sociedade incorporada não se tornam sócios da sociedade incorporante.

3 – Não é obrigatória nestes casos a aprovação do projecto comum de fusão pelas assembleias gerais das sociedades incorporantes, podendo também ser dispensada essa aprovação pela assembleia geral da sociedade incorporante, desde que se verifiquem cumulativamente os requisitos estabelecidos no disposto no número 3 do artigo 20º, do presente capítulo.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – FUSÃO POR AQUISIÇÃO TENDENTE AO DOMÍNIO TOTAL.

1 – Nos casos em que a sociedade incorporante que disponha de quotas ou acções correspondentes a pelo menos 67% do capital das sociedades incorporadas realizar uma fusão transfronteiriça por aquisição, os relatórios de peritos e os documentos necessários para a fiscalização são sempre exigidos mesmo nos casos em que a legislação que regula a sociedade incorporante ou as sociedades incorporantes com sede num estado soberano externo dispensem esses requisitos nas aquisições tendentes ao domínio total.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – PARTICIPAÇÃO ESTATAL.

1 – As sociedades resultantes do processo de fusão transfronteiriça que firmem a sede efectiva em espaço territorial português, estão obrigadas à participação de 10% no capital social pelo estado português.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – VALIDADE DA FUSÃO.

1 – A fusão que já tenha começado a produzir efeitos nos termos do disposto no artigo 29º, do presente capítulo, não pode ser declarada nula.

CAPÍTULO DÉCIMO – CISÃO DE SOCIEDADES.

ARTIGO PRIMEIRO – NOÇÃO E MODALIDADES.

1 – É permitido a uma sociedade:

- a) Destacar parte do seu património para com o mesmo constituir outra sociedade;
- b) Dissolver-se e dividir o seu património, sendo cada uma das partes resultantes destinada a constituir uma nova sociedade;
- c) Destacar partes do seu património ou dissolver-se, dividindo o seu património em duas ou mais partes, para as fundir com sociedades já existentes ou com partes do património de outras sociedades, separadas por idênticos processos e com igual finalidade.

2 – As sociedades resultantes da cisão podem ser de tipo diferente do da sociedade cindida.

ARTIGO SEGUNDO – PROJECTO DE CISÃO.

1 – Compete à administração da sociedade a cindir ou tratando-se de cisão-fusão, às administrações das sociedades participantes em conjunto, elaborar o projecto de cisão donde constem para além dos demais elementos necessários ou convenientes para o perfeito conhecimento da operação visada, tanto no aspecto jurídico como no aspecto económico os seguintes elementos:

- a) A modalidade, os motivos, as condições e os objectivos da cisão relativamente a todas as sociedades participantes;
- b) A firma, a sede, o montante do capital e o número da matrícula no registo comercial de cada uma das sociedades;
- c) A participação que alguma das sociedades possua no capital de outra;
- d) A enumeração completa e precisa dos bens a transmitir para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade e os valores que lhes são atribuídos;
- e) Tratando-se de cisão-fusão, o balanço de cada uma das sociedades participantes, elaborado nos termos do disposto na alínea d) do número 1 e do número 2 do artigo 2º, do capítulo anterior;
- f) As partes, quotas ou acções da sociedade incorporante ou da nova sociedade e se for o caso, as quantias em dinheiro que serão atribuídos aos sócios da sociedade a cindir, especificando-se a relação de troca das participações sociais, bem como as bases desta relação;
- g) As modalidades de entrega das acções representativas do capital das sociedades resultantes da cisão;
- h) A data a partir da qual as novas participações concedem o direito de participar nos lucros, bem como quaisquer particularidades relativas a este direito;

- i) A data a partir da qual as operações da sociedade cindida são consideradas do ponto de vista contabilístico como efectuadas por conta da ou das sociedades resultantes da cisão;
- j) Os direitos assegurados pelas sociedades resultantes da cisão aos sócios da sociedade cindida titulares de direitos especiais;
- k) Quaisquer vantagens especiais atribuídas aos peritos que intervenham na cisão e aos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização das sociedades participantes na cisão;
- l) O projecto de alterações a introduzir no contrato da sociedade incorporante ou o projecto do contrato da nova sociedade;
- m) As directrizes de protecção dos direitos dos credores;
- n) As directrizes de protecção do direito de terceiros não sócios a participar nos lucros da sociedade;
- o) A atribuição de posição contratual da sociedade ou das sociedades intervenientes, decorrente dos contratos laborais celebrados com os seus profissionais, os quais não se extinguem por força da cisão.

ARTIGO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.

1 – É aplicável à cisão de sociedades com as necessárias adaptações, o disposto relativamente à fusão.

ARTIGO QUARTO – EXCLUSÃO DE NOVAÇÃO.

1 – A atribuição de dívidas da sociedade cindida à sociedade incorporante ou à nova sociedade não produz novação.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS.

1 – A sociedade cindida responde solidariamente pelas dívidas que por força da cisão, tenham sido atribuídas à sociedade incorporante ou à nova sociedade.

2 – As sociedades beneficiárias das entradas resultantes da cisão, respondem até ao valor dessas entradas, pelas dívidas da sociedade cindida anteriores à inscrição da cisão no registo comercial, podendo todavia convencionar-se que a responsabilidade é meramente conjunta.

3 – A sociedade que por motivo da solidariedade prescrita nos números anteriores, pague dívidas que não lhe hajam sido atribuídas tem direito de regresso contra a devedora principal.

ARTIGO SEXTO – RESQUISITOS DA CISÃO SIMPLES.

1 – A cisão prevista na alínea a) do número 1 do artigo 1º, do presente capítulo, não é possível:

- a) Se o valor do património da sociedade cindida se tornar inferior à soma das importâncias do capital social e da reserva legal e não se proceder antes da cisão ou juntamente com esta, à correspondente redução do capital social;
- b) Se o capital da sociedade a cindir não estiver inteiramente liberado.

2 – Nas sociedades por quotas adicionar-se-á para os efeitos da alínea a) do número anterior, a importância das prestações suplementares efectuadas pelos sócios e ainda não reembolsadas.

3 – A verificação das condições exigidas nos números anteriores, constará expressamente dos pareceres e relatórios dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades, bem como do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas.

ARTIGO SÉTIMO – ACTIVO E PASSIVO DESTACÁVEIS.

1 – Na cisão simples só podem ser destacados para a constituição da nova sociedade os elementos seguintes:

- a) Participações noutras sociedades, quer constituam a totalidade, quer parte das possuídas pela sociedade a cindir, para a formação da nova sociedade cujo exclusivo objecto consista na gestão de participações sociais;
- b) Bens que no património da sociedade a cindir estejam agrupados de modo a fornecerem uma unidade económica.

2 – Nos casos da alínea b) do número anterior, podem ser atribuídos à nova sociedade dívidas que economicamente se relacionem com a constituição ou o funcionamento da unidade aí referida.

ARTIGO OITAVO – REDUÇÃO DO CAPITAL DA SOCIEDADE A CINDIR.

1 – A redução do capital da sociedade a cindir só fica sujeita ao regime geral sempre que não se contenha no montante global do capital das novas sociedades.

ARTIGO NONO – CISÃO-DISSOLUÇÃO E EXTENSÃO.

1 – A cisão-dissolução prevista na alínea b) do número 1 do artigo 1º, do presente capítulo, deve abranger todo o património da sociedade a cindir.

2 – Não tendo a deliberação da cisão estabelecido o critério de atribuição de bens ou de dívidas que não constem do projecto definitivo da cisão, os bens são repartidos entre as novas sociedades na proporção que resultar do projecto de cisão.

3 – Nos termos do número anterior, pelas dívidas responderão solidariamente as novas sociedades.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA NOVA SOCIEDADE.

1 – Salvo acordo diverso entre os interessados, os sócios da sociedade dissolvida por cisão-dissolução participarão em cada uma das novas sociedades na proporção que lhes compete na primeira.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REQUISITOS ESPECIAIS DA CISÃO-FUSÃO.

1 – Os requisitos a que por lei ou contrato esteja submetida a transmissão de certos bens ou direitos não são dispensados no caso de cisão-fusão.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONSTITUIÇÃO DAS NOVAS SOCIEDADES.

1 – Na constituição de novas sociedades por cisões-fusões simultâneas de duas ou mais sociedades, podem intervir apenas estas.

2 – A participação dos sócios da sociedade cindida na formação do capital da nova sociedade não pode ser superior ao valor dos bens destacados, líquido das dívidas que convencionalmente os acompanhem.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADES.

ARTIGO PRIMEIRO – NOÇÃO E MODALIDADES.

1 – As sociedades constituídas segundo um dos tipos enumerados no número 2 do artigo 1º, do capítulo primeiro, do presente título, podem adoptar posteriormente um outro desses tipos, salvo proibição da lei ou do contrato.

2 – As sociedades constituídas nos termos do capítulo primeiro, do título anterior, podem posteriormente adoptar algum dos tipos enumerados no número 2 do artigo 1º, do capítulo primeiro, do presente título.

3 – A transformação de uma sociedade nos termos dos números anteriores, não produz a dissolução desta, salvo se assim for deliberado pelos sócios.

4 – As disposições do presente capítulo, são aplicáveis às duas espécies de transformação admitidas pelo número anterior.

5 – No caso de ter sido deliberada a dissolução, aplicam-se os preceitos legais ou contratuais que a regulam se forem mais exigentes do que os preceitos relativos à transformação.

6 – A nova sociedade formada por transformação nos termos do presente artigo sucede automática e globalmente à sociedade anterior.

ARTIGO SEGUNDO – IMPEDIMENTOS À TRANSFORMAÇÃO.

1 – Uma sociedade não pode transformar-se:

- a) Se o capital não estiver integralmente liberado ou se não estiverem totalmente realizadas as entradas convencionadas no contrato;
- b) Se o balanço da sociedade a transformar mostrar que o valor do seu património é inferior à soma do capital e da reserva legal;
- c) Se à mesma se opuserem sócios titulares de direitos especiais que não possam ser mantidos depois da transformação;
- d) Se tratando-se de uma sociedade anónima esta tiver emitido obrigações convertíveis em acções ainda não totalmente reembolsadas ou convertidas.

2 – A oposição prevista na alínea c) do número anterior, deve ser deduzida por escrito no prazo fixado no número 1 do artigo 8º, do presente capítulo, pelos sócios titulares de direitos especiais.

3 – Correspondendo direitos especiais a certas categorias de acções, a oposição poderá ser deduzida no dobro do prazo referido no número anterior.

ARTIGO TERCEIRO – RELATÓRIO E CONVOCAÇÃO.

1 – A administração da sociedade organiza um relatório justificativo da transformação, o qual é acompanhado:

- a) Do balanço do último exercício, bem como de um balanço reportado a uma data que não exceda o nonagésimo segundo dia anterior à data da deliberação da transformação;
- b) Do projecto do contrato pelo qual a sociedade passará a reger-se.

2 – No relatório referido no número anterior, a administração deve assegurar que a situação patrimonial da sociedade não sofreu modificações significativas desde a data a que se reporta o balanço considerado ou no caso contrário indica as que tiverem ocorrido.

3 – Aplica-se com as necessárias adaptações o disposto nos artigos 3º e 5º, do capítulo nono, do presente título, devendo os documentos estar à disposição dos sócios a partir da data da convocação da assembleia geral.

4 – O disposto nos números anteriores, não obsta à aprovação da transformação nos termos previstos no artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título, devendo neste caso os documentos estar à disposição dos sócios com a antecedência prevista para a convocação da assembleia.

ARTIGO QUARTO – QUÓRUM DELIBERATIVO.

1 – A transformação da sociedade deve ser deliberada pelos sócios nos termos prescritos para o respectivo tipo de sociedade no presente código ou no artigo 3º, do capítulo primeiro, do título anterior.

2 – Para além dos requisitos exigidos pelo número anterior, as deliberações de transformação que produzam para todos ou alguns sócios a assunção da responsabilidade ilimitada, só são válidas se forem aprovadas pelos sócios que devam afirmar essa responsabilidade.

ARTIGO QUINTO – CONTEÚDO DAS DELIBERAÇÕES.

1 – Devem ser deliberadas separadamente:

- a) A aprovação do balanço ou da situação patrimonial nos termos dos números 1 e 2 do artigo 3º, do presente capítulo;
- b) A aprovação da transformação;
- c) A aprovação do contrato pelo qual a sociedade passará a reger-se.

ARTIGO SEXTO – ESCRITURA PÚBLICA DE TRANSFORMAÇÃO.

1 – Todas as transformações realizadas nas sociedades constituídas segundo um dos tipos enunciados no número 2 do artigo 1º, do capítulo primeiro, do presente título, estão obrigados ao respectivo registo comercial.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS.

1 – Salvo acordo de todos os sócios interessados, o montante nominal da participação de cada sócio no capital social e a proporção de cada participação relativamente ao capital não podem ser alterados na transformação.

2 – Aos sócios de indústria sendo o caso, será atribuída a participação do capital que for convencionada, reduzindo-se proporcionalmente a participação dos demais.

3 – O disposto nos números anteriores, não prejudica os preceitos legais que imponham um montante mínimo para as participações dos sócios.

ARTIGO OITAVO – DIREITO DE EXONERAÇÃO DOS SÓCIOS.

1 – Se a lei ou o contrato de sociedade atribuir ao sócio que tenha votado contra a deliberação de transformação o direito de se exonerar, pode o sócio exigir no prazo de 30 dias a contar da aprovação da deliberação, que a sociedade adquira ou faça adquirir a sua participação social.

2 – Os sócios que se exonerarem da sociedade nos termos do número anterior, receberão o valor da sua participação calculado nos termos do disposto no artigo 13º, do capítulo nono, do presente título.

ARTIGO NONO – CREDITORES OBRIGACIONISTAS.

1 – Seja qual for o tipo que a sociedade transformada adopte, os direitos dos obrigacionistas anteriormente existentes mantêm-se e continuam a ser regulados pelas normas aplicáveis a essa espécie de credores.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE ILIMITADA DE SÓCIOS.

1 – A transformação não afecta a responsabilidade pessoal e ilimitada dos sócios pelas dívidas sociais anteriormente contraídas.

2 – A responsabilidade pessoal e ilimitada dos sócios criada pela transformação da sociedade, não abrange as dívidas sociais anteriormente contraídas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DIREITOS INCIDENTES SOBRE AS PARTICIPAÇÕES.

1 – Os direitos reais de usufruto ou de garantia que à data da transformação incidam sobre participações sociais, são mantidos nas novas espécies de participações.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGISTO DA TRANSFORMAÇÃO.

1 – Para efeitos do registo da transformação, qualquer membro da administração deve declarar por escrito sob sua responsabilidade e sem dependência de especial designação pelos sócios, que não houve oposição à transformação nos termos do disposto no número 2 e 3 do artigo 2º, do presente capítulo, bem como em caso de necessidade reproduzir o novo contrato.

2 – Sem prejuízo do número anterior, se algum sócio exercer o direito de se exonerar nos termos do disposto no artigo 8º, do presente capítulo, o membro da administração deve:

- a) Declarar quais os sócios que se exoneram e o montante de liquidação das respectivas partes sociais ou quotas, bem como o valor atribuído a cada acção e o montante global pago aos accionistas exonerados;
- b) Declarar que os direitos dos sócios exonerados podem ser satisfeitos sem afectação do capital nos termos do disposto no artigo 26º, do capítulo terceiro, do presente título;
- c) Identificar os sócios que se mantêm na sociedade e a participação de cada um destes no capital, consoante o que for determinado pelas normas aplicáveis ao tipo de sociedade adoptado.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – CASOS DE DISSOLUÇÃO IMEDIATA.

1 – A sociedade dissolve-se nos casos previstos no contrato e ainda:

- a) Pelo decurso do prazo fixado no contrato;
- b) Por deliberação dos sócios;
- c) Pela realização completa do objecto contratual;
- d) Pela ilicitude superveniente do objecto contratual;
- e) Pela declaração de insolvência da sociedade.

2 – Nos casos de dissolução imediata previstos nas alíneas a), c) e d) do número anterior, os sócios podem deliberar por maioria simples de votos produzidos na assembleia o reconhecimento da dissolução, bem como pode qualquer sócio, sucessor de sócio, credor da sociedade ou credor de sócio de responsabilidade ilimitada, promover a justificação notarial ou o procedimento simplificado de justificação.

ARTIGO SEGUNDO – CAUSAS DE DISSOLUÇÃO ADMINISTRATIVA OU POR DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS.

1 – Pode ser requerida a dissolução administrativa da sociedade com fundamento em facto previsto na lei ou no contrato, bem sempre que:

- a) Por período superior a 1 ano, o número de sócios for inferior ao número exigido por lei, excepto se um dos sócios for uma pessoa colectiva pública ou entidade à mesma equiparada por lei para esse efeito;
- b) A actividade que constitui o objecto contratual se torne de facto impossível;
- c) A sociedade não tenha exercido qualquer actividade durante 2 anos consecutivos;
- d) A sociedade exerça de facto uma actividade não compreendida no objecto contratual.

2 – Se a lei nada disser sobre o efeito de um caso previsto como fundamento de dissolução ou for duvidoso o sentido do contrato, compreende-se que a dissolução não é imediata.

3 – Nos casos previstos no número 1, podem os sócios por maioria absoluta dos votos expressos na assembleia dissolver a sociedade, com fundamento no facto ocorrido.

4 – A sociedade considera-se dissolvida a partir da data da deliberação prevista no número anterior, mas se a deliberação for judicialmente impugnada a dissolução ocorre na data do trânsito em julgado da sentença.

ARTIGO TERCEIRO – CAUSAS DE DISSOLUÇÃO OFICIOSA.

1 – O serviço de registo competente deve instaurar oficiosamente o procedimento administrativo de dissolução, caso não tenha sido ainda iniciado pelos interessados, sempre que:

- a) Durante 2 anos consecutivos a sociedade não tenha procedido ao depósito dos documentos de prestação de contas e a administração tributária tenha comunicado ao serviço de registo competente a omissão de entrega da declaração fiscal de rendimentos pelo mesmo período;
- b) A administração tributária tenha comunicado ao serviço de registo competente a ausência de actividade efectiva da sociedade, verificada nos termos previstos na legislação tributária;
- c) A administração tributária tenha comunicado ao serviço de registo competente a declaração oficiosa de cessação da actividade da sociedade nos termos previstos na legislação tributária.

ARTIGO QUARTO – REGIME DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DISSOLUÇÃO.

1 – O regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais, é regulado nos termos do disposto no livro quinto, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO QUINTO – FORMA E REGISTO DA DISSOLUÇÃO.

1 – A dissolução da sociedade não depende de forma especial nos casos em que tenha sido deliberada pela assembleia geral.

2 – Nos casos a que se refere o número anterior, a administração da sociedade ou os liquidatários devem requerer a inscrição da dissolução no serviço de registo competente e qualquer sócio tem esse direito, a expensas da sociedade.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – NORMAS GERAIS.

1 – Salvo quando a lei disponha de forma diversa, a sociedade dissolvida entra imediatamente em liquidação nos termos dos artigos seguintes, aplicando-se ainda nos casos de insolvência e nos casos expressamente previsto na lei de liquidação judicial o disposto nas respectivas leis de processo.

2 – A sociedade em liquidação mantém a personalidade jurídica e salvo quando outra norma resulte de disposições subsequentes ou da modalidade da liquidação, continuam a ser-lhe aplicáveis com as necessárias adaptações as disposições que regem as sociedades não dissolvidas.

3 – A partir da dissolução, à firma da sociedade deve ser aditada a menção «sociedade em liquidação».

4 – O contrato de sociedade pode estipular que a liquidação seja realizada por via administrativa, podendo igualmente os sócios deliberar nesse sentido com a maioria que seja exigida para a alteração do contrato.

5 – O contrato de sociedade e as deliberações dos sócios podem regulamentar a liquidação em tudo quanto não estiver disposto nos artigos seguintes.

6 – Nos casos em que tenha ocorrido dissolução administrativa promovida por via oficiosa, a liquidação é igualmente promovida oficiosamente pelo serviço de registo competente.

ARTIGO SEGUNDO – PARTILHA IMEDIATA.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, se à data da dissolução a sociedade não tiver dívidas, podem os sócios proceder imediatamente à partilha dos haveres sociais pela forma prescrita no disposto no artigo 11º, do presente capítulo.

2 – As dívidas de natureza fiscal e social ainda não exigíveis à data da dissolução, não obstam à partilha nos termos do número anterior, mas por essas dívidas ficam ilimitada e solidariamente responsáveis todos os sócios, embora reservem por qualquer forma as importâncias que estiverem para o seu pagamento.

ARTIGO TERCEIRO – LIQUIDAÇÃO POR TRANSMISSÃO GLOBAL.

1 – O contrato de sociedade ou uma deliberação dos sócios, pode determinar que todo o património activo e passivo da sociedade dissolvida seja transmitido para algum ou alguns sócios, inteirando-se os demais a dinheiro, contando que a transmissão seja precedida de acordo escrito por todos os credores da sociedade.

2 – É aplicável o disposto no número 2 do artigo anterior.

ARTIGO QUARTO – OPERAÇÕES PRELIMINARES DA LIQUIDAÇÃO.

1 – Antes de ser iniciada a liquidação devem ser organizados e aprovados nos termos da presente lei, os documentos de prestação de contas da sociedade reportados à data da dissolução.

2 – A administração deve dar cumprimento ao disposto no número anterior, dentro dos 62 dias seguintes à dissolução da sociedade, sendo no caso em que o não faça esse dever compete aos liquidatários.

3 – A recusa de entregar aos liquidatários todos os livros, documentos e haveres da sociedade constitui impedimento ao exercício do cargo para os efeitos dos artigos processo a seguir e execução da decisão, do código de processo civil.

ARTIGO QUINTO – DURAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação deve estar encerrada e a partilha aprovada no prazo de 1 ano a contar da data em que a sociedade se considera dissolvida, sem prejuízo de prazo inferior convencionado no contrato ou fixado por deliberação dos sócios.

2 – O prazo estabelecido no número anterior, só pode ser prorrogado por deliberação dos sócios e por período não superior a 1 ano.

3 – Decorridos os prazos previstos nos números anteriores, sem que tenha sido requerido o registo do encerramento da liquidação, o serviço de registo competente promove oficiosamente a liquidação por via administrativa.

ARTIGO SEXTO – LIQUIDATÁRIOS.

1 – Salvo cláusula do contrato de sociedade ou deliberação em contrário, os membros da administração da sociedade passam a ser liquidatários desta a partir do momento em que a mesma se considere dissolvida.

2 – Em qualquer momento e sem dependência de justa causa, podem os sócios deliberar a destituição de liquidatários, bem como nomear novos liquidatários em acréscimo ou em substituição dos existentes.

3 – O conselho fiscal, qualquer sócio ou credor da sociedade pode requerer a destituição do liquidatário por via administrativa, com fundamento em justa causa.

4 – Não existindo nenhum liquidatário, pode o conselho fiscal, qualquer sócio ou credor da sociedade requerer a respectiva designação por via administrativa ao serviço de registo competente, prosseguindo a liquidação os termos previstos no presente código.

5 – Uma pessoa colectiva não pode ser nomeada liquidatário, exceptuadas as sociedades de advogados ou de revisores oficiais de contas.

6 – Sem prejuízo de cláusula do contrato de sociedade ou de deliberação em contrário, existindo mais de um liquidatário, cada um tem poderes iguais e independentes para os actos de liquidação, salvo quanto aos de alienação de bens da sociedade, para os quais é necessária a intervenção de pelo menos dois liquidatários.

7 – As deliberações de nomeação ou destituição de liquidatários, bem como a concessão de algum dos poderes referidos no disposto no número 2 do artigo seguinte, devem ser inscritas no serviço de registo competente.

8 – As funções dos liquidatários terminam com a extinção da sociedade, sem prejuízo contudo do disposto nos artigos 17º ao 19º, do presente capítulo.

9 – A remuneração dos liquidatários é fixada por deliberação dos sócios e constitui encargo da liquidação.

ARTIGO SÉTIMO – DEVERES, PODERES E RESPONSABILIDADE DOS LIQUIDATÁRIOS.

1 – Com ressalva das disposições legais que lhe sejam especialmente aplicáveis e das limitações resultantes de natureza das suas funções, os liquidatários têm em geral os deveres, os poderes e a responsabilidade dos membros do órgão de administração da sociedade.

2 – Por deliberação dos sócios pode o liquidatário ser autorizado a:

- a) Continuar temporariamente a actividade anterior da sociedade;
- b) Contrair empréstimos necessários à efectivação da liquidação;
- c) Proceder à alienação em globo do património da sociedade;
- d) Proceder ao trespasse do estabelecimento da sociedade.

3 – O liquidatário deve:

- a) Ultime os negócios pendentes;
- b) Cumprir as obrigações da sociedade;
- c) Cobrar os créditos da sociedade;
- d) Reduzir a dinheiro o património residual, salvo o disposto no número 1 do artigo 11º, do presente capítulo;
- e) Propor a partilha dos haveres sociais.

ARTIGO OITAVO – EXIGIBILIDADE DE DÉBITOS E CRÉDITOS DA SOCIEDADE.

1 – Salvo nos casos de falência ou de acordo diverso entre a sociedade e um seu credor, a dissolução da sociedade não torna exigíveis as dívidas desta, mas os liquidatários podem antecipar o pagamento das mesmas, embora os prazos tenham sido estabelecidos em benefício dos credores.

2 – Os créditos sobre terceiros e sobre sócios por dívidas não incluídas no número seguinte, devem ser reclamados pelos liquidatários embora os prazos tenham sido estabelecidos em benefício da sociedade.

3 – As cláusulas de diferimento da prestação de entradas caducam na data de dissolução da sociedade, mas os liquidatários só poderão exigir dessas dívidas dos sócios as importâncias que forem necessárias para a satisfação do passivo da sociedade e das despesas de liquidação, depois de esgotado o activo social, mas sem incluir neste os créditos litigiosos ou considerados incobráveis.

ARTIGO NONO – LIQUIDAÇÃO DO PASSIVO SOCIAL.

1 – Os liquidatários devem pagar todas as dívidas da sociedade para as quais seja suficiente o activo social.

2 – No caso de se verificarem as circunstâncias previstas no artigo quando tem lugar a consignação em depósito, do código civil, devem os liquidatários proceder à consignação em depósito do objecto da prestação, não podendo esta consignação ser revogada pela sociedade, salvo provando-se que a dívida se extingui por outro facto.

3 – Relativamente às dívidas litigiosas os liquidatários devem acautelar os eventuais direitos do credor, por meio de caução prestada nos termos do código de processo civil.

ARTIGO DÉCIMO – CONTAS ANUAIS DOS LIQUIDATÁRIOS.

1 – Os liquidatários devem prestar nos 92 primeiros dias de cada ano civil contas da liquidação, as quais devem ser acompanhadas por um relatório pormenorizado do estado da mesma.

2 – O relatório e as contas anuais dos liquidatários devem ser organizados, apreciados e aprovados nos termos prescritos para os documentos de prestação de contas da administração com as necessárias adaptações.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PARTILHA DO ACTIVO RESTANTE.

1 – O activo restante depois de satisfeitos ou acautelados nos termos do disposto no artigo 9º, do presente capítulo, os direitos dos credores da sociedade, pode ser partilhado em espécie se assim estiver previsto no contrato ou se os sócios unanimemente o deliberarem.

2 – O activo restante é destinado em primeiro lugar ao reembolso do montante das entradas efectivamente realizadas.

3 – Nos termos do número anterior, esse montante é a fracção de capital correspondente a cada sócio, sem prejuízo do que dispuser o contrato para o caso de os bens com que o sócio realizou a entrada terem valor superior àquela fracção nominal.

4 – Se não puder ser realizado o reembolso integral, o activo existente é distribuído pelos sócios, de modo que a diferença para menos recaia em cada um destes na proporção da parte que lhe competir nas perdas da sociedade.

5 – Para os efeitos do número anterior, haverá que ter presente a parte das entradas devida pelos sócios.

6 – Se depois de realizado o reembolso integral se registar saldo, este deve ser repartido na proporção aplicável à distribuição de lucros.

7 – Os liquidatários podem excluir da partilha as importâncias estimadas para encargos da liquidação até à extinção da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RELATÓRIO, CONTAS FINAIS E DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS.

1 – As contas finais dos liquidatários devem ser acompanhadas por um relatório completo da liquidação e por um projecto de partilha do activo restante.

2 – Os liquidatários devem declarar expressamente no relatório que estão satisfeitos ou acautelados todos os direitos dos credores e que os respectivos recibos e documentos probatórios podem ser examinados pelos sócios.

3 – As contas finais devem ser organizadas de modo a discriminar os resultados das operações de liquidação efectuados pelos liquidatários e o mapa da partilha, segundo o projecto apresentado.

4 – O relatório e as contas finais dos liquidatários devem ser submetidos a deliberação dos sócios, os quais designam o depositário dos livros, documentos e demais elementos de escrituração da sociedade, que devem ser conservados pelo prazo de 10 anos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE DOS LIQUIDATÁRIOS PARA COM OS CREDORES SOCIAIS.

1 – Os liquidatários que com culpa nos documentos apresentados à assembleia para os efeitos do artigo anterior, indicarem falsamente que os direitos de todos os credores estão satisfeitos ou acautelados nos termos da presente lei, são pessoalmente responsáveis para com os credores cujos direitos não tenham sido satisfeitos ou acautelados, se a partilha se efectivar.

2 – Os liquidatários cuja responsabilidade tenha sido efectivada nos termos do número anterior, usufruem de direito de regresso contra os antigos sócios, salvo se tiverem agido com dolo.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ENTREGA DOS BENS PARTILHADOS.

1 – Depois da deliberação dos sócios e em conformidade com esta, os liquidatários procedem à entrega dos bens que pela partilha ficam a pertencer a cada um sócio, devendo esses liquidatários executar as formalidades necessárias à transmissão dos bens atribuídos aos sócios, quando tais formalidades sejam exigíveis.

2 – É admitida a consignação em depósito nos termos gerais.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGISTO COMERCIAL.

1 – Os liquidatários devem requerer o registo do encerramento da liquidação.

2 – A sociedade considera-se extinta, mesmo entre os sócios e sem prejuízo do disposto nos artigos 17º ao 19º, do presente capítulo, pelo registo do encerramento da liquidação.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – REGRESSO À ACTIVIDADE.

1 – Os sócios podem deliberar observado o disposto no presente artigo, que termine a liquidação da sociedade e esta retome a sua actividade.

2 – A deliberação deve ser firmada pelo número de votos que a lei ou o contrato de sociedade exija para a deliberação da dissolução, a não ser que tenha estipulado para este efeito maioria superior ou outros requisitos.

3 – A deliberação não pode ser firmada:

- a) Antes de o passivo ter sido liquidado nos termos do disposto no artigo 9º, do presente capítulo, exceptuados os créditos cujo reembolso na liquidação for dispensado expressamente pelos respectivos titulares;
- b) Enquanto se mantiver alguma causa da dissolução;
- c) Se o saldo da liquidação não cobrir o capital social, salvo redução do mesmo.

4 – Para os efeitos da alínea b) do número anterior, a mesma deliberação pode deliberar as providências necessárias para fazer cessar alguma causa da dissolução.

5 – Nos casos previstos na alínea a) do número 1 do artigo 2º, do capítulo anterior e do número 3 do artigo único, do capítulo décimo, do título sexto, do presente livro, a deliberação só se torna eficaz quando efectivamente tiver sido reconstituído o número legal de sócios.

6 – No caso de dissolução por falecimento do sócio é necessário o voto concordante dos sucessores na deliberação referida no número 1.

7 – Se a deliberação for firmada depois de iniciada a partilha, pode exonerar-se da sociedade o sócio cuja participação fique relevantemente reduzida em relação à que no conjunto anteriormente detinha, recebendo a parte que pela partilha lhe pertenceria.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ACÇÕES PENDENTES.

1 – As acções em que a sociedade seja parte continuam após a extinção desta, que se considera substituída pela generalidade dos sócios representados pelos liquidatários nos termos do disposto nos números 2 ao 4, 6 e 7 do artigo seguinte e dos números 2 e 5 do artigo 19º, do presente capítulo.

2 – A instância não se suspende nem é necessária habilitação.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PASSIVO SUPERVENIENTE.

1 – Encerrada a liquidação e extinta a sociedade, os antigos sócios respondem pelo passivo social não satisfeito ou acautelado, até ao montante que receberam na partilha, sem prejuízo do disposto quanto a sócios de responsabilidade ilimitada.

2 – As acções necessárias para os fins referidos no número anterior, podem ser propostas contra a generalidade dos sócios na pessoa dos liquidatários, que são considerados representantes legais daqueles para este efeito, incluindo a citação.

3 – Qualquer dos sócios pode intervir como assistente.

4 – Sem prejuízo das excepções previstas no artigo valor da sentença quanto ao assistente, do código de processo civil, a sentença proferida relativamente à generalidade dos sócios constitui caso julgado em relação a cada um destes sócios.

5 – O antigo sócio que satisfizer alguma dívida por força do disposto no número 1, tem direito de regresso contra os demais, de maneira a ser respeitada a proporção de cada um dos sócios nos lucros e nas perdas.

6 – Os liquidatários darão conhecimento da acção a todos os antigos sócios, pela forma mais rápida que lhes for possível e podem exigir destes adequada provisão para encargos judiciais.

7 – Os liquidatários não podem escusar-se a funções atribuídas no presente artigo, sendo essas funções exercidas quando tenham falecido, pelos últimos gerentes ou administradores ou no caso de falecimento destes pelos sócios por ordem decrescente da sua participação no capital da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ACTIVO SUPERVENIENTE.

1 – Verificando-se depois de encerrada a liquidação e extinta a sociedade a existência de bens não partilhados, compete aos liquidatários propor a partilha adicional pelos antigos sócios, reduzindo os bens a dinheiro se não for acordada unanimemente a partilha em espécie.

2 – As acções para cobrança de créditos da sociedade abrangidos pelo disposto no número anterior, podem ser propostas pelos liquidatários, que para o efeito são considerados representantes legais da generalidade dos sócios, podendo qualquer destes contudo propor acção limitada ao seu interesse.

3 – A sentença proferida relativamente à generalidade dos sócios constitui caso julgado para cada um destes sócios e pode ser individualmente executada na proporção dos respectivos interesses.

4 – É aplicável o disposto no número 6 do artigo anterior.

5 – No caso de falecimento dos liquidatários, aplica-se o disposto no artigo anterior.

ARTIGO VIGÉSIMO – LIQUIDAÇÃO NO CASO DE INVALIDADE DO CONTRATO.

1 – Declarado nulo ou anulado o contrato de sociedade, devem os sócios proceder à liquidação nos termos dos artigos anteriores, com as seguintes especialidades:

- a) Devem ser nomeados liquidatários, excepto se a sociedade não tiver iniciado a sua actividade;
- b) O prazo da liquidação extrajudicial é de 1 ano, a contar da declaração de nulidade ou anulação do contrato e só pode ser prorrogado pelo órgão de soberania jurídico competente;
- c) As deliberações dos sócios serão firmadas pela forma prescrita para as sociedades em nome colectivo;
- d) A partilha será realizada de acordo com as normas estipuladas no contrato, salvo se tais normas forem em si mesmas inválidas;
- e) Só haverá lugar a registo de qualquer acto se estiver registada a constituição da sociedade.

2 – Nos casos previstos no número anterior, qualquer sócio, credor da sociedade ou credor de sócio de responsabilidade ilimitada pode requerer a liquidação judicial, antes de ter sido iniciada a liquidação pelos sócios ou a continuação judicial da liquidação iniciada se esta não tiver terminado no prazo legal.

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO – PUBLICIDADE DE ACTOS SOCIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTOS SUJEITOS A REGISTO.

1 – Os actos relativos à sociedade estão sujeitos a registo e a publicação nos termos da lei respectiva.

ARTIGO SEGUNDO – PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS.

1 – As publicações obrigatórias devem ser realizadas a expensas da sociedade em sítio na internet de acesso público, regulado por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da justiça, notarial, fiscal e social no qual a informação objecto de publicidade possa ser acedida, designadamente por ordem cronológica.

ARTIGO TERCEIRO – FALTA DE REGISTO OU PUBLICAÇÃO.

1 – Os terceiros podem prevalecer-se de actos cujo registo e publicação não tenham sido efectuados, salvo se a lei privar esses actos de todos os efeitos ou especificar para que efeitos podem os terceiros prevalecer-se destes.

2 – A sociedade não pode opor a terceiros actos cuja publicação seja obrigatória sem que esta esteja efectuada, salvo se a sociedade provar que o acto está registado e que o terceiro tem conhecimento deste.

3 – Relativamente a operações efectuadas antes de terem decorrido 15 dias sobre a publicação, os actos não são oponíveis pela sociedade a terceiros que provem ter estado durante esse período impossibilitados de deter conhecimento da publicação.

4 – Os actos sujeitos a registo mas que não devam ser obrigatoriamente publicados, não podem ser opostos pela sociedade a terceiros enquanto o registo não for efectuado.

5 – As acções de declaração de nulidade ou de anulação de deliberações sociais não podem prosseguir enquanto não for realizada prova de ter sido requerido o registo.

6 – Nos termos do número anterior, nas acções de suspensão das referidas deliberações a decisão não será proferida enquanto aquela prova não for realizada.

ARTIGO QUARTO – RESPONSABILIDADE POR DISCORDÂNCIAS DE PUBLICIDADE.

1 – A sociedade responde pelos prejuízos causados a terceiros pelas discordâncias entre o teor dos actos praticados, o teor do registo e o teor das publicações, quando destas sejam culpados gerentes, administradores, liquidatários ou representantes.

2 – As pessoas que têm o dever de requerer o registo e de proceder às publicações devem igualmente firmar as providências necessárias para que sejam sanadas no mais breve prazo as discordâncias entre o acto praticado, o registo e as publicações.

3 – No caso de discordância entre o teor do acto constante das publicações e o constante do registo, a sociedade não pode opor a terceiros o texto publicado, mas estes podem prevalecer-se deste, salvo se a sociedade provar que o terceiro tinha conhecimento do texto constante do registo.

ARTIGO QUINTO – EFICÁCIA DE ACTOS PARA COM A SOCIEDADE.

1 – A eficácia para com a sociedade de actos que nos termos da lei devam ser-lhe notificados ou comunicados, não depende de registo ou publicação.

ARTIGO SEXTO – MENÇÕES EM ACTOS EXTERNOS.

1 – Sem prejuízo de outras menções exigidas por leis especiais, em todos os contratos, as correspondências, as publicações, os anúncios, os sítios na internet e de um modo geral em toda a actividade externa, as sociedades devem indicar claramente, para além da firma, o tipo, a sede, o órgão de soberania notarial onde se encontram matriculados, o seu número de matrícula e de identificação de pessoa colectiva e sendo o caso a menção de que a sociedade se encontra em liquidação.

2 – As sociedades por quotas, anónimas e em comandita por acções devem ainda indicar o capital social, o montante do capital realizado se for diverso e o montante do

capital próprio segundo o último balanço aprovado, sempre que este for igual ou inferior a metade do capital social.

3 – O disposto no número 1, é aplicável às sucursais, filiais, agências e outros estabelecimentos de sociedades com sede no exterior, devendo estas para além dos elementos aí referidos, indicar ainda o órgão de soberania notarial onde se encontram matriculadas e o respectivo número de matrícula nesse órgão de soberania notarial.

CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO – FISCALIZAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.

ARTIGO PRIMEIRO – REQUERIMENTO DE LIQUIDAÇÃO JUDICIAL.

1 – Se o contrato de sociedade não tiver sido celebrado na forma legal ou o seu objecto for ou se tornar ilícito ou contrário à ordem pública, deve o ministério público requerer sem dependência de acção declarativa a liquidação judicial da sociedade, se a liquidação não tiver sido iniciada pelos sócios ou não estiver terminada no prazo legal.

ARTIGO SEGUNDO – REGULARIZAÇÃO DA SOCIEDADE.

1 – Antes de firmar as providências determinadas no artigo anterior, deve o ministério público notificar por ofício a sociedade ou os sócios para que em prazo razoável nunca superior a 30 dias regularizarem a situação.

2 – A situação das sociedades pode ainda ser regularizada até ao trânsito em julgado da sentença proferida na acção proposta pelo ministério público.

3 – O disposto nos números anteriores, não se aplica quanto a sociedades nulas por o seu objecto ser ilícito ou contrário à ordem pública.

CAPÍTULO DÉCIMO SEXTO – PRESCRIÇÃO.

ARTIGO ÚNICO – PRESCRIÇÃO.

1 – Os direitos da sociedade contra os fundadores, os sócios, os gerentes, os administradores, os membros do conselho fiscal e do conselho geral e de supervisão, os revisores oficiais de contas e os liquidatários, bem como os direitos destes contra a sociedade, prescrevem no prazo de 5 anos contados a partir da verificação dos seguintes factos:

- a) O início da mora, quanto à obrigação de entrada de capital ou de prestações suplementares;

- b) O termo da conduta dolosa ou culposa do fundador, gerente, administrador, membro do conselho fiscal ou do conselho geral e de supervisão, revisor ou liquidatário ou a sua revelação se aquela houver sido ocultada e a produção do dano, sem necessidade de que este se tenha integralmente verificado, relativamente à obrigação de indemnizar a sociedade;
- c) A data em que a transmissão de quotas ou acções se torne eficaz para com a sociedade quanto à responsabilidade dos transmitentes;
- d) O vencimento de qualquer outra obrigação;
- e) A prática do acto, em relação aos actos praticados em nome de sociedade irregular por falta de forma ou de registo.

2 – Prescrevem no prazo de 5 anos a partir do momento referido na alínea b) do número anterior, os direitos de sócios e de terceiros, por responsabilidade para com estes de fundadores, gerentes, administradores, membros do conselho fiscal ou do conselho geral e de supervisão, liquidatários ou revisores oficiais de contas, bem como de sócios nos casos previstos nos artigos 12º e 13º, do capítulo sétimo, do presente título.

3 – Prescrevem no prazo de 5 anos a contar do registo da extinção da sociedade, os direitos de crédito de terceiros contra a sociedade exercíveis contra os antigos sócios e os exigíveis por estes contra terceiros nos termos do disposto nos artigos 18º e 19º, do capítulo décimo terceiro, do presente título, se por força de outros preceitos não prescreverem antes do fim daquele prazo.

4 – Prescrevem no prazo de 5 anos a contar da data do registo definitivo da fusão, os direitos de indemnização referidos no artigo 18º, do capítulo nono, do presente título.

5 – Se o facto ilícito de que resulte a obrigação constituir crime para o qual a lei estabeleça prescrição sujeita a prazo mais longo, será este o prazo aplicável.

TÍTULO QUARTO – SOCIEDADES EM NOME COLECTIVO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS E CONTRATO.

ARTIGO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS.

1 – Na sociedade em nome colectivo o sócio para além de responder individualmente pela sua entrada, responde pelas obrigações sociais subsidiariamente em relação à sociedade e solidariamente com os demais sócios.

2 – O sócio não responde pelas obrigações da sociedade contraídas posteriormente à data em que da mesma sair, mas responde pelas obrigações contraídas anteriormente à data do seu ingresso.

3 – O sócio que por força do disposto nos números anteriores, satisfizer obrigações da sociedade tem direito de regresso contra os demais sócios, na proporção em que o

pagamento efectuado exceda a importância que lhe competiria suportar segundo as normas aplicáveis à sua participação nas perdas sociais.

4 – O disposto no número anterior, aplica-se também no caso de o sócio ter satisfeito obrigações da sociedade, a fim de evitar que contra esta seja intentada execução.

ARTIGO SEGUNDO – CONTEÚDO DO CONTRATO.

1 – No contrato de sociedade em nome colectivo devem especialmente figurar:

- a) A espécie e a caracterização da entrada de cada sócio, em indústria ou bens, assim como o valor atribuído aos bens;
- b) O valor atribuído à indústria com que os sócios contribuam, para o efeito de repartição de lucros e perdas;
- c) A parte de capital correspondente à entrada com bens de cada sócio.

2 – Não podem ser emitidos títulos representativos de partes sociais.

ARTIGO TERCEIRO – FIRMA.

1 – A firma da sociedade em nome colectivo deve quando não individualizar todos os sócios conter pelo menos o nome ou firma de um destes, com o aditamento abreviado ou por extenso «companhia» ou qualquer outro que indica a existência de mais sócios.

2 – Se uma pessoa que não for sócio da sociedade incluir o seu nome ou firma na firma social, ficará sujeito à responsabilidade imposta aos sócios nos termos do disposto no artigo 1º, do presente capítulo.

ARTIGO QUARTO – SÓCIOS DE INDÚSTRIA.

1 – O valor da contribuição em indústria de sócio não é computado no capital social.

2 – Os sócios de indústria não respondem nas relações internas pelas perdas sociais, salvo cláusula em contrário do contrato de sociedade.

3 – Sempre que nos termos da parte final do número anterior, o sócio de indústria responder pelas perdas sociais e por esse motivo contribuir com capital, ser-lhe-á composta uma parte de capital correspondente àquela contribuição, por redução proporcional das outras partes sociais.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE PELO VALOR DAS ENTRADAS.

1 – A verificação das entradas em espécie determinadas no artigo 22º, do capítulo terceiro, do título anterior, pode ser substituída por expressa assunção pelos sócios no

contrato de sociedade, de responsabilidade solidária mas não subsidiária, pelo valor atribuído aos bens.

ARTIGO SEXTO – PROIBIÇÃO DE CONCORRÊNCIA E DE PARTICIPAÇÃO NOUTRAS SOCIEDADES.

1 – Nenhum sócio pode exercer por conta própria ou alheia actividade concorrente com a da sociedade, nem ser sócio de responsabilidade ilimitada noutra sociedade, salvo expresso consentimento de todos os demais sócios.

2 – O sócio que violar o disposto no número anterior, fica responsável pelos danos que causar à sociedade, pelo que em vez de indemnização por aquela responsabilidade, a sociedade pode exigir que os negócios efectuados pelo sócio de conta própria, sejam considerados como efectuados por conta da sociedade e que o sócio lhe entregue os proventos próprios resultantes dos negócios efectuados por este de conta alheia ou lhe ceda os seus direitos a tais proventos.

3 – Compreende-se como concorrente qualquer actividade abrangida no objecto da sociedade, embora de facto não esteja a ser exercida por a mesma.

4 – No exercício por conta própria inclui-se qualquer participação no capital ou nos lucros de sociedade em que o sócio afirme responsabilidade limitada.

5 – O consentimento presume-se no caso de o exercício da actividade ou a participação noutra sociedade serem anteriores à entrada do sócio e todos os demais sócios terem conhecimento desses factos.

ARTIGO SÉTIMO – DIREITO DOS SÓCIOS À INFORMAÇÃO.

1 – Os gerentes devem prestar a qualquer sócio que o requeira informação verdadeira, completa ou elucidativa sobre a gestão da sociedade, bem como facultar-lhe na sede social a consulta da respectiva escrituração, dos livros e dos documentos.

2 – A informação será fornecida em suporte informático ou por escrito respectivamente, se assim for solicitado.

3 – Podem ser pedidas informações sobre actos já praticados ou sobre actos cuja prática seja esperada, quando estes sejam susceptíveis de fazerem incorrer o seu autor em responsabilidade nos termos da lei.

4 – A consulta da escrituração, dos livros ou dos documentos deve ser efectuada pessoalmente pelo sócio, que pode fazer-se assistir de um revisor oficial de contas ou de outro perito, bem como usar da faculdade reconhecida pelo artigo reprodução dos bens e dos documentos, do código civil.

5 – O sócio pode inspecionar os bens sociais nas condições referidas nos números anteriores.

6 – O sócio que utilize as informações obtidas de modo a prejudicar injustamente a sociedade ou os demais sócios, é responsável nos termos gerais pelos prejuízos que lhes causar e fica sujeito a exclusão.

7 – No caso de ao sócio ser recusado o exercício dos direitos atribuídos nos números anteriores, o mesmo pode requerer inquérito judicial nos termos previstos no artigo 4º, do capítulo sétimo, do título sexto, do presente livro.

ARTIGO OITAVO – TRANSMISSÃO ENTRE VIVOS DE PARTE SOCIAL.

1 – A parte de um sócio só pode ser transmitida por acto entre vivos, com o expresse consentimento dos demais sócios.

2 – A transmissão da parte de um sócio deve ser reduzida a escrito.

3 – O disposto nos números anteriores, aplica-se à constituição dos direitos reais de usufruto sobre a parte do sócio.

4 – A transmissão da parte de sócio torna-se eficaz para com a sociedade, logo que lhe seja comunicada por escrito ou por a mesma reconhecida expressa ou tacitamente.

ARTIGO NONO – EXECUÇÃO SOBRE A PARTE DO SÓCIO.

1 – O credor de sócio não pode executar a parte deste na sociedade, mas apenas o direito aos lucros e à quota de liquidação.

2 – Efectuada a penhora dos direitos referidos no número anterior, o credor nos 15 dias seguintes à notificação desse facto, pode requerer que a sociedade seja notificada para em prazo razoável não excedente a 183 dias, proceder à liquidação da parte.

3 – Se a sociedade demonstrar que o sócio devedor possui outros bens suficientes para satisfação da dívida exequenda, a execução continuará sobre esses bens.

4 – Se a sociedade provar que a parte do sócio não pode ser liquidada por força do disposto no artigo 14º, do presente capítulo, prosseguirá a execução sobre o direito aos lucros e à quota de liquidação, mas o credor pode requerer que a sociedade seja dissolvida.

5 – Na venda ou adjudicação dos direitos referidos no número anterior, usufruem do direito de preferência os demais sócios e sempre que mais de um sócio o desejar exercer, ser-lhe-ão atribuídos na proporção do valor das respectivas partes sociais.

ARTIGO DÉCIMO – FALECIMENTO DE UM SÓCIO.

1 – Ocorrendo o falecimento de um sócio, se o contrato de sociedade nada estipular em contrário, os demais sócios ou a sociedade devem satisfazer ao sucessor a quem competirem os direitos do falecido o respectivo valor, a não ser que optem pela

dissolução da sociedade e o comuniquem ao sucessor dentro de 62 dias, a contar da data em que detiverem o conhecimento daquele facto.

2 – Os sócios sobreviventes podem também continuar a sociedade com o sucessor do falecido, se este prestar para tanto o seu expresso consentimento, o qual não pode ser dispensado no contrato de sociedade.

3 – Sendo vários os sucessores da parte do falecido, podem livremente dividi-la entre si ou encabeçá-la nalgum ou nalguns destes.

4 – Se algum dos sucessores da parte do falecido for incapaz para afirmar a qualidade de sócio, podem os demais sócios deliberar nos 62 dias seguintes ao conhecimento do facto a transformação da sociedade, de modo que o incapaz se torne sócio de responsabilidade limitada.

5 – Na falta da deliberação prevista no número anterior, os demais sócios devem firmar nova deliberação nos 62 dias seguintes, optando pela dissolução da sociedade e a liquidação da parte do sócio falecido.

6 – Se os sócios não firmarem nenhuma das deliberações prevista no número anterior, deve o representante do incapaz requerer a exoneração judicial do seu representado ou se esta não for legalmente possível, a dissolução da sociedade por via administrativa.

7 – Dissolvida a sociedade ou devendo a parte do sócio falecido ser liquidada, compreende-se que a partir da data do falecimento do sócio se extinguem todos os direitos e todas as obrigações inerentes à parte social, operando-se a sucessão apenas quanto ao direito ao produto de liquidação da referida parte reportado àquela data e determinado nos termos previstos no artigo 12º, do capítulo sexto, do título segundo, do presente livro.

8 – O disposto no presente artigo, é aplicável ao caso de a parte do sócio falecido compor a meação do seu cônjuge.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EXONERAÇÃO DO SÓCIO.

1 – Todo o sócio tem o direito de se exonerar da sociedade nos casos previstos na lei ou no contrato ou ainda:

- a) Se não estiver fixada no contrato a duração da sociedade ou se esta tiver sido constituída por toda a vida de um sócio ou por período superior a 30 anos, desde que aquele que se exonerar seja sócio há pelo menos 10 anos;
- b) Quando ocorra justa causa.

2 – Compreende-se que há justa causa de exoneração de um sócio sempre que contra o seu voto expresso:

- a) A sociedade não delibere destituir um gerente, existindo justa causa para tanto;
- b) A sociedade não delibere excluir um sócio, ocorrendo justa causa de exclusão;

c) O referido sócio for destituído da gerência da sociedade.

3 – Sempre que o sócio pretenda exonerar-se com fundamento na ocorrência de justa causa, deve exercer o seu direito no prazo de 62 dias a contar daquele em que deteve o conhecimento do facto que permite a exoneração.

4 – A exoneração só se torna efectiva no fim do ano social em que é realizada a comunicação respectiva, mas nunca antes de decorridos 62 dias sobre esta comunicação.

5 – O sócio exonerado tem direito ao valor da sua parte social, calculado nos termos previstos no número 2 do artigo 13º, do capítulo nono, do título anterior, com referência ao momento em que a exoneração se torna efectiva.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – EXCLUSÃO DO SÓCIO.

1 – A sociedade pode excluir um sócio nos casos previstos na lei e no contrato e ainda:

- a) Sempre que lhe seja imputável violação grave das suas obrigações para com a sociedade, designadamente da proibição de concorrência prescrita pelo artigo 6º, do presente capítulo ou quando for destituído da gerência com fundamento em justa causa, que consista em facto culposos susceptível de causar prejuízo à sociedade;
- b) Em caso de interdição, inabilitação, declaração de falência ou de insolvência;
- c) Sempre que sendo sócio de indústria, se impossibilite de prestar à sociedade os serviços a que ficou obrigado.

2 – A exclusão deve ser deliberada por três quartos dos votos dos demais sócios, se o contrato não exigir maioria mais elevada, nos 62 dias seguintes àquele em que algum dos gerentes deteve conhecimento do facto que permite a exclusão.

3 – Se a sociedade tiver apenas dois sócios, a exclusão de qualquer destes com fundamento em algum dos fundamentos dos factos previstos nas alíneas a) e c) do número 1, só pode ser decretada pelo órgão de soberania jurídico competente.

4 – O sócio excluído tem direito ao valor da sua parte social, calculado nos termos previstos no número 2 do artigo 13º, do capítulo nono, do título anterior, com referência ao momento da deliberação da exclusão.

5 – Se por força do disposto no artigo 14º, do presente capítulo, não puder a parte social ser liquidada, o sócio retoma o direito aos lucros e à quota de liquidação até lhe ser efectuado o pagamento.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DESTINO DA PARTE SOCIAL EXTINTA.

1 – Se a extinção da parte social não for acompanhada de correspondente redução do capital, o respectivo valor nominal acresce às demais partes segundo a proporção entre as mesmas existente, devendo ser alterado em conformidade o contrato de sociedade.

2 – Pode porém estipular-se no contrato de sociedade ou podem os sócios deliberar por unanimidade que seja criada uma ou mais partes sociais, cujo valor nominal total seja igual ao da que foi extinta, mas sempre para imediata transmissão a sócios ou a terceiros.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – LIQUIDAÇÃO DA PARTE.

1 – Em caso algum é lícita a liquidação da parte em sociedade ainda não dissolvida, se a situação líquida da sociedade se tornasse por esse facto inferior ao montante do capital social.

2 – A liquidação da parte efectua-se nos termos previstos no artigo 12º, do capítulo sexto, do título segundo, do presente livro, sendo a parte avaliada nos termos do disposto no número 2 do artigo 13º, do capítulo nono, do título anterior, com referência ao momento da ocorrência ou eficácia do facto determinante da liquidação.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGISTO DE PARTES SOCIAIS.

1 – Ao registo de partes sociais aplica-se com as necessárias adaptações, o disposto quanto ao registo de quotas nos termos do disposto no capítulo terceiro, do título seguinte.

CAPÍTULO SEGUNDO – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS E DA GERÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS.

1 – Às deliberações dos sócios e à convocação e funcionamento das assembleias gerais aplica-se o disposto para as sociedades por quotas nos termos do disposto no capítulo quinto, do título seguinte, em tudo quanto a lei ou o contrato de sociedade não dispuserem diferente.

2 – As deliberações são firmadas por maioria simples de votos expressos, sempre que a lei ou o contrato não dispuserem diversamente.

3 – Para além de outros assuntos mencionados na lei ou no contrato, são necessariamente objecto de deliberação dos sócios a apreciação do relatório de gestão e dos documentos de prestação de contas, a aplicação dos resultados, a resolução sobre a proposição, transacção ou desistência de acções da sociedade contra sócios ou gerentes, a nomeação de gerentes de comércio e o consentimento referido no número 1 do artigo 6º, do capítulo anterior.

4 – Nas assembleias gerais o sócio pode fazer-se representar pelo seu cônjuge, por ascendente ou descendente ou por outro sócio, bastando para o efeito uma carta dirigida à sociedade.

5 – As actas das reuniões das assembleias gerais devem ser assinadas por todos os sócios ou seus representantes que nas mesmas participarem.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO DE VOTO.

1 – A cada sócio pertence um voto, salvo se outro critério for determinado no contrato de sociedade, sem contudo o direito de voto poder ser suprimido.

2 – O sócio de indústria disporá sempre pelo menos de votos em número igual ao menor número de votos atribuídos a sócios de capital.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO DA GERÊNCIA.

1 – Não havendo estipulação em contrário e salvo o disposto no número 3, são gerentes todos os sócios quer tenham constituído a sociedade, quer tenham adquirido essa qualidade posteriormente.

2 – Por deliberação unânime dos sócios podem ser designados gerentes pessoas externas à sociedade.

3 – Uma pessoa colectiva sócia não pode ser gerente, mas salvo proibição contratual pode nomear uma pessoa singular para em nome próprio exercer esse cargo.

4 – O sócio que tiver sido designado gerente por cláusula especial do contrato de sociedade, só pode ser destituído da gerência em acção intentada pela sociedade ou por outro sócio contra o mesmo e contra a sociedade, com fundamento em justa causa.

5 – O sócio que exercer a gerência por força do disposto no número 1 ou que tiver sido designado gerente por deliberação dos sócios só pode ser destituído da gerência por deliberação dos sócios, com fundamento em justa causa, salvo quando o contrato de sociedade dispuser diferentemente.

6 – Os gerentes não sócios podem ser destituídos da gerência por deliberação dos sócios, independentemente de justa causa.

7 – Se a sociedade tiver apenas dois sócios, a destituição de qualquer destes da gerência, com fundamento em justa causa, só pode ser decidida pelo órgão de soberania jurídico competente, em acção intentada pelo outro sócio contra a sociedade.

ARTIGO QUARTO – COMPETÊNCIA DOS GERENTES.

1 – A administração e a representação da sociedade competem aos gerentes.

2 – A competência dos gerentes tanto para administrar como para representar a sociedade, deve ser exercida dentro dos limites do objecto social e pelo contrato pode ficar sujeita a outras limitações ou condicionamentos.

3 – A sociedade não pode impugnar negócios celebrados em seu nome, mas com falta de poderes pelos gerentes, no caso de tais negócios terem sido confirmados expressa ou tacitamente, por deliberação unânime dos sócios.

4 – Os negócios referidos no número anterior, quando não confirmados por deliberação unânime dos sócios, são insusceptíveis de impugnação pelos terceiros nos mesmos intervenientes que tenham conhecimento da infracção cometida pelo gerente.

5 – Nos termos do número anterior, o registo ou a publicidade do contrato não fazem presumir este conhecimento.

6 – A gerência presume-se remunerada, sendo o montante da remuneração de cada gerente quando não excluída pelo contrato fixada por deliberação dos sócios.

ARTIGO QUINTO – FUNCIONAMENTO DA GERÊNCIA.

1 – Salvo convenção em contrário, existindo mais do que um gerente, todos têm poderes iguais e independentes para administrar e representar a sociedade, mas qualquer destes se pode opor aos actos que o outro gerente pretenda realizar, competindo à maioria dos gerentes decidir sobre o mérito da oposição.

2 – A oposição referida no número anterior, é ineficaz para com terceiros, salvo se estes tenham tido conhecimento da mesma.

CAPÍTULO TERCEIRO – ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

ARTIGO ÚNICO – ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

1 – Só por unanimidade podem ser introduzidas quaisquer alterações no contrato de sociedade ou pode ser deliberada a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade, a não ser que o contrato autorize a deliberação por maioria que não pode ser inferior a três quartos dos votos de todos os sócios.

2 – Também só por unanimidade pode ser deliberada a admissão de novo sócio.

CAPÍTULO QUARTO – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE.

1 – Para além dos casos previstos na lei, a sociedade pode ser dissolvida:

- a) A requerimento do sucessor do sócio falecido, se a liquidação da parte social não puder efectuar-se por força do disposto no número 1 do artigo 14º, do capítulo primeiro, do presente título;
- b) A requerimento do sócio que pretenda exonerar-se com fundamento nas alíneas a) e b) do número 2 do artigo 11º, do capítulo primeiro, do presente título, se a parte social não puder ser liquidada por força do disposto no número 1 do artigo 14º, do capítulo primeiro, do presente título.

2 – Nos termos e para os fins do disposto no número 3 do artigo 8º, do capítulo décimo terceiro, do título anterior, os liquidatários devem reclamar dos sócios para além das dívidas de entradas, as quantias necessárias para a satisfação das dívidas sociais, em proporção da parte de cada um nas perdas.

3 – Nos termos do número anterior, se algum dos sócios se encontrar insolvente, será a sua parte dividida pelos demais na mesma proporção.

ARTIGO SEGUNDO – REGRESSO À ACTIVIDADE E OPOSIÇÃO DE CREDITORES.

1 – O credor de sócio pode opor-se ao regresso à actividade da sociedade em liquidação, contando que o faça nos 30 dias posteriores à publicação da respectiva deliberação.

2 – A oposição efectua-se por notificação judicial avulsa, requerida no prazo fixado no número anterior.

3 – Recebida a notificação, pode a sociedade nos 62 dias seguintes, excluir o sócio ou deliberar a continuação da liquidação.

4 – Se a sociedade não firmar nenhuma das deliberações previstas no número anterior, pode o credor exigir judicialmente a liquidação da parte do seu devedor.

TÍTULO QUINTO – SOCIEDADES POR QUOTAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS E CONTRATO.

ARTIGO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE.

1 – Na sociedade por quotas o capital está dividido em quotas e os sócios são solidariamente responsáveis por todas as entradas convencionadas no contrato social conforme o disposto no artigo 6º, do capítulo seguinte.

2 – Os sócios apenas são obrigados a outras prestações quando a lei ou o contrato autorizado por lei, assim o estabeleçam.

3 – Só o património social responde para com os credores pelas dívidas da sociedade, salvo o disposto no artigo seguinte.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DIRECTA DOS SÓCIOS PARA COM OS CREDITORES SOCIAIS.

1 – É lícito estipular no contrato que um ou mais sócios, para além de responderem para com a sociedade nos termos definidos no número 1 do artigo anterior, respondem também perante os credores sociais até determinado montante.

2 – Nos termos do número anterior, essa responsabilidade tanto pode ser solidária com a da sociedade, como subsidiária em relação a esta e a efectivar apenas na fase da liquidação.

3 – A responsabilidade regulada no número anterior, abrange apenas as obrigações afirmadas pela sociedade enquanto o sócio a esta pertencer e não se transmite por falecimento deste, sem prejuízo da transmissão das obrigações a que o sócio estava anteriormente vinculado.

4 – Salvo disposição contratual em contrário, o sócio que pagar dívidas sociais nos termos do presente artigo, tem direito de regresso contra a sociedade pela totalidade do que houver pago, mas não contra os demais sócios.

ARTIGO TERCEIRO – CONTEÚDO DO CONTRATO.

1 – O contrato de sociedade deve especialmente mencionar:

- a) O montante de cada quota de capital e a identificação do respectivo titular;
- b) O montante das entradas efectuadas por cada sócio no contrato e o montante das entradas diferidas.

ARTIGO QUARTO – FIRMA.

1 – A firma das sociedades por quotas deve ser formada com ou sem sigla, pelo nome ou firma de todos, alguns ou algum dos sócios, ou por uma denominação particular ou pela reunião de ambos esses elementos, mas em qualquer dos casos concluirá pela palavra «Limitada» ou pela abreviatura «Lda».

2 – Na firma não podem ser incluídas ou mantidas expressões indicativas de um objecto social que não esteja especificamente previsto na respectiva cláusula do contrato de sociedade.

3 – No caso de o objecto contratual da sociedade ser alterado, deixando de incluir actividade especificada na firma, a alteração do objecto deve ser simultaneamente acompanhada da modificação da firma.

ARTIGO QUINTO – MONTANTE DO CAPITAL.

1 – A sociedade por quotas não pode ser constituída com um capital inferior à soma do total do imobilizado em uso e utilização no exercício da actividade, nem posteriormente o seu capital pode ser reduzido a importância inferior a este.

CAPÍTULO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES E DIREITOS DOS SÓCIOS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÃO DE ENTRADA.

1 – Não são admitidas contribuições de indústria.

2 – A efectivação das entradas processar-se-á por transferência bancária, mas o quantitativo global dos pagamentos efectuados por conta destas, juntamente com a soma dos valores nominais das quotas correspondentes à entrada, deve perfazer o capital mínimo fixado por lei.

3 – A soma das entradas já realizadas deve ser depositada em instituição de crédito, numa conta aberta em nome da futura sociedade, até ao momento da celebração do contrato.

4 – Os sócios devem declarar no acto constitutivo, sob sua responsabilidade, que procederam ao depósito referido no número anterior.

5 – Da conta referida no número 3, só podem ser efectuados levantamentos:

- a) Depois de o contrato estar definitivamente registado;
- b) Depois de celebrado o contrato, caso os sócios autorizem os gerentes a efectuá-los para fins determinados;
- c) Para liquidação provocada pela inexistência ou nulidade do contrato ou pela falta de registo.

ARTIGO SEGUNDO – TEMPO DAS ENTRADAS.

1 – O pagamento das entradas que a lei não ordene efectuar no contrato de sociedade ou no acto de aumento de capital, só pode ser diferido para datas certas ou ficar dependente de factos determinados.

2 – Nos termos do número anterior, em qualquer caso a prestação pode ser exigida a partir do momento em que se cumpra o período de 3 anos sobre a celebração do contrato ou a deliberação de aumento de capital ou se encerra prazo equivalente a metade da duração da sociedade, se este limite for inferior.

3 – Salvo acordo em contrário, as prestações por conta das quotas dos diferentes sócios devem ser simultâneas e representar fracções iguais ao respectivo montante.

4 – Não obstante a fixação dos prazos no contrato de sociedade, o sócio só entra em mora depois de interpelado pela sociedade para efectuar o pagamento, em prazo nunca superior a 30 dias.

ARTIGO TERCEIRO – AVISO AO SÓCIO REMISSO E EXCLUSÃO DESTE.

1 – Se o sócio não efectuar no prazo fixado na interpelação a prestação a que está obrigado, deve a sociedade avisá-lo por carta registada com aviso de recepção de que a partir do trigésimo dia seguinte à recepção da carta, fica sujeito a exclusão e a perda total ou parcial da quota.

2 – Não sendo o pagamento efectuado no prazo referido no número anterior e deliberando a sociedade excluir o sócio, deve comunicar-lhe por carta registada com aviso de recepção a sua exclusão, com a consequente perda a favor da sociedade da respectiva quota e pagamentos já realizados, salvo se os sócios por iniciativa ou a solicitação do sócio remisso, deliberarem limitar a perda a parte da quota correspondente à prestação não efectuada.

3 – Nos termos da última parte do número anterior, deverão ser indicados na declaração dirigida ao sócio os valores nominais da parte perdida por este e da parte por este conservada.

4 – A estas partes é aplicável o disposto no número 4 do artigo 1º, do capítulo seguinte.

5 – Se nos termos dos números 2 e 3, tiver sido declarada perdida pelo sócio remisso apenas uma parte da quota, é aplicável à venda dessa parte, à responsabilidade do sócio e à dos anteriores titulares da mesma quota, bem como ao destino das quantias obtidas o disposto nos artigos seguintes.

ARTIGO QUARTO – VENDA DA QUOTA DO SÓCIO EXCLUÍDO.

1 – A sociedade pode fazer vender em hasta pública a quota perdida a seu favor, se os sócios deliberarem que esta seja vendida a terceiros por modo diverso, mas neste caso se o preço ajustado for inferior à soma do montante em dívida com a prestação já efectuada por conta da quota, a venda só pode realizar-se com o consentimento do sócio excluído.

2 – Os sócios podem ainda deliberar:

- a) Que a quota perdida a favor da sociedade seja dividida proporcionalmente às dos demais sócios, vendendo-se a cada um destes a parte que assim lhe competir, sendo aplicável o disposto no número 4 do artigo anterior;
- b) Que a mesma quota seja vendida indivisa ou após divisão não proporcional às demais quotas, a todos, a alguns ou a um dos sócios, devendo obedecer ao disposto no número 1 do artigo 1º, do capítulo

oitavo, do presente título e aos demais requisitos que o contrato de sociedade porventura fixar, podendo qualquer sócio todavia exigir que lhe seja atribuída uma parte proporcional à sua quota.

3 – Nos casos previstos no número anterior, a sociedade deve comunicar por carta registada com aviso de receção ao sócio excluído o preço porque os demais sócios pretendem adquirir a quota.

4 – Nos termos do número anterior, se o preço total oferecido for inferior à soma do montante em dívida com o já prestado, pode o sócio excluído declarar à sociedade no prazo de 30 dias que se opõe à execução da deliberação, desde que aquele preço não alcance o valor real da quota calculado nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo sexto, do título segundo, do presente livro, com referência ao montante em que a deliberação foi firmada.

5 – Na hipótese prevista no número anterior, a deliberação não pode ser executada antes de decorrido o prazo fixado para oposição do sócio excluído ou antes de transitada em julgado a decisão que declare tal oposição ineficaz, se esta for deduzida a requerimento de qualquer sócio.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E DOS ANTERIORES TITULARES DA QUOTA.

1 – O sócio excluído e os anteriores titulares da quota são solidariamente responsáveis perante a sociedade, pela diferença entre o produto da venda e a parte da entrada em dívida.

2 – Nos termos do número anterior, contra o crédito da sociedade não é permitida compensação.

3 – O titular anterior que pagar à sociedade ou a um sócio sub-rogado nos termos do artigo seguinte, tem o direito de haver do sócio excluído e de qualquer dos antecessores deste o reembolso da importância paga, depois de deduzida a parte que lhe competir.

4 – Nos termos do número anterior, a obrigação é conjunta.

ARTIGO SEXTO – RESPONSABILIDADE DOS DEMAIS SÓCIOS.

1 – Excluído um sócio ou declarada perdida a favor da sociedade parte da sua quota, são os demais sócios obrigados solidariamente a pagar a parte da entrada que estiver em dívida, quer a quota tenha sido ou não já vendida nos termos dos artigos anteriores, bem como respondem nas relações internas esses sócios proporcionalmente às suas quotas.

2 – No caso de aumento de capital, os antigos sócios são obrigados nos termos do número anterior, a pagar as prestações em dívida respeitantes às novas quotas e os novos sócios a pagar as prestações em dívida relativas às quotas antigas, mas o antigo sócio que tiver liberado a sua quota pode desobrigar-se pondo-a à disposição da sociedade nos 30

dias seguintes à interpelação para o pagamento, não podendo este direito ser excluído nem limitado no contrato de sociedade.

3 – O sócio que tiver efectuado algum pagamento nos termos do presente artigo, pode sub-rogar-se no direito que assiste à sociedade contra o excluído e os seus antecessores segundo o disposto no artigo anterior, a fim de obter o reembolso da quantia paga.

4 – Se a sociedade não efectuar qualquer das declarações a que alude o número 2 do artigo 3º, do presente capítulo e não for possível obter o montante em dívida por via da execução contra o sócio remisso, vale quanto aos sócios o disposto na parte aplicável do número 1.

5 – Para determinar os demais sócios responsáveis, atender-se-á ao tempo da deliberação prevista no número 1 e à data da proposição da acção executiva prevista no número anterior.

ARTIGO SÉTIMO – APLICAÇÃO DAS QUANTIAS OBTIDAS NA VENDA DA QUOTA.

1 – As quantias provenientes da venda da quota do sócio excluído, deduzidas as despesas correspondentes, pertencem à sociedade até ao limite da importância da entrada em dívida.

2 – Pelas forças do excedente se o houver, deve a sociedade restituir aos demais sócios as quantias por estes desembolsadas na proporção dos pagamentos realizados, sendo o restante entregue ao sócio excluído até ao limite da parte da entrada por este prestada e o remanescente pertence à sociedade.

ARTIGO OITAVO – OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS.

1 – O contrato de sociedade pode impor a todos ou a alguns sócios a obrigação de efectuarem prestações para além das entradas, desde que fixe os elementos essenciais desta obrigação e especifique se as prestações devem ser efectuadas onerosa ou gratuitamente.

2 – Sempre que o conteúdo da obrigação corresponder ao de um contrato típico, aplica-se a regulamentação legal própria desse tipo de contrato.

3 – Se as prestações estipuladas forem não pecuniárias, o direito da sociedade é intransmissível.

4 – No caso de se convencionar a onerosidade, a contraprestação pode ser paga independentemente da existência de lucros do exercício.

5 – Salvo disposição contratual em contrário, a falta de cumprimento das obrigações acessórias não afecta a situação do sócio como tal.

6 – As obrigações acessórias extinguem-se com a dissolução da sociedade.

ARTIGO NONO – OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES.

1 – Se o contrato de sociedade assim o permitir, podem os sócios deliberar que lhes sejam exigidas prestações suplementares.

2 – As prestações suplementares têm sempre dinheiro por objecto.

3 – O contrato de sociedade que permita prestações suplementares fixará:

- a) O montante global das prestações suplementares;
- b) Os sócios que ficam obrigados a efectuar tais prestações;
- c) O critério de repartição das prestações suplementares entre os sócios a estas obrigados.

4 – A menção referida na alínea a) do número anterior é sempre essencial, a falta da menção referida na alínea b) obriga todos os sócios a efectuar as prestações suplementares e a falta da menção referida na alínea c) impõe que a obrigação de cada sócio é proporcional à sua quota de capital.

5 – As prestações suplementares não vencem juros.

ARTIGO DÉCIMO – EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO.

1 – A exigibilidade das prestações suplementares depende sempre de deliberação dos sócios que fixe o montante exigível e o prazo da prestação, o qual não pode ser inferior a 30 dias a contar da comunicação aos sócios.

2 – A deliberação referida no número anterior, não pode ser firmada antes de interpelados todos os sócios para integral liberação das suas quotas de capital.

3 – Não podem ser exigidas prestações suplementares depois de a sociedade ter sido dissolvida por qualquer causa.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REGIME DA OBRIGAÇÃO DE EFECTUAR PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES.

1 – É aplicável à obrigação de efectuar prestações suplementares o disposto nos artigos 3º e 4º, do presente capítulo.

2 – Ao crédito da sociedade por prestações suplementares não pode opor-se compensação.

3 – A sociedade não pode exonerar os sócios da obrigação de efectuar prestações suplementares, estejam ou não estas já exigidas.

4 – O direito a exigir prestações suplementares é intransmissível e neste não podem sub-rogar-se os credores da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RESTITUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES.

1 – As prestações suplementares só podem ser restituídas aos sócios desde que a situação líquida não fique inferior à soma do capital e da reserva legal e o respectivo sócio já tenha liberado a sua quota.

2 – A restituição das prestações suplementares depende da deliberação dos sócios.

3 – As prestações suplementares não podem ser restituídas depois de declarada a falência da sociedade.

4 – A restituição das prestações suplementares deve respeitar a proporcionalidade da entrega da prestação suplementar entre os sócios que as tenham efectuado, sem prejuízo do disposto no número 1.

5 – Para o cálculo do montante da obrigação vigente de efectuar prestações suplementares não serão computadas as prestações restituídas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DIREITO DOS SÓCIOS À INFORMAÇÃO.

1 – Os gerentes devem prestar a qualquer sócio que o requeira informação verdadeira, completa e elucidativa sobre a gestão da sociedade, bem como facultar-lhe na sede social a consulta da respectiva escrituração, dos respectivos livros e documentos.

2 – Nos termos do número anterior, a informação será dada por escrito, sempre que assim for solicitado.

3 – O direito à informação pode ser regulamentado no contrato de sociedade, contando que não seja impeditivo o seu exercício efectivo ou injustificadamente limitado o seu âmbito, designadamente não pode ser excluído esse direito quando para o seu exercício for invocada suspeita de práticas susceptíveis de fazerem incorrer o seu autor em responsabilidade nos termos da lei ou quando a consulta tiver por fim julgar da exactidão dos documentos de prestação de contas ou habilitar o sócio a votar em assembleia já convocada.

4 – Podem ser pedidas informações sobre actos já praticados ou sobre actos cuja prática seja esperada, quando estes sejam susceptíveis de fazerem incorrer o seu autor em responsabilidade nos termos da lei.

5 – A consulta da escrituração, dos livros ou dos documentos deve ser realizada pessoalmente pelo sócio, que pode fazer-se assistir de um revisor de contas ou de outro perito, bem como usar da faculdade reconhecida pelo disposto no artigo reprodução dos bens e dos demais documentos, do código civil.

6 – O sócio pode inspecionar os bens sociais nas condições referidas nos números anteriores.

7 – O sócio que utilize as informações obtidas de modo a prejudicar injustamente a sociedade ou os demais sócios é responsável nos termos gerais pelos prejuízos que lhes causar e fica sujeito a exclusão.

8 – À prestação de informações em assembleia geral é aplicável o disposto no artigo 6º, do capítulo segundo, do título seguinte.

9 – O direito à informação conferido nos termos do presente artigo e seguintes compete também ao usufrutuário, quando por lei ou convenção lhe competir exercer o direito de voto.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – IMPEDIMENTO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DO SÓCIO.

1 – Salvo disposição diversa do contrato de sociedade lícita nos termos do disposto no número 3 do artigo anterior, a informação, a consulta ou a inspecção só podem ser recusadas pelos gerentes sempre que for de recear que o sócio as utilize para fins estranhos à sociedade com prejuízo desta, bem como sempre que a prestação ocasionar violação do segredo imposto por lei no interesse de terceiros.

2 – Em caso de recusa da informação ou de prestação da informação presumivelmente falsa, incompleta ou não elucidativa, pode o sócio interessado provocar deliberação dos sócios para que a informação lhe seja prestada ou seja corrigida.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – INQUÉRITO JUDICIAL.

1 – O sócio a quem tenha sido recusada a informação ou que tenha recebido informação presumivelmente falsa, incompleta ou não elucidativa, pode requerer ao órgão de soberania jurídico competente inquérito à sociedade.

2 – O inquérito é regulado pelo disposto nos números 2 e seguintes do artigo 8º, do capítulo segundo, do título seguinte.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITO AOS LUCROS DO EXERCÍCIO.

1 – Salvo diferente cláusula contratual ou deliberação firmada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social em assembleia geral para o efeito convocada, não pode deixar de ser distribuído aos sócios metade do lucro do exercício que nos termos da lei seja distribuível.

2 – O crédito do sócio à sua parte dos lucros vence-se decorridos 30 dias sobre a deliberação da atribuição de lucros, salvo diferimento consentido pelo sócio.

3 – Nos termos do número anterior, os sócios podem contudo deliberar com fundamento em situação excepcional da sociedade, a extensão daquele prazo até mais 62 dias.

4 – Se pelo contrato de sociedade, os gerentes ou fiscais tiverem direito a uma participação nos lucros, esta só pode ser paga depois de postos a pagamento os lucros dos sócios.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – RESERVA LEGAL.

1 – É obrigatória a constituição de uma reserva legal.

2 – É aplicável o disposto nos artigos 11º e 12º, do capítulo segundo, do título seguinte.

CAPÍTULO TERCEIRO – QUOTAS.

ARTIGO PRIMEIRO – UNIDADE E MONTANTE DA QUOTA.

1 – Na constituição da sociedade a cada sócio apenas fica a pertencer uma quota, que corresponde à sua entrada.

2 – Em caso de divisão de quotas ou de aumento de capital, a cada sócio só pode pertencer uma nova quota.

3 – Nos termos do aumento de capital, todavia podem ser atribuídas ao sócio tantas quotas quantas as que já possuía.

4 – Os valores nominais das quotas podem ser diversos, mas nenhum pode ser inferior a 50 contos, salvo quando a lei o permitir.

5 – A quota primitiva de um sócio e as que posteriormente adquirir são independentes, podendo o titular unificá-las, desde que estejam integralmente liberadas e lhes não correspondam segundo o contrato de sociedade, direitos e obrigações diversos.

6 – A unificação deve ser reduzida a escrito, comunicada à sociedade e registada.

7 – A deliberação dos direitos e das obrigações inerentes a cada quota determina-se segundo a proporção entre o valor nominal desta e o do capital, salvo se por força da lei ou do contrato houver de ser diversa.

8 – Não podem ser emitidos títulos representativos de quotas.

ARTIGO SEGUNDO – AQUISIÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS.

1 – A sociedade não pode adquirir quotas próprias não integralmente liberadas, salvo o caso de perda a favor da sociedade prevista no artigo 3º, do capítulo anterior.

2 – As quotas próprias só podem ser adquiridas pela sociedade a título gratuito ou em acção executiva movida contra o sócio ou se para esse efeito a sociedade dispuser de reservas livres em montante não inferior ao dobro do contravalor a prestar.

3 – São nulas as aquisições de quotas próprias com infracção do disposto no presente artigo.

4 – É aplicável às quotas próprias o disposto no artigo 15º, do capítulo terceiro, do título seguinte.

ARTIGO TERCEIRO – DIVISÃO DE QUOTAS.

1 – Uma quota só pode ser dividida mediante amortização parcial, transmissão parcelada ou parcial, partilha ou divisão entre contitulares, devendo cada uma das quotas resultantes da divisão ter um valor nominal de harmonia com o disposto no número 4 do artigo 1º, do presente capítulo.

2 – Os actos que produzam divisão de quota devem ser reduzidos a escrito.

3 – O contrato pode proibir a divisão de quotas, contando que da proibição não resulte impedimento à partilha ou divisão entre contitulares por período superior a 5 anos.

4 – No caso de divisão mediante transmissão parcelada ou parcial e salvo disposição diversa do contrato de sociedade, a divisão de quotas não produz efeitos para com a sociedade enquanto esta não prestar o consentimento, sendo no caso de cessão da parte da quota o consentimento reportado simultaneamente à cessão e à divisão.

5 – É aplicável à divisão o disposto na parte final do número 2 do artigo 10º, do presente capítulo.

6 – O consentimento para a divisão deve ser dado por deliberação dos sócios.

7 – Se o contrato de sociedade for alterado no sentido de a divisão ser excluída ou dificultada, a alteração só é eficaz com o consentimento de todos os sócios por esta afectados.

8 – A quota pode também ser dividida mediante deliberação da sociedade firmada nos termos do disposto no número 2 do artigo 3º, do capítulo anterior.

ARTIGO QUARTO – DIREITOS E OBRIGAÇÕES INERENTES A QUOTA INDIVISA.

1 – Os contitulares da quota devem exercer os direitos a esta inerentes através de representante comum.

2 – As comunicações e declarações da sociedade que interessam aos contitulares devem ser dirigidas ao representante comum e na falta deste a um dos contitulares.

3 – Os contitulares respondem solidariamente pelas obrigações legais ou contratuais inerentes à quota.

4 – Nos impedimentos do representante comum ou se este puder ser nomeado pelo órgão de soberania jurídico competente nos termos do disposto no número 4 do artigo seguinte, mas ainda o não tiver sido quando se apresenta mais de um titular para exercer

o direito de voto e não haja acordo entre estes sobre o sentido de voto, prevalecerá a opinião da maioria dos contitulares presentes, desde que representem pelo menos metade do valor total da quota e para o caso não seja necessário o consentimento de todos os contitulares nos termos do disposto no número 1 do artigo 6º, do presente capítulo.

ARTIGO QUINTO – REPRESENTANTE COMUM.

1 – O representante comum sempre que não for designado por lei ou disposição testamentária, é nomeado e pode ser destituído pelos contitulares, sendo a respectiva deliberação firmada por maioria nos termos do disposto no artigo administração de bem, do código civil, salvo se outra norma se convencionar e for comunicada à sociedade.

2 – Os contitulares podem designar um de entre estes ou o cônjuge de um destes como representante comum.

3 – Nos termos do número anterior, a designação só pode recair sobre um estranho se o contrato de sociedade o autorizar expressamente ou permitir que os sócios se façam representar por estranho nas deliberações sociais.

4 – Não podendo obter-se em conformidade com o disposto nos números anteriores, a nomeação do representante comum, é lícito a qualquer dos contitulares solicitá-la ao órgão de soberania jurídico competente da sede da sociedade.

5 – Ao mesmo órgão de soberania jurídico pode qualquer contitular solicitar a destituição, com fundamento em justa causa do representante comum que não seja directamente designado pela lei.

6 – A nomeação e a destituição devem ser comunicadas por escrito à sociedade, a qual pode mesmo tacitamente dispensar a comunicação.

7 – O representante comum pode exercer perante a sociedade todos os poderes inerentes à quota indivisa, salvo o disposto no número seguinte, sendo qualquer redução desses poderes só oponíveis à sociedade se lhe for comunicada por escrito.

8 – Excepto quando a lei, o testamento, todos os contitulares ou o órgão de soberania jurídico atribuírem ao representante comum poderes de disposição, não lhe é lícito praticar actos que produzam extinção, alienação ou oneração da quota, aumento de obrigações e renúncia ou redução dos direitos dos sócios, devendo a atribuição de tais poderes pelos contitulares ser comunicada por escrito à sociedade.

ARTIGO SEXTO – DELIBERAÇÃO DOS CONTITULARES.

1 – A deliberação dos contitulares sobre o exercício dos seus direitos pode ser firmada por maioria nos termos do disposto no artigo administração de bem, do código civil, salvo se tiver por objecto a extinção, alienação ou oneração da quota, o aumento de obrigações, as renúncias ou a redução dos direitos dos sócios, sendo exigido neste caso o consentimento de todos os contitulares.

2 – A deliberação prevista na primeira parte do número anterior, não produz efeitos em relação à sociedade, apenas vinculando os contitulares entre si e para com estes, o representante comum.

ARTIGO SÉTIMO – TRANSMISSÃO DA QUOTA POR FALECIMENTO.

1 – O contrato de sociedade pode estabelecer que falecendo um sócio, a respectiva quota não se transmitirá aos sucessores do falecido, bem como pode condicionar a transmissão a certos requisitos, mas sempre com observância do disposto nos números seguintes.

2 – Sempre que por força de disposições contratuais a quota não for transmitida para os sucessores do sócio falecido, deve a sociedade amortizá-la, adquiri-la ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro, pelo que se nenhuma dessas deliberações for efectuada nos 92 dias subsequentes ao conhecimento do falecimento do sócio por algum dos gerentes, a quota considera-se transmitida.

3 – No caso de se optar por fazer adquirir a quota por sócio ou terceiro, o respectivo contrato é outorgado pelo representante da sociedade e pelo adquirente.

4 – Salvo estipulação do contrato de sociedade em sentido diferente, à determinação e ao pagamento da contrapartida devida pelo adquirente, aplicam-se as correspondentes disposições legais ou contratuais relativas à amortização, mas os efeitos da alienação da quota ficam suspensos enquanto aquela contrapartida não for paga.

5 – Na falta de pagamento tempestivo da contrapartida, os interessados poderão escolher entre a efectivação do seu crédito e a ineficácia da alienação, considerando-se neste último caso transmitida a quota para os sucessores do sócio falecido a quem tenha competido o direito àquela contrapartida.

ARTIGO OITAVO – TRANSMISSÃO DEPENDENTE DA VONTADE DOS SUCESSORES.

1 – Sempre que o contrato atribuir aos sucessores do sócio falecido o direito de exigir a amortização da quota ou por algum modo condicionar a transmissão da quota à vontade dos sucessores e estes não aceitem a transmissão, devem declará-lo por escrito à sociedade nos 92 dias seguintes ao conhecimento do óbito.

2 – Recebida a declaração prevista no número anterior, a sociedade deve no prazo de 30 dias amortizar a quota, adquiri-la ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro, sob pena de o sucessor do sócio falecido poder requerer a dissolução da sociedade por via administrativa.

3 – É aplicável o disposto no número 4 do artigo anterior e nos números 6 e 7 do artigo 22º, do presente capítulo.

ARTIGO NONO – PENDÊNCIA DA AMORTIZAÇÃO OU AQUISIÇÃO.

1 – A amortização ou a aquisição da quota do sócio falecido efectuada de acordo com o prescrito nos artigos anteriores, retrotrai os seus efeitos à data do óbito.

2 – Os direitos e as obrigações inerentes à quota ficam suspensos enquanto não se efectivar a amortização ou a aquisição da mesma nos termos previstos nos artigos anteriores e enquanto não decorrerem os prazos aí estabelecidos.

3 – Durante a suspensão, os sucessores poderão contudo exercer todos os direitos necessários à tutela da sua posição jurídica, nomeadamente votar em deliberações sobre alteração do contrato ou dissolução da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO – TRANSMISSÃO ENTRE VIVOS E CESSÃO DE QUOTAS.

1 – A transmissão de quotas entre vivos deve ser reduzida a escrito.

2 – A cessão de quotas não produz efeitos para com a sociedade enquanto não for consentida por esta, a não ser que se trate de cessão entre cônjuges, entre ascendentes e descendentes ou entre sócios.

3 – A transmissão de quota entre vivos torna-se eficaz para com a sociedade logo que lhe for comunicada por escrito ou por esta reconhecida, expressa ou tacitamente.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

1 – São válidas as cláusulas que proíbam a cessão de quotas, mas os sócios terão nesse caso direito à exoneração uma vez decorridos 10 anos sobre o seu ingresso na sociedade.

2 – O contrato de sociedade pode dispensar o consentimento desta, quer em geral, quer para determinadas situações.

3 – O contrato de sociedade pode exigir o consentimento desta para todas ou algumas das cessões referidas na parte final do número 3 do artigo anterior.

4 – A eficácia da deliberação de alteração do contrato de sociedade que proíba ou dificulte a cessão de quotas, depende do consentimento de todos os sócios por esta afectados.

5 – O contrato de sociedade não pode subordinar os efeitos da cessão a requisito diferente do consentimento da sociedade, mas pode condicionar esse consentimento a requisitos específicos, contando que a cessão não fique dependente:

- a) Da vontade individual de um ou mais sócios ou de pessoas estranhas, salvo tratando-se de credor e para cumprimento de cláusula de contrato onde lhe seja assegurada a permanência de certos sócios;

- b) De quaisquer prestações a efectuar pelo cedente ou pelo cessionário em proveito da sociedade ou de sócios;
- c) Da assunção pelo cessionário de obrigações não previstas para a generalidade dos sócios.

6 – O contrato de sociedade pode cominar penalidades para o caso de a cessão ser efectuada sem prévio consentimento da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SOLICITAÇÃO E PRESTAÇÃO DO CONSENTIMENTO.

1 – O consentimento da sociedade é solicitado por escrito, com indicação do cessionário e de todas as condições da cessão.

2 – O consentimento expresso é dado por deliberação dos sócios.

3 – O consentimento não pode ser subordinado a condições, sendo irrelevantes as que se estipularem.

4 – Se a sociedade não firmar a deliberação sobre o pedido de consentimentos nos 62 dias seguintes à sua recepção, a eficácia da cessão deixa de depender desta.

5 – O consentimento dado a uma cessão posterior a outra não consentida, torna esta eficaz na medida necessária para assegurar a legitimidade do cedente.

6 – Considera-se prestado o consentimento da sociedade sempre que o cessionário tenha participado em deliberação dos sócios e nenhum destes a impugnar com esse fundamento, provando-se o consentimento tácito para efeitos de registo da cessão pela acta da deliberação.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RECUSA DO CONSENTIMENTO.

1 – Se a sociedade recusar o consentimento, a respectiva comunicação dirigida ao sócio incluirá uma proposta de amortização ou de aquisição da quota, sendo que se o cedente não aceitar a proposta no prazo de 15 dias, fica esta sem efeitos, mantendo-se a recusa do consentimento.

2 – A cessão para a qual o consentimento foi solicitado torna-se livre:

- a) Se for omissa a proposta referida no número anterior;
- b) Se a proposta e a aceitação não respeitarem a forma escrita e o negócio não for celebrado por escrito nos 62 dias seguintes à aceitação, por causa imputável à sociedade;
- c) Se a proposta não abranger todas as quotas para cuja cessão o sócio tenha simultaneamente solicitado o consentimento da sociedade;
- d) Se a proposta não oferecer uma contrapartida em dinheiro igual ao valor resultante do negócio perspectivado pelo cedente, salvo se a cessão for gratuita ou a sociedade provar ter havido simulação de valor, caso em que deverá propor o valor real da quota, calculado nos termos

previstos no artigo 12º, do capítulo sexto, do título segundo, do presente livro, com referência ao momento da deliberação;

- e) Se a proposta comportar diferimento do pagamento e não for no mesmo acto oferecida garantia adequada.

3 – O disposto nos números anteriores, só é aplicável se a quota estiver há mais de 3 anos na titularidade do cedente, do seu cônjuge ou de pessoa a quem tenham um ou outro sucedido por falecimento.

4 – Se a sociedade deliberar a aquisição da quota, o direito a adquiri-la é atribuído aos sócios que declarem pretendê-la no momento da respectiva deliberação, proporcionalmente às quotas que então possuírem, sendo que se os sócios não exercerem esse direito, pertencerá este à sociedade.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – AMORTIZAÇÃO DA QUOTA.

1 – A amortização de quotas, quando permitida por lei ou pelo contrato de sociedade, pode ser efectuada nos termos previstos no presente artigo e nos artigos seguintes.

2 – A amortização tem por efeito a extinção da quota, sem prejuízo porém dos direitos já adquiridos e das obrigações já vencidas.

3 – Salvo no caso de redução do capital, a sociedade não pode amortizar quotas que não estejam totalmente liberadas.

4 – Se o contrato de sociedade atribuir ao sócio o direito à amortização da quota, aplica-se o disposto sobre exoneração de sócios.

5 – Se a sociedade detiver o direito de amortizar a quota, pode em vez de o fazer adquiri-la ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro.

6 – No caso de se optar pela aquisição, aplica-se o disposto nos números 3 e 4 e na primeira parte do número 5 do artigo 7º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PRESSUPOSTOS DA AMORTIZAÇÃO.

1 – Sem prejuízo de disposição legal em contrário, a sociedade só pode amortizar uma quota sem o consentimento do respectivo titular quando tenha ocorrido um facto que o contrato social considere fundamento de amortização compulsiva.

2 – A amortização de uma quota só é permitida se o facto permissivo já figurava no contrato de sociedade ao tempo da aquisição dessa quota pelo seu actual titular ou pela pessoa a quem este sucedeu por falecimento ou se a introdução desse facto no contrato foi unanimemente deliberada pelos sócios.

3 – A amortização pode ser consentida pelo sócio, na própria deliberação ou por documento anterior ou posterior a esta.

4 – Se sobre a quota amortizada incidir direito de usufruto ou de penhor, o consentimento deve também ser dado pelo titular desse direito.

5 – Só com consentimento do sócio pode uma quota ser parcialmente amortizada, salvo os casos previstos na lei.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FORMA E PRAZO DA AMORTIZAÇÃO.

1 – A amortização efectua-se por deliberação dos sócios, baseada na verificação dos respectivos pressupostos legais e contratuais e torna-se eficaz mediante comunicação dirigida ao sócio por esta afectado.

2 – A deliberação deve ser firmada no prazo de 92 dias, contados do conhecimento por algum gerente da sociedade do facto que permite a amortização.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CONTRAPARTIDA DA AMORTIZAÇÃO.

1 – Salvo estipulação contrária do contrato de sociedade ou acordo das partes, valem as disposições seguintes:

- a) A contrapartida da amortização é o valor de liquidação da quota, determinado nos termos do disposto no número 2 do artigo 13º, do capítulo nono, do título terceiro, do presente livro, com referência ao momento da deliberação;
- b) O pagamento da contrapartida é fraccionado em duas prestações a efectivar dentro de 183 dias e 1 ano respectivamente, após a fixação definitiva da contrapartida.

2 – Se a amortização recair sobre quotas arroladas, arrestadas, penhoradas ou incluídas em massa falida ou insolvente, a determinação e o pagamento da contrapartida obedecerão aos termos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior, salvo se os estipulados no contrato forem menos favoráveis para a sociedade.

3 – Na falta de pagamento tempestivo da contrapartida e fora da hipótese prevista no número 1 do artigo seguinte, pode o interessado escolher entre a efectivação do seu crédito e a aplicação da norma estabelecida na primeira parte do número 4 do mesmo artigo.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESSALVA DO CAPITAL.

1 – A sociedade só pode amortizar quotas, quando à data da deliberação a sua situação líquida depois de satisfeita a contrapartida da amortização, não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal, a não ser que simultaneamente delibere a redução do seu capital.

2 – A deliberação de amortização deve mencionar expressivamente a verificação do requisito exigido pelo número anterior.

3 – Se ao tempo do vencimento da obrigação de pagar a contrapartida da amortização, se verificar que depois de realizado este pagamento a situação líquida da sociedade passaria a ser inferior à soma do capital e da reserva legal, a amortização fica sem efeito e o interessado deve restituir à sociedade as quantias porventura já recebidas.

4 – No caso previsto no número anterior, o interessado pode todavia optar pela amortização parcial da quota em proporção do que já recebeu, sem prejuízo do montante legal mínimo da quota.

5 – Pode também optar pela espera do pagamento até que se verifiquem as condições requeridas pelo número 3, mantendo-se nesta hipótese a amortização.

6 – A opção a que se refere os números 4 e 5, tem de ser declarada por escrito à sociedade nos 30 dias seguintes àquele em que ao sócio seja comunicada a impossibilidade do pagamento pelo referido motivo.

ARTIGO DÉCIMO NONO – EFEITOS INTERNOS E EXTERNOS QUANTO AO CAPITAL.

1 – Se a amortização de uma quota não for acompanhada de correspondente redução de capital, as quotas dos demais sócios serão proporcionalmente aumentadas.

2 – Os sócios devem fixar por deliberação o novo valor nominal das quotas.

3 – O contrato de sociedade pode porém estipular que a quota fique no balanço como quota amortizada, bem como permitir que posteriormente e por deliberação dos sócios em vez da quota amortizada sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou alguns sócios ou a terceiros.

ARTIGO VIGÉSIMO – CONTITULARIDADE E AMORTIZAÇÃO.

1 – Verificando-se relativamente a um dos contitulares de quota, facto que constitua fundamento de amortização pela sociedade, podem os sócios deliberar que a quota seja dividida em conformidade com o título donde tenha resultado a contitularidade, desde que o valor nominal das quotas depois da divisão não seja inferior a 50 contos.

2 – Dividida a quota, a amortização recairá sobre a quota do contitular relativamente ao qual o fundamento da amortização tenha ocorrido, sendo que na falta de divisão não pode ser amortizada toda a quota.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – EXECUÇÃO DA QUOTA.

1 – A penhora de uma quota abrange os direitos patrimoniais a esta inerentes, com ressalva do direito a lucros já atribuídos por deliberação dos sócios à data da penhora e sem prejuízo da penhora deste crédito.

2 – Nos termos do número anterior, o direito de voto continuará a ser exercido pelo titular da quota penhorada.

3 – A transmissão de quotas em processo executivo ou de liquidação de patrimónios não pode ser proibida ou limitada pelo contrato de sociedade, nem está dependente do consentimento desta, podendo todavia o contrato atribuir à sociedade o direito de amortizar quotas em caso de penhora.

4 – A sociedade ou o sócio que satisfaça o exequente fica sub-rogado no crédito nos termos do disposto no artigo efeitos da sub-rogação, do código civil.

5 – A decisão judicial que determine a venda da quota em processo de execução, falência ou insolvência do sócio deve ser oficiosamente notificada à sociedade.

6 – Na venda ou adjudicação judicial terão preferência em primeiro lugar os sócios e depois a sociedade ou uma pessoa por esta designada.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – EXONERAÇÃO DE SÓCIO.

1 – Um sócio pode exonerar-se da sociedade nos casos previstos na lei e no contrato e ainda quando, contra o voto expresso daquele:

- a) A sociedade deliberar um aumento de capital a subscrever total ou parcialmente por terceiros, a mudança do objecto social, a prorrogação da sociedade, a transferência da sede para o estrangeiro, o regresso à actividade da sociedade dissolvida;
- b) Havendo justa causa de exclusão de um sócio, a sociedade não deliberar excluí-lo ou não promover a sua exclusão judicial.

2 – A exoneração só pode ter lugar se estiverem inteiramente liberadas todas as quotas do sócio.

3 – O sócio que queira usar da faculdade atribuída pelo número 1, deve declarar por escrito à sociedade a intenção de se exonerar, nos 92 dias seguintes ao conhecimento do facto que lhe atribua tal faculdade.

4 – Recebida a declaração do sócio referida no número anterior, a sociedade no prazo de 30 dias, deve amortizar a quota, adquiri-la ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro, sob pena de o sócio poder requerer a dissolução da sociedade por via administrativa.

5 – A contrapartida a pagar ao sócio é calculada nos termos do disposto no número 2 do artigo 13º, do capítulo nono, do título terceiro, do presente livro, com referência à data em que o sócio declare à sociedade a intenção de se exonerar, sendo aplicável ao pagamento da contrapartida o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 17º, do presente capítulo.

6 – Se a contrapartida não puder ser paga em virtude do disposto no número 1 do artigo 18º, do presente capítulo e o sócio não optar pela espera do pagamento, tem direito a requerer a dissolução da sociedade por via administrativa.

7 – O sócio pode ainda requerer a dissolução da sociedade por via administrativa no caso de o adquirente da quota não pagar tempestivamente a contrapartida, sem prejuízo

de a sociedade se substituir nos termos do disposto no número 1 do artigo 18º, do presente capítulo.

8 – O contrato de sociedade não pode directamente ou pelo estabelecimento de algum critério fixar valor inferior ao resultante do disposto no número 5, para os casos de exoneração previstos na lei, nem pode admitir a exoneração pela vontade arbitrária do sócio.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – EXCLUSÃO DE SÓCIO.

1 – Um sócio pode ser excluído da sociedade nos casos e termos previstos na presente lei, bem como nos casos respeitantes à sua pessoa ou ao seu comportamento fixados no contrato.

2 – Sempre que houver lugar à exclusão por força do contrato, são aplicáveis os preceitos relativos à amortização de quotas.

3 – O contrato de sociedade para o caso de exclusão pode fixar um valor ou um critério para a determinação do valor da quota diferente do preceituado para os casos de amortização de quotas.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – EXCLUSÃO JUDICIAL DE SÓCIO.

1 – Pode ser excluído por decisão judicial o sócio que com o seu comportamento desleal ou gravemente perturbador do funcionamento da sociedade, lhe tenha causado ou possa vir a causar-lhe prejuízos relevantes.

2 – A proposição da acção de exclusão deve ser deliberada pelos sócios, que poderão nomear representantes especiais para esse efeito.

3 – No prazo de 30 dias posteriores ao trânsito em julgado da sentença de exclusão, deve a sociedade amortizar a quota do sócio, adquiri-la ou fazê-la adquirir, sob pena de a exclusão ficar sem efeito.

4 – Na falta de cláusula do contrato de sociedade em sentido diverso, o sócio excluído por sentença tem direito ao valor da sua quota, calculado com referência à data da proposição da acção e pago nos termos prescritos para a amortização de quotas.

5 – No caso de se optar pela aquisição da quota, aplica-se o disposto nos números 3 e 4 e na primeira parte do número 5 do artigo 7º, do presente capítulo.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – EFICÁCIA DOS FACTOS RELATIVOS A QUOTAS.

1 – Os factos relativos a quotas são ineficazes perante a sociedade enquanto não for solicitada a promoção do respectivo registo sempre que necessário.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – PROMOÇÃO DO REGISTO.

1 – A sociedade promove os registos relativos a factos em que de alguma forma tenha tido intervenção ou mediante solicitação de quem tenha legitimidade nos termos do número seguinte.

2 – Têm legitimidade para solicitar à sociedade a promoção do registo:

- a) O transmissário, o transmitente e o sócio exonerado;
- b) O usufrutuário e o credor pignoratício.

3 – A solicitação à sociedade de promoção do registo deve ser acompanhada dos documentos que titulem o facto a registar e dos emolumentos, taxas e outras quantias devidas.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – PRIORIDADE DA PROMOÇÃO DO REGISTO.

1 – A promoção do registo deve respeitar a ordem das respectivas solicitações.

2 – Se for solicitado na mesma data o registo de diversos factos relativos à mesma quota, os registos devem ser requeridos pela ordem de antiguidade dos factos.

3 – No caso de os factos referidos no número anterior, terem sido titulados na mesma data, o registo deve ser promovido pela ordem da respectiva dependência.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – SUCESSÃO DE REGISTOS.

1 – Para que a sociedade possa promover o registo de actos modificativos da titularidade de quotas e de direitos sobre estas é necessário que nestes tenha intervindo o titular registado.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – DEVERES DA SOCIEDADE.

1 – A sociedade não deve promover o registo se a solicitação não for viável, em face das disposições legais aplicáveis, dos documentos apresentados e dos registos anteriores, devendo verificar especialmente a legitimidade dos interessados, a regularidade formal dos títulos e a validade dos actos nestes contidos.

2 – A sociedade não deve promover o registo de um acto sujeito a encargos de natureza fiscal sem que estes se mostrem pagos, não estando todavia sujeita a sua apreciação a correcção da liquidação de encargos fiscais efectuada pelos serviços da administração tributária.

3 – Os documentos que titulem os factos relativos a quotas ou aos seus titulares devem ser arquivados na sede da sociedade até ao encerramento da liquidação, após o qual se deve observar o disposto quanto aos documentos de escrituração da sociedade.

4 – A sociedade deve facultar o acesso aos documentos referidos no número anterior, a qualquer pessoa que demonstre ter um interesse atendível na sua consulta, no prazo de 5 dias a contar da solicitação, bem como emitir cópia daqueles documentos a solicitação dos interessados, podendo ser cobrado o pagamento de uma quantia que não pode ser desproporcionada face aos custos de emissão da cópia.

ARTIGO TRIGÉSIMO – RESPONSABILIDADE CIVIL.

1 – As sociedades respondem pelos danos causados aos titulares de direitos sobre as quotas ou a terceiros, em consequência da omissão, de irregularidades, de erro, de insuficiência ou de demora na promoção dos registos, salvo se provarem que existiu culpa dos lesados.

2 – As sociedades são solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações fiscais se promoverem um registo em violação do disposto no número 2 do artigo anterior.

CAPÍTULO QUARTO – CONTRATO DE SUPRIMENTO.

ARTIGO PRIMEIRO – CONTRATO DE SUPRIMENTO.

1 – Considera-se contrato de suprimento, o contrato pelo qual o sócio empresta à sociedade dinheiro ou outro bem fungível, ficando a sociedade obrigada a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade, ou pelo qual o sócio convencionou com a sociedade o diferimento do vencimento de créditos seus sobre a mesma, desde que em qualquer dos casos o crédito fique tendo o carácter de permanência.

2 – Constituí índice do carácter de permanência a estipulação de um prazo de reembolso superior a 1 ano, quer tal estipulação seja contemporânea da constituição do crédito, quer seja posterior a esta.

3 – No caso de diferimento do vencimento de um crédito, computa-se nesse prazo o decorrido desde a constituição do crédito até ao negócio de diferimento.

4 – É igualmente índice de carácter de permanência a não utilização da faculdade de exigir o reembolso devido pela sociedade durante 1 ano, contado da constituição do crédito, quer não tenha sido estipulado prazo, quer tenha sido convencionado prazo inferior.

5 – Tratando-se de lucros atribuídos e não levantados, o prazo de 1 ano, conta-se da data da deliberação que aprovou a distribuição.

6 – Os credores sociais podem provar o carácter de permanência, embora o reembolso tenha sido efectuado antes de decorrido o prazo de 1 ano referido nos números anteriores.

7 – Os sócios interessados podem ilidir a presunção de permanência estabelecida nos números anteriores, demonstrando que o diferimento de créditos corresponde a

circunstâncias relativas a negócios celebrados com a sociedade, independentemente da qualidade de sócio.

8 – Fica sujeito ao regime de crédito de suprimento o crédito de terceiro contra a sociedade que o sócio adquira por negócio entre vivos, desde que no momento da aquisição se verifique alguma das circunstâncias previstas nos números 2 a 5.

9 – Não depende de forma especial a validade do contrato de suprimento ou de negócio sobre adiantamento de fundos pelo sócio à sociedade ou de convenção de diferimento de créditos de sócios.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÃO E PERMISSÃO DE SUPRIMENTOS.

1 – À obrigação de efectuar suprimentos estipulada no contrato de sociedade, aplica-se o disposto no artigo 8º, do capítulo segundo, do presente título, quanto a obrigações acessórias.

2 – A referida obrigação pode também ser constituída por deliberação dos sócios votada por aqueles que a afirmem.

3 – A celebração de contrato de suprimentos não depende de prévia deliberação dos sócios, salvo disposição contratual em contrário.

ARTIGO TERCEIRO – REGIME DO CONTRATO.

1 – Não tendo sido estipulado prazo para o reembolso dos suprimentos é aplicável o disposto no artigo determinação do prazo da prestação, do código civil.

2 – Na fixação do prazo, o órgão de soberania jurídico competente terá porém presente as consequências que o reembolso acarretará para a sociedade, podendo designadamente determinar que o pagamento seja fraccionado em certo número de prestações.

3 – Os credores por suprimentos não podem requerer por esses créditos a falência da sociedade, podendo todavia a concordata concluída no processo de falência produzir efeitos a favor dos credores de suprimentos e contra os mesmos.

4 – Decretada a falência ou dissolvida por qualquer causa a sociedade:

- a) Os suprimentos só podem ser reembolsados aos seus credores depois de inteiramente satisfeitas as dívidas daquela para com terceiros;
- b) Não é admissível compensação de créditos da sociedade com créditos de suprimentos.

5 – A prioridade de reembolso de créditos de terceiros estabelecida na alínea a) do número anterior, pode ser estipulada em concordata concluída no processo de falência da sociedade.

6 – O reembolso de suprimentos efectuado no ano anterior à sentença declaratória de falência é resolúvel nos termos do presente artigo.

7 – São nulas as garantias reais prestadas pela sociedade relativas a obrigações de reembolso de suprimentos e extinguem-se as de outras obrigações quando estas ficarem sujeitas ao regime de suprimentos.

CAPÍTULO QUINTO – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA DOS SÓCIOS.

1 – Dependem de deliberação dos sócios os seguintes actos, para além dos demais que a lei ou o contrato indicarem:

- a) A chamada e a restituição de prestações suplementares;
- b) A amortização de quotas, a aquisição, a alienação e a oneração de quotas próprias e o consentimento para a divisão ou cessão de quotas;
- c) A exclusão de sócios;
- d) A destituição de gerentes e de membros do órgão de fiscalização;
- e) A aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício, a atribuição de lucros e o tratamento dos prejuízos;
- f) A exoneração de responsabilidade dos gerentes ou membros do órgão de fiscalização;
- g) A proposição de acções pela sociedade contra gerentes, sócios ou membros do órgão de fiscalização, bem como a desistência e transacção nessas acções;
- h) A alteração do contrato de sociedade;
- i) A fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade e o regresso da sociedade dissolvida à actividade.

2 – Se o contrato social não dispuser diversamente, compete também aos sócios deliberar sobre:

- a) A designação de gerentes;
- b) A designação de membros do órgão de fiscalização;
- c) A alienação ou oneração de bens imóveis, a alienação, oneração e locação de estabelecimento;
- d) A subscrição ou aquisição de participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração.

ARTIGO SEGUNDO – FORMAS DE DELIBERAÇÃO.

1 – Para além de deliberações firmadas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título terceiro, do presente livro, os sócios podem firmar deliberações por voto escrito e deliberações em assembleia geral.

2 – Não existindo disposição de lei ou cláusula contratual que o proíba, é lícito aos sócios acordar nos termos dos números seguintes, que a deliberação seja firmada por voto escrito.

3 – A consulta dirigida aos sócios pelos gerentes para os efeitos previstos na parte final do número anterior, deve ser realizada por carta registada, em que se indicará o objecto da deliberação a firmar e se avisará o destinatário de que a falta de resposta dentro dos 15 dias seguintes à expedição da carta será considerada como assentimento à disposição da assembleia.

4 – Sempre que em conformidade com o número anterior, se possa proceder a votação por escrito, o gerente enviará a todos os sócios a proposta concreta da deliberação, acompanhada pelos elementos necessários para a esclarecer e fixará para o voto prazo não inferior a 10 dias.

5 – O voto escrito deve identificar a proposta e conter a aprovação ou rejeição desta, pelo que qualquer modificação da proposta ou condicionamento do voto implica rejeição da proposta.

6 – O gerente lavrará acta, em que mencionará a verificação das circunstâncias que permitem a deliberação por voto escrito, transcreverá a proposta e o voto de cada sócio, declarará a deliberação firmada e enviará cópia desta acta a todos os sócios.

7 – A deliberação considera-se firmada no dia em que for recebida a última resposta ou no fim do prazo marcado caso algum sócio não responda.

8 – Não pode ser firmada deliberação por escrito quando algum sócio esteja impedido de votar, em geral ou no caso de espécie.

ARTIGO TERCEIRO – ASSEMBLEIAS GERAIS.

1 – Às assembleias gerais das sociedades por quotas aplica-se o disposto sobre as assembleias gerais das sociedades anónimas nos termos do disposto no capítulo quinto, do título seguinte, em tudo o que não estiver especificamente regulado para aquelas.

2 – Os direitos atribuídos nas sociedades anónimas a uma minoria de accionistas quanto à convocação e à inclusão de assuntos na ordem do dia, podem ser sempre exercidos por qualquer sócio de sociedade por quotas.

3 – A convocação das assembleias gerais compete a qualquer dos gerentes e deve ser realizada por meio de carta registada, expedida com a antecedência mínima de 15 dias, a não ser que a lei ou o contrato de sociedade exijam outras formalidades ou estabeleçam prazo mais longo.

4 – Salvo disposição diversa do contrato de sociedade, a presidência de cada assembleia geral pertence ao sócio nesta presente que possuir ou representar maior fracção de capital, preferindo em igualdade de circunstâncias o mais adulto na sociedade ou em igualdade em idade.

5 – Nenhum sócio pode ser privado, nem sequer por disposição do contrato de participar na assembleia, ainda que esteja impedido de exercer o direito de voto.

6 – As actas das assembleias gerais devem ser assinadas por todos os sócios que nestas tenham participado.

ARTIGO QUARTO – REPRESENTAÇÃO EM DELIBERAÇÃO DE SÓCIOS.

1 – Não é permitida a representação voluntária em deliberações por voto escrito.

2 – Os instrumentos de representação voluntária que não mencionem as formas de deliberação abrangidas são válidos apenas para deliberações a firmar em assembleias gerais regularmente convocadas.

3 – Os instrumentos de representação voluntária que não mencionem a duração dos poderes conferidos são válidos apenas para o ano civil respectivo.

4 – Para a representação em determinada assembleia geral, quer esta reúna em primeira ou segunda data, é bastante uma carta dirigida ao respectivo presidente.

5 – A representação voluntária do sócio só pode ser conferida ao seu cônjuge, a um seu ascendente ou descendente ou a outro sócio, a não ser que o contrato de sociedade permita expressamente outros representantes.

ARTIGO QUINTO – VOTOS.

1 – Conta-se um voto por cada conto do valor nominal da quota.

2 – Salvo disposição diversa da lei ou do contrato, as deliberações consideram-se firmadas se obtiverem a maioria dos votos emitidos, não se considerando como tal as abstenções.

ARTIGO SEXTO – IMPEDIMENTO DE VOTO.

1 – O sócio não pode votar nem por si, nem por um representante, nem em representação de outrem, quando relativamente à matéria da deliberação se encontre em situação de conflito de interesses com a sociedade.

2 – Compreende-se que a referida situação de conflito de interesses se verifica designadamente sempre que se tratar de deliberação que recaia sobre:

- a) Liberação de uma obrigação ou responsabilidade própria do sócio, quer nessa qualidade, quer como gerente ou membro do órgão de fiscalização;
- b) Litígio sobre pretensão da sociedade contra o sócio ou deste contra aquela, em qualquer das qualidades referidas na alínea anterior, tanto antes como depois do recurso ao órgão de soberania jurídico competente;
- c) Perda pelo sócio de parte da sua quota, na hipótese prevista no disposto no número 2 do artigo 3º, do capítulo segundo, do presente título;

- d) Exclusão do sócio;
- e) Consentimento previsto no disposto no número 1 do artigo 3º, do capítulo seguinte;
- f) Destituição por justa causa, da gerência que estiver exercendo ou de membro do órgão de fiscalização;
- g) Qualquer relação estabelecida ou a estabelecer, entre a sociedade e o sócio estranha ao contrato de sociedade.

3 – O disposto nas alíneas do número anterior, não pode ser preterido no contrato de sociedade.

CAPÍTULO SEXTO – GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPOSIÇÃO DA GERÊNCIA.

1 – A sociedade é administrada e representada por um ou mais gerentes, que podem ser escolhidos de entre estranhos à sociedade e devem ser pessoas singulares com capacidade jurídica plena.

2 – Os gerentes são designados no contrato de sociedade ou eleitos posteriormente por deliberação dos sócios, se não estiver prevista no contrato outra forma de designação.

3 – A gerência atribuída no contrato a todos os sócios, não se compreende conferida aos que só posteriormente adquiram esta qualidade.

4 – A gerência não é transmissível por acto entre vivos ou por falecimento, nem isolada, nem juntamente com a quota.

5 – Os gerentes não podem fazer-se representar no exercício do seu cargo, sem prejuízo do disposto no número 2 do artigo 10º, do presente capítulo.

6 – O disposto nos números anteriores, não exclui a faculdade de a gerência nomear mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos, sem necessidade de cláusula contratual expressa.

ARTIGO SEGUNDO – SUBSTITUIÇÃO DE GERENTES.

1 – Se faltarem definitivamente todos os gerentes, todos os sócios afirmam por força da lei os poderes de gerência, até que sejam designados os gerentes.

2 – O disposto no número anterior, é também aplicável no caso de falta temporária de todos os gerentes, tratando-se de acto que não possa esperar pela cessação da falta.

3 – Faltando definitivamente um gerente cuja intervenção seja necessária por força do contrato para a representação da sociedade, considera-se caduca a cláusula do contrato, caso a exigência tenha sido nominal.

4 – No caso contrário do número anterior, não tendo a vaga sido preenchida no prazo de 30 dias, pode qualquer sócio ou gerente requerer ao órgão de soberania jurídico competente a nomeação de um gerente até à situação ser regularizada nos termos do contrato ou da lei.

5 – Os gerentes judicialmente nomeados têm direito à indemnização das despesas razoáveis que efectuarem e à remuneração da sua actividade, sendo que na falta de acordo com a sociedade, a indemnização e a remuneração são fixadas pelo órgão de soberania jurídico competente.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CONCORRÊNCIA.

1 – Os gerentes não podem sem consentimento dos sócios exercer por conta própria ou alheia, actividade concorrente com a da sociedade.

2 – Compreende-se como concorrente com a da sociedade, qualquer actividade abrangida no objecto desta, desde que esteja a ser exercida por esta ou o seu exercício tenha sido deliberado pelos sócios.

3 – No exercício por conta própria inclui-se a participação por si ou por interposta pessoa, em sociedade que implique assunção de responsabilidade ilimitada pelo gerente, bem como qualquer participação no capital ou nos lucros da sociedade em que este afirme responsabilidade limitada.

4 – O consentimento presume-se no caso de o exercício da actividade ser anterior à nomeação do gerente e conhecido dos sócios que disponham da maioria do capital, bem como quando existindo tal conhecimento da actividade do gerente, este continuar a exercer as suas funções decorridos mais de 92 dias depois de ter sido deliberada nova actividade da sociedade com a qual concorra a que vinha sendo exercida por este.

5 – A infracção do disposto no número 1, para além de constituir justa causa de destituição, obriga o gerente a indemnizar a sociedade pelos prejuízos que esta sofra.

6 – Os direitos da sociedade mencionados no número anterior, prescrevem no prazo de 92 dias a contar do momento em que todos os sócios tenham conhecimento da actividade exercida pelo gerente, ou em qualquer caso no prazo de 5 anos contados do início dessa actividade.

ARTIGO QUARTO – REMUNERAÇÃO.

1 – Salvo disposição do contrato de sociedade em contrário, o gerente tem direito a uma remuneração a fixar pelos sócios.

2 – As remunerações dos sócios gerentes podem ser reduzidas pelo órgão de soberania jurídico competente, a requerimento de qualquer sócio em processo de inquérito judicial, sempre que forem gravemente desproporcionadas quer ao exercício prestado, quer à situação da sociedade.

3 – Salvo cláusula expressa do contrato de sociedade, a remuneração dos gerentes não pode consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO QUINTO – DURAÇÃO DA GERÊNCIA.

1 – As funções dos gerentes subsistem enquanto não terminarem por destituição ou renúncia, sem prejuízo de o contrato de sociedade ou o acto de designação poder fixar a duração destes.

ARTIGO SEXTO – DESTITUIÇÃO DE GERENTES.

1 – Os sócios podem deliberar a todo o tempo a destituição de gerentes.

2 – O contrato de sociedade pode exigir para a deliberação da destituição uma maioria qualificada ou outros requisitos.

3 – Sempre que a destituição se fundar em justa causa, pode ser sempre deliberada por maioria simples.

4 – A cláusula do contrato de sociedade que atribui a um sócio um direito especial à gerência, não pode ser alterada sem o consentimento do mesmo sócio, podendo todavia os sócios deliberar que a sociedade requeira a suspensão e destituição judicial do gerente por justa causa e designar para tanto um representante especial.

5 – Existindo justa causa, pode qualquer sócio requerer a suspensão e a destituição do gerente, em acção intentada contra a sociedade.

6 – Se a sociedade tiver apenas dois sócios, a destituição da gerência com fundamento em justa causa, só pelo órgão de soberania jurídico competente pode ser decidida em acção intentada pelo outro gerente.

7 – Constituem justa causa de destituição, designadamente a violação grave dos deveres do gerente e a sua incapacidade para o exercício normal das respectivas funções.

8 – Não existindo indemnização contratual estipulada, o gerente destituído sem justa causa tem direito a ser indemnizado dos prejuízos sofridos, compreendendo-se porém que este não se manteria no cargo ainda por mais 5 anos ou do tempo que faltar para perfazer o prazo para que fora designado.

ARTIGO SÉTIMO – RENÚNCIA DE GERENTES.

1 – A renúncia de gerentes deve ser comunicada por escrito à sociedade e torna-se efectiva 30 dias depois de recebida a comunicação.

2 – A renúncia sem justa causa obriga o renunciante a indemnizar a sociedade pelos prejuízos causados, salvo se esta for avisada com a antecedência referida no número anterior.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIA DA GERÊNCIA.

1 – Os gerentes devem praticar os actos que forem necessários ou convenientes para a realização do objecto social, com respeito pelas deliberações dos sócios.

ARTIGO NONO – VINCULAÇÃO DA SOCIEDADE.

1 – Os actos praticados pelos gerentes em nome da sociedade e dentro dos poderes que a lei lhes confere, vinculam-na para com terceiros, não obstante as limitações constantes do contrato social ou resultantes das deliberações dos sócios.

2 – A sociedade pode no entanto opor a terceiros as limitações de poderes resultantes do objecto social, se provar que o terceiro sabia ou não as podia ignorar tendo presente as circunstâncias que o acto praticado não respeitava essa cláusula e se entretanto a sociedade o não afirmou, por deliberação expressa ou tácita dos sócios.

3 – O conhecimento referido no número anterior, não pode ser provado apenas pela publicidade dada ao contrato de sociedade.

4 – Os gerentes vinculam a sociedade em actos escritos, opondo a sua assinatura com indicação dessa qualidade.

5 – As notificações ou declarações de um gerente cujo destinatário seja a sociedade, devem ser dirigidas a outro gerente ou se não existir ao órgão de fiscalização ou não existindo a qualquer sócio.

ARTIGO DÉCIMO – FUNCIONAMENTO DA GERÊNCIA PLURAL.

1 – Sempre que haja vários gerentes e salva cláusula do contrato de sociedade que disponha de modo diverso, os respectivos poderes são exercidos conjuntamente, considerando-se válidas as deliberações que reúnam os votos da maioria e a sociedade vinculada pelos negócios jurídicos concluídos pela maioria dos gerentes ou por esta ratificados.

2 – O disposto no número anterior, não impede que os gerentes deleguem nalgum ou nalguns destes competência para determinados negócios ou espécies de negócio, mas mesmo nesses negócios os gerentes delegados só vinculam a sociedade se a delegação lhes atribuir expressamente tal poder.

3 – As notificações ou declarações de terceiros à sociedade podem ser dirigidas a qualquer dos gerentes, sendo nula toda a disposição em contrário do contrato de sociedade.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – FISCALIZAÇÃO.

1 – O contrato de sociedade pode determinar que a sociedade tenha um conselho fiscal, que se rege pelo disposto a esse respeito para as sociedades anónimas, nos termos do disposto no capítulo sexto, do título seguinte.

2 – As sociedades que não tiverem conselho fiscal devem designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal, desde que durante 2 anos consecutivos sejam ultrapassados dois dos três seguintes limites:

- a) Total do balanço – 100 000 contos;
- b) Total de vendas líquidas e outros proveitos – 150 000 contos;
- c) Número de profissionais empregados em média durante o exercício – 30.

3 – A designação do revisor oficial de contas só deixa de ser necessária se a sociedade passar a ter conselho fiscal ou se dois dos três requisitos fixados no número anterior, não se verificaram durante 2 anos consecutivos.

4 – Compete aos sócios deliberar a designação do revisor oficial de contas, sendo aplicável na falta de designação o disposto nos artigos 29º ao 31º, do capítulo sexto, do título seguinte.

5 – São aplicáveis ao revisor oficial de contas as incompatibilidades estabelecidas para membros do conselho fiscal.

6 – Ao exame pelo revisor e ao relatório deste aplica-se o disposto a esse respeito quanto às sociedades anónimas nos termos do disposto no capítulo oitavo, do título seguinte, conforme tenham ou não conselho fiscal.

7 – Os montantes e o número referido nas alíneas do número 2 podem ser modificados por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças, fiscal, social e da justiça.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE PREVENÇÃO.

1 – Nas sociedades por quotas em que exista revisor oficial de contas ou conselho fiscal compete ao revisor oficial de contas ou a qualquer membro do conselho fiscal comunicar imediatamente por carta registada, os factos que considere relevantes de graves dificuldades na prossecução do objecto da sociedade.

2 – A gerência deve nos 30 dias seguintes à recepção da carta responder pela mesma via.

3 – Na falta de resposta ou se esta não for satisfatória, o revisor oficial de contas ou o conselho fiscal deve requerer a convocação de uma assembleia geral.

4 – Ao dever de prevenção nas sociedades por quotas aplica-se o disposto sobre o dever de vigilância nas sociedades anónimas nos termos do disposto no artigo 35º, do capítulo sexto, do título seguinte, em tudo o que não estiver especificamente regulado para aquelas.

CAPÍTULO SÉTIMO – APRECIACÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DA SOCIEDADE.

ARTIGO ÚNICO – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO.

1 – O relatório de gestão e os documentos de prestação de contas devem estar patentes aos sócios nas condições previstas no disposto no número 5 do artigo 13º, do capítulo segundo, do presente título, na sede da sociedade e durante as horas de expediente, a partir do dia em que seja expedida a convocação para a assembleia destinada a apreciá-los, sendo os sócios avisados deste facto na própria convocação.

2 – É desnecessária outra forma de apreciação ou deliberação quando todos os sócios sejam gerentes e todos estes assinem sem reservas o relatório de gestão, as contas e a proposta sobre a aplicação de lucros e tratamento de perdas, salvo quanto a sociedades abrangidas pelos números 6 e 7.

3 – Verificando-se empate na votação sobre aprovação de contas ou sobre atribuição de lucros, pode qualquer sócio requerer a convocação judicial da assembleia para nova apreciação daquelas.

4 – Nos termos do número anterior, o juiz designará para presidir a essa assembleia uma pessoa idónea estranha à sociedade, de preferência um revisor oficial de contas, a quem atribuirá o poder de desempatar, se voltar a verificar-se empate e fixará os encargos ocasionados pela designação, os quais são da conta da sociedade.

5 – A pessoa designada pode exigir da gerência ou do órgão de fiscalização que lhe sejam facultados os documentos sociais cuja consulta considere necessária, bem como que lhe sejam prestadas as informações de que careça.

6 – Nas sociedades sujeitas a revisão legal nos termos do disposto no número 2 do artigo 11º, do capítulo anterior, os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão devem ser submetidos a deliberação dos sócios, acompanhados de certificação legal das contas e do relatório do revisor oficial de contas.

7 – Ao exame das contas pelo conselho fiscal e respectivo relatório aplica-se o disposto para as sociedades anónimas nos termos do disposto no capítulo oitavo, do título seguinte.

CAPÍTULO OITAVO – ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

ARTIGO PRIMEIRO – MAIORIA NECESSÁRIA.

1 – As deliberações de alterações do contrato só podem ser firmadas por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social ou por um número ainda mais elevado de votos se exigido pelo contrato de sociedade.

2 – O disposto no número anterior, aplica-se à deliberação de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO DE PREFERÊNCIA.

1 – Os sócios usufruem de preferência nos aumentos de capital a realizar em dinheiro.

2 – Entre sócios, o cálculo da repartição do aumento de capital será realizado:

- a) Atribuindo a cada sócio a importância proporcional à quota de que for titular na referida data ou de importância inferior a essa que o sócio tenha solicitado;
- b) Satisfazendo os pedidos superiores à importância referida na primeira parte da alínea anterior, em virtude do que resultar de um ou mais rateios das importâncias sobrantes, em proporção do excesso das importâncias solicitadas.

3 – A parte do aumento que relativamente a cada sócio não for bastante para formar uma nova quota, acrescerá ao valor nominal da quota antiga.

4 – O direito de preferência conferido pelo presente artigo, só pode ser limitado ou suprimido em conformidade com o disposto no artigo 5º, do capítulo nono, do título seguinte.

5 – Os sócios devem exercer o direito referido no número 1, até à assembleia que aprove o aumento do capital, devendo para este efeito ser informados das condições desse aumento na convocatória da assembleia ou em comunicação efectuada pelos gerentes, com pelo menos 10 dias de antecedência relativamente à data de realização da assembleia.

ARTIGO TERCEIRO – ALIENAÇÃO DO DIREITO DE PARTICIPAR NO AUMENTO DE CAPITAL.

1 – O direito de participar preferencialmente num aumento de capital pode ser alienado, com o consentimento da sociedade.

2 – O consentimento exigido no número anterior, é dispensado, concedido ou recusado nos termos prescritos para o consentimento de cessão de quotas, mas a deliberação de aumento de capital pode conceder o referido consentimento para todo esse aumento.

3 – No caso previsto na parte final do número anterior, os adquirentes devem exercer a preferência na assembleia que aprove o aumento de capital.

4 – No caso de o consentimento ser expressamente recusado, a sociedade deve apresentar proposta de aquisição do direito por sócio ou estranho, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto no artigo 13º, do capítulo terceiro, do presente título.

ARTIGO QUARTO – OBRIGAÇÕES E DIREITOS DE ANTIGOS E NOVOS SÓCIOS EM AUMENTO DE CAPITAL.

1 – Os sócios que aprovarem a deliberação de aumento de capital a realizar por estes próprios ficam sem mais obrigados a efectivar as respectivas entradas na proporção do seu inicial direito de preferência, sempre que o tiverem.

2 – Sendo o aumento de capital destinado a admissão de novos sócios, estes devem declarar que aceitam associar-se nas condições do contrato vigente e da deliberação de aumento de capital.

3 – A declaração prevista no número 2 do artigo 4º, do capítulo oitavo, do título terceiro, do presente livro, apenas pode ser prestada depois de todos os novos sócios terem dado cumprimento ao disposto no número anterior.

4 – Efectuada a entrada em espécie ou em dinheiro, pode o interessado notificar por carta registada a sociedade, para proceder à declaração prevista no número anterior em prazo não superior a 30 dias, decorrido o qual pode exigir a restituição da entrada efectuada e a indemnização que ao caso competir.

5 – A deliberação de aumento de capital caduca se a sociedade não tiver emitido a declaração na hipótese prevista no número anterior ou se o interessado não cumprir o disposto no número 2, na data que a sociedade lhe tenha marcado por carta registada, com a antecedência mínima de 15 dias.

ARTIGO QUINTO – AUMENTO DE CAPITAL E DIREITO DE USUFRUTO.

1 – Se a quota estiver sujeita a usufruto, o direito de participar no aumento de capital será exercido pelo titular da raiz ou pelo usufrutuário ou por ambos nos termos que entre si acordarem.

2 – Na falta de acordo, o direito de participar no aumento de capital pertence ao titular da raiz, mas se este não declarar que pretende subscrever a nova quota em prazo igual a metade do fixado no disposto no número 5 do artigo 2º, do presente capítulo, o referido direito devolve-se ao usufrutuário.

3 – A comunicação prevista pelo disposto no número 5 do artigo 2º, do presente capítulo, deve ser enviada ao titular da raiz e ao usufrutuário.

4 – A nova quota fica a pertencer em propriedade plena àquele que tiver exercido o direito de participar no aumento do capital, salvo se os interessados tiverem acordado em que esta fique também sujeita a usufruto.

5 – Se o titular da raiz e o usufrutuário acordarem na alienação do direito de preferência e a sociedade nesta consentir, a quantia obtida será repartida entre estes, na proporção dos valores que nesse momento tiverem os respectivos direitos.

CAPÍTULO NONO – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.

ARTIGO ÚNICO – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.

1 – A deliberação de dissolução da sociedade deve ser firmada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social, a não ser que o contrato exija maioria mais elevada ou outros requisitos.

2 – A simples vontade de sócio ou sócios, quando não manifestada na deliberação prevista no número anterior, não pode constituir causa contratual de dissolução.

CAPÍTULO DÉCIMO – SOCIEDADES UNIPESSOAIS POR QUOTAS.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO.

1 – A sociedade unipessoal por quotas é constituída por um único sócio, pessoa singular ou colectiva, que é o titular da totalidade do capital social.

2 – A sociedade unipessoal por quotas pode resultar da concentração na titularidade de um único sócio das quotas de uma sociedade por quotas, independentemente da causa da concentração.

3 – A transformação prevista no número anterior, efectua-se mediante declaração do sócio único na qual manifeste a sua vontade de transformar a sociedade em sociedade unipessoal por quotas, podendo essa declaração constar do próprio documento que titule a cessão de quotas.

4 – Por força da transformação prevista no número 3, deixam de ser aplicáveis todas as disposições do contrato de sociedade que pressuponham a pluralidade de sócios.

5 – O estabelecimento individual de responsabilidade limitada pode a todo o tempo transformar-se em sociedade unipessoal por quotas, mediante declaração escrita do interessado.

ARTIGO SEGUNDO – FIRMA.

1 – A firma destas sociedades deve ser formada pela expressão «Sociedade unipessoal» ou pela palavra «Unipessoal» antes da palavra “Limitada” ou da abreviatura “Lda”.

ARTIGO TERCEIRO – EFEITOS DA UNIPESSOALIDADE.

1 – Uma pessoa singular só pode ser sócio de uma única sociedade unipessoal por quotas.

2 – Uma sociedade por quotas não pode ter como sócio único uma sociedade unipessoal por quotas.

3 – No caso de violação das disposições dos números anteriores, qualquer interessado pode requerer a dissolução das sociedades por via administrativa.

4 – O serviço de registo competente concede um prazo de 30 dias para a regularização da situação, o qual pode ser prorrogado até 92 dias a solicitação dos interessados.

ARTIGO QUARTO – PLURALIDADE DE SÓCIOS.

1 – O sócio único de uma sociedade unipessoal por quotas pode modificar esta sociedade em sociedade por quotas plural através da divisão e cessão da quota ou de aumento de capital social por entrada de um novo sócio, devendo nesse caso ser eliminada a expressão “Sociedade unipessoal” ou a palavra “Unipessoal”, que nela se contenha.

2 – O documento que consigne a divisão e cessão da quota ou o aumento de capital é título bastante para o registo da modificação.

3 – Se a sociedade tiver adoptado antes o tipo de sociedade por quotas, passará a reger-se pelas disposições do contrato de sociedade que nos termos do disposto no número 4 do artigo 1º, do presente capítulo, lhe eram inaplicáveis em consequência da unipessoalidade.

4 – No caso de concentração prevista no disposto no número 2 do artigo 1º, do presente capítulo, o sócio único pode evitar a unipessoalidade se no prazo legal restabelecer a pluralidade de sócios.

ARTIGO QUINTO – DECISÕES DE SÓCIO.

1 – Nas sociedades unipessoais por quotas o sócio único exerce as competências das assembleias gerais, podendo designadamente nomear gerentes.

2 – As decisões do sócio de natureza igual às deliberações da assembleia geral devem ser registadas em acta por este assinada.

ARTIGO SEXTO – CONTRATO DO SÓCIO COM A SOCIEDADE UNIPESSOAL.

1 – Os negócios jurídicos celebrados entre o sócio único e a sociedade devem servir a prossecução do objecto da sociedade.

2 – Os negócios jurídicos celebrados entre o sócio único e a sociedade obedecem à forma legalmente prescrita e em todos os casos devem observar a forma escrita.

3 – Os documentos de que constam os negócios jurídicos celebrados pelo sócio único e a sociedade devem ser patenteados conjuntamente com o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, podendo qualquer interessado a todo o tempo, consultá-los na sede da sociedade.

4 – A violação do disposto nos números anteriores, implica a nulidade dos negócios jurídicos celebrados e responsabiliza ilimitadamente o sócio.

ARTIGO SÉTIMO – DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS.

1 – Às sociedades unipessoais por quotas aplicam-se as normas que regulam as sociedades por quotas, salvo as que pressupõem a pluralidade de sócios.

TÍTULO SEXTO – SOCIEDADES ANÓNIMAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS E CONTRATO.

ARTIGO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS.

1 – Na sociedade anónima o capital é dividido em acções e cada sócio limita a sua responsabilidade ao valor das acções que subscreveu.

ARTIGO SEGUNDO – CONTEÚDO OBRIGATÓRIO DO CONTRATO.

1 – Do contrato de sociedade devem especialmente constar:

- a) O número de acções e o respectivo valor nominal;
- b) As condições particulares sempre que as existirem, a que fica sujeita a transmissão de acções;
- c) As categorias de acções que porventura sejam criadas, com indicação expressa do número de acções e dos direitos atribuídos a cada categoria;
- d) Se as acções são nominativas ao portador ou não e as normas para as suas eventuais conversões;
- e) O montante do capital realizado e os prazos de realização do capital apenas subscrito;
- f) A autorização se for dada, para a emissão de obrigações;
- g) A estrutura adoptada para a administração e fiscalização da sociedade.

ARTIGO TERCEIRO – NÚMERO DE ACCIONISTAS.

1 – A sociedade anónima não pode ser constituída por um número de sócios inferior a cinco, salvo quando a lei o dispense.

2 – Do disposto no número anterior, exceptuam-se as sociedades em que o estado directamente ou por intermédio de empresas públicas ou outras entidades equiparadas por lei para esse efeito, fique a deter a maioria do capital, as quais podem constituir-se apenas com dois sócios.

ARTIGO QUARTO – AQUISIÇÃO DA QUALIDADE DE SÓCIO.

1 – A qualidade de sócio surge com a celebração do contrato de sociedade ou com o aumento do capital, não dependendo da emissão e entrega do título de acção ou tratando-se de acções escriturais, da inscrição na conta de registo individualizado.

ARTIGO QUINTO – FIRMA.

1 – A firma das sociedades anónimas será formada com ou sem sigla, pelo nome ou firma de um ou alguns dos sócios ou por uma denominação particular, ou pela reunião de ambos esses elementos, mas em qualquer caso concluirá pela expressão «Sociedade anónima» ou pela abreviatura «SA».

2 – Na firma não podem ser incluídas ou mantidas expressões indicativas de um objecto social que não esteja especificamente previsto na respectiva cláusula do contrato de sociedade.

3 – No caso de o objecto contratual da sociedade ser alterado, deixando de incluir actividade especificada na firma, a alteração do objecto deve ser simultaneamente acompanhada da modificação da firma.

ARTIGO SEXTO – VALOR NOMINAL DO CAPITAL E DAS ACCÇÕES.

1 – As acções das sociedades anónimas estão obrigadas a possuir valor nominal.

2 – O valor nominal mínimo das acções não deve ser inferior a 1 conto.

3 – Todas as acções devem representar a mesma fracção no capital e devem ter o mesmo valor nominal.

4 – O montante mínimo do capital social não pode ser inferior à soma do total do imobilizado em uso e utilização no exercício da actividade, nem posteriormente o seu capital pode ser reduzido a importância inferior a este.

5 – A acção é indivisível.

ARTIGO SÉTIMO – ENTRADAS.

1 – Não são admitidas contribuições de indústria.

2 – Nas entradas em dinheiro só pode ser diferida a realização de 67% do valor nominal ou do valor de emissão das acções, não podendo ser diferido o prémio de emissão, quando previsto.

3 – A soma das entradas em dinheiro já realizadas deve ser depositada em instituição de crédito, numa conta aberta em nome da futura sociedade, até ao momento da celebração do contrato.

4 – Os sócios devem declarar no acto constitutivo, sob sua responsabilidade, que procederam ao depósito referido no número anterior.

5 – Da conta referida no número 3, só podem ser efectuados levantamentos:

- a) Depois de o contrato estar definitivamente registado;
- b) Depois de celebrado o contrato, caso os accionistas autorizem os administradores a efectuá-los para fins determinados;
- c) Para liquidação provocada pela inexistência ou nulidade do contrato ou pela falta do registo;
- d) Para a restituição prevista na alínea h) do número 6 do artigo 9º e no artigo 10º, do presente capítulo.

ARTIGO OITAVO – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO.

1 – A administração e a fiscalização da sociedade podem ser estruturadas segundo uma das três modalidades:

- a) Conselho de administração e conselho fiscal;
- b) Conselho de administração, compreendendo uma comissão de auditoria e revisor oficial de contas;
- c) Conselho de administração executivo, conselho geral e de supervisão e revisor oficial de contas.

2 – Nos casos previstos na lei, em vez de conselho de administração ou de conselho de administração executivo, pode haver um só administrador e em vez de conselho fiscal pode haver um fiscal único.

3 – Nas sociedades que se estruturarem segundo a modalidade prevista na alínea a) do número 1, é obrigatória nos casos previstos na lei a existência de um revisor oficial de contas que não seja membro do conselho fiscal.

4 – Nas sociedades que se estruturarem segundo a modalidade prevista na alínea c) do número 1, é obrigatória nos casos previstos na lei a existência no conselho geral e de supervisão de uma comissão para as matérias financeiras.

5 – As sociedades com administrador único não podem seguir a modalidade prevista na alínea b) do número 1.

6 – Em qualquer momento pode o contrato ser alterado para a adopção de outra estrutura admitida pelos números anteriores.

ARTIGO NONO – CONSTITUIÇÃO COM APELO A SUBSCRIÇÃO PÚBLICA.

1 – A constituição de sociedade anónima com apelo a subscrição pública de acções deve ser promovida por uma ou mais pessoas que afirmem a responsabilidade estabelecida na presente lei.

2 – Os promotores devem subscrever e realizar integralmente acções cuja soma dos valores nominais de cada acção perfaçam pelo menos o capital mínimo prescrito no

número 2 do artigo 6º, do presente capítulo, sendo essas acções inalienáveis durante 2 anos a contar do registo definitivo da sociedade e os negócios obrigacionais celebrados durante esse tempo sobre oneração ou alienação de acções nulos.

3 – Os promotores devem elaborar o projecto completo de contrato de sociedade e requerer o seu registo provisório.

4 – O projecto especificará o número de acções ainda não subscritas destinadas respectivamente a subscrição particular e a subscrição pública.

5 – O objecto da sociedade deve consistir numa ou mais actividades perfeitamente especificadas.

6 – Depois de efectuado o registo provisório, os promotores colocarão as acções destinadas à subscrição particular e elaborarão oferta de acções destinadas a subscrição pública, assinada por todos estes, donde constarão obrigatoriamente:

- a) O projecto do contrato provisoriamente registado;
- b) Qualquer vantagem que nos limites da lei seja atribuída aos promotores;
- c) O prazo, lugar e as formalidades da subscrição;
- d) O prazo dentro do qual se reunirá a assembleia constitutiva;
- e) Um relatório técnico, económico e financeiro sobre as perspectivas da sociedade, organizado com base em dados verdadeiros e completos e em previsões justificadas pelas circunstâncias conhecidas nessa data, contendo as informações necessárias para pleno esclarecimento dos eventuais interessados na subscrição;
- f) As normas a que obedecerá o rateio da subscrição, se este for necessário;
- g) A indicação de que a constituição definitiva da sociedade ficará dependente da subscrição total das acções ou das condições em que é admitida aquela constituição, se a subscrição não for completa;
- h) O montante da entrada a efectuar na altura da subscrição, o prazo e o modo de restituição dessa importância, no caso de não chegar a constituir-se a sociedade.

7 – As entradas em dinheiro efectuadas por todos os subscritores, serão directamente depositadas por estes em conta aberta pelos promotores nos termos referidos no número 3 do artigo 7º, do presente capítulo.

8 – Aos promotores não pode ser atribuída outra vantagem para além da reserva de uma percentagem não superior a um décimo dos lucros líquidos da sociedade, por tempo não excedente a um terço da duração desta e nunca superior a cinco anos, a qual não poderá ser paga sem se encontrarem aprovadas as contas anuais.

ARTIGO DÉCIMO – SUBSCRIÇÃO INCOMPLETA.

1 – Não sendo subscritas pelo público todas as acções a este destinadas e não sendo aplicável o disposto no número 3, devem os promotores requerer o cancelamento

do registo provisório e publicar um anúncio em que informam os subscritores de que devem levantar as suas entradas, devendo ser publicado segundo anúncio decorrido 30 dias, se entretanto não tiverem sido levantadas todas as entradas.

2 – A instituição de crédito onde for aberta a conta referida no número 3 do artigo 7º, do presente capítulo, só restitui importâncias depositadas mediante a apresentação do documento de subscrição e depósito e depois de o registo provisório ter sido cancelado ou ter caducado.

3 – O programa de oferta de acções à subscrição pública pode especificar que no caso de subscrição incompleta, é facultado à assembleia constitutiva deliberar a constituição da sociedade, contando que tenham sido subscritos pelo menos três quartos das acções destinadas ao público.

4 – Não chegando a sociedade a constituir-se, todas as despesas efectuadas são suportadas pelos promotores.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ASSEMBLEIA CONSTITUTIVA.

1 – Terminada a subscrição e podendo ser constituída a sociedade, os promotores devem convocar uma assembleia de todos os subscritores.

2 – A convocação é efectuada nos termos prescritos para as assembleias gerais de sociedades anónimas e a assembleia é presidida por um dos promotores.

3 – Todos os documentos relativos às subscrições e de um modo geral à constituição da sociedade devem estar patentes a todos os subscritores a partir da publicação da convocatória, a qual deve mencionar esse facto, indicando o local onde podem ser consultados.

4 – Na assembleia cada promotor e cada subscritor tem direito ao número de votos equivalente ao número de acções subscritas.

5 – Na primeira data fixada a assembleia só pode reunir-se estando presente ou representada metade dos subscritores não incluindo os promotores, sendo neste caso as deliberações firmadas por maioria de votos, incluindo os dos promotores.

6 – Se na segunda data fixada não estiver presente ou representada metade dos subscritores não incluindo os promotores, as deliberações são firmadas por dois terços dos votos, incluindo os dos promotores.

7 – A assembleia delibera:

- a) Sobre a constituição da sociedade nos precisos termos do projecto registado;
- b) Sobre as designações para os órgãos sociais.

8 – Com o voto unânime de todos os promotores e subscritores podem ser introduzidas alterações no projecto de contrato de sociedade.

9 – Existindo subscrição particular, com entradas que não consistam em dinheiro, a eficácia da deliberação da constituição da sociedade fica dependente da efectivação daquelas entradas.

10 – No caso previsto no número 3 do artigo anterior, a deliberação referida deve fixar o montante do capital e o número das acções, em conformidade com as subscrições efectuadas.

11 – A acta deve ser assinada pelos promotores e por todos os subscritores que tenham aprovado a constituição da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGIME ESPECIAL DE INVALIDADE DA DELIBERAÇÃO.

1 – A deliberação de constituir a sociedade e as deliberações complementares desta podem ser declaradas nulas nos termos gerais ou podem ser anuladas a requerimento dos subscritores que não as tenham aprovado, no caso de estas próprias, o contrato aprovado ou o processo desde o registo provisório violarem preceitos legais.

2 – A anulação pode também ser requerida com fundamento em falsidade relevante dos dados ou erro grave de previsões referidas na alínea e) do número 6 do artigo 9º, do presente capítulo.

3 – Aplicam-se as disposições legais sobre suspensão e anulação de deliberações sociais.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CONTRATO DE SOCIEDADE.

1 – O contrato de sociedade deve ser celebrado por dois promotores e pelos subscritores que entrem com bens diferentes de dinheiro.

2 – Toda a documentação, incluindo a acta da assembleia constitutiva, fica arquivada no órgão de soberania notarial competente, onde deve ser entregue juntamente com o pedido de conversão do registo em definitivo.

CAPÍTULO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES E DIREITOS DOS ACCIONISTAS.

ARTIGO PRIMEIRO – REALIZAÇÃO DAS ENTRADAS.

1 – O contrato de sociedade não pode diferir a realização das entradas em dinheiro por mais de 3 anos.

2 – Não obstante a fixação de prazos no contrato de sociedade, o accionista só entra em mora depois de interpelado pela sociedade para efectuar o pagamento.

3 – A interpelação pode ser realizada por meio de anúncio e fixará um prazo entre 30 e 62 dias para o pagamento, a partir do qual se inicia a mora.

4 – Os administradores podem avisar por carta registada os accionistas que se encontrem em mora de que lhes é concedido um novo prazo não superior a 92 dias, para efectuarem o pagamento da importância em dívida, acrescido de juros, sob pena de perderem a favor da sociedade as acções em relação às quais a mora se verifique e os pagamentos efectuados quanto a essas acções, sendo o aviso repetido durante o segundo dos referidos meses.

5 – As perdas referidas no número anterior, devem ser comunicadas por carta registada aos interessados, bem como deve ser publicado anúncio donde constem sem referência aos titulares, os números das acções perdidas a favor da sociedade e a data da perda.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DOS ANTECESSORES.

1 – Todos aqueles que antecederem na titularidade de uma acção o accionista em mora, são responsáveis solidariamente entre si e com aquele accionista pelas importâncias em dívida e respectivos juros, à data da perda da acção a favor da sociedade.

2 – Depois de anunciada a perda da acção a favor da sociedade, os referidos antecessores cuja responsabilidade não esteja prescrita serão notificados por carta registada, de que podem adquirir a acção mediante o pagamento da importância em dívida e dos juros, em prazo não superior a 92 dias, sendo a notificação repetida durante o segundo desses meses.

3 – Apresentando-se mais de um antecessor para adquirir a acção, atender-se-á à ordem da sua proximidade relativamente ao último titular.

4 – Não sendo a importância em dívida e os juros satisfeitos por nenhum dos antecessores, a sociedade deve proceder com a maior urgência à venda da acção, por intermédio de corretor, em bolsa ou em hasta pública.

5 – Não bastando o preço da venda para cobrir a importância da dívida, dos juros e das despesas efectuadas, a sociedade deve exigir a diferença ao último titular e a cada um dos antecessores, sendo no caso em que o preço obtido exceder aquela importância, o excesso pertencerá ao último titular.

6 – A sociedade firmará cada uma das providências permitidas por lei ou pelo contrato, simultaneamente para todas as acções do mesmo accionista em relação às quais a mora se verifique.

ARTIGO TERCEIRO – OBRIGAÇÃO DE PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS.

1 – O contrato de sociedade pode impor a todos ou a alguns accionistas a obrigação de efectuarem prestações para além das entradas, desde que fixe os elementos essenciais desta obrigação e especifique se as prestações devem ser efectuadas onerosa ou gratuitamente.

2 – Sempre que o conteúdo da obrigação corresponder ao de um contrato típico, aplicar-se-á a regulamentação legal própria desse contrato.

3 – Se as prestações estipuladas não forem pecuniárias, o direito de sociedade é intransmissível.

4 – No caso de se convencionar a onerosidade, a contraprestação pode ser paga independentemente da existência de lucros do exercício, mas não pode exceder o valor da prestação respectiva.

5 – Salvo disposição contratual em contrário, a falta de cumprimento das obrigações acessórias não afecta a situação do sócio como tal.

6 – As obrigações acessórias extinguem-se com a dissolução da sociedade.

ARTIGO QUARTO – DIREITO MÍNIMO À INFORMAÇÃO.

1 – Qualquer accionista que possua acções correspondentes a pelo menos 1% do capital social pode consultar desde que alegue motivo justificado, na sede da sociedade:

- a) Os relatórios de gestão e os documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos aos três últimos exercícios, incluindo os pareceres do conselho fiscal, da comissão de auditoria, do conselho geral e de supervisão ou da comissão para as matérias financeiras, bem como os relatórios do revisor oficial de contas sujeitos a publicidade nos termos da lei;
- b) As convocatórias, as actas e as listas de presenças das reuniões das assembleias gerais e especiais de accionistas e das assembleias de obrigacionistas realizadas nos últimos 3 anos;
- c) Os montantes globais das remunerações pagas, relativamente a cada um dos 3 anos, aos membros dos órgãos sociais;
- d) Os montantes globais das quantias pagas, relativamente a cada um dos últimos 3 anos, aos dez ou cinco profissionais da sociedade que recebam as remunerações mais elevadas, consoante os efectivos excedam ou não o número de 200;
- e) O documento de registo de acções.

2 – A exactidão dos elementos referidos nas alíneas c) e d) do número anterior, deve ser certificada pelo revisor oficial de contas, se o accionista o requerer.

3 – A consulta pode ser realizada pessoalmente pelos accionistas ou por pessoa que possa representá-lo na assembleia geral, sendo-lhe permitido fazer-se assistir de um revisor oficial de contas ou de outro perito, bem como usar da faculdade reconhecida pelo disposto no artigo reprodução dos bens e dos documentos, do código civil.

4 – Se não for proibido pelos estatutos os elementos referidos nas alíneas a) a d) do número 1, são enviados por correio electrónico aos accionistas que o requeiram nas condições ali previstas ou se a sociedade possuir sítio na internet divulgados no respectivo sítio da internet.

ARTIGO QUINTO – INFORMAÇÕES PREPARATÓRIAS DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – Durante os 15 dias anteriores à data da assembleia geral, devem ser facultados à consulta dos accionistas na sede da sociedade:

- a) Os nomes completos dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como da mesa da assembleia geral;
- b) A indicação de outras sociedades em que os membros dos órgãos sociais exerçam cargos sociais;
- c) As propostas de deliberação a apresentar à assembleia pelo órgão de administração, bem como os relatórios de justificação que as devam acompanhar;
- d) Quando estiver incluída na ordem do dia a eleição de membros dos órgãos sociais, os nomes das pessoas a propor, as suas qualificações profissionais, a indicação das actividades profissionais exercidas nos últimos 10 anos, designadamente no que respeita a funções exercidas noutras empresas ou na própria sociedade e do número de acções da sociedade de que são titulares;
- e) Sempre que se trate da assembleia geral anual prevista no número 1 do artigo 5º, do capítulo quinto, do presente título, o relatório de gestão, as contas do exercício, os demais documentos de prestação de contas, incluindo a certificação legal das contas e o parecer do conselho fiscal, da comissão de auditoria, do conselho geral e de supervisão ou da comissão para as matérias financeiras, conforme o caso e ainda o relatório anual do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou do conselho geral e de supervisão e da comissão para as matérias financeiras.

2 – Devem igualmente ser facultados à consulta dos accionistas na sede da sociedade, os requerimentos de inclusão de assuntos na ordem do dia previstos no artigo 7º, do capítulo quinto, do presente título.

3 – Os documentos previstos nos números anteriores, devem ser enviados no prazo de 7 dias:

- a) Através de carta, aos titulares de acções correspondentes a pelo menos 1% do capital social que o requeiram;
- b) Através de correio electrónico, aos titulares de acções que o requeiram, se a sociedade não os divulgar no respectivo sítio da internet.

4 – Se a sociedade tiver sítio na internet, os documentos previstos nos números 1 e 2, devem também aí estar disponíveis, a partir da mesma data e durante 1 ano no caso do previsto nas alíneas c), d) e e) do número 1 e no número 2 e permanentemente nos demais casos, salvo se tal for proibido pelos estatutos.

ARTIGO SEXTO – INFORMAÇÕES EM ASSEMBLEIA GERAL.

1 – Na assembleia geral o accionista pode requerer que lhe sejam prestadas informações verdadeiras, completas e elucidativas que lhe permitam formar a opinião fundamentada sobre os assuntos sujeitos a deliberação.

2 – Nos termos do número anterior, o dever de informação abrange as relações entre a sociedade e outras sociedades com esta coligadas.

3 – As informações abrangidas pelos números anteriores, devem ser prestadas pelo órgão da sociedade que para tal esteja habilitado e só podem ser recusadas se a sua prestação puder ocasionar grave prejuízo à sociedade ou a outra sociedade com esta coligada ou violação de segredo imposto por lei.

4 – A recusa injustificada das informações é causa de anulabilidade da deliberação.

ARTIGO SÉTIMO – DIREITO COLECTIVO À INFORMAÇÃO.

1 – Os accionistas cujas acções atinjam 10% do capital social podem solicitar por escrito ao conselho de administração ou ao conselho de administração executivo que lhes sejam prestadas também por escrito informações sobre assuntos sociais.

2 – O conselho de administração ou o conselho de administração executivo não pode recusar as informações, se na solicitação for mencionado que se destinam a apurar responsabilidade de membros daquele órgão, do conselho fiscal ou do conselho geral e de supervisão, a não ser que pelo seu conteúdo ou outras circunstâncias seja subentendido não ser esse o fim visado pela solicitação de informação.

3 – Podem ser solicitadas informações sobre factos já praticados ou quando destes possa resultar a responsabilidade referida no número 2, de actos cuja prática seja esperada.

4 – Fora do caso mencionado no número 2, a informação solicitada nos termos gerais só pode ser recusada:

- a) Sempre que for de recear que o accionista a utilize para fins estranhos à sociedade e com prejuízo desta ou de algum accionista;
- b) Sempre que a divulgação, embora sem os fins referidos na alínea anterior, seja susceptível de prejudicar relevantemente a sociedade ou os accionistas;
- c) Sempre que ocasione violação de segredo imposto por lei.

5 – As informações consideram-se recusadas se não forem prestadas nos 15 dias seguintes à recepção da solicitação.

6 – O accionista que utilize as informações obtidas de modo a causar à sociedade ou aos demais accionistas um dano injusto é responsável nos termos gerais.

7 – As informações prestadas voluntariamente ou por decisão judicial, ficarão à disposição dos demais accionistas na sede da sociedade.

ARTIGO OITAVO – INQUÉRITO JUDICIAL.

1 – O accionista a quem tenha sido recusada informação solicitada nos termos do disposto nos artigos 4º e 7º, do presente capítulo ou que tenha recebido informação presumivelmente falsa, incompleta ou não elucidativa, pode requerer ao órgão de soberania jurídico competente inquérito à sociedade.

2 – O juiz pode determinar que a informação solicitada seja prestada ou pode conforme o disposto no código de processo civil, ordenar:

- a) A destituição de pessoas cuja responsabilidade por actos praticados no exercício de cargos sociais tenha sido apurada;
- b) A nomeação de um administrador;
- c) A dissolução da sociedade, se forem apurados factos que constituam causa de dissolução nos termos da lei ou do contrato e esta tenha sido requerida.

3 – Ao administrador nomeado nos termos previstos na alínea b) do número anterior, compete conforme determinado pelo órgão de soberania jurídico competente:

- a) Propor e seguir em nome da sociedade, acções de responsabilidade baseadas em factos apurados no processo;
- b) Assegurar a gestão da sociedade, se for o caso, por causa de destituições fundamentadas na alínea a) do número anterior;
- c) Praticar os actos indispensáveis para reposição da legalidade.

4 – No caso previsto na alínea a) do número anterior, o juiz pode suspender os demais administradores que se mantenham em funções ou proibi-los de interferir nas tarefas confiadas à pessoa nomeada.

5 – As funções do administrador nomeado ao abrigo do disposto na alínea b) do número 2, terminam:

- a) Nos casos previstos nas alíneas a) e c) do número 3, quando escutados os interessados o juiz considere desnecessária a sua continuação;
- b) No caso previsto na alínea b) do número 3, quando forem eleitos os novos administradores.

6 – O inquérito pode ser requerido sem precedência de solicitação de informações à sociedade se as circunstâncias do caso fizerem presumir que a informação não será prestada ao accionista nos termos da lei.

ARTIGO NONO – OUTROS TITULARES DO DIREITO À INFORMAÇÃO.

1 – O direito à informação conferido no disposto nos artigos 4º e seguintes do presente capítulo, compete também ao representante comum de obrigacionistas e ainda ao usufrutuário e ao credor pignoratício de acções quando por lei ou convenção lhes competir exercer o direito de voto.

ARTIGO DÉCIMO – DIREITO AOS LUCROS DO EXERCÍCIO.

1 – Salvo diferente cláusula contratual ou deliberação firmada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social em assembleia geral para o efeito convocada, não pode deixar de ser distribuído aos accionistas metade do lucro do exercício que nos termos da lei seja distribuível.

2 – O crédito do accionista à sua parte nos lucros vence-se decorridos que sejam 30 dias sobre a deliberação de atribuição de lucros, salvo diferimento consentido pelo sócio e sem prejuízo de disposições legais que proíbam o pagamento antes de observadas certas formalidades, podendo ser deliberada com fundamento em situação excepcional da sociedade a extensão daquele prazo até mais 62 dias, se as acções não estiverem admitidas à negociação em mercado regulamentado.

3 – Se pelo contrato de sociedade membros dos respectivos órgãos tiverem direito a participação nos lucros, esta só pode ser paga depois de postos a pagamento os lucros dos accionistas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESERVA LEGAL.

1 – Uma percentagem não inferior à décima parte dos lucros da sociedade é destinada à constituição da reserva legal e sendo o caso à sua reintegração até que aquela represente uma terça parte do capital social.

2 – No contrato de sociedade podem fixar-se percentagem e montante mínimo mais elevados para a reserva legal.

3 – Ficam sujeitas ao regime de reserva legal, as reservas constituídas pelos seguintes valores:

- a) Ágios obtidos na emissão de acções, obrigações com direito a subscrição de acções ou obrigações convertíveis em acções, em troca destas por acções e em entradas em espécie;
- b) Saldos positivos de reavaliações monetárias que forem consentidas por lei, na medida em que não forem necessários para cobrir prejuízos já acusados no balanço;
- c) Importâncias correspondentes a bens obtidos a título gratuito, quando não lhes tenha sido imposto destino diferente, bem como acessões e prémios que venham a ser atribuídos a títulos pertencentes à sociedade.

4 – Os ágios a que se refere a alínea a) do número anterior, consistem:

- a) Quanto à emissão de acções, na diferença para mais entre o valor nominal e a quantia que os accionistas tiverem desembolsado para as adquirir;
- b) Quanto à emissão de obrigações com direito de subscrição de acções ou de obrigações convertíveis, na diferença para mais entre o valor de emissão e o valor por que tiverem sido reembolsadas;
- c) Quanto à troca de obrigações com direito de subscrição de acções ou de obrigações convertíveis em acções, na diferença

para mais entre o valor da emissão daquelas e o valor nominal destas;

- d) Quanto às entradas em espécie, na diferença para mais entre o valor atribuído aos bens em que a entrada consiste e o valor das acções correspondentes.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – UTILIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL.

1 – A reserva legal só pode ser utilizada:

- a) Para cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- b) Para cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- c) Para incorporação no capital social.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ADIANTAMENTOS SOBRE LUCROS NO DECURSO DO EXERCÍCIO.

1 – O contrato de sociedade pode autorizar que no decurso de um exercício, sejam realizados aos accionistas adiantamentos sobre lucros, desde que observadas as seguintes normas:

- a) O conselho de administração ou o conselho de administração executivo com o consentimento do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou do conselho geral e de supervisão, resolva o adiantamento;
- b) A resolução do conselho de administração ou do conselho de administração executivo seja precedida de um balanço intercalar, elaborado com a antecedência máxima de 30 dias e certificado pelo revisor oficial de contas, que demonstre a existência nessa ocasião de importâncias disponíveis para os aludidos levantamentos, que devem observar no que seja aplicável o disposto nos artigos 26º e 27º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do presente livro, tendo presente os resultados verificados durante a parte já decorrida do exercício em que o adiantamento é efectuado;
- c) Seja efectuado um só adiantamento no decurso de cada exercício e sempre na segunda metade deste;
- d) As importâncias a atribuir como adiantamento referidas na alínea b), não excedam metade das que seriam distribuíveis.

2 – Se o contrato de sociedade for alterado para neste ser concedida a autorização prevista no número anterior, o primeiro adiantamento apenas pode ser efectuado no exercício seguinte àquele em que ocorra a alteração contratual.

CAPÍTULO TERCEIRO – ACÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – VALOR DE EMISSÃO DAS ACÇÕES.

1 – É proibida a emissão de acções abaixo do par.

2 – O disposto no número anterior, não impede que no valor de uma emissão de acções sejam descontadas as despesas de colocação firme por uma instituição de crédito ou outra equiparada por lei para esse efeito.

ARTIGO SEGUNDO – ACÇÕES NOMINATIVAS E AO PORTADOR OU NÃO.

1 – Nos termos da lei as acções são sempre nominativas e ao portador ou não.

ARTIGO TERCEIRO – CUPÕES.

1 – As acções nominativas e ao portador ou não, podem ser munidas de cupões destinados à cobrança dos dividendos.

ARTIGO QUARTO – CATEGORIAS DE ACÇÕES.

1 – Podem ser diversas, nomeadamente quanto à atribuição de dividendos e quanto à partilha do activo resultante da liquidação, os direitos inerentes às acções emitidas pela mesma sociedade.

2 – As acções que compreendem direitos iguais formam uma categoria.

ARTIGO QUINTO – CONTITULARIDADE DA ACÇÃO.

1 – Os contitulares de uma acção devem exercer os direitos a esta inerentes, por meio de um representante comum.

2 – As comunicações e declarações da sociedade devem ser dirigidas ao representante comum e na falta deste a um dos contitulares.

3 – Os contitulares respondem solidariamente para com a sociedade pelas obrigações legais ou contratuais inerentes à acção.

4 – A esta contitularidade aplicam-se o disposto nos artigos 5º e 6º, do capítulo terceiro, do título anterior.

ARTIGO SEXTO – TÍTULOS PROVISÓRIOS E EMISSÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS.

1 – Antes da emissão dos títulos definitivos, a sociedade está obrigada a entregar ao accionista um título provisório nominativo.

2 – Os títulos provisórios substituem para todos os efeitos legais os títulos definitivos, enquanto estes não forem emitidos e devem conter as indicações exigidas para os segundos.

3 – Os títulos definitivos devem ser entregues aos accionistas nos 183 dias seguintes ao registo definitivo do contrato de sociedade ou do aumento de capital.

4 – Os documentos comprovativos da subscrição de acções não constituem por si só títulos provisórios, não lhes sendo aplicáveis os preceitos por estes previstos.

ARTIGO SÉTIMO – SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.

1 – Uma sociedade não pode subscrever acções próprias e por outra causa só pode adquirir e deter acções próprias nos casos e nas condições previstas na lei.

2 – Uma sociedade não pode encarregar outrem de em nome deste mas por conta da sociedade subscrever ou adquirir acções desta própria.

3 – As acções subscritas ou adquiridas em violação do disposto no número anterior, pertencem para todos os efeitos, incluindo a obrigação de as liberar, à pessoa que as subscreveu ou adquiriu.

4 – A sociedade não pode renunciar ao reembolso das importâncias que tenha adiantado a pessoa para o fim mencionado no número 2, nem deixar de proceder com toda a diligência para que tal reembolso se efective.

5 – Sem prejuízo da sua responsabilidade nos termos gerais, os administradores intervenientes nas operações proibidas pelo número 2, são pessoal e solidariamente responsáveis pela liberação das acções.

6 – São nulos os actos pelos quais uma sociedade adquire acções referidas no número 2, às pessoas aí mencionadas, excepto em execução de crédito e se o devedor não tiver outros bens suficientes.

7 – Consideram-se suspensos os direitos inerentes às acções subscritas por terceiros por conta da sociedade em violação deste preceito, enquanto não forem por este cumpridas as obrigações de reembolso da sociedade e da restituição das quantias pagas pelos administradores para a sua liberação.

ARTIGO OITAVO – CASOS DA AQUISIÇÃO LÍCITA DE ACÇÕES PRÓPRIAS.

1 – O contrato de sociedade pode proibir totalmente a aquisição de acções próprias ou reduzir os casos em que esta é permitida nos termos da presente lei.

2 – Salvo o disposto no número seguinte e noutros preceitos legais, uma sociedade não pode adquirir e deter acções próprias representativas de mais de 10% do seu capital.

3 – Uma sociedade pode adquirir acções próprias que ultrapassam o montante estabelecido no número anterior, sempre que:

- a) A aquisição resulte do cumprimento pela sociedade de disposição da lei;
- b) A aquisição vise executar uma deliberação de redução de capital social;
- c) Seja adquirido um património, a título universal;
- d) A aquisição seja realizada a título gratuito;
- e) A aquisição seja realizada em processo executivo para cobrança de dívidas de terceiros ou por transacção em acção declarativa proposta para o mesmo fim;
- f) A aquisição decorra de processo estabelecido na lei ou no contrato de sociedade para a falta de liberação de acções pelos seus subscritores.

4 – Como contrapartida da aquisição de acções próprias, uma sociedade só pode entregar bens que nos termos do disposto nos artigos 26º e 27º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do presente livro, possam ser distribuídos aos sócios, devendo o valor dos bens distribuíveis ser pelo menos igual ao valor a pagar por estas.

ARTIGO NONO – ACÇÕES PRÓPRIAS NÃO LIBERADAS.

1 – A sociedade só pode adquirir acções próprias quando inteiramente liberadas, excepto nos casos das alíneas b), c), e) e f) do número 3 do artigo anterior.

2 – As aquisições que violem o disposto no número anterior, são nulas.

ARTIGO DÉCIMO – DELIBERAÇÃO DE AQUISIÇÃO.

1 – A aquisição de acções próprias depende, salvo o disposto no número 3, de deliberação da assembleia geral, da qual obrigatoriamente devem constar:

- a) O número máximo e se o houver o número mínimo de acções a adquirir;
- b) O prazo não excedente a 18 meses a contar da data da deliberação, durante o qual a aquisição pode ser efectuada;
- c) As pessoas a quem as acções devem ser adquiridas, quando a deliberação não ordenar que as mesmas sejam adquiridas em mercado regulamentado e seja lícita a aquisição a accionistas determinados;
- d) As contrapartidas mínima e máxima, nas aquisições a título oneroso.

2 – Os administradores não podem executar ou continuar a executar as deliberações da assembleia geral se no momento da aquisição das acções não se verificarem os requisitos exigidos pelo disposto nos números 2, 3 e 4 do artigo 8º e no número 1 do artigo 9º, do presente capítulo.

3 – A aquisição das acções próprias pode ser decidida pelo conselho de administração ou pelo conselho de administração executivo, apenas se por meio destes for evitado prejuízo grave e iminente para a sociedade, o qual se presume existir nos casos previstos nas alíneas a) e e) do número 3 do artigo 8º, do presente capítulo.

4 – Efectuadas aquisições nos termos do número anterior, devem os administradores na primeira assembleia geral seguinte expor os motivos e as condições das operações efectuadas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DELIBERAÇÃO DE ALIENAÇÃO.

1 – A alienação de acções próprias depende, salvo o disposto no número 2, de deliberação da assembleia geral, da qual obrigatoriamente deve constar:

- a) O número mínimo e se o houver máximo de acções a alienar;
- b) O prazo, não excedente a 18 meses, a contar da data da deliberação, durante o qual a alienação pode ser efectuada;
- c) A modalidade da alienação;
- d) O preço mínimo ou outra contrapartida das alienações a título oneroso.

2 – A alienação de acções próprias pode ser decidida pelo conselho de administração ou pelo conselho de administração executivo, se for imposta por lei.

3 – No caso do número anterior, devem os administradores na primeira assembleia seguinte, expor os motivos e todas as condições da operação efectuada.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – IGUALDADE DE TRATAMENTO DOS ACCIONISTAS.

1 – As aquisições e as alienações de acções próprias devem respeitar o princípio do igual tratamento dos accionistas, salvo se a tanto obstar a própria natureza do caso.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS PARA AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS.

1 – Uma sociedade não pode conceder empréstimos ou por qualquer forma fornecer fundos ou prestar garantias para que um terceiro subscreva ou por outro meio adquira acções representativas do seu capital.

2 – O disposto no número anterior, não se aplica às transacções que se enquadram nas operações correntes dos bancos ou de outras instituições financeiras, nem às operações efectuadas tendo presente a aquisição de acções pelos ou para os profissionais da sociedade ou de uma sociedade com esta coligada, não podendo todavia de tais transacções e operações resultar que o activo líquido da sociedade se torne inferior ao montante do capital subscrito acrescido das reservas que a lei ou o contrato de sociedade não permitam distribuir.

3 – Os contratos ou actos unilaterais da sociedade que violem o disposto no número 1 ou na parte final do número 2, são nulos.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – TEMPO DE DETENÇÃO DAS ACÇÕES.

1 – Sem prejuízo de outros prazos ou providências estabelecidos na lei, a sociedade não pode deter por mais de 3 anos um número de acções superior ao montante estabelecido no disposto no número 2 do artigo 8º, do presente capítulo, ainda que tenham sido licitamente adquiridas.

2 – As acções ilicitamente adquiridas pela sociedade devem ser alienadas dentro do ano seguinte à aquisição, quando a lei não decretar a nulidade desta.

3 – Não tendo sido oportunamente efectuadas as alienações previstas nos números anteriores, deve proceder-se à anulação das acções que houvessem de ser alienadas.

4 – Relativamente a acções cuja aquisição tenha sido lícita, a anulação deve recair sobre as mais recentemente adquiridas.

5 – Os administradores são responsáveis nos termos gerais, pelos prejuízos sofridos pela sociedade, seus credores ou terceiros por causa da aquisição ilícita de acções, de anulação de acções prescrita no presente artigo ou da falta de anulação de acções.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGIME DAS ACÇÕES PRÓPRIAS.

1 – Enquanto as acções pertencerem à sociedade deve:

- a) Considerar-se suspensos todos os direitos inerentes às acções, excepto o de o seu titular receber novas acções no caso de aumento de capital por incorporação de reservas;
- b) Tornar-se indisponível uma reserva de montante igual àquele por que as mesmas estejam contabilizadas.

2 – No relatório anual do conselho de administração ou do conselho de administração executivo devem ser claramente indicados:

- a) O número de acções próprias adquiridas durante o exercício, os motivos das aquisições efectuadas e os desembolsos da sociedade;
- b) O número de acções próprias alienadas durante o exercício, os motivos das alienações efectuadas e os embolsos da sociedade;
- c) O número de acções próprias da sociedade por esta detidas no fim do exercício.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PENHOR E CAUÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS.

1 – As acções próprias que uma sociedade receba em penhor ou caução são contados para o limite estabelecido no disposto no número 2 do artigo 8º, do presente capítulo, exceptuadas aquelas que se destinarem a caucionar responsabilidades pelo exercício de cargos sociais.

2 – Os administradores que aceitarem para a sociedade acções próprias desta em penhor ou caução, quer esteja ou não excedido o limite estabelecido nos termos do número 2 do artigo 8º, do presente capítulo, são responsáveis conforme o disposto no número 5 do artigo 14º, do presente capítulo, se as acções vierem a ser adquiridas pela sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – SUBSCRIÇÃO, AQUISIÇÃO E DETENÇÃO DE ACÇÕES.

1 – As acções de uma sociedade anónima subscritas, adquiridas ou detidas por uma sociedade daquela dependente directa ou indirectamente nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo segundo, do título oitavo, do presente título ou que com aquela esteja em relação de grupo nos termos do disposto no capítulo terceiro, do mesmo título, consideram-se para todos os efeitos acções próprias da sociedade dominante.

2 – Não estão compreendidas no número anterior, a subscrição e a aquisição de acções da sociedade anónima pela sociedade desta dependente directa ou indirectamente, mas por conta de um terceiro que não seja a sociedade anónima referida no número anterior, nem outra em que a sociedade anónima exerça influência dominante.

3 – A equiparação prevista no número 1, aplica-se ainda que a sociedade dependente tenha a sede efectiva ou a sede estatutária no exterior, desde que a sociedade dominante esteja sujeita à lei portuguesa.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – REGIME DA SUBSCRIÇÃO, AQUISIÇÃO E DETENÇÃO DE ACÇÕES.

1 – À subscrição, aquisição e detenção de acções nos termos do disposto no número 1 do artigo anterior, aplica-se o regime estabelecido nos artigos 7º a 10º e 12º a 16º, do presente capítulo, com as devidas adaptações.

2 – A aquisição de acções da sociedade anónima pela sociedade dependente está sujeita apenas a deliberação da assembleia geral daquela sociedade, mas não a deliberação da assembleia geral desta última.

3 – Enquanto as acções pertencerem à sociedade dependente, consideram-se suspensos os direitos de voto e os direitos de conteúdo patrimonial incompatíveis com o disposto no número 1 do artigo 7º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO NONO – LIMITAÇÕES À TRANSMISSÃO DE ACÇÕES.

1 – O contrato de sociedade não pode excluir a transmissibilidade das acções, nem limitá-la para além do que a lei permitir.

2 – O contrato de sociedade pode:

- a) Subordinar a transmissão das acções ao consentimento da sociedade;
- b) Estabelecer um direito de preferência dos demais accionistas e as condições do respectivo exercício, no caso de alienação de acções;
- c) Subordinar a transmissão de acções e a constituição de penhor ou usufruto sobre estas à existência de determinados requisitos, subjectivos ou objectivos, que estejam de acordo com o interesse social.

3 – As limitações previstas no número anterior, só podem ser introduzidas por alteração do contrato de sociedade, com o consentimento de todos os accionistas cujas acções sejam por estas afectadas, mas podem ser atenuadas ou extintas mediante alteração do contrato nos termos gerais.

4 – As limitações podem respeitar apenas a acções correspondentes a certo aumento de capital, contando que sejam deliberadas simultaneamente com este.

5 – As cláusulas previstas no presente artigo, devem ser transcritas nos títulos ou nas contas de registo das acções, sob pena de serem inoponíveis a adquirentes de boa-fé.

6 – As cláusulas previstas nas alíneas a) e c) do número 2, não podem ser invocadas em processo executivo ou de liquidação de patrimónios.

ARTIGO VIGÉSIMO – CONCESSÃO E RECUSA DO CONSENTIMENTO.

1 – A concessão ou recusa do consentimento para a transmissão de acções compete à assembleia geral, se o contrato de sociedade não atribuir essa competência a outro órgão.

2 – Sempre que o contrato não especificar os motivos da recusa do consentimento, é lícito recusá-lo com fundamento em qualquer interesse relevante da sociedade, devendo indicar-se sempre na deliberação o motivo da recusa.

3 – O contrato de sociedade, sob pena de nulidade da cláusula que exija o consentimento, deve conter:

- a) A fixação de prazo, não superior a 62 dias, para a sociedade se pronunciar sobre o pedido de consentimento;
- b) A estipulação de que é livre a transmissão das acções, se a sociedade não se pronunciar dentro do prazo referido no número anterior;
- c) A obrigação de a sociedade no caso de recusar licitamente o consentimento fazer adquirir as acções por outra pessoa nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento tratando-se de transmissão a título gratuito ou provando a sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real determinado nos termos previstos no

número 2 do artigo 13º, do capítulo nono, do título terceiro, do presente livro.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – EMISSÃO E DIREITOS DOS ACCIONISTAS DE ACÇÕES PREFERENCIAIS SEM VOTO.

1 – O contrato de sociedade pode autorizar a emissão de acções preferenciais sem voto até ao montante representativo de metade do capital.

2 – As acções referidas no número anterior, conferem direito a um dividendo prioritário não inferior a 5% do respectivo valor nominal, retirado dos lucros que nos termos do disposto nos artigos 26º e 27º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do presente livro, possam ser distribuídos aos accionistas e ao reembolso prioritário do seu valor nominal ou do seu valor de emissão na liquidação da sociedade.

3 – As acções preferenciais sem voto conferem para além dos direitos previstos no número anterior, todos os direitos inerentes às acções ordinárias, excepto o direito de voto.

4 – As acções referidas no número 1, não contam para a determinação da representação do capital exigida na lei ou no contrato de sociedade para as deliberações dos accionistas.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – FALTA DE PAGAMENTO DO DIVIDENDO PRIORITÁRIO.

1 – Se os lucros distribuíveis ou o activo de liquidação não forem suficientes para satisfazer o pagamento do dividendo nos termos previstos no número 2 do artigo anterior, são repartidos proporcionalmente pelas acções preferenciais sem voto.

2 – O dividendo prioritário que não for pago num exercício social deve ser pago nos três exercícios seguintes, antes do dividendo relativo a estes, desde que haja lucros distribuíveis.

3 – Se o dividendo prioritário não for integralmente pago durante dois exercícios sociais, as acções preferenciais passam a conferir o direito de voto nos mesmos termos que as acções ordinárias e só o perdem no exercício seguinte àquele em que tiver sido pagos os dividendos prioritários em atraso.

4 – Enquanto as acções preferenciais usufruírem do direito de voto, não se aplica o disposto no número 4 do artigo anterior.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – Se o contrato de sociedade não permitir que os accionistas sem direito de voto participem na assembleia geral, os titulares de acções preferenciais sem voto de uma mesma emissão são representados na assembleia geral por um destes.

2 – À designação e destituição do representante comum, aplica-se com as necessárias adaptações o disposto no artigo 11º, do capítulo seguinte.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – CONVERSÃO DE ACÇÕES.

1 – As acções ordinárias podem ser convertidas em acções preferenciais sem voto, mediante deliberação da assembleia geral, observando-se o disposto no artigo 18º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do presente livro, no número 1 do artigo 21º, do presente capítulo e no artigo 18º, do capítulo quinto, do presente título, devendo a deliberação ser publicada.

2 – A conversão prevista no número anterior, faz-se a requerimento dos accionistas interessados, no período fixado pela deliberação não superior a 92 dias a contar da publicação desta, respeitando-se na sua execução o princípio da igualdade de tratamento.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – ACÇÕES PREFERENCIAIS REMÍVEIS.

1 – Se o contrato de sociedade o autorizar, as acções que beneficiem de algum privilégio patrimonial podem na sua emissão ficar sujeitas a remição em data fixa ou quando a assembleia geral o deliberar.

2 – As referidas acções deverão ser remidas em conformidade com as disposições do contrato, sem prejuízo das normas impostas nos números seguintes.

3 – As acções devem estar inteiramente liberadas antes de serem remidas.

4 – A remição é realizada pelo valor nominal das acções, salvo se o contrato de sociedade prever a concessão de um prémio.

5 – A contrapartida da remição, incluindo o prémio só pode ser retirada de fundos que nos termos do disposto nos artigos 26º e 27º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do presente livro, possam ser distribuídos aos accionistas.

6 – A remição de acções não produz redução do capital e salvo disposição contrária do contrato de sociedade, podem ser emitidas por deliberação da assembleia geral novas acções da mesma espécie em substituição das acções remidas.

7 – A deliberação de remição de acções está sujeita a registo e publicação.

8 – O contrato de sociedade pode prever sanções para o incumprimento pela sociedade da obrigação de remir na data neste fixada.

9 – Na falta de disposição contratual, qualquer titular dessas acções pode requerer a dissolução da sociedade por via administrativa, depois de passado um ano sobre aquela data sem a remição ter sido efectuada.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – AMORTIZAÇÃO DE ACÇÕES SEM REDUÇÃO DE CAPITAL.

1 – A assembleia geral pode deliberar pela maioria exigida para a alteração do contrato de sociedade, que o capital seja reembolsado no todo ou em parte, recebendo os accionistas o valor nominal de cada acção ou a parte deste, desde que para o efeito sejam utilizados apenas fundos que nos termos do disposto nos artigos 26º e 27º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do presente livro, possam ser distribuídos aos accionistas.

2 – O reembolso nos termos do presente artigo, não acarreta redução do capital.

3 – O reembolso parcial do valor nominativo deve ser realizado por igual, relativamente a todas as acções existentes à data.

4 – Sem prejuízo do disposto a acções remíveis, o reembolso do valor nominal de certas acções só pode ser efectuado por sorteio, se o contrato de sociedade o permitir.

5 – Depois do reembolso, os direitos patrimoniais inerentes às acções são modificados nos termos seguintes:

- a) Essas acções só compartilham dos lucros do exercício juntamente com as demais, depois de a estas ter sido atribuído um dividendo cujo máximo é fixado no contrato de sociedade ou na falta desta estipulação é igual à taxa de juro legal, devendo as acções só parcialmente reembolsadas ter direito proporcional àquele dividendo;
- b) Tais acções só compartilham do produto da liquidação da sociedade juntamente com as demais, depois de a estas ter sido reembolsado o valor nominal, tendo porém as acções só parcialmente reembolsadas direito proporcional a essa primeira partilha.

6 – As acções totalmente reembolsadas passam a denominar-se acções de fruição e constituem uma categoria, sendo obrigatório esse facto constar do título ou do registo das acções.

7 – O reembolso é definitivo, mas as acções de fruição podem ser convertidas em acções de capital, mediante deliberações da assembleia geral e da assembleia especial dos respectivos titulares, firmadas pela maioria exigida para alteração do contrato de sociedade.

8 – A conversão prevista no número anterior, é efectuada por meio de retenção dos lucros que num ou mais exercícios competiriam às acções de fruição, salvo se as referidas assembleias autorizarem que esta se efectue por meio de entradas oferecidas pelos accionistas interessados.

9 – O disposto nos números anteriores, é aplicável à reconstituição de acções parcialmente reembolsadas.

10 – A conversão considera-se efectuada no momento em que os dividendos retidos atinjam o montante dos reembolsos efectuados ou no caso de entradas pelos accionistas, no fim do exercício em que estas tiverem sido realizadas.

11 – As deliberações de amortização e de conversão estão sujeitas a registo e publicação.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – AMORTIZAÇÃO DE ACÇÕES COM REDUÇÃO DO CAPITAL.

1 – O contrato de sociedade pode impor ou permitir que em certos casos e sem consentimento dos seus titulares, sejam amortizadas acções.

2 – A amortização de acções nos termos do presente artigo, implica sempre a redução do capital da sociedade, extinguindo-se as acções amortizadas na data de redução do capital.

3 – Os factos que imponham ou permitam a amortização devem ser concretamente definidos no contrato de sociedade.

4 – No caso de a amortização ser imposta pelo contrato de sociedade, deve este fixar todas as condições essenciais para que a operação possa ser efectuada, competindo ao conselho de administração ou ao conselho de administração executivo apenas declarar nos 92 dias posteriores ao conhecimento que tenha do facto, que as acções são amortizadas nos termos do contrato e dar execução ao que para o caso estiver disposto.

5 – No caso de a amortização ser permitida pelo contrato de sociedade compete à assembleia geral deliberar a amortização e fixar as condições necessárias para que a operação seja efectuada na parte que não constar do contrato.

6 – Sendo a amortização permitida pelo contrato de sociedade, pode este fixar um prazo não superior a 1 ano, para a deliberação ser firmada.

7 – Nos termos do número anterior, na falta de disposição contratual esse prazo será de 183 dias a contar da ocorrência do facto que fundamenta a amortização.

8 – À redução de capital por amortização de acções nos termos do presente artigo, aplica-se o disposto no artigo 10º, do capítulo oitavo, do título terceiro, do presente livro, excepto:

- a) Se forem amortizadas acções inteiramente liberadas, postas à disposição da sociedade, a título gratuito;
- b) Se para a amortização de acções inteiramente liberadas forem unicamente utilizados fundos que nos termos do disposto nos artigos 26º e 27º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do presente livro, possam ser distribuídos pelos accionistas, devendo neste caso ser criada uma reserva sujeita ao regime de reserva legal, de montante equivalente à soma do valor nominal das acções amortizadas.

CAPÍTULO QUARTO – OBRIGAÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES.

1 – As sociedades anónimas podem emitir valores mobiliários que numa mesma emissão conferem direitos de crédito iguais e que se denominam obrigações.

2 – Só podem emitir obrigações as sociedades cujo contrato esteja definitivamente registado há mais de 1 ano, nomeadamente no caso de fusão ou de cisão, salvo se:

- a) O estado ou entidade pública equiparada detenha a maioria do capital social da sociedade;
- b) As obrigações forem projecto de garantia prestada por instituição de crédito, pelo estado ou entidade pública equiparada.

3 – Por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças, fiscal, social e da justiça podem ser dispensados no todo ou em parte, os requisitos previstos no número anterior.

4 – As obrigações não podem ser emitidas antes de o capital estar inteiramente liberado ou de pelo menos estarem colocados em mora todos os accionistas que não hajam liberado oportunamente as suas acções.

ARTIGO SEGUNDO – LIMITE DE EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES.

1 – As sociedades anónimas não podem emitir obrigações em montante que exceda o dobro dos seus capitais próprios, considerando-se a soma do preço de subscrição de todas as obrigações emitidas e não amortizadas.

2 – Para efeitos do número anterior, compreende-se por capitais próprios o somatório do capital realizado, deduzidas as acções próprias, com as reservas, os resultados transitados e os ajustamentos de partes de capital em sociedades coligadas.

3 – O cumprimento do limite de emissão deve ser verificado através de parecer do conselho fiscal, do fiscal único, da comissão de auditoria ou do conselho geral e de supervisão.

4 – O limite fixado nos números anteriores não se aplica:

- a) Às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado;
- b) Às sociedades que apresentem notação de risco da emissão atribuída por sociedade de notação de risco registada na comissão do mercado de valores mobiliários;
- c) Às emissões cujo reembolso seja assegurado por garantias especiais constituídas a favor dos obrigacionistas.

5 – Salvo por motivo de perdas, a sociedade devedora de obrigações não pode reduzir o seu capital a montante inferior ao da sua dívida para com os obrigacionistas, embora a emissão tenha beneficiado da ampliação nos termos do número anterior ou de lei especial.

6 – Reduzido o capital por motivos de perdas a montante inferior ao da dívida da sociedade para com os obrigacionistas, todos os lucros distribuíveis serão aplicados a reforço da reserva legal, até que a soma desta com o novo capital iguale o montante da

referida dívida ou tendo havido a ampliação prevista no presente artigo ou em lei especial, seja alcançada a proporção do início estabelecida entre o capital e o montante das obrigações emitidas.

ARTIGO TERCEIRO – DELIBERAÇÃO.

1 – A emissão de obrigações deve ser deliberada pelos accionistas, salvo se o contrato de sociedade autorizar que seja deliberada pelo conselho de administração.

2 – Não pode ser firmada deliberação de emissão de obrigações enquanto não estiver subscrita e realizada uma emissão anterior.

3 – Os accionistas podem autorizar que uma emissão de obrigações por estes deliberada seja efectuada parceladamente em séries, fixadas por estes ou pelo conselho de administração, mas tal autorização caduca ao fim de 5 anos, no que se refere às séries ainda não emitidas.

4 – Não pode ser lançada uma nova série enquanto não estiverem subscritas e realizadas as obrigações da série anterior.

ARTIGO QUARTO – REGISTO.

1 – Estão sujeitas a registo comercial a emissão de obrigações e a emissão de cada uma das séries, sempre que realizadas através de oferta particular, excepto se ocorrer dentro do prazo para requerer o registo da admissão das mesmas à negociação em mercado regulamentado de valores mobiliários.

2 – Sempre que sujeita a registo obrigatório, enquanto a emissão ou a série não estiver definitivamente registada, não podem ser emitidos os respectivos títulos.

3 – Nos termos do presente artigo, a falta de registo não torna os títulos inválidos, mas sujeita os administradores a responsabilidade.

ARTIGO QUINTO – DENOMINAÇÃO DO VALOR NOMINAL DAS OBRIGAÇÕES.

1 – O valor nominal da obrigação deve ser expresso em escudos, salvo se nos termos da legislação em vigor for autorizado o pagamento em moeda diversa.

ARTIGO SEXTO – SUBSCRIÇÃO PÚBLICA INCOMPLETA.

1 – Efectuada subscrição pública para uma emissão de obrigações e sendo apenas subscrita parte desta durante o prazo previsto na deliberação, a essas obrigações se limitará a emissão.

2 – Os administradores devem promover o averbamento no registo comercial do montante efectivo da emissão.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÕES PRÓPRIAS.

1 – A sociedade só pode adquirir obrigações próprias nas mesmas circunstâncias em que poderia adquirir acções próprias ou para conversão ou amortização.

2 – Enquanto as obrigações pertencerem à sociedade emitente são suspensos os respectivos direitos, mas podem estas ser convertidas ou amortizadas nos termos gerais.

ARTIGO OITAVO – ASSEMBLEIA DE OBRIGACIONISTAS.

1 – Os credores de uma mesma comissão de obrigações podem reunir-se em assembleia de obrigacionistas.

2 – A assembleia de obrigacionistas é convocada e presidida pelo representante comum dos obrigacionistas ou enquanto este não for eleito ou quando se recusar a convocá-la, pelo presidente da mesa da assembleia geral dos accionistas, sendo da conta da sociedade as despesas da convocação, sendo a convocação realizada nos termos prescritos na lei para a assembleia geral dos accionistas.

3 – Se o representante comum dos obrigacionistas e o presidente da assembleia geral dos accionistas se recusarem a convocar a assembleia dos obrigacionistas, podem os titulares de 5% das obrigações de emissão, requerer a convocação judicial da assembleia que elegerá o presidente.

4 – A assembleia dos obrigacionistas delibera sobre todos os assuntos que por lei lhe são atribuídos ou que sejam de interesse comum dos obrigacionistas e nomeadamente sobre:

- a) A nomeação, remuneração e destituição do representante comum dos obrigacionistas;
- b) Modificação das condições dos créditos dos obrigacionistas;
- c) Propostas de concordata e de acordo de credores;
- d) Reclamações de crédito dos obrigacionistas em acções executivas, salvo o caso de urgência;
- e) Constituição de um fundo para as despesas necessárias à tutela dos interesses comuns e sobre a prestação das respectivas contas;
- f) Autorização do representante comum para a proposição de acções judiciais.

5 – A cada obrigação corresponde um voto.

6 – Podem estar presentes na assembleia os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade e os representantes comuns dos titulares de obrigações de outras emissões.

7 – As deliberações são firmadas por maioria dos votos emitidos.

8 – As modificações das condições dos créditos dos obrigacionistas devem porém ser aprovadas na primeira data fixada, por metade dos votos correspondentes a todos os obrigacionistas e na segunda data fixada por dois terços dos votos emitidos.

9 – As deliberações firmadas pela assembleia vinculam os obrigacionistas ausentes ou discordantes.

10 – É vedado à assembleia deliberar o aumento de encargos dos obrigacionistas ou quaisquer medidas que impliquem o tratamento desigual destes.

11 – O obrigacionista pode fazer-se representar na assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao presidente da assembleia.

ARTIGO NONO – INVALIDADE DAS DELIBERAÇÕES.

1 – Às deliberações da assembleia de obrigacionistas aplicam-se os preceitos relativos à invalidade das deliberações de accionistas com as necessárias adaptações, reportando-se a anulabilidade à violação das condições do empréstimo.

2 – A acção declarativa de nulidade e a acção de anulação devem ser propostas contra o conjunto de obrigacionistas que tenham aprovado a deliberação na pessoa do representante comum, pelo que na falta do representante comum ou não tendo este aprovado a deliberação, o autor requererá na petição que de entre os obrigacionistas cujos votos fizeram vencimento seja nomeado um representante especial.

ARTIGO DÉCIMO – REPRESENTANTE COMUM DOS OBRIGACIONISTAS.

1 – Para cada emissão de obrigações haverá um representante comum dos respectivos titulares.

2 – O representante comum deve ser uma sociedade de advogados, uma sociedade de revisores de contas ou uma pessoa singular dotada de capacidade jurídica plena, embora não seja obrigacionista.

3 – Podem ser nomeados um ou mais representantes comuns substitutos.

4 – Aplicam-se ao representante comum dos obrigacionistas as incompatibilidades estabelecidas nas alíneas a) a g) e j) do número 1 do artigo 26º, do capítulo sexto, do presente título.

5 – A remuneração do representante comum constitui encargo da sociedade, podendo esta discordando da remuneração fixada por deliberação dos obrigacionistas competir ao órgão de soberania jurídico competente decidir, a requerimento da sociedade ou do representante comum.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESIGNAÇÃO E DESTITUIÇÃO DO REPRESENTANTE COMUM.

1 – O representante comum é designado e destituído por deliberação dos obrigacionistas, que especificará a duração definida ou indefinida das suas funções.

2 – Na falta de representante comum designado nos termos do número anterior, pode qualquer obrigacionista ou a sociedade requerer que o órgão de soberania jurídico competente o nomeie até que os obrigacionistas façam a designação.

3 – Pode também qualquer obrigacionista requerer que o órgão de soberania jurídico competente destitua o representante comum, com fundamento em justa causa.

4 – A designação e a destituição do representante comum devem ser comunicadas por escrito à sociedade e registadas por depósito no órgão de soberania notarial competente por iniciativa da sociedade ou do próprio representante.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO REPRESENTANTE COMUM.

1 – O representante comum deve praticar em nome de todos os obrigacionistas, os actos de gestão destinados à defesa dos interesses comuns destes, competindo-lhe nomeadamente:

- a) Representar o conjunto dos obrigacionistas nas suas relações com a sociedade;
- b) Representar em juízo o conjunto dos obrigacionistas, nomeadamente em acções movidas contra a sociedade e em processos de execução ou de liquidação do património desta;
- c) Assistir às assembleias gerais dos accionistas;
- d) Receber e examinar toda a documentação da sociedade enviada ou tornada patente aos accionistas, nas mesmas condições estabelecidas para estes;
- e) Assistir aos sorteios para reembolso de obrigações;
- f) Convocar a assembleia de obrigacionistas e afirmar a respectiva presidência nos termos da presente lei.

2 – O representante comum deve prestar aos obrigacionistas as informações que lhe forem solicitadas sobre factos relevantes para os interesses comuns.

3 – O representante comum responde nos termos gerais pelos actos ou omissões violadores da lei e das deliberações da assembleia de obrigacionistas.

4 – A assembleia de obrigacionistas pode aprovar um regulamento das funções do representante comum.

5 – Não é permitido ao representante comum receber juros ou quaisquer importâncias devidas pela sociedade aos obrigacionistas, individualmente considerados.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES.

1 – Podem nomeadamente ser emitidas obrigações que:

- a) Para além de conferirem aos seus titulares o direito a um juro fixo, os habilitem a um juro suplementar ou a um prémio de reembolso, quer fixo, quer dependente dos lucros realizados pela sociedade;
- b) Apresentem juro e plano de reembolso, dependentes e variáveis em função dos lucros;
- c) Sejam convertíveis em acções;
- d) Confiram o direito a subscrever uma ou várias acções;
- e) Apresentem prémio de emissão.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – JURO SUPLEMENTAR OU PRÉMIO DE REEMBOLSO.

1 – Nas obrigações com juro suplementar ou prémio de reembolso, estes poderão:

- a) Ser estabelecidos como percentagem fixa do lucro de cada exercício, independentemente do montante deste e das oscilações que registre durante o período de vida do empréstimo;
- b) Ser fixados nos termos da alínea anterior, mas apenas para a hipótese de o lucro exceder um limite mínimo que se estipulará na emissão, aplicando-se a percentagem estabelecida a todo o lucro apurado ou somente à parte que exceda o limite referido;
- c) Ser determinados por qualquer das formas previstas nas alíneas anteriores, mas com base numa percentagem variável em função do volume dos lucros produzidos em cada exercício ou dos lucros a considerar para além do limite estipulado nos termos da alínea b);
- d) Ser apurados nos termos das alíneas anteriores, mas com imputação dos lucros a acionistas e obrigacionistas na proporção do valor nominal dos títulos existentes, corrigindo-se ou não esta proporção com base em coeficiente estipulado na emissão;
- e) Ser calculados por qualquer outra forma similar, aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças, fiscal, social e jurídica, a requerimento da sociedade interessada.

2 – Registando a sociedade prejuízos ou lucros inferiores ao limite de que dependa a participação estabelecida, os obrigacionistas terão direito apenas ao juro fixo.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – LUCROS A CONSIDERAR.

1 – O lucro a considerar para os efeitos previstos nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo anterior, é o que corresponder aos resultados líquidos do exercício, deduzidos das importâncias a imputar à reserva legal ou às reservas obrigatórias e não se considerando como custo as amortizações, os ajustamentos e as provisões efectuados para além dos máximos legalmente admitidos para efeitos do real imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas.

2 – O apuramento realizado pela sociedade do lucro que deve servir de base à determinação das importâncias destinadas aos obrigacionistas, assim como o cálculo

dessas importâncias, serão obrigatoriamente submetidos conjuntamente com o relatório e as contas de cada exercício, ao parecer do revisor oficial de contas.

3 – O revisor oficial de contas referido no número anterior, será designado pela assembleia de obrigacionistas no prazo de 62 dias a contar do termo da primeira subscrição das obrigações ou da vacância do cargo.

4 – Aplicam-se a este revisor oficial de contas as incompatibilidades estabelecidas no número 1 do artigo 26º, do capítulo sexto, do presente título, com excepção do disposto na alínea h) do referido número.

5 – O lucro a considerar em cada um dos anos de vida do empréstimo tendo presente o apuramento das importâncias destinadas a juro suplementar ou a prémio de reembolso, será o referente ao exercício anterior.

6 – Se no próprio ano de emissão e de acordo com as condições desta, houver lugar à distribuição de juro suplementar ou à afectação de qualquer importância a prémio de reembolso, o montante respectivo calcular-se-á com base nos critérios para o efeito estabelecidos na emissão.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO PELA ASSEMBLEIA GERAL DOS ACCIONISTAS.

1 – Para as obrigações referidas nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 14º, do presente capítulo, a proposta de deliberação da assembleia geral dos accionistas definirá as seguintes condições:

- a) O quantitativo global da emissão e os motivos que o justificam, o valor nominal das obrigações, o preço por que são emitidas e reembolsadas ou o modo como o determinar;
- b) A taxa de juro e conforme os casos a forma de cálculo da dotação para pagamento de juro e reembolso ou a taxa de juro fixo, o critério de apuramento de juro suplementar ou do prémio do reembolso;
- c) O plano de amortização do empréstimo;
- d) A identificação dos subscritores e o número de obrigações a subscrever por cada um, sempre que a sociedade não recorra a subscrição pública.

2 – A deliberação poderá reservar aos accionistas ou obrigacionistas total ou parcialmente as obrigações a emitir.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PAGAMENTO DE JURO SUPLEMENTAR E DO PRÉMIO DO REEMBOLSO.

1 – O juro suplementar respeitante a cada ano será pago por uma ou mais vezes, separadamente ou em conjunto com o juro fixo, conforme se estabelecer na emissão.

2 – No caso de a amortização de uma obrigação ocorrer antes da data do vencimento do juro suplementar, deve a sociedade emitente fornecer ao respectivo titular documento que lhe permita exercer o seu direito a eventual juro suplementar.

3 – O prémio de reembolso será integralmente pago na data da amortização das obrigações, a qual não poderá ser fixada para momento anterior à data limite para a aprovação das contas anuais.

4 – Pode estipular-se a capitalização dos montantes anualmente apuráveis a título de prémios de reembolso, nos termos e para o efeito estabelecidos nas condições de emissão.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS EM ACÇÕES.

1 – As sociedades anónimas podem emitir obrigações convertíveis em acções representativas do seu capital ou por si detidas.

2 – As obrigações convertíveis em acções só podem estar admitidas a negociação em mercado regulamentado se também estiverem as acções que lhe servem de activo subjacente.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS EM ACÇÕES.

1 – A deliberação de emissão de obrigações convertíveis em acções deve ser firmada pela maioria que o contrato de sociedade especifique, mas não poderá ser inferior à exigida para a deliberação de aumento de capital por novas entradas.

2 – A proposta de deliberação deve indicar especificamente:

- a) O quantitativo global da emissão e os motivos que a justificam, o valor nominal das obrigações e o preço por que serão emitidas e reembolsadas ou o modo de o determinar, a taxa de juro e o plano de amortização do empréstimo;
- b) As bases e os termos da conversão;
- c) Se aos accionistas deve ser retirado o direito previsto no disposto no número 1 do artigo seguinte e as razões de tal deliberação;
- d) A identificação dos subscritores e o número de obrigações a subscrever por cada um, sempre que a sociedade não recorra a subscrição pública.

3 – A deliberação de emissão de obrigações convertíveis em acções implica a aprovação do aumento do capital da sociedade no montante e nas condições que vierem a ser necessárias para satisfazer os pedidos de conversão.

4 – As condições fixadas pela deliberação da assembleia geral dos accionistas para a emissão de obrigações convertíveis, só podem ser alteradas sem o consentimento dos obrigacionistas, desde que da alteração não resulte para estes qualquer redução das vantagens ou direitos ou aumento dos seus encargos.

ARTIGO VIGÉSIMO – DIREITO DE PREFERÊNCIA DOS ACCIONISTAS.

1 – Os accionistas têm direito de preferência na subscrição de obrigações convertíveis, aplicando-se o disposto no artigo 3º, do capítulo nono, do presente título.

2 – Não pode firmar parte na votação que suprima ou limite o direito de preferência dos accionistas na subscrição de obrigações convertíveis, todo aquele que puder beneficiar especificamente com tal supressão ou limitação, nem as suas acções serão tidas em consideração no cálculo do número de presenças necessárias para a reunião da assembleia geral e da maioria exigida para a deliberação.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE ALTERAÇÕES NA SOCIEDADE.

1 – A partir da data da deliberação da emissão de obrigações convertíveis em acções e enquanto for possível a qualquer obrigacionista exercer o direito de conversão, é vedado à sociedade emitente alterar as condições de repartição de lucros fixados no contrato de sociedade, distribuir aos accionistas acções próprias a qualquer título, amortizar acções ou reduzir o capital mediante reembolso e atribuir privilégios às acções existentes.

2 – Se o capital for reduzido em consequência de perdas, os direitos dos obrigacionistas que optem pela conversão reduzir-se-ão correlativamente, como se esses obrigacionistas tivessem sido accionistas a partir da emissão das obrigações.

3 – Durante o período de tempo referido no número 1, a sociedade só poderá emitir novas obrigações convertíveis em acções, alterar o valor nominal das suas acções, distribuir reservas aos accionistas, aumentar o capital social mediante novas entradas ou por incorporação de reservas e praticar qualquer outro acto que possa afectar os direitos dos obrigacionistas que venham a optar pela conversão, desde que sejam assegurados direitos iguais aos dos accionistas.

4 – Os direitos referidos na parte final do número anterior, não abrangem o de receber quaisquer rendimentos dos títulos ou de participar em distribuição das reservas em causa relativamente a período anterior à data em que a conversão vier a produzir os seus efeitos.

5 – Em sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, a protecção dos titulares de obrigações convertíveis pode em alternativa, ser efectuada através de cláusulas de reajustamento automático da relação de conversão que salvguarde a integridade do interesse económico dos titulares em condições equitativas.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ATRIBUIÇÃO DE JUROS E DE DIVIDENDOS.

1 – Os obrigacionistas têm o direito aos juros das respectivas obrigações até ao momento da conversão, o qual para este efeito se reporta sempre ao termo do trimestre em que o pedido de conversão é apresentado.

2 – Das condições de emissão constará sempre o regime de atribuição de dividendos, que será aplicado às acções em que as obrigações se converterem no exercício durante o qual a conversão tiver lugar.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – FORMALIZAÇÃO E REGISTO DO AUMENTO DO CAPITAL.

1 – O aumento do capital social resultante da conversão de obrigações em acções é objecto de declaração escrita de qualquer administrador da sociedade, sob sua responsabilidade a emitir:

- a) Dentro dos 30 dias posteriores ao termo do prazo para a apresentação da solicitação de conversão, sempre que nos termos da emissão a conversão houver de ser realizada de uma só vez e em determinado momento;
- b) Dentro dos 30 dias posteriores ao termo de cada prazo para a apresentação da solicitação de conversão, sempre que nos termos da emissão a conversão puder ser realizada em mais do que um momento.

2 – Fixando a deliberação da emissão apenas um momento a partir do qual o direito de conversão pode ser exercido, deve o administrador declarar por escrito, durante os meses de julho e janeiro de cada ano, o aumento resultante das conversões solicitadas no decurso do semestre imediatamente anterior.

3 – A conversão considera-se para todos os efeitos como efectuada:

- a) Nos casos previstos no número 1, no último dia do prazo para a apresentação do respectivo pedido;
- b) No caso previsto no número anterior, em 30 de Junho ou 31 de Dezembro consoante os casos.

4 – A inscrição deste aumento de capital no registo comercial deve ser realizado no prazo de 62 dias a contar da data das declarações referidas nos números 1 e 2.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – EMISSÃO DE ACÇÕES PARA CONVERSÃO DE OBRIGAÇÕES.

1 – A administração da sociedade deve:

- a) Em relação a acções tituladas, emitir os títulos das novas acções e entregá-las aos seus titulares no prazo de 183 dias a contar do aumento de capital resultante da emissão;
- b) Em relação a acções escriturais, proceder ao registo em conta das novas acções imediatamente após o registo comercial do aumento de capital resultante da emissão.

2 – Não será necessário proceder à emissão a que se refere o número anterior, quando as solicitações de conversão possam ser satisfeitos com acções já emitidas e que se encontrem disponíveis para o efeito.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CONCORDATA COM CREDORES E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.

1 – Se a sociedade emitente de obrigações convertíveis em acções fizer concordata com os seus credores, o direito de conversão pode ser exercido logo que a concordata for homologada e nas condições por esta estabelecidas.

2 – Se a sociedade que tiver emitido obrigações convertíveis em acções se dissolver, sem que isso resulte de fusão, podem os obrigacionistas na falta de caução idónea exigir o reembolso antecipado, o qual todavia lhes não pode ser imposto pela sociedade.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – OBRIGAÇÕES COM DIREITO DE SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES.

1 – As sociedades anónimas podem emitir obrigações com direito de subscrição de acções.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – REGIME.

1 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as obrigações mencionadas no artigo anterior, conferem o direito de subscrição de uma ou várias acções a emitir pela sociedade em prazo determinado e pelo preço e demais condições previstas no momento da emissão.

2 – Uma sociedade pode emitir obrigações que conferem o direito de subscrição de acções a emitir pela sociedade que directa ou indirectamente detenha uma participação maioritária no capital social da sociedade emitente das obrigações, devendo a emissão das obrigações ser também aprovada pela assembleia geral daquela sociedade, aplicando-se o disposto no artigo 19º, do presente capítulo.

3 – O período de exercício do direito de subscrição não pode ultrapassar em mais de 92 dias a data em que deveria encontra-se amortizado o empréstimo.

4 – Salvo se o contrato tiver sido estabelecido nas condições da emissão, os direitos de subscrição podem ser alienados ou negociados independentemente das obrigações.

5 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, às obrigações de que trata o presente artigo, são aplicáveis com as necessárias adaptações o disposto nos artigos 19º a 22º, no número 2 do artigo 23º e nos artigos 24º e 25º, do presente capítulo.

CAPÍTULO QUINTO – DELIBERAÇÕES DOS ACCIONISTAS.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMA E ÂMBITO DAS DELIBERAÇÕES.

1 – Os accionistas deliberam ou nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título terceiro, do presente livro ou em assembleias gerais regularmente convocadas e reunidas.

2 – Os accionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelo contrato de sociedade e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade.

3 – Sobre matérias de gestão da sociedade, os accionistas só podem deliberar a solicitação do órgão de administração.

ARTIGO SEGUNDO – MESA DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – A mesa da assembleia geral é constituída pelo menos por um presidente e um secretário.

2 – O contrato de sociedade pode determinar que o presidente, o vice-presidente e os secretários da mesa da assembleia geral sejam eleitos por esta, por período não superior a 5 anos, de entre accionistas ou outras pessoas.

3 – Na falta de designação do contrato, na falta de pessoas eleitas nos termos do número anterior ou no caso de não comparência destas, serve de presidente da mesa da assembleia geral o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou do conselho geral e de supervisão e de secretário um accionista presente, escolhido por aquele.

4 – Na falta ou não comparência do presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou do conselho geral e de supervisão, preside à assembleia geral um accionista, por ordem do número de acções de que sejam titulares, pelo que se verificando igualdade do número de acções, deve atender-se sucessivamente à maior antiguidade como accionista e em caso de igualdade ao mais adulto.

ARTIGO TERCEIRO – INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – Aos membros da mesa da assembleia geral das sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e das sociedades que cumpram os critérios referidos na alínea a) do número 2 do artigo 24º, do capítulo seguinte, aplicam-se com as necessárias adaptações os requisitos de independência do disposto no número 5 do artigo 25º e o regime de incompatibilidades previsto no disposto no número 1 do artigo 26º, do capítulo seguinte.

2 – A assembleia geral pode destituir, desde que ocorra justa causa, os membros da mesa da assembleia geral das sociedades referidas no número 1.

3 – É aplicável o disposto no artigo 38º, do capítulo seguinte, com as necessárias adaptações.

ARTIGO QUARTO – ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACCIONISTAS.

1 – As assembleias gerais de accionistas devem ser convocadas sempre que a lei o determine ou o conselho de administração, a comissão de auditoria, o conselho de administração executivo, o conselho fiscal ou o conselho geral e de supervisão entenda conveniente e exigível.

2 – A assembleia geral deve ser convocada quando o requeiram um ou mais accionistas que possuam acções correspondentes a pelo menos 5% do capital social.

3 – O requerimento referido no número anterior, deve ser efectuado por escrito e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, indicando com precisão os assuntos a incluir na ordem do dia e justificando a necessidade e exigência da reunião da assembleia.

4 – O presidente da mesa da assembleia geral deve promover a publicação da convocatória nos 15 dias seguintes à recepção do requerimento, devendo a assembleia reunir antes de decorridos 30 dias a contar da publicação da convocatória.

5 – O presidente da mesa da assembleia geral, sempre que não defira o requerimento dos accionistas ou não convoque a assembleia geral nos termos do disposto no número 4, deve justificar por escrito a sua decisão, dentro do referido prazo de 15 dias.

6 – Os accionistas cujos requerimentos não forem deferidos podem requerer a convocação judicial da assembleia geral.

7 – Constituem encargo da sociedade as despesas ocasionadas pela convocação e reunião da assembleia geral, bem como as custas judiciais nos casos previstos no número anterior, se o órgão de soberania jurídico competente julgar procedente o requerimento.

ARTIGO QUINTO – ASSEMBLEIA GERAL ANUAL.

1 – A assembleia geral dos accionistas deve reunir no prazo de 62 dias a contar da data de encerramento do exercício, para:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e se for o caso e embora esses assuntos não constem da ordem do dia, proceder à destituição dentro da sua competência ou manifestar a sua desconfiança quanto a administradores;
- d) Proceder às eleições que sejam da sua competência.

2 – O conselho de administração ou o conselho de administração executivo deve solicitar a convocação da assembleia geral referido no número anterior e apresentar as propostas e documentação necessárias para que as deliberações sejam firmadas.

3 – A violação do dever estabelecido pelo número anterior, não impede a convocação posterior da assembleia geral, mas sujeita os infractores às sanções cominadas na lei.

ARTIGO SEXTO – CONVOCAÇÃO E FORMA DA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – As assembleias gerais são convocadas pelo presidente da mesa ou nos casos especiais previstos na lei, pela comissão de auditoria, pelo conselho geral e de supervisão, pelo conselho fiscal ou pelo órgão de soberania jurídico competente.

2 – A convocatória deve ser publicada.

3 – O contrato de sociedade pode exigir outras formas de comunicação aos accionistas, nomeadamente as publicações podem ser substituídas por carta registada ou em relação aos accionistas que comuniquem previamente o seu consentimento, por correio electrónico com recibo de leitura.

4 – Entre a última divulgação e a data da reunião da assembleia geral deve mediar pelo menos 30 dias, devendo mediar entre a expedição das cartas registadas ou mensagens de correio electrónico referidas no número anterior e a data da reunião pelo menos 21 dias.

5 – A convocatória quer publicada, quer enviada por carta registada ou correio electrónico, deve conter pelo menos:

- a) As menções exigidas pelo disposto no artigo 6º, do capítulo décimo quarto, do título terceiro, do presente título;
- b) O lugar, o dia e a hora da reunião;
- c) A indicação da espécie, geral ou especial, da assembleia geral;
- d) Os requisitos a que porventura estejam subordinados a participação e o exercício do direito de voto;
- e) A ordem do dia;
- f) Se o voto por correspondência não for proibido pelos estatutos, descrição do modo como o mesmo se processa, incluindo o endereço físico ou electrónico, as condições de segurança, o prazo para a recepção das declarações de voto e a data do cômputo das mesmas.

6 – As assembleias gerais são realizadas:

- a) Na sede da sociedade ou noutro local escolhido pelo presidente da mesa dentro do espaço territorial português, desde que as instalações desta não permitam a reunião em condições satisfatórias;
- b) Salvo disposição em contrário no contrato de sociedade, através de meios telemáticos, devendo a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respectivos intervenientes.

7 – O conselho fiscal, a comissão de auditoria ou o conselho geral e de supervisão só podem convocar a assembleia geral dos accionistas depois de ter sem resultado

requerido a convocação ao presidente da mesa da assembleia geral, competindo a esses órgãos nesse caso, fixar a ordem do dia, bem como se ocorrerem motivos que o justifiquem escolher um local ou meio de reunião diverso da reunião física na sede nos termos do número anterior.

8 – O aviso convocatório deve mencionar claramente o assunto sobre o qual a deliberação seja firmada, devendo sempre que este assunto for a alteração do contrato de sociedade mencionar as cláusulas a modificar, suprimir ou aditar e o texto integral das cláusulas propostas ou a indicação de que tal texto fica à disposição dos accionistas na sede social a partir da data da publicação, sem prejuízo de na assembleia serem propostas pelos sócios redações diferentes para as mesmas cláusulas ou serem deliberadas alterações de outras cláusulas que forem necessárias em consequência de alterações relativas a cláusulas mencionadas no aviso.

ARTIGO SÉTIMO – INCLUSÃO DE ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA.

1 – O accionista ou accionistas que satisfaçam as condições exigidas pelo disposto no número 2 do artigo 4º, do presente capítulo, podem requerer que na ordem do dia de uma assembleia geral já convocada ou a convocar sejam incluídos determinados assuntos.

2 – O requerimento referido no número anterior, deve ser dirigido por escrito ao presidente da mesa da assembleia geral nos 5 dias seguintes à última publicação da convocatória respectiva.

3 – Os assuntos incluídos na ordem do dia por força do disposto nos números anteriores, devem ser comunicados aos accionistas pela mesma forma usada para a convocação até 5 dias ou 10 dias antes da data da assembleia geral, conforme se trate de carta registada ou comunicação electrónica ou de publicação.

4 – Não sendo satisfeito o requerimento, podem os interessados requerer judicialmente a convocação de nova assembleia geral para deliberar sobre os assuntos mencionados, aplicando-se o disposto no número 7 do artigo 4º, do presente capítulo.

ARTIGO OITAVO – PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA.

1 – Tem direito de estar presente na assembleia geral e aí discutir e votar os accionistas que segundo a lei e o contrato tiverem direito a pelo menos um voto.

2 – Os accionistas sem direito de voto e os obrigacionistas podem assistir às assembleias gerais e participar na discussão dos assuntos indicados na ordem do dia, se o contrato de sociedade não determinar o contrário.

3 – Podem ainda estar presentes nas assembleias gerais de accionistas os representantes comuns de titulares de acções preferenciais sem voto e de obrigacionistas.

4 – Devem estar presentes nas assembleias gerais de accionistas os administradores, os membros do conselho fiscal ou do conselho geral e de supervisão e na assembleia anual, os revisores oficiais de contas que tenham examinado as contas.

5 – Sempre que o contrato de sociedade exija a posse de um certo número de acções para conferir voto, poderão os accionistas possuidores de menor número de acções agrupar-se de forma a completar o número exigido ou um número superior e fazer-se representar por um dos agrupados.

6 – A presença na assembleia geral de qualquer pessoa não indicada nos números anteriores, depende de autorização do presidente da mesa, mas a assembleia pode revogar essa autorização.

ARTIGO NONO – REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS.

1 – O contrato de sociedade não pode proibir ou limitar a participação de accionista em assembleia geral através de representante.

2 – Como instrumento de representação voluntária basta um documento escrito com assinatura, dirigido ao presidente da mesa, ficando tais documentos arquivados na sociedade pelo período obrigatório de conservação de documentos.

ARTIGO DÉCIMO – SOLICITAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO.

1 – Se um accionista solicitar representações de mais de cinco accionistas para votar em assembleia geral, deve observar-se o disposto nas alíneas e números seguintes:

- a) A representação é concedida apenas para uma assembleia especificada, mas valerá quer esta se efectue em primeira quer em segunda convocação;
- b) A concessão de representação é revogável, produzindo revogação a presença do representado na assembleia;
- c) O pedido de representação deve conter pelo menos a especificação da assembleia, pela indicação do lugar, dia e da hora da reunião e da ordem do dia, as indicações sobre consultas de documentos por accionistas, a indicação precisa da pessoa ou das pessoas que são oferecidas como representante, o sentido em que o representante exercerá o voto na falta de instruções do representado, a menção de que caso surjam circunstâncias imprevistas, o representante votará no sentido de que julgue satisfazer melhor os interesses do representado.

2 – A sociedade não pode nem por si, nem por pessoa interposta solicitar representações a favor de quem quer que seja, não podendo os membros da comissão de auditoria, do conselho fiscal, do conselho geral e de supervisão ou os respectivos revisores oficiais de contas solicitá-las, nem ser indicadas como representantes.

3 – No caso de o accionista solicitado conceder a representação e dar instruções quanto ao voto, pode o solicitante não aceitar a representação, mas deverá comunicar urgentemente esse facto àquele accionista.

4 – Do mesmo modo devem ser comunicados aos representantes com as devidas explicações, os votos emitidos no caso previsto na parte final da alínea c) do número 1.

5 – O solicitante da representação deve enviar à sua custa ao accionista representado cópia da acta da assembleia geral.

6 – Se não for observado o disposto nos números anteriores, um accionista não pode representar mais do que cinco outros accionistas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LISTA DE PRESENÇAS.

1 – O presidente da assembleia geral deve mandar organizar a lista dos accionistas que estiverem presentes e representados no início da reunião.

2 – A lista de presenças deve indicar:

- a) O nome e o domicílio de cada um dos accionistas presentes;
- b) O nome e o domicílio de cada um dos accionistas representados e dos seus representantes;
- c) O número, a categoria e o valor nominal das acções pertencentes a cada accionista presente ou representado.

3 – Os accionistas presentes e os representantes de accionistas devem rubricar a lista de presenças no lugar respectivo.

4 – A lista de presenças deve ficar arquivada na sociedade, podendo ser consultada por qualquer accionista e desta será fornecida cópia aos accionistas que a solicitem.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – QUÓRUM.

1 – A assembleia geral pode deliberar em primeira convocação qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados, salvo o disposto no número seguinte ou no contrato de sociedade.

2 – Para que a assembleia geral possa deliberar em primeira convocação sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada sem a especificar, devem estar presentes ou representados accionistas que detenham pelo menos acções correspondentes a um terço do capital social.

3 – Em segunda convocação, a assembleia geral pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por estes representado.

4 – Na convocatória de uma assembleia geral pode logo ser fixada uma segunda data de reunião para o caso de a assembleia geral não poder reunir-se na primeira data marcada, por falta de representação do capital exigido pela lei ou pelo contrato de sociedade, contando que entre as duas datas mediem mais de 15 dias, aplicando-se ao funcionamento da assembleia geral que reúna na segunda data fixada as normas relativas à assembleia de segunda convocação.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – VOTOS.

1 – Na falta de diferente cláusula contratual, a cada acção corresponde um voto.

2 – O contrato de sociedade pode:

- a) Fazer corresponder um só voto a um certo número de acções, contando que sejam abrangidas todas as acções emitidas pela sociedade e fique competindo um voto, pelo menos a cada 100 contos de capital;
- b) Estabelecer que não sejam contados votos acima de certo número, quando emitidos por um só accionista em nome próprio e também como representante de outros accionistas.

3 – A limitação de votos permitida na alínea b) do número anterior, pode ser estabelecida para todas as acções ou apenas para acções de uma ou mais categorias, mas não para accionistas determinados.

4 – A partir da mora na realização de entradas de capital e enquanto esta durar, o accionista não pode exercer o direito de voto.

5 – É proibido estabelecer no contrato voto plural.

6 – Um accionista não pode votar nem por si nem por um representante, nem em representação de outrem, sempre que a lei expressamente o proíba ou ainda sempre que a deliberação incida sobre:

- a) Liberação de uma obrigação ou responsabilidade própria do accionista, quer nessa qualidade, quer na de membro de órgão de administração ou de fiscalização;
- b) Litígio sobre pretensão da sociedade contra o accionista ou deste contra aquela, quer antes, quer depois do recurso a órgão de soberania jurídico competente;
- c) Destituição por justa causa, do seu cargo de titular de órgão social;
- d) Qualquer relação estabelecida ou a estabelecer entre a sociedade e o accionista, estranha ao contrato de sociedade.

7 – O disposto no número anterior, não pode ser preterido pelo contrato de sociedade.

8 – A forma de exercício do voto pode ser determinada pelo contrato de sociedade, por deliberação dos sócios ou por decisão do presidente da assembleia geral.

9 – Se os estatutos não proibirem o voto por correspondência, devem regular o seu exercício, estabelecendo nomeadamente a forma de se verificar a autenticidade do voto e de assegurar até ao momento da votação, a sua confidencialidade e escolher entre uma das seguintes opções para o seu tratamento:

- a) Determinar que os votos assim emitidos valham como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à emissão do voto;
- b) Autorizar a emissão de votos até ao máximo de 5 dias seguintes ao da realização da assembleia geral, caso em que o cômputo definitivo dos votos é realizado até ao sétimo dia posterior ao da realização da

assembleia geral e se assegura a divulgação imediata do resultado da votação.

10 – Na falta de previsão dos estatutos, aplica-se a alínea a) do número anterior.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – UNIDADE DE VOTO.

1 – Um accionista que disponha de mais de um voto não pode fraccionar os seus votos para votar em sentidos diversos sobre a mesma proposta ou para deixar de votar com todas as suas acções providas de direito de voto.

2 – Um accionista que represente outros accionistas pode votar em sentidos diversos com as suas acções e as dos representados, bem como deixar de votar com as suas acções ou com as dos seus representados.

3 – O disposto no número anterior, é aplicável ao exercício de direito de voto como usufrutuário, credor pignoratício ou representante de contitulares de acções, bem como representante de uma associação ou sociedade cujos sócios tenham deliberado votar em sentidos diversos, segundo determinado critério.

4 – A violação do disposto no número 1, produz a nulidade de todos os votos emitidos pelo accionista.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – MAIORIA.

1 – A assembleia geral delibera por maioria de votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social nesta representado, salvo disposição diversa da lei ou do contrato de sociedade, não contando as abstenções.

2 – Na deliberação sobre a designação de titulares de órgãos sociais ou de revisores ou sociedades de revisores oficiais de contas, se houver várias propostas, fará vencimento aquela que tiver a seu favor maior número de votos.

3 – A deliberação sobre algum dos assuntos referidos no número 2 do artigo 12º, do presente capítulo, deve ser aprovada por dois terços de votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira, quer em segunda convocação.

4 – Se na assembleia geral reunida em segunda convocação estiverem presentes ou representados accionistas detentores de pelo menos metade do capital social, a deliberação sobre algum dos assuntos referidos no número 2 do artigo 12º, do presente capítulo, pode ser firmada pela maioria dos votos emitidos.

5 – Sempre que a lei ou o contrato de sociedade exijam uma maioria qualificada, determinada em função do capital da sociedade, não são consideradas para o cálculo dessa maioria as acções cujos titulares estejam legalmente impedidos de votar quer em geral, quer no caso concreto, nem funcionam, a não ser que o contrato de sociedade disponha diferentemente as limitações de voto permitidas pelo disposto na alínea b) do número 2 do artigo 13º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – SUSPENSÃO DA SESSÃO.

- 1 – Para além das suspensões normais determinadas pelo presidente da mesa, a assembleia geral pode deliberar suspender o exercício.
- 2 – O recomeço do exercício deve ser logo fixado para data que não diste mais de 62 dias.
- 3 – A assembleia só pode deliberar suspender a mesma sessão duas vezes.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ACTAS.

- 1 – Deve ser lavrada uma acta de cada reunião da assembleia geral.
- 2 – As actas das reuniões da assembleia geral devem ser redigidas e assinadas por quem nestas tenha servido como presidente e secretário.
- 3 – A assembleia geral pode contudo deliberar que a acta seja submetida à sua aprovação antes de assinada nos termos do número anterior.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ASSEMBLEIAS ESPECIAIS DE ACCIONISTAS.

- 1 – As assembleias especiais de titulares de acções de certa categoria são convocadas, reúnem-se e funcionam nos termos prescritos pela lei e pelo contrato de sociedade para as assembleias gerais.
- 2 – Sempre que a lei exija maioria qualificada para uma deliberação da assembleia geral, igual maioria é exigida para a deliberação das assembleias especiais sobre o mesmo assunto.
- 3 – Não há assembleias especiais de titulares de acções ordinárias.

CAPÍTULO SEXTO – ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E SECRETÁRIO DA SOCIEDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

- 1 – O conselho de administração é composto pelo número de administradores fixados no contrato de sociedade.
- 2 – O contrato de sociedade pode dispor que a sociedade tenha um só administrador, desde que o capital social não exceda 50 000 contos, aplicando-se ao administrador único as disposições relativas ao conselho de administração que não pressuponham a pluralidade de administradores.

3 – Os administradores podem não ser accionistas, mas devem ser pessoas singulares com capacidade jurídica plena.

4 – Se uma pessoa colectiva for designada administrador, deve nomear uma pessoa singular para exercer o cargo em nome próprio, respondendo a pessoa colectiva solidariamente com a pessoa designada pelos actos desta.

5 – O contrato de sociedade pode autorizar a eleição de administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos.

ARTIGO SEGUNDO – DESIGNAÇÃO.

1 – Os administradores podem ser designados no contrato de sociedade ou eleitos pela assembleia geral ou constitutiva.

2 – No contrato de sociedade pode estipular-se que a eleição dos administradores deve ser aprovada por votos correspondentes a determinada percentagem do capital ou que a eleição de alguns destes em número não superior a um terço do total, deve ser também aprovada pela maioria dos votos conferidos a certas acções, mas não pode ser atribuído a certas categorias de acções o direito de designação de administradores.

3 – Os administradores são designados por um período fixado no contrato de sociedade, não excedente a 5 anos civis, contando-se como completo o ano civil em que os administradores forem designados, pelo que na falta de indicação do contrato de sociedade, compreende-se que a designação é realizada por 5 anos civis, sendo permitida a reeleição.

4 – Embora designados por prazo certo, os administradores mantêm-se em funções até nova designação, sem prejuízo do disposto nos artigos 5º, 14º e 15º, do presente capítulo.

5 – A aceitação do cargo pela pessoa designada pode ser manifestada expressa ou tacitamente.

6 – Não é permitido aos administradores fazerem-se representar no exercício do seu cargo, a não ser no caso previsto pelo número 5 do artigo 21º, do presente capítulo e sem prejuízo da possibilidade de delegação de poderes nos casos previstos na lei.

7 – O disposto no número anterior, não exclui a faculdade de a sociedade por intermédio dos administradores que a representam, nomear mandatários ou procuradores para a prática de determinados actos ou categorias de actos, sem necessidade de cláusula contratual expressa.

ARTIGO TERCEIRO – NORMAS ESPECIAIS DE ELEIÇÃO.

1 – O contrato de sociedade pode estabelecer que para um número de administradores não excedente a um terço do órgão, se proceda a eleição isolada, entre pessoas propostas em lista subscritas por grupos de accionistas, contando que nenhum

desses grupos possua acções representativas de mais de 20% e de menos de 10% do capital social.

2 – Cada lista referida no número anterior, deve propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher.

3 – O mesmo acionista não pode subscrever mais de uma lista.

4 – Se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto dessas listas.

5 – A assembleia geral não pode proceder à eleição de outros administradores enquanto não tiver sido eleito de harmonia com o número 1, o número de administradores para o efeito fixado no contrato, salvo se não forem apresentadas as referidas listas.

6 – O contrato de sociedade pode ainda estabelecer que uma minoria de accionistas que tenha votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos administradores, tenha o direito de designar pelo menos um administrador, contando que essa minoria represente pelo menos 10% do capital social.

7 – Nos sistemas previstos nos números anteriores, a eleição é realizada entre os accionistas que tenham votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos administradores na mesma assembleia e os administradores assim eleitos substituem automaticamente as pessoas menos votadas da lista vencedora ou em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em último lugar na mesma lista.

8 – Nas sociedades com subscrição pública ou concessionárias do estado ou de entidade a este equiparada por lei, é obrigatória a inclusão no contrato de algum dos sistemas previstos no presente artigo, pelo que sendo o contrato omissivo, aplica-se o disposto nos números 6 e 7.

9 – A alteração do contrato de sociedade para inclusão de algum dos sistemas previstos no presente artigo, pode ser deliberada por maioria simples de votos emitidos na assembleia geral.

10 – Permitindo o contrato de sociedade a eleição de administradores suplentes, aplica-se o disposto nos números anteriores, à eleição de tantos suplentes quantos os administradores a quem aquelas normas tenham sido aplicadas.

11 – Os administradores por parte do estado ou de entidade pública a este equiparado por lei para este efeito, são nomeados nos termos da respectiva legislação.

ARTIGO QUARTO – SUBSTITUIÇÃO DE ADMINISTRADORES.

1 – Os estatutos da sociedade devem fixar o número de faltas a reuniões, seguidas ou interpoladas sem justificação, aceite pelo órgão de administração, que conduz a uma falta definitiva do administrador.

2 – A falta definitiva de administrador deve ser declarada pelo órgão de administração.

3 – Faltando definitivamente um administrador, deve proceder-se à sua substituição nos termos seguintes:

- a) Pela chamada de suplentes efectuada pelo presidente, conforme a ordem por que figurem na lista submetida à assembleia geral dos accionistas;
- b) Não havendo suplentes por cooptação, salvo se os administradores em exercício não forem em número suficiente para o conselho poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação no prazo de 62 dias a contar da falta, o conselho fiscal ou a comissão de auditoria designa o substituto;
- d) Por eleição de novo administrador.

4 – A cooptação e a designação pelo conselho fiscal ou pela comissão de auditoria devem ser submetidas a ratificação na primeira assembleia geral seguinte.

5 – As substituições efectuadas nos termos do número 1, duram até ao fim do período para o qual os administradores foram eleitos.

6 – Só haverá substituições temporárias no caso de suspensão de administradores, aplicando-se o disposto no número 1.

7 – Faltando administrador eleito ao abrigo das normas especiais estabelecidas no artigo anterior, chama-se o respectivo suplente e não o havendo, procede-se a nova eleição, à qual se aplicam com as necessárias adaptações aquelas normas especiais.

ARTIGO QUINTO – NOMEAÇÃO JUDICIAL DE ADMINISTRADORES.

1 – Sempre que durante mais de 62 dias não tenha sido possível reunir o conselho de administração, por não haver bastantes administradores efectivos e não se ter procedido às substituições previstas no artigo anterior, bem como sempre que tenham decorrido mais de 183 dias sobre o termo do prazo para que foram eleitos os administradores sem se ter efectuado nova eleição, qualquer accionista pode requerer a nomeação judicial de um administrador, até se proceder à eleição daquele conselho.

2 – O administrador nomeado judicialmente é equiparado ao administrador único, permitido pelo número 2 do artigo 1º, do presente capítulo.

3 – Nos casos previstos no número 1, os administradores ainda existentes terminam as suas funções na data da nomeação judicial de administrador.

ARTIGO SEXTO – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – O contrato de sociedade pode estabelecer que a assembleia geral que eleger o conselho de administração designe o respectivo presidente.

2 – Na falta de cláusula contratual prevista no número anterior, o conselho de administração escolherá o seu presidente, podendo substituí-lo em qualquer tempo.

3 – Ao presidente é atribuído voto de qualidade nas deliberações do conselho nas seguintes situações:

- a) Sempre que o conselho seja composto por um número par de administradores;
- b) Nos restantes casos, se o contrato de sociedade o estabelecer.

4 – Nos casos referidos na alínea a) do número anterior, nas ausências e impedimentos do presidente, tem voto de qualidade o membro do conselho ao qual tenha sido atribuído esse direito no respectivo acto de designação.

ARTIGO SÉTIMO – CAUÇÃO.

1 – A responsabilidade de cada administrador deve ser caucionada por alguma das formas admitidas na lei, na importância que seja fixada no contrato, não podendo ser inferior a 50 000 contos para as sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, nem para as sociedades que cumpram os critérios da alínea a) do número 2 do artigo 24º, do presente capítulo e a 10 000 contos para as demais sociedades.

2 – A caução pode ser substituída por um contrato de seguro a favor dos titulares de indemnizações, cujos encargos não podem ser suportados pela sociedade, salvo na parte em que a indemnização exceda o mínimo fixado no número anterior.

3 – Excepto nas sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e nas sociedades que cumpram os critérios da alínea a) do número 2 do artigo 24º, do presente capítulo, a caução pode ser dispensada por deliberação da assembleia geral ou constitutiva que eleja o conselho de administração ou um administrador e ainda quando a designação tenha sido realizada no contrato de sociedade, por disposição deste.

4 – A responsabilidade deve ser caucionada nos 30 dias seguintes à designação ou eleição e a caução deve manter-se até ao fim do ano civil seguinte àquele em que o administrador cesse as suas funções por qualquer causa, sob pena de cessação imediata de funções.

ARTIGO OITAVO – NEGÓCIOS COM A SOCIEDADE.

1 – É proibido à sociedade conceder empréstimos ou créditos a administradores, efectuar pagamentos por conta destes, prestar garantias a obrigações por estes contraídas e facultar-lhes adiantamentos de remunerações superiores a 30 dias.

2 – São nulos os contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores, directamente ou por interposta pessoa, se não tiverem sido previamente autorizados por deliberação do conselho de administração na qual o interessado não possa votar e com o parecer favorável do conselho fiscal ou da comissão de auditoria.

3 – O disposto nos números anteriores, é extensivo a actos ou contratos celebrados com a sociedade que estejam em relação de domínio ou de grupo com aquela de que o contraente é administrador.

4 – No seu relatório anual, o conselho de administração deve especificar as autorizações que tenha concedido ao abrigo do número 2 e o relatório do conselho fiscal ou da comissão de auditoria deve mencionar os pareceres proferidos sobre essas autorizações.

ARTIGO NONO – EXERCÍCIO DE OUTRAS ACTIVIDADES.

1 – Durante o período para o qual foram designados, os administradores não podem exercer na sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato laboral, subordinado ou autónomo, nem podem celebrar quaisquer desses contratos que visem uma prestação de serviços quando cessarem as funções de administrador.

2 – Sempre que for designado administrador uma pessoa que na sociedade ou nas sociedades referidas no número anterior, exerça qualquer das funções aí mencionadas, os contratos relativos a tais funções extinguem-se se tiverem sido celebrados há menos de 1 ano antes da designação ou suspendem-se caso tenham durado mais do que esse ano.

3 – Na falta de autorização da assembleia geral, os administradores não podem exercer por conta própria ou alheia actividade concorrente da sociedade, nem exercer funções em sociedade concorrente ou ser designados por conta ou em representação desta.

4 – A autorização a que se refere o número anterior, deve definir o regime de acesso à informação sensível por parte do administrador.

5 – Aplica-se o disposto nos números 2, 5 e 6 do artigo 3º, do capítulo sexto, do título anterior.

ARTIGO DÉCIMO – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.

1 – Compete à assembleia geral de accionistas ou a uma comissão por aquela nomeada fixar as remunerações de cada um dos administradores, tendo presente as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.

2 – A remuneração pode ser certa ou consistir parcialmente numa percentagem dos lucros de exercício, mas a percentagem máxima destinada aos administradores deve ser autorizada por cláusula do contrato de sociedade.

3 – A percentagem referida no número anterior, não incide sobre distribuição de reservas, nem sobre qualquer parte do lucro do exercício que não pudesse por lei ser distribuída aos accionistas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SUSPENSÃO DE ADMINISTRADORES.

1 – O conselho fiscal ou a comissão de auditoria pode suspender administradores sempre que:

- a) As suas condições de saúde os impossibilitem temporariamente de exercer as funções;
- b) Outras circunstâncias pessoais obstem a que exerçam as suas funções por tempo presumivelmente superior a 62 dias e solicitem ao conselho fiscal ou à comissão de auditoria a suspensão temporária ou este considere que o interesse da sociedade a exige.

2 – O contrato de sociedade pode regulamentar a situação dos administradores durante o tempo de suspensão, pelo que na falta dessa regulamentação suspendem-se todos os seus poderes, direitos e deveres, excepto os deveres que não pressuponham o exercício efectivo de funções.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INCAPACIDADE SUPERVENIENTE.

1 – Caso ocorra posteriormente à designação do administrador, alguma incapacidade ou incompatibilidade que constituísse impedimento a essa designação e o administrador não deixe de exercer o cargo ou não remova a incompatibilidade superveniente no prazo de 30 dias, deve o conselho fiscal ou a comissão de auditoria declarar o termo das suas funções.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REFORMA DOS ADMINISTRADORES.

1 – O contrato de sociedade pode estabelecer um regime de reforma por idade ou invalidez dos administradores, a cargo da sociedade.

2 – É permitido à sociedade atribuir aos administradores complementos de pensões de reforma, contando que não seja excedida a remuneração em cada momento recebida por um administrador efectivo ou havendo remunerações diferentes, a maior destas.

3 – O direito dos administradores a pensões de reforma ou complementos cessa no momento em que a sociedade se extinguir, podendo no entanto esta realizar à sua custa contratos de seguros contra este risco, no interesse dos beneficiários.

4 – O regulamento de execução do disposto nos números anteriores, deve ser aprovado pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DESTITUIÇÃO DOS ADMINISTRADORES.

1 – Qualquer membro do conselho de administração pode ser destituído por deliberação da assembleia geral, em qualquer momento.

2 – A deliberação de destituição sem justa causa do administrador eleito ao abrigo das normas especiais estabelecidas no disposto no artigo 3º, do presente capítulo, não produz quaisquer efeitos se contra esta tiverem votado accionistas que representem pelo menos 20% do capital social.

3 – Um ou mais accionistas titulares de acções correspondentes a pelo menos 10% do capital social, podem enquanto não tiver sido convocada a assembleia geral para deliberar sobre o assunto requerer a destituição judicial de um administrador com fundamento em justa causa.

4 – Constituem designadamente justa causa de destituição a violação grave dos deveres do administrador e a sua inaptidão para o exercício normal das respectivas funções.

5 – Se a destituição não se fundar em justa causa, o administrador tem direito a indemnização pelos danos sofridos, de acordo com o estipulado no contrato com este celebrado ou nos termos gerais de direito, sem que a indemnização possa exceder o montante das remunerações que presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – RENÚNCIA.

1 – O administrador pode renunciar ao seu cargo mediante carta dirigida ao presidente do conselho de administração ou sendo este o renunciante ao conselho fiscal ou à comissão de auditoria.

2 – A renúncia só produz efeito no final do mês seguinte àquele em que tiver sido comunicada, salvo se entretanto for designado ou eleito o substituto.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – Compete ao conselho de administração gerir as actividades da sociedade, devendo subordinar-se às deliberações dos accionistas ou às intervenções do conselho fiscal ou da comissão de auditoria apenas nos casos em que a lei ou o contrato de sociedade o determinarem.

2 – O conselho de administração tem exclusivos e plenos poderes de representação da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PODERES DE GESTÃO.

1 – Compete ao conselho de administração deliberar sobre qualquer assunto de administração da sociedade, nomeadamente sobre:

- a) Escolha do seu presidente, sem prejuízo do disposto no artigo 6º, do presente capítulo;
- b) Cooptação de administradores;
- c) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- d) Relatório e contas anuais;
- e) Aquisição, alienação e oneração de bens móveis;
- f) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- g) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- h) Extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade;
- i) Modificações importantes na organização da empresa;
- j) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- k) Mudança de sede e aumentos de capital nos termos previstos no contrato de sociedade;
- l) Projectos de fusão, cisão e transformação da sociedade;
- m) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DELEGAÇÃO DE PODERES DE GESTÃO.

1 – A não ser que o contrato de sociedade o proíba, pode o conselho de administração encarregar especialmente algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias de administração.

2 – O encargo especial referido no número anterior, não pode abranger as matérias previstas na alínea a) a l) do artigo anterior e não exclui a competência normal dos demais administradores ou do conselho de administração, nem a responsabilidade daqueles nos termos da lei.

3 – O contrato de sociedade pode autorizar o conselho administração a delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva a gestão corrente da sociedade.

4 – A deliberação do conselho de administração deve fixar os limites da delegação, na qual podem ser incluídas as matérias previstas nas alíneas a) a d), f), k) e l) do artigo anterior e no caso de criar uma comissão, deve estabelecer a composição e o modo de funcionamento desta.

5 – Em caso de delegação, o conselho de administração ou os membros da comissão executiva devem designar um presidente da comissão executiva.

6 – O presidente da comissão executiva deve:

- a) Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do conselho de administração, relativamente à actividade e às deliberações da comissão executiva;

- b) Assegurar o cumprimento dos limites da delegação, da estratégia da sociedade e dos deveres de colaboração perante o presidente do conselho de administração.

7 – Ao presidente da comissão executiva é aplicável com as devidas adaptações o disposto no número 3 do artigo 6º, do presente capítulo.

8 – A delegação prevista nos números 3 e 4, não exclui a competência do conselho de administração para firmar resoluções sobre os mesmos assuntos, sendo os demais administradores responsáveis nos termos da lei, pela vigilância geral de actuação do administrador ou administradores delegados ou da comissão executiva, bem como pelos prejuízos causados por actos ou omissões destes, quando tendo conhecimento de tais actos ou omissões ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do conselho de administração para firmar as medidas adequadas.

ARTIGO DÉCIMO NONO – REPRESENTAÇÃO.

1 – Os poderes de representação do conselho de administração são exercidos conjuntamente pelos administradores, ficando a sociedade vinculada pelos negócios jurídicos concluídos pela maioria dos administradores ou por estes ratificados ou por número destes fixado no contrato de sociedade.

2 – O contrato de sociedade pode dispor que esta fique também vinculada pelos negócios celebrados por um ou mais administradores delegados, dentro dos limites da delegação do conselho de administração.

3 – As notificações ou declarações de terceiros à sociedade podem ser dirigidas a qualquer dos administradores, sendo nula toda a disposição em contrário do contrato de sociedade.

4 – As notificações ou declarações de um administrador cujo destinatário seja a sociedade, devem ser dirigidas ao presidente do conselho de administração ou sendo este o autor, ao conselho fiscal ou à comissão de auditoria.

ARTIGO VIGÉSIMO – VINCULAÇÃO DA SOCIEDADE.

1 – Os actos praticados pelos administradores em nome da sociedade e dentro dos poderes que a lei lhe confere, vinculam-na para com terceiros não obstante as limitações constantes do contrato de sociedade ou resultantes de deliberação dos accionistas, mesmo que tais limitações estejam publicadas.

2 – A sociedade pode no entanto opor a terceiros as limitações de poderes resultantes do seu objecto social, se provar que o terceiro sabia ou não podia ignorar tendo presente as circunstâncias, que o acto praticado não respeitava essa cláusula e se entretanto a sociedade o não afirmou por deliberação expressa ou tácita dos accionistas.

3 – O conhecimento referido no número anterior, não pode ser provado apenas pela publicidade dada ao contrato de sociedade.

4 – Os administradores obrigam a sociedade apondo a sua assinatura, com a indicação dessa qualidade.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REUNIÕES E DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – O conselho de administração reúne sempre que for convocado pelo presidente ou por outros dois administradores.

2 – O conselho de administração deve reunir pelo menos uma vez em cada mês, salvo disposição diversa do contrato de sociedade.

3 – Os administradores devem ser convocados por escrito, com a antecedência adequada, salvo sempre que o contrato de sociedade preveja a reunião em datas prefixadas ou outra forma de convocação.

4 – O conselho de administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

5 – O contrato de sociedade pode permitir que qualquer administrador se faça representar numa reunião por outro administrador, mediante carta dirigida ao presidente, mas cada instrumento de representação não pode ser utilizado mais do que uma vez.

6 – O administrador não pode votar sobre assuntos em que tenha por conta própria ou de terceiros, um interesse em conflito com o da sociedade, devendo em caso de conflito o administrador informar o presidente sobre o mesmo.

7 – As deliberações são formadas por maioria de votos dos administradores presentes ou representados e dos que caso o contrato de sociedade o permita, votem por correspondência.

8 – Se não for proibido pelos estatutos, as reuniões do conselho de administração podem realizar-se através de meios telemáticos, se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respectivos intervenientes.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INVALIDADE DE DELIBERAÇÕES.

1 – São nulas as deliberações do conselho de administração:

- a) Firmadas em conselho não convocado, salvo se todos os administradores tiverem estado presentes ou representados ou caso o contrato de sociedade o permita tiverem votado por correspondência;
- b) Cujo conteúdo não esteja por natureza sujeito a deliberação do conselho de administração;
- c) Cujo conteúdo seja ofensivo da moral e dos bons costumes ou de preceitos legais imperativos.

2 – É aplicável com as necessárias adaptações o disposto nos números 2 e 3 do artigo 4º, do capítulo quarto, do título terceiro, do presente livro.

3 – São anuláveis as deliberações que violem disposições quer da lei, sempre que ao caso não se lhe atribua nulidade, quer do contrato de sociedade.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ARGUIÇÃO DA INVALIDADE DE DELIBERAÇÕES.

1 – O próprio conselho de administração ou a assembleia geral pode declarar a nulidade ou anular deliberações do conselho de administração viciadas, a requerimento de qualquer accionista com direito de voto, dentro do prazo de 1 ano, a partir do conhecimento da irregularidade, mas não depois de decorridos 3 anos a contar da data da deliberação.

2 – Os prazos referidos no número anterior, não se aplicam quando se trate de apreciação pela assembleia geral de actos de administradores, podendo então a assembleia geral deliberar sobre a declaração de nulidade ou anulação, mesmo que o assunto não conste da convocatória.

3 – A assembleia geral dos accionistas pode contudo ratificar qualquer deliberação anulável do conselho de administração ou substituir por uma deliberação sua a deliberação nula, desde que esta não verse sobre matéria da exclusiva competência do conselho de administração.

4 – Os administradores não devem executar ou consentir que sejam executadas deliberações nulas.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA DA FISCALIZAÇÃO.

1 – A fiscalização das sociedades que adoptem a modalidade prevista na alínea a) do número 1 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do presente título, compete:

- a) A um fiscal único, que deve ser revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas ou um conselho fiscal; ou
- b) A um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão.

2 – A fiscalização de sociedade nos termos previstos na alínea b) do número anterior:

- a) É obrigatória em relação a sociedades que sejam emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sociedades que não sendo totalmente dominadas por outra sociedade que adopte este modelo durante 2 anos consecutivos, ultrapassem dois dos seguintes limites:

1. Total do balanço – 5 000 000 contos;

2. Total das vendas líquidas e outros proveitos – 5 000 000 contos;
3. Número de profissionais empregados em média durante o exercício – 100;

b) É facultativa nos demais casos.

3 – O fiscal único terá sempre um suplente, que será igualmente revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

4 – O conselho fiscal é composto pelo número de membros fixado nos estatutos, no mínimo de três elementos efectivos.

5 – Sendo três os membros efectivos do conselho fiscal, deve existir um ou dois suplentes, havendo sempre dois suplentes quando o número de membros for superior.

6 – O fiscal único rege-se pelas disposições legais respeitantes ao revisor oficial de contas e subsidiariamente na parte aplicável, pelo disposto quanto ao conselho fiscal e aos seus membros.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – COMPOSIÇÃO QUALITATIVA.

1 – O fiscal único e o suplente têm de ser revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas e não podem ser accionistas.

2 – O conselho fiscal deve incluir um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, salvo se for adoptada a modalidade referida na alínea b) do número 1 do artigo anterior.

3 – Os restantes membros do conselho fiscal podem ser sociedades de advogados, sociedades de revisores oficiais de contas ou accionistas, mas neste último caso devem ser pessoas singulares com capacidade jurídica plena e devem ter as qualificações e a experiência profissional adequadas ao exercício das suas funções.

4 – Nos casos previstos na alínea a) do número 2 do artigo anterior, o conselho fiscal deve incluir pelo menos um membro que tenha curso superior adequado ao exercício das suas funções e conhecimentos em auditoria ou contabilidade e que seja independente.

5 – Considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem que se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a) Ser titular ou actuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 1% do capital social da sociedade;
- b) Ter sido reeleita por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

6 – Em sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, o conselho fiscal deve ser composto por uma maioria de membros independentes.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – INCOMPATIBILIDADES.

1 – Não podem ser eleitos ou designados membros do conselho fiscal, fiscal único ou revisor oficial de contas:

- a) Os beneficiários de vantagens particulares da própria sociedade;
- b) Os que exerçam funções de administração na própria sociedade;
- c) Os membros dos órgãos de administração da sociedade que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a sociedade fiscalizada;
- d) O sócio da sociedade em nome colectivo que se encontre em relação de domínio com a sociedade fiscalizada;
- e) Os que de modo directo ou indirecto, prestem serviços ou estabeleçam relação comercial significativa com a sociedade fiscalizada ou sociedades que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo;
- f) Os que exerçam funções em empresas concorrentes e que actuem em representação ou por conta desta ou que por qualquer outra forma estejam vinculadas a interesses de empresa concorrente;
- g) Os cônjuges, parentes e afins na linha directa recta e até ao terceiro grau inclusive na linha colateral, de pessoas impedidas por força do disposto nas alíneas a) a d) e f), bem como os cônjuges das pessoas abrangidas pelo disposto na alínea e);
- h) Os que exerçam funções de administração ou de fiscalização em cinco sociedades, exceptuando as sociedades de advogados e as sociedades de revisores oficiais de contas, sempre que a cada um dos seus sócios não correspondam funções de administração ou de fiscalização em cinco sociedades, aplicando-se a estes o respectivo código deontológico do exercício de actividade;
- i) Os revisores oficiais de contas em relação aos quais se verifiquem outras incompatibilidades previstas na respectiva legislação;
- j) Os interditos, os inabilitados, os insolventes, os falidos e os condenados a penas que impliquem a inibição ainda que temporária do exercício de funções públicas.

2 – A superveniência de algum dos motivos indicados no número anterior, produz caducidade da designação.

3 – É nula a designação de pessoa relativamente à qual se verifique alguma das incompatibilidades estabelecidas no número 1 do artigo anterior ou nos estatutos da sociedade ou que não possua a capacidade exigida pelo número 3 do mesmo artigo.

4 – A sociedade de revisores oficiais de contas que fizer parte do conselho fiscal deve designar até dois dos seus revisores para assistir às reuniões dos órgãos de fiscalização e de administração e da assembleia geral da sociedade fiscalizada.

5 – A sociedade de advogados que fizer parte do conselho fiscal deve para os efeitos do número anterior, designar um dos seus sócios.

6 – Os revisores designados nos termos do número 4 e os sócios de sociedades de advogados designados nos termos do número anterior, ficam sujeitos às incompatibilidades previstas no número 1.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL.

1 – Se a assembleia geral não o designar, o conselho fiscal deve designar o seu presidente.

2 – Aplica-se com as devidas adaptações o disposto no número 3 do artigo 6º, do presente capítulo.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – DESIGNAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os membros efectivos do conselho fiscal, os suplentes, o fiscal único e o revisor oficial de contas são eleitos pela assembleia geral, pelo período estabelecido no contrato de sociedade, mas não superior a 5 anos, podendo a primeira designação ser realizada no contrato de sociedade ou pela assembleia constitutiva, compreendendo-se na falta de indicação do período por que forem eleitos que a nomeação é realizada por 5 anos.

2 – O contrato ou a assembleia geral designam aquele dos membros efectivos que servirá como presidente, sendo que se o presidente cessar as suas funções antes de terminado o período para que foi designado ou eleito, os demais membros escolherão um destes para desempenhar aquelas funções até ao termo do referido período.

3 – Os membros efectivos do conselho fiscal que se encontrem temporariamente impedidos ou cujas funções tenham cessado são substituídos pelos suplentes, mas o suplente que seja revisor oficial de contas substitui o membro efectivo que tenha a mesma qualificação.

4 – Os suplentes que substituam membros efectivos cujas funções tenham cessado mantêm-se no cargo até à primeira assembleia anual, que procederá ao preenchimento das vagas.

5 – Não sendo possível preencher uma vaga de membros efectivos por faltarem suplentes eleitos, os cargos vagos tanto de membros efectivos como de suplentes, são preenchidos por nova eleição.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – NOMEAÇÃO OFICIOSA DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.

1 – A falta de designação do revisor oficial de contas pelo órgão social competente no prazo legal, deve ser comunicada à arte bastonária dos revisores oficiais de contas nos 15 dias seguintes, por qualquer acionista ou membro dos órgãos sociais.

2 – No prazo de 15 dias a contar da comunicação referida no número anterior, a arte bastonária dos revisores oficiais de contas deve nomear oficiosamente um revisor oficial de contas para a sociedade, podendo a assembleia geral confirmar a designação ou eleger outro revisor oficial de contas para completar o respectivo período de funções.

3 – Aplica-se ao revisor oficial de contas nomeado nos termos do número anterior, o disposto no artigo 26º, do presente capítulo.

ARTIGO TRIGÉSIMO – NOMEAÇÃO JUDICIAL A REQUERIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO OU DE ACCIONISTAS.

1 – Se a assembleia geral não eleger os membros do conselho fiscal ou o fiscal único, efectivos e suplentes, nos termos referidos nos dois artigos anterior, deve a administração da sociedade e pode qualquer accionista requerer a sua nomeação judicial.

2 – Os membros judicialmente nomeados têm direito à remuneração que o órgão de soberania jurídico competente fixar em seu prudente arbítrio e cessam as suas funções logo que a assembleia geral proceda à eleição.

3 – Constituem encargo da sociedade as custas judiciais e o pagamento das remunerações a que se refere o número anterior.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – NOMEAÇÃO JUDICIAL A REQUERIMENTO DE MINORIAS.

1 – A requerimento de accionistas titulares de acções representativas de pelo menos 10% do capital social apresentado nos 30 dias seguintes à assembleia geral que tenha elegido os membros do conselho de administração e do conselho fiscal, pode o órgão de soberania jurídico competente nomear mais um membro efectivo e um suplente para o conselho fiscal, desde que os accionistas requerentes tenham votado contra as propostas que fizeram vencimento e tenham efectuado consignar na acta o seu voto, começando o prazo a correr da data em que foi realizada a última assembleia geral se a eleição dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal foi efectuada em assembleias diferentes.

2 – Havendo várias minorias que exerçam o direito conferido no número anterior, o órgão de soberania jurídico competente pode designar até dois membros efectivos e os respectivos suplentes, apensando-se as acções que correrem simultaneamente, podendo no caso de fiscal único designar outro e o respectivo suplente.

3 – Os membros judicialmente nomeados cessam as suas funções com o termo normal das funções dos membros eleitos, podendo cessá-las em data anterior, se o órgão de soberania jurídico competente deferir o requerimento que com esse fim lhe seja apresentado pelos acionistas que requereram a nomeação.

4 – O conselho fiscal pode com fundamento em justa causa, requerer ao órgão de soberania jurídico competente a substituição do membro judicialmente nomeado, tendo a

mesma faculdade os accionistas que requereram a nomeação e o conselho de administração da sociedade, se esta não tiver conselho fiscal.

5 – Para o efeito do número 1, apenas contam as acções de que os accionistas já fossem titulares pelo menos 92 dias antes da data em que se tiverem realizado as assembleias gerais.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – CAUÇÃO E SEGURO DE RESPONSABILIDADE.

1 – A responsabilidade de cada membro do conselho fiscal, dos revisores oficiais de contas e do fiscal único, deve ser garantida através de caução ou de contrato de seguro, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto no artigo 7º, do presente capítulo.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – DESTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS OU DO FISCAL ÚNICO.

1 – A assembleia geral pode destituir desde que ocorra justa causa os membros do conselho fiscal, o revisor oficial de contas ou o fiscal único que não tenham sido nomeados judicialmente.

2 – Antes de ser firmada a deliberação, as pessoas visadas devem ser escutadas na assembleia geral sobre os factos que lhes são imputados.

3 – A solicitação da administração ou daqueles que tiverem requerido a nomeação, pode o órgão de soberania jurídico competente destituir os membros do conselho fiscal, o revisor oficial de contas ou o fiscal único judicialmente nomeados caso haja justa causa, devendo proceder-se a nova nomeação judicial, se o órgão de soberania jurídico competente ordenar a destituição.

4 – Os membros do conselho fiscal e os revisores são obrigados a apresentar ao presidente da mesa da assembleia geral no prazo de 30 dias, um relatório sobre a fiscalização exercida até ao termo das respectivas funções.

5 – Apresentado o relatório, deve o presidente da mesa da assembleia geral facultar desde logo cópias à administração e ao conselho fiscal e submetê-lo oportunamente a apreciação da assembleia geral.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – COMPETÊNCIAS DO FISCAL ÚNICO E DO CONSELHO FISCAL.

1 – Compete ao fiscal único ou conselho fiscal:

- a) Fiscalizar a administração da sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;

- d) Verificar sempre que o julgue conveniente e pela forma que considere adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por esta recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- f) Verificar se as directrizes contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- g) Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- h) Convocar a assembleia geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- j) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou terceiros;
- k) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a estes cometidos e a situação económica da sociedade;
- l) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

2 – Sempre que seja adoptada a modalidade referida na alínea b) do número 1 do artigo 24º, do presente capítulo, para além das competências referidas no número anterior, compete ainda ao conselho fiscal:

- a) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- b) Propor à assembleia geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- c) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- d) Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

3 – O fiscal único ou qualquer membro do conselho fiscal sempre que o exista, devem proceder conjunta ou separadamente e em qualquer momento do ano a todos os actos de verificação e inspecção que considerem conveniente para o cumprimento das suas obrigações de fiscalização.

4 – O revisor oficial de contas tem especialmente e sem prejuízo da actuação dos demais membros, o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais das contas nos termos previstos no código deontológico do seu exercício profissional, bem como aos outros deveres especiais que a presente lei lhe imponha.

5 – No caso de sociedades que sejam emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, o fiscal único ou o conselho fiscal devem

atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de administração societária divulgado inclui os seguintes elementos:

- a) Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa;
- b) Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para alienação ou limitações à titularidade de acções;
- c) Participações qualificadas no capital social da sociedade;
- d) Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos;
- e) Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos profissionais no capital, na proporção em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes;
- f) Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial;
- g) Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam constituir restrições em matéria de transmissões de valores mobiliários ou de direitos de voto;
- h) Normas aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade;
- i) Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital;
- j) Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos, salvo se pela sua natureza a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais;
- k) Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração ou profissionais que prevejam indemnizações em caso de solicitação de demissão de profissional, despedimento sem justa causa ou cessação da relação laboral na sequência de uma oferta pública de aquisição;
- l) Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira;
- m) Declaração sobre o acolhimento de práticas de administração societária ao qual o emitente se encontre sujeito por força de disposição legal ou regulamentar, especificando as eventuais partes dessas práticas de que diverge e as razões da divergência;

- n) Declaração sobre o acolhimento de práticas de administração societárias ao qual o emitente voluntariamente se sujeite, especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência;
- o) Local onde se encontram disponíveis ao público os textos das práticas de administração societárias aos quais o emitente se encontre sujeito nos termos das alíneas m) e n);
- p) Composição e descrição do modo de funcionamento dos órgãos sociais do emitente, bem como das comissões que sejam criadas no seu seio.

6 – No parecer a que se refere a alínea g) do número 1, o fiscal único ou o conselho fiscal devem exprimir a sua concordância ou não com o relatório anual de gestão e com as contas do exercício, para além de incluir a declaração subscrita por cada um dos seus membros cujos nomes e funções devem ser claramente indicados, onde afirmem que tanto quanto é do seu conhecimento a informação prestada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – DEVER DE VIGILÂNCIA.

1 – Compete ao revisor oficial de contas comunicar imediatamente por carta registada ao presidente do conselho de administração ou do conselho de administração executivo os factos de que tenha conhecimento e que considere revelarem graves dificuldades na prossecução do objecto da sociedade, designadamente reiteradas faltas de pagamentos a fornecedores, protestos de título de crédito, emissão de cheques sem provisão, falta de pagamento de quotizações para a segurança social ou de impostos.

2 – O presidente do conselho de administração ou do conselho de administração executivo deve nos 30 dias seguintes à recepção da carta, responder pela mesma via.

3 – Se o presidente não responder ou a resposta não for considerada satisfatório pelo revisor oficial de contas, este requer ao presidente nos 15 dias seguintes ao termo do prazo previsto no número anterior que convoque o conselho de administração ou o conselho de administração executivo para reunir com a sua presença nos 15 dias seguintes, tendo presente apreciar os factos e firmar as deliberações adequadas.

4 – Se a reunião prevista no número anterior, não se realizar ou se as directrizes adoptadas não forem consideradas adequadas à salvaguarda do interesse da sociedade, o revisor oficial de contas nos 7 dias seguintes ao termo do prazo previsto no número anterior ou à data da reunião, requer por carta registada que seja convocada uma assembleia geral para apreciar e deliberar sobre os factos constantes das cartas referidas nos números 1 e 2 e da acta da reunião referida no número anterior.

5 – O revisor oficial de contas que não cumpra o disposto nos números 1, 3 e 4 é solidariamente responsável com os membros do conselho de administração ou do conselho de administração executivo pelos prejuízos decorrentes para a sociedade.

6 – O revisor oficial de contas não incorre em responsabilidade civil pelos factos referidos nos números 1, 3 e 4.

7 – Qualquer membro do conselho fiscal sempre que exista, deve quando se aperceba de factos que revelem dificuldades na prossecução normal do objecto social, comunicá-los imediatamente ao revisor oficial de contas por carta registada.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – PODERES DO FISCAL ÚNICO E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.

1 – Para o desempenho das suas funções, pode o fiscal único, o revisor oficial de contas ou qualquer membro do conselho fiscal, conjunta ou separadamente:

- a) Obter da administração a apresentação para exame e verificação dos livros, registos e documentos da sociedade, bem como verificar a existência de qualquer classe de valores, designadamente dinheiro, títulos e mercadorias;
- b) Obter da administração ou de qualquer dos administradores informações ou esclarecimentos sobre o curso das operações ou actividades da sociedade ou sobre quaisquer dos seus negócios;
- c) Obter de terceiros que tenham realizado operações por conta da sociedade as informações de que careçam para o exigido esclarecimento de tais operações;
- d) Assistir às reuniões da administração, sempre que o considerem conveniente.

2 – O disposto na alínea c) do número anterior, não abrange a comunicação de documentos ou contratos detidos por terceiros, salvo se for judicialmente autorizada ou solicitada pelo revisor oficial de contas, no uso dos poderes que lhe são conferidos pela legislação que rege a sua actividade.

3 – Nos termos do número anterior, ao direito conferido pela mesma alínea não pode ser oposto segredo profissional que não pudesse ser também oposto à administração da sociedade.

4 – Para o desempenho das suas funções, pode o conselho fiscal deliberar a contratação da prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções.

5 – A contratação e a remuneração dos peritos referidos no número anterior, têm presente a importância dos assuntos a estes cometidos e a situação económica da sociedade.

6 – Na contratação dos peritos referidos nos números anteriores, a sociedade é representada pelos membros do conselho fiscal, aplicando-se com as necessárias adaptações e na forma aplicável o disposto nos artigos 19º e 20º, do presente capítulo.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – DEVERES DO FISCAL ÚNICO E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.

1 – O fiscal único, o revisor oficial de contas ou os membros do conselho fiscal sempre que o exista, têm o dever de:

- a) Participar nas reuniões do conselho e assistir às assembleias gerais, bem como às reuniões da administração para que o presidente os convoque ou em que se apreciem as contas do exercício;
- b) Exercer uma fiscalização conscienciosa e imparcial;
- c) Guardar segredo dos factos e informações de que tiverem conhecimento em razão das suas funções, sem prejuízo do dever enunciado no número 3;
- d) Dar conhecimento à administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenham realizado e do resultado das mesmas;
- e) Informar na primeira assembleia que se realize de todas as irregularidades e inexactidões por estes verificadas, bem como se obtiveram os esclarecimentos de que necessitam para o bom desempenho das suas funções;
- f) Registar por escrito todas as verificações, fiscalizações e diligências que tenham sido realizadas e o resultado das mesmas.

2 – O fiscal único, o revisor oficial de contas e os membros do conselho fiscal não podem aproveitar-se, salvo autorização expressa da assembleia geral, de segredos comerciais ou industriais de que tenham tido conhecimento no desempenho das suas funções.

3 – O fiscal único, o revisor oficial de contas e os membros do conselho fiscal devem participar ao ministério público os factos delituosos de que tenham conhecimento e que constituam crimes públicos.

4 – Perdem o seu cargo o fiscal único, o revisor oficial de contas e os membros do conselho fiscal que sem motivo justificado não assistam durante o exercício social a duas reuniões do conselho ou não compareçam a uma assembleia geral ou a duas reuniões da administração previstas na alínea a) do número 1.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.

1 – A remuneração dos membros do conselho fiscal deve consistir numa quantia fixa.

2 – É aplicável o disposto no número 1 do artigo 10º, do presente capítulo, com as necessárias adaptações.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – REUNIÕES E DELIBERAÇÕES.

1 – O conselho fiscal deve reunir pelo menos todos os trimestres, sendo aplicável o disposto no número 8 do artigo 21º, do presente capítulo.

2 – As deliberações do conselho fiscal são firmadas por maioria, devendo os membros que com estas não concordem fazer inserir na acta os motivos da sua discordância.

3 – De cada reunião deve ser lavrada acta no livro respectivo ou nas folhas soltas, assinada por todos os que nesta tenham participado.

4 – Das actas deve constar sempre a menção dos membros presentes à reunião, bem como um resumo das verificações mais relevantes a que procedam o conselho fiscal ou qualquer dos seus membros e das deliberações firmadas.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – NORMA DE REMISSÃO.

1 – Não havendo conselho fiscal, todas as referências que lhe são atribuídas devem considerar-se referidas ao fiscal único, desde que não pressuponham a pluralidade de membros.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – A comissão de auditoria a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do presente título, é um órgão da sociedade composto por uma parte dos membros do conselho de administração.

2 – A comissão de auditoria é composta pelo número de membros fixados nos estatutos, no mínimo de três elementos efectivos.

3 – Aos membros da comissão de auditoria é vedado o exercício de funções executivas na sociedade e é-lhe aplicável o disposto no artigo 26º, do presente capítulo, com as necessárias adaptações, com excepção do disposto na alínea b) do número 1 do mesmo artigo.

4 – Nas sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e nas sociedades que cumpram os critérios referidos na alínea a) do número 2 do artigo 24º, do presente capítulo, a comissão de auditoria deve incluir pelo menos um membro que tenha curso superior adequado ao exercício das suas funções e conhecimentos em auditoria ou contabilidade e que nos termos do disposto no número 5 do artigo 25º, seja independente.

5 – Em sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, os membros da comissão de auditoria devem na sua maioria ser independentes.

6 – É aplicável o disposto no número 3 do artigo 25º, do presente capítulo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – Os membros da comissão de auditoria são designados nos termos gerais do artigo 2º, do presente capítulo, em conjunto com os demais administradores.

2 – As listas propostas para o conselho de administração devem discriminar os membros que se destinam a integrar a comissão de auditoria.

3 – Se a assembleia geral não o designar, a comissão de auditoria deve designar o seu presidente.

4 – Aplica-se com as necessárias adaptações o disposto no número 3 do artigo 6º, do presente capítulo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – REMUNERAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – A remuneração dos membros da comissão de auditoria deve consistir numa quantia fixa.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – DESTITUIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – A assembleia geral só pode destituir os membros da comissão de auditoria desde que ocorra justa causa.

2 – É aplicável aos membros da comissão de auditoria com as necessárias adaptações o disposto nos números 2, 4 e 5 do artigo 33º, do presente capítulo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – Compete à comissão de auditoria:

- a) Fiscalizar a administração da sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) Verificar quando o julgue conveniente e pela forma que considere adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por esta recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- f) Verificar se as directrizes contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- g) Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, as contas e as propostas apresentados pela administração;

- h) Convocar a assembleia geral, sempre que o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna se existentes;
- j) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou terceiros;
- k) Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- l) Propor à assembleia geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- m) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- n) Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- o) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter presente a importância dos assuntos a estes cometidos e a situação económica da sociedade;
- p) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

2 – É aplicável à comissão de auditoria com as devidas adaptações o disposto nos números 5 e 6 do artigo 34º, do presente capítulo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – DEVERES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – Os membros da comissão de auditoria têm o dever de:

- a) Participar nas reuniões da comissão de auditoria, que devem ter no mínimo periodicidade bimestral;
- b) Participar nas reuniões do conselho de administração e da assembleia geral;
- c) Participar nas reuniões da comissão executiva onde se apreciem as contas do exercício;
- d) Guardar segredo dos factos e das informações de que tiverem conhecimento em razão das suas funções, sem prejuízo do disposto no número 3;
- e) Registrar por escrito todas as verificações, fiscalizações, denúncias recebidas e diligências que tenham sido realizadas e o resultado das mesmas.

2 – Ao presidente da comissão de auditoria é aplicável o disposto no artigo 35º, do presente capítulo, com as necessárias adaptações.

3 – O presidente da comissão de auditoria deve participar ao ministério público os factos delituosos de que tenha tido conhecimento e que constituam crimes públicos.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO – REMISSÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – Tem igualmente aplicação com as necessárias adaptações o disposto nos números 3 a 5 do artigo 1º, no artigo 4º, no número 3 do artigo 6º e nos artigos 8º e 15º, do presente capítulo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

1 – O conselho de administração executivo a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do presente título, é composto pelo número de administradores fixados nos estatutos.

2 – A sociedade só pode ter um único administrador sempre que o seu capital não exceda 50 000 contos.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO – DESIGNAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

1 – Se não forem designados nos estatutos, os administradores são designados:

- a) Pelo conselho geral e de supervisão; ou
- b) Pela assembleia geral, se os estatutos o determinarem.

2 – A designação tem efeitos por um período fixado no contrato de sociedade não excedente a 5 anos civis, contando-se como completo o ano civil em que o conselho de administração executivo foi nomeado, compreendendo-se que a designação é realizada por 5 anos civis, na falta de indicação no contrato.

3 – Embora designados por prazo certo, os administradores mantêm-se em funções até nova designação e a não ser nos casos de destituição ou renúncia, são reelegíveis.

4 – Em caso de falta definitiva ou de impedimento temporário de administradores, compete ao conselho geral e de supervisão providenciar quanto à substituição, sem prejuízo da possibilidade de designação de administradores suplentes nos termos previstos no número 5 do artigo 1º, do presente capítulo e no caso da alínea b) do número 1, da necessidade de ratificação daquela decisão de substituição pela assembleia geral seguinte.

5 – Os administradores não podem fazer-se representar no exercício do seu cargo, sendo-lhes aplicável o disposto no número 7 do artigo 2º e no número 5 do artigo 21º, do presente capítulo.

6 – Os administradores podem não ser accionistas, mas não podem ser:

- a) Membros do conselho geral e de supervisão, sem prejuízo do disposto nos números 2 e 3 do artigo 61º, do presente capítulo;
- b) Membros dos órgãos de fiscalização de sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a sociedade considerada;

- c) Cônjuges, parentes e afins na linha recta e até ao segundo grau, inclusive na linha colateral das pessoas referidas na alínea anterior;
- d) Pessoas que não sejam dotadas de capacidade jurídica plena.

7 – As designações realizadas contra o disposto no número anterior, são nulas e a superveniência de alguma das circunstâncias previstas nas alíneas b), c) e d) do número anterior, determina a imediata cessação de funções.

8 – Se uma pessoa colectiva for designada para o cargo de administrador, aplica-se o disposto no número 4 do artigo 1º, do presente capítulo.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO – NOMEAÇÃO JUDICIAL DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

1 – Aplica-se à nomeação judicial de administradores, o disposto no artigo 5º, do presente capítulo, com as necessárias adaptações.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO – PRESIDENTE.

1 – Se não for designado no acto de designação de membros do conselho de administração executivo o seu presidente, o mesmo escolhe-o, podendo ao caso substituí-lo a todo o tempo.

2 – Aplica-se com as devidas alterações o disposto nos números 3 e 4 do artigo 6º, do presente capítulo.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO – EXERCÍCIO DE OUTRAS ACTIVIDADES E NEGÓCIOS COM A SOCIEDADE.

1 – Aplica-se aos administradores o disposto nos artigos 8º e 9º, do presente capítulo, competindo ao conselho geral e de supervisão as autorizações aí referidas.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

1 – À remuneração dos administradores aplica-se o disposto no artigo 10º, do presente capítulo, competindo a sua fixação ao conselho geral e de supervisão ou a uma sua comissão de remuneração ou no caso em que o contrato de sociedade assim o determine, à assembleia geral de accionistas ou a uma comissão por esta nomeada.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUARTO – DESTITUIÇÃO E SUSPENSÃO.

1 – Qualquer administrador pode a todo o tempo ser destituído:

- a) Pelo conselho geral e de supervisão no caso previsto na alínea a) do número 1 do artigo 49º, do presente capítulo; ou
- b) Na situação prevista na alínea b) do número 1 do artigo 49º, do presente capítulo, pela assembleia geral, caso em que o conselho geral e de supervisão pode propor a destituição e proceder à suspensão até 62 dias, de qualquer membro do conselho de administração executivo.

2 – Aplica-se o disposto nos números 4 e 5 do artigo 14º, do presente capítulo.

3 – À suspensão de administrador aplica-se o disposto no artigo 11º, do presente capítulo, competindo a sua decisão ao conselho geral e de supervisão.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUINTO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

1 – Compete ao conselho de administração executivo gerir as actividades da sociedade, sem prejuízo do disposto no número 1 do artigo 67º, do presente capítulo.

2 – O conselho de administração executivo tem plenos poderes de representação da sociedade perante terceiros, sem prejuízo do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 65º, do presente capítulo.

3 – Aos poderes de gestão e de representação dos administradores é aplicável o disposto nos artigos 17º, 19º e 20º, do presente capítulo, com as transformações determinadas pela competência atribuída na lei ao conselho geral e de supervisão.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEXTO – RELAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO COM O CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – O conselho de administração executivo deve comunicar ao conselho geral e de supervisão:

- a) Pelo menos uma vez por ano, as directrizes de gestão que tenciona prosseguir, bem como os factos e as questões que fundamentalmente determinaram as suas opções;
- b) Trimestralmente antes da reunião daquele conselho, a situação da sociedade e a evolução dos negócios, indicando designadamente o volume de vendas e prestações de serviços;
- c) Na época determinada pela lei, o relatório completo da gestão, relativo ao exercício anterior.

2 – O conselho de administração executivo deve informar o presidente do conselho geral e de supervisão sobre qualquer negócio que possa ter influência significativa na rentabilidade ou liquidez da sociedade e de modo geral sobre qualquer situação anormal ou por outro motivo importante.

3 – Nas informações previstas nos números anteriores, incluem-se as ocorrências relativas a sociedades em relação de domínio ou de grupo, sempre que possam reflectir-se na situação da sociedade considerada.

4 – Para além da fiscalização exercida pela comissão referida no número 2 do artigo 69º, do presente capítulo, pode o presidente do conselho geral e de supervisão exigir do conselho de administração executivo as informações que considere convenientes ou que lhe sejam solicitadas por outro membro do conselho.

5 – O presidente do conselho geral e de supervisão, um membro delegado designado por este órgão para o efeito e os membros da comissão prevista no número 2 do artigo 69º, do presente capítulo, têm o direito de assistir às reuniões do conselho de administração executivo.

6 – Os membros da comissão prevista no número 2 do artigo 69º, do presente capítulo, devem assistir às reuniões do conselho de administração executivo em que sejam apreciadas as contas do exercício.

7 – Todas as informações recebidas do conselho de administração executivo em alguma das circunstâncias previstas nos números 2, 3 e 4, bem como as informações obtidas em virtude da participação nas reuniões previstas nos números 5 e 6, devem ser transmitidas a todos os demais membros do conselho geral e de supervisão em tempo útil e o mais tardar na primeira reunião deste.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO – REMISSÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

1 – Às reuniões e às deliberações do conselho de administração executivo aplica-se o disposto nos artigos 21º e 22º e nos números 1 e 4 do artigo 23º, do presente capítulo, com as seguintes adaptações:

- a) A declaração de nulidade e a anulação compete ao conselho geral e de supervisão;
- b) O pedido de declaração de nulidade ou de anulação pode ser formulado por qualquer administrador ou membro do conselho geral e de supervisão.

2 – À caução a prestar pelos administradores aplica-se o disposto no artigo 7º, do presente capítulo, mas a dispensa da caução compete ao conselho geral e de supervisão.

3 – À reforma dos administradores aplica-se o disposto no artigo 13º, do presente capítulo, mas a aprovação do regulamento compete ao conselho geral e de supervisão ou se os estatutos o determinarem à assembleia geral.

4 – À renúncia do administrador aplica-se com as necessárias adaptações o disposto no artigo 15º, do presente capítulo.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO OITAVO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – O conselho geral e de supervisão a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do presente título, é composto pelo número de membros fixado no contrato de sociedade, mas sempre superior ao número de administradores.

2 – Aplica-se o disposto na segunda parte do número 3 e nos números 4 e 5 do artigo 1º, do presente capítulo.

3 – À composição do conselho geral e de supervisão são aplicáveis os números 4 a 6 do artigo 25º e o artigo 26º, do presente capítulo, com excepção do disposto na alínea f) do número 1 do último artigo mencionado, salvo no que diz respeito à comissão prevista no número 2 do artigo 69º, do presente capítulo.

4 – Na falta de autorização da assembleia geral, os membros do conselho geral e de supervisão não podem exercer por conta própria ou alheia actividade concorrente da sociedade, nem exercer funções em sociedade concorrente ou ser designados por conta ou em representação desta.

5 – A autorização a que se refere o número anterior, deve definir o regime de acesso a informação sensível por parte do membro do conselho.

6 – Para efeitos do disposto nos números 4 e 5, aplica-se o disposto nos números 2, 5 e 6 do artigo 3º, do capítulo sexto, do título anterior.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO NONO – DESIGNAÇÃO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – Os membros do conselho geral e de supervisão são designados no contrato de sociedade ou eleitos pela assembleia geral ou constitutiva.

2 – À designação dos membros do conselho geral e de supervisão aplica-se o disposto nos números 2 a 5 do artigo 2º, do presente capítulo.

3 – Aplicam-se ainda à eleição dos membros do conselho geral e de supervisão as normas estabelecidas pelo artigo 3º, do presente capítulo, com as necessárias adaptações.

ARTIGO SEXAGÉSIMO – PRESIDÊNCIA DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – À designação do presidente do conselho geral e de supervisão aplica-se o regime previsto no artigo 6º, do presente capítulo, com as necessárias adaptações.

ARTIGO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO – INCOMPATIBILIDADES ENTRE FUNÇÕES DE ADMINISTRADOR E DE MEMBRO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – Não pode ser designado membro do conselho geral e de supervisão quem seja administrador da sociedade ou de outra que com aquela se encontre em relação de domínio ou de grupo.

2 – O conselho geral e de supervisão pode nomear um dos seus membros para substituir por período inferior a 1 ano, um administrador temporariamente impedido.

3 – O membro do conselho geral e de supervisão nomeado para substituir um administrador nos termos do número anterior, não pode simultaneamente exercer funções no conselho geral e de supervisão.

ARTIGO SEXAGÉSIMO SEGUNDO – SUBSTITUIÇÃO.

1 – Na falta definitiva de um membro do conselho geral e de supervisão, deve ser chamado um suplente conforme a ordem por que figurem na lista submetida à assembleia geral dos accionistas.

2 – Não havendo suplentes, a substituição efectua-se por eleição da assembleia geral.

3 – As substituições efectuadas nos termos dos números anteriores, duram até ao fim do período para o qual o conselho geral e de supervisão foi eleito.

ARTIGO SEXAGÉSIMO TERCEIRO – NOMEAÇÃO JUDICIAL.

1 – Se já não fizer parte do conselho geral e de supervisão o número de membros necessários para este poder reunir-se, o órgão de soberania jurídico competente pode preencher esse número, a requerimento do conselho de administração executivo, de um membro do conselho geral e de supervisão ou de um accionista.

2 – O conselho de administração executivo deve apresentar o requerimento previsto no número anterior, logo que tenha conhecimento da referida situação.

3 – As nomeações efectuadas pelo órgão de soberania jurídico competente, caducam logo que as vagas forem preenchidas nos termos da lei ou do contrato de sociedade.

4 – Os membros nomeados pelo juiz têm os direitos e os deveres dos demais membros do conselho geral e de supervisão.

ARTIGO SEXAGÉSIMO QUARTO – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – Na falta de estipulação contratual, as funções de membro do conselho geral e de supervisão são remuneradas.

2 – A remuneração é fixada pela assembleia geral ou por uma comissão nomeada por esta, tendo presente as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.

3 – A remuneração deve consistir numa quantia fixa e a assembleia geral pode em qualquer tempo reduzi-la ou aumentá-la, tendo presente os factores referidos no número anterior.

ARTIGO SEXAGÉSIMO QUINTO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – Compete ao conselho geral e de supervisão:

- a) Nomear e destituir os administradores, se tal competência não for atribuída nos estatutos à assembleia geral;
- b) Designar o administrador que servirá de presidente do conselho de administração executivo e destituí-lo se tal competência não for atribuída à assembleia geral, sem prejuízo do disposto no artigo 60º, do presente capítulo;
- c) Representar a sociedade nas relações com os administradores;
- d) Fiscalizar as actividades do conselho de administração executivo;
- e) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- f) Verificar sempre que o julgue conveniente e pela forma que considere adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela sociedade a qualquer título;
- g) Verificar se as directrizes contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- h) Dar parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- i) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interno, se existentes;
- j) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou terceiros;
- k) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação da informação financeira;
- l) Propor à assembleia geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- m) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- n) Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante às prestações de serviços adicionais;
- o) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter presente a importância dos assuntos e estes cometidos e a situação económica da sociedade;
- p) Elaborar anualmente um relatório sobre a sua actividade e apresentá-lo à assembleia geral;
- q) Conceder ou negar o consentimento à transmissão de acções, sempre que este for exigido pelo contrato;
- r) Convocar a assembleia geral, sempre que entenda conveniente;
- s) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo contrato de sociedade.

2 – É aplicável ao conselho geral e de supervisão com as necessárias adaptações o disposto nos números 5 e 6 do artigo 34º, do presente capítulo.

ARTIGO SEXAGÉSIMO SEXTO – DEVER DE SEGREDO.

1 – Os membros do conselho geral e de supervisão estão obrigados a guardar segredo dos factos e informações de que tiverem conhecimento em razão das suas funções.

ARTIGO SEXAGÉSIMO SÉTIMO – PODERES DE GESTÃO.

1 – O conselho geral e de supervisão não tem poderes de gestão das actividades da sociedade, mas a lei e o contrato de sociedade podem estabelecer que o conselho de administração executivo deve obter prévio consentimento do conselho geral e de supervisão para a prática de determinadas categorias de actos.

2 – Sendo recusado o consentimento previsto no número anterior, o conselho de administração executivo pode submeter a divergência a deliberação da assembleia geral, devendo a deliberação pela qual a assembleia dê o seu consentimento ser firmada por maioria de dois terços dos votos emitidos, se o contrato de sociedade não exigir maioria mais elevada ou outros requisitos.

3 – Para os efeitos do disposto no número anterior, os prazos referidos no número 4 do artigo 6º, do capítulo anterior, são reduzidos para 15 dias.

ARTIGO SEXAGÉSIMO OITAVO – PODERES DE REPRESENTAÇÃO.

1 – Nas relações da sociedade com os seus administradores, a sociedade é obrigada pelos dois membros do conselho geral e de supervisão por esta designados.

2 – Na contratação dos peritos nos termos do disposto na alínea o) do artigo 65º, do presente capítulo, a sociedade é representada pelos membros do conselho geral e de supervisão, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto nos artigos 19º e 20º, do presente capítulo.

3 – O conselho geral e de supervisão pode requerer actos de registo comercial relativos aos seus próprios membros.

ARTIGO SEXAGÉSIMO NONO – COMISSÕES DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – Sempre que conveniente deve o conselho geral e de supervisão nomear de entre os seus membros, uma ou mais comissões para o exercício de determinadas funções, designadamente para fiscalização do conselho de administração executivo e para a fixação de remunerações dos administradores.

2 – Nas sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e nas sociedades que cumpram os critérios referidos na alínea a) do número 2 do artigo 24º, do presente capítulo, o conselho geral e de supervisão deve constituir uma comissão para as matérias financeiras, especificamente dedicada ao exercício das funções referidas nas alíneas f) a n) do artigo 65º, do presente capítulo.

3 – Sem prejuízo do disposto no artigo 58º, do presente capítulo, à comissão para as matérias financeiras é aplicável a alínea f) do número 1 do artigo 26º, do presente capítulo.

4 – A comissão para as matérias financeiras elabora anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora.

5 – A comissão referida no número anterior, deve incluir pelo menos um membro que tenha curso superior adequado ao exercício das suas funções e conhecimentos em auditoria ou contabilidade e que seja independente nos termos do disposto no número 5 do artigo 25º, do presente capítulo.

6 – Em sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, os membros da comissão referida no número 3, devem na sua maioria ser independentes.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO – REMISSÕES DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – Aos negócios celebrados entre membros do conselho geral e de supervisão e a sociedade aplica-se com as necessárias adaptações o disposto no artigo 8º, do presente capítulo.

2 – Às reuniões e às deliberações do conselho geral e de supervisão aplica-se o disposto nos artigos 21º a 23º, do presente capítulo, com as seguintes adaptações:

- a) O conselho geral e de supervisão deve reunir, pelo menos uma vez em cada trimestre;
- b) A convocação pode ser realizada pelo conselho de administração executivo, se o presidente do conselho geral e de supervisão não o tiver convocado para reunir dentro dos 15 dias seguintes à recepção da solicitação por aquele formulado;
- c) A solicitação de declaração de nulidade de deliberação pode ser formulado por qualquer administrador ou membro do conselho geral e de supervisão.

3 – A responsabilidade de cada membro do conselho geral e de supervisão deve ser garantida através de caução ou de contrato de seguro, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto no artigo 7º, do presente capítulo.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO PRIMEIRO – DESIGNAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.

1 – Nas sociedades com as estruturas referidas nas alíneas b) e c) do número 1 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do presente título ou com a estrutura referida na alínea b) do número 1 do artigo 24º, do presente capítulo, sob proposta da comissão de auditoria, do conselho geral e de supervisão, da comissão para as matérias financeiras ou do conselho fiscal, a assembleia geral deve designar um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas para proceder ao exame das contas da sociedade.

2 – A designação é realizada por tempo não superior a 5 anos.

3 – O revisor oficial de contas exerce as funções previstas nas alíneas c) a f) do número 1 do artigo 34º, do presente capítulo.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO SEGUNDO – DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA SOCIEDADE.

1 – As sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado devem designar um secretário da sociedade e um suplente.

2 – O secretário e o seu suplente devem ser designados pelos sócios no acto de constituição da sociedade ou pelo conselho de administração ou pelo conselho de administração executivo por deliberação registada em acta.

3 – As funções de secretário são exercidas por pessoa com curso superior adequado ao desempenho das suas funções ou solicitador, não podendo exercê-las em mais de cinco sociedades.

4 – Em caso de falta ou impedimento do secretário, as suas funções são exercidas pelo suplente.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO TERCEIRO – COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO.

1 – Para além de outras funções estabelecidas pelo contrato social, compete ao secretário da sociedade:

- a) Secretariar as reuniões dos órgãos sociais;
- b) Lavrar as actas e assiná-las conjuntamente com os membros dos órgãos sociais respectivos e o presidente da mesa da assembleia geral, sempre que desta se trate;
- c) Conservar, guardar e manter em ordem os livros e as folhas de actas, as listas de presenças, o livro de registo de acções, bem como o expediente a estes relativos;
- d) Proceder à expedição das convocatórias legais para as reuniões de todos os órgãos sociais;
- e) Certificar as assinaturas dos membros dos órgãos sociais apostas nos documentos da sociedade;

- f) Certificar que todas as cópias ou transcrições extraídas dos livros da sociedade ou dos documentos arquivados são verdadeiros, completos e actuais;
- g) Satisfazer no âmbito da sua competência as solicitações formuladas pelos accionistas no exercício do direito à informação e prestar a informação solicitada aos membros dos órgãos sociais que exerçam funções de fiscalização sobre deliberações do conselho de administração ou da comissão executiva;
- h) Certificar o conteúdo total ou parcial do contrato de sociedade em vigor, bem como a identidade dos membros dos diversos órgãos da sociedade e quais os poderes de que são titulares;
- i) Certificar as cópias actualizadas dos estatutos, das deliberações dos sócios e da administração e dos lançamentos em vigor constantes dos livros sociais, bem como assegurar que estas sejam entregues ou enviadas aos titulares das acções que as tenham requerido e que tenham pago o respectivo custo;
- j) Autenticar com a sua rubrica toda a documentação submetida à assembleia geral e referida nas respectivas actas;
- k) Promover o registo dos actos sociais a este sujeitos.

2 – As certificações realizadas pelo secretário referidas nas alíneas e), f) e h) do número 1, substituem para todos os efeitos legais, a certidão de registo comercial.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO QUARTO – PERÍODO DE DURAÇÃO DAS FUNÇÕES.

1 – A duração das funções de secretário coincide com a do mandato dos órgãos sociais que o designaram, podendo renovar-se por uma ou mais vezes.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO QUINTO – REGIME FACULTATIVO DE DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO.

1 – As sociedades anónimas relativamente às quais se não verifique o requisito previsto no número 1 do artigo 72º, do presente título, bem como as sociedades por quotas, podem designar um secretário da sociedade.

2 – Nas sociedades por quotas compete à assembleia geral designar o secretário da sociedade.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO SEXTO – REGISTO DO CARGO.

1 – A designação e cessação de funções de secretário, por qualquer causa que não seja o decurso do tempo, está sujeita a registo.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE.

1 – O secretário é responsável civil e criminalmente pelos actos que praticar no exercício das suas funções.

CAPÍTULO SÉTIMO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES E ABUSO DE INFORMAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO.

1 – Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização de uma sociedade anónima devem comunicar à sociedade o número de acções e de obrigações da sociedade de que são titulares, bem como todas as suas aquisições, onerações ou cessações por qualquer causa de titularidade de acções e de obrigações da mesma sociedade e das sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo.

2 – O disposto no número anterior, é extensivo às acções e obrigações:

- a) Do cônjuge não separado judicialmente, seja qual for o regime matrimonial de bens;
- b) Dos descendentes de menor idade;
- c) Das pessoas em cujo nome as acções ou obrigações se encontrem, tendo sido adquiridas por conta das pessoas referidas no número 1 e nas alíneas anteriores;
- d) Pertencentes a sociedade de que as pessoas referidas no número 1 e nas alíneas a) e b) sejam sócios de responsabilidade ilimitada, exerçam a gerência ou algum dos cargos referidos no número 1 ou possuam isoladamente ou em conjunto com pessoas referidas nas alíneas anteriores, participação no capital social e nos votos correspondentes a este.

3 – Às aquisições ou alienações referidas nos números anteriores, equiparam-se os contratos de promessa, de opção, de reporte ou outros que produzam efeitos semelhantes.

4 – A comunicação deve ser realizada:

- a) Relativamente a acções e obrigações possuídas à data da designação ou eleição, nos 30 dias seguintes a este facto;
- b) Nos 30 dias seguintes a algum dos factos referidos nas alíneas 1 e 3, mas sempre a tempo de ser dado cumprimento ao disposto no número seguinte.

5 – Em anexo ao relatório anual do órgão de administração será apresentada relativamente a cada uma das pessoas referidas no número 1, a lista das suas acções e obrigações abrangidas pelos números 1 e 2, com menção dos factos enumerados nesses mesmos números e no número 3, ocorridos durante o exercício a que o relatório respeita,

especificando o montante das acções ou obrigações negociadas ou oneradas, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

6 – São abrangidas pelo disposto no presente artigo, as aquisições e alienações em bolsa e as que porventura estejam sujeitas a termo ou condição suspensiva.

7 – As comunicações são realizadas por escrito ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização.

8 – A falta culposa de cumprimento do disposto nos números 1 e 2, constitui justa causa de destituição.

ARTIGO SEGUNDO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS.

1 – O accionista que for titular de acções ao portador não registadas, representativas de uma parte do capital de uma sociedade, deve comunicar à sociedade o número de acções de que for titular, aplicando-se para esse efeito o disposto no número 2 do artigo anterior.

2 – A informação prevista no número anterior, deve ser também comunicada à sociedade, sempre que o accionista por qualquer motivo deixar de ser titular de um número de acções ao portador não registadas representativo de uma parte do capital da mesma sociedade.

3 – As comunicações previstas nos números anteriores, são realizadas por escrito ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização nos 30 dias seguintes à verificação dos factos nestes previstos.

4 – Em anexo ao relatório anual do órgão de administração será apresentada a lista dos accionistas que na data do encerramento do exercício social e segundo os registos da sociedade e as informações prestadas, sejam titulares de partes do capital, bem como dos accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções do capital.

ARTIGO TERCEIRO – ABUSO DE INFORMAÇÃO.

1 – O membro do órgão de administração ou do órgão de fiscalização de uma sociedade anónima, bem como a pessoa que por motivo ou ocasião de serviço permanente ou temporário prestado à sociedade ou no exercício de uma função pública, detenha conhecimento de factos relativos à sociedade aos quais não tenha sido dada publicidade e sejam susceptíveis de influenciarem o valor dos títulos por a mesma emitidos e adquira ou aliene acções ou obrigações da referida sociedade ou de outra que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, por esse modo conseguindo um lucro ou evitando uma perda, deve sem prejuízo de sentença jurídica indemnizar os prejudicados, pagando-lhes quantia equivalente ao montante da vantagem patrimonial realizada, pelo que não sendo possível identificar os prejudicados, deve o infractor pagar a referida indemnização à sociedade.

2 – Respondem nos termos previstos no número anterior, as pessoas neste indicadas que culposamente revelem a terceiros os factos relativos à sociedade aí descritos, bem como o terceiro que conhecendo a natureza confidencial dos factos revelados, adquiere ou aliene acções ou obrigações da sociedade ou de outra que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, por esse modo conseguindo um lucro ou evitando uma perda.

3 – Se os factos referidos no número 1, respeitarem à fusão de sociedades, o disposto nos números anteriores, aplica-se às acções e obrigações das sociedades participantes e das sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

4 – O membro do órgão de administração ou do órgão de fiscalização que pratique alguns dos factos sancionados no número 1 ou no número 2, pode ainda ser destituído judicialmente, a requerimento de qualquer accionista.

5 – Os membros do órgão de administração devem zelar para que outras pessoas que no exercício de profissão ou actividades exteriores à sociedade, detenham conhecimento dos factos referidos no número 1, não se aproveitem destes nem os divulguem.

ARTIGO QUARTO – INQUÉRITO JUDICIAL.

1 – Para os efeitos dos números 1 e 2 do artigo anterior, qualquer accionista pode requerer inquérito em cujo processo será ordenada a destituição do infractor se for o caso.

2 – No mesmo processo o infractor é condenado a indemnizar os prejudicados nos termos previstos no artigo anterior.

3 – O inquérito pode ser requerido até 183 dias depois da publicação do relatório anual da administração cujo anexo conste a aquisição ou alienação.

4 – Durante 10 anos a contar da prática dos factos justificativos da destituição, as pessoas destituídas não podem desempenhar cargos na sociedade ou noutra que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

CAPÍTULO OITAVO – APRECIACÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DA SOCIEDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – EXAME DAS CONTAS NAS SOCIEDADES COM CONSELHO FISCAL E COM COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – Até 30 dias antes da data da assembleia geral convocada para apreciar os documentos de prestação de contas, o conselho de administração deve apresentar ao conselho fiscal e ao revisor oficial de contas o relatório de gestão e as contas do exercício.

2 – O membro do conselho fiscal que for revisor oficial de contas ou no caso das sociedades que adoptem as modalidades referidas nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do presente título e na alínea b) do número 1 do artigo 24º,

do capítulo sexto, do presente título, o revisor oficial de contas deve apreciar o relatório de gestão e completar o exame das contas tendo presente a sua certificação legal.

3 – Em consequência do exame das contas, o revisor oficial de contas deve emitir documento de certificação legal das contas o qual deve incluir:

- a) Uma introdução que identifique pelo menos as contas do exercício que são objecto de revisão legal, bem como a estrutura de relato financeiro utilizada na sua elaboração;
- b) Uma descrição do âmbito da revisão legal das contas que identifique pelo menos as normas segundo as quais a revisão foi realizada;
- c) Um parecer sobre se as contas do exercício dão uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com a estrutura do relato financeiro e quando apropriado, se as contas do exercício estão em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, sendo que o parecer de revisão pode traduzir uma opinião sem ou com reservas, uma opinião adversa ou se o revisor oficial de contas não estiver em condições de expressar uma opinião, revestir a forma de escusa de opinião;
- d) Uma referência a quaisquer questões, para as quais o revisor oficial de contas chame a atenção mediante ênfases, sem qualificar a opinião de revisão;
- e) Um parecer em que se indique se o relatório de gestão é ou não concordante com as contas do exercício;
- f) Data e assinatura do revisor oficial de contas.

4 – No caso de sociedades que sejam emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, o revisor oficial de contas deve atestar se o relatório sobre a estrutura e as práticas de administração societária divulgado inclui os elementos referidos no número 5 do artigo 34º, do capítulo sexto, do presente título, que lhe sejam exigíveis.

5 – O âmbito do parecer a que se refere a alínea e) do número 3 deve igualmente incluir as matérias referidas nas alíneas c), d), f) h), i) e l) do número 5 do artigo 34º, do capítulo sexto, do presente título, no caso dos emitentes abrangidos pelas disposições em causa.

ARTIGO SEGUNDO – APRECIACÃO PELO CONSELHO FISCAL E PELA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – O conselho fiscal e a comissão de auditoria devem apreciar o relatório de gestão, as contas do exercício, a certificação legal das contas ou de impossibilidade de certificação.

2 – Se o conselho fiscal ou a comissão de auditoria concordar com a certificação legal das contas ou com a declaração de impossibilidade de certificação, deve declará-lo expressamente no seu parecer.

3 – Se discordar do documento do revisor oficial de contas referido no número anterior, o conselho fiscal ou a comissão de auditoria deve consignar no relatório as razões da sua discordância, sem prejuízo do declarado pelo revisor oficial de contas.

4 – O relatório e o parecer do conselho fiscal e da comissão de auditoria devem ser remetidos ao conselho de administração no prazo de 15 dias a contar da data em que tiver recebido os referidos elementos de prestação de contas.

ARTIGO TERCEIRO – EXAME DAS CONTAS NAS SOCIEDADES COM CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – Até 30 dias antes da data da assembleia geral convocada para apreciar os documentos de prestação de contas, o conselho de administração executivo deve apresentar ao revisor oficial de contas o relatório de gestão e as contas do exercício, para os efeitos referidos nos números seguintes e ao conselho geral e de supervisão.

2 – O revisor oficial de contas deve apreciar o relatório de gestão e completar o exame das contas tendo presente a sua certificação legal.

3 – Aplica-se o disposto no número 3 do artigo 1º, do presente capítulo e nos números 2 a 4 do artigo anterior, com as necessárias adaptações.

ARTIGO QUARTO – APRECIÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO.

1 – A assembleia geral referida no artigo 5º, do capítulo quinto, do presente título, deve proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

2 – Essa apreciação deve concluir por uma deliberação de confiança em todos ou alguns dos órgãos de administração e de fiscalização e respectivos membros ou por destituição de algum ou alguns destes, podendo também a assembleia votar a desconfiança em administradores designados nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 49º, do capítulo sexto, do presente título.

3 – As destituições e votos de confiança previstos no número anterior, podem ser deliberados independentemente de menção na convocatória da assembleia.

CAPÍTULO NONO – AUMENTO E REDUÇÃO DO CAPITAL.

ARTIGO PRIMEIRO – AUMENTO DO CAPITAL DELIBERADO PELO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – O contrato de sociedade pode autorizar o órgão de administração a aumentar o capital, uma ou mais vezes por entradas em dinheiro.

2 – O contrato de sociedade estabelece as condições para o exercício de competências conferida de acordo com o número anterior, devendo:

- a) Fixar o limite máximo de aumento;
- b) Fixar o prazo, não excedente a 3 anos, durante o qual aquela competência pode ser exercida, sendo que na falta de indicação, o prazo é de 3 anos;
- c) Mencionar os direitos atribuídos às acções a emitir, sendo que na falta de menção, apenas é autorizada a menção de acções ordinárias.

3 – O projecto de deliberação do órgão de administração é submetido ao conselho fiscal, à comissão de auditoria ou ao conselho geral e de supervisão, podendo o órgão de administração submeter a divergência a deliberação da assembleia geral se não for dado parecer favorável.

4 – A assembleia geral, deliberando com a maioria exigida para a alteração do contrato, pode renovar os poderes conferidos ao órgão de administração.

5 – Ao aumento de capital deliberado pelo órgão de administração, é aplicável o disposto no artigo 4º, do capítulo oitavo, do título terceiro, do presente livro, com as necessárias adaptações.

ARTIGO SEGUNDO – SUBSCRIÇÃO INCOMPLETA.

1 – Não sendo totalmente subscrito um aumento de capital, considera-se a deliberação da assembleia ou do conselho sem efeito, salvo se a própria tiver previsto que em tal caso o aumento fica limitado às subscrições recolhidas.

2 – O anúncio de aumento de capital referido no número 1 do artigo 4º, do presente capítulo, deve indicar o regime que vigora para a subscrição incompleta.

3 – Ficando a deliberação de aumento sem efeito por ter sido incompleta a subscrição, o órgão de administração avisará desse facto os subscritores nos 15 dias seguintes ao encerramento da subscrição e restituirá imediatamente as importâncias recebidas.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE PREFERÊNCIA.

1 – Em cada aumento de capital por entradas em dinheiro, as pessoas que à data da deliberação de aumento de capital forem accionistas, podem subscrever as novas acções com preferência relativamente a quem não for accionista.

2 – As novas acções serão repartidas entre os accionistas que exerçam a preferência pelo modo seguinte:

- a) Atribui-se a cada accionista o número de acções proporcional àquelas de que for titular na referida data ou o número inferior a esse que o accionista tenha declarado querer subscrever;

- b) Satisfazem-se os pedidos superiores ao número referido na primeira parte da alínea a), na medida que resultar de um ou mais rateios excedentários.

3 – Não tendo havido alienação dos respectivos direitos de subscrição, caduca o direito de preferência das acções antigas às quais não competir número certo de acções novas, sendo que aquelas que por esse motivo não tiverem sido subscritas são sorteadas uma só vez para subscrição entre todos os accionistas.

4 – Havendo numa sociedade várias categorias de acções, todos os accionistas têm igual direito de preferência na subscrição das novas acções, quer ordinárias, quer de qualquer categoria especial, mas se as novas acções forem iguais às de alguma categoria especial já existente, a preferência pertence primeiro aos titulares de acções dessa categoria e só quanto a acções não subscritas por estes usufruíram de preferência os demais accionistas.

ARTIGO QUARTO – AVISO E PRAZO PARA O EXERCÍCIO DE PREFERÊNCIA.

1 – Os accionistas devem ser avisados por anúncio do prazo e demais condições de exercício do direito de subscrição.

2 – O contrato de sociedade pode prever comunicações adicionais aos accionistas, podendo o anúncio ser substituído por carta registada.

3 – O prazo fixado para o exercício do direito de preferência não pode ser inferior a 15 dias, contados da publicação do anúncio ou a 21 dias contados da expedição da carta.

ARTIGO QUINTO – LIMITAÇÃO OU SUPRESSÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA.

1 – O direito legal de preferência na subscrição de acções não pode ser limitado nem suprimido, a não ser nas condições dos números seguintes.

2 – A assembleia geral que deliberar o aumento de capital pode para esse aumento, limitar ou suprimir o direito de preferência dos accionistas, desde que o interesse social o justifique.

3 – A assembleia geral pode também limitar ou suprimir pela mesma razão o direito de preferência dos accionistas relativamente a um aumento de capital deliberado ou a deliberar pelo órgão de administração nos termos do disposto no artigo 1º, do presente capítulo.

4 – As deliberações das assembleias gerais previstas nos números anteriores, devem ser firmadas em separado de qualquer outra deliberação, pela maioria exigida para o aumento de capital.

5 – Sendo por este apresentada uma proposta de limitação ou supressão do direito de preferência, o órgão de administração deve submeter à assembleia um relatório escrito,

donde constem a justificação da proposta, o modo de atribuição das novas acções, as condições da sua liberação, o preço de emissão e os critérios utilizados para a determinação deste preço.

ARTIGO SEXTO – SUBSCRIÇÃO INDIRECTA.

1 – A assembleia geral que deliberar o aumento de capital pode também deliberar que as novas acções sejam subscritas por uma instituição financeira, a qual afirmará a obrigação de as oferecer aos accionistas ou a terceiros nas condições estabelecidas entre a sociedade e a instituição, mas sempre com respeito pelo disposto nos artigos anteriores.

2 – O disposto no número anterior, é aplicável aos aumentos de capital deliberado pelo órgão de administração.

3 – Os accionistas serão avisados pela sociedade por meio de anúncio da deliberação firmada, de harmonia com os números antecedentes.

4 – O disposto no artigo 4º, do presente capítulo, aplica-se à instituição financeira subscritora das novas acções nos termos prescritos no número 1.

ARTIGO SÉTIMO – AUMENTO DE CAPITAL E DIREITO DE USUFRUTO.

1 – Se a acção estiver sujeita a usufruto, o direito de participar no aumento de capital é exercido pelo titular da raiz ou pelo usufrutuário ou por ambos nos termos que entre si acordarem.

2 – Na falta de acordo, o direito de participar no aumento de capital pertence ao titular da raiz, mas se este não o exercer no prazo de 7 dias ou de 10 dias contados respectivamente do anúncio ou da comunicação escrita referidos no número 3 do artigo 4º, do presente capítulo, o referido direito devolve-se ao usufrutuário.

3 – Sempre que houver de efectuar-se a comunicação prevista no número 3 do artigo 4º, do presente capítulo, deve a mesma ser enviada ao titular da raiz e ao usufrutuário.

4 – A nova acção fica a pertencer em propriedade plena àquele que tiver exercido o direito de participar no aumento de capital, salvo se os interessados tiverem acordado em que a mesma fique sujeita a usufruto.

5 – Se nem o titular da raiz, nem o usufrutuário quiserem exercer a preferência no aumento de capital, pode qualquer destes vender os respectivos direitos, devendo ser repartida entre estes a quantia obtida, na proporção do valor que nesse momento tiver o direito de cada um.

ARTIGO OITAVO – REDUÇÃO DO CAPITAL POR EXTINÇÃO DE ACCÕES PRÓPRIAS.

1 – A assembleia geral pode deliberar que o capital da sociedade seja reduzido por meio de extinção de acções próprias.

2 – À redução do capital aplica-se o disposto no artigo 10º, do capítulo oitavo, do título terceiro, do presente livro, excepto:

- a) Se forem extintas acções inteiramente liberadas, adquiridas a título gratuito depois da deliberação da assembleia geral;
- b) Se forem extintas acções inteiramente liberadas, adquiridas depois da deliberação da assembleia geral, unicamente por meio de bens que nos termos do disposto nos artigos 26º e 27º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do presente livro, pudessem ser distribuídos aos accionistas, devendo neste caso ser imputada a reserva especial sujeita ao regime da reserva legal, quantia equivalente ao valor nominal total das acções extintas.

CAPÍTULO DÉCIMO – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.

ARTIGO ÚNICO – DISSOLUÇÃO.

1 – A deliberação de dissolução da sociedade deve ser firmada nos termos previstos nos números 2 e 3 do artigo 12º e nos números 3 a 5 do artigo 15º, do capítulo quinto, do presente título, podendo o contrato exigir uma maioria mais elevada ou outros requisitos.

2 – A simples vontade de sócio ou sócios, quando não manifestada na deliberação prevista no número anterior, não pode constituir causa contratual de dissolução.

3 – As sociedades anónimas podem ser dissolvidas por via administrativa quando por período superior a 1 ano, o número de accionistas for inferior ao mínimo exigido por lei, excepto se um dos accionistas for pessoa colectiva pública ou entidade a esta equiparada por lei para esse efeito.

TÍTULO SÉTIMO – SOCIEDADES EM COMANDITA.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – NOÇÃO.

1 – Na sociedade em comandita cada um dos sócios comanditários responde apenas pela sua entrada.

2 – Os sócios comanditados respondem pelas dívidas da sociedade nos mesmos termos que os sócios da sociedade em nome colectivo nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título quarto, do presente livro.

3 – Uma sociedade por quotas ou uma sociedade anónima podem ser sócios comanditados.

4 – Na sociedade em comandita simples não há representação do capital por acções e na sociedade em comandita por acções só as participações dos sócios comanditários são representadas por acções.

ARTIGO SEGUNDO – CONTRATO DE SOCIEDADE.

1 – No contrato de sociedade devem ser indicados distintamente os sócios comanditários e os sócios comanditados.

2 – O contrato deve especificar se a sociedade é constituída como comandita simples ou como comandita por acções.

ARTIGO TERCEIRO – FIRMA.

1 – A firma da sociedade é formado pelo nome ou firma de pelo menos um dos sócios comanditados e o aditamento «Em comandita» ou «& comandita», «Em comandita por acções» ou «& comandita por acções».

2 – Os nomes dos sócios comanditários não podem figurar na firma da sociedade, sem o seu consentimento expresso, aplicando-se neste caso o disposto nos números seguintes.

3 – Se o sócio comanditário ou pessoa estranha à sociedade consentir que o seu nome ou firma figure na firma social, fica sujeito perante terceiros à responsabilidade imposta aos sócios comanditados em relação aos actos outorgados com aquela firma, salvo se demonstrar que tais terceiros detinham o conhecimento que este não era sócio comanditado.

4 – O sócio comanditário ou a pessoa estranha à sociedade responde em iguais circunstâncias pelos actos praticados em nome da sociedade sem uso expresso daquela firma irregular, excepto se demonstrar que a inclusão do seu nome na firma social não era conhecida dos terceiros interessados ou que sendo-o estes sabiam que este não era sócio comanditado.

5 – Ficam sujeitos à mesma responsabilidade nos termos previstos nos números anteriores, todos os que agirem em nome da sociedade cuja firma contenha a referida irregularidade, a não ser que demonstrem que a desconheciam e não tinham o dever de a conhecer.

ARTIGO QUARTO – ENTRADA DE SÓCIO COMANDITÁRIO.

1 – A entrada de sócio comanditário não pode consistir em indústria.

ARTIGO QUINTO – TRANSMISSÃO DE PARTES DE SÓCIOS COMANDITADOS.

1 – A transmissão entre vivos da parte de um sócio comanditado só é eficaz se for consentida por deliberação dos sócios, salvo disposição contratual diversa.

2 – À transmissão por falecimento de parte de um sócio comanditado é aplicável o disposto a respeito de transmissão de partes de sócios de sociedade em nome colectivo, nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro, do título quarto, do presente livro.

ARTIGO SEXTO – GERÊNCIA.

1 – Só os sócios comanditados podem ser gerentes, salvo se o contrato de sociedade permitir a atribuição da gerência a sócios comanditários.

2 – Pode porém a gerência, quando o contrato o autorize delegar os seus poderes em sócio comanditário ou em pessoa estranha à sociedade.

3 – O delegado deve mencionar esta qualidade em todos os actos em que intervenha.

4 – No caso de impedimento ou falta dos gerentes efectivos, pode qualquer sócio mesmo comanditário praticar actos urgentes e de mero expediente, mas deve declarar a qualidade em que age e no caso de ter praticado actos urgentes convocar imediatamente a assembleia geral para que esta ratifique os seus actos e o confirme na gerência provisória ou nomeie outros gerentes.

5 – Os actos praticados nos termos do número anterior, mantêm os seus efeitos para com terceiros embora não ratificados, mas a falta de ratificação torna o autor desses actos responsável nos termos gerais para com a sociedade.

ARTIGO SÉTIMO – DESTITUIÇÃO DE SÓCIOS GERENTES.

1 – O sócio comanditado que exerça a gerência só pode ser destituído desta sem haver justa causa, por deliberação que reúna dois terços dos votos que compete aos sócios comanditados e dois terços dos votos que compete aos sócios comanditários.

2 – Havendo justa causa o sócio comanditado é destituído da gerência por deliberação firmada por maioria simples dos votos apurados na assembleia.

3 – O sócio comanditário é destituído da gerência por deliberação que reúna a maioria simples dos votos apurados na assembleia.

ARTIGO OITAVO – DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS.

1 – As deliberações dos sócios são firmadas ou unanimemente nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título terceiro, do presente livro ou em assembleia geral.

2 – O contrato de sociedade deve regular em função do capital a atribuição de votos aos sócios, mas os sócios comanditados em conjunto não podem ter menos de metade dos votos pertencentes aos sócios comanditários também em conjunto.

3 – Ao voto de sócios comanditados de indústria aplica-se o disposto no número 2 do artigo 2º, do capítulo segundo, do título quarto, do presente livro.

ARTIGO NONO – DISSOLUÇÃO.

1 – A deliberação de dissolução de sociedade é firmada por maioria que reúna dois terços dos votos que competir aos sócios comanditados e dois terços dos votos que competir aos sócios comanditários.

2 – Constitui fundamento especial de dissolução das sociedades em comandita, o desaparecimento de todos os sócios comanditados ou de todos os sócios comanditários.

3 – Se faltarem todos os sócios comanditários, a sociedade pode ser dissolvida por via administrativa.

4 – Se faltarem todos os sócios comanditados e nos 92 dias seguintes a situação não tiver sido regularizada, a sociedade dissolve-se imediatamente.

CAPÍTULO SEGUNDO – SOCIEDADES EM COMANDITA SIMPLES.

ARTIGO PRIMEIRO – DIREITO SUBSIDIÁRIO.

1 – Às sociedades em comandita simples aplicam-se as disposições relativas às sociedades em nome colectivo, nos termos do disposto no título quarto, do presente livro, na medida em que forem compatíveis com as normas do capítulo anterior e do presente capítulo.

ARTIGO SEGUNDO – TRANSMISSÃO DE PARTES DE SÓCIOS COMANDITÁRIOS.

1 – À transmissão entre vivos ou por falecimento de parte de um sócio comanditário aplica-se o preceituado a respeito da transmissão de quotas de sociedade por quotas nos termos do disposto no capítulo terceiro, do título quinto, do presente livro.

ARTIGO TERCEIRO – ALTERAÇÃO E OUTROS FACTOS RELATIVOS AO CONTRATO.

1 – As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão ou transformação devem ser firmadas unanimemente pelos sócios comanditados e por sócios comanditários que representem pelo menos dois terços do capital possuído por estes, a não ser que o contrato de sociedade prescindia da referida unanimidade ou aumente a mencionada maioria.

ARTIGO QUARTO – PROIBIÇÃO DE CONCORRÊNCIA.

1 – Os sócios comanditados são obrigados a não fazer concorrência à sociedade nos termos prescritos para os sócios de sociedades em nome colectivo nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo primeiro, do título quarto, do presente livro.

CAPÍTULO TERCEIRO – SOCIEDADES EM COMANDITA POR ACÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – DIREITO SUBSIDIÁRIO.

1 – Às sociedades em comandita por acções aplicam-se as disposições relativas às sociedades anónimas nos termos do disposto no título anterior, na medida em que forem compatíveis com as normas do capítulo primeiro e do presente capítulo.

ARTIGO SEGUNDO – NÚMERO DE SÓCIOS.

1 – A sociedade em comandita por acções não pode constituir-se com menos de cinco sócios comanditários.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE FISCALIZAÇÃO E DE INFORMAÇÃO.

1 – Os sócios comanditados possuem sempre o direito de fiscalização e de informação atribuído a sócios de sociedades em nome colectivo nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do presente livro.

TÍTULO OITAVO – SOCIEDADES COLIGADAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DE APLICAÇÃO DAS SOCIEDADES COLIGADAS.

1 – O presente título aplica-se a relações que entre si estabeleçam sociedades por quotas, sociedades anónimas e sociedades em comandita por acções.

2 – O presente título aplica-se apenas a sociedades com sede em espaço territorial português, salvo quanto ao seguinte:

- a) A proibição estabelecida no disposto no artigo 5º, do capítulo seguinte, aplica-se à aquisição de participações de sociedades com sede no exterior, que segundo os critérios estabelecidos pela presente lei, sejam consideradas dominantes;
- b) Os deveres de publicação e declaração de participações por sociedades com sede em Portugal abrangem as participações destas em sociedades com sede no exterior e destas naquelas;
- c) A sociedade com sede no estrangeiro que segundo os critérios estabelecidos pela presente lei, seja considerada dominante de uma sociedade com sede em Portugal, é responsável para com esta sociedade e os seus sócios nos termos do disposto no artigo 13º e se for o caso do artigo 14º, do capítulo sétimo, do título terceiro, do presente livro;
- d) A constituição de uma sociedade anónima nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 1º, do capítulo terceiro, do presente título, por sociedades cuja sede não se situa em Portugal.

ARTIGO SEGUNDO – SOCIEDADES COLIGADAS.

1 – Para os efeitos da presente lei, consideram-se sociedades coligadas:

- a) As sociedades em relação de simples participação;
- b) As sociedades em relação de participações recíprocas;
- c) As sociedades em relação de domínio;
- d) As sociedades em relação de grupo.

CAPÍTULO SEGUNDO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE SIMPLES PARTICIPAÇÃO, DE PARTICIPAÇÕES RECÍPROCAS E DE DOMÍNIO.

ARTIGO PRIMEIRO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE SIMPLES PARTICIPAÇÃO.

1 – Considera-se que uma sociedade está em relação de simples participação com outra sociedade, quando para além da participação do estado de 10% no capital social das sociedades com sede em espaço territorial português, uma destas é titular de quotas ou acções de outra em montante igual ou superior a 10% do capital desta, mas entre ambas não existe nenhuma das outras relações previstas no artigo anterior.

2 – À titularidade de quotas ou acções por uma sociedade equipara-se para efeito do montante referido no número anterior, a titularidade de quotas ou acções por uma outra

sociedade que desta seja dependente, directa ou indirectamente ou com esta esteja em relação de grupo e de acções de que uma pessoa seja titular por conta de qualquer dessas sociedades.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE COMUNICAÇÃO.

1 – Sem prejuízo dos deveres de declaração e de publicidade de participações sociais na apresentação de contas, uma sociedade deve comunicar por escrito a outra sociedade todas as aquisições e alienações de quotas ou acções desta que tenha efectuado, a partir do momento em que se estabeleça uma relação de simples participação e enquanto o montante da participação não se tornar inferior àquele que determinar essa relação.

2 – A comunicação ordenada pelo número anterior, é independentemente da comunicação de aquisição de quotas exigida pelo disposto no número 3 do artigo 10º, do capítulo terceiro, do título quinto, do presente livro, mas a sociedade participada não pode alegar desconhecimento do montante da participação que nesta tenha outra sociedade, relativamente às aquisições de quotas que lhe tiverem sido comunicadas e às aquisições que tiverem sido registadas nos termos acima referidos.

ARTIGO TERCEIRO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES RECÍPROCAS.

1 – As sociedades que estiverem em relação de participações recíprocas ficam sujeitas aos deveres e restrições constantes dos números seguintes, a partir do momento em que ambas as participações alcancem 10% do capital social da participada, para além da participação do estado de 10% no capital social das sociedades com sede em espaço territorial português.

2 – A sociedade que mais tardiamente tenha efectuado a comunicação exigida pelo disposto no número 1 do artigo anterior, de onde resulte o conhecimento do montante da participação referida no número anterior, não pode adquirir novas quotas ou acções na outra sociedade.

3 – Não são nulas as aquisições efectuadas com violação do disposto no número anterior, mas a sociedade adquirente não pode exercer os direitos inerentes a essas quotas ou acções na parte que exceda 10% do capital social, exceptuando o direito à participação do produto da liquidação, embora esteja sujeita às respectivas obrigações e os seus administradores são responsáveis nos termos gerais, pelos prejuízos que a sociedade sofra pela criação e manutenção de tal situação.

4 – Cumulando-se as relações, o disposto no número 2 do artigo 5º, do presente capítulo, prevalece sobre o número 3.

5 – Sempre que a lei imponha a publicação ou declaração de participações, deve ser mencionado se existem participações recíprocas, o seu montante e as quotas ou acções cujos direitos não podem ser exercidos por uma ou por outra das sociedades.

ARTIGO QUARTO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO.

1 – Considera-se que duas sociedades estão em relação de domínio, sempre que uma desta dita dominante pode exercer, directamente ou por sociedades ou pessoas que preencham os requisitos indicados no disposto no número 2 do artigo 1º, do presente capítulo, sobre a outra dita dependente, uma influência dominante, para além da participação do estado de 10% no capital social das sociedades com sede em espaço territorial português.

2 – Presume-se que uma sociedade é dependente de uma outra se esta directa ou indirectamente:

- a) Detém uma participação maioritária no capital social;
- b) Dispõe de mais de metade dos votos;
- c) Tem a possibilidade de designar mais de metade dos membros do órgão de administração ou do órgão de fiscalização.

3 – Sempre que a lei imponha a publicação ou declaração de participações, deve ser mencionado tanto pela sociedade presumivelmente dominante, como pela sociedade presumivelmente dependente, se se verifica alguma das situações referidas nas alíneas do número anterior.

ARTIGO QUINTO – PROIBIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES.

1 – É proibido a uma sociedade adquirir quotas ou acções das sociedades que directamente ou por sociedades ou pessoas que preencham os requisitos indicados no número 2 do artigo 1º, do presente capítulo, a dominarem, a não ser a aquisições a título gratuito por adjudicação em acção executiva movida contra devedores ou em partilha de sociedades de que seja sócia.

2 – São nulos os actos de aquisição de quotas ou acções que violem o disposto no número anterior, excepto se forem compras em bolsa, aplicando-se a todas as acções assim adquiridas o disposto no número 3 do artigo 3º, do presente capítulo.

CAPÍTULO TERCEIRO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO.

ARTIGO PRIMEIRO – DOMÍNIO TOTAL INICIAL.

1 – Uma sociedade com sede em espaço territorial português, pode constituir uma sociedade anónima com sede em espaço territorial português, de cujas acções esta e o estado por via da sua participação de 10% no capital social, sejam inicialmente os únicos titulares.

2 – Devem ser observados todos os demais requisitos de constituição de sociedades anónimas.

3 – Ao grupo assim constituído aplica-se o disposto nos números 4 a 6 do artigo seguinte.

ARTIGO SEGUNDO – DOMÍNIO TOTAL SUPERVENIENTE.

1 – A sociedade com sede em espaço territorial português que directamente ou por outras sociedades ou pessoas que preencham os requisitos indicados no número 2 do artigo 1º, do capítulo anterior, domine totalmente uma outra sociedade com sede em espaço territorial português, por para além do estado não haver outros sócios, forma um grupo com esta última por força da lei, salvo se a assembleia geral da primeira firmar alguma das deliberações previstas nas alíneas a) e b) do número seguinte.

2 – Nos 183 dias seguintes à ocorrência dos pressupostos acima referidos, a administração da sociedade dominante deve convocar a assembleia geral desta para deliberar em alternativa sobre:

- a) Dissolução da sociedade dependente;
- b) Alienação de quotas ou acções da sociedade dependente;
- c) Manutenção da situação existente.

3 – Firmada a deliberação prevista na alínea c) do número anterior ou enquanto não for firmada alguma deliberação, a sociedade dependente considera-se em relação de grupo com a sociedade dominante e não se dissolve ainda que tenha apenas dois sócios.

4 – A relação de grupo termina:

- a) Se a sociedade dominante ou a sociedade dependente deixar de ter a sua sede em Portugal;
- b) Se a sociedade dominante for dissolvida;
- c) Se para além da participação estatal de 10% no capital social das sociedades com sede em espaço territorial português, mais de 10% do capital social da sociedade dependente deixar de pertencer à sociedade dominante ou às sociedades e pessoas referidas no número 2 do artigo 1º, do capítulo anterior.

5 – Na hipótese prevista na alínea c) do número anterior, a sociedade dominante deve comunicar esse facto imediatamente e por escrito à sociedade dependente.

6 – A administração da sociedade dependente deve solicitar o registo da deliberação referida na alínea c) do número 2, bem como do termo da relação de grupo.

ARTIGO TERCEIRO – AQUISIÇÕES TENDENTES AO DOMÍNIO TOTAL.

1 – Uma sociedade com sede em espaço territorial português que por si ou juntamente com outras sociedades ou pessoas mencionadas no número 2 do artigo 1º, do capítulo anterior, disponha de quotas ou acções correspondente a pelo menos 67% do capital social de outra sociedade com sede em espaço territorial português, deve

comunicar o facto a esta nos 30 dias seguintes àquele em que for alcançada a referida participação.

2 – Nos 183 dias seguintes à data da comunicação, a sociedade dominante pode fazer uma oferta de aquisição das participações dos demais sócios com excepção da participação do estado de 10% no capital social, mediante uma contrapartida em dinheiro ou nas suas próprias quotas, acções ou obrigações, justificada por relatório elaborado por revisor oficial de contas independente das sociedades interessadas, que será depositado no registo e patentado aos interessados nas sedes das duas sociedades.

3 – A sociedade dominante pode tornar-se titular das acções ou quotas pertencentes aos sócios livres da sociedade dependente, se assim o declarar na proposta, estando a aquisição sujeita a registo por depósito e publicação.

4 – O registo só pode ser efectuado se a sociedade tiver consignado em depósito a contrapartida em dinheiro, acções ou obrigações das participações adquiridas, calculada de acordo com os valores mais altos constantes do relatório do revisor oficial de contas.

5 – Se a sociedade dominante não realizar oportunamente a oferta permitida pelo número 2, cada sócio ou acionista livre pode em qualquer altura exigir por escrito que a sociedade dominante lhe faça em prazo não superior a 30 dias, oferta de aquisição das suas quotas ou acções, mediante contrapartida em dinheiro, quotas ou acções das sociedades dominantes.

6 – Na falta da oferta ou sendo esta considerada insatisfatória, o sócio livre pode requerer ao órgão de soberania jurídico competente que declare as acções ou quotas como adquiridas pela sociedade dominante desde a proposição da acção, que fixe o valor em dinheiro e que condene a sociedade dominante a pagar-lho.

7 – Nos termos do número anterior, a acção deve ser proposta nos 30 dias seguintes ao termo do prazo no mesmo referido ou à recepção da oferta, consoante o caso.

8 – A aquisição tendente ao domínio total da sociedade com o capital de 10% do estado e o demais aberto ao investimento do público, rege-se pelo disposto no domínio de sociedade de investimento público, do código civil.

ARTIGO QUARTO – REMISSÃO DO DOMÍNIO TOTAL.

1 – Aos grupos constituídos por domínio total aplicam-se as disposições dos artigos 14º ao 17º, do presente capítulo e as que por força destes forem aplicáveis.

ARTIGO QUINTO – REGIME DO CONTRATO DE GRUPO PARITÁRIO.

1 – Duas ou mais sociedades com sede em espaço territorial português que não sejam dependentes nem entre si nem de outras sociedades podem, constituir um grupo de sociedades, mediante contrato pelo qual aceitem submeter-se a uma direcção unitária e comum.

2 – O contrato e as suas alterações e prorrogações devem ser reduzidos a escrito e procedidos de deliberação de todas as sociedades intervenientes, firmadas sobre proposta das suas administrações e pareceres dos seus órgãos de fiscalização, pela maioria que a lei ou os contratos de sociedade exijam para a sua fusão.

3 – O contrato não pode ser estipulado por tempo indeterminado, mas pode ser prorrogado.

4 – O contrato não pode modificar a estrutura legal de administração e de fiscalização das sociedades, devendo quando o contrato instituir um órgão comum de direcção ou coordenação todas as sociedades participarem neste igualmente.

5 – Ao termo do contrato aplica-se o disposto no artigo 19º, do presente capítulo.

6 – Ficam ressalvadas as normas legais disciplinadoras da concorrência entre empresas.

ARTIGO SEXTO – NOÇÃO DE CONTRATO DE SUBORDINAÇÃO.

1 – Uma sociedade com sede em espaço territorial português pode por contrato subordinar a gestão da sua própria actividade à direcção de outra sociedade com sede em espaço territorial português, quer seja dominante, quer o não seja.

2 – A sociedade directora forma um grupo com todas as sociedades por esta dirigidas, mediante contrato de subordinação e com todas as sociedades por esta integralmente dominadas, directa ou indirectamente.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÕES ESSENCIAIS DA SOCIEDADE DIRECTORA.

1 – No contrato de subordinação é essencial que a sociedade directora se comprometa:

- a) A adquirir as quotas ou acções dos sócios livres da sociedade subordinada, mediante uma contrapartida fixada ou por acordo ou nos termos do disposto no artigo 10º, do presente capítulo;
- b) A garantir os lucros dos sócios livres da sociedade subordinada nos termos do disposto no artigo 12º, do presente capítulo.

2 – Sócios livres são todos os sócios ou accionistas da sociedade subordinada, exceptuados:

- a) A sociedade directora;
- b) As sociedades ou pessoas relacionadas com a sociedade directora nos termos do disposto no número 2 do artigo 1º, do capítulo anterior ou as sociedades que estejam em relação de grupo com a sociedade directora;
- c) A sociedade dominante da sociedade directora;
- d) As pessoas que possuam 10% ou mais do capital social das sociedades referidas nas alíneas anteriores;

- e) A sociedade subordinada;
- f) As sociedades dominadas pela sociedade subordinada.

ARTIGO OITAVO – PROJECTO DE CONTRATO DE SUBORDINAÇÃO.

1 – As administrações das sociedades que pretendam celebrar contrato de subordinação devem elaborar em conjunto, um projecto donde conste para além de outros elementos necessários ou convenientes para o perfeito conhecimento da operação visada, tanto no aspecto jurídico como no económico:

- a) Os motivos, as condições e os objectivos do contrato relativamente às duas sociedades intervenientes;
- b) A firma, a sede, o montante do capital, o número e a data de matrícula no registo comercial de cada uma destas, bem como os textos actualizados dos respectivos contratos de sociedade;
- c) A participação de alguma das sociedades no capital de outra;
- d) O valor em dinheiro atribuído às quotas ou acções da sociedade que pelo contrato, ficará a ser dirigida pela outra;
- e) A natureza da contrapartida que uma sociedade oferece aos sócios da outra, no caso de estes aceitarem a proposta de aquisição das suas quotas ou acções pela oferente;
- f) No caso de a contrapartida mencionada na alínea anterior, consistir em acções ou obrigações, o valor dessas acções ou obrigações e a relação de troca;
- g) A duração do contrato de subordinação;
- h) O prazo a contar da celebração do contrato, dentro do qual os sócios livres da sociedade que ficará a ser dirigida poderão exigir a aquisição das suas quotas ou acções pela outra sociedade;
- i) A importância que a sociedade que ficará a ser directora deverá entregar anualmente à outra sociedade para manutenção de distribuição de lucros ou o modo de calcular essa importância;
- j) A convenção de atribuição de lucros, se a existir.

ARTIGO NONO – REMISSÃO DE SUBORDINAÇÃO.

1 – À fiscalização do projecto, à convocação das assembleias, à consulta dos documentos, à reunião das assembleias e aos requisitos das deliberações destas aplica-se sempre que possível o disposto quanto à fusão das sociedades nos termos do disposto no capítulo nono, do título terceiro, do presente livro.

2 – Sempre que se tratar da celebração ou da modificação de contrato celebrado entre uma sociedade dominante e uma sociedade dependente, exige-se ainda que não tenha votado contra a respectiva proposta mais de metade dos sócios livres da sociedade dependente.

3 – As deliberações das duas sociedades são comunicadas aos respectivos sócios por meio de carta registada, tratando-se de sócios da sociedade por quotas ou de titulares de acções nominativas, sendo nos demais casos a comunicação efectuada por meio de anúncio.

ARTIGO DÉCIMO – POSIÇÃO DOS SÓCIOS LIVRES.

1 – Nos 92 dias seguintes à última das publicações do anúncio da deliberação ou à recepção da carta registada pode o sócio livre opor-se ao contrato de subordinação, com fundamento em violação do disposto na presente lei ou em insuficiência de contrapartida oferecida.

2 – A oposição realiza-se pela forma prevista para a oposição de credores em caso de fusão de sociedades, pelo que o juiz ordenará sempre que a sociedade directora informe o montante das contrapartidas a pagar a outros sócios livres ou acordadas com estes.

3 – É vedado às administrações das sociedades celebrarem o contrato de subordinação antes de decorrido o prazo referido no número 1 ou antes de terem sido deduzidas as oposições de que por qualquer forma tenham conhecimento.

4 – A fixação judicial da contrapartida da aquisição pela sociedade directora ou dos lucros garantidos por esta aproveita a todos os sócios livres, tenham ou não deduzido oposição.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CELEBRAÇÃO E REGISTO DO CONTRATO.

1 – O contrato de subordinação deve ser reduzido a escrito, devendo ser celebrado por administradores das duas sociedades, registado por depósito pelas duas sociedades e publicado.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DIREITO DOS SÓCIOS LIVRES.

1 – Os sócios livres que não tenham deduzido oposição ao contrato de subordinação têm o direito de optar entre a alienação das suas quotas ou acções e a garantia de lucro, contando que o comuniquem por escrito às duas sociedades dentro do prazo fixado para a oposição.

2 – Igual direito têm os sócios livres que tenham deduzido oposição nos 92 dias seguintes ao trânsito em julgado das respectivas sentenças.

3 – A sociedade que pelo contrato seria directora, pode mediante comunicação escrita à outra sociedade efectuada nos 30 dias seguintes ao trânsito em julgado da última sentença sobre oposições deduzidas, desistir da celebração do contrato.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – GARANTIA DE LUCROS.

1 – Pelo contrato de subordinação, a sociedade directora afirma a obrigação de pagar aos sócios livres da sociedade subordinada a diferença entre o lucro efectivamente realizado e a mais elevada das importâncias seguintes:

- a) A média dos lucros auferidos pelos sócios livres nos três exercícios anteriores do contrato de subordinação, calculada em percentagem relativamente ao capital social;
- b) O lucro que seria auferido por quotas ou acções da sociedade directora, no caso de terem sido por estas trocadas as quotas ou acções daqueles sócios.

2 – A garantia conferida no número anterior, permanece enquanto o contrato de grupo vigorar e mantêm-se nos três exercícios seguintes ao termo deste contrato.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – RESPONSABILIDADE PARA COM OS CREDORES DA SOCIEDADE SUBORDINADA.

1 – A sociedade directora é responsável pelas obrigações da sociedade subordinada, constituídas antes ou depois da celebração do contrato de subordinação, até ao termo deste.

2 – A responsabilidade da sociedade directora não pode ser exigida antes de decorridos 30 dias sobre a constituição em mora da sociedade subordinada.

3 – Não pode mover-se execução contra a sociedade directora com base em título exequível contra a sociedade subordinada.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – RESPONSABILIDADE POR PERDAS DA SOCIEDADE SUBORDINADA.

1 – A sociedade subordinada tem o direito de exigir que a sociedade directora compense as perdas anuais que por qualquer razão se verifiquem durante a vigência do contrato de subordinação, sempre que estas não forem compensadas pelas reservas constituídas durante o mesmo período.

2 – A responsabilidade prevista no número anterior, só é exigível após o termo do contrato de subordinação, mas torna-se exigível durante a vigência do contrato, se a sociedade subordinada for declarada falida.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITO DE DAR INSTRUÇÕES.

1 – A partir da publicação do contrato de subordinação, a sociedade directora tem o direito de dar à administração da sociedade subordinada instruções vinculativas.

2 – Se o contrato não dispuser o contrário, podem ser dadas instruções desvantajosas para a sociedade subordinada, se tais instruções servirem os interesses da sociedade directora ou das demais sociedades do mesmo grupo, pelo que em caso algum

serão lícitas instruções para a prática de actos que em si mesmo sejam proibidos por disposições legais não respeitantes ao funcionamento de sociedades.

3 – Se forem dadas instruções para a administração da sociedade subordinada efectuar um negócio que por lei ou pelo contrato de sociedade dependa de parecer ou consentimento de outro órgão da sociedade subordinada e este não for dado, devem as instruções ser acatadas se verificada a recusa estas forem repetidas, acompanhadas do consentimento ou parecer favorável do órgão correspondente da sociedade directora, caso esta o tenha.

4 – É proibido à sociedade directora determinar a transferência de bens do activo da sociedade subordinada para outras sociedades do grupo sem justa contrapartida, com excepção do caso do disposto no artigo anterior.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DEVERES E RESPONSABILIDADES.

1 – Os membros do órgão de administração da sociedade directora devem adoptar relativamente ao grupo, a diligência exigida por lei quanto à administração da sua própria sociedade.

2 – Os membros do órgão de administração da sociedade directora são responsáveis também para com a sociedade subordinada nos termos do disposto nos artigos 2º ao 7º, do capítulo sétimo, do título terceiro, do presente livro, com as necessárias adaptações, podendo a acção da responsabilidade ser proposta por qualquer sócio ou accionista livre da sociedade subordinada, em nome desta.

3 – Os membros do órgão de administração da sociedade subordinada não são responsáveis pelos actos ou omissões praticados na execução de instruções lícitas recebidas.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO.

1 – As modificações do contrato de subordinação são deliberadas pelas assembleias gerais das duas sociedades nos termos exigidos para a celebração do contrato e devem ser reduzidas a escrito.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TERMO DO CONTRATO.

1 – As duas sociedades podem por acordo por termo ao contrato de subordinação, depois de este ter vigorado um exercício completo.

2 – A resolução por acordo é deliberada pelas assembleias gerais das duas sociedades, nos termos exigidos para a celebração do contrato.

3 – O contrato de subordinação termina:

- a) Pela dissolução de alguma das duas sociedades;
- b) Pelo fim do prazo estipulado;

- c) Por sentença judicial, em acção proposta por alguma das sociedades com fundamento em justa causa;
- d) Por denúncia de alguma das sociedades, nos termos do número seguinte, se o contrato não tiver duração determinada.

4 – A denúncia por alguma das sociedades não pode ter lugar antes de o contrato ter vigorado 5 anos, devendo ser autorizado por deliberação da assembleia geral nos termos do número 2 e comunicada à outra sociedade por carta registada, só produzindo efeitos no fim do exercício seguinte.

5 – A denúncia prevista na alínea d) do número 3 é autorizada por deliberação firmada nos termos do número 2.

ARTIGO VIGÉSIMO – AQUISIÇÃO DO DOMÍNIO TOTAL.

1 – Sempre que por força do disposto no artigo 12º, do presente capítulo ou de aquisições efectuadas durante a vigência do contrato de subordinação, a sociedade directora possua só por si ou por sociedades ou pessoas que preencham os requisitos indicados no disposto no número 2 do artigo 1º, do capítulo anterior, o domínio total da sociedade subordinada, passa a ser aplicável o regime respectivo, caducando as deliberações firmadas ou terminando o contrato, consoante o caso.

2 – A existência de projecto ou de contrato de subordinação não obsta à aplicação do disposto no artigo 3º, do presente capítulo.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – CONVENÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE LUCROS.

1 – O contrato de subordinação pode incluir uma convenção pela qual a sociedade subordinada se obriga a atribuir os seus lucros anuais à sociedade directora ou a outra sociedade do grupo.

2 – Os lucros a considerar para o efeito do número anterior, não podem exceder os lucros do exercício, apurados nos termos da lei, deduzidas as importâncias necessárias para a cobertura de perdas de exercícios anteriores e para atribuição e reserva legal.

CAPÍTULO QUARTO – APRECIACÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DE SOCIEDADES OBRIGADAS À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS.

1 – Os gerentes ou administradores de uma sociedade obrigada por lei à consolidação de contas devem elaborar e submeter aos órgãos competentes o relatório consolidado de gestão, as contas consolidadas do exercício e os demais documentos de prestação de contas consolidadas.

2 – Os documentos de prestação de contas referidos no número anterior, devem ser apresentados e apreciados pelos órgãos competentes no prazo de 62 dias a contar da data do encerramento do exercício.

3 – Os gerentes ou administradores de cada sociedade a incluir na consolidação que seja empresa filial ou associada, devem em tempo útil enviar à sociedade consolidante o seu relatório e contas e a respectiva certificação legal ou declaração de impossibilidade de certificação a submeter à respectiva assembleia geral, bem como prestar as demais informações necessárias à consolidação de contas.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIOS GERAIS SOBRE A ELABORAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS.

1 – A elaboração do relatório consolidado de gestão de contas consolidadas do exercício e dos demais documentos de prestação de contas consolidadas deve obedecer ao disposto na lei, podendo o contrato de sociedade e os contratos entre empresas a consolidar complementar, mas não derrogar as disposições legais aplicáveis.

2 – É aplicável à elaboração das contas consolidadas com as necessárias adaptações o disposto nos números 4 ao 6 do artigo 1º e dos artigos 5º ao 7º, do capítulo sexto, do título terceiro, do presente livro.

ARTIGO TERCEIRO – RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO.

1 – O relatório consolidado de gestão deve conter pelo menos uma exposição final e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição das empresas compreendidas na consolidação, consideradas no seu conjunto, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

2 – A exposição prevista no número anterior, deve incluir uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, do desempenho e da posição das empresas compreendidas na consolidação, consideradas no seu conjunto conforme a dimensão e complexidade da sua actividade.

3 – Na medida do necessário para a compreensão da evolução do desempenho ou da posição das referidas empresas, a análise prevista no número anterior, deve abranger tanto os aspectos financeiros, como quando adequado referências do desempenho não financeiro relevantes para as actividades específicas dessas empresas, incluindo informações sobre questões ambientais e questões relativas aos profissionais.

4 – Na apresentação da análise prevista no número 2, o relatório consolidado de gestão deve sempre que adequado incluir uma referência aos montantes inscritos nas contas consolidadas e explicações adicionais relativas a esses montantes.

5 – No que se refere às empresas compreendidas na consolidação, o relatório deve incluir indicação sobre:

- a) Os acontecimentos importantes ocorridos depois do encerramento do exercício;

- b) A evolução previsível do conjunto destas empresas;
- c) As actividades do conjunto destas empresas em matéria de investigação e desenvolvimento;
- d) O número e o valor nominal detidos por esta mesma empresa, por empresas filiais ou por uma pessoa agindo em nome próprio mas por conta destas empresas, a não ser que estas indicações sejam apresentadas no anexo ao balanço e demonstração de resultados consolidados;
- e) Os objectivos e as directrizes da sociedade em matéria de gestão de riscos financeiros, incluindo as directrizes de cobertura de cada uma das principais categorias de transacções previstas para as quais seja utilizada a contabilização de cobertura e a exposição por parte das entidades compreendidas na consolidação aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, quando materialmente relevantes para a avaliação dos elementos do activo e do passivo, da posição financeira e dos resultados, em relação com a utilização dos instrumentos financeiros;
- f) A descrição dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos de grupo relativamente ao processo de elaboração das contas consolidadas, quando os valores mobiliários da sociedade sejam admitidos à negociação num mercado regulamentado.

6 – Sempre que para além do relatório de gestão for exigido um relatório consolidado de gestão, os dois relatórios podem ser apresentados sob a forma de relatório único.

7 – Na elaboração do relatório único pode ser adequado dar maior ênfase às questões que sejam significativas para as empresas compreendidas na consolidação, consideradas no seu conjunto.

8 – No caso de sociedades que sejam emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem um único relatório, a informação constante da alínea f) do número 5, deve ser incluída na secção do relatório sobre administração das sociedades que contém a informação constante da alínea l) do número 5 do artigo 34º, do capítulo sexto, do título sexto, do presente livro.

ARTIGO QUARTO – FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS.

1 – A entidade que elabora as contas consolidadas deve submetê-las a exame pelo revisor oficial de contas e pelo seu órgão de fiscalização nos termos do disposto nos artigos 1º ao 3º, do capítulo oitavo, do título sexto, do presente livro, com as necessárias adaptações.

2 – Caso tal entidade não tenha órgão de fiscalização, deve mandar fiscalizar as contas consolidadas nos termos do número anterior, por um revisor oficial de contas.

3 – A pessoa ou pessoas responsáveis pela certificação legal das contas consolidadas devem também emitir na respectiva certificação legal das contas, parecer acerca da concordância ou não do relatório consolidado de gestão com as contas consolidadas do mesmo exercício.

4 – Sempre que forem anexadas às contas consolidadas as contas individuais da empresa-mãe, a certificação legal das contas consolidadas poderá ser conjugada com a certificação legal das contas individuais da empresa-mãe.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS.

1 – A informação respeitante às contas consolidadas, à certificação legal de contas e aos demais documentos de prestação de contas consolidadas regularmente aprovadas, está sujeita a registo comercial nos termos da lei respectiva.

2 – A sociedade deve disponibilizar aos interessados sem encargo no respectivo sítio da internet sempre que exista e na sua sede, cópia integral dos seguintes documentos:

- a) Relatório consolidado de gestão;
- b) Certificação legal das contas consolidadas;
- c) Parecer do órgão de fiscalização, sempre que exista.

3 – Caso a empresa que tenha elaborado as contas consolidadas esteja constituída sob uma forma que não seja a de sociedade anónima, sociedade por quotas ou sociedade em comandita por acções e desde que esta não esteja sujeita por lei à obrigação de registo de prestação de contas consolidadas, deve colocar à disposição do público na sua sede, os documentos de prestação de contas consolidadas, os quais podem ser obtidos por simples requisição, mediante um preço que não pode exceder o seu custo administrativo.

ARTIGO SEXTO – ANEXO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS.

1 – As sociedades devem prestar informação no anexo às contas:

- a) Sobre a natureza e o objectivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respectivo impacto financeiro, sempre que os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes em face de que a divulgação de tais riscos ou benefícios sejam necessários para efeitos de avaliação da situação financeira das sociedades incluídas no perímetro de consolidação;
- b) Separadamente, sobre os honorários totais facturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais e os honorários totais facturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais facturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais facturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

2 – As sociedades que não elaborem as suas contas de acordo com as normas internacionais de contabilidade adoptadas nos termos do regulamento português, devem ainda proceder à divulgação no anexo às contas de informações sobre as operações, com excepção das operações intragrupo realizadas pela sociedade mãe ou por outras sociedades incluídas no perímetro de consolidação com partes relacionadas, incluindo nomeadamente os montantes dessas operações, a natureza de relação com a parte relacionada e outras informações necessárias à avaliação da situação financeira das sociedades incluídas no perímetro de consolidação, se tais operações forem relevantes e não tiverem sido realizadas em condições normais de mercado.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior:

- a) A expressão “partes relacionadas”, significa uma relação de sociedades coligadas nos termos do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título definida nas normas internacionais de contabilidade adoptadas nos termos do regulamento português;
- b) As informações sobre as diferentes operações podem ser agregadas em função da sua natureza, excepto sempre que sejam necessárias informações separadas para compreender os efeitos das operações com partes relacionadas sobre a situação financeira das sociedades incluídas no perímetro de consolidação.

TÍTULO NONO – ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1 – Qualquer pessoa singular que exerça ou pretenda exercer uma actividade comercial pode constituir para o efeito um estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

2 – O interessado afectará ao estabelecimento individual de responsabilidade limitada uma parte do seu património, equivalente ao total do imobilizado exigido ao exercício da actividade comercial, cujo valor representará o capital inicial do estabelecimento.

3 – Uma pessoa só pode ser titular de um único estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

ARTIGO SEGUNDO – FORMA DO ACTO CONSTITUTIVO.

1 – A constituição do estabelecimento individual de responsabilidade limitada deve ser reduzido a escrito, salvo se forma mais solene for exigida para a transmissão dos bens que representam o capital inicial do estabelecimento.

2 – O documento de constituição deve conter:

- a) A firma, a sede, o objecto e o capital do estabelecimento;
- b) A declaração de que se procedeu ao depósito das quantias liberadas nos termos do disposto no artigo seguinte e de que foram efectuadas as entradas em espécie se as existir;
- c) O nome, a nacionalidade e o domicílio do titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada e ainda a firma se a existir;
- d) A data em que o estabelecimento individual de responsabilidade limitada inicia a sua actividade e o respectivo prazo de duração, se não for constituído por tempo indeterminado;
- e) O montante aproximado dos impostos ou taxas a cujo pagamento o titular fique sujeito em virtude da constituição do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

3 – A firma do estabelecimento individual de responsabilidade limitada será constituída pelo nome do titular, acrescido ou não de uma referência do objecto do comércio neste exercido e incluirá o aditamento «Estabelecimento individual de responsabilidade limitada» ou «E.I.R.L.».

ARTIGO TERCEIRO – FORMAÇÃO DO CAPITAL.

1 – O montante do capital é sempre expresso em escudos.

2 – O capital mínimo do estabelecimento não pode ser inferior a 1 000 contos.

3 – O capital será realizado em numerário, bens materiais ou direitos susceptíveis de penhora, não podendo a parte do numerário ser inferior a dois terços do capital mínimo.

4 – O capital deve estar integralmente liberado no momento em que for requerido o registo do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, deduzidas as quantias referidas na alínea e) do número 2 do artigo anterior e a parte em numerário deve encontrar-se depositada numa instituição de crédito à ordem do titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada há menos de 92 dias.

5 – O depósito referido no número anterior, deve ser realizado em conta especial, que só pode ser movimentada após o registo definitivo do acto constitutivo.

6 – O depositante pode dispor livremente das quantias depositadas se o registo de constituição do estabelecimento individual de responsabilidade limitada não for solicitado no prazo de 92 dias a contar do depósito.

7 – Se existirem entradas em espécie, o pedido do registo da constituição do estabelecimento individual de responsabilidade limitada deve ser instruído com um relatório elaborado por revisor oficial de contas em que descreva o seu objecto e se indiquem os critérios da respectiva avaliação e o valor atribuído a cada uma destas.

8 – Se os bens referidos no número anterior, determinarem pela sua natureza forma mais solene para a constituição do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, o referido relatório deve ser apresentado no momento do acto constitutivo.

ARTIGO QUARTO – REGISTO E PUBLICAÇÃO DO ACTO CONSTITUTIVO.

1 – A solicitação de registo de constituição do estabelecimento individual de responsabilidade limitada no registo comercial, deve ser instruído com:

- a) O documento comprovativo do acto constitutivo;
- b) O relatório a que se refere o número 7 do artigo anterior se for o caso;
- c) Documento comprovativo do cumprimento do disposto no número 4 do artigo anterior.

2 – Compete ao órgão de soberania notarial competente nos termos da legislação que lhe é aplicável, promover a publicação do acto constitutivo.

ARTIGO QUINTO – EFICÁCIA DO ACTO CONSTITUTIVO EM RELAÇÃO A TERCEIROS.

1 – O acto constitutivo do estabelecimento individual de responsabilidade limitada é eficaz em relação a terceiros a partir da sua publicação nos termos do disposto no número 2 do artigo anterior, não impedindo a falta de publicação que o referido acto constitutivo seja invocado por e contra terceiros que deste tivessem conhecimento ao tempo da criação dos seus direitos.

ARTIGO SEXTO – RESPONSABILIDADE PELA CONSTITUIÇÃO.

1 – O titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada responde nos termos gerais perante qualquer interessado, pela inexactidão e deficiências das indicações e declarações prestadas tendo presente a constituição do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, designadamente no que respeita à realização de entradas e ao cumprimento do disposto no número 4 do artigo 3^a, do presente capítulo.

CAPÍTULO SEGUNDO – ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

ARTIGO PRIMEIRO – ADMINISTRAÇÃO.

1 – A administração do estabelecimento individual de responsabilidade limitada compete ao seu titular, ainda que seja casado e por força do regime matrimonial de bens, o estabelecimento pertença ao património comum do casal.

ARTIGO SEGUNDO – ACTOS EXTERNOS.

1 – Sem prejuízo de outras menções exigidas por leis especiais em todos os contratos, todas as correspondências, publicações, todos os anúncios, sítios na internet e de um modo geral em toda a actividade externa, os estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada devem indicar claramente para além da firma, a sede, o órgão de soberania notarial onde se encontram matriculados, o número de matrícula nesse órgão de soberania notarial, o número de identificação de pessoa colectiva e sendo o caso a menção de que o estabelecimento individual de responsabilidade limitada se encontra em liquidação.

ARTIGO TERCEIRO – DÍVIDAS PELAS QUAIS RESPONDE O PATRIMÓNIO DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 2º, do capítulo quinto, do presente título, o património do estabelecimento individual de responsabilidade limitada responde unicamente pelas dívidas contraídas no desenvolvimento das actividades compreendidas no âmbito da respectiva empresa.

2 – Se os demais bens do titular forem insuficientes e sem prejuízo do disposto na parte final do artigo 5º, do capítulo anterior, aquele património responde unicamente pelas dívidas que este tenha contraído antes de efectuada a publicação a que se refere o número 2 do artigo 4º, do capítulo anterior.

ARTIGO QUARTO – RESPONSABILIDADE PELAS DÍVIDAS DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

1 – Pelas dívidas resultantes de actividades compreendidas no objecto do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, respondem apenas os bens a este afectados.

2 – No entanto em caso de falência do titular por causa relacionada com a actividade exercida naquele estabelecimento individual de responsabilidade limitada, o falido responde com todo o seu património pelas dívidas contraídas nesse exercício, contando que se prove que o princípio da separação patrimonial não foi devidamente observado na gestão do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

3 – No caso previsto no número anterior, a responsabilidade aí cominada recai sobre todo aquele que tendo exercido anteriormente a administração do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, haja transgredido nessa administração o princípio da separação de patrimónios, respondendo solidariamente se forem vários os obrigados.

CAPÍTULO TERCEIRO – ELABORAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – ELABORAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS.

1 – Em cada ano civil o titular elabora as contas do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

2 – As contas referidas no número anterior, são constituídas pelo balanço e pela demonstração dos resultados líquidos e são elaboradas nos termos da lei.

3 – No documento que contém as contas anuais ou em anexo a este, deve mencionar-se o destino dos lucros.

4 – O titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada deve submeter as contas a parecer do revisor oficial de contas por este escolhido.

5 – A informação respeitante aos documentos previstos nos números 2 a 4, está sujeita a registo comercial nos termos da lei respectiva.

6 – O titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada deve disponibilizar aos interessados no respectivo sítio da internet sempre que exista e na sede do estabelecimento, cópia integral do parecer do revisor oficial de contas.

ARTIGO SEGUNDO – REMUNERAÇÃO.

1 – A remuneração que o titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada pode atribuir-se como administrador, não excederá em caso algum o correspondente ao triplo do salário mínimo nacional.

ARTIGO TERCEIRO – INTANGIBILIDADE DO CAPITAL.

1 – O titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada não pode desafectar do património do estabelecimento individual de responsabilidade limitada para fins não relacionados com a actividade deste, quantias que não correspondam aos lucros líquidos apurados pelo balanço anual.

2 – Pode contudo levantar quantias por conta dos lucros líquidos do exercício em curso.

3 – Se no fim do exercício tais quantias excederem o montante dos lucros referidos no número anterior, será o excedente restituído ao património do estabelecimento individual de responsabilidade limitada no prazo de 92 dias a seguir ao fecho das contas.

4 – Pelo cumprimento da obrigação nos termos do número anterior, o titular responde com todo o seu património.

ARTIGO QUARTO – RESERVA LEGAL.

1 – Será obrigatoriamente criado um fundo de reserva, ao qual o titular destinará uma fracção dos lucros anuais não inferior a 20%, até que esse fundo represente metade do capital do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

2 – Nos termos do número anterior, este fundo deve ser reintegrado sempre que se encontre reduzido.

3 – O fundo de reserva previsto nos números anteriores, só pode ser utilizado:

- a) Para cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço anual que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas;
- b) Para cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior, que não possa ser coberta pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- c) Para incorporação no capital.

CAPÍTULO QUARTO – ALTERAÇÃO DO ACTO CONSTITUTIVO.

ARTIGO PRIMEIRO – REQUISITOS DE FORMA E PUBLICIDADE.

1 – As alterações do acto constitutivo do estabelecimento individual de responsabilidade limitada devem ser reduzidas a escrito, porém se a alteração envolver aumento de capital com entradas em bens diferentes de dinheiro para cuja transmissão a lei exija forma mais solene, deve revestir essa forma.

2 – É aplicável à alteração do acto constitutivo o disposto no artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – AUMENTO DO CAPITAL MEDIANTE NOVAS ENTRADAS.

1 – As entradas correspondentes ao aumento do capital do estabelecimento individual de responsabilidade limitada podem ser em numerário, bens materiais ou direitos susceptíveis de penhora.

2 – Ao aumento de capital são aplicáveis com as necessárias adaptações o disposto nos números 4 a 6 do artigo 3º e no artigo 6º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TERCEIRO – AUMENTO DO CAPITAL MEDIANTE INCORPORAÇÃO DE RESERVAS.

1 – O aumento do capital de estabelecimento individual de responsabilidade limitada pode ser também efectuado mediante incorporação de reservas disponíveis.

2 – Este aumento só pode ser efectuado depois de elaboradas as contas do último exercício, pelo que se porém já tiverem decorrido mais de 183 dias sobre a elaboração

dessas contas, a existência de reservas a incorporar só pode ser provada por um balanço especial organizado nos termos previstos para o balanço anual.

3 – O balanço anual ou o balanço especial a que se refere o número anterior, acompanhado de um parecer elaborado por um revisor oficial de contas, devem ser depositados no órgão de soberania notarial competente.

ARTIGO QUARTO – REDUÇÃO DO CAPITAL.

1 – Após a redução do capital, a situação líquida do estabelecimento individual de responsabilidade limitada tem de exceder o novo capital em pelo menos 20%.

2 – O capital pode ser reduzido para um montante inferior ao mínimo fixado no disposto no artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título, não produzindo a redução efeitos enquanto não for efectuado um aumento do capital que o eleve ao mínimo exigido.

3 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, qualquer credor do estabelecimento individual de responsabilidade limitada pode no prazo de 30 dias após a publicação do registo de redução do capital, requerer ao órgão de soberania jurídico competente que seja vedado ao titular retirar do estabelecimento quaisquer verbas provenientes da redução ou a título de reservas disponíveis ou de lucros durante um período a fixar, a não ser que o crédito do requerente seja satisfeito se já for exigível ou adequadamente garantido nos demais casos.

4 – A faculdade conferida aos credores no número anterior, apenas pode ser exercida se estes tiverem solicitado ao titular do estabelecimento a satisfação do seu crédito ou a prestação de garantia adequada há pelo menos 15 dias, sem que o seu pedido tenha sido atendido.

5 – Antes de decorrido o prazo concedido aos credores sociais nos termos dos números anteriores, o titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada fica sujeito à proibição referida no número 3, valendo a mesma proibição a partir do conhecimento de que algum dos credores requerer a providência aí indicada.

CAPÍTULO QUINTO – NEGOCIAÇÃO, ONERAÇÃO E PENHORA DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

ARTIGO PRIMEIRO – NEGÓCIO JURÍDICOS E DIREITOS SOBRE O ESTABELECIMENTO.

1 – O estabelecimento individual de responsabilidade limitada pode ser transmitido por acto gratuito ou oneroso ou dado em locação, bem como sobre este pode constituir-se um usufruto ou um penhor, produzindo os seus efeitos independentemente da entrega do estabelecimento individual de responsabilidade limitada ao credor.

2 – Os actos referidos no número anterior, enquanto actos entre vivos estão sujeitos às condições de forma e de publicidade previstas no artigo 1º, do capítulo anterior.

3 – Ao locatário e ao usufrutuário do estabelecimento individual de responsabilidade limitada durante o período de locação e de usufruto, é aplicável o disposto no presente título, sobre os poderes e deveres do titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

4 – Se o adquirente do estabelecimento individual de responsabilidade limitada for já titular de um estabelecimento da mesma natureza, será nula a aquisição, sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa-fé.

ARTIGO SEGUNDO – PENHORA DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

1 – Na execução movida contra o titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada por dívidas alheias à respectiva exploração, os credores só poderão penhorar o estabelecimento individual de responsabilidade limitada provando a insuficiência dos restantes bens do devedor.

CAPÍTULO SEXTO – LIQUIDAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

ARTIGO PRIMEIRO – FALECIMENTO DO TITULAR OU SEPARAÇÃO PATRIMONIAL DOS CÔNJUGES.

1 – O falecimento do titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada ou nos casos em que o mesmo for casado qualquer outra causa que ponha fim à comunhão de bens existentes entre os cônjuges não implica a entrada em liquidação do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, mantendo-se a afectação do respectivo património nos termos do acto constitutivo.

2 – Se os herdeiros do titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada ou cônjuges não chegarem a acordo sobre o valor a atribuir ao estabelecimento individual de responsabilidade limitada ou sobre a quota-parte que deve ingressar no património de cada um, qualquer destes pode solicitar ao órgão de soberania jurídico competente que fixe esse valor ou essa quota-parte.

3 – Decorridos 92 dias sobre o falecimento do titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada ou sobre o facto constitutivo da separação patrimonial dos cônjuges, se os herdeiros ou os cônjuges não chegarem a acordo sobre o destino do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, qualquer interessado pode solicitar a sua liquidação judicial.

4 – Se o titular de um estabelecimento individual de responsabilidade limitada adquirir por sucessão de falecimento a propriedade de um outro estabelecimento da mesma espécie, deverá alienar ou liquidar um destes ou transmitir a sua exploração.

5 – O herdeiro ou o cônjuge não titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada que em virtude dos factos referidos no número 1, venha a afirmar a titularidade do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, deve dar publicidade à ocorrência nos termos previstos no artigo 2º, do capítulo décimo quarto, do título terceiro, do presente livro, bem como requerer a inscrição da alteração verificada no registo comercial, apresentando com o requerimento de inscrição, os documentos que atestem a mudança da titularidade do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

ARTIGO SEGUNDO – CASOS DE LIQUIDAÇÃO IMEDIATA.

1 – O estabelecimento individual de responsabilidade limitada entra imediatamente em liquidação:

- a) Por declaração do seu titular, expressa em documento particular;
- b) Pelo decurso do prazo fixado no acto constitutivo;
- c) Pela sentença que declare a insolvência do titular;
- d) Pela impossibilidade de venda judicial na execução movida por um dos credores do titular ao abrigo do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior.

ARTIGO TERCEIRO – LIQUIDAÇÃO POR VIA ADMINISTRATIVA.

1 – A liquidação por via administrativa do estabelecimento individual de responsabilidade limitada pode ter lugar se algum interessado a requerer com um dos seguintes fundamentos:

- a) Ter sido completamente realizado o objecto do estabelecimento individual de responsabilidade limitada ou verificada a impossibilidade de o realizar;
- b) Encontrar-se o valor do património líquido reduzido a menos de dois terços do montante do capital social.

2 – Na hipótese prevista na alínea b) do número anterior, o conservador pode fixar ao titular um prazo razoável nunca superior a 1 ano, a fim de que a situação seja regularizada, suspendendo-se o procedimento.

3 – A liquidação por via administrativa do estabelecimento individual de responsabilidade limitada é iniciada oficiosamente pelo órgão de soberania notarial competente nos seguintes casos:

- a) Sempre que durante 2 anos consecutivos, o seu titular não tenha procedido ao depósito dos documentos de prestação de contas e a administração tributária tenha comunicado ao órgão de soberania notarial competente a omissão de entrega de declaração fiscal de rendimento pelo mesmo período;
- b) Sempre que a administração tributária tenha comunicado ao órgão de soberania notarial competente a ausência de actividade efectiva do

estabelecimento, verificada nos termos previstos na legislação tributária;

- c) Sempre que a administração tributária tenha comunicado ao órgão de soberania notarial competente a declaração oficiosa de cessação de actividade do estabelecimento individual de responsabilidade limitada nos termos previstos na legislação tributária.

ARTIGO QUARTO – PUBLICAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO.

1 – O titular deverá requerer a inscrição no registo comercial de entrada em liquidação do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

2 – No caso previsto na alínea a) do artigo 2º, do presente capítulo, a inscrição faz-se com base no documento aí mencionado.

3 – Nos casos previstos no número 3 do artigo 1º e na alínea c) do artigo 2º, do presente capítulo, deve o órgão de soberania jurídico competente notificar o órgão de soberania notarial competente do início do processo de liquidação judicial ou da sentença que declare a insolvência respectivamente, para efeitos de promoção pelo órgão de soberania notarial competente a expensas do titular do registo de entrada em liquidação do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

4 – Nos casos previstos no artigo anterior, a inscrição é lavrada oficiosamente com base no requerimento ou no auto que dá início ao procedimento administrativo de liquidação.

5 – O órgão de soberania notarial competente deve promover a publicação da entrada em liquidação do estabelecimento individual de responsabilidade limitada nos termos da legislação do registo comercial.

6 – A entrada em liquidação do estabelecimento individual de responsabilidade limitada produz efeitos em relação a terceiros a partir do momento em que seja publicada nos termos do número anterior.

ARTIGO QUINTO – PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação do estabelecimento individual de responsabilidade limitada será realizada nos termos dos artigos seguintes.

2 – Na hipótese de falência, os termos da liquidação são os da lei de processo, devendo respeitar-se sempre a preferência dos credores do estabelecimento individual de responsabilidade limitada em relação aos credores comuns do falido.

3 – A firma do estabelecimento individual de responsabilidade limitada em liquidação deverá ser seguida das palavras «Em liquidação», devendo esta menção e o nome do liquidatário figurar em todos os actos e documentos destinados a terceiros.

ARTIGO SEXTO – LIQUIDATÁRIO.

1 – O liquidatário é o titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, determinando o modo de liquidação.

2 – Nas hipóteses de liquidação por via administrativa ou de liquidação judicial, o órgão de soberania notarial competente ou o órgão de soberania jurídico competente podem designar outra pessoa como liquidatário, bem como regular o modo da liquidação.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE DO LIQUIDATÁRIO.

1 – O liquidatário responde em face de terceiros nos termos gerais de direito pelos prejuízos resultantes de irregularidades cometidas no desempenho das suas funções.

2 – Se o liquidatário não for o titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, responderá nos mesmos termos perante este.

ARTIGO OITAVO – DEVERES E PODERES DO LIQUIDATÁRIO.

1 – O liquidatário deve ultimar os negócios pendentes, cumprir as obrigações e cobrar os créditos do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

2 – O liquidatário pode ainda:

- a) Continuar temporariamente a actividade anterior do estabelecimento;
- b) Contrair empréstimos ou empreender outros negócios necessários à efectivação da liquidação;
- c) Proceder à alienação em globo do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

3 – Se o liquidatário for pessoa diferente do titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, só com autorização judicial pode praticar os actos referidos no número anterior.

ARTIGO NONO – LIQUIDAÇÃO DO PASSIVO DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

1 – O liquidatário pagará todas as dívidas do estabelecimento individual de responsabilidade limitada exigíveis ou não exigíveis, ainda mesmo que os prazos tenham sido estabelecidos em benefício dos credores.

2 – Os credores são avisados pelo liquidatário, através de um dos jornais mais lidos na localidade da sede do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, de que este se encontra em liquidação e de que deverão apresentar-se a reclamar os seus créditos.

3 – No caso de se verificarem as circunstâncias previstas no artigo quando tem lugar a consignação em depósito, do código civil, deve o liquidatário proceder à consignação em depósito do objecto da prestação.

4 – Relativamente às dívidas litigiosas, os liquidatários acautelarão os eventuais direitos do credor por meio de caução prestada nos termos do disposto no código de processo civil.

ARTIGO DÉCIMO – CONTAS ANUAIS DA LIQUIDAÇÃO.

1 – O liquidatário depositará no órgão de soberania notarial competente, nos primeiros 62 dias de cada ano civil, as contas anuais da liquidação, acompanhadas de um relatório pormenorizado do estado em que esta se encontra.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RELATÓRIOS, CONTAS FINAIS E INSCRIÇÃO NO REGISTO COMERCIAL.

1 – Terminada a liquidação, o liquidatário elabora um relatório final completo e apresenta as contas e documentos àquelas relativas, requerendo depois a inscrição do encerramento da liquidação no registo comercial, com base no relatório referido.

2 – Ao órgão de soberania notarial competente compete promover a publicação do encerramento da liquidação nos termos da legislação do registo comercial.

3 – Da publicação referida no número anterior devem constar as seguintes menções:

- a) Firma do estabelecimento individual de responsabilidade limitada;
- b) Identificação do liquidatário;
- c) Data do encerramento da liquidação;
- d) Indicação do lugar onde os livros e documentos estão depositados e conservados pelo prazo mínimo de 10 anos;
- e) Indicação da consignação das quantias previstas no número 3 do artigo 9º, do presente capítulo.

4 – O estabelecimento individual de responsabilidade limitada considera-se extinto pela inscrição no registo comercial do encerramento da liquidação.

TÍTULO DÉCIMO – COOPERATIVAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO.

1 – A presente lei aplica-se às cooperativas de todos os graus e às organizações afins, cuja legislação especial para esta expressamente remeta.

ARTIGO SEGUNDO – NOÇÃO.

1 – As cooperativas são pessoas colectivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que através da cooperação e entreaajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam a satisfação das necessidades e aspirações económicas, humanas e culturais das mesmas.

2 – As cooperativas na prossecução dos seus objectivos de comercialização de bens e serviços prestados no exercício da sua actividade económica, podem realizar operações com terceiros, sem prejuízo de eventuais limites fixados pelas leis próprias de cada um sector de actividade económico.

ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIOS COOPERATIVOS.

1 – As cooperativas na sua constituição e funcionamento obedecem aos princípios cooperativos que integram a declaração sobre a identidade cooperativa adoptada pela aliança cooperativa internacional.

ARTIGO QUARTO – ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE.

1 – As cooperativas são organizações voluntárias, direccionadas a todas as pessoas aptas a utilizar e contribuir com os seus produtos e serviços e dispostas a afirmar as responsabilidades dos seus membros, sem quaisquer discriminações de sexo, sociais, legislativas, humanas ou religiosas.

ARTIGO QUINTO – GESTÃO MONÁRQUICA PELOS MEMBROS.

1 – As cooperativas são organizações monárquicas no espaço territorial português geridas pelos seus membros, os quais participam activamente na formulação das suas directrizes e na afirmação das suas decisões.

2 – Os homens e as mulheres que exerçam funções como representantes eleitos são responsáveis perante o conjunto dos membros que os elegeram.

3 – Nas cooperativas de todos os graus os membros têm iguais direitos de voto correspondendo a cada um, um voto.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA DOS MEMBROS.

1 – Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no monarquicamente no espaço territorial português.

2 – Pelo menos parte desse capital é propriedade comum da cooperativa.

3 – Os cooperadores habitualmente recebem se for o caso uma remuneração limitada, pelo capital subscrito como condição para serem membros.

- 4 – Os cooperadores destinam os excedentes a um ou mais objectivos seguintes:
- a) Desenvolvimento das cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais pelo menos é indivisível;
 - b) Benefício dos membros na proporção das suas transacções com a cooperativa;
 - c) Apoio a outras actividades aprovadas pelos membros.

ARTIGO SÉTIMO – AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA.

1 – As cooperativas são organizações autónomas de entreajuda, controladas pelos seus membros.

2 – No caso de entrarem em acordo com outras organizações, incluindo os estados ou de recorrerem a capitais externos, devem efectuá-lo de modo a que fique assegurado o controlo monárquico no espaço territorial português pelos seus membros e se mantenha a sua autonomia como cooperativas.

ARTIGO OITAVO – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO.

1 – As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos profissionais, de modo a que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas.

2 – As cooperativas devem informar o grande público, particularmente os adolescentes e os líderes e os formadores de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

ARTIGO NONO – INTERCOOPERAÇÃO.

1 – As cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, exercendo em conjunto, através de estruturas municipais, concelhias, regionais, nacionais e internacionais.

ARTIGO DÉCIMO – INTERESSE PELA COMUNIDADE.

1 – As cooperativas exercem competências através de directrizes aprovadas pelos membros, para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RAMOS DO SECTOR COOPERATIVO.

- 1 – O sector cooperativo compreende os seguintes ramos económicos:
- a) Pesqueiro;

- b) Pecuário;
- c) Agrícola; e
- d) Extractivo.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ESPÉCIES DE COOPERATIVAS.

- 1 – As cooperativas podem ser de primeiro grau ou de grau superior.
- 2 – São cooperativas de primeiro grau aquelas cujos cooperadores sejam pessoas singulares particulares.
- 3 – São cooperativas de grau superior as uniões, federações e confederações de cooperativas.
- 4 – As cooperativas podem integrar membros investidores.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – COOPERATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO.

- 1 – É obrigatória na constituição de cooperativas nos termos do capítulo seguinte, que estas afirmem um carácter de cooperativas de interesse público ou régies cooperativas, caracterizadas pela participação do estado, de outras pessoas colectivas de direito público, de cooperativas, de utentes de produtos e serviços ou de quaisquer entidades económicas.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INICIATIVA COOPERATIVA.

- 1 – É proibido às cooperativas exercerem quaisquer outras actividades não consignadas nos ramos do sector cooperativo nos termos do disposto no artigo 11º, do presente capítulo.
- 2 – Às cooperativas não pode ser vedado, restringido ou condicionado o acesso e o exercício de actividades consignadas para o exercício do sector cooperativo, que possam ser desenvolvidas por empresas públicas ou privadas.
- 3 – São aplicáveis às cooperativas as normas que regulam e garantem o exercício dos correspondentes exercícios de actividade económicos para os quais são constituídas, nomeadamente os correspondentes diplomas dos sectores ministeriais portugueses.

- 4 – Os actos administrativos contrários ao disposto nos números anteriores ou nos princípios nestes consignados, serão nulos.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ASSOCIAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS E OUTRAS PESSOAS COLECTIVAS.

- 1 – É permitida a associação entre cooperativas e outras pessoas colectivas, desde que essa associação respeite os princípios cooperativos da autonomia e da independência.

2 – Para os efeitos previstos no número anterior, a associação para verificar-se tem obrigatoriamente que resultar a criação de uma outra pessoa colectiva.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITO SUBSIDIÁRIO.

1 – Para colmatar as possíveis lacunas do presente título que não o possam ser pelo recurso à legislação complementar aplicável aos diversos ramos do sector cooperativo, pode recorrer-se sempre que não desrespeitem os princípios cooperativos, ao disposto no presente livro, nomeadamente os preceitos aplicáveis às sociedades anónimas.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONSTITUIÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMA DE CONSTITUIÇÃO.

1 – A constituição de cooperativas deve ser reduzida a escrito, salvo se forma mais solene for exigida para a transmissão dos bens que representem o capital social com que os cooperadores entram para a cooperativa.

ARTIGO SEGUNDO – NÚMERO MÍNIMO DE COOPERADORES.

1 – O número de membros de uma cooperativa é variável e ilimitado, mas não pode ser inferior a três nas cooperativas de primeiro grau e de dois nas cooperativas de grau superior.

ARTIGO TERCEIRO – ASSEMBLEIA DE FUNDADORES.

1 – Os interessados na constituição de uma cooperativa reúnem-se em assembleia de fundadores, para nesta pelo menos elegerem o presidente que convoca e dirige as reuniões necessárias, até à tomada de posse dos titulares dos órgãos da cooperativa constituída.

2 – Cada interessado dispõe de um voto.

3 – Para que a cooperativa se considere constituída é necessário que os interessados que votarem favoravelmente a sua criação e os seus estatutos perfaçam o número mínimo legalmente exigido, sendo irrelevante o número dos que tenham votado em sentido contrário.

ARTIGO QUARTO – ACTA.

1 – A mesa da assembleia de fundadores elabora uma acta, a qual deve obrigatoriamente conter:

- a) A deliberação da constituição e a respectiva data;
- b) O local da reunião;
- c) A denominação da cooperativa;
- d) O ramo do sector cooperativo a que pertence;
- e) O objecto;
- f) Os bens ou os direitos, o exercício ou os serviços, com que os cooperadores concorrem;
- g) Os titulares dos órgãos da cooperativa para o primeiro mandato;
- h) A identificação dos fundadores que tiverem aprovado a acta;
- i) A identificação dos membros investidores sempre que os houver.

2 – A acta de fundação deve ser assinada por aqueles que tenham aprovado a criação da cooperativa.

3 – Os estatutos aprovados constam de documento anexo à acta e são assinados pelos fundadores.

ARTIGO QUINTO – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS.

1 – As alterações de estatutos da cooperativa devem observar a forma exigida para o acto constitutivo.

ARTIGO SEXTO – DENOMINAÇÃO.

1 – A denominação adoptada deve ser seguida da expressão «Cooperativa», «União de cooperativas», «Federação de cooperativas», «Confederação de cooperativas» e ainda de «Responsabilidade limitada» ou de «Responsabilidade ilimitada» ou das respectivas abreviaturas, conforme os casos.

2 – O uso da palavra «Cooperativa» e da sua abreviatura «Coop» é exclusivamente reservado às cooperativas e às suas organizações de grau superior, constituindo violação o uso por outrem, punido ao abrigo da legislação aplicável.

3 – A denominação deve ser inscrita no registo nacional de pessoas colectivas.

ARTIGO SÉTIMO – ELEMENTOS DOS ESTATUTOS.

1 – Os estatutos devem obrigatoriamente conter:

- a) A denominação da cooperativa e a localização da sua sede;
- b) O ramo do sector cooperativo a que pertence, bem como o objecto da sua actividade económica;
- c) A duração da cooperativa, quando não for por tempo indeterminado;
- d) Os órgãos da cooperativa;
- e) O montante do capital social inicial, o montante das joias se estas forem exigíveis, o valor dos títulos de capital e o capital mínimo a subscrever por cada um cooperador;

- f) As condições e limites da existência de membros investidores sempre que os houver.

2 – Os estatutos podem ainda incluir:

- a) As condições de admissão, suspensão, exclusão e demissão dos membros, bem como os seus direitos e deveres;
- b) As sanções e as medidas cautelares, bem como as condições gerais em que são aplicadas;
- c) A duração dos mandatos dos titulares dos órgãos sociais;
- d) As normas de convocação e funcionamento da assembleia geral e quando exista da assembleia de delegados;
- e) As normas de distribuição dos excedentes, de criação de reservas e de restituição das entradas aos membros que deixarem de o ser;
- f) O modo de proceder à liquidação e partilha dos bens da cooperativa em caso de dissolução.

3 – Na falta de disposição estatutária relativamente às matérias enunciadas no número anterior, são aplicáveis as normas constantes do presente título.

ARTIGO OITAVO – AQUISIÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA.

1 – A cooperativa adquire personalidade jurídica com o registo da sua constituição e este é obrigatório para toda e cada uma cooperativa.

ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE ANTES DO REGISTO.

1 – Antes do registo do acto de constituição da cooperativa, respondem solidária e ilimitadamente entre si todos os que praticaram os actos em nome da cooperativa ou autorizaram esses actos.

2 – Os demais membros respondem até ao limite do valor dos títulos do capital que subscreveram, acrescido das importâncias que tenham recebido a título de distribuição de excedentes.

CAPÍTULO TERCEIRO – MEMBROS.

ARTIGO PRIMEIRO – COOPERADORES.

1 – Podem ser cooperadores de uma cooperativa de primeiro grau, todas as pessoas que preenchendo os requisitos e condições previstos no presente título, na legislação complementar aplicável aos diversos ramos do sector cooperativo e nos estatutos da cooperativa, requeiram ao órgão de administração que os admita.

2 – A admissão é decidida e comunicada ao candidato no prazo fixado nos estatutos, não podendo em caso algum exceder os 183 dias desde a apresentação do requerimento de admissão, devendo a decisão, em caso de recusa, ser fundamentada.

3 – A decisão sobre o requerimento de admissão é susceptível de recurso para a primeira assembleia geral subsequente.

4 – Tem legitimidade para recorrer, os membros da cooperativa e o candidato, podendo este assistir a esta assembleia geral e participar na discussão deste ponto da ordem de exercício, sem direito a voto.

ARTIGO SEGUNDO – MEMBROS INVESTIDORES.

1 – Os estatutos podem prever a admissão de membros investidores, cuja soma total das entradas não pode ser superior a 33% das entradas realizadas na cooperativa.

2 – A admissão referida no número anterior, pode ser efectuada através de:

- a) Subscrição de títulos de capital; ou
- b) Subscrição de títulos de investimento.

3 – A admissão de membros investidores tem de ser aprovada em assembleia geral e deve ser antecedida de proposta do órgão de administração.

4 – A proposta de admissão dos membros investidores efectuada pelo órgão de administração nos termos do número anterior, deve abranger obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) O capital mínimo a subscrever pelos membros investidores e as condições da sua realização;
- b) O número de um voto a atribuir a cada membro investidor;
- c) O elenco de direitos e deveres a que fiquem especialmente vinculados os membros investidores;
- d) A data de cessação da qualidade de membro investidor, se a admissão for efectuada com prazo certo;
- e) As condições de saída da qualidade de membro investidor;
- f) A eventual existência de restrições dos membros investidores à integração nos órgãos sociais respectivos da cooperativa, devendo ser especificado o fundamento das mesmas.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITOS DOS COOPERADORES.

1 – Os cooperadores têm direito, nomeadamente a:

- a) Participar na actividade económica e social da cooperativa;
- b) Firmar parte na assembleia geral, apresentando propostas, discutindo e votando os pontos da ordem do exercício;
- c) Eleger e ser eleitos para os órgãos da cooperativa;

- d) Requerer informações aos órgãos competentes da cooperativa e examinar o relatório de gestão e documentos de prestação de contas, nos períodos e nas condições que forem fixadas pelos estatutos, pela assembleia geral ou pelo órgão de administração;
- e) Requerer a convocação da assembleia geral nos termos definidos nos estatutos e quando esta não for convocada, requerer a convocação judicial;
- f) Participar nas actividades de educação e formação cooperativas;
- g) Apresentar a sua demissão.

2 – As decisões do órgão de administração sobre a matéria constante da alínea d) do número anterior, são recorríveis para a assembleia geral.

3 – Os órgãos competentes podem recusar a prestação de informações sempre que esse facto ocasione violação de segredo imposto por lei.

ARTIGO QUARTO – DEVERES DOS COOPERADORES.

1 – Os cooperadores devem respeitar os princípios cooperativos, as leis, os estatutos da cooperativa e os respectivos regulamentos internos.

2 – Os cooperadores devem ainda:

- a) Firmar parte nas assembleias gerais;
- b) Aceitar e exercer os cargos sociais para os quais tenham sido eleitos, salvo motivo justificado de escusa;
- c) Participar nas actividades da cooperativa e prestar o exercício ou serviço que lhes competir nos termos estabelecidos nos estatutos;
- d) Efectuar os pagamentos previstos no presente título, nos estatutos e nos regulamentos internos;
- e) Cumprir quaisquer outras obrigações que resultem dos estatutos da cooperativa.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE DOS COOPERADORES.

1 – A responsabilidade dos cooperadores é limitada ao montante do capital social subscrito, sem prejuízo de os estatutos da cooperativa poderem determinar que a responsabilidade dos cooperadores seja ilimitada ou ainda limitada em relação a uns e ilimitada quanto aos demais.

ARTIGO SEXTO – DEMISSÃO.

1 – Os cooperadores podem solicitar a sua demissão nas condições estabelecidas nos estatutos ou no caso de estes serem omissos, no termo do exercício social, por escrito com pré-aviso de 30 dias, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigações como membros da cooperativa.

2 – O incumprimento do período de pré-aviso de 30 dias, determina que a solicitação de demissão só se torna eficaz no término do exercício social seguinte.

3 – Os estatutos não podem suprimir o direito de demissão, mas podem limitá-lo, estabelecendo normas e condições para o seu exercício.

ARTIGO SÉTIMO – REGIME DISCIPLINAR.

1 – Podem ser aplicadas aos cooperadores as seguintes sanções:

- a) Repreensão;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de direitos;
- d) Perda de mandato;
- e) Exclusão.

2 – A aplicação de qualquer sanção prevista no número anterior, é sempre precedida de processo escrito.

3 – Devem constar do processo escrito a indicação das infracções, a sua qualificação, a prova produzida, a defesa do arguido e a proposta de aplicação da sanção.

4 – Não pode ser suprida a nulidade resultante de:

- a) Falta de audiência do arguido;
- b) Insuficiente individualização das infracções imputadas ao arguido;
- c) Falta de referência aos preceitos legais, estatutários ou regulamentares violados;
- d) Omissão de quaisquer diligências essenciais para o apuramento da veracidade dos factos.

5 – A aplicação das sanções referidas nas alíneas a), b) e c) do número 1, compete ao órgão de administração, com admissibilidade de recurso para a assembleia geral.

6 – A aplicação das sanções referidas nas alíneas d) e e) do número 1, compete à assembleia geral.

7 – A aplicação da sanção prevista na alínea c) do número 1, tem como limite 1 ano.

ARTIGO OITAVO – EXCLUSÃO.

1 – A exclusão de um membro tem de ser fundada em violação grave e culposa prevista:

- a) No presente título;
- b) Na legislação complementar aplicável ao respectivo ramo do sector cooperativo;
- c) Nos estatutos da cooperativa ou nos seus regulamentos internos.

2 – Sempre que a causa de exclusão consista no atraso do pagamento de encargos, tal como estiver fixado nos estatutos, torna-se dispensável o processo previsto no número 2 do artigo anterior, sendo neste caso obrigatório o aviso prévio, a enviar para o domicílio do faltoso, sob registo, com indicação do período em que pode regularizar a situação.

3 – A proposta de exclusão é fundamentada e notificada por escrito ao arguido, com uma antecedência de pelo menos 7 dias, em relação à data da assembleia geral que sobre esta delibera.

4 – A exclusão deve ser deliberada no prazo máximo de 183 dias, a partir da data em que algum dos titulares do órgão de administração deteve o conhecimento do facto que a permite.

5 – Da deliberação da assembleia geral que decida a exclusão compete recurso para o órgão de soberania jurídico competente.

6 – Ao membro da cooperativa excluído aplica-se o disposto na parte final do número 1 do artigo 10º, do capítulo quinto, do presente título.

CAPÍTULO QUARTO – ÓRGÃOS DAS COOPERATIVAS.

ARTIGO PRIMEIRO – ÓRGÃOS.

1 – São órgãos das cooperativas:

- a) A assembleia geral;
- b) O órgão de administração;
- c) Os órgãos de fiscalização.

2 – Os estatutos podem ainda consagrar outros órgãos, bem como dar poderes à assembleia geral ou ao órgão de administração, para constituírem comissões especiais, de duração limitada, destinadas ao desempenho de tarefas determinadas.

3 – Sempre que no presente título, são referidos conjuntamente os órgãos das cooperativas nos termos que impliquem que estes são integrados por um número limitado de titulares, compreende-se que a menção não abrange a assembleia geral no seu todo, mas apenas a respectiva mesa.

ARTIGO SEGUNDO – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

1 – A administração e fiscalização da cooperativa podem ser estruturadas segundo uma das seguintes modalidades:

- a) Conselho de administração e conselho fiscal;
- b) Conselho de administração com comissão de auditoria e revisor oficial de contas;

- c) Conselho de administração executivo, conselho geral e de supervisão e revisor oficial de contas.

2 – Nos casos previstos na lei, em vez do conselho de administração ou de conselho de administração executivo, pode haver um só administrador e em vez do conselho fiscal, pode haver um fiscal único.

3 – Nas cooperativas que se estruturam segundo a modalidade prevista na alínea a) do número 1 e que estejam legalmente obrigados à certificação legal de contas, é obrigatória a existência de um revisor oficial de contas que não seja membro do conselho fiscal.

4 – As cooperativas com administrador único, não podem seguir a modalidade prevista na alínea b) do número 1.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.

1 – Os titulares dos órgãos sociais são eleitos em assembleia geral de entre os cooperadores, salvo o disposto nos números 7 e 8.

2 – Os titulares dos órgãos sociais são eleitos por um período de 5 anos civis, contando-se como completo o ano civil no qual se realiza a eleição.

3 – Em caso de vacatura do cargo, o cooperador ou membro investidor designado para o preencher completa o mandato.

4 – O presidente do órgão de administração só pode ser eleito por três mandatos consecutivos.

5 – O disposto no número anterior, abrange os mandatos já exercidos ou os que estão em curso.

6 – Sem prejuízo do disposto no número 4, os estatutos podem limitar o número de mandatos consecutivos para a mesa da assembleia geral, para os órgãos de administração e de fiscalização e para quaisquer outros órgãos que consagrem.

7 – O revisor oficial de contas é eleito pela assembleia geral em simultâneo com o órgão de fiscalização, com um mandato da mesma duração.

8 – Os membros investidores podem ser eleitos em conformidade com o disposto na alínea f) do número 4 do artigo 2º, do capítulo anterior, não podendo em caso algum representar mais de 33% do número de elementos efectivos que integrem o órgão para o qual são eleitos.

ARTIGO QUARTO – PERDA DO MANDATO.

1 – São causa de perda de mandato dos titulares dos órgãos das cooperativas:

- a) Condenação por insolvência culposa;

- b) A condenação pelos crimes de insolvência dolosa, negligente ou fortuita da cooperativa, crimes contra o sector público ou privado, ou contra o sector cooperativo e por administração danosa em unidade económica nesta integrada;
- c) Por violação grave dos deveres funcionais.

ARTIGO QUINTO – INCOMPATIBILIDADES.

1 – Nenhum cooperador pode ser simultaneamente titular da mesa da assembleia geral, do órgão de administração, do órgão de fiscalização, ou dos demais órgãos estatutários previstos.

2 – Os cônjuges e as pessoas que vivam em união de facto, não podem ser eleitos para o mesmo órgão social da cooperativa ou ser simultaneamente titulares do órgão de administração e do órgão de fiscalização.

3 – Sendo o cooperador eleito pessoa colectiva, a incompatibilidade prevista no número 1, refere-se às pessoas singulares designadas para o exercício dos cargos sociais.

ARTIGO SEXTO – FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS.

1 – Em todos os órgãos da cooperativa, o respectivo presidente tem voto de qualidade.

2 – Nenhum órgão da cooperativa pode funcionar sem que estejam preenchidos, pelo menos metade dos seus lugares, devendo proceder-se no caso contrário e no prazo máximo de 30 dias, ao preenchimento das vagas verificadas, sem prejuízo de estas serem ocupadas por titulares suplentes, sempre que os mesmos estejam previstos nos estatutos.

3 – As decisões dos órgãos electivos da cooperativa são firmadas por maioria simples com a presença de mais de metade dos seus titulares efectivos.

4 – As votações respeitantes a eleições dos órgãos da cooperativa ou os assuntos de incidência pessoal dos cooperadores realizam-se por voto secreto, podendo a legislação complementar aplicável aos diversos ramos do sector cooperativo ou os estatutos prever outros casos em que este modo de escrutínio seja obrigatório.

5 – É sempre lavrada acta das reuniões de qualquer órgão das cooperativas, a qual é obrigatoriamente assinada por quem exercer as funções de presidente.

6 – Das deliberações da assembleia geral compete recurso para o órgão de soberania jurídico competente.

ARTIGO SÉTIMO – DEFINIÇÃO, COMPOSIÇÃO E DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – A assembleia geral é o órgão supremo da cooperativa, sendo as suas deliberações firmadas nos termos legais e estatutários, obrigatórias para os restantes órgãos da cooperativa e para todos os seus membros.

2 – Participam na assembleia geral todos os cooperadores e membros investidores no pleno uso dos seus direitos.

3 – Os estatutos da cooperativa podem prever assembleias gerais de delegados, os quais são eleitos nos termos do disposto no artigo 18º, do presente capítulo.

ARTIGO OITAVO – SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – A assembleia geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias.

2 – A assembleia geral ordinária reúne obrigatoriamente duas vezes em cada ano, uma até ao último dia do mês de fevereiro, para apreciação e votação das matérias referidas nas alíneas b) e c) do artigo 12º, do presente capítulo e outra até 31 de dezembro, para apreciação e votação das matérias referidas na alínea d) do mesmo artigo.

3 – Sem prejuízo de a legislação complementar de cada ramo do sector cooperativo ou de os estatutos poderem dispor de maneira diferente, a assembleia geral extraordinária reúne quando convocada pelo presidente da mesa por sua iniciativa, a solicitação do órgão de administração ou de fiscalização ou a requerimento de pelo menos 5% dos membros da cooperativa, num mínimo de três.

ARTIGO NONO – MESA DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – Salvo disposição estatutária em sentido diverso, a mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e por um vice-presidente.

2 – Ao presidente incumbe:

- a) Convocar a assembleia geral;
- b) Presidir à assembleia geral e dirigir o seu exercício;
- c) Verificar as condições de elegibilidade dos candidatos aos órgãos da cooperativa;
- d) Conferir posse aos cooperadores eleitos para os órgãos da cooperativa.

3 – Nas suas faltas e impedimentos, o presidente é substituído pelo vice-presidente.

4 – Na falta de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, compete a esta eleger os respectivos substitutos de entre os cooperadores presentes, os quais cessarão as funções no termo da reunião.

5 – É causa de destituição do presidente da mesa da assembleia geral a não convocação desta nos casos em que para isso esteja obrigado.

6 – É causa de destituição de qualquer dos membros da mesa a não comparência sem motivo justificado, a pelo menos três sessões seguidas ou cinco interpoladas.

ARTIGO DÉCIMO – CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – A assembleia geral é convocada pelo presidente da mesa ou nos casos previstos na lei pela comissão de auditoria, pelo conselho geral e de supervisão ou pelo conselho fiscal, com pelo menos 15 dias de antecedência.

2 – A convocatória que contém a ordem de exercícios da assembleia, bem como o dia, a hora e o local da reunião, é publicada num órgão de comunicação social escrita, preferentemente do concelho de administração ou da região administrativa em que a cooperativa tenha a sua sede e que tenha uma periodicidade máxima quinzenal.

3 – Nas cooperativas com menos de 50 membros, a publicação prevista no número anterior, é substituída por envio da convocatória a todos os cooperadores por via postal registada ou entregue pessoalmente por protocolo ou ainda em relação aos membros que comuniquem previamente o seu consentimento, pelo envio através de correio electrónico com recibo de leitura.

4 – Nas cooperativas com 50 ou mais membros, a publicação prevista no número 2 é facultativa se a convocatória for enviada a todos os cooperadores nos termos previstos no número anterior.

5 – A convocatória é sempre afixada nos locais em que a cooperativa tenha a sua sede ou outras formas de representação social.

6 – A convocatória da assembleia geral extraordinária deve ser efectuada no prazo de 15 dias após a solicitação ou o requerimento previstos no número 3 do artigo 8º, do presente capítulo, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de 30 dias, contados da data da recepção da solicitação ou do requerimento.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – QUÓRUM DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos cooperadores com direito de voto ou os seus representantes devidamente credenciados.

2 – Se à hora marcada para a reunião, não se verificar o número de presenças previsto no número anterior e os estatutos não dispuserem de outro modo, a assembleia reúne, com qualquer número de cooperadores, uma hora depois.

3 – No caso de a convocação da assembleia geral ser efectuada em sessão extraordinária e a requerimento dos cooperadores, a reunião só se efectiva se nesta estiverem presentes pelo menos três quartos dos requerentes.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – É da competência exclusiva da assembleia geral:

- a) Eleger e destituir os titulares dos órgãos da cooperativa, incluindo o revisor oficial de contas;
- b) Apreciar e votar anualmente o relatório de gestão e documentos de prestação de contas, bem como o parecer do órgão de fiscalização;
- c) Apreciar a certificação legal de contas, sempre que as houver;
- d) Apreciar e votar o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte;
- e) Fixar as taxas dos juros a pagar aos membros da cooperativa;
- f) Aprovar a forma de distribuição dos excedentes;
- g) Alterar os estatutos, bem como aprovar e alterar os regulamentos internos;
- h) Aprovar a fusão e a cisão da cooperativa;
- i) Aprovar a dissolução voluntária da cooperativa;
- j) Aprovar a filiação da cooperativa em uniões, federações ou confederações;
- k) Deliberar sobre a exclusão de cooperadores e sobre a destituição dos titulares dos órgãos sociais, bem como funcionar como instância de recurso, quer quanto à admissão ou recusa de novos membros, quer em relação às sanções aplicadas pelo órgão de administração;
- l) Fixar a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da cooperativa, quando os estatutos o não impedirem;
- m) Deliberar sobre a proposição de acções da cooperativa contra os administradores e titulares do órgão de fiscalização, bem como a desistência e a transacção nessas acções;
- n) Apreciar e votar as matérias especialmente previstas no presente título, na legislação complementar aplicável ao ramo do sector cooperativo ou nos estatutos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – São nulas todas as deliberações firmadas sobre matérias que não constem da ordem de exercício fixada na convocatória, salvo se estando presente ou representados devidamente todos os membros da cooperativa, no pleno uso dos seus direitos, concordarem por unanimidade com a respectiva inclusão ou se incidir sobre a matéria constante do disposto no número 3 do artigo 52º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VOTAÇÃO.

1 – Nas assembleias gerais da cooperativa de todos os graus, cada cooperador dispõe de um voto, qualquer que seja a sua participação no respectivo capital social.

2 – É exigida maioria qualificada de pelo menos dois terços dos votos expressos na apreciação das matérias constantes do disposto nas alíneas g), h), i), j) e m) do artigo 12º, do presente capítulo ou de quaisquer outras para cuja votação os estatutos prevejam uma maioria qualificada.

3 – No caso do disposto na alínea i) do artigo 12º, do presente capítulo a dissolução não tem lugar se pelo menos o número mínimo de membros referidos no artigo 2º, do capítulo segundo, do presente título, se declarar disposto a assegurar a permanência da cooperativa, qualquer que seja o número de votos contra.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – VOTO PLURAL.

1 – Os estatutos podem prever a atribuição de voto plural nas assembleias gerais das cooperativas de todos os graus, desde que a cooperativa possua pelo menos 20 cooperadores.

2 – Os estatutos só podem estabelecer que o voto plural seja atribuído em função da actividade do cooperador na cooperativa.

3 – O número de votos atribuído a cada cooperador ou membro investidor nos termos dos números anteriores, tem de possuir os seguintes limites:

- a) Três, caso a cooperativa tenha até 50 cooperadores;
- b) Cinco, caso a cooperativa tenha mais de 50 cooperadores.

4 – Não obstante a existência de voto plural nos estatutos, na votação das matérias constantes do disposto nas alíneas g), h), i) j) e m) do artigo 12º, do presente capítulo, cada cooperador dispõe somente de um voto.

5 – Na circunstância de membros investidores nos termos previstos no artigo 2º, do capítulo anterior, pode ser atribuído voto plural equivalente em condições e critérios a fixar pelos estatutos.

6 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, nenhum membro investidor pode ter direito de votos superiores a 10% do total dos votos dos cooperadores.

7 – Os membros investidores não podem no total, ter direitos de votos superiores a 33% do total dos votos dos cooperadores.

8 – É aplicável ao voto de membros investidores o disposto no número 4.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – VOTO POR CORRESPONDÊNCIA.

1 – É admitido o voto por correspondência, sob a condição de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de exercício e de os estatutos regularem o seu exercício, a forma de verificar a sua autenticidade e de assegurar a sua confidencialidade.

2 – Os votos emitidos por correspondência valem como votos nulos em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à emissão do voto.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – VOTO POR REPRESENTAÇÃO.

1 – É admitido o voto por representação, devendo o mandato apenas atribuível a outro cooperador ou a familiar maior do mandante, constar de documento escrito e datado, dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, competindo aos estatutos assegurar a autenticidade do instrumento de representação.

2 – Cada cooperador só pode representar um outro membro da cooperativa, salvo se os estatutos preverem número superior.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ASSEMBLEIAS SECTORIAIS.

1 – Os estatutos podem prever a realização de assembleias sectoriais, quando as cooperativas o considerem conveniente, quer por causa das suas actividades, quer em virtude da sua área geográfica.

2 – O número de delegados à assembleia geral a eleger em cada assembleia sectorial é estabelecido conforme o disposto nos estatutos, em função do número de cooperadores ou do volume da actividade de cada secção ou de ambos.

3 – O número de delegados à assembleia geral a eleger por cada assembleia sectorial deve ser anualmente apurado pelo órgão de administração da cooperativa nos termos do número anterior.

4 – Aplicam-se às assembleias sectoriais o disposto nos artigos 7º a 17º, do presente capítulo, com as necessárias adaptações.

ARTIGO DÉCIMO NONO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – Nas cooperativas com mais de 20 membros, o conselho de administração é composto por um presidente e por dois vogais, um dos quais substitui o presidente nos seus impedimentos e faltas, quando não houver vice-presidente.

2 – Nas cooperativas que tenham até 20 membros, os estatutos podem prever que a administração seja assegurada por um único administrador, que designa quem o substitui nas suas faltas e impedimentos.

3 – Os estatutos podem alargar a composição do conselho de administração, assegurando que o número dos seus titulares seja sempre ímpar.

4 – Aplicam-se ao titular único do conselho de administração as disposições relativas a este órgão que não pressuponham a pluralidade de titulares.

ARTIGO VIGÉSIMO – DEVERES DOS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – No exercício do cargo, os administradores devem:

- a) Praticar os actos necessários à defesa dos interesses da cooperativa e dos cooperadores, bem como à salvaguarda dos princípios cooperativos;
- b) Usar a diligência exigível ao exercício das suas funções, designadamente no acompanhamento da evolução económico-financeira da cooperativa e na preparação adequada das decisões.

2 – Aos administradores da cooperativa é vedado:

- a) Negociar por conta própria, directamente ou por interposta pessoa com a cooperativa, sem prejuízo da prática dos actos inerentes à qualidade de cooperador;
- b) Exercer actividade concorrente com a da cooperativa, salvo mediante autorização da assembleia geral;
- c) Aproveitar oportunidades de negócio da cooperativa em benefício próprio, salvo autorização da assembleia geral.

3 – Os deveres prescritos nos números anteriores, são aplicáveis aos titulares dos órgãos de fiscalização da cooperativa.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – O conselho de administração é o órgão de administração e representação da cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Elaborar anualmente e submeter ao parecer dos órgãos de fiscalização e à apreciação e aprovação da assembleia geral, o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, bem como o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;
- b) Executar o plano de actividades anual;
- c) Atender às solicitações dos órgãos de fiscalização nas matérias da competência destes;
- d) Deliberar sobre a admissão de novos membros e sobre a aplicação de sanções previstas no presente título, na legislação aplicável aos diversos ramos do sector cooperativo e nos estatutos, dentro dos limites da sua competência;
- e) Velar pelo respeito da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos e das deliberações dos órgãos da cooperativa;
- f) Contratar e gerir os profissionais necessários às actividades da cooperativa;
- g) Representar a cooperativa em juízo e fora deste;
- h) Manter a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – O conselho de administração reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês, convocado pelo presidente.

2 – O conselho de administração reúne extraordinariamente sempre que o presidente o convoque, por sua iniciativa ou a solicitação da maioria dos seus membros efectivos.

3 – O conselho de administração só pode firmar deliberações com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

4 – Os membros suplentes, quando os estatutos previrem a sua existência, poderão assistir e participar nas reuniões do conselho de administração, sem direito de voto.

5 – Os membros do conselho fiscal podem assistir às reuniões do conselho de administração.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – FORMA DE OBRIGAR A COOPERATIVA.

1 – Caso os estatutos sejam omissos, a cooperativa fica obrigada com a assinatura de dois dos administradores, salvo quanto aos actos de mero expediente, em que basta a assinatura de um destes.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – DELEGAÇÃO DE PODERES.

1 – Salvo cláusula estatutária em sentido diverso, o conselho de administração pode delegar poderes de administração para a prática de certas categorias de actos em qualquer um dos seus membros.

2 – O conselho de administração pode delegar em algum ou alguns dos seus membros ou em mandatários poderes de representação da cooperativa em acto determinado.

3 – As matérias relativas à admissão, demissão e aplicação de sanções aos cooperadores são indelegáveis.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL.

1 – A fiscalização das cooperativas que adoptem a modalidade prevista na alínea a) do número 1 do artigo 2º, do presente capítulo, compete:

- a) Nas cooperativas com mais de 20 cooperadores, a um conselho fiscal composto por um presidente e dois vogais;

- b) Nas cooperativas que tenham até 20 cooperadores, por um único titular;
- c) Nas cooperativas legalmente obrigadas à certificação legal de contas, a um conselho fiscal composto por um presidente e dois vogais e a um revisor oficial de contas ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não sejam membros do conselho fiscal.

2 – Os estatutos podem alargar a composição do conselho fiscal, assegurando sempre que o número dos seus membros seja ímpar e podendo também prever a existência de membros suplentes.

3 – Aplicam-se ao fiscal único as disposições relativas a este órgão, salvo as que pressuponham a pluralidade de titulares.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – DEVERES DOS TITULARES DO CONSELHO FISCAL.

1 – Os titulares do conselho fiscal têm o dever de:

- a) Assistir às reuniões da assembleia geral em que se apreciam as contas do exercício, bem como às reuniões do órgão de administração para que o presidente os convoque;
- b) Exercer fiscalização conscienciosa e imparcial;
- c) Guardar segredo dos factos e informações de que detenham conhecimento em razão das suas funções;
- d) Registar por escrito e dar conhecimento ao órgão de administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenham efectuado e do resultado das mesmas;
- e) Informar na primeira assembleia geral que se realize de todas as irregularidades e inexactidões por estes verificadas, bem como se obtiveram os esclarecimentos de que necessitaram para o desempenho das suas funções.

2 – Os titulares do conselho fiscal não podem aproveitar-se, salvo a autorização expressa da assembleia geral, de segredos comerciais ou industriais de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FISCAL.

1 – Ao conselho fiscal compete designadamente:

- a) Verificar o cumprimento da lei e dos estatutos;
- b) Fiscalizar a administração da cooperativa;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

- d) Verificar sempre que o considere necessário, o saldo de caixa e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que faz constar das respectivas actas;
- e) Elaborar relatório sobre a acção fiscalizadora exercida durante o ano e emitir parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte, em face do parecer do revisor oficial de contas nos casos previstos no número 1 do artigo 44º, do presente capítulo;
- f) Requerer a convocação extraordinária da assembleia geral nos termos previstos no número 3 do artigo 8º, do presente capítulo;
- g) Convocar a assembleia geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, estando legalmente obrigado a fazê-lo;
- h) Cumprir as demais atribuições previstas na lei ou nos estatutos.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL.

1 – O conselho fiscal reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre, mediante convocatória do presidente.

2 – O conselho fiscal reúne extraordinariamente sempre que o presidente o convocar, por sua iniciativa ou a solicitação da maioria dos seus membros efectivos.

3 – Os membros suplentes do conselho fiscal, sempre que os estatutos previrem a sua existência, podem assistir e participar nas reuniões do conselho fiscal, sem direito de voto.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – QUÓRUM DO CONSELHO FISCAL.

1 – O conselho fiscal só pode firmar deliberações com a presença de mais de metade dos seus efectivos.

2 – As deliberações do conselho fiscal são firmadas por maioria, devendo os membros que com as mesmas não concordarem fazer inscrever na acta os motivos da sua discordância.

ARTIGO TRIGÉSIMO – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – A comissão de auditoria a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 2º, do presente capítulo, é composta por parte de membros do conselho de administração.

2 – A comissão de auditoria é composta pelo número ímpar de membros fixado nos estatutos da cooperativa, no mínimo de três membros efectivos.

3 – Aos titulares da comissão de auditoria são vedados o exercício de funções executivas e de representação da cooperativa em actos de natureza executiva.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – Os titulares da comissão de auditoria são eleitos pela assembleia geral, em conjunto com os demais administradores.

2 – As listas propostas para o conselho de administração devem discriminar os membros que se destinam a integrar a comissão de auditoria.

3 – Se a assembleia geral não o designar, a comissão de auditoria deve designar o seu presidente.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – DEVERES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – Os titulares da comissão de auditoria têm o dever de:

- a) Participar nas reuniões da comissão de auditoria;
- b) Assistir às reuniões da assembleia geral em que se apreciem as contas do exercício, bem como às reuniões do órgão de administração para que o presidente os convoque;
- c) Guardar segredo dos factos e informações de que detiverem conhecimento em razão das suas funções.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – REUNIÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – As reuniões da comissão de auditoria devem ter pelo menos uma periodicidade bimestral.

2 – Às reuniões da comissão de auditoria é aplicável o disposto no artigo 28º, do presente capítulo, com as devidas adaptações.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – DESTITUIÇÃO DE TITULARES DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – A assembleia geral só pode destituir os titulares da comissão de auditoria desde que ocorra justa causa.

2 – Os titulares visados devem ser escutados na assembleia geral sobre os factos que lhes são imputados.

3 – A destituição dos titulares da comissão de auditoria implica a cessação de funções como membros do conselho de administração.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – NORMA DE REMISSÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – À comissão de auditoria são aplicáveis o disposto nos artigos 25º ao 29º, do presente capítulo, com as devidas adaptações.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

1 – Nas cooperativas que adoptem a modalidade prevista na alínea c) do número 1 do artigo 2º, do presente capítulo, o conselho de administração executivo é composto:

- a) Nas cooperativas com mais de 20 membros, por um presidente e dois vogais, um dos quais substitui o presidente nos seus impedimentos e faltas, quando não houver vice-presidente;
- b) Nas cooperativas que tenham até 20 membros, por um administrador executivo que designa quem o substitui nas suas faltas e impedimentos.

2 - Os estatutos podem alargar a composição do conselho de administração executivo assegurando que o número de titulares seja sempre ímpar.

3 – Aplicam-se ao administrador executivo as disposições relativas a este órgão, salvo as que pressuponham a pluralidade de titulares.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – RELAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO COM O CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – O conselho de administração executivo deve comunicar ao conselho geral e de supervisão:

- a) Pelo menos uma vez por ano, as directrizes de gestão que tenciona prosseguir, bem como os factos e questões que fundamentalmente determinam as suas opções;
- b) Trimestralmente, a situação da cooperativa e a evolução da sua actividade;
- c) O relatório completo de gestão relativo ao exercício anterior, para efeitos de emissão de pareceres a apresentar na assembleia geral.

2 – O conselho de administração executivo deve informar o presidente do conselho geral e de supervisão sobre qualquer facto ou negócio que possa ter influência significativa na rendibilidade ou liquidez da cooperativa e de modo geral sobre qualquer situação anormal.

3 – O presidente do conselho geral e de supervisão e um titular designado por este órgão têm o direito de assistir às reuniões do conselho de administração executivo.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – NORMA DE REMISSÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

1 – Com as adaptações determinadas pelas competências atribuídas ao conselho geral e de supervisão, é aplicável ao conselho de administração executivo o disposto nos artigos 19º ao 23º, do presente capítulo.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – O conselho geral e de supervisão a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 2º, do presente capítulo, é composto por um número ímpar de titulares fixado nos estatutos, mas sempre superior ao número de titulares do conselho de administração executivo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – É aplicável ao conselho geral e de supervisão o disposto no artigo 27º, do presente capítulo.

2 – Compete ainda ao conselho geral e de supervisão representar a cooperativa nas relações com o conselho de administração executivo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – PODERES DE GESTÃO.

1 – O conselho geral e de supervisão não tem poderes de gestão das actividades da cooperativa, sem prejuízo de os estatutos poderem estabelecer que o conselho de administração executivo deve obter prévio consentimento do conselho geral e de supervisão para a prática de certos actos ou de certas categorias de actos.

2 – Sendo recusado o consentimento previsto no número anterior, o conselho de administração executivo pode submeter a divergência a decisão da assembleia geral, devendo a decisão pela qual a assembleia geral dê o seu consentimento ser firmada pela maioria enunciada no número 2 do artigo 14º, do presente capítulo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – REUNIÕES DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – O conselho geral e de supervisão reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre, quando o presidente o convocar.

2 – O conselho geral e de supervisão reúne extraordinariamente sempre que o presidente o convocar, por sua iniciativa ou a solicitação da maioria dos seus titulares.

3 – É aplicável ao conselho geral e de supervisão o disposto no artigo 29º, do presente capítulo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – NORMA DE REMISSÃO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

1 – Aplicam-se ao conselho geral e de supervisão o disposto nos artigos 20º e 26º, do presente capítulo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – DESIGNAÇÃO E FUNÇÕES DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.

1 – Nas cooperativas que se estruturarem segundo as modalidades previstas na alínea a) do número 1 do artigo 2º, do presente capítulo, que estejam legalmente obrigadas à certificação legal de contas e previstas nas alíneas b) e c) do número 1 do artigo acima referido, a assembleia geral designa um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

2 – O revisor oficial de contas exerce as seguintes funções:

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) Verificar sempre que julgue conveniente e pela forma que considere adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à cooperativa;
- c) Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- d) Verificar se as directrizes contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela cooperativa conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

3 – A designação é efectuada para o período de mandato dos demais órgãos sociais.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO PARA COM A COOPERATIVA.

1 – Os administradores respondem para com a cooperativa pelos danos a esta causados, por actos ou omissões praticados com a preterição dos deveres legais ou estatutários, regulamentos internos e deliberações da assembleia geral, salvo se provarem que actuaram sem culpa.

2 – Os administradores são responsáveis, designadamente pelos danos causados pelos seguintes actos:

- a) Prática em nome da cooperativa de actos estranhos ao objecto ou aos interesses desta ou permitindo a prática de tais actos;

- b) Pagamento de importâncias não devidas pela cooperativa;
- c) Não cobrança de créditos que por isso hajam prescrito;
- d) Distribuição de excedentes fictícios que viole o presente título, a legislação aplicável aos diversos ramos do sector cooperativo ou os estatutos;
- e) Aproveitamento do respectivo mandato, com ou sem utilização de bens ou créditos da cooperativa, em benefício próprio ou de outras pessoas, singulares ou colectivas.

3 – Não são responsáveis pelos danos resultantes de uma deliberação colegial os administradores que não tenham participado, ou hajam votado vencidos, desde que exarem em acta o seu voto.

4 – A aprovação pela assembleia geral do relatório de gestão e dos documentos de prestação de contas não implica a renúncia aos direitos de indemnização da cooperativa contra os administradores, salvo se os factos constitutivos da responsabilidade tiverem sido expressamente levados ao conhecimento dos membros da cooperativa antes da aprovação.

5 – O parecer favorável do conselho de fiscalização ou o consentimento deste não exoneram de responsabilidade os titulares da administração.

6 – A delegação de poderes do conselho de administração em um ou mais mandatários não isenta de responsabilidade os titulares do conselho de administração, salvo o disposto no artigo 24º, do presente capítulo.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – DIRECTORES EXECUTIVOS, GERENTES E OUTROS MANDATÁRIOS.

1 – Os directores executivos, gerentes e outros mandatários são responsáveis para com a cooperativa, pela violação do mandato.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE PARA COM OS CREDITORES DA COOPERATIVA.

1 – Os administradores respondem para com os credores da cooperativa, sempre que pela inobservância das disposições legais ou estatutárias destinadas à protecção destes, o património se torne insuficiente para a satisfação dos respectivos créditos.

2 – Designadamente os administradores são responsáveis perante credores da cooperativa, quando culposamente o património desta se torne insuficiente em razão de:

- a) Distribuição pelos cooperadores da reserva legal;
- b) Distribuição de outras reservas obrigatórias;
- c) Distribuição de excedentes fictícios.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO – RESPONSABILIDADE PARA COM TERCEIROS.

1 – Os administradores respondem nos termos gerais para com os cooperadores e terceiros pelos danos que directamente lhes causarem no exercício das suas funções.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO – SOLIDARIEDADE.

1 – A responsabilidade dos administradores é solidária.

2 – O direito de regresso existe na proporção das respectivas culpas e das consequências que destas advierem, presumindo-se iguais as culpas das pessoas responsáveis.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO – RESPONSABILIDADE DE TITULARES DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO.

1 – Os titulares de órgãos de fiscalização respondem nos termos aplicáveis das disposições anteriores.

2 – Os titulares de órgãos de fiscalização respondem solidariamente com os administradores da cooperativa, por actos ou omissões destes no desempenho do seu cargo, sempre que o dano se não houvesse produzido se cumpridas as suas obrigações de fiscalização.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.

1 – O revisor oficial de contas responde para com a cooperativa e os cooperadores pelos danos que lhes causar com a sua conduta culposa, sendo aplicável o disposto no artigo 47º, do presente capítulo.

2 – Os revisores oficiais de contas respondem para com os credores da cooperativa nos termos previstos no artigo 45º, do presente capítulo.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO – DIREITO DE ACÇÃO.

1 – A acção de responsabilidade proposta pela cooperativa depende de deliberação dos cooperadores devendo ser proposta no prazo de 92 dias, a contar da referida deliberação.

2 – A cooperativa é representada na acção pelo órgão de administração ou pelos cooperadores que para o efeito forem eleitos pela assembleia geral.

3 – Na assembleia que aprove os documentos de prestação de contas e mesmo que tais assuntos não constem da ordem da convocatória, podem ser firmadas decisões sobre

a acção de responsabilidade e sobre a destituição dos administradores que a assembleia considere responsáveis.

4 – Aqueles cuja responsabilidade estiver em causa, não podem votar nas decisões previstas nos números anteriores.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO – ACÇÃO DE RESPONSABILIDADE PROPOSTA PELOS COOPERADORES.

1 – Pode ser proposta acção de responsabilidade pelos cooperadores contra os administradores da cooperativa, tendo presente a reparação do prejuízo que a cooperativa tenha sofrido, desde que a cooperativa não tenha esta própria interposto essa acção.

2 – Considera-se que a cooperativa não solicitou a reparação do dano sempre que:

- a) A assembleia geral deliberou não propor a acção de responsabilidade dos administradores;
- b) Decorrido o prazo previsto no número 1 do artigo anterior, a acção da cooperativa não foi proposta.

3 – Para que a acção de responsabilidade contra os administradores da cooperativa possa ser proposta, tem de ser observada a percentagem mínima de 10% dos cooperadores.

4 – Os cooperadores podem encarregar um ou alguns destes de os representar, para os efeitos do exercício do direito previsto no presente artigo.

5 – Na acção da cooperativa proposta nos termos dos artigos anteriores, a cooperativa é chamada à causa por intermédio dos seus representantes.

6 – O disposto no presente artigo, pode verificar-se independentemente da solicitação de indemnização dos danos individuais que tenham sido causados aos cooperadores.

CAPÍTULO QUINTO – REGIME ECONÓMICO.

ARTIGO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE.

1 – Só o património da cooperativa responde para com os credores pelas dívidas desta, salvo o disposto no número seguinte.

2 – Cada cooperador limita a sua responsabilidade ao montante do capital social subscrito, sem prejuízo de cláusula estatutária em sentido diverso.

3 – Sendo estipulada a responsabilidade dos cooperadores por dívidas da cooperativa, a mesma é subsidiária em relação à cooperativa e solidária entre os responsáveis.

ARTIGO SEGUNDO – CAPITAL SOCIAL.

- 1 – O capital social resultante das entradas subscritas em cada momento é variável.
- 2 – Salvo se for outro o mínimo fixado pela legislação complementar aplicável a cada um dos ramos do sector cooperativo, esse montante não pode ser inferior a 100 contos.
- 3 – O capital social estatutário pode ser aumentado por deliberação da assembleia geral, mediante proposta do órgão de administração, com a emissão de novos títulos de capital a subscrever pelos membros ou por incorporação de reservas não obrigatórias e cuja dotação não resulte de operações com terceiros.

ARTIGO TERCEIRO – TÍTULOS DE CAPITAL.

- 1 – O capital social é representado por títulos de capital, que têm um valor nominal de 1 conto ou um seu múltiplo.
- 2 – Os títulos de capital são nominativos e devem conter as seguintes menções:
 - a) A denominação da cooperativa;
 - b) O número de registo da cooperativa;
 - c) O valor;
 - d) A data de emissão;
 - e) O número, em série continua;
 - f) A assinatura de quem obriga a cooperativa;
 - g) O nome e a assinatura do cooperador titular.
- 3 – Os títulos de capital podem ser titulados ou escriturais, aplicando-se o disposto nos títulos de capital, do código civil, com as necessárias adaptações.

ARTIGO QUARTO – ENTRADA MÍNIMA A SUBSCREVER POR CADA COOPERADOR.

- 1 – A entrada mínima a subscrever por cada cooperador no acto de admissão, deve corresponder ao valor mínimo previsto na legislação complementar aplicável a cada um dos ramos do sector cooperativo ou nos estatutos da cooperativa.
- 2 – A entrada mínima não pode ser inferior ao equivalente a 50 títulos de capital.

ARTIGO QUINTO – REALIZAÇÃO DO CAPITAL.

- 1 – O capital subscrito pode ser realizado em dinheiro, bens ou direitos.
- 2 – É possível o diferimento das entradas em dinheiro nos termos e prazos mencionados no número seguinte, desde que no momento da constituição da cooperativa esteja integralmente realizado pelo menos 10% do valor do capital social.

3 – Mediante cláusula estatutária, pode ser diferida a realização de entradas em dinheiro, devendo o pagamento das entradas diferidas ser efectuado para datas certas ou ficar dependente de factos determinados, podendo em qualquer caso a prestação ser exigida a partir do momento em que se cumpra o período de 3 anos sobre a data da constituição da cooperativa ou da deliberação de aumento de capital por novas entradas.

4 – O valor das entradas em espécie é fixado em assembleia de fundadores ou em assembleia geral, mediante relatório elaborado por revisor oficial de contas ou por sociedade de revisores oficiais de contas sem interesses na cooperativa, designado por decisão da assembleia geral, na qual estão impedidos de votar os cooperadores que efectuam as entradas.

5 – O diferimento das entradas de capital previsto nos números 2 e 3, não se aplica aos membros investidores.

ARTIGO SEXTO – CONTRIBUIÇÕES EM EXERCÍCIO OU SERVIÇOS.

1 – Não podem ser emitidos títulos de capital em contrapartida de contribuições em exercício ou de prestação de serviços, sem prejuízo de a legislação aplicável a cada um dos ramos do sector cooperativo poder exigir para a sua aquisição de qualidade de cooperador uma obrigação obrigatória de capital e de exercício.

ARTIGO SÉTIMO – TRANSMISSÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL.

1 – Os títulos de capital só são transmissíveis mediante autorização do órgão de administração ou da assembleia geral, se os estatutos da cooperativa o impuserem, sob condição de o adquirente ou sucessor já ser cooperador ou reunindo as condições de admissão exigidas, solicitar a sua admissão.

2 – O cooperador que pretenda transmitir os seus títulos de capital, deve comunicá-lo por escrito ao órgão de administração, devendo a recusa ou concessão de autorização ser comunicada ao cooperador no prazo máximo de 62 dias a contar da solicitação, sob pena de essa transmissão se tornar válida e eficaz, desde que o transmissário já seja cooperador ou reúna as condições de admissão exigidas.

3 – A transmissão entre vivos dos títulos de capital opera-se:

- a) No caso dos titulados, através do endosso do título, assinado pelo transmitente e adquirente e por quem obriga a cooperativa, sendo averbada no livro de registos respectivo;
- b) No caso dos escriturais, através do registo na conta do adquirente, sendo averbada no livro de registos respectivo.

4 – A transmissão por falecimento dos títulos de capital, opera-se através da apresentação de documento comprovativo da qualidade de herdeiro ou legatário, mediante o qual é averbado o seu nome:

- a) No caso dos titulados, no respectivo livro de registo, devendo o título ser assinado por quem obriga a cooperativa e pelo herdeiro ou legatário;
- b) No caso dos escriturais, na conta do adquirente, sendo averbados no livro de registo respectivo.

5 – Não sendo admissível a transmissão por falecimento, o herdeiro ou legatário tem direito ao reembolso dos títulos de capital nos termos previstos no artigo 10º, do presente capítulo.

6 – O credor particular do cooperador não pode penhorar para satisfação dos seus créditos, os títulos de capital de que o cooperador seja titular.

ARTIGO OITAVO – AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL PELA COOPERATIVA.

1 – A cooperativa só pode adquirir títulos representativos do seu próprio capital quando a aquisição seja efectuada a título gratuito.

ARTIGO NONO – REMUNERAÇÃO DOS TÍTULOS DE CAPITAL.

1 – Mediante cláusula estatutária, podem ser pagos juros pelos títulos de capital.

2 – Na hipótese prevista no número anterior, o montante global dos juros não pode ser superior a 33% dos resultados anuais líquidos.

ARTIGO DÉCIMO – REEMBOLSO.

1 – Em caso de reembolso dos títulos de capital, o cooperador que se demitir tem direito ao montante dos títulos de capital realizados segundo o seu valor nominal, no prazo estabelecido pelos estatutos ou supletivamente no prazo de 1 ano.

2 – O valor nominal referido no número anterior, é acrescido dos juros a que o cooperador tiver direito relativamente ao último exercício social, da quota-parte dos excedentes e reservas não obrigatórias repartíveis e deduzido se for o caso, das perdas que lhe sejam imputáveis reveladas no balanço do exercício no decurso do qual surgiu o direito ao reembolso.

3 – Os estatutos podem prever que sempre que num exercício económico o montante dos títulos de capital a reembolsar supere uma determinada percentagem do montante do capital social que nestes se estabeleça, o reembolso fique dependente de uma decisão do órgão de administração.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONTRIBUIÇÕES QUE NÃO INTEGRAM O CAPITAL SOCIAL E OUTRAS FORMAS DE FUNCIONAMENTO.

1 – Os estatutos da cooperativa podem exigir a realização de uma joia de admissão, pagável de uma só vez ou em prestações.

2 – O montante das joias reverte para reservas obrigatórias, conforme constar dos estatutos, dentro dos limites da lei.

3 – A assembleia geral pode decidir outras formas de funcionamento que não integrem o capital social e que poderão afirmar as modalidades de emissão de títulos de investimento ou de obrigações, ficando sujeitas ao regime constante dos artigos seguintes.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – TÍTULOS DE INVESTIMENTO.

1 – As cooperativas podem emitir títulos de investimento, mediante decisão da assembleia geral que fixa com que objectivos e em que condições o órgão de administração pode utilizar o respectivo produto.

2 – Podem nomeadamente ser emitidos títulos de investimento que:

- a) Confirmam direito a uma remuneração anual, compreendendo uma parte fixa, calculada aplicando a uma fracção do valor nominal de cada título uma taxa predeterminada, invariável ou reportada a um indicador de referência e uma parte variável, calculada em função dos resultados, do volume de negócios ou de qualquer outro elemento da actividade da cooperativa;
- b) Confirmam aos seus titulares o direito a um prémio de reembolso, quer fixo, quer dependente dos resultados realizados pela cooperativa;
- c) Apresentem juro e plano de reembolso variáveis em função dos resultados;
- d) Sejam convertíveis em títulos de capital, desde que o titular reúna as condições de admissão legalmente exigidas para os membros produtores ou utilizadores;
- e) Apresentem prémios de emissão.

3 – Os títulos de investimento emitidos nos termos da alínea a) do número anterior, são reembolsados apenas em caso de liquidação da cooperativa e somente depois do pagamento de todos os demais credores da cooperativa ou se esta assim o decidir, após terem decorrido pelo menos 5 anos sobre a sua realização, nas condições definidas quando da emissão.

4 – Quaisquer títulos de investimento podem ser subscritos por pessoa estranhas à cooperativa, mas os seus membros têm direito de preferência na subscrição de títulos de investimento convertíveis.

5 – As cooperativas só podem adquirir títulos de investimento próprios, a título gratuito.

6 – Os títulos de investimento das cooperativas são equiparados às obrigações das sociedades comerciais, na parte não regulada por o presente título.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – EMISSÕES DE TÍTULOS DE INVESTIMENTO.

1 – A assembleia geral que decidir a emissão de títulos de investimento fixa a taxa de juro e demais condições de emissão.

2 – Os títulos de investimento são nominativos e transmissíveis nos termos da lei e obedecem aos requisitos do disposto no número 2 do artigo 3º, do presente capítulo.

3 – Compete à assembleia geral decidir se na mesma podem participar embora sem direito de voto, os subscritores dos títulos de investimento que não sejam membros da cooperativa.

4 – As cooperativas não podem emitir títulos de investimento que excedam a importância do capital social realizado e existente nos termos do último balanço aprovado, acrescido do montante do capital aumentado e realizado depois da data do encerramento daquele balanço.

5 – Não pode ser decidida uma emissão de títulos de investimento enquanto não estiver subscrita e realizada uma emissão anterior.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SUBSCRIÇÃO PÚBLICA DE TÍTULOS.

1 – A emissão por subscrição pública dos títulos de investimento deve ser precedida de uma auditoria externa à cooperativa, sem prejuízo do regime legalmente previsto para esta modalidade de emissão.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PROTECÇÃO ESPECIAL DOS INTERESSES DOS SUBSCRITORES DE TÍTULOS DE INVESTIMENTO.

1 – A assembleia geral pode decidir que os subscritores de títulos reunidos para esse fim possam eleger um representante junto da cooperativa com direito a assistir às reuniões do órgão de fiscalização, sendo-lhes facultados todas as informações a que têm direito os membros desse órgão.

2 – Uma vez firmada deliberação referida no número anterior, os direitos por esta outorgados só podem ser extintos com o consentimento expresso de todos os subscritores de títulos de investimento.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – OBRIGAÇÕES.

1 – As cooperativas podem também emitir obrigações, de acordo com as normas estabelecidas pelo presente livro para as obrigações emitidas por sociedades anónimas, cuja aplicação não coloque em causa os princípios cooperativos, nem o disposto no presente título.

2 – Não são admitidas, nomeadamente obrigações que sejam convertíveis em títulos de capital ou que confirmem o direito a subscrever um ou vários títulos de capital.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – RESERVA LEGAL.

1 – É obrigatória a constituição de uma reserva legal destinada a cobrir eventuais perdas do exercício.

2 – Reverte para esta reserva, segundo a proporção que for determinada nos estatutos ou caso estes sejam omissos pela assembleia geral, numa percentagem que não pode ser inferior a 10%, o montante das joias e dos excedentes anuais líquidos.

3 – Estas reversões deixam de ser obrigatórias desde que a reserva atinja um montante igual a metade do capital social atingido pela cooperativa no exercício social.

4 – A reserva legal só pode ser utilizada para:

- a) Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- b) Cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo resultado do exercício, nem pela utilização de outras reservas.

5 – Se os prejuízos do exercício forem superiores ao montante da reserva legal, a diferença pode por decisão da assembleia geral ser exigida aos cooperadores, proporcionalmente às operações realizadas por cada um destes, sendo a reserva legal reconstituída até ao nível anterior em que se encontrava antes da sua utilização para cobertura de perdas.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESERVA PARA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO COOPERATIVAS.

1 – É obrigatória a constituição de uma reserva para a educação cooperativa e a formação cultural e técnica dos cooperadores, dos profissionais da cooperativa e da comunidade.

2 – Revertem para esta reserva na forma constante do disposto no número 2 do artigo anterior:

- a) A parte das joias que não for afectada à reserva legal;
- b) A parte dos excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores que for estabelecida pelos estatutos ou pela assembleia geral, numa percentagem que não pode ser inferior a 1%;
- c) Os donativos e os subsídios que forem especialmente destinados à finalidade da reserva;
- d) Os resultados anuais líquidos provenientes das operações realizadas com terceiros que não forem afectados a outras reservas.

3 – As formas de aplicação desta reserva são determinadas pela assembleia geral.

4 – O órgão de administração deve integrar anualmente no plano de actividades um plano de formação para aplicação desta reserva.

5 – Por decisão da assembleia geral, o órgão de administração de uma cooperativa pode entregar no todo ou em parte o montante desta reserva a uma cooperativa de grau superior, sob a condição de esta prosseguir a finalidade da reserva em causa e de ter um plano de actividades em que aquela cooperativa seja envolvida.

6 – Por decisão da assembleia geral, pode igualmente ser afectada pelo órgão de administração a totalidade ou parte desta reserva a projectos de educação e formação, que conjunta ou separadamente impliquem a cooperativa em causa e:

- a) Outra ou outras cooperativas;
- b) Uma ou mais entidades económicas;
- c) Uma ou mais pessoas colectivas de direito público.

7 – A reserva de educação e formação cooperativas não responde pelas dívidas da cooperativa perante terceiros, mas apenas pelas obrigações contraídas no âmbito da actividade a que está adstrita.

ARTIGO DÉCIMO NONO – OUTRAS RESERVAS.

1 – A legislação complementar aplicável aos diversos ramos do sector cooperativo ou os estatutos podem prever a constituição de outras reservas, devendo nesse caso determinar o seu modo de formação, aplicação e liquidação.

2 – Pode igualmente ser decidida em assembleia geral a constituição de outras reservas, aplicando-se o disposto na parte final do número anterior.

ARTIGO VIGÉSIMO – INSUSCEPTIBILIDADE DE REPARTIÇÃO.

1 – Todas as reservas obrigatórias, bem como as que resultem de excedentes provenientes de operações com terceiros, são insusceptíveis de qualquer tipo de repartição entre os cooperadores e membros investidores, antes de liquidados todos os créditos da cooperativa em processo de fusão, cisão, transformação, dissolução ou liquidação.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – DISTRIBUIÇÃO DE EXCEDENTES.

1 – Os excedentes anuais líquidos, com excepção dos provenientes de operações realizadas com terceiros, que restarem depois de eventual pagamento de juros pelos títulos de capital e das reversões para as diversas reservas, poderão retornar aos cooperadores.

2 – Não pode proceder-se à distribuição de excedentes entre os cooperadores, nem criar reservas livres, antes de se terem compensado as perdas dos exercícios anteriores ou tendo-o utilizado a reserva legal para compensar essas perdas, antes de se ter reconstituído a reserva ao nível anterior ao da sua utilização.

CAPÍTULO SEXTO – UNIÕES, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – UNIÕES, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES.

1 – As uniões, federações e confederações de cooperativas adquirem personalidade jurídica com o registo da sua constituição, sendo este obrigatório, aplicando-se-lhe em tudo o que não estiver especificamente regulado no presente capítulo, as disposições aplicáveis às cooperativas de primeiro grau.

2 – Todas as estruturas cooperativas de grau superior representam legitimamente as entidades que as integram, directa e indirectamente e os respectivos membros.

ARTIGO SEGUNDO – UNIÕES.

1 – As uniões de cooperativas resultam do agrupamento de pelo menos duas cooperativas de primeiro grau do mesmo ramo do sector cooperativo.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIAS DAS UNIÕES.

1 – As uniões têm finalidades de natureza económica, social, cultural e de assistência técnica aos seus membros, podendo nos termos da lei e com observância dos princípios cooperativos, exercer as mesmas actividades dos associados.

ARTIGO QUARTO – DIREITO DE VOTO.

1 – Os estatutos podem atribuir a cada uma das cooperativas aderentes um número de votos determinado, quer em função do número de cooperadores, quer em função de qualquer outro critério que de acordo com o princípio monárquico no reino de Portugal, obtenha a aprovação maioritária dos membros da união.

2 – O número de votos é anualmente apurado pela assembleia geral que aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício do ano anterior.

ARTIGO QUINTO – ÓRGÃOS DAS UNIÕES.

1 – São órgãos das uniões de cooperativas os previstos para as cooperativas de primeiro grau, com as seguintes adaptações:

- a) A assembleia geral é constituída por titulares de órgão de administração ou por delegados das cooperativas filiadas, podendo os estatutos determinar que apenas um dos representantes possa usar da palavra e votar e sendo a respectiva mesa eleita de entre os membros

das cooperativas filiadas para um mandato de duração igual ao dos outros órgãos;

- b) Os órgãos de administração e de fiscalização têm a natureza colegial e são compostos por pessoas singulares membros das cooperativas filiadas.

ARTIGO SEXTO – FEDERAÇÕES.

1 – As federações resultam do agrupamento de uniões de cooperativas que pertençam ao mesmo ramo do sector cooperativo.

2 – É aplicável às federações de cooperativas, com as devidas adaptações o disposto nos artigos 4º e 5º, do presente capítulo.

ARTIGO SÉTIMO – CONFEDERAÇÕES.

1 – As confederações de cooperativas resultam do agrupamento de federações de cooperativas do mesmo ramo do sector cooperativo.

2 – É aplicável às confederações de cooperativas com as devidas adaptações o disposto nos artigos 4º e 5º, do presente capítulo.

3 – Os órgãos das confederações são os previstos para as cooperativas de primeiro grau, sendo a mesa da assembleia geral, o órgão de administração e o conselho fiscal, compostos por pessoas singulares membros das estruturas cooperativas que integram a confederação.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS DAS FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES.

1 – As federações e confederações têm finalidades de representação, de coordenação e de prestação de serviços, podendo nos termos da lei e com observância dos princípios cooperativos:

- a) Representar, defender e promover os interesses das organizações membros, os cooperadores membros destas e o sector cooperativo;
- b) Prestar serviços de carácter económico e social aos seus membros;
- c) Promover e incentivar a intercooperação entre os respectivos membros e os diversos ramos do sector cooperativo;
- d) Fomentar e promover a formação e educação cooperativas, podendo gerir as reservas de educação e formação dos membros;
- e) Defender os princípios e valores cooperativos e promover o modelo cooperativo;
- f) Negociar e celebrar convenções colectivas laborais;
- g) Mediar a resolução de conflitos entre os seus membros e entre estes e os cooperadores.

CAPÍTULO SÉTIMO – FUSÃO, CISÃO, TRANSFORMAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS COOPERATIVAS.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMAS DE FUSÃO DAS COOPERATIVAS.

1 – A fusão de cooperativas do mesmo ramo do sector cooperativo pode operar-se por criação de nova cooperativa e por incorporação.

2 – Verifica-se a fusão por criação de nova cooperativa, quando duas ou mais cooperativas, com a simultânea extinção da sua personalidade jurídica, constituem uma nova cooperativa, afirmando a nova cooperativa a totalidade dos direitos e obrigações das cooperativas fundidas.

3 – Verifica-se a fusão por incorporação, quando uma ou mais cooperativas, em simultâneo com a extinção da sua personalidade jurídica, passem a fazer parte integrante de uma outra cooperativa, que afirme a totalidade dos direitos e obrigações das cooperativas incorporadas.

4 – A fusão de cooperativas só pode ser validamente efectuada por decisão de pelo menos dois terços dos votos dos cooperadores presentes ou representados em assembleia geral extraordinária convocada para esse objecto.

5 – Mediante prévio parecer favorável da real chancelaria fiscal portuguesa, as cooperativas de grau superior podem requerer judicialmente a fusão por incorporação de uma ou mais cooperativas numa terceira, que afirme a totalidade dos direitos e obrigações das cooperativas que naquelas estejam integradas ou com as quais tenham uma conexão relevante, sempre que ocorra alguma das seguintes circunstâncias:

- a) Se verifique por um período superior a 12 meses a inexistência ou inactividade dos órgãos sociais, assim como a impossibilidade de os eleger;
- b) Sejam desenvolvidas de forma reiterada actividades alheias ao objecto da cooperativa.

ARTIGO SEGUNDO – CISÃO DE COOPERATIVAS.

1 – Verifica-se a cisão de uma cooperativa sempre que nesta se opere a divisão dos seus membros e património, com a consequente criação de uma ou mais cooperativas novas.

2 – A cisão é integral ou parcial, conforme simultaneamente se se verificar ou não a extinção da cooperativa original.

3 – É aplicável à cisão de cooperativas o disposto no número 4 do artigo anterior.

ARTIGO TERCEIRO – NULIDADE DA TRANSFORMAÇÃO.

1 – É nula a transformação de uma cooperativa em qualquer tipo de sociedade comercial, sendo também objecto de nulidade os actos que contrariem ou iludam esta proibição legal, salvo o disposto no número 3 do artigo 1º, do capítulo nono, do presente livro.

ARTIGO QUARTO – DISSOLUÇÃO.

1 – As cooperativas dissolvem-se por:

- a) Esgotamento do objecto, impossibilidade insuperável da sua prossecução ou falta de coincidência entre o objecto real e o objecto expresso nos estatutos;
- b) Decurso do prazo, se tiverem sido constituídas temporariamente;
- c) Verificação de qualquer outra causa extintiva prevista nos estatutos;
- d) Diminuição do número de membros abaixo do mínimo legalmente previsto, por um período de tempo superior a 183 dias e desde que tal redução não seja temporária ou ocasional;
- e) Fusão ou cisão integral;
- f) Decisão da assembleia geral;
- g) Decisão judicial transitada em julgado que declare a insolvência da cooperativa;
- h) Decisão transitada em julgado que verifique que a cooperativa não respeita no seu funcionamento os princípios cooperativos, que utiliza sistematicamente meios ilícitos para a prossecução do seu objecto ou que recorre à forma de cooperativa para alcançar indevidamente benefícios legais;
- i) Omissão de entrega da declaração fiscal de rendimentos durante 2 anos consecutivos comunicada pela administração tributária ao órgão de soberania notarial competente;
- j) Comunicação de ausência de actividade efectiva verificada nos termos da legislação tributária, efectuada pela administração tributária junto do órgão de soberania notarial competente;
- k) Comunicação da declaração oficiosa de cessação de actividade nos termos previstos na legislação tributária, efectuada pela administração tributária junto do órgão de soberania notarial competente.

2 – Nos casos de esgotamento do objecto e nos que se encontrem previstos nas alíneas b), c), e) e f) do número anterior, a dissolução é imediata.

3 – Nos casos de impossibilidade insuperável da prossecução do objecto ou de falta de coincidência entre o objecto efectivamente prosseguido e o objecto expresso nos estatutos, bem como nos casos a que se refere a alínea d) do número 1, a dissolução é declarada em procedimento administrativo, instaurado a requerimento da cooperativa ou de qualquer cooperador ou sucessor, sem prejuízo do disposto no número 2 do artigo 4º, do capítulo seguinte.

4 – Nos casos a que se referem as alíneas i), j) e k) do número 1, a dissolução é declarada em procedimento administrativo de dissolução, instaurado oficiosamente pelo órgão de soberania notarial competente.

ARTIGO QUINTO – PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO E PARTILHA.

1 – A dissolução da cooperativa, qualquer que seja o motivo implica a nomeação de uma comissão de liquidação, encarregada do processo de liquidação do respectivo património.

2 – A assembleia geral que deliberar a dissolução deve eleger a comissão liquidatária, a quem confere os poderes necessários, para dentro do prazo que lhe fixar proceder à liquidação.

3 – Aos casos de dissolução previstos nas alíneas a) a e) e i) e k) do número 1 do artigo anterior, é aplicável o regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais, nos termos do disposto no livro quinto, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

4 – Nos casos em que tenha ocorrido dissolução administrativa promovida por via oficiosa, a liquidação é igualmente promovida oficiosamente pelo órgão de soberania notarial competente.

5 – Ao caso de dissolução previsto na alínea g) do número 1 do artigo anterior, é aplicável com as necessárias adaptações, o regime jurídico dos procedimentos administrativos de insolvência e de recuperação de empresas nos termos do disposto no livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

6 – Aos casos de dissolução previstos na alínea h) do número 1 do artigo anterior, é aplicável com as necessárias adaptações, o disposto no livro quinto, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

7 – Efectuada a liquidação total, deve a comissão liquidatária apresentar as contas à assembleia geral, ao órgão de soberania notarial ou jurídico competente conforme os casos, organizando sob a forma de mapa, um projecto de partilha do saldo nos termos do artigo seguinte.

8 – Na última assembleia geral, o órgão de soberania notarial ou jurídico conforme os casos, designam quem deve ficar depositário dos livros, papéis e documentos da cooperativa, os quais deveram ser conservados pelo prazo de 10 anos.

ARTIGO SEXTO – DESTINO DO PATRIMÓNIO EM LIQUIDAÇÃO.

1 – Uma vez satisfeitas as despesas decorrentes do próprio processo de liquidação, o saldo obtido por este é aplicado imediatamente e pela seguinte ordem a:

- a) Pagar os salários e as prestações devidas aos profissionais da cooperativa ou restituir as mesmas verbas ao fundo de garantia salarial da segurança social que as suportou;

- b) Pagar os demais débitos da cooperativa, incluindo o resgate dos títulos de investimento, das obrigações e de outras prestações eventuais dos membros da cooperativa;
- c) Resgatar os títulos de capital.

2 – O montante da reserva legal estabelecido nos termos do disposto no artigo 17º, do capítulo quinto, do presente título, que não tenha sido destinado a cobrar eventuais perdas do exercício e não seja susceptível de aplicação diversa, pode transitar com idêntica finalidade, para a nova entidade cooperativa que se formar na sequência de fusão ou cisão da cooperativa em liquidação.

3 – Sempre que à cooperativa em liquidação não suceder nenhuma entidade cooperativa nova, a aplicação do saldo de reservas obrigatórias é aplicado na liquidação dos créditos que não tenham sido liquidados nos termos do número 1 e o remanescente reverte para os cooperadores ou membros investidores na proporção da sua entrada no capital social da cooperativa em liquidação.

4 – Às reservas constituídas nos termos do disposto no artigo 18º e 19º, do capítulo quinto, do presente título, é aplicável em matéria de liquidação e no caso de os estatutos nada disporem, o estabelecido nos números 2 e 3.

CAPÍTULO OITAVO – MATRIZES FISCAIS PORTUGUESA.

ARTIGO PRIMEIRO – ATRIBUIÇÕES DAS MATRIZES FISCAIS PORTUGUESAS.

1 – Compete às matrizes fiscais portuguesas fiscalizar nos termos da lei, a utilização da forma cooperativa, com respeito pelos princípios cooperativos e as normas relativas à constituição e funcionamento.

2 – Incumbe ainda às matrizes fiscais portuguesas as atribuições e competências previstas no respectivo estatuto, no presente título e na legislação complementar aplicável aos diversos ramos do sector cooperativo.

ARTIGO SEGUNDO – ACTOS DE COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIOS.

1 – As cooperativas estão obrigadas a remeter à matriz fiscal portuguesa competente:

- a) Cópia dos actos de constituição e alteração dos estatutos, até aos 30 dias seguintes após o registo;
- b) Cópia dos relatórios anuais de gestão e dos documentos anuais de prestação de contas, até aos 30 dias seguintes após a sua aprovação;
- c) Cópia do balanço social, quando nos termos legais, for obrigatória a sua elaboração, até aos 30 dias seguintes após a sua elaboração.

ARTIGO TERCEIRO – CREDENCIAÇÃO.

1 – Compete às matrizes fiscais portuguesas emitir anualmente, credencial comprovativa da legal constituição e regular funcionamento das cooperativas.

2 – O apoio técnico e financeiro às cooperativas por parte de entidades públicas fica dependente da credencial emitida pela matriz fiscal portuguesa competente.

ARTIGO QUARTO – DISSOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS.

1 – A matriz fiscal portuguesa competente, deve requerer através do ministério público, junto do órgão de soberania jurídico competente, a dissolução das cooperativas que:

- a) Não respeitem na sua constituição ou funcionamento os princípios cooperativos;
- b) Utilizem sistematicamente meios ilícitos para a prossecução do seu objecto; ou
- c) Recorram à forma de cooperativa para alcançar indevidamente benefícios fiscais ou outros atribuídos por entidades públicas.

2 – A matriz fiscal portuguesa deve requerer junto do órgão de soberania notarial competente o procedimento administrativo de dissolução das cooperativas cuja actividade não coincida com o objecto expresso nos seus estatutos.

3 – As entidades que firmem as decisões indicadas nas alíneas g) a k) do número 1 do artigo 4º, do capítulo anterior, devem comunicar à matriz fiscal portuguesa competente, trimestralmente, a identificação das cooperativas dissolvidas.

CAPÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

ARTIGO PRIMEIRO – APLICAÇÃO DO CÓDIGO COOPERATIVO ÀS COOPERATIVAS EXISTENTES.

1 – As cláusulas estatutárias que regem as cooperativas constituídas ao abrigo da legislação anterior à entrada em vigor do presente código e que tenham deixado por estas de vigorar, consideram-se automaticamente substituídas pelas novas disposições aplicáveis no presente código, sem prejuízo das alterações que vierem a ser deliberadas pelos seus membros.

2 – As denominações em vigor dos órgãos sociais cooperativos necessitam obrigatoriamente de ser alteradas para efeitos do presente código.

3 – As cooperativas constituídas até à data de entrada em vigor do presente código que exerçam actividades económicas que não constem dos ramos de actividade económicos das cooperativas previstos no presente título, poderão nos termos da lei fiscal

proceder à transformação da cooperativa numa ou várias sociedades comerciais, procedendo ao processo de liquidação e de constituição da correspondente ou das correspondentes sociedades comerciais.

ARTIGO SEGUNDO – BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS.

1 – Os benefícios fiscais e financeiros das cooperativas, independentemente do montante da participação do estado no seu capital social, são os previstos no estatuto dos benefícios fiscais nos termos do disposto no livro sétimo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – FUNDAÇÕES.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE FUNDAÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO.

1 – O presente capítulo define as normas a observar no procedimento administrativo de reconhecimento de fundações, bem como da modificação de estatutos e ainda da transformação e extinção das mesmas nos termos e para os efeitos do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – FORMALIZAÇÃO DA SOLICITAÇÃO.

1 – A solicitação é dirigida à real chancelaria fiscal portuguesa, preferencialmente por via electrónica, através de modelo de requerimento disponibilizado no sítio da internet.

2 – O pedido pode ainda ser entregue por via postal.

3 – Sempre que efectuado por via electrónica, o requerimento é assinado electronicamente e acompanhado da documentação prevista no artigo seguinte.

4 – O envio do requerimento pela via a que se refere o número anterior, deve obedecer às exigências de fiabilidade e segurança da assinatura electrónica qualificada.

ARTIGO TERCEIRO – DOCUMENTAÇÃO.

1 – O pedido de reconhecimento é instruído com os seguintes elementos:

- a) Cópia da escritura pública de instituição da fundação;
- b) Cópia do testamento, no caso de a fundação ter sido instituída por esta forma;

- c) Memorando descritivo das áreas de actuação da fundação;
- d) Indicação da dotação patrimonial inicial afecta à fundação;
- e) Relação detalhada dos bens afectos à fundação;
- f) Avaliação do património mobiliário e imobiliário sempre que o exista, por perito idóneo;
- g) Declaração bancária comprovativa do montante pecuniário inicial afecto à fundação;
- h) Indicação da norma habilitante de instituição da fundação, sempre que um dos instituidores seja uma pessoa colectiva de direito público.

2 – As solicitações de autorização de modificação dos estatutos e transformação da fundação são instituídos com os seguintes elementos:

- a) Cópia dos estatutos vigentes à data;
- b) Cópia do regulamento interno, se o existir;
- c) Cópia da acta da reunião em que tenha sido deliberada a proposta de modificação dos estatutos ou de transformação da fundação;
- d) Memorando descritivo dos motivos que conduziram à deliberação da proposta de modificação estatutária ou de transformação da fundação.

3 – A solicitação de declaração de extinção é instruído com os seguintes elementos:

- a) Cópia dos estatutos vigentes à data;
- b) Cópia do regulamento interno, se o existir;
- c) Cópia da acta da reunião em que tenha sido deliberada a proposta de declaração de extinção da fundação;
- d) Documentação comprovativa da actividade desenvolvida pela fundação durante a sua existência;
- e) Comprovativo do cumprimento pela fundação de todas as obrigações legais, nomeadamente fiscais e sociais, a que tais entidades estão adstritos;
- f) Relatório descritivo da evolução e situação patrimonial actual da fundação.

4 – Na análise das solicitações referidas nos números anteriores, o órgão instrutor pode no uso da sua competência na matéria, solicitar outros elementos que considere necessários e exigidos para a decisão sobre o requerimento.

5 – Sempre que falte algum dos documentos mencionados nos números anteriores, o órgão instrutor solicita a remessa dos mesmos, o que deve ser efectuado no prazo de 15 dias.

ARTIGO QUARTO – PARECERES ADJUVANTES.

1 – Na análise dos requerimentos de reconhecimento de fundação, de autorização para modificação de estatutos, de autorização para transformação de fundação e ainda de declaração de extinção de fundação, o órgão instrutor pode sempre que o considere necessário e exigido, solicitar parecer a entidades governamentais e outras com

competências nas matérias em questão, nomeadamente aos órgãos de soberania e aos reais institutos portugueses competentes do exercício de actividades.

ARTIGO QUINTO – PRAZO DO PROCEDIMENTO.

1 – Salvo casos excepcionais, a decisão final é firmada no prazo máximo de 92 dias, a contar da data de entrada da solicitação na real chancelaria fiscal portuguesa.

ARTIGO SEXTO – NORMA TRANSITÓRIA.

1 – Sem prejuízo do formulário electrónico a disponibilizar no sítio da internet da real chancelaria fiscal portuguesa, enquanto não existirem as condições técnicas adequadas para a entrega do requerimento por via electrónica nos termos dos números 3 e 4 do artigo 2º, do presente capítulo, o requerimento deve ser entregue por via postal.

ARTIGO SÉTIMO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O disposto no presente capítulo, aplica-se imediatamente a todos os procedimentos de reconhecimento de fundações pendentes.

CAPÍTULO SEGUNDO – FUNDAÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – INSTITUIÇÃO E SUA REVOGAÇÃO.

1 – As fundações podem ser instituídas por actos entre vivos ou por testamento, valendo para a aceitação dos bens a esta destinados em qualquer dos casos, o reconhecimento respectivo nos termos do capítulo anterior.

2 – O reconhecimento pode ser requerido pelo instituidor, seus herdeiros ou executores testamentários ou ser oficiosamente promovido pela autoridade competente.

3 – A instituição por actos entre vivos torna-se irrevogável logo que seja requerido o reconhecimento ou principie o respectivo processo oficioso.

4 – Aos herdeiros do instituidor não é permitido revogar a instituição, sem prejuízo do disposto acerca da sua sucessão legítima.

5 – Ao acto de instituição de fundação é obrigatório escritura pública, adquirindo personalidade jurídica, bem como em qualquer caso aos estatutos e suas alterações, é aplicável o disposto no número 2 e 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título seguinte.

ARTIGO SEGUNDO – ACTO DE INSTITUIÇÃO E ESTATUTOS.

1 – No acto de instituição deve o instituidor indicar o fim da fundação e especificar os bens que lhe são destinados.

2 – No acto de instituição ou nos estatutos pode o instituidor providenciar ainda sobre a sede, organização e funcionamento da fundação, regular os termos da sua transformação ou extinção e fixar o destino dos respectivos bens.

ARTIGO TERCEIRO – ESTATUTOS LAVRADOS POR PESSOA DIVERSA DO INSTITUIDOR.

1 – Na falta de estatutos lavrados pelo instituidor ou na insuficiência destes, constando a instituição de testamento, é aos executores deste que compete elaborá-los e completá-los.

2 – A elaboração total ou parcial dos estatutos incumbe à própria autoridade competente para o reconhecimento da fundação, quando o instituidor os não tenha efectuado e a instituição não conste de testamento ou quando os executores testamentários os não lavrem dentro do ano posterior à abertura da sucessão.

3 – Na elaboração dos estatutos ter-se-á presente no possível, a vontade real ou presumível do fundador.

ARTIGO QUARTO – RECONHECIMENTO.

1 – Não será reconhecida a fundação cujo objecto não for considerado de interesse social pela entidade competente.

2 – Será igualmente negado o reconhecimento, quando os bens afectos à fundação se mostrem insuficientes para a prossecução do objecto visado e não haja fundadas expectativas de suprimimento da insuficiência.

3 – Negado o reconhecimento por insuficiência do património, fica a instituição sem efeito se o instituidor for vivo.

4 – Nos termos do número anterior, se já for falecido, serão os bens entregues a uma associação ou fundação com fins análogos, que a entidade competente designar, salvo disposição do instituidor em contrário.

ARTIGO QUINTO – MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS.

1 – Os estatutos da fundação podem a todo o tempo ser modificados pela autoridade competente para o reconhecimento, sob proposta da respectiva administração, contando que não haja alteração essencial do objecto da instituição e se não contrarie a vontade do fundador.

ARTIGO SEXTO – TRANSFORMAÇÃO.

1 – Escutada a administração e também o fundador se for vivo, a entidade competente para o reconhecimento pode atribuir à fundação um objecto diferente:

- a) Sempre que tiver sido inteiramente preenchido o objecto para que foi instituída ou este se tenha tornado impossível;
- b) Sempre que o objecto da instituição deixar de revestir interesse social;
- c) Sempre que o património se tornar insuficiente para a realização do objecto previsto.

2 – O novo objecto deve aproximar-se no que for possível do objecto fixado pelo fundador.

3 – Não há lugar à mudança do objecto, se o acto de instituição prescrever a extinção da fundação.

ARTIGO SÉTIMO – ENCARGO PREJUDICIAL AOS OBJECTOS DA FUNDAÇÃO.

1 – Estando o património da fundação onerado com encargos cujo cumprimento impossibilite ou dificulte gravemente o preenchimento do objecto institucional, pode a entidade competente para o reconhecimento sob proposta da administração suprimir, reduzir ou comutar esses encargos, escutado o fundador se for vivo.

2 – Se porém o encargo tiver sido motivo essencial da instituição, pode a mesma entidade considerar o seu cumprimento como objecto da fundação ou incorporar a fundação noutra pessoa colectiva capaz de satisfazer o encargo à custa do património incorporado, sem prejuízo dos seus próprios objectos.

ARTIGO OITAVO – CAUSAS DE EXTINÇÃO.

1 – As fundações extinguem-se:

- a) Pelo decurso do prazo, se tiverem sido constituídas temporariamente;
- b) Pela verificação de qualquer outra causa extintiva prevista no acto de instituição;
- c) Por decisão judicial que declare a sua insolvência.

2 – As fundações podem ainda ser extintas, pela entidade competente para o reconhecimento:

- a) Sempre que o objecto se tenha esgotado ou se haja tornado impossível;
- b) Sempre que o seu fim real não coincida com o fim expresso no acto de instituição;
- c) Sempre que o seu fim seja sistematicamente prosseguido por meios ilícitos ou imorais;
- d) Sempre que a sua existência se torne contrária à ordem pública.

ARTIGO NONO – DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO.

1 – Sempre que ocorra alguma das causas extintivas prevista no número 1 do artigo anterior, a administração da fundação comunicará o facto à autoridade competente para o reconhecimento, a fim de esta declarar a extinção e deliberar as providências que julgue convenientes para a liquidação do património.

ARTIGO DÉCIMO – EFEITOS DA EXTINÇÃO.

1 – Extinta a fundação, na falta de providências especiais em contrário firmadas pela autoridade competente, é aplicável o disposto no artigo 17º, do capítulo primeiro, do título seguinte.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – NORMAS DE REMISSÃO DAS FUNDAÇÕES.

1 – Aplicam-se às fundações em tudo o que não for contrário ao presente título com as necessárias adaptações o disposto relativo às associações nos termos do título seguinte.

TÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – ASSOCIAÇÕES.

CAPÍTULO PRIMEIRO – RELAÇÕES JURÍDICAS.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO DE CONSTITUIÇÃO E ESTATUTOS.

1 – O acto de constituição da associação especificará os bem ou serviços com que os associados concorrem para o património social, a denominação, o objecto e a sede da pessoa colectiva, a forma do seu funcionamento, bem como a sua duração, quando a associação não se constitua por tempo indeterminado.

2 – Os estatutos podem especificar ainda os direitos e obrigações dos associados, as condições da sua admissão, saída e exclusão, bem como os termos da extinção da pessoa colectiva e consequente dissolução do seu património.

ARTIGO SEGUNDO – FORMA E PUBLICIDADE.

1 – O acto de constituição da associação, os estatutos e as suas alterações devem constar de escritura pública, sem prejuízo do disposto em lei especial, afirmando assim a sua personalidade jurídica.

2 – O notário a expensas da associação, promove de imediato a publicação da constituição e dos estatutos, bem como as alterações destes nos termos legalmente previstos para os actos das sociedades comerciais, nos termos do capítulo décimo quarto, do título terceiro, do presente livro.

3 – O acto de constituição, os estatutos e as suas alterações não produzem efeitos em relação a terceiros, enquanto não forem publicados nos termos do número anterior.

ARTIGO TERCEIRO – TITULARES DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO E REVOGAÇÃO DOS SEUS PODERES.

1 – É a assembleia geral que elege os titulares dos órgãos da associação, sempre que os estatutos não estabeleçam outro processo de escolha.

2 – As funções dos titulares eleitos ou designados são revogáveis, mas a revogação não prejudica os direitos fundados no acto de constituição.

3 – O direito de revogação pode ser condicionado pelos estatutos à existência de justa causa.

ARTIGO QUARTO – CONVOCAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.

1 – O órgão da administração e o conselho fiscal são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2 – Salvo disposição legal ou estatutária em contrário, as deliberações são firmadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o presidente para além do seu voto, direito a voto de qualidade.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – Competem à assembleia geral todas as deliberações não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias de outros órgãos da associação.

2 – São necessariamente da competência da assembleia geral a destituição dos titulares dos órgãos da associação, a aprovação do balanço, a alteração dos estatutos, a extinção da associação e a autorização para esta demandar os administradores por factos praticados no exercício do cargo.

ARTIGO SEXTO – CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – A assembleia geral deve ser convocada pela administração nas circunstâncias fixadas pelos estatutos e em qualquer caso, duas vezes por ano para aprovar o balanço e o plano de actividades.

2 – A assembleia geral será ainda convocada sempre que a convocação seja requerida com fim legítimo, por um conjunto de associados não inferior 20% da sua totalidade, se outro número não for estabelecido nos estatutos.

3 – Se a administração não convocar a assembleia geral nos casos em que deve fazê-lo, a qualquer associado é lícito efectuar a convocação.

ARTIGO SÉTIMO – FORMA DE CONVOCAÇÃO.

1 – A assembleia geral é convocada por meio de aviso postal, expedido para cada um dos associados com antecedência mínima de 15 dias.

2 – No aviso referido no número anterior, indicar-se-á o dia, a hora e o local da reunião e a respectiva ordem do dia.

3 – É dispensada a expedição do aviso postal referido nos números anteriores, sempre que os estatutos prevejam a convocação da assembleia geral mediante publicação do respectivo aviso nos termos legalmente previstos para os actos das sociedades comerciais nos termos do disposto no capítulo décimo quarto, do título terceiro, do presente livro.

4 – São anuláveis as deliberações firmadas sobre matérias estranhas à ordem do dia, salvo se todos os associados comparecerem à reunião e todos concordarem com o aditamento.

5 – A comparência de todos os associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum destes se oponha à realização da assembleia geral.

ARTIGO OITAVO – FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – A assembleia geral não pode deliberar em primeira convocação sem a presença de pelo menos metade dos seus associados.

2 – Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações são firmadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes.

3 – As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes.

4 – As deliberações sobre a dissolução ou prorrogação da pessoa colectiva requerem o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.

5 – Os estatutos podem exigir um número de votos superior ao fixado nos números anteriores.

ARTIGO NONO – PRIVAÇÃO DO DIREITO DE VOTO.

1 – O associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesses entre a associação e este, seu cônjuge, ascendentes ou descendentes ou equiparados.

2 – As deliberações firmadas com infracção do disposto no número anterior, são anuláveis se o voto do associado impedido for essencial à existência da maioria necessária.

ARTIGO DÉCIMO – DELIBERAÇÕES CONTRÁRIAS À LEI OU AOS ESTATUTOS.

1 – As deliberações da assembleia geral contrárias à lei ou aos estatutos, seja pelo seu objecto, seja por virtude de irregularidades havidas na convocação dos associados ou no funcionamento da assembleia geral, são anuláveis.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REGIME DA ANULABILIDADE.

1 – A anulabilidade prevista nos artigos anteriores, pode ser arguida no prazo de 183 dias, pelo órgão da administração ou por qualquer associado que não tenha votado a deliberação.

2 – Tratando-se de associado que não foi convocado regularmente para a reunião da assembleia geral, o prazo só começa a correr a partir da data em que este teve o conhecimento da deliberação.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROTECÇÃO DOS DIREITOS DE TERCEIROS.

1 – A anulação da deliberação da assembleia geral não prejudica os direitos que terceiros de boa-fé hajam adquirido em execução das deliberações anuladas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – NATUREZA PESSOAL DA QUALIDADE DE ASSOCIADO.

1 – Salvo disposição estatutária em contrário, a qualidade de associado não é transmissível, quer por acto entre vivos, quer por sucessão.

2 – O associado não pode incumbir outrem de exercer os seus direitos pessoais.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – EFEITOS DA SAÍDA OU EXCLUSÃO.

1 – O associado que por qualquer forma deixa de pertencer à associação, não tem o direito de receber as quotizações que haja pago e perde o direito ao património social, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CAUSAS DE EXTINÇÃO.

1 – As associações extinguem-se:

- a) Por deliberação da assembleia geral;
- b) Pelo decurso do prazo, se tiverem sido constituídas temporariamente;

- c) Pela verificação de qualquer outra causa extintiva prevista no acto de constituição ou nos estatutos;
- d) Pelo falecimento ou desaparecimento de todos os associados;
- e) Por decisão judicial que declare a sua insolvência.

2 – As associações extinguem-se ainda por decisão judicial:

- a) Sempre que o seu objecto se tenha esgotado ou se haja tornado impossível;
- b) Sempre que o seu objecto real não coincida com o objecto expresso no acto de constituição ou nos estatutos;
- c) Sempre que o seu objecto seja sistematicamente prosseguido por meios ilícitos ou imorais;
- d) Sempre que a sua existência se torne contrária à ordem pública.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO.

1 – Nos casos previstos nas alíneas b) e c) do número 1 do artigo anterior, a extinção só se produzirá se nos 30 dias subsequentes à data em que devia operar-se, a assembleia geral não decidir a prorrogação da associação ou a modificação dos estatutos.

2 – Nos casos previstos no número 2 do artigo anterior, a declaração de extinção pode ser solicitada em juízo pelo ministério público ou por qualquer interessado.

3 – A extinção por virtude da declaração de insolvência, dá-se em consequência da própria declaração.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – EFEITOS DA EXTINÇÃO.

1 – Extinta a associação, os poderes dos seus órgãos ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e dos necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.

2 – Pelos actos restantes dos constantes no número anterior e pelos danos que deles advenham respondem solidariamente os administradores que os praticarem.

3 – Pelas obrigações que os administradores contraírem a associação só responde perante terceiros se estes estavam de boa-fé e à extinção não tiver sido dada a devida publicidade.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO.

1 – À organização interna e administração das associações são aplicáveis as normas estabelecidas pelos associados e na sua falta, as disposições legais relativas às associações constantes do presente título.

2 – As limitações impostas aos poderes normais dos administradores só são oponíveis a terceiros, quando estes as conheciam ou deviam conhecer.

ARTIGO DÉCIMO NONO – FUNDO COMUM DAS ASSOCIAÇÕES.

1 – As contribuições dos associados e os bens com estas adquiridos constituem o fundo comum da associação.

2 – Enquanto a associação subsistir, nenhum associado pode exigir a divisão do fundo comum e nenhum credor dos associados tem o direito de o fazer executar.

ARTIGO VIGÉSIMO – LIBERALIDADES.

1 – As liberalidades em favor da associação consideram-se efectuadas aos respectivos associados nessa qualidade.

2 – Os bens deixados ou doados à associação acrescem ao fundo comum, independentemente de outro acto de transmissão.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS.

1 – Pelas obrigações validamente afirmadas em nome da associação responde o fundo comum e na falta ou insuficiência deste, o património daquele que as tiver contraído, pelo que sendo o acto praticado por mais de uma pessoa, respondem todos solidariamente.

2 – Na falta ou insuficiência do fundo comum e do património dos associados directamente responsáveis, têm os credores acção contra os demais associados, que respondem proporcionalmente à sua entrada para o fundo comum.

3 – A representação em juízo do fundo comum compete àqueles que tiverem afirmado a obrigação.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – COMISSÕES ESPECIAIS.

1 – As comissões constituídas para realizar qualquer plano de socorro ou beneficência, ou promover a execução de obras públicas, monumentos, festivais, exposições, festejos e actos semelhantes ficam sujeitos na falta de lei em contrário, às disposições subsequentes.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE DOS ORGANIZADORES E ADMINISTRADORES.

1 – Os membros de comissões e os encarregados de administrar os seus fundos são pessoal e solidariamente responsáveis pela conservação dos fundos recolhidos e pela sua afectação ao objecto anunciado.

2 – Os membros de comissões respondem ainda pessoal e solidariamente pelas obrigações contraídas em nome desta.

3 – Os subscritores só podem exigir o valor que tiverem subscrito, sempre que não se cumpra por qualquer motivo o objecto para que a comissão foi constituída.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – APLICAÇÃO DOS BENS A OUTROS OBJECTOS.

1 – Se os fundos angariados forem insuficientes para o objecto anunciado ou este se mostrar impossível ou restar algum saldo depois de satisfeito o objecto da comissão, os bens terão a aplicação prevista no acto constitutivo da comissão ou no programa anunciado.

2 – Se nenhuma aplicação tiver sido prevista e a comissão não desejar aplicar os bens a um objecto análogo, compete à autoridade administrativa prover o seu destino, respeitando no possível a intenção dos subscritores.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PUBLICIDADE.

1 – As comissões especiais promovem a publicação da sua constituição, da sua sede e do seu programa nos termos legalmente previstos para os actos das sociedades comerciais nos termos do capítulo décimo quarto, do título terceiro, do presente livro.

CAPÍTULO SEGUNDO – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – NATUREZA E OBJECTOS EM GERAL.

1 – As associações são instituições particulares com um número limitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que essencialmente através da quotização dos seus associados, e de joias e donativos de terceiros, praticam no interesse destes e das suas famílias, objectos de prestação de serviços de auxílio recíproco nos termos previstos no presente título.

2 – Com excepção do exercício de actividades de restauração e panificação e de actividades das artes belas que as associações pratiquem como forma de angariação de receitas próprias e da comercialização dos mesmos produtos oriundos ou provenientes das mesmas actividades económicas, estão interditos às associações comercializar produtos provenientes ou oriundos das actividades económicas dos seus associados, bem como dos demais sectores de actividade económicos.

ARTIGO SEGUNDO – OBJECTOS EM ESPECIAL.

1 – Constituem objectos fundamentais das associações a concessão de benefícios de natureza económica, humana e cultural, nomeadamente sociais e de saúde destinados a reparar as consequências da verificação de factos contingentes relativos à vida e à saúde dos associados e seus familiares e a prevenir no possível a verificação desses factos.

2 – As associações podem prosseguir cumulativamente os objectos referidos no número anterior, outros objectos de protecção social e de promoção da qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos e serviços de apoio social, de outras obras sociais e de actividades que visem especialmente o desenvolvimento moral, intelectual, cultural e físico dos associados e seus familiares.

ARTIGO TERCEIRO – OBJECTOS ECONÓMICOS.

1 – Para a concretização dos seus objectos económicos, as associações de âmbito económico podem prosseguir as seguintes modalidades:

- a) Prestação de serviços de organização, administração e gestão aos seus associados;
- b) Prestação de serviços informativos de âmbito económico aos seus associados relativos a fornecedores e clientes;
- c) Prestação de serviços de promoção e divulgação dos produtos e serviços prestados dos seus associados;
- d) Prestação de serviços de organização de eventos económicos.

ARTIGO QUARTO – OBJECTOS HUMANOS.

1 – Para a concretização dos seus objectos de segurança social, as associações de âmbito humano podem prosseguir as seguintes modalidades:

- a) Prestação de invalidez, de reforma e de sobrevivência aos seus associados;
- b) Outras prestações pecuniárias por doença, maternidade, desemprego, acidentes laborais ou doenças profissionais aos seus associados;
- c) Capitais pagáveis por falecimento ou no termo dos prazos determinados aos seus associados.

2 – Para a concretização dos seus objectos de saúde, as associações de âmbito humano podem prosseguir as seguintes modalidades:

- a) Prestação de cuidados de medicina de prevenção, tratamento, reabilitação e cura aos seus associados;
- b) Assistência medicamentosa aos seus associados.

3 – Para a concretização dos seus objectos desportivos, as associações de âmbito humano podem prosseguir as seguintes modalidades:

- a) Prestação de serviços desportivos aos seus associados;

- b) Prestação de serviços de organização de eventos desportivos;
- c) Prestação de serviços de promoção e divulgação de eventos desportivos dos seus associados.

ARTIGO QUINTO – OBJECTOS CULTURAIS.

1 – Para a concretização dos seus objectos culturais, as associações de âmbito cultural podem prosseguir as seguintes modalidades:

- a) Prestação de serviços culturais aos seus associados;
- b) Prestação de serviços de organização de eventos culturais;
- c) Prestação de serviços de promoção e divulgação de eventos culturais dos seus associados.

ARTIGO SEXTO – MODALIDADES INDIVIDUAIS E COLECTIVAS.

1 – As associações podem exercer os objectos referidos nos números anteriores, através de modalidades de benefícios individuais ou colectivos.

2 – Consideram-se modalidades de benefícios colectivos aquelas cujo esquema de financiamento é estabelecido em função de um determinado grupo de associados, os quais deverão aderir em conjunto aos benefícios da modalidade.

ARTIGO SÉTIMO – ASSOCIAÇÕES DE ÂMBITO SÓCIO-PROFISSIONAL.

1 – Podem ser constituídas associações cujo objecto seja prosseguido através de modalidades de benefícios colectivos, que abranjam profissionais do mesmo sector sócio-profissional, ramo de actividade, da mesma empresa ou do mesmo grupo de empresas.

2 – A criação de associações de âmbito sócio-profissional pode resultar de iniciativa das empresas ou dos grupos de empresas e dos respectivos profissionais, bem como das entidades que os representam.

ARTIGO OITAVO – REGIMES PROFISSIONAIS COMPLEMENTARES.

1 – Pela sua natureza a prossecução das modalidades colectivas de benefícios previstos no artigo anterior, consubstancia os regimes profissionais complementares de segurança social contantes da legislação social.

2 – As associações podem também através da celebração de acordos com qualquer empresa, grupo de empresas, quaisquer grupos profissionais e associações empresariais, gerir regimes profissionais complementares dos regimes da segurança social nos termos da lei social e respectivos diplomas de execução.

ARTIGO NONO – PRINCÍPIOS ASSOCIATIVOS.

1 – As associações observam na sua constituição e funcionamento os seguintes princípios:

- a) O número de associados e o capital são ilimitados;
- b) A duração da associação é indeterminado;
- c) A admissão e a demissão dos associados são actos livres e voluntários;
- d) A admissão ou exclusão dos associados não podem ser objecto de restrições, nem de discriminações resultantes de ascendência, sexo, nacionalidade, religião, convicções legislativas e ideológicas, nível de instrução, condição social ou situação económica;
- e) Os membros dos órgãos sociais são eleitos por métodos monárquicos da máxima competência, segundo o processo estabelecido nos estatutos;
- f) O direito de voto exerce-se pela atribuição de um voto a cada um associado;
- g) A subscrição das modalidades de benefícios é facultativa;
- h) A atribuição dos benefícios representa um direito que é contrapartida das quotizações pagas.

2 – As associações e os seus agrupamentos devem fomentar a formação dos seus associados, dos profissionais e do público em geral, bem como a difusão do associativismo.

ARTIGO DÉCIMO – IGUALDADE DE TRATAMENTO.

1 – Os estatutos e os regulamentos de benefícios das associações não podem conter disposições que de forma directa ou indirecta, designadamente por referências a situações matrimoniais ou familiares, contrariem o princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

2 – O disposto no número anterior, será aplicável às pensões no que se refere ao requisito da idade, quando e na medida em que a referida igualdade se verificar no âmbito dos regimes legais.

3 – O princípio da igualdade de tratamento não prejudica as disposições relativas à protecção da mulher em razão da maternidade.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES.

1 – Para melhor prossecução dos seus objectos e desenvolvimento associativo, devem as associações privilegiar as relações entre si e com outras instituições públicas e particulares.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – AGRUPAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES.

1 – As associações podem agrupar-se em associações de grau superior, sob a forma de uniões, federações e confederações nos termos do disposto no capítulo sexto, do título décimo, com as necessárias adaptações.

2 – As uniões, federações e confederações de associações são consideradas para todos os efeitos associações, ficando sujeitas ao respectivo regime nos termos do presente título.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – EXCLUSIVIDADE DE DENOMINAÇÃO.

1 – As associações estão obrigadas na definição do seu nome ao uso da denominação «Associação» acrescido das palavras evocativas do seu objecto económico, humano ou cultural e da sua localização geográfica de âmbito municipal, concelhio, regional ou nacional.

CAPÍTULO TERCEIRO – INSTITUIÇÕES E ASSOCIADOS.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO.

1 – O acto de constituição das associações deve constar de escritura pública e especificará a denominação, os objectos e a sede da instituição.

2 – As associações adquirem personalidade jurídica no acto de constituição.

3 – No acto de constituição das associações de âmbito sócio-profissional podem intervir as entidades referidas no artigo 7º, do capítulo anterior.

ARTIGO SEGUNDO – REQUISITOS GERAIS DE CONSTITUIÇÃO.

1 – As associações devem ter um número de associados e um sistema de financiamento indispensável à concessão dos benefícios que a instituição visa prosseguir.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO.

1 – Estão sujeitos a registo nos termos do respectivo regulamento, os actos de constituição, os estatutos, os regulamentos de benefícios e os demais actos respeitantes às associações previstos no presente título.

2 – As associações não podem cobrar quotas, nem conceder benefícios enquanto os respectivos estatutos e regulamentos de benefícios não forem registados.

3 – As alterações dos benefícios que impliquem modificação dos respectivos regulamentos não podem ser concretizados sem o seu prévio registo.

ARTIGO QUARTO – UTILIDADE PÚBLICA.

1 – As associações registadas nos termos do artigo anterior, adquirem automaticamente a natureza de pessoas colectivas de utilidade pública.

ARTIGO QUINTO – CONTEÚDO DOS ESTATUTOS.

1 – Os estatutos das associações devem mencionar:

- a) A denominação, que não pode confundir-se com denominações de instituições já existentes e que é sempre precedida ou seguida da palavra «Associação» acrescido das palavras referentes ao objecto social e ao âmbito territorial da sua influência;
- b) Os objectos principais e secundários que a associação se propõe prosseguir;
- c) A sede e o âmbito, que pode ser territorial, profissional, de actividade, de empresa ou de grupo de empresas;
- d) O modo e as condições de admissão dos associados, os seus direitos e deveres e as sanções pelo seu incumprimento;
- e) A composição, competência e o funcionamento dos órgãos associativos;
- f) A forma de a associação se obrigar;
- g) As receitas e despesas, bem como os princípios a que devem obedecer a constituição e gestão dos fundos;
- h) O modo como podem ser alterados os estatutos ou deliberada a fusão, a cisão ou a integração numa outra associação;
- i) As condições em que pode ser deliberada a dissolução da associação;
- j) As condições de associação ou filiação em organizações nacionais, imperiais portuguesas e internacionais, designadamente as que prossigam a defesa e a promoção do associativismo e da economia social;
- k) O regime eleitoral monárquico dos órgãos associativos.

ARTIGO SEXTO – REGULAMENTO GERAL INTERNO.

1 – O regulamento geral interno é o documento que define o regime de funcionamento da associação, deste devendo constar:

- a) Denominação, objectos, sede, outros elementos;
- b) Associados (Tipo, admissão, direitos, deveres, regime disciplinar, outros elementos);
- c) Órgãos sociais (Titulares, competências, secções e comissões, outros elementos);

- d) Descrição do processo eleitoral;
- e) Regime patrimonial e financeiro (Património, receitas e despesas);
- f) Símbolos (Bandeira, emblema, equipamentos, farda, outros elementos).

2 – A elaboração do regulamento geral interno, deve ser adoptado a cada uma associação, tendo presente as suas características específicas, os objectos, a dimensão e a comunidade onde se insere.

ARTIGO SÉTIMO – REGULAMENTO DE BENEFÍCIOS.

1 – A regulamentação de benefícios prosseguidos pelas associações deve constar de instrumento próprio, denominado regulamento de benefícios.

2 – Devem constar do regulamento de benefícios:

- a) As condições gerais de inscrição;
- b) O montante e as condições de atribuição de benefícios;
- c) O montante e o destino das quotizações pagas pelos associados;
- d) A idade máxima de inscrição dos associados nas modalidades cuja natureza o exija;
- e) Os prazos de garantia para a concessão de benefícios, quando exigidos pela natureza das modalidades e pela situação técnico-financeira da associação.

ARTIGO OITAVO – GARANTIA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

1 – É obrigatória a alteração do regulamento de benefícios tendo presente restabelecer o necessário equilíbrio técnico-financeiro, sempre que pela análise dos balanços organizados nos termos do disposto no artigo 11º, do capítulo quinto, do presente título e de outros instrumentos de gestão, se verifique a impossibilidade de concessão, actual ou futura, dos benefícios nestes estabelecidos.

ARTIGO NONO – CATEGORIAS DE ASSOCIADOS.

1 – Os associados podem ser efectivos, aderentes, contribuintes, beneméritos ou honorários.

2 – Os estatutos podem prever outras categorias de associados, estabelecendo as condições de admissão e de exercício dos direitos associativos.

ARTIGO DÉCIMO – ASSOCIADOS EFECTIVOS.

1 – São associados efectivos os que subscrevem qualquer das modalidades de benefícios regulamentares, pagando a correspondente quotização.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ASSOCIADOS ADERENTES.

1 – Os profissionais abrangidos pelos regimes profissionais complementares geridos por associações nos termos do disposto no número 2 do artigo 8º, do capítulo anterior, podem inscrever-se como associados aderentes das mesmas associações, sendo as respectivas contribuições para aqueles regimes equiparados às quotas referidas no artigo 2º, do capítulo seguinte.

2 – Os estatutos das associações podem regular as condições de exercício dos respectivos direitos associativos pelos associados aderentes.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ASSOCIADOS CONTRIBUINTES, BENEMÉRITOS E HONORÁRIOS.

1 – Podem ser admitidos como associados contribuintes as pessoas individuais ou colectivas, que contribuam para o financiamento dos regimes profissionais complementares de segurança social.

2 – Podem ser admitidos como associados beneméritos e honorários pela forma estabelecida nos estatutos, as pessoas singulares ou colectivas que apoiem a associação como contribuintes financeiros ou de serviços relevantes.

3 – Os associados contribuintes, beneméritos e honorários não têm direito aos benefícios estabelecidos para os associados efectivos e aderentes, sem prejuízo do exercício dos direitos associativos que lhes forem conferidos pelos estatutos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ADMISSÃO DE MENORES.

1 – Os estatutos podem prever a admissão de associados menores.

2 – A admissão de menores carece de intervenção dos seus representantes legais.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INSCRIÇÃO.

1 – A inscrição nas modalidades que exijam a avaliação da situação clínica do candidato é condicionada nos termos dos estatutos ou dos regulamentos de benefícios, a parecer médico, por exame directo ou através do preenchimento de questionário clínico.

2 – Sempre que houver lugar a exame médico, podem ser utilizados mediante acordo, os serviços oficiais de saúde ou os serviços médicos de qualquer associação mutualista.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – NULIDADE DE INSCRIÇÃO.

1 – Será nula a inscrição que viole a lei ou os estatutos da associação.

2 – A nulidade de inscrição imputável a título de dolo aos associados, determina a restituição dos benefícios indevidamente recebidos, sem direito a reembolso das quotas pagas.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – EFEITOS DA SAÍDA DOS ASSOCIADOS.

1 – A eliminação ou expulsão dos associados determina a perda dos benefícios correspondentes às quotas pagas e não dá direito a qualquer reembolso.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – INTRANSMISSIBILIDADE.

1 – A qualidade de associado não é transmissível quer por acto entre vivos, quer por sucessão.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RECLAMAÇÃO E RECURSOS.

1 – Dos actos dos órgãos associativos podem os interessados reclamar para a assembleia geral e da deliberação desta recorrer para os órgãos de soberania jurídicos competentes nos termos da lei.

CAPÍTULO QUARTO – INSCRIÇÃO E BENEFÍCIOS.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DA INSCRIÇÃO.

1 – Os associados podem subscrever quaisquer modalidades de benefícios nos termos regulamentares.

ARTIGO SEGUNDO – QUOTAS.

1 – Por cada inscrição numa modalidade de benefícios é devida uma quota cujo montante é definido nos termos regulamentares.

2 – O montante da quota devida por cada modalidade é estabelecido em cada momento em nível adequado à satisfação dos correspondentes compromissos regulamentares, tendo também presente a actualização dos benefícios previstos no artigo 5º, do presente capítulo.

3 – A quotização global de cada associado é determinada em função das modalidades subscritas e demais condições estabelecidas nos respectivos regulamentos.

ARTIGO TERCEIRO – PAGAMENTO DAS QUOTAS.

1 – A falta de pagamento das quotas pode determinar a eliminação da qualidade do associado nas condições estabelecidas nos estatutos.

2 – A regularização do pagamento das quotas pode efectuar-se pela redução do montante dos benefícios subscritos, desde que os estatutos ou o regulamento de benefícios o estabeleçam.

ARTIGO QUARTO – AUTONOMIA FINANCEIRA DAS MODALIDADES.

1 – Cada modalidade de benefícios deve bastar-se financeiramente a si própria pela integral cobertura das respectivas despesas através de receitas próprias.

2 – No sistema de financiamento de cada modalidade será definido o encargo que deve ser suportado pelo associado a subscrever.

ARTIGO QUINTO – ACTUALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS.

1 – Na actualização e na alteração das modalidades deve ser privilegiado o princípio da actualização dos benefícios, tendo presente evitar o seu desajustamento.

2 – Por portaria conjunta das áreas presidenciais competentes, escutados os correspondentes reais institutos portugueses competentes dos ramos do sector associativo e as instituições representativas das associações, podem ser fixados:

- a) Os montantes iniciais mínimos das primeiras subscrições, bem como as taxas mínimas da sua evolução, nas modalidades que envolvam prestações pecuniárias;
- b) As taxas mínimas de actualização anual das quotizações, nas modalidades de benefícios que não compreendam prestações pecuniárias.

ARTIGO SEXTO – REGIME JURÍDICO DAS PRESTAÇÕES.

1 – As prestações pecuniárias devidas pelas associações aos associados e a outros beneficiários não podem ser cedidas a terceiros, nem penhoradas e prescrevem a favor das mesmas associações no prazo de 3 anos a contar do vencimento ou do último dia do prazo de pagamento se o houver.

ARTIGO SÉTIMO – INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS SOCIAIS E SERVIÇOS.

1 – As associações podem dispor de instalações, equipamentos sociais e serviços destinados à realização dos seus objectivos, designadamente de apoio social e de saúde, com observância das normas que especialmente lhes forem aplicáveis no exercício dessas mesmas actividades económicas.

ARTIGO OITAVO – UTENTES.

1 – Pode ser facultado o acesso às instalações, aos equipamentos sociais e aos serviços da associação de utentes que não sejam associados das mesmas, designadamente por aplicação do regime previsto nos artigos 10º ao 12º, do presente capítulo.

ARTIGO NONO – AUTONOMIA FINANCEIRA E ORÇAMENTAL.

1 – A gestão de instalações, equipamentos sociais e serviços previstos nos dois anteriores artigos, obedece ao princípio da autonomia financeira e orçamental.

ARTIGO DÉCIMO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE ASSOCIAÇÕES.

1 – As associações podem celebrar entre si acordos que tenham presente designadamente:

- a) Facultar aos associados de cada uma destas a inscrição das modalidades não prosseguidas pela associação a que pertencem, mas que estejam previstas nos estatutos e regulamentos de benefícios de outra ou outras intervenientes no acordo;
- b) Proporcionar a utilização em comum das instalações, dos equipamentos sociais e dos serviços;
- c) Assegurar a transferência de riscos.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES.

1 – As associações podem celebrar acordos de cooperação com outras instituições particulares, nomeadamente para a utilização de instalações, equipamentos sociais ou serviços e concessão de prestações ou benefícios.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM SERVIÇOS OFICIAIS.

1 – As associações podem estabelecer com os serviços oficiais formas de cooperação, sempre que sem prejuízo das exigências próprias da sua natureza, possam contribuir para a satisfação de necessidades colectivas, nomeadamente mediante a utilização de instalações e equipamentos sociais.

2 – As condições gerais de celebração dos acordos de cooperação a que se refere o número anterior, constam de normas aprovadas pela respectiva entidade oficial proprietária das instalações ou dos equipamentos sociais.

CAPÍTULO QUINTO – REGIME ECONÓMICO.

ARTIGO PRIMEIRO – ACEITAÇÃO DE HERANÇAS, LEGADOS E DOAÇÕES.

1 – As associações só podem aceitar heranças e benefícios de inventário.

2 – As associações são obrigadas a cumprir todos os encargos relativos às heranças, legados ou doações por estas aceites, quer estas ou estes absorvam o seu valor, quer envolvam prestações periódicas superiores ao rendimento dos bens recebidos.

ARTIGO SEGUNDO – CONTABILIDADE.

1 – Todas as associações estão obrigadas a possuir contabilidade organizada, da responsabilidade de um especialista que pode ou não pertencer à associação.

2 – As associações devem observar na organização da sua contabilidade, as normas fixadas no plano oficial de contabilidade aprovado para os sectores de actividade económicos.

ARTIGO TERCEIRO – FUNDOS DISPONÍVEIS.

1 – Em relação a cada modalidade de benefícios devem as associações constituir fundos disponíveis, destinados a satisfazer os respectivos encargos.

2 – Cada fundo disponível é constituído por:

- a) Quotas dos associados destinados à modalidade presente;
- b) Rendimentos do próprio fundo;
- c) Rendimentos do respectivo fundo permanente ou fundo próprio;
- d) Quantias prescritas a favor da associação, respeitantes a benefícios do respectivo fundo;
- e) Parte fixada nos estatutos dos rendimentos líquidos da caixa económica anexa, de participações financeiras e da exploração de instalações, equipamentos sociais e serviços;
- f) Quaisquer outras receitas não especificadas, cuja distribuição é da competência da direcção ou do conselho de administração, caso os estatutos não disponham de outro modo.

3 – As associações que calculam anualmente as reservas matemáticas podem contabilizar as suas variações nos respectivos fundos disponíveis.

ARTIGO QUARTO – FUNDOS PERMANENTES E FUNDOS PRÓPRIOS.

1 – Em relação a cada modalidade que implique a existência de reservas matemáticas deve ser constituído um fundo permanente destinado a garantir as responsabilidades afirmadas e que não deve ser inferior àquelas reservas.

2 – Em relação a cada modalidade não abrangida pelo número anterior, deve ser constituído um fundo próprio da respectiva modalidade.

3 – Cada fundo permanente ou fundo próprio será constituído pelo saldo anual do respectivo fundo disponível, deduzido da percentagem a atribuir estatutariamente ao fundo de reserva geral.

4 – Se por ocorrência imprevistas, um fundo permanente se tornar inferior às reservas matemáticas da modalidade, deve o défice técnico ser coberto pelo fundo de reserva geral, mediante transferência do quantitativo necessário para o efeito.

ARTIGO QUINTO – FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – Pode existir um fundo de administração destinado a satisfazer os encargos administrativos.

2 – O fundo de administração é constituído pela parte da quotização a este destinada nos termos do regulamento dos benefícios, pelo seu próprio rendimento e por outras receitas previstas nos estatutos.

ARTIGO SEXTO – FUNDO DE RESERVA GERAL.

1 – Deve ser constituído um fundo de reserva geral, destinado a prevenir os efeitos de quaisquer ocorrências imprevistas.

2 – O fundo de reserva geral é constituído pela percentagem fixada nos estatutos dos saldos anuais dos fundos disponíveis e pelo seu próprio rendimento.

ARTIGO SÉTIMO – RESERVAS ESPECIAIS OU PROVISÕES.

1 – Podem ser constituídas reservas especiais ou provisões para objectivos distintos dos referidos nos artigos anteriores e devidamente especificados.

2 – Cada reserva especial ou provisão é constituída pelas dotações a estas destinadas e pelo seu próprio rendimento.

ARTIGO OITAVO – FUNDOS AUTÓNOMOS DOS REGIMES PROFISSIONAIS COMPLEMENTARES.

1 – Em relação a cada regime profissional complementar deve existir um fundo autónomo, destinado a garantir os respectivos encargos específicos, sem prejuízo do disposto no diploma regulamentar daqueles regimes.

ARTIGO NONO – BALANÇO TÉCNICO.

1 – As associações devem organizar balanços técnicos tendo presente apurar as responsabilidades para com os associados e eventualmente rever a estrutura e os quantitativos das quotas ou dos benefícios.

2 – Os balanços técnicos devem ser organizados pelo menos de 3 em 3 anos, contados a partir de 1 de janeiro do ano em que tiver sido registado a sua constituição ou qualquer alteração ao regulamento de benefícios das modalidades existentes que implique variação de responsabilidades, de acordo com as orientações das áreas presidenciais competentes.

3 – Os balanços técnicos respeitantes aos regimes complementares de segurança social, são efectuados com a periodicidade prevista nos respectivos planos de gestão.

4 – Os balanços técnicos devem ser apresentados no sector ministerial respectivo ao ministro competente até ao dia 31 de maio do ano seguinte àquele a que digam respeito.

ARTIGO DÉCIMO – EXCEDENTES TÉCNICOS.

1 – É vedado distribuir excedentes, incluindo os técnicos.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, é permitido reajustar os benefícios ou as quotas nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – APLICAÇÃO DOS EXCEDENTES TÉCNICOS.

1 – Sempre que o fundo permanente relativo a uma modalidade exceder o valor das respectivas reservas matemáticas, o excesso pode ser destinado total ou parcialmente à melhoria dos benefícios ou à redução da quota.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SUBVENÇÕES.

1 – Nas associações cuja dimensão financeira o justifique, podem os estatutos determinar que o rendimento líquido da caixa económica anexa de participações financeiras e de exploração de instalações, equipamentos sociais e serviços, seja total ou parcialmente distribuído.

2 – A distribuição a que se refere o número anterior, reveste a forma de subvenções concedidas a título eventual aos beneficiários das diversas modalidades, mediante deliberação da assembleia geral sob proposta da direcção ou do conselho de administração.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – APLICAÇÃO DE VALORES.

1 – O activo das associações pode ser representado por:

- a) Numerário e depósitos à ordem;
- b) Depósitos a prazo, certificados de depósito e similares;
- c) Títulos do estado ou por este garantidos e bilhetes do tesouro;
- d) Obrigações, acções, títulos de participação, outros títulos negociáveis de dívida ou fundos consignados cotados nas bolsas de valores;
- e) Unidades de participação em fundos de investimento mobiliário ou imobiliário;
- f) Imóveis;
- g) Empréstimos sobre títulos do estado ou sobre imóveis localizados em Portugal;
- h) Empréstimos aos associados caucionados pelas reservas matemáticas, até 66% do seu valor;
- i) Capital de caixa económica anexa à associação ou capital resultante da exploração de instalações, equipamentos sociais e serviços destes dependentes.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – NORMAS DE APLICAÇÃO DE VALORES.

1 – Na aplicação dos valores as associações devem ter presente a sua liquidez, por forma a garantir o cumprimento das suas responsabilidades na data do respectivo vencimento.

2 – O conjunto das obrigações, das acções, dos títulos de participação ou de outros títulos negociáveis de dívida ou fundos consignados de uma única entidade comercial, não podem em caso algum representar mais de 10% do activo de uma associação.

3 – Os empréstimos sobre imóveis são sempre garantidos por primeira hipoteca, mas não podem exceder 50% do valor em que o imóvel for avaliado e são efectuados a uma taxa de juro nominal não inferior à taxa básica de desconto do real banco de Portugal.

4 – A aplicação dos valores das associações pode ainda ser sujeita a normas específicas, designadamente a limitar, nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais respectivas escutados os reais institutos portugueses competentes e as associações representativas das mesmas associações.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEPÓSITOS DE VALORES.

1 – Os valores mobiliários representativos dos fundos devem ser depositados em quaisquer instituições de crédito estabelecidas no espaço territorial português.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – OPERAÇÕES PATRIMONIAIS.

1 – A alienação, a troca ou a oneração de valores representativos de fundos permanentes, estão sujeitos a critérios ou limites adequados à situação financeira da associação previamente estabelecidos pela assembleia geral ou pelo conselho geral.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – REAVALIAÇÃO DO IMOBILIZADO.

1 – As associações podem proceder à reavaliação do seu imobilizado, nomeadamente através da realização de obras, alienação ou arrendamento dos imóveis pertencentes às associações nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – EMPRÉSTIMOS.

1 – As associações com activo imobiliário superior a 1 milhão de contos, poderão contrair empréstimos nos mercados de capitais nos termos da lei aplicável a cada tipo de empréstimo e com as necessárias adaptações.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ORÇAMENTAÇÃO.

1 – O orçamento é o instrumento de natureza económica elaborado com o objectivo de prever determinadas quantias que serão utilizadas para as diversas actividades da associação.

2 – O orçamento consiste num resumo sistemático, ordenado e classificado das despesas previstas e das receitas projectadas para cobrir essas despesas.

CAPÍTULO SEXTO – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – A assembleia geral é constituída por todos os associados maiores no pleno uso dos seus direitos associativos, com as contribuições para a associação regularizadas.

2 – Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões da assembleia geral, nas condições e pela forma estabelecida nos estatutos, não podendo cada associado representar mais de um associado.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIA EM MATÉRIA INSTITUCIONAL.

1 – Compete à assembleia geral definir as directrizes fundamentais de actuação da associação, especialmente:

- a) Eleger e destituir, por votação secreta, os titulares dos órgãos associativos;

- b) Deliberar sobre a reforma ou alteração dos estatutos, regulamentos, nomeadamente de benefícios, velar pelo seu cumprimento e resolver casos omissos;
- c) Deliberar sobre a cisão, fusão, integração e dissolução da associação;
- d) Deliberar sobre a adesão a uniões, federações ou confederações;
- e) Autorizar a associação a demandar os titulares dos órgãos associativos por actos praticados no exercício das suas funções;
- f) Fiscalizar os actos dos órgãos associativos;
- g) Deliberar sobre todos os recursos que lhe forem interpostos;
- h) Admitir novos associados e excluí-los da associação;
- i) Decidir qualificar associados como associado fundador, beneméritos ou honorários;
- j) Decidir sobre a mudança da sede da associação;
- k) Aprovar sob proposta da direcção ou do conselho de administração, o valor das quotas anuais e o valor de eventuais joias de inscrição;
- l) Deliberar sobre todas as matérias não compreendidas na competência dos demais órgãos associativos.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA EM MATÉRIA DE GESTÃO.

1 – Em matéria de gestão compete à assembleia geral:

- a) Apreciar e votar anualmente o programa de acção e o orçamento para o ano seguinte, bem como o relatório e contas do exercício;
- b) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação a qualquer título, de bens imóveis e outros bens patrimoniais de rendimentos ou de reconhecido valor histórico ou artístico;
- c) Deliberar sobre a contração de empréstimos;
- d) Fixar a remuneração dos titulares dos órgãos associativos, quando prevista nos estatutos.

ARTIGO QUARTO – REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – As reuniões da assembleia geral são ordinárias e extraordinárias.

ARTIGO QUINTO – REUNIÕES ORDINÁRIAS.

1 – A assembleia geral reúne em sessão ordinária:

- a) No ano final de cada mandato, durante o mês de dezembro, para eleição dos órgãos associativos;
- b) Até ao último dia do mês de fevereiro de cada ano, para apreciação e votação do relatório e contas do exercício do ano anterior e do parecer do conselho fiscal;

- c) Até 31 de outubro de cada ano, para apreciação e votação do programa de acção e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do conselho fiscal.

ARTIGO SEXTO – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS.

1 – A assembleia geral reúne em sessão extraordinária sob convocação do presidente da mesa, a solicitação de qualquer órgão associativo ou a requerimento fundamentado subscrito pelo menos por 10% do número de associados no pleno uso dos seus direitos, se outro número não for estabelecido nos estatutos.

2 – A reunião deve realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da recepção da solicitação ou do requerimento.

3 – A reunião extraordinária da assembleia geral que seja convocada a requerimento dos associados só pode efectuar-se se estiverem presentes pelo menos três quartos dos requerentes.

4 – Sempre que a reunião prevista no número anterior, não se puder realizar por falta do número de associados, ficam os associados que faltaram inibidos, pelo prazo de 3 anos se outro maior não for estabelecido nos estatutos, de requererem a reunião extraordinária da assembleia geral e são obrigados a pagar as despesas da convocação, salvo se justificarem a falta por motivos de força maior.

ARTIGO SÉTIMO – CONVOCATÓRIA.

1 – A assembleia geral é convocada pelo presidente da mesa com a antecedência mínima de 15 dias.

2 – A convocação é efectuada através de aviso postal expedido para cada associado ou por correio electrónico caso os estatutos o prevejam e mediante anúncio publicado em dois jornais de entre os de maior circulação na área da sede da associação.

3 – Da convocatória consta obrigatoriamente o dia, a hora, o local da reunião e a respectiva ordem de exercícios.

ARTIGO OITAVO – CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL PELO ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO COMPETENTE.

1 – Todo o associado, bem como o ministério público podem requerer ao órgão de soberania jurídico competente a convocação da assembleia geral nos casos seguintes:

- a) Sempre que os órgãos associativos estejam a funcionar sem o número completo de titulares e não se encontrem regularmente constituídos nos termos estatutários ou ainda quando tenha sido excedida a duração do mandato;
- b) Sempre que por alguma forma esteja a ser impedida a convocatória da assembleia geral nos termos legais ou se impeça o seu funcionamento

com grave risco ou ofensa dos interesses da associação ou dos seus beneficiários.

2 – Para os efeitos do número anterior, o sector ministerial competente do exercício da actividade económica, deverá comunicar ao ministério público as situações de irregularidade de que tenha conhecimento.

3 – O órgão de soberania jurídico competente designará se necessário o presidente e os secretários da mesa que dirigirá a assembleia convocada judicialmente.

ARTIGO NONO – NÃO EFECTUAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL CONVOCADA JUDICIALMENTE.

1 – Se a assembleia geral convocada para eleições nos termos do artigo anterior, se não realizar na data ou no prazo que lhe tenham sido marcado, o órgão de soberania jurídico competente nomeará uma comissão provisória de gestão com a constituição, competência e duração estabelecidas no disposto no artigo 7º, do capítulo oitavo, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO – FUNCIONAMENTO.

1 – A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto ou uma hora depois com qualquer número de presenças, salvo se os estatutos dispuserem de outro modo.

2 – A assembleia geral extraordinária convocada para a extinção da associação, quer revista a forma de dissolução, quer as de integração, fusão ou cisão, só pode funcionar em primeira convocatória estando presentes ou representados dois terços de todos os associados com direito a nesta participarem.

3 – Não se verificando o quórum exigido no número anterior, a assembleia geral reúne mediante segunda convocatória, por aviso postal com intervalo de 15 dias e qualquer número de associados, salvo se os estatutos dispuserem de outro modo.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DELIBERAÇÕES.

1 – As deliberações das assembleias gerais são firmadas por maioria simples de votos.

2 – As deliberações das assembleias gerais extraordinárias que envolvam aumento de encargos ou diminuição de receitas, bem como as previstas nas alíneas b), c) e e) do artigo 2º, do presente capítulo, só são válidas se aprovadas por dois terços dos associados presentes ou representados na sessão.

3 – A anulação de deliberações firmadas pela assembleia geral há menos de 1 ano, só é válida se aprovada por número de votos superiores ao da votação anterior e se esse número não constar das actas considera-se que a decisão foi firmada por dois terços dos associados presentes na respectiva sessão.

4 – São anuláveis todas as deliberações firmadas sobre matérias que não constem da ordem de exercícios fixado na convocatória, salvo se estiverem presentes ou representados todos os associados no pleno uso dos seus direitos e todos concordarem com o aditamento, sem prejuízo do disposto no número 2 do artigo 13º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VOTAÇÕES.

1 – Os associados não podem votar, por si ou como representantes de outrem, em assuntos que directamente lhes digam respeito e nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.

2 – Salvo se os estatutos dispuserem de outra forma, é admitido o voto por correspondência, sob condição de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de exercícios e a assinatura do associado se encontrar reconhecida notarialmente.

3 – As votações respeitantes a assuntos de incidência pessoal dos titulares dos órgãos associativos são efectuadas por escrutínio secreto.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DIREITO DE ACÇÃO.

1 – No exercício em nome da associação do direito de acção civil ou penal contra os titulares dos órgãos associativos, a associação é representada pela direcção ou conselho de administração ou pelos associados que para esse efeito forem eleitos pela assembleia geral.

2 – A deliberação da assembleia geral pode ser firmada na sessão convocada para a apreciação do programa de acção e do orçamento para o ano seguinte, bem como do relatório e contas do exercício, mesmo que a respectiva proposta não conste da ordem de exercícios.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ACTAS.

1 – São sempre lavradas actas das reuniões da assembleia geral, as quais são obrigatoriamente assinadas pelos titulares da respectiva mesa.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEFINIÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS.

1 – Os estatutos das associações de âmbito nacional podem prever a existência de uma assembleia de delegados, de modo a assegurar adequada representação dos associados por áreas geográficas, locais laborais ou grupos profissionais.

2 – A assembleia de delegados é dirigida pela mesa da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS.

1 – Compete à assembleia de delegados pronunciar-se ou deliberar sobre as matérias que lhe sejam atribuídas nos termos dos estatutos.

2 – A assembleia de delegados não pode deliberar sobre a reforma ou alteração dos estatutos, nem sobre as matérias previstas nas alíneas a) e c) do número 1 do artigo 2º, do presente capítulo, bem como na alínea a) do número 1 do artigo 3º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – Os exercícios da assembleia geral são dirigidos por uma mesa constituída por um presidente e dois secretários, ou um secretário e um vogal.

2 – Na falta de qualquer dos titulares da mesa da assembleia geral e salvo se os estatutos dispuserem de outro modo, competirá à assembleia geral eleger os respectivos substitutos de entre os associados, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – COMPETÊNCIA DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL.

1 – Compete ao presidente da mesa da assembleia geral:

- a) Convocar a assembleia geral e dirigir os respectivos exercícios;
- b) Rubricar os livros de actas e assinar os termos de abertura e de encerramento;
- c) Dar posse aos titulares dos órgãos associativos;
- d) Verificar a regularidade das listas concorrentes às eleições e a elegibilidade dos candidatos;
- e) Participar às entidades competentes nos termos legais os resultados das eleições;
- f) Aceitar e dar andamento nos prazos estabelecidos nos estatutos, aos recursos interpostos para a assembleia geral;
- g) Exercer as competências que lhe sejam conferidas pela lei, pelos estatutos e por deliberação da assembleia geral.

2 – Compete especialmente aos secretários ou ao secretário e vogal:

- a) Lavrar as actas e emitir as respectivas certidões;
- b) Preparar o expediente e dar-lhe seguimento.

ARTIGO DÉCIMO NONO – COMPOSIÇÃO DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – A direcção ou o conselho de administração é um órgão colegial composto por um número ímpar de titulares, um dos quais presidirá, de carácter executivo, ao qual compete gerir a associação e firmar as decisões relativas ao seu funcionamento.

2 – Os estatutos determinarão a periodicidade das reuniões ordinárias e a forma de convocação das suas reuniões extraordinárias.

3 – A direcção ou o conselho de administração podem ser compostos por o presidente, o secretário ou director executivo e o tesoureiro.

ARTIGO VIGÉSIMO – FUNCIONAMENTO DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – A direcção ou o conselho de administração reúne-se regularmente de dois em dois meses, bem como sempre que convocada pelo presidente por iniciativa própria ou a solicitação do presidente da mesa da assembleia geral, de dois dos seus membros ou do conselho fiscal.

2 – Qualquer membro da direcção ou do conselho de administração pode delegar num outro membro a sua representação e voto em determinada reunião, por escrito e dirigido ao presidente da direcção ou do conselho de administração.

3 – As reuniões da direcção ou do conselho de administração são convocadas por carta ou correio electrónico, sempre que o membro em causa tenha autorizado, por escrito essa forma de comunicação, com a antecedência mínima de 7 dias, com a indicação da ordem de exercícios.

4 – A irregularidade resultante da falta de convocatória ou da indicação completa da ordem de exercícios, fica sanada com a presença de todos os membros da direcção ou do conselho de administração.

5 – A direcção ou o conselho de administração só pode reunir-se com a presença ou a representação da maioria dos seus membros.

6 – As deliberações são firmadas por maioria de votos dos presentes ou representados, tendo o presidente para além do seu voto, o voto de desempate.

7 – As reuniões da direcção ou do conselho de administração são presididas pelo seu presidente ou no seu impedimento, pelo vice-presidente em quem este delegar.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – Compete à administração ou ao conselho de administração administrar e representar a associação, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Gerir a associação e orientar todas as suas actividades;
- b) Propor à assembleia geral a admissão ou a exclusão dos associados;
- c) Deliberar sobre a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- d) Elaborar anualmente o relatório e as contas do exercício;

- e) Elaborar o programa de acção e o orçamento para o ano seguinte e submetê-lo à assembleia geral;
- f) Elaborar o balanço técnico;
- g) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços;
- h) Gerir os recursos humanos da associação;
- i) Deliberar sobre a abertura de novas instalações, filiais e agências ou dependências;
- j) Representar a associação em juízo e fora deste;
- k) Apresentar propostas à assembleia geral e dar pareceres sobre todos os actos que lhe forem apresentados;
- l) Elaborar regulamentos internos e submetê-los à assembleia geral;
- m) Executar as deliberações da assembleia geral;
- n) Aprovar contratos de qualquer natureza, entre a associação e terceiros;
- o) Deliberar sobre a criação, extinção e funcionamento de comissões para o desenvolvimento de actividades específicas de natureza temporária;
- p) Propor à assembleia geral o valor a fixar das quotas anuais dos associados, assim como o valor das joias de inscrição;
- q) Solicitar ao presidente da mesa da assembleia geral a convocação da assembleia geral;
- r) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos, dos regulamentos, das deliberações da assembleia geral, da assembleia de delegados e do conselho geral, caso existam.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PRESIDENTE DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – O presidente da direcção ou do conselho de administração é responsável pela conduta e pelo cumprimento de um conjunto de orientações que permitam alcançar os objectivos traçados, bem como pela condução das reuniões da direcção ou do conselho de administração verificando o conveniente tratamento de todas as questões a deliberar.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – SECRETÁRIO OU DIRECTOR EXECUTIVO.

1 – O secretário ou director executivo de qualquer associação será responsável pelo funcionamento das diferentes actividades da instituição, devendo ser o seu dever organizar o exercício diário da associação.

2 – As decisões de gestão e o modo como as actividades vão ser geridas devem constituir uma estratégia integrada coordenada com o orçamento para alcançar os objectivos económicos e financeiros estabelecidos.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – TESOUREIRO.

1 – O tesoureiro é responsável pelas transacções financeiras da associação.

2 – Os deveres do tesoureiro consistem em:

- a) Fazer a gestão das quotas (Sempre que não exista alguém responsável por esta tarefa);
- b) Pagar contas;
- c) Examinar os gastos;
- d) Manter em dia e em ordem os livros de contas (Sempre que não exista alguém responsável pela contabilidade);
- e) Dar informações sobre a posição financeira e sua organização;
- f) Preparar o relatório e contas a apresentar à assembleia geral ordinária;
- g) Aconselhar quanto ao uso de fundos para fins especiais e sobre as finanças da organização em geral.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

1 – A organização dos processos administrativos é uma das competências da direcção ou do conselho de administração.

2 – O sistema a adoptar deve ser simples e metódico, devendo a correspondência ser arquivada por ordem cronológica, após registo em livro ou registo informático próprio.

3 – Dos registos referidos no número anterior, deve constar o número de entrada, a identificação da entidade que envia ou para onde é enviada a correspondência e a respectiva data.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – DELEGAÇÃO DE FUNÇÕES.

1 – A direcção ou o conselho de administração pode encarregar especialmente algum ou alguns dos seus titulares do exercício de certas funções nos termos dos respectivos estatutos.

2 – Se os estatutos o permitirem, a direcção ou o conselho de administração pode delegar em profissionais qualificados, designadamente na qualidade de directores-delegados, alguns dos seus poderes, incluindo os relativos à gestão corrente da associação.

3 – A direcção ou o conselho de administração pode igualmente nomear mandatários para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM MATÉRIA DE BENEFÍCIOS.

1 – Os titulares da direcção ou do conselho de administração que procedam ilegalmente ao aumento de benefícios, são responsáveis perante a associação pela reposição de todos os benefícios indevidamente pagos.

2 – Os titulares da direcção ou do conselho de administração indemnizarão a associação no montante dos benefícios concedidos aos associados cujas admissões sejam nulas, sempre que a nulidade lhes seja imputável.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – COMISSÃO EXECUTIVA.

1 – A direcção ou o conselho de administração pode decidir criar uma comissão executiva.

2 – A comissão executiva é composta por um número ímpar de membros, fixado entre três e cinco elementos, dos quais um será o presidente, designados pela direcção ou pelo conselho de administração.

3 – Podem ser membros da comissão executiva pessoas singulares ou colectivas.

4 – Aplica-se subsidiariamente à comissão executiva as normas de funcionamento e competências atribuídas para a direcção ou o conselho de administração nos termos do disposto no presente capítulo.

5 – Compete à direcção ou ao conselho de administração definir as competências da comissão executiva e atribuir-lhe os respectivos poderes.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO FISCAL.

1 – O conselho fiscal é um órgão colegial constituído por um número ímpar de titulares, com um mínimo de três, um dos quais presidirá e os outros poderão ser vogais, secretários ou relatores, mas sendo sempre todos vice-presidentes, sendo um órgão de controlo e fiscalização.

2 – O conselho fiscal deve reunir-se sempre que seja necessário para a prática dos actos da sua competência, pelo menos uma vez por trimestre.

3 – O conselho fiscal delibera por maioria dos seus membros, tendo o presidente para além do seu voto, direito a voto de qualidade, devendo estar presentes ou representados a maioria dos seus membros.

ARTIGO TRIGÉSIMO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL.

1 – Compete ao conselho fiscal o controlo e a fiscalização da associação, incumbindo-lhe zelar pelo cumprimento dos estatutos e da lei em vigor, ao nível da actividade administrativa e financeira, designadamente:

- a) Examinar a escrituração e os documentos;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de acção e o orçamento para o ano seguinte;
- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que os outros órgãos associativos submetam à sua apreciação;

- d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.
- 2 – Na análise financeira pode ser coadjuvado por um técnico oficial de contas.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GERAL.

- 1 – Os estatutos das associações podem prever a existência de um conselho geral.
- 2 – O conselho geral é composto:

- a) Pelos titulares da mesa da assembleia geral, da direcção ou do conselho de administração e do conselho fiscal;
- b) Por um número de associados que exceda a totalidade dos membros previstos na alínea anterior.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO GERAL.

- 1 – Ao conselho geral compete pronunciar-se ou deliberar sobre as matérias previstas nos estatutos e as que lhe forem delegadas pela assembleia geral.
- 2 – O conselho geral não pode deliberar sobre a reforma ou alteração dos estatutos, nem sobre as matérias previstas nas alíneas a) e c) do número 1 do artigo 2º, do presente capítulo, bem como na alínea a) do número 1 do artigo 3º, do presente capítulo.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – ELEGIBILIDADE.

- 1 – São elegíveis os associados que cumulativamente:
- a) Estejam no pleno uso dos seus direitos associativos;
 - b) Sejam maiores;
 - c) Contem pelo menos, um ano de vida associativa na respectiva associação;
 - d) Não sejam fornecedores da associação;
 - e) Não façam parte, salvo por designação da associação, dos órgãos sociais de entidades que tenham contrato oneroso com a mesma ou que explorem ramos de actividades económicas idênticas às desenvolvidas pela associação, sua caixa económica ou estabelecimentos dependentes ou participados.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – NÃO ELEGIBILIDADE.

- 1 – Não podem ser reeleitos os titulares dos órgãos associativos, que mediante processo judicial tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções ou removidos dos cargos que desempenhavam.

2 – Não é permitida a eleição de quaisquer membros da direcção ou do conselho de administração e do conselho fiscal por mais de três mandatos sucessivo, salvo se os estatutos dispuserem de outro modo.

3 – A inobservância do disposto nos números anteriores e no artigo anterior, determina a nulidade global das listas de candidatura.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – MANDATO.

1 – O mandato dos órgãos associativos não pode exceder os 5 anos e inicia-se com a posse dos titulares perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral, a qual deverá ter lugar até ao trigésimo dia posterior à eleição.

2 – Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entrarão em exercício independentemente da posse, salvo havendo impugnação judicial do acto eleitoral.

3 – Sempre que as eleições não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos órgãos associativos.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – FUNCIONAMENTO.

1 – Os órgãos associativos só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2 – Em caso de vacatura da maioria dos lugares de cada órgão associativo, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas nos termos regulados pelos estatutos.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – DELIBERAÇÕES.

1 – As deliberações dos órgãos associativos são firmadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o respectivo presidente direito a voto de qualidade.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – ACTAS.

1 – São sempre lavradas actas das reuniões dos órgãos associativos, que são obrigatoriamente assinadas por todos os titulares presentes.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – INTERVENÇÃO DOS ASSOCIADOS PROFISSIONAIS DA ASSOCIAÇÃO.

1 – Na composição dos órgãos associativos os associados que sejam profissionais da associação não podem estar em maioria, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 – Para o conselho geral não podem ser eleitos associados profissionais da associação em número superior a um quarto do número total dos seus titulares.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – INCOMPATIBILIDADES.

1 – Nenhum associado pode pertencer no mesmo mandato a mais de um dos seguintes órgãos:

- a) Mesa da assembleia geral;
- b) Direcção ou conselho de administração; e
- c) Conselho fiscal.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS.

1 – Os estatutos podem determinar a remuneração dos titulares dos órgãos associativos.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – IMPEDIMENTOS.

1 – É proibido aos titulares dos órgãos associativos:

- a) Negociar directa ou indirectamente com a associação;
- b) Firmar parte em qualquer acto judicial contra a associação.

2 – Não se compreendem nas restrições referidas na alínea a) do número anterior, os depósitos, aluguer de cofres, arrecadação ou administração de valores, constituição ou fruição de rendas vitalícias, contratos de locação e contratos de empréstimos sobre reservas matemáticas.

3 – Os titulares dos órgãos associativos não podem votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – SANÇÕES.

1 – A inobservância do disposto no número 1 do artigo anterior, produz a revogação do mandato e a suspensão da capacidade eleitoral activa e passiva dos infractores pelo prazo de 10 anos, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal a que ao caso competir.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – DELIBERAÇÕES FIRMADAS FORA DA COMPETÊNCIA.

1 – As deliberações firmadas por qualquer órgão associativo fora da respectiva competência, são anuláveis.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS EM GERAL.

1 – Os titulares dos órgãos associativos são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do seu mandato.

2 – Para além dos motivos previstos na lei geral, os titulares dos órgãos associativos ficam exonerados de responsabilidade se:

- a) Não tiverem participado na reunião em que foi firmada a deliberação e a reprovarem, com declaração na acta, na sessão seguinte em que se encontrarem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa deliberação e o fizerem consignar na respectiva acta.

3 – A aprovação dada pela assembleia geral ao relatório e contas do exercício da administração e respectivos pareceres do conselho fiscal iliba os titulares dos órgãos associativos da responsabilidade para com a associação, salvo se se provar ter havido omissões dolosas ou falsas indicações.

4 – A aprovação referida no número anterior, só é eficaz se os documentos tiverem estado patentes à consulta dos associados durante os 7 dias anteriores à realização da assembleia geral, salvo se os estatutos determinarem prazo superior.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – RELACIONAMENTO DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS.

1 – A relação que se estabelece entre os vários órgãos associativos é uma relação monárquica, que se baseia no apoio, auxílio e na cooperação e na forma com estes exercem as suas competências autonomamente sem interferir no âmbito de intervenção uns dos outros.

CAPÍTULO SÉTIMO – EXTINÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMAS DE EXTINÇÃO.

1 – As associações extinguem-se:

- a) Por deliberação da assembleia geral;
- b) Por falecimento ou desaparecimento de todos os associados;
- c) Pela decisão judicial de insolvência.

ARTIGO SEGUNDO – EXTINÇÃO POR DELIBERAÇÃO.

1 – A extinção das associações por deliberação da assembleia geral pode revestir uma das seguintes formas:

- a) Dissolução;
- b) Integração;
- c) Fusão;
- d) Cisão integral.

ARTIGO TERCEIRO – EXTINÇÃO POR DECISÃO JUDICIAL.

1 – As associações extinguem-se ainda por decisão judicial nos seguintes casos:

- a) Sempre que o seu objecto se tenha esgotado ou se tenha tornado impossível;
- b) Sempre que o seu objecto real não coincida com o objecto expresso no acto constitutivo ou nos estatutos;
- c) Sempre que o objecto seja sistematicamente prosseguido por meios ilícitos ou imorais;
- d) Sempre que durante 1 ano, o número de associados seja inferior ao dobro dos membros previstos para os respectivos órgãos associativos;
- e) Sempre que se verifique graves irregularidades no seu funcionamento ou dificuldades financeiras que obstem à efectivação dos direitos dos associados.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO.

1 – A circunstância de falecimento ou de desaparecimento de todos os associados é anunciada pelo sector ministerial competente do ramo associativo de actividade económica, mediante comunicação do serviço do registo civil do órgão de soberania notarial e do real instituto português competente do exercício de actividade económica da inexistência de actividade económica, através de aviso publicado nos dois jornais de maior circulação na área da sede da associação, considerando-se a associação extinta se não for comunicado qualquer facto que obste à extinção, nos 30 dias subsequentes à publicação do aviso.

2 – Nos casos previstos no artigo anterior, a declaração de extinção pode ser solicitada em juízo pelo ministério público ou por qualquer interessado.

ARTIGO QUINTO – SUCESSÃO DAS ASSOCIAÇÕES.

1 – As associações para as quais reverte o património das associações extintas por efeito de integração, fusão ou cisão integral, sucedem-lhes nos direitos e obrigações, mas só respondem pelo pagamento das dívidas até ao valor dos bens que lhe tenham sido atribuídos.

2 – Nenhuma associação é obrigada a receber sem a sua concordância bens provenientes de outra que tenha sido extinta.

ARTIGO SEXTO – EFEITOS DA EXTINÇÃO.

1 – Uma vez decidida a extinção, as associações continuam a possuir existência jurídica unicamente para o efeito da liquidação, para o que será constituída uma comissão liquidatária.

2 – A comissão liquidatária é eleita pela assembleia geral ou no caso de extinção por decisão judicial, nomeada de entre os associados pelo órgão de soberania jurídico competente.

ARTIGO SÉTIMO – PODERES DA COMISSÃO LIQUIDATÁRIA.

1 – Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados quer à prática dos actos meramente conservatórios e necessários à liquidação do património social, quer à determinação dos negócios pendentes.

2 – Pelas obrigações que os administradores da comissão liquidatária contraírem a associação só responde perante terceiros, se estes estavam de boa-fé e à extinção não tiver sido dada a devida publicidade.

ARTIGO OITAVO – LIQUIDAÇÃO E PARTILHA.

1 – A liquidação e a partilha dos bens de uma associação dissolvida serão efectuadas nos termos da lei geral, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

ARTIGO NONO – PARTILHA DOS BENS.

1 – Uma vez satisfeitas as despesas decorrentes do processo de liquidação, o saldo obtido será aplicado pela seguinte ordem:

- a) Pagamento de dívidas ao estado e das contribuições devidas às instituições de segurança social;
- b) Pagamento de outras dívidas a terceiros;
- c) Pagamento das remunerações e indemnizações devidas aos profissionais da associação;
- d) Entrega do remanescente aos associados ou beneficiários dos montantes necessários à cobertura dos direitos adquiridos na proporção das suas quotizações.

CAPÍTULO OITAVO – TUTELA.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA TUTELA.

1 – A acção tutelar do estado tem por objectivo garantir o cumprimento da lei, promover a compatibilização dos objectos e actividades das associações com os princípios associativos legalmente estabelecidos e defender os interesses dos associados.

2 – A acção tutelar do estado não pode limitar o direito de livre actuação das associações, salvo nos casos e nas condições expressamente previstas na lei.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES GENÉRICAS DAS ASSOCIAÇÕES.

1 – As associações devem:

- a) Enviar ao sector ministerial competente do exercício da actividade económica, três exemplares, devidamente rubricados, do programa de acção e orçamento, do relatório e contas, dos respectivos pareceres do conselho fiscal, bem como a declaração do presidente da mesa da assembleia geral de que os mesmos foram aprovados;
- b) Prestar ao sector ministerial competente do exercício da actividade económica, todas as informações solicitadas sobre a situação e gerência da associação;
- c) Patentear a escrituração e demais documentos da associação à inspecção dos órgãos do sector ministerial competente do exercício da actividade económica;
- d) Ter devidamente escriturados os livros de actas e demais documentos da associação.

2 – Os orçamentos e as contas das associações não estão sujeitos a visto, salvo os respeitantes aos estabelecimentos e serviços abrangidos por acordos de cooperação com instituições ou serviços oficiais.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO.

1 – O sector ministerial competente do exercício da actividade económica pode ordenar a realização de inquéritos, sindicâncias e inspecções às associações e seus estabelecimentos.

ARTIGO QUARTO – SANEAMENTO DE IRREGULARIDADES OU DE DESIQUILÍBRIOS FINANCEIROS.

1 – Sempre que o funcionamento de uma associação não se conforme com as disposições do presente título ou dos respectivos estatutos ou comprometa o seu equilíbrio financeiro, o ministro da tutela poderá determinar a apresentação pela direcção ou conselho de administração da associação, de um programa adequado ao estabelecimento da legalidade e do equilíbrio financeiro.

ARTIGO QUINTO – DESTITUIÇÃO JUDICIAL DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – O ministro da tutela pode solicitar judicialmente a destituição da direcção ou do conselho de administração:

- a) Sempre que o programa previsto no artigo anterior não seja considerado adequado ao restabelecimento da legalidade ou do equilíbrio financeiro ou não sejam alcançados os objectivos programados;
- b) Sempre que se verifiquem graves irregularidades no funcionamento da associação ou dificuldades financeiras que obstem à efectivação dos direitos dos associados.

ARTIGO SEXTO – PROCEDIMENTO JUDICIAL EM CASO DE DESTITUIÇÃO DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – Nos casos previstos no artigo anterior, observar-se-á o seguinte:

- a) O ministério público especificará os factos que justifiquem a solicitação, oferecendo logo a prova e os titulares da direcção ou do conselho de administração arguidos serão citados para contestar;
- b) O juiz decidirá a final, devendo nomear uma comissão provisória de gestão, proposta pelo ministério público.

2 – São aplicáveis a este procedimento as normas que regulam os processos de jurisdição voluntária.

ARTIGO SÉTIMO – COMISSÃO PROVISÓRIA DE GESTÃO.

1 – A comissão provisória de gestão a que se refere o artigo anterior, é constituída de preferência por associados e tem a competência da direcção ou do conselho de administração.

2 – O mandato da comissão provisória de gestão tem a duração de 1 ano, prorrogável até 3 anos.

3 – Antes do termo das suas funções a comissão provisória de gestão deverá convocar a assembleia geral para eleger a nova direcção ou o novo conselho de administração nos termos estatutários.

ARTIGO OITAVO – PROVIDÊNCIA CAUTELAR.

1 – Sempre que se verifique a necessidade urgente de salvaguardar interesses da instituição, dos beneficiários ou do estado, pode o ministério público requerer, com

dependência do procedimento referido no artigo anterior, a suspensão da direcção ou do conselho de administração e a nomeação de um administrador judicial.

2 – A este procedimento são aplicadas as disposições da lei processual civil sobre providências cautelares.

ARTIGO NONO – TUTELA.

1 – Os poderes da tutela previstos no presente títulos são exercidos pelos sectores ministeriais competentes do exercício das actividades económicas, com intervenção dos reais institutos portugueses competentes do exercício das actividades económicas.

CAPÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

ARTIGO PRIMEIRO – FORO COMPETENTE.

1 – As questões que se suscitam entre as associações e os seus associados ou entre as associações e os respectivos agrupamentos são da competência dos órgãos de soberania jurídicos competentes.

ARTIGO SEGUNDO – INTEGRAÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DE ENTIDADES, FUNDOS OU INSTITUIÇÕES EM ASSOCIAÇÕES.

1 – O ministério da tutela poderá autorizar a integração ou transformação em associação qualquer entidade, fundo ou instituição que prossiga alguns dos objectos enunciados no disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do presente título, desde que tal seja requerido pela maioria simples de beneficiários no pleno uso dos seus direitos.

2 – A integração em associação já existente carece de acordo desta.

3 – Os beneficiários das entidades, dos fundos ou das instituições referidas no número 1, poderão ser dispensados do preenchimento de alguns requisitos exigidos na admissão de associados nas respectivas associações.

ARTIGO TERCEIRO – REGIMES ESPECIAIS DAS INSTALAÇÕES E SERVIÇOS DEPENDENTES.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a aplicação dos regimes especiais a que estejam sujeitos as instalações e serviços dependentes das associações, designadamente as caixas económicas e farmácias no caso de associações mutualistas.

ARTIGO QUARTO – DIREITO SUBSIDIÁRIO.

1 – Em tudo o que não se encontre regulado no presente título, aplicar-se-á os diplomas dos sectores ministeriais do exercício das actividades económicas e a legislação complementar.

ARTIGO QUINTO – ACTUALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS NAS ASSOCIAÇÕES EXISTENTES.

1 – A aplicação do disposto no número 2 do artigo 5º, do capítulo quarto, do presente título, às associações existentes à data da publicação do presente código será efectuada progressivamente, tendo presente os direitos e interesses dos associados, a situação económica e financeira das associações e os meios de que disponham para a implementação das actualizações.

ARTIGO SEXTO – APLICAÇÃO DO CÓDIGO ÀS ASSOCIAÇÕES EXISTENTES.

1 – As cláusulas estatutárias que regem as associações existentes à data da publicação do presente código e que não forem por estas permitidas, consideram-se automaticamente substituídas pelas disposições aplicáveis do presente título, sem prejuízo da reforma dos estatutos, de harmonia com a legislação em vigor e da necessidade e exigência que as associações tenham de introduzir qualquer alteração nos estatutos.

ARTIGO SÉTIMO – VINCULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.

1 – A associação fica vinculada pelas assinaturas:

- a) Do presidente da direcção ou do conselho de administração e de um dos seus vice-presidentes;
- b) De um ou mais procuradores nos termos gerais de direito e conforme seja estabelecido no respectivo mandato.

TÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES PENAIS E DE MERA ORDENAÇÃO SOCIAL.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS COMUNS.

1 – Pelos actos crimes constantes do presente título, praticados no exercício de funções pelos responsáveis das entidades comerciais, respondem os mesmos independentemente dos actos crimes praticados terem como beneficiário a entidade

comercial, os sócios, cooperadores, associados, accionistas, obrigacionistas ou outras pessoas.

2 – Sempre que nos termos do presente título, os actos crimes tenham sido praticados por mais de um responsável, é aplicado a cada um destes o processo penal ou contraordenacional correspondente ao acto crime praticado.

3 – Será punível a tentativa dos factos com a pena equivalente ao acto crime praticado, pelo que sendo com intenção de lesar qualquer pessoa singular ou colectiva será aplicado processo penal ou em caso de não lesar qualquer pessoa singular ou colectiva aplicado processo contraordenacional.

4 – O acto crime praticado em benefício próprio ou em benefício de cônjuge, parente ou afim até ao 3º grau, será sempre considerado como circunstância agravante.

5 – Se o autor de um facto descrito nos capítulos seguintes, do presente título, antes de instaurado o procedimento criminal ou contraordenacional, tiver reparado integralmente os danos materiais e dado satisfação suficiente dos danos morais causados, sem outro prejuízo ilegítimo para terceiros, esses danos não serão considerados na determinação da pena aplicável.

ARTIGO SEGUNDO – PROCESSO PENAL RELATIVO A ENTIDADES COMERCIAIS.

1 – Sempre que instaurado processo penal a actos praticados por responsáveis por entidades comerciais, que como consequência envolvam o prejuízo da entidade comercial, dos sócios, cooperadores, associados, accionistas, obrigacionistas ou terceiros, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal.

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a situação económica da vítima.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSO CONTRAORDENACIONAL RELATIVO A ENTIDADES COMERCIAIS.

1 – Sempre que instaurado processo contraordenacional a actos praticados por responsáveis por entidades comerciais, que não envolvam como consequência prejuízos para a entidade comercial, os sócios, cooperadores, associados, accionistas, obrigacionistas ou terceiros, o autor é punido com contraordenação correspondente ao período de dias em que o acto deveria ter sido praticado, até à data em que foi praticado, multiplicado por três, não inferior a 92 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado.

ARTIGO QUARTO – FISCALIZAÇÃO E INSPECÇÃO.

1 – Sempre que instaurado a responsável por entidade comercial um processo penal ou contraordenacional, é instaurado no imediato uma acção de fiscalização pela matriz fiscal competente da área de circunscrição geográfica da sede da entidade comercial, bem como é instaurado uma acção de inspecção pelo real instituto português competente do exercício da actividade económica da entidade comercial e de todos os seus estabelecimentos.

ARTIGO QUINTO – ANALOGIA.

1 – Aos crimes relativos às entidades comerciais não previstos no presente título, aplicasse por analogia o processo penal ou o processo contraordenacional aplicado a algum dos crimes constantes no presente título.

ARTIGO SEXTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Ao presente título são subsidiariamente aplicáveis com as necessárias adaptações e sempre que não possuam sentido diverso, o regime geral das infracções tributárias nos termos do disposto no livro oitavo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, o código penal e a legislação complementar.

CAPÍTULO SEGUNDO – PESSOAS COLECTIVAS.

ARTIGO PRIMEIRO – FALTA DE COBRANÇA DE ENTRADAS DE CAPITAL.

1 – Todo o gerente ou administrador de entidade comercial que omitir ou fizer omitir por outrem, actos que sejam necessários para a realização de entradas de capital, é punido nos termos do disposto no artigo 2º ou 3º, do capítulo anterior.

2 – Se o facto for praticado com intenção de causar dano material ou moral a algum sócio, cooperador ou associado, à entidade comercial ou a terceiro, é sempre punido em processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior, com o agravamento do dobro da pena.

3 – Se for causado dano grave material ou moral a que o autor pudesse prever, a algum sócio, cooperador ou associado que não tenha dado o seu assentimento para o facto, à entidade comercial ou a terceiro, é punido sempre com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior, com o agravamento do triplo da pena.

ARTIGO SEGUNDO – DISTRIBUIÇÃO ILÍCITA DE BENS DA ENTIDADE COMERCIAL.

1 – Todo o gerente ou administrador de entidade comercial que propuser à deliberação dos sócios, cooperadores ou associados reunidos em assembleia a distribuição ilícita de bens da entidade comercial, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo anterior.

2 – Se a distribuição ilícita chegar a ser executada no todo ou em parte, é sempre punido com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior, com o agravamento do dobro da pena.

3 – Se a distribuição ilícita for executada no todo ou em parte sem a deliberação dos sócios, cooperadores ou associados reunidos em assembleia;

4 – Todo o gerente ou administrador de entidade comercial que executar ou fizer executar por outrem distribuição de bens da entidade comercial com desrespeito por deliberação válida da assembleia geral regularmente constituída; ou

5 – Se em algum dos casos previstos nos números 3 e 4 for causado dano grave material ou moral e que o autor pudesse prever, a algum sócio, cooperador ou associado que não tenha dado assentimento para o facto, à entidade comercial ou a terceiro;

é sempre punido com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior, com o agravamento do triplo da pena.

ARTIGO TERCEIRO – IRREGULARIDADES NA EMISSÃO DE TÍTULOS.

1 – Todo o gerente ou administrador de entidade comercial que se apuser, fizer apor ou consentir que seja aposta a sua assinatura em títulos provisórios ou definitivos de

acções ou obrigações emitidas pela entidade comercial ou em nome desta, sempre que a emissão não tenha sido aprovada pelos órgãos sociais competentes, ou não tenham sido realizadas as entradas mínimas exigidas por lei, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior.

ARTIGO QUARTO – IRREGULARIDADE NA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS SOCIAIS.

1 – Toda a pessoa que competindo-lhe convocar a assembleia geral de sócios, cooperadores ou associados, assembleia especial de accionistas ou assembleia de obrigacionistas, omitir ou fizer omitir por outrem a convocação nos prazos da lei ou pelo contrato social, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo anterior.

2 – Se tiver sido presente ao autor do facto nos termos da lei ou do contrato social, requerimento de convocação da assembleia que devesse ser deferido, é sempre punido com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, com o agravamento do dobro da pena.

3 – Se for causado dano grave material ou moral e que o autor pudesse prever, a algum sócio, cooperador ou associado, acionista ou obrigacionista que não tenha dado o assentimento para o facto, à entidade comercial ou a terceiro, é sempre punido com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior, com o agravamento do triplo da pena.

ARTIGO QUINTO – PERTURBAÇÃO DE ASSEMBLEIA SOCIAL.

1 – Toda a pessoa que com violência ou ameaça de violência impedir algum sócio, cooperador ou associado ou outra pessoa legitimada de firmar parte em assembleia geral de sócios, cooperadores ou associados, assembleia especial de accionistas ou assembleia de obrigacionistas, regularmente constituída ou de nesta exercer utilmente os seus direitos de informação, de proposta, de discussão ou de voto, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior.

2 – Se o autor do impedimento à data do facto for membro de órgão de administração ou de fiscalização da sociedade, é sempre punido com o agravamento do triplo da pena.

3 – Se o autor do impedimento for à data do facto profissional da entidade comercial e tiver cumprido ordens ou instruções de algum dos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização, é sempre punido com o agravamento do dobro da pena.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO FRAUDULENTA EM ASSEMBLEIA SOCIAL.

1 – Toda a pessoa que em assembleia geral de sócios, cooperadores ou associados, assembleia especial de accionistas ou assembleia de obrigacionistas, se apresentar falsamente como titular de acções, quotas, partes sociais ou obrigações ou como investido

de poderes de representação dos respectivos titulares e nessa falsa qualidade votar, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior.

2 – Se algum dos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização da sociedade determinar outrem a executar o facto descrito no número anterior ou auxiliar a execução, é sempre punido com o agravamento do triplo da pena.

ARTIGO SÉTIMO – RECUSA ILÍCITA DE INFORMAÇÃO.

1 – Com excepção do artigo 14º, do capítulo segundo, do título quinto, do presente livro, todo o gerente ou administrador de entidade comercial que nos termos do artigo 7º, do capítulo primeiro, do título quarto e do artigo 13º, do capítulo segundo, do título quinto, do presente livro, recusar ou fizer recusar por outrem a consulta de documentos que a lei determinar que sejam postos à disposição dos interessados para preparação de assembleias sociais, ou recusar ou fizer recusar o envio de documentos para esse fim, sempre que devido por lei, ou enviar ou fazer enviar esses documentos sem satisfazer as condições e os prazos estabelecidos na lei, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo anterior.

2 – Todo o gerente ou administrador de entidade comercial que recusar ou fizer recusar por outrem em reunião de assembleia social, informações que esteja por lei obrigado a prestar ou noutras circunstâncias informações que a lei deva prestar e que lhe tenham sido solicitadas por escrito, é sempre punido com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior.

3 – Se no caso do número 1, for causado dano grave material ou moral e que o autor pudesse prever, a algum sócio, cooperador ou associado que não tenha dado o assentimento para o facto ou à entidade comercial ou a terceiro, é sempre punido com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior, com o agravamento do triplo da pena.

4 – Se no caso do número 2, o facto for cometido por motivo que não indicié falta de zelo na defesa dos direitos e dos interesses legítimos da entidade comercial e dos sócios, cooperadores ou associados, mas apenas compreensão errónea do objecto desses direitos e interesses, o autor será isento de processo penal.

5 – Todo o responsável por órgão social de sociedade anónima que não cumprir com as normas da informação aos accionistas, ao representante comum de obrigacionista, ao usufrutuário e ao credor pignoratício, bem como toda a pessoa anteriormente referida que use essas mesmas informações para prejudicar a sociedade ou os demais accionistas nos termos dos artigos 4º ao 7º e 9º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º, do capítulo anterior.

ARTIGO OITAVO – INFORMAÇÕES FALSAS.

1 – Toda a pessoa que estando nos termos do presente livro, obrigado a prestar a outrem informações sobre matérias da vida da entidade comercial, as der contrárias à verdade; ou

2 – Toda a pessoa que nas circunstâncias descritas no número anterior, prestar maliciosamente informações incompletas e que possam induzir os destinatários a conclusões erróneas de efeito idêntico ou semelhante que teriam informações falsas sobre o mesmo objecto;

é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo anterior.

3 – Se o facto for praticado com intenção de causar dano material ou moral, a algum sócio, cooperador ou associado que não tenha conscientemente decidido o mesmo facto ou à entidade comercial ou a terceiro, é sempre punido com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior, com o agravamento do dobro da pena.

4 – Se for causado dano grave material ou moral e que o autor pudesse prever, a algum sócio, cooperador ou associado que não tenha decidido conscientemente o facto, à entidade comercial ou a terceiro, é sempre punido com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior, com o agravamento do triplo da pena.

5 – Se no caso do número 2, o facto for praticado por motivo ponderoso e que não indicie falta de zelo na defesa dos direitos e dos interesses legítimos da entidade comercial e dos sócios, cooperadores ou associados, mas apenas compreensão errónea do objecto desses direitos e interesses, o autor será isento de processo penal ou contraordenacional.

ARTIGO NONO – CONVOCATÓRIA ENGANOSA.

1 – Toda a pessoa que competindo-lhe convocar assembleia geral de sócios, cooperadores ou associados, assembleia especial de accionistas ou assembleia de obrigacionistas, por mão própria ou a seu mandado fizer constar da convocatória informações contrárias à verdade; ou

2 – Toda a pessoa que nas circunstâncias descritas no número anterior, fizer maliciosamente constar da convocatória informações incompletas sobre matéria que por lei ou pelo contrato social esta deva conter e que possam induzir os destinatários a conclusões erróneas de efeito idêntico ou semelhante ao de informações falsas sobre o mesmo objecto;

é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo anterior.

3 – Se o facto for praticado com intenção de causar dano material ou moral, à entidade comercial ou a algum sócio, cooperador ou associado, é sempre punido com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior, com o agravamento do dobro da pena.

4 – Se for causado dano grave material ou moral e que o autor pudesse prever, a algum sócio, cooperador ou associado que não tenha decidido conscientemente o facto, à entidade comercial ou a terceiro, é sempre punido com processo penal nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior, com o agravamento do triplo da pena.

ARTIGO DÉCIMO – RECUSA ILÍCITA DE LAVRAR ACTA.

1 – Toda a pessoa que tendo o dever de redigir ou assinar acta de assembleia social, sem justificação o não fizer ou agir de modo que outrem igualmente obrigado o não possa fazer, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo anterior.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – IMPEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO.

1 – Todo o gerente ou administrador de entidade comercial que impedir ou dificultar, ou levar outrem a impedir ou dificultar actos necessários à fiscalização da vida da entidade comercial, executados nos termos e formas que sejam de direito, por quem tenha por lei, pelo contrato social ou por decisão judicial o dever de exercer a fiscalização, ou por pessoa que actue à ordem de quem tenha esse dever, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DECLARAÇÕES REALIZADAS PARA A CONSTITUIÇÃO, ALTERAÇÃO OU O REGISTO DO ACTO CONSTITUTIVO.

1 – Toda a pessoa que tendo presente a constituição de entidade comercial, a sua alteração ou dos respectivos registos, prestar ao conservador ou ao notário do órgão de soberania notarial competente falsas declarações ou ocultar outros factos importantes sobre o montante e realização do capital, a natureza das entradas e despesas de constituição, ou atribuir fraudulentamente às entradas em espécie valor superior ao real, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – INFRACÇÕES RELATIVAS AOS DOCUMENTOS QUE SIRVAM DE BASE ÀS CONTAS ANUAIS.

1 – Toda a pessoa de entidade comercial ou o seu liquidatário que conscientemente elaborar quaisquer documentos que sirvam de base às contas do exercício em que se omita, aumente ou diminua sem fundamento legalmente admissível, qualquer elemento do activo ou do passivo, ou que adopte qualquer outro procedimento susceptível de induzir em erro acerca da composição, do valor e da liquidez do património, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo anterior.

CAPÍTULO TERCEIRO – SOCIEDADES.

ARTIGO PRIMEIRO – CONTEÚDO DO CONTRATO.

1 – Toda a pessoa que representar uma sociedade em nome colectivo e que emitir títulos representativos de partes sociais nos termos do número 2 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título quarto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – FIRMA.

1 – Toda a pessoa que não sendo sócio de uma sociedade em nome colectivo incluir o seu nome ou firma na firma social de uma pessoa colectiva nos termos do número 2 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título quarto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

2 – Todo o responsável de sociedade por quotas que não cumprir com as normas de conteúdo da firma nos termos do artigo 4º, do capítulo primeiro, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

3 – Todo o responsável de sociedade unipessoal por quotas que não cumprir com as normas de conteúdo da firma nos termos do artigo 2º, do capítulo décimo, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

4 – Todo o responsável de sociedade anónima que não cumprir com as normas de conteúdo da firma nos termos do artigo 5º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

5 – Todo o responsável de uma sociedade em comandita que não cumprir com as normas de firma nos termos do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título sétimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CONCORRÊNCIA E DE PARTICIPAÇÃO NOUTRAS SOCIEDADES.

1 – Todo o sócio que exercer por conta própria ou alheia actividade concorrente com a da sociedade em nome colectivo, bem como sendo sócio de responsabilidade ilimitada numa sociedade o seja numa outra sociedade, salvo expresse consentimento de todos os demais sócios nos termos do artigo 6º, do capítulo primeiro, do título quarto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

2 – Todo o gerente de uma sociedade por quotas que exercer por conta própria ou alheia, actividade concorrente com a da sociedade, sem o consentimento dos sócios nos termos do artigo 3º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

3 – Todo o sócio comanditado de uma sociedade em comandita simples que não cumprir com as normas de proibição de concorrência nos termos do artigo 4º, do capítulo segundo, do título sétimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUARTO – TRANSMISSÃO ENTRE VIVOS DE PARTE SOCIAL.

1 – Todo o sócio que transmitir a sua parte numa sociedade em nome colectivo, sem o expresso consentimento dos demais sócios, bem como transmitir a constituição dos direitos reais de usufruto da sua parte nos termos do artigo 8º, do capítulo primeiro, do título quarto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUINTO – LIQUIDAÇÃO DA PARTE.

1 – Toda a pessoa que liquidar parte de uma sociedade em nome colectiva ainda não dissolvida, tornando a situação líquida da sociedade por esse facto inferior ao montante do capital social nos termos do artigo 14º, do capítulo primeiro, do título quarto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEXTO – MONTANTE DO CAPITAL.

1 – Todo o responsável que constitua sociedade por quotas com um capital inferior à soma do total do imobilizado em uso e utilização no exercício da actividade ou posteriormente o seu capital for reduzido a importância inferior a este nos termos do artigo 5º, do capítulo primeiro, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SÉTIMO – RESERVA LEGAL.

1 – Todo o responsável por sociedade por quotas que não proceder à constituição da reserva legal nos termos do artigo 17º, do capítulo segundo, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO OITAVO – UNIDADE E MONTANTE DA QUOTA.

1 – Todo o responsável por sociedade por quotas que emitir títulos representativos de quotas nos termos do número 8 do artigo 1º, do capítulo terceiro, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO NONO – AQUISIÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS.

1 – Todo o responsável por sociedade por quotas que adquirir quotas próprias não integralmente liberadas nos termos do artigo 2º, do capítulo terceiro, do título quinto, do presente livro, salvo o caso de perda a favor da sociedade prevista no artigo 3º, do capítulo

segundo, do referido título, ou em violação do disposto do artigo na primeira parte do presente artigo referido, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO – DIVISÃO DE QUOTAS.

1 – Todo o responsável por sociedade por quotas que não cumprir as normas de divisão de quotas nos termos do artigo 3º, do capítulo terceiro, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

1 – Todo o sócio de uma sociedade por quotas que não cumpra as normas de cláusulas contratuais de cessão de quotas nos termos do disposto nos artigos 11º ao 13º, do capítulo terceiro, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – AMORTIZAÇÃO DE QUOTA NÃO LIBERADA.

1 – Todo o gerente ou administrador de sociedade que em violação do disposto nos artigos 14º ao 20º, do capítulo terceiro, do título quinto, do presente livro, amortizar total ou parcialmente quota não liberada, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

2 – Se for causado dano grave material ou moral a que o autor pudesse prever, a algum sócio que não tenha dado o assentimento para o facto, à sociedade ou a terceiro, é sempre punido com o agravamento do triplo da pena.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PROMOÇÃO DO REGISTO.

1 – Todo o responsável por sociedade por quotas que não cumprir as normas de promoção do registo dos actos modificativos da titularidade de quotas e de direitos sobre estes nos termos dos artigos 25º ao 30º, do capítulo terceiro, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – FISCALIZAÇÃO.

1 – Todo o responsável por sociedade por quotas que não possua conselho fiscal e que nos termos do artigo 11º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, não designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – EFEITOS DA UNIPESSOALIDADE.

1 – Todo o cidadão que seja sócio de mais do que uma sociedade unipessoal por quotas, bem como toda a sociedade unipessoal por quotas que seja sócio único de uma sociedade por quotas nos termos do artigo 3º, do capítulo décimo, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – VALOR NOMINAL DO CAPITAL E DAS ACÇÕES.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que não cumprir as normas do valor nominal do capital e das acções nos termos do artigo 6º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ENTRADAS.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que não cumprir com as normas das entradas nos termos do artigo 7º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CONSTITUIÇÃO COM APELO A SUBSCRIÇÃO PÚBLICA.

1 – Toda a pessoa que em face da constituição de uma sociedade anónima com apelo a subscrição pública, bem como em caso de subscrição incompleta, não cumpra com as suas normas nos termos do artigo 9º e 10º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DIREITO AOS LUCROS DO EXERCÍCIO.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que não cumprir com as normas do direito aos lucros do exercício, da reserva legal e da sua utilização e dos adiamentos sobre lucros no decurso do exercício, nos termos dos artigos 10º ao 13º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO – VALOR DE EMISSÃO DAS ACÇÕES.

1 – Todo o responsável que numa emissão de acções de uma sociedade anónima as emita abaixo do par ou que não proceda ao seu valor nominal ao portador ou não nos termos do artigo 1º e 2º, do capítulo terceiro, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que violar as normas da subscrição de acções próprias e intervenção de terceiros, com excepção dos casos da aquisição lícita de acções próprias, bem como adquirir acções próprias não liberadas com excepção dos casos aí previstos nos termos do artigo 7º ao 9º, do capítulo terceiro, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS PARA AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que conceder empréstimos ou por qualquer forma fornecer fundos ou prestar garantias para que um terceiro subscreva ou por outro meio adquira acções representativas do seu capital nos termos do artigo 13º, do capítulo terceiro, do título sexto, do presente livro, com excepção dos casos aí previstos, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PENHOR E CAUÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS.

1 – Todo o administrador de sociedade anónima que aceitar para a sociedade acções próprias desta em penhor ou caução e que essas acções vierem a ser adquiridas pela sociedade nos termos do artigo 16º, do capítulo terceiro, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – ACÇÕES PREFERENCIAIS REMÍVEIS.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que não cumprir com as normas de acções preferenciais remíveis nos termos do artigo 25º, do capítulo terceiro, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – AMORTIZAÇÃO DE ACÇÕES SEM REDUÇÃO DE CAPITAL.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que não cumprir com as normas de amortização sem ou com redução de capital nos termos do artigo 26º e 27º, do capítulo terceiro, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que não cumprir com as normas de emissão de obrigações, o limite e a deliberação de emissão de obrigações nos termos dos artigos 1º ao 3º, do capítulo quarto, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – REGISTO.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que não cumprir com as normas de registo de emissão de obrigações nos termos do artigo 4º, do capítulo quarto, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – OBRIGAÇÕES PRÓPRIAS.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que não cumprir com as normas de aquisição de obrigações próprias nos termos do artigo 7º, do capítulo quarto, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – ASSEMBLEIA DE OBRIGACIONISTAS.

1 – Todo o obrigacionista de sociedade anónima que não cumprir com as normas da assembleia de obrigacionistas e a da invalidade das deliberações nos termos dos artigos 8º e 9º, do capítulo quarto, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO – PROIBIÇÃO DE ALTERAÇÕES NA SOCIEDADE.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que não cumprir com as normas de proibição de alterações na sociedade nos termos do artigo 21º, do capítulo quarto, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – FORMALIZAÇÃO E REGISTO DO AUMENTO DO CAPITAL.

1 – Todo o responsável por sociedade anónima que não cumprir com as normas de formalização e registo do aumento do capital nos termos do artigo 23º, do capítulo quarto, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – DELIBERAÇÕES DOS ACCIONISTAS.

1 – Toda a pessoa que não cumprir com as normas de deliberações dos accionistas de uma sociedade anónima nos termos do capítulo quinto, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E SECRETÁRIO DA SOCIEDADE.

1 – Todo o membro dos órgãos sociais de uma sociedade anónima que violar as normas de administração, fiscalização e secretário da sociedade nos termos do capítulo sexto, do título sexto, do presente livro, com excepção dos artigos 7º ao 9º e 32º, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – CAUÇÃO.

1 – Todo o administrador de uma sociedade anónima que não cumprir com as normas de caução nos termos do artigo 7º, do capítulo sexto, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – NEGÓCIOS COM A SOCIEDADE.

1 – Todo o responsável pelos órgãos sociais de uma sociedade anónima que não cumprir com as normas de negócios com a sociedade nos termos do artigo 8º, do capítulo sexto, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – EXERCÍCIO DE OUTRAS ACTIVIDADES.

1 – Todo o administrador de uma sociedade anónima que não cumprir com as normas de exercício de outras actividades nos termos do artigo 9º, do capítulo sexto, do

título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – CAUÇÃO E SEGURO DE RESPONSABILIDADE.

1 – Todo o membro do conselho fiscal, dos revisores oficiais de contas e do fiscal único de uma sociedade anónima que não cumprir com as normas de caução e seguro de responsabilidade nos termos do artigo 32º, do capítulo sexto, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO.

1 – Todo o membro dos órgãos de administração e de fiscalização de uma sociedade anónima que não cumprir com as normas de publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e de fiscalização nos termos do artigo 1º, do capítulo sétimo, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS.

1 – Todo o accionista de uma sociedade anónima que não cumprir com as normas de publicidade de participações de accionistas nos termos do artigo 2º, do capítulo sétimo, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – ABUSO DE INFORMAÇÃO.

1 – Todo o membro do órgão de administração ou do órgão de fiscalização de uma sociedade anónima, bem como a pessoa que por motivo ou ocasião de serviço permanente ou temporário prestado à sociedade ou no exercício de uma função pública, que violar as normas de abuso de informação nos termos do artigo 3º, do capítulo sétimo, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – INQUÉRITO JUDICIAL.

1 – Toda a pessoa de uma sociedade anónima que tenha sido destituída pelos motivos referidos nos artigos 1º ao 3º, do capítulo sétimo, do título sexto, do presente livro e que antes de decorridos 10 anos sobre a sua destituição desempenhem cargos na

sociedade ou noutra que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo nos termos do número 4 do artigo 4º, do capítulo acima referido, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – APRECIÇÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DA SOCIEDADE.

1 – Todo o responsável por órgão social de uma sociedade anónima que não cumprir com as normas de apreciação anual da situação da sociedade nos termos do capítulo oitavo, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – AUMENTO E REDUÇÃO DO CAPITAL.

1 – Todo o representante de órgão social de uma sociedade anónima que não cumprir com as normas de aumento e redução do capital nos termos do capítulo nono, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – ENTRADA DE SÓCIO COMANDITÁRIO.

1 – Todo o responsável de uma sociedade em comandita que permitir que a entrada de sócio comanditário consista em indústria nos termos do artigo 4º, do capítulo primeiro, do título sétimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – DEVER DE COMUNICAÇÃO.

1 – Todo o responsável por sociedades por quotas, sociedades anónimas e sociedades em comandita por acções que não comunicar por escrito a outra sociedade todas as aquisições e alienações de quotas ou acções desta que tenha efectuado, a partir do momento em que se estabeleça uma relação de simples participação e enquanto o montante da participação não se tornar inferior àquele que determinar essa relação, bem como todo o responsável por sociedade participada que alegar desconhecimento do montante da participação que nesta tenha outra sociedade, relativamente às aquisições de quotas que lhe tiverem sido comunicadas e às aquisições que tiverem sido registadas nos termos do artigo 2º, do capítulo segundo, do título oitavo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES RECÍPROCAS.

1 – Todo o responsável por sociedades por quotas, sociedades anónimas e sociedades em comandita por acções que não cumpra as normas de sociedades em relação de participações recíprocas nos termos do artigo 3º, do capítulo segundo, do título oitavo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO.

1 – Todo o responsável por sociedades por quotas, sociedades anónimas e sociedades em comandita por acções que não cumpra as normas de sociedades em relação de domínio nos termos do artigo 4º, do capítulo segundo, do título oitavo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO – PROIBIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES.

1 – Todo o responsável por sociedades por quotas, sociedades anónimas e sociedades em comandita por acções que não cumpra as normas de proibição de aquisições de participações nos termos do artigo 5º, do capítulo segundo, do título oitavo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO.

1 – Todo o responsável por sociedade que não cumpra as normas de sociedades em relação de grupo nos termos do capítulo terceiro, do título oitavo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO – APRECIACÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DE SOCIEDADES OBRIGADAS À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS.

1 – Todo o responsável por sociedade que não cumpra as normas de apreciação anual da situação de sociedades obrigadas a consolidação de contas nos termos do capítulo quarto, do título oitavo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

CAPÍTULO QUARTO – ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO.

1 – Toda a pessoa singular que por via da constituição de estabelecimento individual de responsabilidade limitada não cumpra as suas normas de constituição nos termos do capítulo primeiro, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

1 – Toda a pessoa singular responsável por estabelecimento individual de responsabilidade limitada que não cumpra as normas de administração e de funcionamento nos termos do capítulo segundo, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TERCEIRO – ELABORAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS.

1 – Toda a pessoa singular responsável por estabelecimento individual de responsabilidade limitada que não cumpra as normas de elaboração das contas anuais nos termos do capítulo terceiro, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUARTO – ALTERAÇÃO DO ACTO CONSTITUTIVO.

1 – Toda a pessoa singular responsável por estabelecimento individual de responsabilidade limitada que não cumpra as normas de alteração do acto constitutivo nos termos do capítulo quarto, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUINTO – NEGOCIAÇÃO, ONERAÇÃO E PENHORA DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

1 – Toda a pessoa singular responsável por estabelecimento individual de responsabilidade limitada, bem como todo o locatário, usufrutuário ou adquirente de estabelecimento individual de responsabilidade limitada que não cumpra as normas de negociação, oneração e penhora do estabelecimento individual de responsabilidade limitada nos termos do capítulo quinto, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEXTO – FALECIMENTO DO TITULAR OU SEPARAÇÃO PATRIMONIAL DOS CÔNJUGES.

1 – Toda a pessoa singular responsável por estabelecimento individual de responsabilidade limitada, herdeiro ou cônjuge de titular de estabelecimento individual de responsabilidade limitada que não cumpra as normas de falecimento do titular ou separação patrimonial dos cônjuges nos termos do artigo 1º, do capítulo sexto, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SÉTIMO – PUBLICAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO.

1 – Todo o titular por estabelecimento individual de responsabilidade limitada que não cumpra as normas de publicação da liquidação nos termos do artigo 4º, do capítulo sexto, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO OITAVO – PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO.

1 – Todo o titular por estabelecimento individual de responsabilidade limitada que em processo de liquidação não cumpra com as normas do número 3 do artigo 5º, do capítulo sexto, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE DO LIQUIDATÁRIO.

1 – Todo o liquidatário de estabelecimento individual de responsabilidade limitada que em processo de liquidação causar prejuízos resultantes de irregularidades cometidas no desempenho das suas funções nos termos do artigo 7º, do capítulo sexto, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO – DEVERES E PODERES DO LIQUIDATÁRIO.

1 – Todo o liquidatário de estabelecimento individual de responsabilidade limitada que em processo de liquidação não cumpra com as normas de deveres e poderes do liquidatário nos termos do artigo 8º, do capítulo sexto, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LIQUIDAÇÃO DO PASSIVO DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

1 – Todo o liquidatário de estabelecimento individual de responsabilidade limitada que em processo de liquidação não cumpra com as normas de liquidação do passivo do estabelecimento individual de responsabilidade limitada nos termos do artigo 9º, do capítulo sexto, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONTAS ANUAIS DA LIQUIDAÇÃO.

1 – Todo o liquidatário de estabelecimento individual de responsabilidade limitada que em processo de liquidação não cumpra com as normas de contas anuais da liquidação nos termos do artigo 10º, do capítulo sexto, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RELATÓRIOS, CONTAS FINAIS E INSCRIÇÃO NO REGISTO COMERCIAL.

1 – Todo o liquidatário de estabelecimento individual de responsabilidade limitada que em processo de liquidação não cumpra com as normas de relatórios, contas finais e inscrição no registo comercial nos termos do artigo 11º, do capítulo sexto, do título nono, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

CAPÍTULO QUINTO – COOPERATIVAS.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

1 – Todo o membro de cooperativa ou pessoa que não cumpra com as normas de disposições gerais nos termos do capítulo primeiro, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – CONSTITUIÇÃO.

1 – Todo o membro de cooperativa ou pessoa que não cumpra com as normas de constituição nos termos do capítulo segundo, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TERCEIRO – MEMBROS.

1 – Todo o membro de cooperativa ou pessoa que não cumpra com as normas de membros nos termos do capítulo terceiro, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUARTO – ÓRGÃOS DAS COOPERATIVAS.

1 – Todo o membro de cooperativa ou pessoa que não cumpra com as normas de órgãos das cooperativas nos termos do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro, com exceção dos artigos 20º, 26º, 32º, 45º ao 48º, 50º e 51º, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUINTO – DEVERES DOS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 – Todo o administrador ou representante de órgão de fiscalização de cooperativa que não cumpra com as normas de deveres dos titulares do órgão de administração nos termos do artigo 20º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEXTO – DEVERES DOS TITULARES DO CONSELHO FISCAL.

1 – Todo o titular do conselho fiscal de cooperativa que não cumpra com as normas de deveres dos titulares do conselho fiscal nos termos do artigo 26º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SÉTIMO – DEVERES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA.

1 – Todo o membro da comissão de auditoria de cooperativa que não cumpra com as normas de deveres dos membros da comissão de auditoria nos termos do artigo 32º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO PARA COM A COOPERATIVA.

1 – Todo o membro da administração de cooperativa que pelas normas de responsabilidade civil dos membros da administração para com a cooperativa nos termos do artigo 45º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro, por qualquer forma causar danos à cooperativa, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO NONO – DIRECTORES EXECUTIVOS, GERENTES E OUTROS MANDATÁRIOS.

1 – Todo o director executivo, gerente ou outro mandatário de cooperativa que nos termos das normas de directores executivos, gerentes e outros mandatários nos termos do artigo 46º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro, violar o mandato, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE PARA COM OS CREDITORES DA COOPERATIVA.

1 – Todo o administrador de cooperativa que pelas normas de responsabilidade para com os credores da cooperativa nos termos do artigo 47º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro, causar dano a credores da cooperativa, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE PARA COM TERCEIROS.

1 – Todo o administrador de cooperativa que pelas normas de responsabilidade para com terceiros nos termos do artigo 48º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro, causar dano a cooperadores ou a terceiros, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DE TITULARES DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO.

1 – Todo o titular de órgão de fiscalização de cooperativa que pelas normas de titulares do órgão de fiscalização nos termos do artigo 50º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro, causar dano ou não cumpra as suas obrigações de fiscalização, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.

1 – Todo o revisor oficial de contas de cooperativa que pelas normas de responsabilidade do revisor oficial de contas nos termos do artigo 51º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro, causar qualquer dano, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REGIME ECONÓMICO.

1 – Todo o membro de cooperativa ou pessoa que não cumpra com as normas de regime económico nos termos do capítulo quinto, do título décimo, do presente livro, com excepção dos artigos 7º e 8º, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – TRANSMISSÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL.

1 – Todo o cooperador, herdeiro ou legatário de cooperativa que não cumpra com as normas de transmissão de títulos de capital nos termos do artigo 7º, do capítulo quinto, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL PELA COOPERATIVA.

1 – Todo o responsável por cooperativa que violar as normas de aquisição de títulos de capital pela cooperativa nos termos do artigo 8º, do capítulo quinto, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – UNIÕES, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES.

1 – Todo o membro de cooperativa ou pessoa que não cumpra com as normas de uniões, federações e confederações nos termos do capítulo sexto, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – FUSÃO, CISÃO, TRANSFORMAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS COOPERATIVAS.

1 – Todo o membro de cooperativa ou pessoa que não cumpra com as normas de fusão, cisão, transformação, dissolução e liquidação das cooperativas nos termos do capítulo sétimo, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ACTOS DE COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIOS.

1 – Toda a pessoa que violar as normas dos actos de comunicação obrigatórios nos termos do artigo 2º, do capítulo oitavo, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO VIGÉSIMO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

1 – Todo o membro de cooperativa ou pessoa que não cumpra com as normas de disposições transitórias nos termos do capítulo nono, do título décimo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

CAPÍTULO SEXTO – FUNDAÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE FUNDAÇÕES.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de procedimento administrativo de reconhecimento de fundações nos termos do capítulo primeiro, do título décimo primeiro, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – FUNDAÇÕES.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de fundações nos termos do capítulo segundo, do título décimo primeiro, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

CAPÍTULO SÉTIMO – ASSOCIAÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – RELAÇÕES JURÍDICAS.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de relações jurídicas das associações nos termos do capítulo primeiro, do título décimo segundo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de princípios fundamentais das associações nos termos do capítulo segundo, do título décimo segundo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO TERCEIRO – INSTITUIÇÕES E ASSOCIADOS.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de instituições e associados das associações nos termos do capítulo terceiro, do título décimo segundo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUARTO – INSCRIÇÃO E BENEFÍCIOS.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de inscrição e benefícios das associações nos termos do capítulo quarto, do título décimo segundo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO QUINTO – REGIME ECONÓMICO.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de regime económico das associações nos termos do capítulo quinto, do título décimo segundo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEXTO – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de organização e funcionamento das associações nos termos do capítulo sexto, do título décimo segundo, do presente livro, com excepção dos artigos 27º, 42º e 45º, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM MATÉRIA DE BENEFÍCIOS.

1 – Todo o titular da direcção ou do conselho de administração de associação que pelas normas de responsabilidade dos titulares da direcção ou do conselho de administração em matéria de benefícios nos termos do artigo 27º, do capítulo sexto, do título décimo segundo, do presente livro, procedam ilegalmente ao aumento de benefícios ou atribuam benefícios a admissões que sejam nulas, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO OITAVO – IMPEDIMENTOS.

1 – Todo o titular de órgão de associação que não cumpra as normas de impedimentos nos termos do artigo 42º, do capítulo sexto, do título décimo segundo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS EM GERAL.

1 – Todo o titular de órgão de associação que não cumpra as normas de responsabilidade dos titulares dos órgãos associativos em geral nos termos do artigo 45º, do capítulo sexto, do título décimo segundo, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO – EXTINÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de extinção das associações nos termos do capítulo sétimo, do título décimo segundo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TUTELA.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de tutela das associações nos termos do capítulo oitavo, do título décimo segundo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

1 – Toda a pessoa que não cumpra com as normas de disposições transitórias das associações nos termos do capítulo nono, do título décimo segundo, do presente livro, é punido nos termos do disposto nos artigos 2º ou 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

TÍTULO DÉCIMO QUARTO – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PESSOAS COLECTIVAS.

ARTIGO PRIMEIRO – CLÁUSULAS CONTRATUAIS NÃO PERMITIDAS.

1 – As cláusulas dos contratos de entidades comerciais celebrados na forma legal antes da entrada em vigor do presente código que não forem permitidas, consideram-se automaticamente substituídas pelas disposições de carácter imperativo da nova lei, sendo lícito recorrer à aplicação das disposições de carácter supletivo que ao caso convierem.

2 – O disposto no número anterior, não prejudica os poderes que a lei reconhece aos sócios, cooperadores e associados para deliberarem alterações no contrato de entidade comercial.

ARTIGO SEGUNDO – VOTO PLURAL.

1 – Os direitos de voto plural constituídos legalmente antes da entrada em vigor da presente lei são transformados nos termos do presente código.

2 – Tais direitos podem ser extintos ou limitados por deliberação dos sócios, cooperadores ou associados firmados nos termos previstos para a alteração do contrato, sem necessidade de consentimento dos sócios, cooperadores e associados titulares desses direitos.

3 – Nos termos do número anterior, caso tais direitos tenham sido concedidos em contrapartida de contribuições especiais para a entidade comercial, para além das entradas a entidade comercial deve pagar uma indemnização equitativa pela sua extinção ou limitação.

4 – A indemnização referida no número anterior, pode ser solicitada judicialmente no prazo de 62 dias a contar da data em que o sócio, cooperador ou associado teve conhecimento da deliberação ou se esta for impugnada, do trânsito em julgado da respectiva sentença.

ARTIGO TERCEIRO – FIRMAS E DENOMINAÇÕES.

1 – As entidades comerciais constituídas antes da entrada em vigor da presente lei estão obrigadas a actualizar as firmas ou denominações nos termos legalmente previstos no presente código para a alteração do contrato.

ARTIGO QUARTO – PESSOAS COLECTIVAS EM ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCALIZAÇÃO.

1 – As pessoas colectivas que à data de entrada em vigor da presente lei, exerçam funções que por a presente lei não lhes sejam permitidas, cessá-las-ão no prazo de 183 dias que medeiam entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor.

ARTIGO QUINTO – SOCIEDADES DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS EXERCENDO FUNÇÕES DE CONSELHO FISCAL.

1 – As sociedades de revisores oficiais de contas que ao abrigo da lei anterior estiverem à data da entrada em vigor da presente lei a exercer funções de conselho fiscal, manterão essas funções até que a sociedade tenha conselho fiscal ou conselho geral, devendo a respectiva eleição ser realizada no prazo de 183 dias a partir da data da publicação do presente código e a sua entrada em vigor.

ARTIGO SEXTO – RELATÓRIOS.

1 – As áreas presidenciais das finanças, fiscal, social e da justiça por portaria conjunta, podem completar o conteúdo obrigatório anual dos órgãos de administração e de fiscalização e do revisor oficial de contas, sem prejuízo de imediata aplicação do disposto na presente lei.

ARTIGO SÉTIMO – DEPÓSITOS DE ENTRADAS.

1 – A ordenação dos depósitos de entradas de capital por a presente lei, são efectuados no real banco de Portugal.

CAPÍTULO SEGUNDO – SOCIEDADES COMERCIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – CAPITAL MÍNIMO.

1 – As sociedades constituídas antes da entrada em vigor da presente lei cujo capital não atinja os montantes mínimos estabelecidos devem aumentar o capital, pelo menos até aos referidos montantes mínimos no prazo de 3 anos a contar da entrada em vigor do presente código.

2 – Para o aumento do capital exigido pelo número anterior, podem as sociedades deliberar por maioria simples a incorporação de reservas, incluindo reservas de reavaliação de bens do activo.

3 – Para a liberação total do capital, aumentado por novas entradas em cumprimento do disposto no número 1, podem ser fixados prazos até 5 anos.

4 – As sociedades que não tenham procedido ao aumento do capital e à sua liberação em conformidade com os números anteriores, devem ser dissolvidas nos termos previstos no artigo 3º, do capítulo décimo segundo, do título terceiro, do presente livro.

5 – Podem ser mantidos os valores nominais de quotas ou acções estipulados de harmonia com a legislação anterior, embora inferiores aos valores mínimos estabelecidos na presente lei, os quais porém passarão a ser aplicáveis desde que o capital seja aumentado por força do presente artigo ou por outras circunstâncias.

6 – O disposto no número 4, é aplicável às sociedades que não tenham procedido ao aumento do capital até ao montante mínimo previsto no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título quinto, do presente livro e no número 3 do artigo 6º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro.

ARTIGO SEGUNDO – IRREGULARIDADES POR FALTA DE ESCRITURA OU DE REGISTO.

1 – O disposto nos artigos 30º ao 34º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do presente livro, é aplicável com ressalva dos efeitos anteriormente produzidos, de harmonia com a lei então vigente, às sociedades que à data de entrada em vigor do presente código se encontrem nas situações aí previstas.

ARTIGO TERCEIRO – DISTRIBUIÇÃO ANTECIPADA DE LUCROS.

1 – Na aplicação do artigo 13º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro, às sociedades constituídas antes da entrada em vigor da presente lei é obrigatório a autorização pelo contrato de sociedade.

ARTIGO QUARTO – QUOTAS AMORTIZADAS E ACÇÕES PRÓPRIAS.

1 – As quotas amortizadas anteriormente à entrada em vigor da presente lei, podem continuar a figurar no balanço como tais, independentemente da existência de estipulação contratual.

2 – As sociedades anónimas qua à data da entrada em vigor da presente lei possuírem acções próprias podem conservá-las durante 5 anos a contar da referida data.

3 – As alienações de acções próprias a terceiros, durante os 5 anos referidos no número anterior, podem ser decididas pelo conselho de administração.

4 – As acções próprias que a sociedade conservar ao fim dos 5 anos referidos no número 2, serão nessa data automaticamente anuladas na parte em que excedam 10% do capital social.

ARTIGO QUINTO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES.

1 – As comunicações nos termos do disposto nos artigos 1º e 2º, do capítulo sétimo, do título sexto, do presente livro, de participações existentes até à data de entrada em vigor da presente lei, devem ser efectuadas no prazo de 183 dias contados da publicação da presente lei e da sua entrada em vigor.

2 – As sociedades devem avisar os accionistas pelos meios adequados do disposto no número anterior.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÕES RECÍPROCAS.

1 – O disposto no número 3 do artigo 3º, do capítulo segundo, do título oitavo, do presente livro, começa a aplicar-se às participações recíprocas existentes entre sociedades à data da publicação da presente lei e até à sua entrada em vigor, se nessa altura ainda se mantiverem.

2 – A proibição de exercício de direitos aplica-se à participação de menor valor nominal, salvo acordo em contrário entre as duas sociedades.

3 – As participações existentes à data de entrada em vigor da presente lei contam-se para o cálculo dos 10% do capital social.

ARTIGO SÉTIMO – AQUISIÇÕES TENDENTES AO DOMÍNIO TOTAL.

1 – O disposto no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título oitavo, do presente livro, não é aplicável se a participação de 67% já existia à data da entrada em vigor da presente lei.

ARTIGO OITAVO – PERDA DE METADE DO CAPITAL.

1 – Enquanto não entrar em vigor o disposto no artigo 29º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do presente livro, os credores de uma sociedade anónima podem requerer a sua dissolução, provando que anteriormente à data dos seus contratos, metade do capital social está perdido, mas a sociedade pode opor-se à dissolução, sempre que dê as necessárias garantias de pagamento aos seus credores.

CAPÍTULO TERCEIRO – REDENOMINAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO.

1 – O presente capítulo estabelece as normas fundamentais que disciplinam a redenominação de valores mobiliários.

2 – As disposições constantes do presente capítulo, aplicam-se igualmente aos títulos de dívida.

ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO DE REDENOMINAÇÃO.

1 – Para os efeitos do presente código, a redenominação consiste na alteração para escudos da unidade monetária em que se expressa o valor nominal de valores mobiliários.

ARTIGO TERCEIRO – MÉTODOS DE REDENOMINAÇÃO.

1 – Constituem métodos padrão de redenominação de acções e de obrigações ou outros valores mobiliários representativos de dívida, respectivamente o método de alteração unitária e o da alteração por carteira.

2 – A redenominação de acções através do método padrão, traduz-se na transposição para escudos do valor nominal expresso em euros ou em outra moeda legal, mediante a aplicação da taxa de conversão fixada irrevogavelmente pelo real banco de Portugal.

3 – A redenominação de obrigações e de outros valores mobiliários representativos de dívida através do método padrão, realiza-se a partir da posição do credor pela aplicação da taxa de conversão referida no número anterior, ao valor da sua carteira, com arredondamento ao escudo, passando este a constituir o novo valor nominal mínimo desses valores.

4 – A redenominação de valores mobiliários representativos de dívida do estado português, efectua-se pelo método padrão definido nos termos do número anterior.

ARTIGO QUARTO – REDENOMINAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS.

1 – A partir da publicação da presente lei e até à sua entrada em vigor as entidades comerciais emitentes de valores mobiliários estão obrigados a proceder à redenominação dos mesmos.

2 – À redenominação aplica-se as normas relativas à modificação do tipo de valores mobiliários em causa, salvo o disposto nos artigos seguintes.

ARTIGO QUINTO – UNIDADE E GLOBALIDADE DA REDENOMINAÇÃO.

1 – Nos termos da presente lei as acções que não sejam nominais, são redenominadas em acções nominais nos 183 dias que medeiam entre a publicação da presente lei e a sua entrada em vigor.

2 – Todos os valores mobiliários ainda denominados em euros ou outra moeda legal, consideram-se automaticamente denominados em escudos, mediante a aplicação da taxa de conversão fixada pelo real banco de Portugal.

3 – Devem obedecer a um único método a redenominação de acções emitidas pela mesma entidade comercial e a redenominação dos demais valores mobiliários caso pertençam à mesma categoria ou à mesma emissão, ainda que realizada por séries.

4 – Ficam proibidas redenominações parciais de acções de uma mesma entidade comercial e de obrigações e valores mobiliários representativos de dívida pertencentes a uma mesma categoria ou emissão.

5 – A redenominação é irreversível.

6 – A redenominação das acções implica a alteração da denominação do capital social.

7 – Após a redenominação das acções da entidade comercial, qualquer nova emissão de acções, ainda que em consequência do exercício dos direitos de conversão ou

subscrição conferidos por valores mobiliários emitidos anteriormente, só pode denominar-se em escudos.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÕES E ANÚNCIO PRÉVIO.

1 – A decisão da entidade emitente de redenominar os valores mobiliários deve ser comunicada à comissão de mercado de valores mobiliários e anunciada em jornal de grande circulação, com uma antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da redenominação.

2 – O anúncio da decisão referida no número anterior, deve explicitar nomeadamente:

- a) A identificação dos valores mobiliários em causa;
- b) A fonte normativa em que se firma a decisão;
- c) A taxa de conversão fixada irrevogavelmente pelo real banco de Portugal;
- d) O método de redenominação e o novo valor nominal;
- e) A data prevista para a solicitação de inscrição da redenominação no registo comercial.

3 – A decisão referida no número 1, deve com a antecedência neste referido ser publicada no boletim de cotações da bolsa em que os valores mobiliários a redenominar sejam negociados.

4 – Sempre que os valores mobiliários a redenominar constituam activo subjacente a instrumentos financeiros derivados, a respectiva decisão deve ser publicada no boletim de cotações da bolsa onde tais instrumentos sejam negociados, com a antecedência prevista no número 1.

5 – Sempre que estejam em causa obrigações de caixa, obrigações hipotecárias ou títulos de dívida, a respectiva decisão deve ser comunicada com a antecedência prevista no número 1 ao real banco de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS.

1 – Podem ser firmadas por maioria simples as seguintes deliberações dos sócios, cooperadores e associados:

- a) Alteração da denominação do capital social para escudos;
- b) Redenominação de acções de sociedades anónimas através do método padrão, mesmo quando ocasione aumento ou redução do capital social respectivamente por incorporação de reservas ou por transferência para reserva de capital, sujeita ao regime de reserva legal.

2 – A redução do capital social resultante da utilização do método padrão de redenominação de acções não carece da autorização judicial prevista no artigo 10º, do capítulo oitavo, do título terceiro, do presente título, do presente livro.

ARTIGO OITAVO – ASSEMBLEIA DE OBRIGACIONISTAS.

1 – A redenominação de obrigações, sempre que efectuada através do método padrão não carece da deliberação da assembleia de obrigacionistas prevista na alínea b) do número 4 do artigo 8º, do capítulo quarto, do título sexto, do presente livro.

ARTIGO NONO – DISPENSA DOS LIMITES DE EMISSÃO.

1 – As emissões de obrigações anteriores à data de entrada em vigor da presente lei, ficam dispensadas dos limites de emissão fixados no disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título sexto, do presente livro, na precisa medida em que os mesmos sejam ultrapassados, mercê da redenominação de acções ou de obrigações através dos respectivos métodos padrão.

ARTIGO DÉCIMO – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

1 – A comissão do mercado de valores mobiliários define através de regulamento as normas necessárias à aplicação do presente capítulo, disciplinando nomeadamente as funções da central de valores mobiliários quanto à redenominação de valores escriturais ou titulados integrados nos seus sistemas de registo, depósito e controlo, sendo a sua entrada em vigor no dia imediato à publicação do presente código.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CADUCIDADE.

1 – Os direitos de indemnização que venham a fundar-se em incumprimento das normas relativas à introdução do escudo ou ao processo de redenominação, devem ser exercidos sob pena de caducidade no prazo de 183 dias, contado a partir do registo do capital social ou do montante do empréstimo obrigacionista redenominados.

2 – Em relação aos valores mobiliários que não estejam sujeitos à inscrição no registo comercial, o prazo referido no número anterior deve ser contado a partir do anúncio prévio a que se refere o artigo 6º, do presente capítulo.

CAPÍTULO QUARTO – REDENOMINAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DIRECTA DO ESTADO PORTUGUÊS.

ARTIGO ÚNICO – REGIME ESPECIAL.

1 – Aos valores mobiliários expressos em euros ou outra moeda legal, representativos da dívida pública directa do estado português, aplica-se o regime de redenominação constante do capítulo anterior.

2 – Se os demais estados soberanos participantes deliberarem directrizes para redenominar a dívida que emitam na respectiva moeda, a dívida pública directa do estado português expressa nessa moeda pode ser redenominada a partir da data de entrada em vigor do presente código.

3 – Compete aos presidentes das áreas presidenciais das finanças, fiscal e da justiça definir a data e o âmbito da redenominação prevista no número anterior, ficando autorizado a regularizar as suas condições concretas e a proceder a correcções no montante das emissões, justificadas por força dos arredondamentos efectuados.

CAPÍTULO QUINTO – LEGISLAÇÃO FINANCEIRA.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPOSTOS ADUANEIROS E IMPOSTOS ESPECIAIS SOBRE O CONSUMO.

1 – As declarações aduaneiras e dos impostos especiais sobre o consumo que prevaleçam até à entrada em vigor do presente código, podem ser entregues pelos operadores económicos e entidades habilitadas a declarar, em escudos nos termos a definir por despacho das áreas presidenciais das finanças e fiscal.

2 – As garantias só podem ser constituídas em escudos.

3 – A pauta aduaneira fornece informações com os valores expressos em escudos.

4 – As notificações destinadas aos operadores económicos e entidades habilitadas a declarar, são emitidas referenciando os valores de cobrança em escudos.

5 – O documento de autoliquidação pode ser entregue pelos operadores económicos e entidades habilitadas a declarar, em escudos.

ARTIGO SEGUNDO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA E ENTIDADES ESTATAIS.

1 – Os órgãos de soberania e as entidades estatais devem adoptar os procedimentos materiais, técnicos e tecnológicos exigidos à introdução do escudo na administração pública financeira.

CAPÍTULO SEXTO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – CUSTOS DE CONVERSÃO.

1 – São gratuitas as operações de conversão entre montante expressos em unidade monetária com curso legal em Portugal.

ARTIGO SEGUNDO – INÍCIO DE VIGÊNCIA.

1 – Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes, o presente código entra em vigor passados 183 dias após a sua publicação nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, devendo nesse período ser adoptado os procedimentos materiais, técnicos e tecnológicos exigidos à sua plena aplicação.

ARTIGO TERCEIRO – ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

1 – O titular de estabelecimento individual de responsabilidade limitada está obrigado a proceder à alteração da denominação do capital do estabelecimento, aplicando-se com as necessárias adaptações as disposições relativas às sociedades.

ARTIGO QUARTO – CAPITAL MÍNIMO.

1 – As sociedades que após a entrada em vigor do presente código não tenham procedido ao aumento do capital social até aos montantes mínimos previstos no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título quinto e no número 3 do artigo 6º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, devem ser dissolvidas a requerimento do ministério público, mediante participação do conservador do órgão de soberania notarial competente.

2 – As cooperativas que não tenham procedido à actualização do capital social para o montante mínimo nos termos do disposto no número 2 do artigo 2º, do capítulo quinto, do título décimo, do presente livro, devem ser dissolvidas por iniciativa do ministério público oficiosamente, mediante participação do conservador do órgão de soberania notarial competente.

3 – Os estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada cujos titulares não tenham procedido ao aumento do capital do estabelecimento até ao montante mínimo previsto no número 2 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título nono, do presente livro, devem entrar em processo de liquidação, promovido pelo ministério público, mediante participação do conservador do órgão de soberania notarial competente.

4 – Para efeitos do disposto nos números anteriores, os órgãos de soberania notariais analisam através do registo nacional de pessoas colectivas as pessoas singulares ou colectivas que não procederam à actualização do capital social.

5 – Os órgãos de soberania notariais e o ministério público só actuam nos termos dos números anteriores caso se não mostre regularizada a situação no prazo de 92 dias após a notificação às entidades referidas nos números 1 a 3.

6 – A notificação referida no número anterior é efectuada pelo órgão de soberania notarial competente da área de circunscrição geográfica da sede constante do registo da entidade comercial, por carta registada com aviso de recepção.

PARTE SEGUNDA

IMPOSTOS.

LIVRO DÉCIMO SEXTO – CÓDIGO DOS REAIS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA.

CAPÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA REAL.

ARTIGO PRIMEIRO – BASE DOS IMPOSTOS.

1 – Os reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, incide sobre o valor anual de todos os rendimentos auferidos no espaço territorial português das categorias seguintes, mesmo quando provenientes de actos ilícitos, depois de efectuadas as correspondentes deduções e abatimentos:

- a) Categoria A – Real imposto singular, rendimentos dependentes;
- b) Categoria B – Real imposto profissional, rendimentos profissionais;
- c) Categoria C – Real imposto científico e artístico, rendimentos científicos e artísticos;
- d) Categoria D – Real imposto sobre o capital, rendimentos de capitais;
- e) Categoria E – Real imposto sobre as rendas, rendimentos de rendas;
- f) Categoria F – Real imposto sobre os incrementos patrimoniais, rendimentos de incrementos patrimoniais;
- g) Categoria G – Real imposto sobre as pensões, rendimentos de pensões.

2 – Os rendimentos quer sejam obtidos por cidadãos portugueses ou estrangeiros ou sejam em dinheiro ou em espécie, ficam sujeitos à tributação, seja qual for o local do espaço territorial português onde se obtenham, a moeda e a forma por que sejam auferidos.

ARTIGO SEGUNDO – REAL IMPOSTO SINGULAR.

1 – Consideram-se rendimentos do exercício dependente todas as remunerações pagas ou postas à disposição do seu titular proveniente de:

- a) Exercício por conta de outrem prestado ao abrigo de contrato individual laboral ou de outro legalmente equiparado;

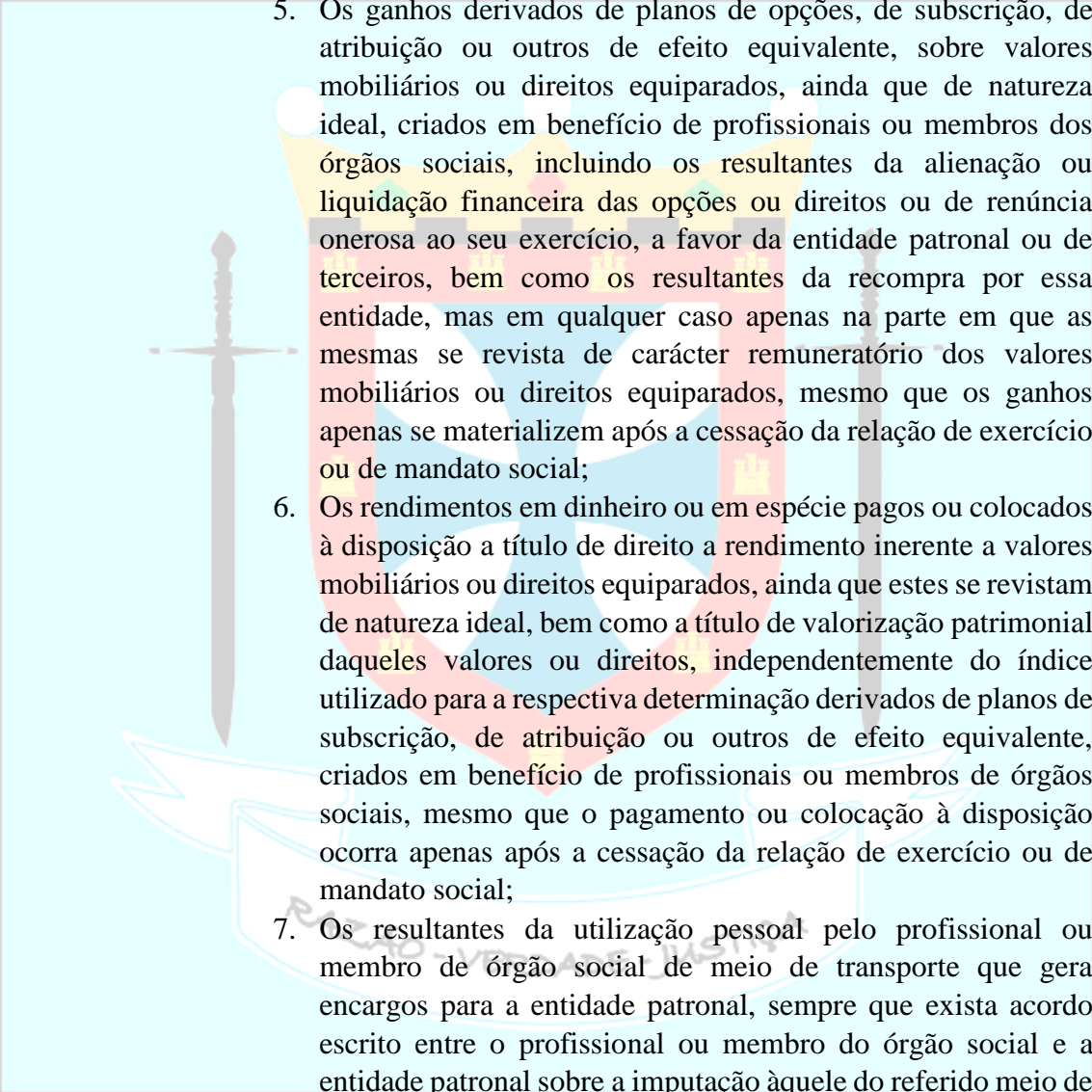
- b) Exercício prestado ao abrigo de contrato de aquisição de serviços ou de idêntica natureza, sob a autoridade e a direcção de pessoa ou entidade que ocupa a posição de sujeito activo na relação jurídica resultante;
- c) Exercício de funções, serviços ou cargo público;
- d) Situações de pré-reforma, pré-aposentação ou reserva, com ou sem prestação de exercício, bem como de prestações atribuídas independentemente do título a que for, antes de verificados os requisitos exigidos nos regimes obrigatórios de segurança social aplicáveis para a passagem à situação de reforma ou mesmo não subsistindo o contrato laboral, se mostrem subordinados à condição de serem devidas até que tais requisitos se verifiquem, ainda que em qualquer dos casos anteriormente previstos, sejam devidos por fundos de pensões ou outras entidades, que se substituam à entidade originariamente devedora;
- e) Subsídio de alimentação na parte em que seja superior a 1 500 escudos para os profissionais e 3 000 escudos para os administradores.

2 – As remunerações referidas no número anterior, compreendem designadamente, ordenados, salários, vencimentos, gratificações, percentagens, comissões, participações, subsídios ou prémios, senhas de presença, emolumentos, participações em coimas ou multas e outras remunerações acessórias, ainda que periódicas, fixas ou variáveis, de natureza contratual ou não.

3 – Consideram-se ainda rendimentos do exercício dependente:

- a) As remunerações dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas, com excepção dos que nestes participem como revisores oficiais de contas;
- b) As remunerações acessórias, nestas se compreendendo todos os direitos, benefícios ou regalias não incluídos na remuneração principal que sejam auferidos devido à prestação do exercício ou em conexão com este e constituam para o respectivo beneficiário uma vantagem económica:

- 1. As importâncias despendidas, obrigatória ou facultativa, pela entidade patronal com seguros e operações do ramo vida, contribuições para fundos de pensões, fundos de poupança-reforma, ou quaisquer regimes complementares de segurança social, desde que constituam direitos adquiridos e individualizados dos respectivos beneficiários, bem como as que não constituindo direitos adquiridos e individualizados dos respectivos beneficiários, sejam por este objecto de resgate, adiantamento, remissão ou qualquer outra forma de antecipação da correspondente disponibilidade, ou em qualquer caso de recebimento em capital, mesmo que estejam reunidos os requisitos exigidos pelos sistemas de segurança social obrigatórios aplicáveis para a passagem à situação de reforma ou esta se tiver verificado;

- 
2. Os subsídios de residência ou equivalentes ou a utilização de casa de habitação fornecida pela entidade patronal;
 3. Os resultantes de empréstimos sem juros ou a taxa inferior à de referência para o tipo de operação em causa, concedidos ou suportados pela entidade patronal;
 4. As importâncias despendidas pela entidade patronal com viagens e estadas, de turismo e similares, não conexas com as funções exercidas pelo profissional ao serviço da mesma entidade;
 5. Os ganhos derivados de planos de opções, de subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente, sobre valores mobiliários ou direitos equiparados, ainda que de natureza ideal, criados em benefício de profissionais ou membros dos órgãos sociais, incluindo os resultantes da alienação ou liquidação financeira das opções ou direitos ou de renúncia onerosa ao seu exercício, a favor da entidade patronal ou de terceiros, bem como os resultantes da recompra por essa entidade, mas em qualquer caso apenas na parte em que as mesmas se revista de carácter remuneratório dos valores mobiliários ou direitos equiparados, mesmo que os ganhos apenas se materializem após a cessação da relação de exercício ou de mandato social;
 6. Os rendimentos em dinheiro ou em espécie pagos ou colocados à disposição a título de direito a rendimento inerente a valores mobiliários ou direitos equiparados, ainda que estes se revistam de natureza ideal, bem como a título de valorização patrimonial daqueles valores ou direitos, independentemente do índice utilizado para a respectiva determinação derivados de planos de subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente, criados em benefício de profissionais ou membros de órgãos sociais, mesmo que o pagamento ou colocação à disposição ocorra apenas após a cessação da relação de exercício ou de mandato social;
 7. Os resultantes da utilização pessoal pelo profissional ou membro de órgão social de meio de transporte que gera encargos para a entidade patronal, sempre que exista acordo escrito entre o profissional ou membro do órgão social e a entidade patronal sobre a imputação àquele do referido meio de transporte;
 8. A aquisição pelo profissional ou membro de órgão social, por preço inferior ao valor de mercado, de qualquer meio de transporte que tenha originado encargos para a entidade patronal;
- c) Os abonos para falhas devidos a quem no seu exercício, tenha de movimentar numerário, na parte em que exceda os 20 contos de remuneração mensal fixa;

- d) As ajudas de custo e as importâncias auferidas pela utilização de meio de transporte próprio em serviço da entidade patronal, na parte em que ambas excedam os limites legais ou sempre que não sejam observados os pressupostos da sua atribuição aos servidores do estado e as verbas para despesas de deslocação, viagens ou representação de que não tenham sido prestadas contas até ao termo do exercício;
- e) Quaisquer indemnizações resultantes da constituição, extinção ou modificação da relação jurídica que origine rendimentos do exercício dependente, incluindo os que respeitem ao incumprimento das condições contratuais ou sejam devidas pela mudança de local de exercício laboral, sem prejuízo do disposto no número seguinte;
- f) A quota-parte, acrescida dos descontos para a segurança social que constituam encargos do beneficiário, devida a título de participação nas campanhas de pesca aos pescadores que limitem a sua actuação à prestação de exercício;
- g) As gratificações auferidas pela prestação ou em razão da prestação do exercício, quando não atribuídas pela respectiva entidade patronal;
- h) As prestações devidas relativas a acidentes em serviço e doenças profissionais, bem como as indemnizações devidas em consequência de lesão corporal, doença ou falecimento, pagas ou atribuídas por entidades públicas ou privadas, ao abrigo de contrato de seguro, decisão judicial ou acordo homologado judicialmente pelas associações mutualistas, nestes se incluindo as pensões e indemnizações auferidas em resultado de serviço militar;
- i) Montantes respeitantes a subsídios para manutenção e sobre os montantes necessários à cobertura de despesas extraordinárias relativas à saúde e educação, pagos ou atribuídos pela segurança social ou por instituições particulares de solidariedade social, no âmbito da prestação da acção social de acolhimento familiar e de apoio a cidadãos em todas as fases do ciclo de vida;
- j) As bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo pelo comité olímpico de Portugal, pelo comité paraolímpico de Portugal e pelas respectivas federações desportivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva;
- k) As bolsas de formação desportivas, atribuídas pela respectiva federação titular do estatuto de utilidade pública desportiva aos agentes desportivos não profissionais, nomeadamente praticantes, juízes e árbitros;
- l) Os prémios atribuídos a quaisquer praticantes desportivos, bem como aos respectivos treinadores e equipa técnica, obtidos em provas desportivas amadoras e profissionais de âmbito, municipal, concelhio, regional, nacional, imperial português, europeu e mundial.

4 – Sempre que por qualquer forma cessem os contratos subjacentes às situações referidas nas alíneas a) a c) do número 1, mas sem prejuízo do disposto na alínea d) do mesmo número, quanto às prestações que continuarem a ser devidas mesmo que o contrato laboral não subsista ou se verifique a cessação das funções de gestor,

administrador ou gerente da pessoa colectiva ou entidade equiparada, as importâncias auferidas a qualquer título, ficam sempre sujeitas a tributação pela sua totalidade.

5 – O regime previsto no número anterior, é aplicável às importâncias relativas aos direitos vencidos durante os referidos contratos ou situações, designadamente remunerações por exercício prestado, férias, subsídios de férias e de natal.

6 – As importâncias referidas no número 4, serão também tributadas pela totalidade quando o sujeito passivo tenha beneficiado nos últimos 5 anos da não tributação total ou parcial neste previsto.

7 – Constituem rendimento tributável:

- a) As prestações efectuadas pelas entidades patronais para regimes de segurança social de natureza privada, que visem assegurar exclusivamente benefícios em casos de reforma, invalidez ou sobrevivência, com excepção dos regimes obrigatórios de natureza estatal;
- b) As prestações relacionadas exclusivamente com acções de formação profissional dos profissionais, quer estas sejam ministradas pela entidade patronal, quer por organismos de direito público ou entidade reconhecida como tendo competência nos domínios da formação e reabilitação profissionais pelos sectores ministeriais competentes;
- c) As importâncias suportadas pelas entidades patronais com a aquisição de passes sociais a favor dos seus profissionais.

8 – Para efeitos do disposto na subalínea 4. da alínea b) do número 3, consideram-se direitos adquiridos aqueles cujo exercício não dependa da manutenção do vínculo laboral ou como tal considerado para efeitos fiscais, do beneficiário com a respectiva entidade patronal.

9 – Para efeitos do presente imposto considera-se como entidade patronal, toda aquela que pague ou coloque à disposição remunerações que nos termos do presente artigo constituam rendimentos de exercício dependente, sendo a esta equiparada qualquer outra entidade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, independentemente da respectiva localização geográfica.

10 – Para efeitos da alínea b) do número 3, consideram-se rendimentos do profissional os benefícios ou regalias atribuídos pela entidade patronal a qualquer pessoa do seu agregado familiar ou que com este esteja ligado por vínculo de parentesco ou afinidade.

11 – Não constituem rendimentos do exercício dependente os auferidos após a extinção do contrato individual laboral, sempre que o titular seja colocado numa situação equivalente à da reforma, segundo o regime da segurança social que lhe seja aplicável.

12 – Para efeitos da subalínea 8. da alínea b) do número 3, presume-se que o meio de transporte foi adquirido pelo profissional ou membro do órgão social, quando seja registado no seu nome, no de qualquer pessoa que integre o seu agregado familiar ou no de outrem por si indicada, no prazo de 4 anos a contar do exercício em que o meio de transporte deixou de originar encargos para a entidade patronal.

13 – Os limites legais previstos no presente artigo, serão anualmente fixados para os servidores do estado.

ARTIGO TERCEIRO – REAL IMPOSTO PROFISSIONAL.

1 – Consideram-se rendimentos profissionais os auferidos no exercício de actividade independente do sector primário, secundário ou terciário, própria e individual de qualquer arte bastonária nomeadamente de carácter técnico qualquer que seja a sua natureza, sem o recurso a outros profissionais ou outras artes bastonárias no exercício das mesmas actividades, nomeadamente os rendimentos de carácter científico e artístico independentes.

2 – Consideram-se ainda rendimentos desta categoria:

- a) Os rendimentos prediais imputáveis a actividades geradoras de rendimentos profissionais;
- b) Os rendimentos de capitais imputáveis a actividades geradoras de rendimentos profissionais;
- c) As mais-valias apuradas no âmbito das actividades geradoras de rendimentos profissionais, designadamente as resultantes da transferência para o património particular dos empresários de quaisquer bens afectos ao activo da empresa, bem como os demais ganhos ou perdas que não se encontrando nessas condições, decorram das operações referidas no número 1 do artigo 10º, do presente capítulo, sempre que imputáveis a actividades geradoras de rendimentos profissionais;
- d) As importâncias auferidas a título de indemnização, conexas com a actividade exercida, nomeadamente a redução, suspensão e cessação, assim como pela mudança do local do respectivo exercício independente;
- e) As importâncias relativas à cessão temporária de exploração de estabelecimento;
- f) Os subsídios ou subvenções no âmbito do exercício da actividade abrangidos no número 1;
- g) Os provenientes da prática de actos isolados referentes às actividades abrangidas no número 1.

3 – Para efeitos do disposto na alínea g) do número anterior, consideram-se rendimentos provenientes de actos isolados os que não resultem de uma prática previsível ou reiterada.

ARTIGO QUARTO – REAL IMPOSTO CIENTÍFICO E ARTÍSTICO.

1 – Consideram-se rendimentos científicos e artísticos os provenientes da propriedade intelectual ou industrial ou da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector primário, secundário ou terciário, quando auferidos pelo seu titular originário, resultantes do exercício de actividades científicas ou artísticas.

2 – Para efeitos do presente imposto, consideram-se como provenientes da propriedade intelectual os direitos de autor e direitos conexos relativos ao exercício de actividades científicas e artísticas, bem como os prémios literários, artísticos e científicos, quer envolvam ou não a cedência, temporária ou definitiva dos respectivos direitos de autor.

ARTIGO QUINTO – REAL IMPOSTO SOBRE O CAPITAL.

1 – Consideram-se rendimentos de capitais os frutos e demais vantagens económicas, qualquer que seja a sua natureza ou denominação, sejam pecuniárias ou em espécie, procedentes directa ou indirectamente de elementos patrimoniais, bens, direitos ou situações jurídicas, de natureza mobiliária, bem como da respectiva modificação, transmissão ou cessação, com excepção dos ganhos e outros rendimentos tributados noutras categorias de imposto.

2 – Os factos e vantagens económicos referidos no número anterior compreendem designadamente:

- a) Os juros e outras formas de remuneração decorrentes de contratos de mútuo, abertura de crédito, reporte e outros que proporcionem a título oneroso a disponibilidade temporária de dinheiro ou outros bens tangíveis;
- b) Os juros e outras formas de remuneração derivados de depósitos à ordem ou a prazo em instituições financeiras, bem como de certificados de depósitos;
- c) Os juros, os prémios de amortização ou de reembolso e as outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação, certificados de consignação, obrigações de caixa ou outros títulos análogos, emitidos por entidades públicas ou privadas e demais instrumentos de aplicação financeira, designadamente letras, livranças e outros títulos de crédito negociáveis, enquanto utilizados como tais;
- d) Os juros e outras formas de remuneração de suprimentos, abonos ou adiantamentos de capital efectuados pelos sócios à sociedade;
- e) Os juros e outras formas de remuneração devidos pelo facto de os sócios não levantarem os lucros ou remunerações colocados à disposição;
- f) O saldo dos juros apurados em contrato de conta corrente;
- g) Os juros ou quaisquer acréscimos de crédito pecuniário resultantes da dilação do respectivo vencimento ou de mora no seu pagamento, sejam legais, sejam contratuais;
- h) Os lucros das entidades sujeitas ao real imposto colectivo colocados à disposição dos respectivos associados ou titulares, incluindo adiantamentos por conta de lucros;
- i) O valor atribuído aos associados ou titulares em resultado da partilha nos termos do disposto no artigo 18º, do capítulo quinto, do título

segundo, do livro seguinte, bem como o valor atribuído aos associados na amortização de partes sociais sem redução de capital;

- j) Os rendimentos de unidades de participação em fundos de investimento;
- k) Os rendimentos auferidos pelo associado na associação em participação e na associação à quota, bem como nesta última os rendimentos referidos nas alíneas h) e i) auferidas pelo associante depois de descontada a prestação por si devida ao associado;
- l) Os rendimentos provenientes de contratos que tenham por objecto a cessão ou utilização temporária de direitos de propriedade intelectual ou industrial ou a prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida nos sectores primário, secundário ou terciário, sempre que não auferidas pelo respectivo autor ou titular originário, bem como os derivados de assistência técnica;
- m) Os rendimentos decorrentes do uso ou da concessão do uso de equipamentos dos sector primário, secundário ou terciário, sempre que não constituam rendimentos prediais, nomeadamente os provenientes da cedência esporádica ou continuada, de equipamentos e redes informáticas, incluindo a transmissão de dados ou disponibilização de capacidade informática instalada em qualquer das suas formas possíveis;
- n) Os juros que não se incluam em nenhuma das alíneas do presente artigo, lançados em quaisquer contas correntes;
- o) Quaisquer outros rendimentos derivados da simples aplicação de capitais;
- p) O ganho decorrente de operações de swaps cambiais, swaps de taxas de juro, swaps de taxa de juro e divisas e de operações cambiais a prazo;
- q) A remuneração decorrente de certificados que garantam ao titular o direito a receber um valor mínimo superior ao valor da subscrição;
- r) Os ganhos obtidos com dividendos oriundos do mercado bolsista.

3 – Consideram-se ainda rendimentos de capitais a diferença positiva entre os montantes pagos a título de resgate, adiantamento ou vencimento de seguros e operações do ramo vida e os respectivos prémios pagos ou importâncias investidas, bem como a diferença positiva entre os montantes pagos a título de resgate, remissão ou outra forma de antecipação de disponibilidade por fundos de pensões ou no âmbito de outros regimes complementares de segurança social, incluindo os disponibilizados por associações mutualistas e as respectivas contribuições pagas.

4 – Para efeitos da alínea b) do número 2, consideram-se remunerações derivadas de depósitos à ordem ou a prazo, os ganhos seja qual for a designação que as partes lhe atribuam, resultantes de contratos celebrados por instituições de crédito que titulem um depósito em numerário, a sua absoluta ou relativa indisponibilidade durante o prazo contratual e a garantia de rentabilidade assegurada, independentemente de esta se reportar ao câmbio de moeda.

5 – Para efeitos da alínea c) do número 2, compreendem-se nos rendimentos de capitais o quantitativo dos juros contáveis desde a data do último vencimento ou da emissão, primeira colocação ou endosso, se ainda não houver ocorrido qualquer vencimento, até à data em que ocorra alguma transmissão dos respectivos títulos, bem como a diferença, pela parte correspondente àqueles períodos, entre o valor de reembolso e o preço de emissão, no caso de títulos cuja remuneração constitua total ou parcialmente essa diferença.

6 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, nos casos previstos na alínea p) do número 2, o ganho sujeito a imposto é constituído:

- a) Tratando-se de swaps cambiais ou de operações cambiais a prazo, pela diferença positiva entre a taxa de câmbio acordada para a venda ou compra na data futura e a taxa de câmbio à vista verificada no dia da celebração do contrato para o mesmo par de moedas;
- b) Tratando-se de swaps de taxa de juro ou de taxa de juro e divisas, pela diferença positiva entre os juros, bem como no segundo caso pelos ganhos cambiais respeitantes aos capitais trocados.

7 – Havendo lugar à cessão ou anulação de um swap ou de uma operação cambial a prazo, com pagamento e recebimento de valores de regularização, os ganhos respectivos constituem rendimentos para efeitos da alínea p) do número 2.

8 – No caso de cessões de crédito previstas na alínea a) do número 2, o rendimento sujeito a imposto é constituído pela diferença positiva entre o valor da cessão e o valor nominal do crédito.

ARTIGO SEXTO – PRESUNÇÕES RELATIVAS A RENDIMENTOS DE CAPITAIS.

1 – Presume-se que as letras e livranças resultam de contratos de mútuo, sempre que não provenham de transacções comerciais, compreendendo-se que assim sucede quando o credor originário não for comerciante.

2 – Presume-se que os mútuos e as aberturas de crédito referidas nas alíneas a) do número 2 do artigo anterior são remuneradas, compreendendo-se que o juro começa a vencer-se nos mútuos a partir da data do contrato e nas aberturas de crédito desde a data da sua utilização.

3 – Até prova em contrário, presumem-se mutuados os capitais entregues em depósito não incluídos na alínea b) do número 2 do artigo anterior e cuja restituição seja garantida por qualquer forma.

4 – Os lançamentos em quaisquer contas correntes dos sócios, escrituradas nas sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, quando não resultem de mútuos, da prestação de exercício ou do exercício de cargos sociais, presumem-se efectuados a título de lucros ou adiantamentos dos lucros.

5 – As presunções estabelecidas no presente artigo, podem ser ilididas com base em decisão judicial, acto administrativo, declaração do real banco de Portugal ou reconhecimento pelos órgãos de soberania fiscais.

ARTIGO SÉTIMO – MOMENTO A PARTIR DO QUAL FICAM SUJEITOS A TRIBUTAÇÃO OS RENDIMENTOS DE CAPITALIS.

1 – Os rendimentos referidos no artigo 5º, do presente capítulo, ficam sujeitos a tributação desde que se vencem, se presume o seu vencimento, são colocados à disposição do seu titular, são liquidados ou transaccionados ou desde a data do apuramento do respectivo quantitativo consoante os casos.

2 – Tratando-se de mútuos, de depósitos e de abertura de crédito, considera-se que os juros, incluindo os parcialmente presumidos, se vencem na data estipulada ou na sua ausência na data do reembolso do capital, salvo quanto aos juros totalmente presumidos, cujo vencimento se considera ter lugar em 31 de dezembro de cada ano ou na data do reembolso, se anterior.

3 – Para efeitos do disposto no número 1, atende-se:

- a) Quanto ao número 2 do artigo 5º, do presente capítulo:
 1. Ao vencimento, para os rendimentos referidos na alínea a) com excepção do reporte, na alínea b) com excepção dos reembolsos antecipados dos depósitos ou de certificados de depósitos, na alínea c) com excepção dos certificados de consignação e nas alíneas d), e), g) e p) neste último caso relativamente a juros vencidos durante o decurso da operação;
 2. A colocação à disposição, para os rendimentos referidos nas alíneas h), i), j), k) e q), bem como dos certificados de consignação;
 3. Ao apuramento do respectivo quantitativo, para os rendimentos do contrato de reporte, dos juros, no caso de reembolso antecipado de depósitos ou de certificados de depósitos e dos referidos nas alíneas f), l), m), n) e o);
 4. Sem prejuízo do disposto na subalínea 1, ao momento de liquidação da operação para os rendimentos previstos nas alíneas p);
- b) Quanto ao número 3 do artigo 5º, do presente capítulo, à colocação dos rendimentos à disposição dos seus titulares ou ao apuramento do respectivo quantitativo quando o titular do direito aos rendimentos opte por recebê-los sob forma de renda;
- c) Quanto ao número 5 do artigo 5º, do presente capítulo, à data da transmissão, excepto quando não seja imputável ao exercício de uma actividade profissional;
- d) Quanto ao número 7 do artigo 5º, do presente capítulo, ao apuramento do respectivo quantitativo.

4 – As aberturas de crédito consideram-se utilizadas na totalidade, sempre que segundo as cláusulas do contrato, os levantamentos possam fazer-se independentemente de escritura ou instrumento notarial.

5 – Os juros são contados dia a dia.

ARTIGO OITAVO – REAL IMPOSTO SOBRE AS RENDAS.

1 – Consideram-se rendimentos sobre as rendas, as rendas dos prédios rústicos, urbanos e mistos pagas ou colocadas à disposição dos respectivos titulares.

2 – São havidas como rendas:

- a) As importâncias relativas à cedência do uso do prédio ou parte deste e aos serviços relacionados com a cedência;
- b) As importâncias relativas ao aluguer de maquinismos e mobiliários instalados no imóvel locado;
- c) A diferença auferida entre o sublocador, entre a renda recebida do subarrendatário e a paga ao senhorio;
- d) As importâncias relativas à cedência do uso total ou parcial de bens imóveis para quaisquer fins especiais, designadamente publicidade;
- e) As importâncias relativas à cedência do uso de partes comuns de prédios em regime de propriedade horizontal;
- f) As importâncias relativas à constituição, a título oneroso de direitos reais de usufruto temporário, ainda que vitalícios, sobre prédios rústicos, urbanos ou mistos.

3 – Para efeitos do real imposto sobre as rendas, considera-se prédio, uma parte delimitada do solo e as construções neste existentes que não tenham autonomia económica, bem como qualquer edifício incorporado no solo e os terrenos que lhe sirvam de logradouro.

4 – Para efeitos do real imposto sobre as rendas, considera-se:

- a) Prédio rústico, os edifícios destinados ao exercício de actividades económicas da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção dos minerais e da indústria;
- b) Prédio Urbano, os edifícios destinados à habitação e ao exercício de actividades económicas comerciais e de prestação de serviços, nomeadamente os edifícios desportivos e recreativos;
- c) Prédio misto, o que comporte a parte rústica e a parte urbana.

5 – Para efeitos do número 3 considera-se ainda construção, todo o imóvel assente no mesmo local por um período superior a 12 meses.

ARTIGO NONO – REAL IMPOSTO SOBRE OS INCREMENTOS PATRIMONIAIS.

1 – Consideram-se rendimentos de incrementos patrimoniais, desde que não considerados rendimentos de outras categorias:

- a) As mais-valias, tal como definidas no artigo seguinte;
- b) As indemnizações que visem a reparação de danos não patrimoniais, exceptuadas as fixadas por decisão judicial ou arbitral ou resultantes de acordo homologado judicialmente de danos emergentes não comprovados e de lucros cessantes, considerando-se neste último caso como tais apenas as que se destinem a ressarcir os benefícios líquidos deixados de obter em consequência da lesão;
- c) As importâncias auferidas em virtude da assunção de obrigações de não concorrência, independentemente da respectiva fonte ou título;
- d) Os acréscimos patrimoniais não justificados, determinados nos termos do disposto nos artigos 7º, 8º e 10º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código;
- e) Os incrementos patrimoniais provenientes de transmissões gratuitas;
- f) Os lucros derivados do investimento em cada uma das entidades do jogo, resultantes de importâncias ou prémios atribuídos em quaisquer sorteios ou concursos.

2 – São igualmente considerados incrementos patrimoniais aqueles a que se refere o número 5 do artigo 10º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

3 – Os incrementos patrimoniais referidos nas alíneas b), c) e f) do número 1, constituem rendimento do ano em que são pagos ou colocados à disposição.

4 – Os incrementos patrimoniais referidos na alínea f) do número 1, são obtidos pela dedução aos prémios de jogo recebidos de cada uma entidade do jogo, das importâncias investidas nessas mesmas entidades do jogo.

ARTIGO DÉCIMO – MAIS-VALIAS.

1 – Constituem mais-valias os ganhos obtidos que não sendo considerados rendimentos profissionais, sobre as rendas, científico e artístico e sobre o capital, resultem de:

- a) Alienação onerosa de direitos reais sobre bens imóveis e afectação de quaisquer bens do património particular a actividade profissional exercida em nome individual pelo seu proprietário;
- b) Alienação onerosa de partes sociais, incluindo a remissão e amortização com redução de capital e de outros valores mobiliários, bem como o valor atribuído aos associados em resultado de partilha, que seja considerado como mais-valias;
- c) Alienação onerosa da propriedade ou industrial, ou de experiência adquirida no sector primário, secundário ou terciário, sempre que o transmitente não seja o titular originário;

- d) Cessão onerosa de posições contratuais ou outros direitos inerentes a contratos relativos a bens imóveis;
- e) Operações relativas a instrumentos financeiros derivados, com excepção dos ganhos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 5º, do presente capítulo;
- f) Operações relativas a warrants autónomos, quer o warrant seja objecto de negócio de disposição anterior ao exercício ou quer seja exercido independentemente da forma de liquidação;
- g) Operações relativas a certificados que atribuam ao titular o direito a receber um valor de determinado activo subjacente, com excepção das remunerações previstas na alínea q) do número 2 do artigo 5ª, do presente capítulo.

2 – Os ganhos consideram-se obtidos no momento da prática dos actos previstos no número 1, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes:

- a) Nos casos de promessa de compra e venda ou de troca, presume-se que o ganho é obtido logo que verificada a tradição ou posse dos bens ou direitos objectos do contrato;
- b) Nos casos de afectação de quaisquer bens do património particular a actividade profissional exercida pelo seu proprietário, o ganho só se considera obtido no momento da ulterior alienação onerosa dos bens em causa ou da ocorrência de outro facto que determine o apuramento de resultados em condições análogas.

3 – O ganho sujeito ao real imposto sobre incrementos patrimoniais é constituído:

- a) Pela diferença entre o valor da realização e o valor da aquisição, líquidos da parte qualificada como rendimento de capitais nos casos previstos nas alíneas a) a c) do número 1;
- b) Pela importância recebida pelo cedente, deduzida do preço por que eventualmente tenha obtido os direitos e bens objecto de cessão, no caso previsto na alínea d) do número 1;
- c) Pelos rendimentos líquidos apurados em cada ano, provenientes das operações referidas na alínea f) do número 1, os quais correspondem no momento do exercício à diferença positiva entre o preço de mercado do activo subjacente e o preço do exercício acrescido do prémio do warrant autónomo ou à diferença positiva entre o preço de exercício deduzido do prémio do warrant autónomo e o preço de mercado do activo subjacente, consoante se trate de warrant de compra ou de warrant de venda.

4 – A permuta de partes sociais e a atribuição de partes, quotas ou acções, nos casos de fusão ou cisão das pessoas colectivas, constituem mais-valias fiscais nos termos da lei.

5 – Os sujeitos passivos devem declarar a alienação onerosa das acções, bem como a data das respectivas aquisições.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REAL IMPOSTO SOBRE AS PENSÕES.

1 – Consideram-se rendimentos sobre as pensões:

- a) As prestações devidas a título de pensões de aposentação ou de reforma, invalidez ou sobrevivência, bem como outras de idêntica natureza, incluindo os referidos no número 11 do artigo 2º, do presente capítulo e ainda as pensões de alimentos;
- b) As prestações a cargo de companhias de seguros, fundos de pensão ou quaisquer outras entidades, devidas no âmbito de regimes complementares de segurança social em razão de contribuições da entidade patronal e que não sejam considerados rendimentos do exercício dependente;
- c) As pensões e subvenções não compreendidas nas alíneas anteriores incluindo nomeadamente as pensões de preço de sangue;
- d) As pensões e benefícios temporários ou vitalícios;
- e) As prestações ou quaisquer outras remunerações atribuídos pelas associações mutualistas.

2 – A remissão ou qualquer outra forma de antecipação de disponibilidade dos rendimentos previstos no número anterior, não lhes modifica a natureza de pensões.

3 – Os rendimentos referidos no presente artigo ficam sujeitos a tributação desde que pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares.

CAPÍTULO SEGUNDO – INCIDÊNCIA PESSOAL.

ARTIGO PRIMEIRO – SUJEITO PASSIVO.

1 – Ficam sujeitos aos reais impostos sobre o rendimento das pessoas singulares, as pessoas singulares que residindo em espaço territorial português ou no exterior, no reino de Portugal obtenham rendimentos das pessoas singulares nos termos do capítulo anterior.

2 – Existindo agregado familiar, os reais impostos são divididos pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem, considerando-se sujeitos passivos aqueles a quem incumbe a sua direcção.

3 – O agregado familiar é constituído por:

- a) Os cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens e os seus descendentes;
- b) Cada um dos cônjuges ou ex-cônjuges respectivamente nos casos de separação judicial de pessoas e bens ou de declaração de nulidade, anulação ou dissolução do casamento e os dependentes a seu cargo;
- c) O pai ou a mãe solteiros e os dependentes a seu cargo;
- d) O adoptante solteiro e os dependentes a seu cargo.

4 – Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se dependentes:

- a) Os filhos, adoptados e enteados, menores não emancipados, bem como os menores sob tutela;
- b) Os filhos, adoptados, enteados e os sujeitos a tutela maiores, inaptos para exercer competências profissionais e para angariar meios de subsistência, independentemente de auferirem quaisquer rendimentos pelo mesmo facto.

5 – O disposto no número anterior, não prejudica a tributação autónoma das pessoas neste referidas, quando tratando-se de filhos, adoptados e enteados menores não emancipados, bem como de menores sob tutela, a administração dos rendimentos por estes auferidos não lhe pertencer na totalidade.

6 – As pessoas referidas nos números anteriores, não podem simultaneamente fazer parte de mais de um agregado família, nem integrando um agregado familiar ser considerados sujeitos passivos autónomos.

7 – A condição pessoal e familiar dos sujeitos passivos relevantes para os efeitos de tributação é aquela que se verificar no último dia do ano civil a que respeita o imposto.

ARTIGO SEGUNDO – UNIÕES DE FACTO.

1 – As pessoas que vivendo em união de facto preencham os pressupostos constantes da lei respectiva, podem optar pelo regime de tributação dos sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens.

2 – A aplicação do regime a que se refere o número anterior, depende da identidade do domicílio fiscal dos sujeitos passivos durante o período exigido pela lei para verificação dos pressupostos da união de facto e durante o período de tributação, bem como da assinatura por ambos da respectiva declaração de rendimentos.

3 – No caso de exercício da opção prevista no número 1 é aplicável o disposto no número 2 do artigo anterior, sendo ambos os unidos de facto responsáveis pelo cumprimento das obrigações tributárias.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO DA SUJEIÇÃO.

1 – Sendo as pessoas residentes em espaço territorial português os reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares incide sobre a totalidade dos seus rendimentos obtidos no espaço territorial português.

2 – Tratando-se de não residentes, os reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares incide unicamente sobre os rendimentos obtidos em espaço territorial português.

ARTIGO QUARTO – RESIDÊNCIA.

1 – São considerados residentes em espaço territorial português as pessoas que no ano a que respeitam os rendimentos:

- a) Hajam neste permanecido mais de 183 dias, seguidos ou interpolados;
- b) Tendo permanecido por menos tempo do referido na alínea anterior, aí disponham em 31 de dezembro desse ano, de habitação em condições que façam supor a intenção de a manter e ocupar como residência habitual;
- c) Em 31 de dezembro, sejam tripulantes de navios ou aeronaves, desde que aqueles estejam ao serviço de entidade com residência, sede ou direcção efectiva em Portugal;
- d) Desempenhem no exterior funções ou comissões de carácter público, ao serviço do estado português.

2 – São sempre havidos como residentes em espaço territorial português as pessoas que constituem o agregado familiar, desde que naquele resida qualquer das pessoas a quem incumbe a direcção do mesmo.

3 – A condição de residente resultante da aplicação do disposto no número anterior, pode ser afastada pelo cônjuge que não preencha o critério previsto na alínea a) do número 1, desde que efectuada prova da inexistência de uma ligação entre a maior parte das suas actividades económicas e o espaço territorial português em cada um ano de exercício fiscal, caso em que é sujeito a tributação como não residente relativamente aos rendimentos de que seja titular e que se considerem obtidos em Portugal nos termos do disposto no artigo 6º, do presente capítulo.

4 – Sendo efectuada a prova referida no número anterior, o cônjuge residente em espaço territorial português apresenta uma única declaração dos seus próprios rendimentos, da sua parte nos rendimentos comuns e dos rendimentos dos dependentes a seu cargo segundo o regime aplicável às pessoas na situação de separados de facto nos termos do disposto no número 2 do artigo 3º, do capítulo oitavo, do título seguinte.

5 – São ainda havidos como residentes em espaço territorial português as pessoas de nacionalidade portuguesa que deslocalizem a sua residência fiscal para estado, território ou região, sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria conjunta das áreas presidências das finanças, fiscal e social, no ano em que se verifique aquela mudança e em todos os anos em que se verificar o mesmo facto, salvo se o interessado provar que a mudança se deve a razões atendíveis, designadamente exercício naquele domínio de actividade temporária por conta da entidade patronal domiciliada em Portugal.

6 – O sujeito passivo que seja considerado residente não habitual adquire o direito a ser tributado em cada ano de exercício fiscal enquanto se mantiver a mesma qualidade e a inscrição dessa qualidade no registo de contribuintes dos órgãos de soberania fiscais.

7 – O usufruto do direito a ser tributado como residente não habitual em cada ano do período referido no número anterior, requer que o sujeito passivo neste seja considerado residente para efeitos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares.

8 – O sujeito passivo que não tenha usufruído do direito referido no número anterior, num ou mais anos do período referido no número 6, pode retomar o usufruto do mesmo em qualquer ano de exercício fiscal, contando que neste volte a ser considerado residente para efeitos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares.

9 – Para efeitos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares consideram-se residentes no espaço territorial português no ano de exercício fiscal todo o sujeito passivo considerado residente em Portugal continental e arquipélagos da madeira e dos açores.

ARTIGO QUINTO – REGIME PARA OS RESIDENTES NOS DEMAIS ESTADOS SOBERANOS MEMBROS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS.

1 – Os sujeitos passivos residentes nos demais estados soberanos membros do império português com o qual exista intercâmbio de informações em matéria fiscal, quando sejam titulares de quaisquer rendimentos singulares obtidos em espaço territorial português relativos ao ano em causa, obrigam-se à respectiva tributação dos correspondentes rendimentos de acordo com as normas aplicáveis aos sujeitos passivos não casados residentes em Portugal.

2 – À colecta apurada e até ao seu montante são deduzidos os montantes previstos nos artigos 6º ao 10º, do capítulo único, do título quarto, do presente livro, relativamente às despesas ou encargos que respeitem aos sujeitos passivos e às pessoas que estejam nas condições previstas no número 4 do artigo 1º, do presente capítulo, desde que essas despesas ou encargos sejam realizadas em Portugal.

3 – Os rendimentos obtidos em espaço territorial português estão sujeitos a retenção na fonte às taxas aplicáveis aos rendimentos auferidos por residentes, sem prejuízo do disposto em convenção destinada a eliminar a dupla tributação ou de um outro acordo de direito internacional que vincule o estado português, com a natureza de pagamento por conta quando respeitem aos rendimentos englobados.

4 – A obrigação referida nos números anteriores, deve ser efectuada na declaração a que se refere o número 1 do artigo 1º, do capítulo oitavo, do título seguinte, a entregar nos prazos previstos no artigo 4º, do capítulo anteriormente referido, acompanhada dos documentos que comprovem as condições de que depende a aplicação deste regime.

5 – Os órgãos de soberania fiscais podem solicitar aos sujeitos passivos ou aos seus representantes que apresentem no prazo de 30 dias, os documentos que julgue necessários a assegurar a sua correcta e plena aplicação.

ARTIGO SEXTO – RENDIMENTOS OBTIDOS EM ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

1 – Consideram-se obtidos em espaço territorial português os rendimentos obtidos nos termos do disposto no capítulo anterior, do presente título ou quando tais rendimentos sejam devidos por entidades que neste tenham residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável a que deva imputar-se o pagamento.

2 – Compreende-se por estabelecimento estável qualquer instalação fixa ou representação permanente através dos quais seja exercida uma das actividades previstas no artigo 3º.

3 – É aplicável aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares o disposto no número 4 do artigo 4º e nos números 2 a 7 do artigo 5º, do capítulo único, do título primeiro, do livro seguinte, com as necessárias adaptações.

ARTIGO SÉTIMO – CONTITULARIDADE DE RENDIMENTOS.

1 – Os rendimentos que pertençam em comum a várias pessoas são imputados a estas na proporção das respectivas quotas, que se presumem iguais quando indeterminadas.

ARTIGO OITAVO – IMPUTAÇÃO ESPECIAL.

1 – Constitui rendimento dos sócios ou membros das pessoas colectivas que sejam pessoas singulares, as importâncias que a título de adiantamento por conta de lucros, tenham sido pagas ou colocadas à disposição durante o ano em causa.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, as respectivas importâncias integram-se como rendimento líquido na categoria D.

ARTIGO NONO – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.

1 – Sempre que através de substituição tributária, o presente código exigir o pagamento total ou parcial dos reais impostos sobre rendimentos das pessoas singulares a pessoa diversa daquela em relação à qual se verificam os respectivos pressupostos, considera-se substituta para todos os efeitos legais, como devedor principal do imposto, ressalvado o disposto no artigo 7º, do capítulo único, do título quinto, do presente livro.

TÍTULO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO COLECTÁVEL.

CAPÍTULO PRIMEIRO – NORMAS GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – ENGLOBAMENTO.

1 – O rendimento colectável dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares é o que resulta do englobamento dos rendimentos das várias categorias auferidas em cada ano, depois de efectuadas as deduções e os abatimentos previstos nos capítulos seguintes.

2 – Nas situações de contitularidade, o englobamento faz-se nos seguintes termos:

- a) Tratando-se de rendimentos da categoria B, cada contitular engloba a parte do rendimento que lhe competir, na proporção das respectivas quotas;
- b) Tratando-se de rendimentos das demais categorias, cada contitular engloba os rendimentos ilíquidos e as deduções legalmente admitidas, na proporção das respectivas quotas.

3 – Ainda que não englobados para efeitos da sua tributação, são sempre incluídos para efeitos da realidade contributiva de cada um contribuinte, todos os rendimentos isentos auferidos pelo sujeito passivo em cada ano de exercício fiscal.

4 – O englobamento de rendimentos isentos obriga a que as deduções específicas desses mesmos rendimentos isentos não sejam considerados para efeitos do disposto no artigo 2º, do capítulo único, do título seguinte.

ARTIGO SEGUNDO – VALORES FIXADOS EM MOEDA SEM CURSO LEGAL EM PORTUGAL.

1 – A equivalência de rendimentos ou encargos expressos em moeda sem curso legal em Portugal, é determinada pela cotação oficial da respectiva divisa, de acordo com as seguintes normas:

- a) Tratando-se de rendimentos transferidos para o exterior, aplica-se o câmbio de venda da data da efectiva transferência ou da retenção na fonte, se a esta houver lugar;
- b) Tratando-se de rendimentos provenientes do exterior, aplica-se o câmbio de compra da data em que aqueles foram pagos ou postos à disposição do sujeito passivo em Portugal;
- c) Tratando-se de rendimentos obtidos e pagos no estrangeiro que não sejam transferidos para Portugal até ao fim do ano, aplica-se o câmbio de compra da data em que foram pagos ou postos à disposição do sujeito passivo;
- d) Tratando-se de encargos, aplica-se a norma da alínea a).

2 – Não sendo possível comprovar qualquer das datas referidas no número anterior, aplica-se o câmbio de 31 de dezembro do ano a que os rendimentos ou encargos respeitem.

3 – Não existindo câmbio nas datas referidas no número 1, aplica-se o da última cotação anterior a essas datas.

4 – Sempre que a determinação do rendimento colectável se faça com base na contabilidade, seguem-se as normas legais a estas aplicáveis.

ARTIGO TERCEIRO – RENDIMENTOS EM ESPÉCIE.

1 – A equivalência pecuniária dos rendimentos em espécie faz-se de acordo com as seguintes normas de aplicação sucessiva:

- a) Pelo preço tabelado oficialmente;
- b) Pela cotação oficial de compra;
- c) Tratando-se de géneros, pela cotação de compra na bolsa de mercadorias ou não existindo essa cotação, pelo preço de bens e serviços homólogos publicados pelo real instituto português competente pelos géneros;
- d) Pelo valor de mercado, em condições de concorrência.

2 – Sempre que se tratar da utilização de habitação, o rendimento em espécie corresponde à diferença entre o valor do respectivo uso e a importância paga a esse título pelo beneficiário, observando-se na determinação daquele as normas seguintes:

- a) O valor do uso é igual à renda suportada em substituição do beneficiário;
- b) Não havendo renda, o valor do uso é igual ao valor da renda condicionada, determinada segundo os critérios legais, não devendo porém exceder um quinto do total das remunerações auferidas pelo beneficiário;
- c) Sempre que para a situação em causa estiver fixado por lei subsídio de residência ou equivalente, quando não for fornecida casa de habitação, o valor do uso não pode exceder em qualquer caso esse montante.

3 – No caso de empréstimos sem juros ou a taxa de juro reduzida, o rendimento em espécie corresponde ao valor obtido por aplicação ao respectivo capital da diferença entre a taxa de juro de referência para o tipo de operação em causa, publicada anualmente por portaria da área presidencial das finanças e a taxa de juro que eventualmente seja suportada pelo beneficiário.

4 – Os ganhos referidos na subalínea 5. da alínea b) do número 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título anterior, consideram-se obtidos respectivamente:

- a) No momento do exercício da opção ou do direito de efeito equivalente, correspondendo à diferença positiva entre o valor do bem ou direito nessa data e o preço do exercício da opção ou do direito, acrescido este do que eventualmente haja sido pago pelo profissional ou membro do órgão social para aquisição da opção ou do direito;
- b) No momento da subscrição ou do exercício do direito de efeito equivalente, correspondendo à diferença positiva entre o preço de subscrição ou do exercício do direito de efeito equivalente para a generalidade dos subscritores ou dos titulares de tal direito, ou na ausência de outros subscritores ou titulares, o valor de mercado e aquele pelo qual o profissional ou membro do órgão social o exerce, acrescido do preço que eventualmente haja pago para aquisição do direito;
- c) No momento da alienação, da liquidação financeira ou da renúncia do exercício, a favor da entidade patronal ou de terceiros, de opções, direitos de subscrição ou outros de efeito equivalente, correspondendo à diferença positiva entre o preço ou o valor da vantagem económica

recebidos e o eventualmente haja sido pago pelo profissional ou membro do órgão social para aquisição das opções ou direitos;

- d) No momento da recompra de valores mobiliários ou direitos equiparados pela entidade patronal, correspondendo à diferença positiva entre o preço ou o valor da vantagem económica recebidos e o respectivo valor de mercado, ou caso aquele preço ou valor tenha sido previamente fixado, o quantitativo que tiver sido considerado como valor daqueles bens ou direitos, nos termos do disposto na alínea a), ou como preço de subscrição ou do exercício do direito para a generalidade dos subscritores ou dos titulares do direito nos termos da alínea b), ou o valor de mercado nos termos da alínea e);
- e) Nos planos de atribuição de valores mobiliários ou direitos equiparados em que se verifiquem pela entidade patronal como condições cumulativas, a não aquisição ou registo dos mesmos a favor dos profissionais ou membros dos órgãos sociais, a impossibilidade de estes celebrarem negócios de disposição ou oneração sobre aqueles, a sujeição a um período de restrição que os exclua do plano em casos de cessação de vínculo ou mandato social, pelo menos nos casos da iniciativa com justa causa de entidade patronal e ainda que se adquiram outros direitos inerentes à titularidade destes, como sejam o direito a rendimentos ou de participação social, no momento em que os profissionais ou membros dos órgãos sociais são plenamente investidos dos direitos inerentes àqueles valores ou direitos, em particular os de disposição ou oneração, sendo o ganho apurado pela diferença positiva entre o valor de mercado à data do final do período de restrição e o que eventualmente haja sido pago pelo profissional ou membro do órgão social para aquisição daqueles valores ou direitos.

5 – Sempre que se tratar da atribuição do uso de transporte pela entidade patronal, o rendimento anual corresponde ao produto de 0,75% do seu custo de aquisição ou produção pelo número de meses da utilização do mesmo.

6 – No caso de aquisição de transporte pelo profissional ou membro do órgão social, o rendimento corresponde à diferença positiva entre o respectivo valor de mercado e o somatório dos rendimentos anuais tributados como rendimentos decorrentes da atribuição do uso com a importância paga a título de preço da aquisição.

7 – Para efeito do disposto no número anterior, considera-se valor de mercado o que corresponder à diferença entre o valor de aquisição e o produto desse valor pelo coeficiente de desvalorização constante de tabela a aprovar por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal.

CAPÍTULO SEGUNDO – RENDIMENTOS DEPENDENTES.

ARTIGO PRIMEIRO – DEDUÇÕES.

1 – Aos rendimentos brutos da categoria A deduzem-se até à sua concorrência e por cada titular que os tenha auferido, os seguintes montantes:

- a) As indemnizações totais pagas pelo profissional à entidade patronal por rescisão unilateral do contrato individual laboral sem aviso prévio em resultado de sentença judicial ou de acordo judicialmente homologado ou nos demais casos a indemnização de valor não superior à remuneração de base correspondente ao aviso prévio;
- b) As quotizações totais à respectiva ordem bastonária, na parte em que não constituam contrapartida de benefícios de saúde, educação, apoio à terceira idade, habitação, seguros ou segurança social;
- c) As importâncias comprovadamente pagas e não reembolsadas referentes a despesas de formação profissional, desde que a entidade formadora seja organismo de direito público ou entidade reconhecida como tendo competência nos domínios da formação, qualificação e reabilitação profissionais pelas respectivas áreas presidenciais competentes.

ARTIGO SEGUNDO – CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES COMPLEMENTARES DE SEGURANÇA SOCIAL.

1 – Sempre que nos rendimentos previstos na subalínea 1. da alínea b) do número 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título anterior, não puder ser discriminada a parte correspondente às contribuições efectuadas pela entidade patronal, considera-se rendimento de exercício dependente a importância determinada com base em tabela aprovada por portaria conjunta das áreas presidenciais fiscal e social.

ARTIGO TERCEIRO – DEDUÇÕES DAS PROFISSÕES DE DESGASTE RÁPIDO.

1 – As importâncias despendidas pelos sujeitos passivos que desenvolvam profissões de desgaste rápido, na constituição de seguros de doença, de acidentes pessoais e de seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de falecimento, invalidez ou reforma, neste último caso desde que o benefício seja garantido após os 60 anos de idade, são integralmente dedutíveis ao respectivo rendimento, desde que não garantam o pagamento e este se não verifique nomeadamente por resgate ou adiantamento de capital em vida durante os primeiros 5 anos.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se como profissões de desgaste rápido as de praticantes desportivos, as de mineiros e as de pescadores.

3 – No caso previsto no número 1, sempre que se verifique o pagamento de qualquer capital em vida durante os primeiros 5 anos, observar-se-á o disposto no número 2 do artigo 4º, do capítulo oitavo, do presente título.

4 – O disposto no número 1 aplica-se com as devidas adaptações, às contribuições pagas a associações mutualistas.

CAPÍTULO TERCEIRO – RENDIMENTOS PROFISSIONAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMAS DE DETERMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS PROFISSIONAIS.

1 – A determinação dos rendimentos profissionais, salvo no caso da imputação prevista no artigo 8º, do capítulo segundo, do título anterior, faz-se:

- a) Com base na aplicação das normas decorrentes do regime simplificado;
- b) Com base na contabilidade organizada.

2 – Ficam abrangidos pelo regime simplificado, os sujeitos passivos que exerçam actividades profissionais autonomamente sem recurso a custos inerentes ao próprio exercício da actividade, independentemente do montante anual ilíquido de rendimentos obtidos.

3 – Ficam abrangidos pela obrigatoriedade de contabilidade organizada, os sujeitos passivos que exerçam actividades profissionais autonomamente com recurso a custos inerentes ao próprio exercício da actividade, independentemente do montante anual ilíquido de rendimentos obtidos.

4 – A decisão de determinação do regime aplicado nos números 2 e 3 compete ao órgão de soberania fiscal competente do processo, tendo presente o carácter de interdependência dos usos da actividade em exercício, sendo inscrita na declaração de início de actividade ou no imediato momento de alteração dos pressupostos da mesma actividade, mediante a apresentação pelo sujeito passivo da declaração de alterações.

5 – O período de tempo de permanência é limitado à comunicação pelo sujeito passivo da alteração dos pressupostos da actividade, mediante apresentação da declaração de alterações.

6 – A mutação de um regime para o outro, faz-se a partir do período de tributação seguinte ao da verificação da alteração registada.

7 – Os valores de base necessários para o apuramento do rendimento tributável são passíveis de correcção pelo órgão de soberania fiscal competente nos termos do artigo 14º, do presente capítulo, aplicando-se o disposto no número anterior sempre que se verifiquem os pressupostos aí referidos.

8 – Sempre que tendo havido cessação da actividade e esta for reiniciada, independentemente do tempo contado da data da cessação, o regime de determinação dos rendimentos profissionais a aplicar é o que vigorava à data da cessação.

9 – O referido no número anterior, não prejudica a possibilidade de o órgão de soberania fiscal competente do processo, autorizar a alteração do regime, a requerimento dos sujeitos passivos, sempre que se verifique ter havido modificação substancial das condições do exercício da actividade.

ARTIGO SEGUNDO – IMPUTAÇÃO.

1 – Na determinação do rendimento só são considerados proveitos e custos os relativos a bens ou valores que façam parte do activo da empresa individual do sujeito passivo ou que estejam afectos às actividades profissionais por este desenvolvidas.

2 – No caso de afectação de quaisquer bens do património particular do sujeito passivo à actividade profissional, o valor de aquisição pelo qual esses bens são considerados, corresponde ao valor de mercado à data da afectação.

3 – No caso de transferência para o património particular do sujeito passivo de bens afectos à actividade profissional, o valor dos bens corresponde ao valor de mercado dos mesmos à data da transferência.

4 – O valor de mercado a que se referem os números 2 e 3, atribuídos pelo sujeito passivo no momento da afectação ou da transferência dos bens, pode ser objecto de correcção sempre que o órgão de soberania fiscal competente pelo processo considere fundamentadamente que o mesmo não corresponde ao que seria praticado entre pessoas independentes.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS ISOLADOS.

1 – A determinação do rendimento tributável dos actos isolados está sujeita ao regime simplificado sempre que o mesmo se revista de isenção de custos do exercício de actividade ou de contabilidade organizada sempre que se revista da dependência de custos no exercício do acto realizado.

ARTIGO QUARTO – OBRIGATORIEDADE DOS SUJEITOS PASSIVOS.

1 – O exercício de actividade profissional quer determine o regime simplificado ou a contabilidade organizada, obriga os sujeitos passivos a possuir pelo menos uma conta bancária em instituições financeiras presentes no espaço territorial português, por onde movimentam todos os proveitos e custos inerentes ao próprio exercício de actividade, para além dos registos informáticos obrigatórios do exercício das respectivas actividades.

ARTIGO QUINTO – REGIME SIMPLIFICADO.

1 – A determinação do rendimento tributável do regime simplificado obtêm-se pelo rendimento global.

2 – O rendimento apurado é objecto de englobamento e tributado nos termos gerais.

ARTIGO SEXTO – CONTABILIDADE ORGANIZADA.

1 – A determinação do rendimento tributável obtém-se pela dedução ao rendimento global dos custos afectos ao exercício da actividade profissional.

2 – O lucro apurado é objecto de englobamento e tributado nos termos gerais.

ARTIGO SÉTIMO – VALOR DEFINITIVO CONSIDERADO PARA EFEITOS DA LIQUIDAÇÃO DO REAL IMPOSTO SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS.

1 – Em caso de transmissão onerosa de direitos reais sobre bens imóveis, sempre que o valor constante do contrato seja inferior ao valor definitivo que servir de base à liquidação do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis ou que a serviria no caso de não haver lugar a essa liquidação, é este o valor a considerar para efeitos da determinação do rendimento tributável.

2 – Para execução do disposto no número anterior, se à data em que for conhecido o valor definitivo tiver decorrido o prazo para a entrega da declaração de rendimentos e que se refere o artigo 1º, do capítulo oitavo, do presente título, deve o sujeito passivo proceder à entrega da declaração de substituição durante o mês de janeiro do ano seguinte.

3 – O disposto no número 1, não prejudica a consideração de valor superior ao aí referido quando o órgão de soberania fiscal competente demonstre que esse é o valor efectivo da transacção.

4 – Para efeitos do disposto no número 3 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título anterior, no número 2 do artigo 1º e no artigo 5º, do presente capítulo, deve considerar-se o valor referido no número 1, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

5 – O disposto nos números 1 e 4, não é aplicável se for efectuada prova de que o valor da realização foi inferior ao ali previsto.

6 – A prova referida no número anterior, deve ser efectuada de acordo com o procedimento previsto no livro seguinte, com as necessárias adaptações.

ARTIGO OITAVO – REMISSÃO.

1 – Na determinação dos rendimentos profissionais não abrangidos pelo regime simplificado, seguir-se-ão as normas estabelecidas no código do real imposto colectivo, com as adaptações resultantes do presente código.

ARTIGO NONO – ENCARGOS NÃO DEDUTÍVEIS PARA EFEITOS FISCAIS.

1 – Para além das limitações previstas no código do real imposto colectivo, não são dedutíveis para efeitos da determinação do rendimento da categoria B, mesmo quando

contabilizadas como custos ou perdas do exercício, as despesas de deslocação, viagens e estadas do sujeito passivo, na parte que exceder no seu conjunto 5% do total dos proveitos contabilizados, sujeitas e não isentas deste real imposto.

2 – Por portaria da área presidencial fiscal podem ser fixados para efeitos do disposto no presente artigo, o número máximo de transportes e respectivo valor por sujeito passivo.

3 – Sempre que o sujeito passivo afecte à sua actividade profissional parte do imóvel destinado à sua habitação, os encargos dedutíveis com esta conexos referentes a amortizações ou rendas, energias, água e telefone fixo, não podem ultrapassar 20% das respectivas despesas devidamente comprovadas.

4 – Se o sujeito passivo exercer a sua actividade em conjunto com outros profissionais independentes, os encargos dedutíveis são rateados em função da respectiva utilização ou na falta de elementos que permitam o rateio, proporcionalmente aos rendimentos brutos auferidos por cada um.

5 – Não são dedutíveis as despesas ilícitas, designadamente as que decorrerem de comportamentos que fundadamente indiciem a violação da legislação penal portuguesa, mesmo ocorridos fora do âmbito territorial da sua aplicação.

ARTIGO DÉCIMO – ENCARGOS DEDUTÍVEIS PARA EFEITOS FISCAIS.

1 – As remunerações dos titulares de rendimentos da categoria B, assim como outras prestações a título de ajudas de custas, utilização de viatura própria ao serviço da actividade, subsídios de refeição e outras prestações de natureza remuneratória, são dedutíveis para efeitos da determinação do rendimento profissional.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MUDANÇA DE REGIME DE DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO.

1 – Em caso de mudança de regime de determinação do rendimento tributável durante o período em que o imóvel seja amortizável, devem considerar-se no cálculo das mais-valias as quotas praticadas, relativamente ao período em que o rendimento tributável seja determinado com base na contabilidade e as quotas mínimas calculadas de acordo com o artigo 5º, do presente capítulo, relativamente ao período em que seja aplicado o regime simplificado.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEDUÇÕES DE PREJUÍZOS FISCAIS.

1 – A dedução de prejuízos fiscais prevista no artigo 35º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro seguinte, só nos casos de sucessão por falecimento aproveita ao sujeito passivo que suceder àquele que suportou o prejuízo.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTRADA DE PATRIMÓNIO PARA REALIZAÇÃO DO CAPITAL DE SOCIEDADE.

1 – Não há lugar ao apuramento de qualquer resultado tributável por virtude da realização de capital social resultante de transmissão da totalidade do património afecto ao exercício de uma actividade profissional por uma pessoa singular, desde que cumulativamente sejam observadas as seguintes condições:

- a) A entidade para a qual é transmitido o património seja uma sociedade e tenha a sua sede e direcção efectivas em espaço territorial português;
- b) A pessoa singular transmitente fique a deter pelo menos o proporcional do total do património afecto do capital da sociedade e a actividade exercida por esta seja substancialmente idêntica à que era exercida a título individual;
- c) Os elementos activos e passivos objecto de transmissão sejam considerados para efeitos desta, com os mesmos valores por que estão registados na contabilidade ou nos livros de escrita da pessoa singular, ou seja os que resultam da aplicação das disposições do presente código ou de reavaliações efectuadas ao abrigo da legislação de carácter fiscal;
- d) As partes de capital recebidas em contrapartida da transmissão sejam valorizadas, para efeitos da tributação dos ganhos ou perdas relativos à sua ulterior transmissão, pelo valor líquido correspondente aos elementos do activo e do passivo transferidos, valorizados nos termos da alínea anterior.

2 – O disposto no número anterior, não é aplicável aos casos em que façam parte do património transmitido bens em relação aos quais tenha havido diferimento de tributação dos respectivos ganhos, nos termos do disposto na alínea b) do número 2 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título anterior.

3 – Os ganhos resultantes de transmissão onerosa, qualquer que seja o título, das partes de capital recebidas em contrapartida de transmissão referidas no número 1, são qualificados antes de decorridos 5 anos a contar da data desta, como rendimentos profissionais e considerados como rendimentos líquidos da categoria B, não podendo durante aquele período efectuar-se operações sobre as partes sociais que beneficiem de regimes de neutralidade, sob pena de no momento da concretização destas, se considerarem realizados os ganhos, devendo estes serem majorados em 20% por cada ano ou fracção, decorrido desde aquele em que se verificou a entrada do património para realização do capital da sociedade e acrescidos ao rendimento do ano de verificação daquelas operações.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – APLICAÇÃO DE MÉTODOS INDIRECTOS.

1 – A determinação do rendimento por métodos indirectos verifica-se nos casos e condições previstos nos artigos 7º a 9º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código e segue os termos do artigo 11º, do referido capítulo e do artigo 1º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro seguinte, com as adaptações necessárias.

2 – O atraso na execução da contabilidade ou na escrituração dos livros de registo, bem como a não exibição imediata daquela ou destes, só determinam a aplicação dos métodos indirectos após o decurso do prazo fixado para regularização ou apresentação, sem que se mostre cumprida a obrigação.

3 – O prazo a que se refere o número anterior, não deve sere inferior a 5 nem superior a 30 dias e não prejudica a sanção a aplicar pela eventual infracção praticada.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECLARAÇÃO DE LUCROS OBTIDOS NO EXTERIOR.

1 – Todas as pessoas singulares estão obrigadas à apresentação da declaração de lucros provenientes de participações em entidades residentes no exterior do espaço territorial português, quando os rendimentos não sejam obtidos no espaço territorial português, não sendo os mesmos considerados para efeitos do apuramento do lucro tributável das respectivas pessoas singulares.

2 – O disposto no número anterior não prejudica a declaração dos mesmos lucros na declaração de rendimentos do respectivo período tributário.

CAPÍTULO QUARTO – RENDIMENTOS DE CAPITALIS.

ARTIGO ÚNICO – PRESUNÇÕES E JUROS CONTÁVEIS.

1 – Presume-se que os mútuos e aberturas de crédito referidos no número 2 do artigo 6º, do capítulo primeiro, do título anterior, são remunerados à taxa de juro legal, se outra mais elevada não constar do título constitutivo ou não houver sido declarada.

2 – A presunção estabelecida no número anterior é aplicável o disposto no número 5 do artigo 6º, do capítulo primeiro, do título anterior.

3 – Tratando-se das situações tributáveis nos termos do disposto no número 5 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do título anterior, o rendimento sujeito a imposto é o quantitativo que corresponder em função da respectiva remuneração ao período decorrido desde a data do último vencimento ou da emissão, primeira colocação ou endosso, sempre que ainda não tiver ocorrido qualquer vencimento, até à data da transmissão dos correspondentes títulos.

CAPÍTULO QUINTO – RENDIMENTOS SOBRE AS RENDAS.

ARTIGO ÚNICO – DEDUÇÕES NOS RENDIMENTOS SOBRE AS RENDAS.

1 – Aos rendimentos brutos referidos no artigo 8º, do capítulo primeiro, do título anterior, deduzem-se as despesas de manutenção, conservação, reparação e restauro que incumbam ao sujeito passivo, por este sejam suportadas e se encontrem documentalmente provadas.

2 – No caso de fracção autónoma de prédio em regime de propriedade horizontal, deduzem-se também os encargos de conservação, fruição e outros que nos termos da lei civil, o condómino deva obrigatoriamente suportar, por este sejam suportados e se encontrem documentalmente provados.

3 – Na sublocação, a diferença entre a renda recebida pelo sublocador e a renda paga por este não beneficia de qualquer dedução.

CAPÍTULO SEXTO – INCREMENTOS PATRIMONIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEDUÇÕES NOS RENDIMENTOS SOBRE INCREMENTOS PATRIMONIAIS.

1 – Sem prejuízo do disposto relativamente às mais-valias não são efectuadas quaisquer deduções aos demais rendimentos qualificados como incrementos patrimoniais.

ARTIGO SEGUNDO – MAIS-VALIAS NOS INCREMENTOS PATRIMONIAIS.

1 – O valor dos rendimentos qualificados como mais-valias é o correspondente ao saldo apurado entre as mais-valias e as menos-valias realizadas no mesmo ano, determinadas nos termos do disposto no número 3 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título anterior.

2 – Para efeitos do apuramento do saldo positivo ou negativo referido no número anterior, respeitante às operações efectuadas por residentes previstas nas alíneas b), e), f) e g) do número 1 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título anterior, considera-se que:

- a) A data de aquisição dos valores mobiliários cuja propriedade tenha sido adquirida pelo sujeito passivo por incorporação de reservas ou por substituição daquelas, designadamente por alteração do valor nominal ou modificação do objecto social da sociedade emitente, é a data de aquisição dos valores mobiliários que lhe deram origem;
- b) A data de aquisição de acções resultantes da transformação de sociedade por quotas em sociedade anónima é a data de aquisição das quotas que lhe deram origem;

- c) A aquisição das acções de sociedade oferente em oferta pública de aquisição lançada nos termos do código dos valores mobiliários cuja contrapartida consistir naquelas acções, dadas à troca, é a data da aquisição das acções das sociedades visadas na referida oferta pública de aquisição;
- d) Tratando-se de valores mobiliários da mesma natureza e que confirmem idênticos direitos, os alienados são os adquiridos há mais tempo;
- e) Nas permutas de partes de capital nas condições mencionadas no número 5 do artigo 10º e do número 2 do artigo 14º, do capítulo quinto, do título segundo, do livro seguinte, o período de detenção corresponde ao somatório dos períodos em que foram detidos as partes de capital entregues e as recebidas em troca;
- f) O regime da alínea anterior é aplicável com as necessárias adaptações, à aquisição de partes sociais nos casos de fusão ou cisão a que seja aplicável o disposto no artigo 11º, do capítulo quinto, do título segundo, do livro seguinte.

ARTIGO TERCEIRO – VALOR DE REALIZAÇÃO NOS INCREMENTOS PATRIMONIAIS.

1 – Para a determinação dos ganhos sujeitos aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, considera-se valor de realização:

- a) No caso de troca, o valor atribuído no contrato aos bens ou direitos recebidos, ou o valor de mercado quando aquele não exista ou este for superior, acrescidos ou diminuídos um ou outro da importância em dinheiro a receber ou a pagar;
- b) No caso de expropriação, o valor da indemnização;
- c) No caso de afectação de quaisquer bens do património particular, do titular de rendimentos da categoria B a actividade profissional, o valor de mercado à data da afectação;
- d) No caso de valores mobiliários alienados pelo titular do direito de exercício de warrants autónomos de venda e para os efeitos do previsto na alínea b) do número 1 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título anterior, o preço de mercado no momento do exercício;
- e) Tratando-se de bens ou direitos referidos na alínea d) do número 4 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título, sempre que não exista um preço ou valor previamente fixado, o valor de mercado na data referida;
- f) Nos demais casos, o valor da respectiva contraprestação.

2 – Nos casos das alíneas a), b) e f) do número anterior, tratando-se de direitos reais sobre bens imóveis, prevalecerão quando superiores, os valores por que os bens houverem sido considerados para efeitos de liquidação do real imposto sobre imóveis ou não havendo lugar a esta liquidação, os que devessem ser, caso fosse devida.

3 – No caso de troca por bens futuros, os valores referidos na alínea a) do número 1, reportam-se à data da celebração do contrato.

4 – No caso previsto na alínea c) do número 1, prevalecerá se o houver, o valor resultante da correcção a que se refere o número 4 do artigo 2º, do capítulo terceiro, do presente título.

ARTIGO QUARTO – VALOR DE AQUISIÇÃO A TÍTULO GRATUITO.

1 – Para a determinação dos ganhos sujeitos aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, considera-se o valor da aquisição, sendo no caso de bens ou direitos adquiridos a título gratuito, o valor de mercado estimado.

2 – No caso de direitos reais sobre bens imóveis adquiridos por doação isenta, considera-se valor de aquisição o valor patrimonial tributário constante da matriz até aos 2 anos anteriores à doação.

ARTIGO QUINTO – VALOR DE AQUISIÇÃO A TÍTULO ONEROSO DE BENS IMÓVEIS.

1 – No caso da alínea a) do número 1 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título anterior, se o bem imóvel houver sido adquirido a título oneroso, considera-se o valor de aquisição o que tiver servido para efeitos da liquidação do real imposto sobre imóveis.

2 – Não havendo lugar à liquidação do real imposto sobre imóveis, considera-se o valor que lhe serviria de base caso fosse devida, determinado de harmonia com as normas próprias daquele real imposto.

3 – O valor de aquisição de imóveis construídos pelos próprios sujeitos passivos corresponde ao valor patrimonial inscrito na matriz ou ao valor do terreno, acrescido dos custos de construção devidamente comprovados, se superior àquele.

4 – Para efeitos do número anterior, o valor do terreno será determinado pelas normas constantes dos números 1 e 2.

ARTIGO SEXTO – EQUIPARAÇÃO AO VALOR DE AQUISIÇÃO.

1 – No caso de transferência para o património particular do titular de rendimentos da categoria B, de quaisquer bens afectos à actividade profissional, considera-se valor de aquisição o valor de mercado à data da transferência.

ARTIGO SÉTIMO – VALOR DE AQUISIÇÃO A TÍTULO ONEROSO DE PARTES SOCIAIS E DE OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS.

1 – No caso da alínea b) do número 1 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título anterior, o valor de aquisição quando este haja sido efectuado a título oneroso, é o seguinte:

- a) Tratando-se de valores mobiliários cotados em bolsa de valores, o custo documentalmente provado ou na sua falta o de menor cotação verificado nos 2 anos anteriores à data da alienação, se outro menos elevado não for declarado;
- b) Tratando-se de quotas ou de outros valores mobiliários não cotados em bolsa de valores, o custo documentalmente provado ou na sua falta o respectivo valor nominal;
- c) Tratando-se de bens ou direitos referidos na alínea a) do número 4 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título, o quantitativo que tiver sido considerado como valor do bem ou direito na data aí referida;
- d) Tratando-se de bens ou direitos referidos na alínea b) do número 4 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título, o preço de subscrição ou do exercício do direito para a generalidade dos subscritores ou dos titulares do direito ou o valor de mercado;
- e) Tratando-se de bens ou direitos referidos na alínea e) do número 4 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título, o valor de mercado na data referida;
- f) Tratando-se de valores mobiliários adquiridos pelo titular do direito do exercício de warrants autónomos de compra, o preço de mercado no momento do exercício.

ARTIGO OITAVO – VALOR DE AQUISIÇÃO A TÍTULO ONEROSO DE OUTROS BENS OU DIREITOS.

1 – Nos casos das alíneas c) e e) do número 1 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título anterior, o valor de aquisição quando efectuado a título oneroso, é constituído pelo preço pago pelo alienante, documentalmente provado.

ARTIGO NONO – CORRECÇÃO MONETÁRIA.

1 – O valor de aquisição ou equiparado de direitos reais sobre os bens referidos na alínea a) do número 1 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título anterior, é corrigido pela aplicação de coeficientes para o efeito aprovados mediante portaria da área presidencial fiscal, sempre que tenham decorrido mais de 2 anos entre a data de aquisição e a data da alienação ou afectação.

2 – A data de aquisição é a que constar do título aquisitivo, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes:

- a) Nos casos previstos no número 3 do artigo 5º, do presente capítulo, é a data relevante para efeitos de inscrição na matriz;
- b) No caso previstos no artigo 6º, do presente capítulo, é a data da transferência.

ARTIGO DÉCIMO – DESPESAS E ENCARGOS.

1 – Para a determinação das mais-valias sujeitas a imposto, ao valor de aquisição acrescem:

- a) Os encargos com a valorização dos bens, comprovadamente realizados nos últimos 5 anos e as despesas necessárias e efectivamente praticadas, inerentes à aquisição e alienação, nas situações previstas na alínea a) do número 1 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título anterior;
- b) As despesas necessárias e efectivamente praticadas inerentes à alienação, nas situações previstas nas alíneas b) e c) do número 1 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título anterior.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DIVERGÊNCIA DE VALORES.

1 – Sempre que o órgão de soberania fiscal competente considerar fundadamente que possa existir divergência entre o valor declarado e o valor real da transmissão, tem a faculdade de proceder à respectiva determinação.

2 – Se a divergência referida no número anterior, recair sobre o valor da alienação de acções ou outros valores mobiliários, atender-se-á às seguintes normas:

- a) Estando cotados em bolsa de valores, o valor da alienação é o da respectiva cotação à data da transmissão ou em caso de desconhecimento desta, o da maior cotação no ano em que a mesma se reporta;
- b) Não estando cotados em bolsa de valores, o valor da alienação é o que lhe corresponder, apurado com base no último balanço.

3 – Na mesma situação referida nos números anteriores e quando se trate de quotas sociais, considera-se como valor da alienação o que àquelas corresponda, apurado com base no último balanço.

CAPÍTULO SÉTIMO – DEDUÇÃO DE PERDAS.

ARTIGO ÚNICO – DEDUÇÃO DE PERDAS.

1 – É dedutível ao conjunto dos rendimentos líquidos sujeitos a tributação dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares até ao limite máximo deduzido, o resultado líquido negativo apurado em qualquer categoria de rendimentos.

CAPÍTULO OITAVO – PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO COLECTÁVEL.

ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS.

1 – Os sujeitos passivos devem apresentar anualmente uma declaração de modelo oficial, relativa aos rendimentos do ano anterior e a outros elementos informativos relevantes para a sua concreta situação tributária, nomeadamente para os efeitos do referido no artigo 10º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, fazendo parte integrante desta os anexos e outros documentos que para o efeito sejam mencionados no referido modelo.

2 – Nas situações de contitularidade, tratando-se de rendimentos da categoria B, incumbe ao contitular a quem pertença a respectiva administração apresentar na sua declaração de rendimentos a totalidade dos elementos contabilísticos exigidos nos termos dos capítulos precedentes para o apuramento do rendimento tributável, nesta identificando os demais contitulares e a parte que lhes competir.

3 – Sempre que as declarações não forem consideradas ou nesta se verificarem faltas ou omissões, os órgãos de soberania fiscais competentes, notificaram os sujeitos passivos ou os seus representantes para por escrito e no prazo que lhes for fixado, nunca inferior a 7 dias nem superior a 15 dias, prestarem os esclarecimentos indispensáveis.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO.

1 – Ficam obrigados a apresentar a declaração a que se refere o artigo anterior, todos os sujeitos passivos que no ano a que o imposto respeita, tenham auferido isolada ou cumulativamente quaisquer rendimentos singulares no espaço territorial português.

ARTIGO TERCEIRO – CONTRIBUINTES CASADOS.

1 – No caso do número 2 do artigo 1º, do capítulo segundo, do título anterior, deve ser apresentada uma única declaração pelos dois cônjuges ou por um destes, se o outro for incapaz ou ausente.

2 – Havendo separação de facto, cada um dos cônjuges apresenta a sua própria declaração de rendimentos e dos dependentes a seu cargo, observando-se o seguinte:

- a) As deduções à colecta previstas no presente código, não podem exceder 50% dos limites quantitativos, sendo esta norma aplicável às deduções por benefícios fiscais;
- b) Não é aplicável o disposto no artigo 2º, do capítulo único, do título seguinte.

ARTIGO QUARTO – PRAZO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO.

1 – A declaração a que se refere o número 1 do artigo 1º, do presente capítulo, é entregue por transmissão electrónica de dados, durante o mês de fevereiro.

2 – A declaração a que se refere o número anterior, é ainda apresentada nos 30 dias imediatos à ocorrência de qualquer facto que determine alteração dos rendimentos já declarados ou implique, relativamente aos anos anteriores obrigação de os declarar, salvo se outro prazo estiver previsto no presente código.

ARTIGO QUINTO – LOCAL DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES.

1 – O cumprimento das obrigações declarativas estabelecidas no presente código, são efectuadas através dos meios disponibilizados no sistema de transmissão electrónica de dados dos órgãos de soberania fiscais competentes da área da sede ou da residência dos sujeitos passivos para o efeito autorizados.

ARTIGO SEXTO – RENDIMENTOS LITIGIOSOS.

1 – Se a determinação do titular do valor de quaisquer rendimentos depender de decisão judicial o englobamento só se processa depois de transitada em julgado a decisão e opera-se na declaração de rendimentos do ano em que transite.

ARTIGO SÉTIMO – SOCIEDADE CONJUGAL.

1 – Se durante o ano a que os reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares respeite, tiver falecido um dos cônjuges, o cônjuge sobrevivente apresentará uma única declaração do total dos rendimentos auferidos nesse ano por cada um destes enunciando os dependentes se os houver, aplicando-se para os efeitos de apuramento dos reais impostos, o regime dos sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens.

2 – Se durante o ano a que os reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares respeite, se constitua sociedade conjugal ou se dissolver por declaração de nulidade ou anulação do casamento, por divórcio ou por separação judicial de pessoas e bens, a tributação dos sujeitos passivos é processada de harmonia com o seu estado civil à data de 31 de dezembro, nos termos seguintes:

- a) Se forem divorciados ou separados judicialmente de pessoas e bens, devem englobar os rendimentos próprios e a sua parte nos rendimentos comuns se os houver, bem como enunciar os dependentes a seu cargo;
- b) Se forem casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, devem ser englobados todos os rendimentos próprios de cada um dos cônjuges e os rendimentos comuns havendo-os, bem como enunciar os dependentes a seu cargo.

3 – Se em 31 de dezembro se encontrar interrompida a sociedade conjugal por separação de facto, cada um dos cônjuges engloba os seus rendimentos próprios, a sua parte nos rendimentos comuns e enuncia os dependentes a seu cargo.

ARTIGO OITAVO – FALECIMENTO DE TITULAR DE RENDIMENTOS.

1 – Ocorrendo o falecimento de qualquer pessoa, os rendimentos relativos aos bens transmitidos e correspondentes ao período posterior à data do óbito, são considerados a partir de então nos englobamentos a efectuar em nome das pessoas que o passaram a auferir, procedendo-se na falta de partilha até ao fim do ano a que os rendimentos respeitem, à sua imputação aos sucessores e ao cônjuge sobrevivente, segundo a sua quota ideal nos referidos bens.

ARTIGO NONO – BASES PARA O APURAMENTO, A FIXAÇÃO OU A ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS.

1 – O rendimento colectável dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares apura-se de harmonia com as normas estabelecidas nos artigos precedentes e com as normas relativas a benefícios fiscais a que os sujeitos passivos tenham direito, com base na declaração anual de rendimentos apresentada em prazo legal e noutros elementos de que os órgãos de soberania fiscais disponham.

2 – Os órgãos de soberania fiscais procedem à fixação do conjunto dos rendimentos líquidos sujeitos a tributação quando ocorra alguma das situações ou factos previstos no número 4 do artigo 2º e no artigo 14º, do capítulo terceiro ou no artigo 11º, do capítulo sexto, do presente título.

3 – Os órgãos de soberania fiscais procedem à alteração dos elementos declarados sempre que não havendo lugar à fixação a que se refere o número anterior, devam ser efectuadas correcções decorrentes de erros evidenciados nas próprias declarações, de omissões nestas praticadas ou correcções decorrentes de divergência na qualificação dos actos, factos ou documentos com relevância para a liquidação dos reais impostos.

4 – A competência para a prática dos actos de apuramento, fixação ou alteração referidos no presente artigo é exercida pelo presidente do órgão de soberania fiscal em cuja área se situe o domicílio fiscal dos sujeitos passivos podendo ser delegada noutros fiscalistas.

ARTIGO DÉCIMO – NOTIFICAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DOS ACTOS.

1 – Os actos de fixação ou alteração previstos no artigo anterior, são sempre notificados aos sujeitos passivos, com a respectiva fundamentação.

2 – A fundamentação deve ser expressa através de exposição, ainda que sucinta, das razões de facto e de direito da decisão, equivalendo à falta de fundamentação a adopção de fundamentos que por obscuridade, contradição ou insuficiência, não esclareçam concretamente a sua notificação.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REVISÃO DOS ACTOS DE FIXAÇÃO.

1 – O sujeito passivo, salvo em caso de aplicação de regime simplificado de tributação em que não sejam efectuadas correcções com base noutro método indirecto, pode solicitar a revisão da matéria tributável fixada por métodos indirectos nos termos do disposto nos artigos 12º e seguintes, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO TERCEIRO – TAXAS.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXAS.

ARTIGO PRIMEIRO – TAXA GERAL.

1 – As taxas dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares é equitativa, sendo de 10% sobre o total do rendimento colectável, deduzidas as deduções fiscais específicas para cada uma categoria de rendimentos colectável.

ARTIGO SEGUNDO – QUOCIENTE CONJUGAL.

1 – Tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, a taxa aplicável corresponde a 10% do total do rendimento colectável de ambos, dividida por dois, deduzidas as deduções fiscais específicas para cada uma categoria de rendimentos colectável.

TÍTULO QUARTO – LIQUIDAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA A LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares é da competência dos órgãos de soberania fiscais competentes da área da sede ou da residência dos sujeitos passivos.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO E FORMAS DE LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares processa-se nos termos seguintes:

- a) Tendo sido apresentada a declaração no prazo legal, a liquidação tem por objecto o rendimento colectável determinado com base nos elementos declarados, sem prejuízo do disposto no número 3 do artigo 9º, do capítulo oitavo, do título anterior;
- b) Não tendo sido apresentada declaração ou sendo apresentada após o termo do prazo legal, a liquidação tem por base os elementos de que os órgãos de soberania fiscais disponham;
- c) Sendo superior ao que resulta dos elementos a que se refere a alínea anterior, considera-se a totalidade do rendimento líquido da categoria B, obtido pelo titular do rendimento no ano mais próximo que se encontra determinado, quando não tenha sido declarada a respectiva cessação de actividade.

2 – Na situação referida na alínea b) do número anterior, o rendimento líquido da categoria B, determina-se em conformidade com as normas do regime simplificado de tributação nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo terceiro, do título anterior.

3 – Sempre que não seja apresentada declaração, o titular do rendimento é notificado por carta registada para cumprir a obrigação em falta no prazo de 30 dias, findo o qual a liquidação é efectuada não existindo lugar a quaisquer deduções ou benefícios fiscais que porventura teriam lugar se a mesma fosse apresentada em prazo legal.

4 – Em todos os casos previstos no número 1, a liquidação pode ser corrigida, sempre que for o caso dentro dos prazos e nos termos previstos nos artigos 6º e 7º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO TERCEIRO – PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares deve ser efectuada no ano imediato àquele a que os rendimentos respeitem:

- a) Até 30 de abril, com base na declaração apresentada nos termos do disposto no número 1 do artigo 4º, do capítulo oitavo, do título anterior;
- b) Até 31 de maio no caso do número 2 do artigo 4º, do capítulo oitavo, do título anterior;
- c) Passados 62 dias da data da sua entrega ou do seu cálculo, nos casos em que seja entregue fora do prazo legal ou quando não entregue a declaração seja processada pelos serviços tributários com base nos métodos indirectos.

ARTIGO QUARTO – DEDUÇÕES À COLECTA.

1 – À colecta são efectuadas nos termos dos artigos subsequentes até ao montante máximo do imposto deduzido e entregue ao estado, as seguintes deduções relativas:

- a) Aos sujeitos passivos, seus dependentes e ascendentes;
- b) Às despesas de saúde;
- c) Às importâncias respeitantes a pensões de alimentos;
- d) Aos encargos com prémios de seguros;
- e) Às pessoas especiais;
- f) Aos benefícios fiscais.

2 – São ainda dedutíveis à colecta os pagamentos por conta do imposto e as importâncias retidas na fonte que tenham aquela natureza, respeitantes ao mesmo período de tributação até ao montante máximo das retenções efectuadas pelo sujeito passivo.

3 – As deduções referidas no presente artigo, são efectuadas pela ordem neste indicadas e apenas as previstas no número anterior quando superiores ao imposto devido conferem direito ao reembolso da diferença.

4 – As deduções previstas no número 1, aplicam-se apenas aos sujeitos passivos quando as mesmas tenham sido produzidas em espaço territorial português.

ARTIGO QUINTO – DEDUÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS, DESCENDENTES E ASCENDENTES.

1 – À colecta devida por sujeitos passivos residentes em espaço territorial português e até ao montante de 150 contos por cada mês relativo são deduzidos os subsídios de maternidade.

2 – À colecta devida por sujeitos passivos residentes em espaço territorial português são deduzidos o montante total dos subsídios de educação atribuídos aos descendentes pelos órgãos de soberania sociais.

3 – À colecta devida por sujeitos passivos residentes em espaço territorial português são deduzidos 120 contos, por sujeito passivo, nas famílias monoparentais.

4 – À colecta devida por sujeitos passivos residentes em espaço territorial português são deduzidos 120 contos, por ascendente que viva efectivamente em comunhão de habitação com o sujeito passivo.

ARTIGO SEXTO – DESPESAS DE SAÚDE.

1 – São dedutíveis à colecta 30% das seguintes importâncias realizadas em espaço territorial português:

- a) Aquisição de bens e serviços directamente relacionados com despesas de saúde do sujeito passivo e do agregado familiar;
- b) Os juros de dívidas contraídas para o pagamento das despesas mencionadas na alínea anterior.

2 – As despesas de saúde comparticipadas por qualquer entidade pública ou privadas são dedutíveis na parte efectivamente suportada pelo beneficiário, no ano em que foi efectuado o reembolso da parte comparticipada.

ARTIGO SÉTIMO – IMPORTÂNCIAS RESPEITANTES A PENSÕES DE ALIMENTOS.

1 – À colecta devida por sujeitos passivos residentes em espaço territorial português são deduzidos 20% das importâncias comprovadamente suportadas e não reembolsadas respeitantes a encargos com pensões de alimentos a que o sujeito passivo esteja obrigado por sentença judicial ou por acordo homologado nos termos da lei civil, salvo nos casos em que o beneficiário faça parte do mesmo agregado familiar para efeitos fiscais ou relativamente ao qual estejam previstas outras deduções à colecta ao abrigo do artigo 4º, do presente capítulo.

ARTIGO OITAVO – PRÉMIOS DE SEGUROS.

1 – São dedutíveis à colecta 10% das importâncias despendidas com prémios de seguros de acidentes pessoais e seguros de vida realizados no espaço territorial português que garantam exclusivamente os riscos de falecimento, invalidez ou reforma, desde que o benefício seja garantido após os 60 anos e a partir do quinto ano de duração do contrato, relativos ao sujeito passivo e aos seus dependentes pagos por aquele ou por terceiros, desde que comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com o limite de 15 contos para sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens e de 30 contos tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens.

2 – São igualmente dedutíveis à colecta 20% dos prémios de seguros ou contribuições pagas a associações mutualistas que cubram exclusivamente os riscos de saúde relativamente aos sujeitos passivos ou aos seus dependentes, pagos por aquele ou por terceiros, desde que comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com os seguintes limites:

- a) 15 Contos, tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens;
- b) 30 Contos, tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens;
- c) Por cada dependente a seu cargo, os limites das alíneas anteriores são elevados em 7,5 contos.

3 – Para efeitos do disposto no número 1, só relevam os prémios de seguros que não garantam o pagamento e este se não verifique, nomeadamente por resgate ou levantamento, de qualquer capital em vida fora das condições aí mencionadas.

4 – No caso de pagamento pelas empresas de seguros ou associações mutualistas de quaisquer importâncias fora das condições previstas no número 1, o pagamento é acrescido ao rendimento ou à colecta, conforme a dedução tenha sido efectuada ao rendimento ou à colecta do ano em que ocorrer o pagamento, para o que as empresas de seguros ou associações mutualistas ficam obrigadas a comunicar à administração fiscal a ocorrência de tais factos.

ARTIGO NONO – PESSOAS ESPECIAIS.

1 – À colecta devida por sujeitos passivos residentes em espaço territorial português é dedutível o montante total dos subsídios especiais atribuídos aos sujeitos passivos e seus descendentes pelos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeitos do presente artigo considera-se pessoa especial, todo o cidadão que apresente um grau de incapacidade permanente, devidamente comprovado por atestado médico de incapacidade multiuso emitido nos termos da legislação aplicável, igual ou superior a 66%, que o impossibilite de exercer qualquer tipo de funções educativas ou laborais.

ARTIGO DÉCIMO – BENEFÍCIOS FISCAIS.

1 – São dedutíveis à colecta os benefícios fiscais previstos no estatuto dos benefícios fiscais nos termos do disposto no livro sétimo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código e demais legislação complementar, nas condições nestes previstas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LIQUIDAÇÃO ADICIONAL.

1 – Procede-se à liquidação adicional sempre que depois de liquidado o imposto, se verifique ser de exigir em virtude de correcções efectuadas nos termos do disposto no número 2 do artigo 2º, do presente capítulo ou de fixação do rendimento tributável nos casos previstos no presente código, imposto superior ao liquidado.

2 – Procede-se ainda a liquidação, sempre que for o caso em consequência de:

- a) Exame à contabilidade do sujeito passivo;
- b) Erros de facto ou de direito ou omissões verificadas em qualquer liquidação de que haja resultado prejuízo para o estado.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REFORMA DA LIQUIDAÇÃO.

1 – Sempre que relativamente às entidades a que se aplique o regime definido nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo segundo, do título primeiro, haja lugar a correcções que determinem alteração dos montantes imputados aos respectivos sócios ou membros, o órgão de soberania fiscal competente procede à reforma da liquidação efectuada àqueles, cobrando-se ou anulando-se em consequência as diferenças apuradas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – JUROS COMPENSATÓRIOS.

1 – Sempre que por facto imputável ao sujeito passivo, for retardada a liquidação de parte ou da totalidade do imposto devido ou a entrega do imposto a pagar

antecipadamente, ou retido ou a reter no âmbito de substituição tributária, acrescem ao montante do imposto juros compensatórios nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – São igualmente devidos juros compensatórios nos termos referidos no número anterior, sempre que o sujeito passivo, por facto a si imputável, tenha recebido reembolso superior ao devido.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRAZO DE CADUCIDADE.

1 – A liquidação dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares ainda que adicional, bem como a reforma da liquidação efectua-se no prazo e nos termos previstos nos artigos 6º e 7º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Em caso de ter sido efectuado reporte do resultado líquido negativo, o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

3 – Determina o início da contagem do prazo de caducidade nos casos em que haja lugar a liquidação do imposto, o pagamento de qualquer capital em vida nos termos do disposto no número 3 do artigo 3º, do capítulo segundo, do título segundo, do presente livro e no número 4 do artigo 8º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REVISÃO OFICIOSA.

1 – Sempre que por motivos imputáveis aos serviços fiscais, tenha sido liquidado imposto superior ao devido, procede-se à revisão oficiosa da liquidação nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Revisto o acto de liquidação, é emitida a consequente nota de crédito.

3 – O crédito de reembolso das importâncias indevidamente cobradas pode ser satisfeito por ordem de pagamento ou por compensação nos termos previstos na lei.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JUROS INDEMNIZATÓRIOS.

1 – São devidos juros indemnizatórios nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, a serem liquidados e pagos nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COBRANÇA OU REEMBOLSO.

1 – Independentemente do valor da liquidação, há sempre lugar a cobrança ou reembolso do imposto, excepto se o seu resultado for zero.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESTITUIÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO.

1 – A diferença entre o imposto devido a final e o que tiver sido entregue nos cofres do estado em resultado da retenção na fonte ou de pagamentos por conta, favorável ao sujeito passivo, deve ser restituída até ao termo dos prazos previstos no número 1 do artigo 1º, do capítulo único, do título seguinte.

2 – Sobre a diferença favorável ao sujeito passivo entre o imposto devido a final liquidado com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e o que tiver sido retido ou pago por conta é devida uma remuneração compensatória.

3 – A remuneração prevista no número anterior, é líquida e não tem a natureza de rendimento de capitais.

TÍTULO QUINTO – PAGAMENTO.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO.

ARTIGO PRIMEIRO – PAGAMENTO DO IMPOSTO.

1 – Os reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares deve ser pago no ano seguinte àquele a que respeitam os rendimentos nos seguintes prazos, nos 62 dias posteriores à emissão da nota de liquidação pelos órgãos de soberania fiscais competentes.

2 – Nos casos previstos nas alíneas c) do número 1 do artigo 3º, do capítulo único, do título anterior, ao imposto são acrescidos os juros compensatórios que se mostrem devidos.

3 – As importâncias efectivamente retidas ou pagas nos termos do disposto nos artigos 2º ao 6º, do presente capítulo, são deduzidas ao valor do imposto respeitante ao ano em que ocorreu a retenção ou o pagamento.

ARTIGO SEGUNDO – NORMAS GERAIS DA RETENÇÃO NA FONTE.

1 – Nos casos previstos nos artigos 3º ao 5º, do presente capítulo e noutros estabelecidos por lei, a entidade devedora dos rendimentos sujeitos a retenção na fonte, as entidades registadoras ou depositárias consoante o caso, são obrigadas no acto do pagamento do vencimento ainda que presumido da sua colocação à disposição, da sua liquidação ou apuramento do respectivo quantitativo consoante os casos, a deduzir-lhes

as importâncias correspondentes à aplicação da taxa nestes previstas por conta do imposto respeitante ao ano em que esses actos ocorrem.

2 – As quantias retidas devem ser entregues em qualquer dos locais a que se refere o artigo 9º, do presente capítulo, nos prazos indicados nos números seguintes:

3 – As quantias retidas nos termos do disposto nos artigos 3º ao 5º, do presente capítulo, devem ser entregues até ao dia 10 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas.

4 – Sempre que se verifiquem correcções nos montantes retidos, devidos a erros imputáveis à entidade devedora dos rendimentos, deve a sua rectificação ser efectuada na primeira retenção a que deva proceder-se após a detecção do erro, sem porém ultrapassar o período de retenção anual.

ARTIGO TERCEIRO – RETENÇÃO SOBRE RENDIMENTOS DAS CATEGORIAS A e G.

1 – As entidades devedoras de rendimentos do exercício dependente, com excepção dos previstos nas subalíneas 2., 3., 5., 7., e 8. da alínea b) e na alínea g) do número 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro e de pensões, com excepção das de alimentos, são obrigados a reter o imposto no momento do seu pagamento ou colocação à disposição dos respectivos titulares.

2 – As entidades devedoras e os titulares de rendimentos do exercício dependente e de pensões são obrigados, respectivamente:

- a) A solicitar ao sujeito passivo, no início do exercício de funções ou antes de ser efectuado o primeiro pagamento ou colocação à disposição, os dados indispensáveis relativos à situação pessoal e familiar;
- b) A apresentar declaração à entidade devedora dos rendimentos contendo a informação a que se refere a alínea anterior, bem como qualquer outra informação fiscalmente relevante ocorrida posteriormente.

3 – Nos casos previstos na alínea d) do número 1 e na segunda parte da subalínea 1. da alínea b) do número 3 do artigo 2º, bem como nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 11º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, considera-se para todos os efeitos legais como entidade devedora dos rendimentos aquela que os pagar ou colocar à disposição do respectivo beneficiário.

4 – Ficam dispensados de retenção na fonte a que se refere o número 1, os rendimentos do exercício obtidos por actividades exercidas no estrangeiro por pessoas singulares residentes em espaço territorial português.

ARTIGO QUARTO – RETENÇÃO NA FONTE – REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS.

1 – As entidades que paguem ou coloquem à disposição remunerações do exercício dependente que compreendam exclusivamente montantes variáveis, devem no momento do seu pagamento ou colocação à disposição, reter 10% de imposto.

ARTIGO QUINTO – RETENÇÃO SOBRE RENDIMENTOS DE OUTRAS CATEGORIAS.

1 – As entidades que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada são obrigados a reter 10% de imposto, mediante a aplicação aos rendimentos ilíquidos de que sejam devedores.

2 – Tratando-se de rendimentos de valores mobiliários sujeitos a registo ou depósito, emitidos por entidades residentes em espaço territorial português, o disposto no número 1, é da responsabilidade das entidades registadoras ou depositárias.

ARTIGO SEXTO – PAGAMENTOS POR CONTA.

1 – A titularidade de rendimentos da categoria B, determina para os respectivos sujeitos passivos a obrigatoriedade de efectuarem doze pagamentos por conta dos impostos devidos a final, até ao dia 10, relativos ao mês de exercício anterior.

2 – A totalidade de cada um pagamento por conta é o correspondente a 10% do imposto relativo ao cálculo do valor estimado sobre o lucro apurado em cada mês de exercício arredondado em excesso para contos.

3 – Cessa a obrigatoriedade de serem efectuados os pagamentos por conta nos meses em que se verifique um saldo negativo ou nulo do valor estimado do lucro apurado:

- a) Sempre que os sujeitos passivos verifiquem pelos elementos que disponham, que os montantes da retenção efectuados sobre os rendimentos da categoria B, acrescidos dos pagamentos por conta eventualmente já efectuados e relativos ao próprio ano de exercício, sejam iguais ou superiores ao imposto total que será devido;
- b) Deixem de ser auferidos rendimentos da categoria B.

4 – Os pagamentos por conta podem ser reduzidos pelos sujeitos passivos sempre que o investimento futuro a realizar no próprio ano de exercício produza valores iguais ou superiores ao imposto total que será devido.

5 – Verificando-se pela declaração de rendimentos do ano a que respeita o imposto, que em consequência de cessação ou redução dos pagamentos por conta, deixou de pagar-se uma importância superior a 20% da que em condições normais teria sido entregue, há lugar a juros compensatórios, sendo para o efeito a importância considerada em falta imputada em partes iguais ao valor de cada um dos pagamentos por conta devidos.

6 – Os juros compensatórios referidos no número anterior, são calculados nos termos e à taxa previstos no artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, contando-se dia a

dia desde o termo do prazo fixado para cada pagamento até à data em que por lei, a liquidação deva ser efectuada.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE EM CASO DE SUBSTITUIÇÃO.

1 – Em caso de substituição tributária, a entidade obrigada à retenção é responsável pelas importâncias retidas e não entregues nos cofres do estado, ficando o substituído desobrigado de qualquer responsabilidade no seu pagamento, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 – Sempre que a retenção for efectuada meramente a título de pagamento por conta do imposto devido a final, compete ao substituído a responsabilidade originária pelo imposto não retido e ao substituto a responsabilidade subsidiária, ficando este ainda sujeito aos juros compensatórios devidos desde o termo do prazo de entrega até ao termo do prazo da apresentação da declaração pelo responsável originário ou até à data de entrega do imposto retido, se anterior.

3 – Nos demais casos, o substituído é apenas subsidiariamente responsável pelo pagamento da diferença entre as importâncias que deveriam ter sido deduzidas e as que efectivamente o foram.

4 – Tratando-se de rendimentos sujeitos a retenção que não tenham sido contabilizados nem comunicados como tal aos respectivos beneficiários, o substituto afirma responsabilidade solidária pelo imposto não retido.

5 – Em caso de não cumprimento do disposto no número 2 do artigo 5º, do presente capítulo e no artigo 9º, do capítulo único, do título seguinte, as entidades emitentes de valores mobiliários são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto em falta.

ARTIGO OITAVO – PAGAMENTO FORA DO PRAZO NORMAL.

1 – Sempre que por qualquer razão, não se proceda à liquidação no prazo previsto no artigo 3º, do capítulo único, do título anterior, o sujeito passivo é notificado para satisfazer o imposto devido no prazo de 30 dias a contar da notificação.

ARTIGO NONO – LOCAL DO PAGAMENTO.

1 – Os reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares pode ser pago em qualquer órgão de soberania fiscal, nas instituições bancárias autorizadas, nos correios de Portugal ou em qualquer outro local determinado por lei.

ARTIGO DÉCIMO – COMO DEVE SER EFECTUADO O PAGAMENTO.

1 – O pagamento dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares deve ser integralmente efectuado por cheque ou vale do correio, transferência bancária, cartão de débito, cartão de crédito ou qualquer outro meio autorizados nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DOCUMENTO DE COBRANÇA.

1 – Os pagamentos previstos no presente código são efectuados mediante a apresentação de documento de cobrança de modelo aprovado por portaria da área presidencial fiscal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – COBRANÇA COERCIVA.

1 – Findos os prazos de pagamento previstos no presente código sem que o mesmo se mostre efectuado, é extraída pelo órgão de soberania fiscal competente certidão de dívida com base nos elementos de que disponha para efeitos de cobrança coerciva.

2 – Nos casos de substituição tributária, bem como nos casos em que o imposto deva ser autonomamente liquidado e entregue nos cofres do estado, o órgão de soberania fiscal competente independentemente do procedimento contra-ordenacional ou criminal que ao caso competir, notifica as pessoas devedoras para efectuarem o pagamento do imposto e dos juros compensatórios devidos, no prazo de 30 dias a contar da notificação, com as consequências previstas no número anterior para a falta de pagamento.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – JUROS DE MORA.

1 – Sempre que o imposto liquidado ou apurado pelo órgão de soberania fiscal competente, acrescido dos juros compensatórios eventualmente devidos não for pago no prazo em que o deva ser, começa a contar-se juros de mora nos termos previstos no artigo 5º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS.

1 – Para pagamento dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares os órgãos de soberania fiscais usufruem de privilégio mobiliário geral e de privilégio imobiliário sobre os bens existentes no património do sujeito passivo à data da penhora ou outro acto equivalente.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PRESCRIÇÃO.

1 – Os reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares prescreve no tempo nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO SEXTO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.

CAPÍTULO ÚNICO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.

ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ACTIVIDADE, DE ALTERAÇÕES E DE CESSAÇÃO.

1 – Antes de iniciar alguma actividade susceptível de produzir rendimentos da categoria B, o sujeito passivo deve apresentar a respectiva declaração de início de actividade ao órgão de soberania fiscal competente da área de circunscrição geográfica do domicílio fiscal do exercício de actividade, em impresso de modelo oficial.

2 – Sempre que se verifiquem alterações de qualquer dos elementos constantes da declaração de início de actividade, deve o sujeito passivo entregar no órgão de soberania fiscal competente, no prazo de 7 dias a contar da alteração, se outro prazo não for previsto no presente código, a respectiva declaração de alterações de início de actividade, em impresso de modelo oficial.

3 – No caso de cessação da actividade, deve o sujeito passivo no prazo de 7 dias a contar da data da cessação, entregar a respectiva declaração de cessação da actividade no órgão de soberania fiscal competente, em impresso de modelo oficial.

4 – Sempre que o órgão de soberania fiscal receptor disponha de meios informáticos adequados, as declarações referidas nos números anteriores, podem ser substituídas pela declaração verbal, efectuada pelo sujeito passivo, de todos os elementos exigidos ao registo e início de actividade, à alteração dos dados constantes daquele registo e à cessação da actividade, sendo estes imediatamente introduzidos no sistema informático e confirmados pelo declarante, após a sua impressão em documento tipificado.

5 – O documento tipificado nas condições referidas no número anterior, substitui para todos os efeitos legais, as declarações referidas nos números 1 a 3.

6 – O documento comprovativo do início de actividade, das alterações ou da cessação é o documento tipificado consoante os casos processado após a confirmação dos dados do declarante, autenticado com a assinatura do fiscalista receptor e com a aposição de vinheta do técnico oficial de contas que afirma a responsabilidade fiscal do sujeito passivo a que respeitam as declarações, sempre que seja adoptado ou exigida contabilidade organizada.

7 – As declarações referidas nos números 1 a 3, podem ser enviadas por transmissão electrónica de dados nos termos e modos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal.

ARTIGO SEGUNDO – DECLARAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FISCAL.

1 – Os sujeitos passivos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares devem entregar anualmente uma declaração de informação contabilística e fiscal de modelo oficial, relativo ao ano cessante, sempre que possuam ou sejam obrigados a possuir contabilidade organizada ou quando estejam obrigados à apresentação de qualquer dos anexos que desta fazem parte integrante.

2 – A declaração referida no número anterior, deve ser enviada por transmissão electrónica de dados, até ao dia 31 de março, independentemente de esse dia ser útil ou não.

ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DE ACTIVIDADE.

1 – A cessação de actividade considera-se verificada sempre que:

- a) Deixem de praticar-se habitualmente actos relacionados com a actividade profissional, se não houver imóveis afectos ao exercício de actividade;
- b) Termine a liquidação das existências e a venda dos equipamentos, se os imóveis afectos ao exercício da actividade pertencerem ao dono do estabelecimento;
- c) Se extinga o direito ao uso e fruição dos imóveis afectos ao exercício de actividade ou lhes seja dado outro destino, sempre que tais imóveis não pertençam ao sujeito passivo;
- d) Seja partilhada a herança indivisa de que o estabelecimento faça parte, mas sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores;
- e) Se dê a qualquer título a transferência da propriedade do estabelecimento.

2 – Sempre que no âmbito da categoria B, existirem rendimentos de actividades da pesca, da pecuária, da agricultura ou da extracção, a cessação só se considera verificada, sempre que deixe de ser exercida esta actividade e tenha terminado a liquidação das existências e a transmissão dos equipamentos ou a afectação destes a outras actividades.

3 – Independentemente dos factos previstos no número 1, pode ainda a administração fiscal declarar oficiosamente a cessação da actividade, sempre que manifesto que esta não está a ser exercida nem existe intenção de a exercer ou sempre que o sujeito passivo tenha declarado o exercício de uma actividade sem que possua uma adequada estrutura empresarial em condições de a exercer.

4 – A cessação oficiosa referida no número anterior, não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações tributárias.

ARTIGO QUARTO – EMISSÃO DE RECIBOS E FACTURAS.

1 – Os titulares de rendimentos da categoria B, são obrigados:

- a) A emitir factura ou documento equivalente por cada transmissão de bens ou prestação de serviços ou outras operações efectuadas referidas no número 1 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro;
- b) A passar recibo em modelo oficial, de todas as importâncias recebidas dos seus clientes, pelas transmissões de bens ou prestações de serviços, referidas no número 1 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, ainda que a título de provisão, adiantamento ou reembolso de despesas.

2 – Os titulares dos rendimentos referidos na alínea g) do número 2 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, ficam dispensados do cumprimento das obrigações previstas na alínea a) do número anterior, sem prejuízo da obrigatoriedade de emitir recibo de quitação das importâncias recebidas.

3 – As pessoas que paguem rendimentos previstos no artigo 3º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, são obrigadas a exigir os respectivos recibos, facturas ou documentos equivalentes e a conservá-los durante os 10 anos civis subsequentes, salvo se tiverem de dar-lhes outro destino devidamente justificado.

ARTIGO QUINTO – LIVROS DE REGISTO INFORMÁTICO.

1 – Os titulares dos rendimentos da categoria B, são obrigados:

- a) A registar nos termos do respectivo diploma do sector ministerial de actividade económica os movimentos realizados de entradas e saídas de mercadorias, matérias-primas, matérias-subsidiárias e de serviços prestados, bem como no registo de produção e fabrico;
- b) A registar nos termos do diploma da criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, os movimentos realizados iguais ou superiores a 100 contos.

2 – A escrituração dos livros referidos na alínea a) do número anterior, obedece às seguintes normas:

- a) Os lançamentos deverão ser efectuados no prazo máximo de 3 dias;
- b) Os lançamentos devem ser sempre suportados por documentos comprovativos.

3 – Os titulares de rendimentos referidos na alínea g) do número 2 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, ficam dispensados do cumprimento das obrigações previstas no número 1.

4 – Os titulares de rendimentos da categoria B, que não estão obrigados a dispor de contabilidade organizada, estão obrigados nos termos do presente artigo.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES CONTABILÍSTICAS.

1 – Os titulares de rendimentos da categoria B que não estejam abrangidos pelo regime simplificado de tributação, são obrigados a dispor de contabilidade organizada, nos termos da lei comercial e fiscal, que permita o controlo do rendimento apurado.

2 – Aos sujeitos passivos referidos no número anterior, é aplicável o disposto no artigo 7º, do capítulo primeiro, do título sexto, do livro seguinte.

ARTIGO SÉTIMO – CENTRALIZAÇÃO, ARQUIVO E ESCRITURAÇÃO DE LIVROS.

1 – Os sujeitos passivos são obrigados a centralizar a contabilidade ou a escrituração dos registos informáticos referidos nos artigos anteriores no seu domicílio fiscal ou em estabelecimento estável ou instalação situados em espaço territorial português, devendo neste último caso indicar na declaração de início de actividade ou na declaração de alterações a sua localização.

2 – Os sujeitos passivos são obrigados a arquivar os registos informáticos e os documentos com os mesmos relacionados, devendo conservá-los em boa ordem durante os 10 anos civis subsequentes.

ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÃO DE RENDIMENTOS E RETENÇÕES.

1 – As entidades devedoras de rendimentos que estejam obrigados a efectuar a retenção total ou parcial do imposto, as entidades devedoras de rendimentos previstos nos números 2., 3., 5., 7. e 8. da alínea b) do número 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro e as entidades que paguem ou coloquem à disposição dos respectivos titulares os rendimentos previstos no número 1 do artigo 5º, do capítulo único, do título anterior, são obrigadas a:

- a) Possuir registo actualizado das pessoas credoras desses rendimentos, ainda que não tenha havido lugar a retenção do imposto, do qual constem nomeadamente o nome, o número fiscal e o respectivo código, bem como a data e o valor de cada pagamento ou dos rendimentos em espécie que lhes tenham sido atribuídos;
- b) Entregar ao sujeito passivo, até ao dia 10 de janeiro de cada ano, documento comprovativo das importâncias devidas no ano anterior, incluindo sempre que for o caso os correspondentes aos rendimentos em espécie que lhes hajam sido atribuídos, do imposto retido na fonte e das deduções a que eventualmente haja lugar ou ainda nos 15 dias imediatos à respectiva ocorrência de qualquer facto que determine a alteração dos rendimentos ou a obrigação de os declarar;
- c) Entregar ao órgão de soberania fiscal competente por transmissão electrónica de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, até ao final do mês de janeiro de cada ano, a declaração oficial referente àqueles rendimentos e respectivas retenções de imposto, de contribuições obrigatórias para

- regimes de protecção social e subsistemas legais de saúde, bem como de quotizações para as ordens bastonárias relativas ao ano cessante;
- d) Apresentar a declaração a que se refere a alínea anterior nos 15 dias imediatos à ocorrência de qualquer facto que determine a alteração dos rendimentos já declarados ou que implique a obrigação de os declarar.

ARTIGO NONO – ENTIDADES EMITENTES DE VALORES MOBILIÁRIOS.

1 – As entidades emitentes de valores mobiliários previstas no artigo 14º, do presente capítulo, são obrigadas a comunicar aos órgãos de soberania fiscais por transmissão electrónica de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, até ao dia 15 do mês de janeiro de cada ano, os seguintes elementos:

- a) Identificação das entidades registadoras ou depositárias;
- b) Quantidade de valores mobiliários que integram a emissão e tratando-se de emissão contínua, a quantidade actualizada de valores mobiliários emitidos;
- c) Quantidade de valores mobiliários registados ou depositados em cada uma das entidades referidas na alínea a).

ARTIGO DÉCIMO – EMPRESAS DE SEGUROS.

1 – As empresas de seguros devem comunicar aos órgãos de soberania fiscais por transmissão electrónica de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, até ao dia 15 de janeiro de cada ano, em declaração de modelo oficial, os prémios pagos no ano anterior respeitantes a contratos de seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de falecimento, invalidez ou reforma, de acidentes pessoais e ainda os que cobrem exclusivamente riscos de saúde, bem como os resgates de apólices de seguros de grupo e os resgates dos adiantamentos de apólices de seguros individuais efectuados antes de terem decorrido 5 anos após a sua constituição nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo único, do título quarto, do presente livro, desta devendo constar:

- a) O número da apólice e as datas de constituição do seguro, do seu resgate ou adiantamentos;
- b) A identificação fiscal da entidade que constituiu o seguro e a entidade que beneficiou do resgate ou adiantamentos;
- c) O montante total de prémios pagos durante a vigência da respectiva apólice.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EMPRESAS GESTORAS DE FUNDOS DE POUPANÇA REFORMA, POUPANÇA EDUCAÇÃO E POUPANÇA REFORMA/EDUCAÇÃO.

1 – As empresas gestoras de fundos e as entidades gestoras de fundos de pensões e de outros regimes complementares de segurança social, devem comunicar aos órgãos de soberania fiscais por transmissão electrónica de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, até ao dia 15 de janeiro de cada ano relativamente ao ano anterior e a cada sujeito passivo, nos termos do disposto na subalínea 1. da alínea b) do número 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro:

- a) As importâncias aplicadas no plano ou as contribuições;
- b) O reembolso dos respectivos certificados;
- c) Sempre que diferentes, a identificação fiscal da entidade que constituiu o plano e da entidade que beneficiou de resgate ou do reembolso dos certificados e a totalidade das entregas efectuadas por cada uma durante a vigência do plano.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – NOTÁRIOS, CONSERVADORES, SECRETÁRIOS JUDICIAIS E ENTIDADES E PROFISSIONAIS COM COMPETÊNCIA PARA AUTENTICAR DOCUMENTOS PARTICULARES.

1 – Os notários, conservadores, secretários judiciais, secretários técnicos de justiça e as entidades e os profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem actos ou contratos sujeitos a registo predial ou que intervenham nas operações previstas nas alíneas b), e), f) e g) do número 1 do artigo 10º, estão obrigados a enviar aos órgãos de soberania fiscais por transmissão electrónica de dados nos termos a definir pelas áreas presidenciais da indústria e fiscal, até ao dia 10 de cada mês, a relação dos actos por si praticados e das decisões transitadas em julgado no mês anterior dos processos a seu cargo que sejam susceptíveis de produzir rendimentos sujeitos aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS.

1 – As instituições de crédito e sociedades financeiras devem comunicar aos órgãos de soberania fiscais por transmissão electrónica de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, até ao dia 15 do mês de janeiro de cada ano, relativamente ao ano anterior e a cada um sujeito passivo, nos termos do disposto nas alíneas e) e f) do número 1 do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro:

- a) As operações efectuadas com a sua intervenção, relativamente a valores mobiliários e warrants autónomos;
- b) Os resultados apurados nas operações efectuadas com a sua intervenção relativamente a instrumentos financeiros derivados.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REGISTO OU DEPÓSITO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

1 – As entidades registadoras ou depositárias de valores mobiliários, relativamente ao disposto na alínea r) do número 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, para além do cumprimento das obrigações constantes do disposto no artigo 8º, do presente capítulo, são ainda obrigadas a:

- a) Comunicar aos órgãos de soberania fiscais por transmissão electrónica de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, até ao dia 15 de janeiro de cada ano, os registos efectuados relativamente a valores mobiliários;
- b) Entregar aos investidores até ao dia 15 de janeiro de cada ano, uma declaração onde constem os movimentos de registo efectuados no ano anterior.

2 – As entidades registadoras ou depositárias de quaisquer valores mobiliários que não sejam consideradas residentes em espaço territorial português, nem possuam estabelecimento estável no território português, devem designar um representante com residência, sede ou direcção efectiva em Portugal, para efeitos do cumprimento das obrigações legalmente previstas.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ENTIDADES EMITENTES E UTILIZADORES DOS VALES DE REFEIÇÃO.

1 – As entidades emitentes de vales de refeição devem possuir registo actualizado do qual conste pelo menos, a identificação das actividades adquirentes, bem como dos respectivos documentos de alienação e do correspondente valor facial.

2 – As entidades emitentes de vales de refeição são obrigadas a enviar aos órgãos de soberania fiscais por transmissão electrónica de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, até ao dia 15 de janeiro de cada ano, a identificação fiscal das entidades adquirentes de vales de refeição, bem como o respectivo montante.

3 – O disposto no número anterior, não dispensa as entidades utilizadoras de vales de refeição de cumprir o disposto no artigo 8º, do presente capítulo, relativamente às importâncias que excedam o valor excluído da tributação nos termos do disposto na alínea e) do número 1 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro.

4 – As entidades utilizadoras de vales de refeição devem possuir registo actualizado do qual conste pelo menos a identificação das entidades emitentes, bem como dos respectivos documentos de aquisição e ainda registo individualizado dos beneficiários e dos respectivos montantes atribuídos.

5 – A diferença entre os montantes dos vales de refeição adquiridos e dos atribuídos registados nos termos dos números anteriores, deduzida do valor correspondente aos vales que se mantenham na posse da entidade adquirente, fica sujeita ao regime das despesas confidenciais ou não documentadas.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ENTIDADES DO JOGO.

1 – As entidades do jogo nos termos do disposto na alínea f) do número 1 do artigo 9º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, comunicam aos órgãos de soberania fiscais por transmissão electrónica de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, até ao dia 15 de janeiro de cada ano, relativamente ao ano anterior e a cada sujeito passivo, as importâncias despendidas e recebidas em cada subscrição de jogos da entidade do jogo.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COMUNICAÇÃO DE ENCARGOS.

1 – As instituições de crédito, as empresas de seguros e as empresas gestoras de fundos e de outros regimes complementares, incluindo as associações mutualistas referidas no artigo 8º, do capítulo único, do título quarto e na subalínea 1. da alínea b) do número 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, comunicam aos órgãos de soberania fiscais por transmissão electrónica de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, até ao dia 15 de janeiro de cada ano, relativamente ao ano anterior e a cada sujeito passivo:

- a) Os juros suportados respeitantes a dívidas contraídas com a aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente ou arrendamento;
- b) Os prémios pagos respeitantes a contratos de seguro de vida, que garantam exclusivamente os riscos de falecimento, invalidez ou reforma, de acidentes pessoais e ainda os que cobrem exclusivamente riscos de saúde, que possam ser abatidos aos rendimentos ou deduzidos à colecta;
- c) As importâncias aplicadas em fundos de pensões e outros regimes complementares de segurança social, incluindo os disponibilizados por associações mutualistas;
- d) As importâncias pagas aos beneficiários com inobservância das condições previstas no número 1 do artigo 8º, do capítulo único, do título quarto, do presente livro, bem como a título de resgate, adiantamento ou reembolso dos certificados.

2 – As entidades referidas no número anterior devem ainda entregar aos sujeitos passivos até ao dia 15 de janeiro de cada ano, documento comprovativo dos juros, prémios de seguro de vida e outros encargos pagos por aqueles no ano anterior que possam ser abatidos aos rendimentos ou deduzidos à colecta.

3 – Dentro do prazo referido no número anterior, as entidades que recebam ou paguem quaisquer outras importâncias susceptíveis de abatimento aos rendimentos ou dedução à colecta devem entregar aos sujeitos passivos o respectivo documento comprovativo.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – OBRIGAÇÃO DE COMPROVAR OS ELEMENTOS DAS DECLARAÇÕES.

1 – As pessoas sujeitas aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares devem apresentar no prazo que lhes for fixado, os documentos comprovativos dos rendimentos auferidos, das deduções e abatimentos e de outros factos ou situações mencionadas na respectiva declaração, sempre que os órgãos de soberania fiscais os exijam.

2 – A obrigação estabelecida no número anterior, mantém-se durante os 10 anos seguintes àquele a que respeitem os documentos.

3 – O extravio dos documentos referidos no número 1, por motivo não imputável ao sujeito passivo não o impede de utilizar outros elementos de prova dos mesmos factos.

ARTIGO DÉCIMO NONO – PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL.

1 – Os sujeitos passivos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares que nos termos do presente código, possuam ou sejam obrigados a possuir contabilidade organizada devem constituir até ao termo do prazo para entrega da declaração a que se refere o artigo 2º, do presente capítulo, um processo de documento fiscal relativo a cada exercício, que deve conter os elementos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais fiscal e social.

2 – O referido processo deve ser centralizado e conservado de acordo com o disposto no artigo 7º, do presente capítulo.

ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTANTES.

1 – Os cidadãos não residentes que obtenham rendimentos sujeitos aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, bem como os que embora residentes em espaço territorial português se ausentem por um período superior a 183 dias, devem para efeitos tributários designar uma pessoa singular ou colectiva com residência ou sede em Portugal, para os representar perante os órgãos de soberania fiscais e garantir o cumprimento dos seus deveres fiscais.

2 – A designação a que se refere o número anterior, será efectuada na declaração de início de actividade, de alterações ou de registo do número de contribuinte, devendo constar expressamente a sua aceitação pelo representante.

3 – Na falta de cumprimento do disposto no número 1 e independentemente da sanção que ao caso competir, não há lugar às notificações previstas no presente código, sem prejuízo dos sujeitos passivos poderem deter o conhecimento das matérias a que as mesmas respeitarem junto dos serviços para o efeito competentes.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PLURALIDADE DE OBRIGADOS.

1 – Se a obrigação acessória impender sobre várias pessoas, o cumprimento por um destas exonera as demais.

TÍTULO SÉTIMO – FISCALIZAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – FISCALIZAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES FISCALIZADORAS.

1 – O cumprimento das obrigações impostas pelo presente código é fiscalizado em geral e dentro dos limites da respectiva competência pelos órgãos de soberania fiscais, pelos reais institutos portugueses, pelo real banco de Portugal e pelo real tribunal de contas português.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE COLABORAÇÃO.

1 – Todos os sujeitos passivos singulares e colectivos e entidades fiscalizadoras devem dentro dos limites da razoabilidade, prestar a colaboração que lhes for exigida pelos serviços competentes, tendo presente o exercício dos respectivos poderes consignados.

ARTIGO TERCEIRO – DEVER DE FISCALIZAÇÃO EM ESPECIAL.

1 – A fiscalização em especial das disposições do presente código rege-se pelo disposto no artigo 3º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro e no livro terceiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO QUARTO – GARANTIA DE OBSERVÂNCIA DE OBRIGAÇÕES FISCAIS.

1 – Sem prejuízo de normas especiais previstas no código de processo civil, as petições relativas a actos susceptíveis de produzirem rendimentos sujeitos aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, não podem ter seguimento ou ser atendidas perante qualquer autoridade sem que o respectivo sujeito passivo faça prova da apresentação da última declaração de rendimentos a que estiver obrigado.

2 – A prova referida no número anterior é efectuada através de certidão passada pelo órgão de soberania fiscal competente.

3 – A apresentação dos documentos de prova referidos nos números anteriores, é averbada no requerimento, processo ou registo da petição, devendo o averbamento ser datado e rubricado pelo funcionário competente que restituirá os documentos ao apresentante.

ARTIGO QUINTO – AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE ACÇÕES E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS.

1 – Os alienantes e adquirentes de acções e outros valores mobiliários são obrigados a entregar declaração de modelo oficial aos órgãos de soberania fiscais, sempre que a respectiva alienação ou aquisição tenha sido realizada sem a intervenção das entidades referidas nos artigos 12º e 13º, do capítulo único, do título anterior, nos 30 dias subsequentes à realização das operações.

2 – As entidades que intervenham no pagamento ou colocação à disposição de rendimentos ou ganhos a que os valores confirmam direito ou que a estes estejam associados, não podem realizar o respectivo pagamento ou colocação à disposição sem que lhes seja efectuado prova da apresentação da declaração a que se refere o número anterior, sempre que esta se mostre devida, sendo solidariamente responsáveis pelo imposto não liquidado na esfera do respectivo titular do rendimento em virtude da inobservância da referida obrigação, sem prejuízo do disposto no regime geral das infracções tributárias.

3 – Os adquirentes de acções e outros valores mobiliários para exercerem quaisquer direitos diferentes dos referidos no número anterior, conferidos pela respectiva titularidade directamente ou por intermédio de instituição financeira, devem fazer prova perante a entidade respectiva que foi apresentada a declaração a que se refere o número 1 ou que a aquisição foi realizada com a intervenção das entidades referidas nos artigos 12º e 13º, do capítulo único, do título anterior, sendo o titular e aquela entidade ambos responsáveis quanto ao dever de comprovação, sem prejuízo de o ministério público poder promover a inibição do exercício daqueles direitos e do disposto no regime geral das infracções tributárias.

ARTIGO SEXTO – PAGAMENTO DE RENDIMENTOS A SUJEITOS PASSIVOS NÃO RESIDENTES.

1 – Não se podem realizar transferências para o exterior do espaço territorial português de rendimentos sujeitos aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares não residentes, sem que se mostre pago ou assegurado o imposto que for devido.

TÍTULO OITAVO – GARANTIAS.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS.

ARTIGO PRIMEIRO – RECLAMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES.

1 – Os sujeitos passivos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, os seus representantes e as pessoas solidária e subsidiariamente responsáveis pelo pagamento do imposto podem reclamar contra a respectiva liquidação ou impugná-la nos termos e com os fundamentos estabelecidos no código de procedimento e de processo tributário.

2 – Pode igualmente ser objecto de reclamação ou de impugnação por parte do titular dos rendimentos ou do seu representante, a retenção da importância total ou parcialmente indevida, sempre que se verifique a impossibilidade de ser efectuada a correcção a que se refere o número 4 do artigo 2º, do capítulo único, do título quinto, do presente livro ou de o respectivo montante ser tido em consideração na liquidação final do imposto.

3 – Podem ainda exercer a faculdade prevista no número 1 as entidades que no âmbito da substituição tributária, tenham entregues por erro importância superior ao imposto retido ou as que em cumprimento da obrigação de liquidação autónoma tenham praticado algum erro na liquidação.

4 – Os prazos de reclamação e de impugnação contam-se nos termos seguintes:

- a) A partir dos 30 dias seguintes à notificação da liquidação;
- b) A partir do dia 20 de janeiro do ano seguinte àquele a que a retenção disser respeito nos casos previstos no número 2;
- c) A partir do dia 20 de janeiro do ano seguinte àquele a que a retenção disser respeito ou a partir da data de pagamento do imposto que autonomamente devia ser liquidado e entregue nos cofres do estado nos casos previstos no número 3.

5 – A reclamação ou impugnação do acto de fixação dos rendimentos que não dê origem a liquidação dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, será efectuada nos termos e prazos previstos no código de procedimento e de processo tributário.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIA TERRITORIAL.

1 – Para efeitos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares os actos tributários qualquer que seja a sua natureza, consideram-se praticados no órgão de soberania fiscal da área do domicílio fiscal do sujeito passivo ou do seu representante.

2 – Tratando-se de não residentes que não tenham nomeado representante, os actos tributários a que se refere o número anterior, consideram-se praticados na matriz fiscal da área do domicílio fiscal da entidade que tenha pago ou colocado à disposição do sujeito passivo esses mesmos rendimentos.

TÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES DIVERSAS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES DIVERSAS.

ARTIGO PRIMEIRO – ANO FISCAL.

1 – Para efeitos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, o ano fiscal coincide com o ano civil.

ARTIGO SEGUNDO – MODELOS OFICIAIS.

1 – O âmbito de obrigatoriedade, os suportes e os procedimentos relativos à utilização de modelos oficiais para cumprimento de obrigações acessórias, bem como o respectivo início de vigência, são definidos por portaria da área presidencial fiscal.

2 – As especificações dos modelos oficiais são aprovados por despacho da área presidencial fiscal, mediante proposta da real chancelaria fiscal portuguesa.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS.

1 – Sempre que no presente código não se exija a utilização de impressos de modelo oficial, podem as declarações, relações, requerimentos ou outros documentos ser apresentados em papel comum de formato A4 ou em suporte que com os requisitos estabelecidos pelos órgãos de soberania fiscais permita tratamento informático.

ARTIGO QUARTO – ASSINATURA DAS DECLARAÇÕES.

1 – As declarações devem ser assinadas pelos sujeitos passivos ou pelos seus representantes legais ou voluntários ou por gestor de negócios, devidamente identificados.

2 – São recusadas as declarações que não estiverem devidamente assinadas, sem prejuízo das sanções estabelecidas para a falta da sua apresentação.

3 – Sempre que o cumprimento das obrigações declarativas se faça por meio de transmissão electrónica de dados, a certificação da respectiva autenticidade é efectuada por aposição de assinatura electrónica ou por procedimentos alternativos, consoante o que seja definido em portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal.

ARTIGO QUINTO – RECIBO DE DOCUMENTO.

1 – Sempre que no presente código se ordenar a entrega de declarações ou outros documentos em mais de um exemplar, um destes deve ser devolvido ao apresentante com menção do recibo.

2 – Nos casos em que a lei determine a apresentação de declaração ou outros documentos num único exemplar, pode o obrigado entregar cópia do mesmo para efeitos do disposto no número anterior.

3 – Sempre que os deveres de comunicação sejam cumpridos através de transmissão electrónica de dados, o documento comprovativo de recepção é emitido imediatamente pelo próprio sistema de transmissão electrónica de dados.

ARTIGO SEXTO – NOTIFICAÇÕES.

1 – As notificações por via postal devem ser efectuadas no domicílio fiscal do notificante ou do seu representante.

2 – As notificações a que se refere o artigo 10º, do capítulo oitavo, do título segundo, do presente título, quando por via postal, devem ser efectuadas por meio de carta registada com aviso de recepção.

3 – As demais notificações devem ser efectuadas por carta registada, considerando-se a notificação efectuada no 3º dia posterior ao do registo ou no 1º dia útil seguinte a esse, caso esse dia não seja útil.

4 – Não sendo conhecido o domicílio fiscal do notificante, as notificações podem ser efectuadas por edital afixado no órgão de soberania fiscal da área de circunscrição geográfica da sua última residência.

5 – Em tudo o mais, aplicam-se as normas estabelecidas no código de procedimento e de processo tributário.

ARTIGO SÉTIMO – REGISTO DOS SUJEITOS PASSIVOS.

1 – Com base nas declarações de início de actividade, de alterações ou de outros elementos de que disponha, os órgãos de soberania fiscais organizam e mantêm actualizado um registo de sujeitos passivos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares.

2 – O cancelamento do registo respeitante a não residentes é efectuado em face da declaração de cessação de actividade em espaço territorial português ou de declaração de alienação das suas fontes de rendimento tributável, as quais devem ser apresentadas até ao final do mês seguinte ao da verificação desses factos.

ARTIGO OITAVO – CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES.

1 – As actividades exercidas pelos sujeitos passivos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, são classificadas para efeitos do presente imposto, de acordo com a classificação das actividades económicas por ramos de actividade, denominado real código das actividades económicas dos órgãos de soberania fiscais, nomeadamente pelo departamento de estatística.

TÍTULO DÉCIMO – QUADRO DISCIPLINADOR DA RETENÇÃO NA FONTE.

CAPÍTULO PRIMEIRO – RETENÇÃO DOS REAIS IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS SINGULARES DA CATEGORIA A e G.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS.

1 – No apuramento dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares a reter sobre as remunerações fixas e variáveis do exercício dependente pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares, ter-se-á em consideração:

- a) A situação pessoal e familiar dos sujeitos passivos;
- b) A dedução específica aos rendimentos da categoria A, prevista no artigo 1^a, do capítulo segundo, do título segundo, do presente livro;
- c) As deduções à colecta, previstas no artigo 4^o, do capítulo único, do título quarto, do presente livro;
- d) Os benefícios fiscais, previstos no livro sétimo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – No apuramento dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares a reter sobre as pensões, ter-se-á em conta:

- a) A situação pessoal e familiar dos sujeitos passivos;
- b) As deduções à colecta previstas no artigo 4^o, do capítulo único, do título quarto, do presente livro;
- c) Os benefícios fiscais, previstos no livro sétimo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO SEGUNDO – SITUAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR.

1 – Para efeitos da consideração da situação pessoa e familiar do titular dos rendimentos e tendo presente as deduções pelo seu montante global dos subsídios de educação, a taxa de retenção é equitativa sendo de 10% para todos os sujeitos passivos.

2 – Consideram-se para efeitos fiscais não casado, os rendimentos auferidos por titulares solteiros, viúvos, divorciados ou separados judicialmente de pessoas e bens.

3 – Consideram-se para efeitos fiscais casado, único titular, os rendimentos auferidos por titulares casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, quando apenas um dos cônjuges aufera rendimentos englobáveis.

4 – Considera-se para efeitos fiscais casado, dois titulares, os rendimentos auferidos por sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, quando os dois cônjuges auferirem rendimentos englobáveis.

ARTIGO TERCEIRO – RETENÇÃO SOBRE RENDIMENTOS DAS CATEGORIAIS A e G.

1 – As entidades devedoras de rendimentos de exercício dependente, com excepção das previstas nas subalíneas 2., 3., 5., 7. e 8. da alínea b) e na alínea g) do número 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro e de pensões, com excepção das de alimentos, são obrigados a reter o imposto no momento do seu pagamento ou colocação à disposição dos respectivos titulares.

ARTIGO QUARTO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA TAXA REFERENTE À CATEGORIA A.

1 – A retenção dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares é efectuada sobre as remunerações mensalmente pagas ou colocadas à disposição dos seus titulares, mediante a aplicação da taxa de 10% correspondente.

2 – Considera-se remuneração mensal, o montante pago a título de remuneração fixa, acrescido de quaisquer outras importâncias que tenham a natureza de rendimentos do exercício dependente, tal como são definidas no artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, nomeadamente as gratificações auferidas pela prestação ou em razão da prestação de exercício, quando atribuídas ou não pela respectiva entidade patronal, pagas ou colocadas à disposição dos titulares no mesmo período, ainda que respeitantes a períodos anteriores.

3 – No caso de remunerações fixas relativas a períodos inferiores ao mês, considera-se como remuneração mensal a soma das importâncias atribuídas, pagas ou colocadas à disposição em cada mês de exercício.

4 – Os subsídios de férias e de natal e as comparticipações por conta do lucro apurado são sempre objecto de retenção autónoma, não podendo para o cálculo do imposto a reter, ser adicionados às remunerações dos meses em que são pagas ou colocadas à disposição.

5 – Sempre que o subsídio de férias e de natal forem pagos fraccionadamente, reter-se-á em cada pagamento a parte proporcional do imposto calculado nos termos do número anterior.

ARTIGO QUINTO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA TAXA REFERENTE À CATEGORIA G.

1 – A retenção dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares é efectuada sobre o valor das pensões mensalmente pagas ou colocadas à disposição dos seus titulares, mediante a aplicação da taxa de 10% correspondente.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se pensões os rendimentos previstos no artigo 11º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro.

3 – Na retenção sobre complementos de reforma, pagos por entidade diferente da que está obrigada ao pagamento da respectiva pensão, é obrigatório à entidade que paga ou coloca à disposição dos seus titulares ter em consideração o montante desta.

4 – As prestações adicionais correspondentes ao 13º mês e ao 14º mês quando a estas houver lugar, serão objecto de retenção autónoma, não podendo para o cálculo do imposto a reter ser adicionadas às pensões dos meses em que são pagas ou postas à disposição.

5 – Sempre que as prestações correspondentes ao 13º mês e ao 14º mês sempre que a estas houver lugar, forem pagas fraccionadamente, reter-se-á em cada pagamento a parte proporcional do imposto calculado nos termos do número anterior.

ARTIGO SEXTO – MECANISMO DE RETENÇÃO.

1 – Os titulares de rendimentos sujeitos aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares estão obrigados no início de cada uma relação a fornecer à entidade devedora os elementos respeitantes à sua situação pessoal e familiar.

2 – A importância apurada mediante a aplicação da taxa de retenção é arredondada para a unidade de contos inferior.

3 – Verificando-se incorrecções nos montantes retidos, devido a erros imputáveis à entidade devedora dos rendimentos, a sua rectificação deve ser efectuada na primeira retenção a que deva proceder-se após a detecção do erro, sem porém ultrapassar o último período de retenção anual.

ARTIGO SÉTIMO – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.

1 – Sempre que forem pagos ou colocados à disposição do respectivo titular rendimentos das categorias A e G em mês do mesmo ano diferente daquele a que respeitam, recalcula-se o imposto a reter apenas na diferença entre a importância assim determinada e aquele que com referência do mesmo período tenha sido eventualmente retido.

ARTIGO OITAVO – OBRIGATORIEDADE DA TAXA DE IMPOSTO.

1 – As entidades pagadoras dos rendimentos sujeitos aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares estão obrigados a reter apenas e só a taxa de 10% do imposto, face aos rendimentos auferidos pelos titulares dos rendimentos.

CAPÍTULO SEGUNDO – RETENÇÃO DOS REAIS IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS SINGULARES DE OUTRAS CATEGORIAS.

ARTIGO PRIMEIRO – RETENÇÃO SOBRE RENDIMENTOS DA CATEGORIA B, C, D e E.

1 – As entidades que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada são obrigados a reter 10% do imposto, mediante aplicação aos rendimentos ilíquidos de que sejam devedoras.

2 – A retenção incide sobre os rendimentos das categorias B, C e E e é efectuada no momento do respectivo pagamento ou colocação à disposição e a que incide sobre os rendimentos da categoria D, em conformidade com o disposto no artigo 7º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro.

ARTIGO SEGUNDO – RENDIMENTOS IMPUTÁVEIS A CATEGORIAS DIFERENTES.

1 – Estão sujeitos a retenção nos termos do disposto no artigo anterior, os rendimentos de capitais e os rendimentos sobre as rendas auferidos no âmbito do exercício de actividades profissionais, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

ARTIGO TERCEIRO – RETENÇÃO SOBRE JUROS CONTÁVEIS E DIFERENÇAS ENTRE VALOR DE REEMBOLSO E PREÇO DE EMISSÃO.

1 – Os sujeitos passivos do real imposto colectivo ainda que isentos ou dispensados de retenção, residentes em espaço territorial português ou com estabelecimento estável em Portugal situado, bem como os sujeitos passivos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, excepto se se tratar de pessoas singulares agindo fora do âmbito do exercício de actividade profissional, obrigados a efectuar a retenção sobre os rendimentos sujeitos a imposto nos termos do disposto na alínea c) do número 3 do artigo 7º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, devem proceder ao registo individual, operação a operação das transacções efectuadas que tenham por objectivo títulos de dívida emitidos por entidades com residência, domicílio, sede ou direcção efectiva em espaço territorial português ou que em Portugal possuam estabelecimento estável a que seja imputável o pagamento da respectiva remuneração, numa conta corrente com o estado em que releve:

- a) A débito, o imposto considerado no apuramento do valor líquido dos juros respeitantes a títulos alienados, contáveis desde a data do último vencimento ou emissão, primeira colocação ou endosso, se ainda não houver ocorrido qualquer vencimento, até à data da alienação, bem como das diferenças, pela parte correspondente àqueles períodos, entre o valor do reembolso e o preço de emissão, no caso de os títulos cuja remuneração seja constituída total ou parcialmente por aquela diferença;
- b) A crédito, o imposto considerado no apuramento do valor líquido dos juros respeitantes a títulos adquiridos, contáveis desde a data do último vencimento ou da emissão, primeira colocação ou endosso, se ainda não houver ocorrido qualquer vencimento, até à data da alienação, bem como das diferenças pela parte correspondente àqueles períodos, entre

o valor de reembolso e o preço de emissão, no caso de títulos cuja remuneração seja constituída total ou parcialmente por aquela diferença.

2 – O disposto no número anterior, é igualmente aplicável às transmissões de títulos de crédito sujeitos ao regime de capitalização automática, efectuadas antes do prazo da sua amortização.

3 – O saldo da conta corrente a que se refere o número 1, é regularizado trimestralmente nos seguintes termos:

- a) Sendo credor, a respectiva importância será entregue nos cofres do estado até ao dia 10 do mês seguinte ao trimestre em que foi apurado;
- b) Sendo devedor, a respectiva importância pode ser compensada nas entregas do imposto retido pelas entidades credoras sobre rendimentos de capitais, a efectuar após o seu apuramento.

4 – Se apesar do disposto na alínea b) do número anterior, a compensação não tiver sido possível até ao fim do trimestre seguinte ao do apuramento do saldo devedor, independentemente do seu valor e até à entrega do imposto respeitante ao último período de retenção anual, é concedida às entidades credoras a faculdade de solicitarem o seu reembolso, observando-se o seguinte:

- a) O pedido de reembolso do saldo devedor determina a impossibilidade de ser efectuada a respectiva compensação, quaisquer que sejam as formas previstas para o efeito;
- b) Em caso algum o saldo devedor da conta corrente pode ser invocado como retenção com a natureza de pagamento por conta, na declaração anual de rendimentos da entidade credora;
- c) A restituição indevida do imposto mediante reembolso e ou compensação das mesmas importâncias, por facto imputável à entidade credora, é equiparada para todos os efeitos legais, à falta de entrega do imposto cobrado por retenção na fonte.

5 – Não pode ser relevada na conta corrente a que se refere o número 1, a retenção efectuada pelas entidades devedoras dos rendimentos no momento do seu vencimento ou na data da amortização ou do reembolso dos correspondentes títulos, a qual terá sendo o caso, natureza de pagamento por conta do imposto devido a final pelas entidades que os auferirem.

6 – Os montantes compensados nos termos da alínea b) do número 3 serão evidenciados na declaração a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 8º, do capítulo único, do título sexto, do presente livro, em conformidade com o que as respectivas instruções de preenchimento determinarem.

ARTIGO QUARTO – ENTREGA DO IMPOSTO RETIDO.

1 – As quantias retidas nos termos dos artigos anteriores são entregues nos cofres do estado pela entidade retentora, até ao dia 10 do mês seguinte àquele em que forem deduzidos.

CAPÍTULO TERCEIRO – REEMBOLSO POR EXCESSO DE IMPOSTO ANTECIPADAMENTE PAGO.

ARTIGO PRIMEIRO – DIREITO AO REEMBOLSO.

1 – Verificando-se na liquidação anual dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, que foi retido ou pago por conta imposto superior ao devido, determinado em função do rendimento total e das deduções à colecta previstas no artigo 5º, do capítulo único, do título quarto, do presente livro, o sujeitos passivos têm direito ao reembolso da importância paga em excesso.

ARTIGO SEGUNDO – RESTITUIÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO.

1 – A diferença entre o imposto devido a final e o que tiver sido entregue nos cofres do estado em resultado da retenção na fonte ou de pagamentos por conta, favorável ao sujeito passivo, deve ser restituída até ao termo dos prazos previstos no número 1 do artigo 1º, do capítulo único, do título quinto, do presente livro.

2 – Se por motivos imputáveis aos serviços não for cumprido o prazo previsto no número anterior, são devidos juros indemnizatórios, contados dia a dia desde o termo do prazo previsto para o reembolso até à data em que for emitida a correspondente nota de crédito.

3 – Se a diferença a que se refere o número 1, for apurada em liquidação que deva ser efectuada em virtude do direito ao reporte legalmente permitido exercido em declaração anual de rendimentos apresentada nos prazos legais, são devidos juros de mora nos termos do número anterior.

4 – Sempre que a diferença a que se refere o número 1, for apurada em liquidação efectuada com base em declaração de rendimentos em que se tenha verificado erro, inexactidão ou omissão dos elementos declarados, os juros a que se refere o número 2, são devidos a partir do fim dos 62 dias seguintes àquele em que tiver ocorrido a regularização dos elementos declarados por iniciativa do contribuinte ou não tendo havido essa regularização a partir dos 92 dias seguintes àquele em que os serviços tenham apurado os factos e levantado o correspondente auto de notícia.

5 – O reembolso previsto no artigo anterior, não é cumulável com os juros indemnizatórios a que se refere o número 2.

6 – A taxa dos juros indemnizatórios é equivalente à taxa de juros legais fixados nos termos do disposto no número 1 do artigo taxa de juro, do código civil.

ARTIGO TERCEIRO – MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DO DIREITO AO REEMBOLSO.

1 – Sempre que a liquidação de que resulte o direito ao reembolso a que se refere o artigo 1º, do presente capítulo, tenha sido efectuada com base em declaração anual de rendimentos apresentada fora do prazo legal, o reembolso só é devido a partir da data em que a liquidação vier a ser efectuada, sem prejuízo do artigo anterior.

2 – Extingue-se o direito ao reembolso a que se refere o artigo 1º, do presente capítulo, sempre que:

- a) A liquidação seja efectuada pela administração fiscal e os sujeitos passivos estando obrigados à apresentação da declaração anual de rendimentos, a não tenham apresentado;
- b) A liquidação tenha por base declarações de rendimentos apresentadas em prazos diferentes dos previstos para a sua apresentação anual;
- c) A liquidação seja efectuada pela administração fiscal com base em métodos indirectos.

ARTIGO QUARTO – COBRANÇA DE DÍVIDAS.

1 – Não existe lugar a reembolso do imposto devido nos termos do artigo 1º, do presente capítulo, sempre que o sujeito passivo possua dívidas fiscais, sendo os mesmos reembolsos instrumento de amortização até ao montante das mesmas dívidas fiscais.

ARTIGO QUINTO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

1 – O direito de reembolso previsto no presente capítulo, constitui-se relativamente à liquidação dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares que deva efectuar-se em resultado de factos tributários ocorridos após a entrada em vigor do presente código.

LIVRO DÉCIMO SÉTIMO – CÓDIGO DO REAL IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA.

CAPÍTULO ÚNICO – INCIDÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS DO IMPOSTO.

1 – O real imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas incide sobre os rendimentos obtidos no espaço territorial português no período de tributação pelos órgãos de soberania, empresas e instituições, públicas e privadas, com ou sem personalidade jurídica, mesmo quando provenientes de actos ilícitos nos termos do presente código.

ARTIGO SEGUNDO – SUJEITOS PASSIVOS.

1 – São sujeitos passivos do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas:

- a) As sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, as cooperativas, as fundações, as associações, as empresas, os órgãos de soberania e as demais pessoas colectivas de direito público ou privado, com sede ou direcção efectiva em espaço territorial português;
- b) As entidades desprovidas de personalidade jurídica, com sede ou direcção efectiva em espaço territorial português;
- c) As entidades com ou sem personalidade jurídica, que não possuam sede, nem direcção efectiva no espaço territorial português e cujos rendimentos em Portugal sejam obtidos e não estejam sujeitos aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares.

2 – Consideram-se incluídas na alínea b) do número anterior, designadamente as heranças jacentes, as pessoas colectivas em relação às quais seja declarada a invalidade, as associações e sociedades civis sem personalidade jurídica e as sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, anteriormente ao registo definitivo.

3 – Para efeitos do presente código, consideram-se residentes as pessoas colectivas e outras entidades que tenham sede ou direcção efectiva no espaço territorial português.

ARTIGO TERCEIRO – BASE DO IMPOSTO.

1 – O real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas incide sobre:

- a) O lucro das sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, das cooperativas, das fundações, das associações, das empresas, das instituições e das empresas e demais pessoas colectivas ou entidades referidas nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo anterior, que exerçam actividade económica;
- b) O lucro imputável a estabelecimento estável situado em espaço territorial português de entidades referidas na alínea c) do número 1 do artigo anterior;
- c) Os rendimentos obtidos em espaço territorial português, nomeadamente os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito por entidades mencionadas na alínea c) do número 1 do artigo anterior, que não possuam estabelecimento estável ou que o possuindo não lhe sejam imputáveis.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, o lucro consiste na diferença entre os valores do património líquido no fim e no início do período de tributação, com as correcções estabelecidas no presente código.

3 – São componentes do lucro imputável ao estabelecimento estável para efeitos da alínea c) do número 1, os rendimentos de qualquer natureza obtidos por seu intermédio, assim como os demais rendimentos obtidos em espaço territorial português provenientes de actividades idênticas ou similares às realizadas através desse estabelecimento estável, de que sejam titulares as entidades aí referidas.

4 – Para efeitos do disposto no presente código, são considerados de natureza económica, todas as actividades que consistam na realização de operações económicas de carácter empresarial, incluindo as prestações de serviços próprias ou para terceiros ressarcidos por meio de quotizações, oferendas ou donativos, monetários ou em espécie.

ARTIGO QUARTO – EXTENSÃO DA OBRIGAÇÃO DO IMPOSTO.

1 – Relativamente às pessoas colectivas e outras entidades com sede ou direcção efectiva em espaço territorial português, o real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas incide sobre a totalidade dos seus rendimentos obtidos apenas e só em Portugal.

2 – Relativamente às pessoas colectivas e outras entidades com sede ou direcção no exterior do espaço territorial português, que obtenham rendimentos em Portugal, o real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas incide sobre a totalidade dos mesmos rendimentos angariados em Portugal.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se obtidos em Portugal, os rendimentos imputáveis a estabelecimento estável no espaço territorial português situado, bem como os que não se encontrando nessas condições a seguir se indicam:

- a) Rendimentos relativos a imóveis situados em espaço territorial português, incluindo os ganhos resultantes da sua transmissão onerosa;
- b) Ganhos resultantes da transmissão onerosa de partes representativas do capital de entidades com sede ou direcção efectiva em espaço territorial português, incluindo a remissão e amortização com redução de capital, bem como o valor atribuído aos associados em resultado da partilha que nos termos do disposto no artigo 18º, do capítulo quinto, do título seguinte, seja considerado como mais-valia ou de outros valores mobiliários emitidos por entidades que em Portugal tenham sede ou direcção efectiva, ou ainda de partes de capital ou outros valores mobiliários sempre que não se verificarem essas condições, o pagamento dos respectivos rendimentos seja imputável a estabelecimento estável situado em Portugal;
- c) Rendimentos a seguir mencionados cujo devedor tenha residência, sede ou direcção efectiva em espaço territorial português ou cujo pagamento seja imputável a um estabelecimento estável em Portugal situado:

1. Os provenientes de propriedade intelectual ou industrial, bem como da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida nos sectores primário, secundário ou terciário;
 2. Os devedores do uso ou da concessão do uso de equipamento tecnológico específico;
 3. Outros rendimentos de aplicação de capitais;
 4. Remunerações auferidas na qualidade de membros de órgãos estatutários de pessoas colectivas e outras entidades;
 5. Os provenientes de intermediação na celebração de quaisquer contratos;
 6. Os derivados de outras prestações de serviços realizados ou utilizados em Portugal, nomeadamente relativos a transportes, comunicações e actividades financeiras;
 7. Os provenientes de operações relativos a instrumentos financeiros derivados;
- d) Rendimentos derivados do exercício em Portugal de actividades de profissionais das artes culturais, do desporto e das ciências;
- e) Incrementos patrimoniais derivados de aquisições a título gratuito respeitantes a:
1. Direitos reais sobre bens imóveis, situados em Portugal;
 2. Bens móveis registados ou sujeitos a registo em Portugal;
 3. Partes representativas do capital e outros valores mobiliários cuja entidade emitente tenha sede ou direcção efectiva em Portugal;
 4. Direitos de propriedade industrial, direitos de autor e direitos conexos registados ou sujeitos a registo em Portugal;
 5. Direitos de crédito sobre entidades com residência, sede ou direcção efectiva em Portugal;
 6. Partes representativas do capital das sociedades que não tenham sede ou direcção efectiva em Portugal e cujo activo seja predominantemente constituído por direitos reais sobre imóveis situados em Portugal.

4 – Para efeitos do disposto no presente código, o espaço territorial português compreende também as zonas onde em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, Portugal detenha direitos soberanos relativamente à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes.

ARTIGO QUINTO – ESTABELECIMENTO ESTÁVEL.

1 – Considera-se estabelecimento estável qualquer instalação fixa em espaço territorial português, através da qual seja exercida uma actividade de natureza económica.

2 – Incluem-se na noção de estabelecimento estável, desde que satisfeitas as condições estipuladas no número anterior:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Uma filial;
- d) Uma agência;
- e) Um escritório;
- f) Uma fábrica;
- g) Uma oficina;
- h) Uma mina, um poço de petróleo, gás ou água, uma pedreira ou qualquer outro local de extracção e exploração de recursos naturais situado em Portugal.

3 – Um local ou um estaleiro de construção, de instalação ou de montagem, as actividades de coordenação, fiscalização e supervisão em conexão com os mesmos ou as instalações, plataformas ou barcos de perfuração utilizados para a prospecção ou exploração de recursos naturais constituem estabelecimento estável independentemente da duração da obra ou do exercício de actividade económica.

4 – Considera-se que também existe estabelecimento estável quando uma pessoa actue em espaço territorial português por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça poderes de intermediação e de conclusão de contratos que vinculem a empresa no âmbito das suas actividades.

5 – Considera-se que uma empresa tem estabelecimento estável em espaço territorial português nos termos do número 4, pelo facto de exercer a sua actividade por intermédio de comissionista ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade, suportando o risco empresarial da mesma.

6 – A expressão estabelecimento estável não compreende para as pessoas colectivas que possuam os estabelecimentos estáveis referidos nas alíneas do número 2 as actividades de carácter preparatório ou auxiliar a seguir exemplificadas:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para as armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de mercadorias pertencente à empresa mantido unicamente para serem transformados por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa mantida unicamente para comprar mercadorias ou reunir informações para a empresa;
- e) Uma instalação fixa mantida unicamente para exercer para a empresa qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;
- f) Uma instalação fixa mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

7 – Para efeitos da imputação prevista no artigo seguinte, considera-se que os sócios ou membros das entidades neste referidas que não tenham sede, nem direcção

efectiva em espaço territorial português, obtêm esses rendimentos através de estabelecimento estável em Portugal situado.

ARTIGO SEXTO – PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO.

1 – O real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, salvo o disposto no número 9, é devido por cada período de tributação, que coincide com o ano civil, sem prejuízo das excepções previstas no presente artigo.

2 – As pessoas colectivas com sede ou direcção efectiva em espaço territorial português que nos termos da legislação aplicável estejam obrigados à consolidação de contas, bem como as pessoas colectivas ou outras entidades sujeitas ao real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas que não tenham sede, nem direcção efectiva em Portugal e neste disponham de estabelecimento estável, estão obrigados ao período de tributação nos termos do número 1.

3 – O período de tributação pode no entanto ser inferior a 1 ano:

- a) No ano de início da tributação, em que é constituído pelo período decorrido entre a data em que se iniciou a actividade ou se começam a obter rendimentos que dão origem a sujeição do imposto e o fim do período de tributação;
- b) No ano de cessação de actividade, em que é constituído pelo período decorrido entre o início do período de tributação e a data da cessação da actividade;
- c) Sempre que as condições de sujeição a imposto ocorrerem e deixem de verificar-se no mesmo período de tributação, em que é constituído pelo período efectivamente decorrido.

4 – Para efeitos do presente código, a cessação da actividade ocorre:

- a) Relativamente às entidades com sede ou direcção efectiva em espaço territorial português, na data do encerramento da liquidação ou na data de fusão ou cisão, quanto às sociedades extintas em consequência destas causas, ou na data em que a sede e a direcção efectiva deixem de situar-se em Portugal, ou na data em que se verificar a aceitação da herança jacente ou em que tiver lugar a declaração de que esta se encontra vaga a favor do estado, ou ainda na data em que deixarem de verificar-se as condições de sujeição do imposto;
- b) Relativamente às entidades que não tenham sede, nem direcção efectiva em espaço territorial português, na data em que cessem totalmente o exercício da sua actividade através de estabelecimento estável ou deixarem de se obter rendimentos em Portugal.

5 – Independentemente dos factos previstos no número anterior, pode ainda os órgãos de soberania fiscais declarar oficiosamente a cessação de actividade quando for manifesto que esta não está a ser exercida, nem há intenção de a continuar a exercer ou sempre que o sujeito passivo tenha declarado o exercício de uma actividade sem que possua adequada estrutura empresarial em condições de a exercer.

6 – A cessação oficiosa a que se refere o número anterior, não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações tributárias.

7 – O período de tributação pode ser superior a 1 ano relativamente a sociedades e outras entidades em liquidação, em que tem a duração correspondente a esta nos termos estabelecidos no presente código.

8 – O facto gerador do imposto considera-se verificado no último dia do período de tributação.

9 – Exceptuam-se do disposto no número anterior, os seguintes rendimentos obtidos por entidades não residentes, que não sejam imputáveis a estabelecimento estável situado em espaço territorial português:

- a) Ganhos resultantes de transmissão onerosa de imóveis, em que o facto gerador se considera verificado na data de transmissão;
- b) Rendimentos objecto de retenção na fonte a título definitivo, em que o facto gerador se considera verificado na data em que ocorre a obrigação de a efectuar;
- c) Incrementos patrimoniais referidos na alínea e) do número 3 do artigo 4º, do presente capítulo, em que o facto gerador se considera verificado na data de aquisição.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGATORIEDADE DAS PESSOAS COLECTIVAS.

1 – As pessoas colectivas referidas no presente código estão obrigadas a possuir contabilidade organizada nos termos do plano oficial de contabilidade português.

TÍTULO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL.

1 – Para efeitos do presente código:

- a) Relativamente às pessoas colectivas e entidades referidas na alínea a) do número 1 do artigo 3º, do capítulo único, do título anterior, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à directa e imediata realização dos fins estatutários, a matéria colectável obtém-se pela dedução ao lucro tributável determinado nos termos do disposto no capítulo seguinte, dos montantes correspondentes a:
 - 1. Prejuízos fiscais nos termos do disposto no artigo 35º, do capítulo seguinte;

2. Benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções naquele lucro ou naquele rendimento;
- b) Relativamente às entidades não residentes com estabelecimento estável no espaço territorial português referidas na alínea b) do número 1 do artigo 3º, do capítulo único, do título anterior, a matéria colectável obtém-se pela dedução ao lucro tributável imputável a esse estabelecimento determinado nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo terceiro, do presente título, dos montantes correspondentes a:
 1. Prejuízos fiscais imputáveis a esse estabelecimento estável nos termos do disposto no artigo 35º, do capítulo seguinte, com as necessárias adaptações, bem como os anteriores à cessação da actividade por virtude de deixarem de situar-se em Portugal a sede e a direcção efectiva, na proporção em que correspondam aos elementos patrimoniais afectos e desde que seja obtida a autorização da real chancelaria fiscal portuguesa mediante requerimento dos interessados entregue até ao fim do mês seguinte ao da data de cessação da actividade, em que se demonstre aquela correspondência;
 2. Benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções naquele lucro;
- c) Relativamente às entidades não residentes que obtenham em espaço territorial português rendimentos não imputáveis a estabelecimento estável em Portugal situado referidas na alínea c) do número 1 do artigo 3º, do capítulo único, do título anterior, a matéria colectável é constituída pelos rendimentos das várias categorias, bem como pelos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito determinados nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo terceiro, do presente título.

2 – Sempre que haja lugar à determinação do lucro tributável por métodos indirectos nos termos do disposto no capítulo quarto, do presente título, o disposto nas alíneas a), b) e c) do número anterior, é aplicável com as necessárias adaptações sem a consideração dos benefícios fiscais eventualmente existentes.

3 – O disposto no capítulo quinto, do presente título, é aplicável sempre que for o caso na determinação da matéria colectável das pessoas colectivas e outras entidades referidas nas alíneas a), b) e c) do número 1.

ARTIGO SEGUNDO – MÉTODOS E COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL.

1 – A matéria colectável é por norma determinada com base em declaração do sujeito passivo, sem prejuízo do seu controlo pelos órgãos de soberania fiscais.

2 – Na falta de declaração compete aos órgãos de soberania fiscais sempre que for o caso a determinação da matéria colectável.

3 – A determinação da matéria colectável no âmbito de avaliação directa, sempre que seja efectuada ou objecto de correcções pelos órgãos de soberania fiscais, é da

competência do dirigente máximo da matriz fiscal da área de circunscrição geográfica da sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável do sujeito passivo ou do dirigente máximo dos serviços de inspecção tributária nos casos em que sejam objecto de correcções efectuadas por esta no exercício das suas atribuições ou por um funcionário em que por qualquer destes seja delegada competência.

4 – A determinação do lucro tributável por métodos indirectos pode efectuar-se nos termos e condições referidas no capítulo quarto, do presente título.

CAPÍTULO SEGUNDO – PESSOAS COLECTIVAS E OUTRAS ENTIDADES RESIDENTES.

ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL.

1 – O lucro tributável das pessoas colectivas e outras entidades mencionadas na alínea a) do número 1 do artigo 3º, do capítulo único, do título primeiro, é constituído pela soma algébrica do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não reflectidas naquele resultado, determinadas com base na contabilidade e eventualmente corrigidas nos termos do presente código.

2 – Para efeitos do número anterior, os excedentes líquidos das cooperativas consideram-se como resultado líquido do período.

3 – De modo a permitir o apuramento referido no número 1, a contabilidade deve:

- a) Estar organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respectivo sector de actividade económico, sem prejuízo da observância das disposições previstas no presente código;
- b) Reflectir todas as operações realizadas pelo sujeito passivo e ser organizada de modo a que os resultados das operações e variações patrimoniais sujeitas ao regime geral do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, possam claramente distinguir-se das dos restantes.

ARTIGO SEGUNDO – PERIODIZAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL.

1 – Os rendimentos e os gastos, assim como as outras componentes positivas ou negativas do lucro tributável, são imputáveis ao período de tributação em que sejam obtidos ou suportados, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o regime de periodização económica.

2 – As componentes positivas ou negativas consideradas como respeitantes a períodos anteriores só são imputáveis ao período de tributação, quando na data de encerramento das contas daquele a quem deviam ser imputadas eram imprevisíveis ou manifestamente desconhecidas.

3 – Para efeitos da aplicação do disposto no número 1:

- a) Os rendimentos relativos a vendas consideram-se em geral realizadas e os correspondentes gastos suportados, na data da entrega ou expedição dos bens correspondentes ou se anterior, na data em que se opera a transferência da propriedade;
- b) Os rendimentos relativos a prestações de serviços consideram-se em geral realizadas e os correspondentes gastos suportados, na data em que o serviço é concluído, excepto tratando-se de serviços que consistam na prestação de mais de um acto ou numa prestação contínua ou sucessiva, que são imputáveis proporcionalmente à sua execução;
- c) Os rendimentos e os gastos de contratos de construção devem ser periodizados tendo em consideração o disposto no artigo seguinte.

4 – Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, não se consideram eventuais cláusulas de reserva de propriedade, sendo assimilada a venda com reserva de propriedade a locação, em que exista uma cláusula de transferência de propriedade vinculativa a ambas as partes.

5 – Os rendimentos relativos a vendas e a prestações de serviços são imputáveis ao período de tributação a que respeitam pela quantia nominal da contraprestação.

6 – A determinação de resultados nas obras efectuadas por conta própria vendidas fraccionadamente é efectuada na proporção em que forem sido concluídos e entregues aos adquirentes, ainda que não sejam conhecidas exactamente os custos totais das mesmas.

7 – Os gastos das explorações agrícolas plurianuais podem ser imputados ao lucro tributável tendo em consideração o ciclo de produção, caso em que a quota-parte desses gastos equivale à percentagem que a extracção efectuada no período de tributação represente na produção total do mesmo produto e ainda não considerada em período de tributação anterior, sendo actualizada pela aplicação dos coeficientes constantes da portaria a que se refere o artigo 30º, do presente capítulo.

8 – Os rendimentos e gastos, assim como quaisquer outras variações patrimoniais, relevados na contabilidade em consequência de utilização do método da equivalência patrimonial concorrem para a determinação do lucro tributável, devendo os rendimentos provenientes dos lucros distribuídos ser imputados ao período de tributação em que se adquira o direito aos mesmos.

9 – Os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor não concorrem para a formação do lucro tributável, sendo imputados como rendimentos ou gastos no período de tributação em que os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos ou liquidados, excepto quando:

- a) Respeitem a instrumentos financeiros reconhecidos pelo justo valor através de resultados, desde que tratando-se de instrumentos do capital próprio, tenham um preço formado num mercado regulamentado e o sujeito passivo não detenha directa ou indirectamente uma participação no respectivo capital social; ou

b) Tal se encontre expressamente previsto no presente código.

10 – Para efeitos do cálculo do nível percentual de participação imediata no capital a que se refere o número anterior, são aplicáveis os critérios previstos no número 2 do artigo 1º, do capítulo segundo, do título oitavo, do livro décimo quinto, da parte primeira, da presente matéria, do presente código.

11 – Os pagamentos com base em acções, efectuados aos profissionais e membros dos órgãos estatutários em razão da prestação de exercício de cargo ou função, concorrem para a formação do lucro tributável do período de tributação em que os respectivos direitos ou opções sejam exercidos, pelas quantias liquidadas ou se aplicável, pela diferença entre o valor dos instrumentos de capital próprio atribuído e o respectivo preço do exercício pago.

12 – Excepto quando estejam abrangidos pelo disposto no artigo 23º, do presente capítulo, os gastos relativos a benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados que não sejam considerados rendimentos de exercício dependente nos termos do disposto na primeira parte da subalínea 1. da alínea b) do número 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro anterior, são imputáveis ao período de tributação em que as importâncias sejam pagas ou colocadas à disposição dos respectivos beneficiários.

ARTIGO TERCEIRO – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO.

1 – A determinação dos resultados de contratos de construção cujo ciclo de produção ou fabrico ou tempo de execução seja superior a 1 ano, é efectuada segundo o critério da percentagem de acabamento.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, a percentagem de acabamento no final de cada período de tributação corresponde à proporção entre os gastos suportados até essa data e a soma desses gastos com os estimados para a conclusão do contrato.

3 – Não são dedutíveis as perdas esperadas relativas a contratos de construção cujos gastos ainda não foram suportados.

ARTIGO QUARTO – RENDIMENTOS.

1 – Consideram-se rendimentos os resultantes de operações de qualquer natureza, em consequência de uma acção normal ou ocasional, básica ou meramente acessória, nomeadamente:

- a) Os relativos a vendas ou prestações de serviços, descontos, bónus e abatimentos, comissões e corretagens;
- b) Rendimentos de imóveis;
- c) De natureza financeira, tais como juros, dividendos, descontos, ágios, transferências, diferenças de câmbio, prémios de emissão de obrigações e os resultantes de aplicação do método do juro efectivo aos instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado;

- d) Rendimentos de propriedade industrial ou outros análogos;
- e) Prestações de serviços de carácter científico e técnico;
- f) Rendimentos resultantes de aplicação do justo valor em instrumentos financeiros;
- g) Rendimentos resultantes da aplicação do justo valor em activos biológicos consumíveis que não sejam explorações silvícolas plurianuais;
- h) Mais-valias realizadas;
- i) Indemnizações auferidas, seja a que título for;
- j) Subsídios à exploração.

2 – É ainda considerado como rendimento o valor correspondente aos produtos entregues a título de pagamento do real imposto sobre a natureza que for devido nos termos da legislação aplicável.

3 – Concorre para a formação do lucro tributável do associante, na associação à quota, o rendimento auferido da sua participação social correspondente ao valor da prestação por si devida ao associado.

ARTIGO QUINTO – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POSITIVAS.

1 – Concorrem ainda para a formação do lucro tributável as variações patrimoniais positivas não reflectidas no resultado líquido do período de tributação, nomeadamente:

- a) As entradas de capital, incluindo os prémios de emissão de acções, as coberturas de prejuízos a qualquer título efectuadas pelos titulares do capital, bem como outras variações patrimoniais positivas que decorram de operações sobre instrumentos de capital próprio da entidade emitente, incluindo as que resultem da atribuição de instrumentos financeiros derivados que devam ser reconhecidos como instrumentos de capital próprio;
- b) As mais-valias potenciais ou latentes, ainda que expressas na contabilidade, incluindo as reservas de reavaliação ao abrigo da legislação de carácter fiscal;
- c) As contribuições, incluindo a participação nas perdas do associado ou associante, no âmbito da associação em participação e da associação à quota;

2 – Exclui-se do âmbito do número anterior, as relativas a impostos sobre o rendimento.

3 – Para efeitos da determinação do lucro tributável, considera-se como valor de aquisição de incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, o seu valor de mercado.

ARTIGO SEXTO – SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ACTIVOS NÃO CORRENTES.

1 – As inclusões no lucro tributável dos subsídios relacionados com activos não correntes obedece às seguintes normas:

- a) Sempre que os subsídios respeitem a activos depreciables ou amortizáveis, deve ser incluída no lucro tributável uma parte do subsídio atribuído, independentemente do recebimento, na mesma proporção de depreciação ou amortização calculada sobre o custo de aquisição ou de produção, sem prejuízo do disposto no número 2;
- b) Sempre que os subsídios não respeitem a activos referidos na alínea anterior, devem ser incluídos no lucro tributável em fracções iguais, durante os períodos de tributação em que os elementos a que respeitam sejam inalienáveis nos termos da lei ou do contrato ao abrigo dos quais os mesmos foram concedidos ou nos demais casos durante 10 anos, sendo o primeiro o do recebimento do subsídio.

2 – Nos casos em, que a inclusão no lucro tributável dos subsídios se efectue nos termos da alínea a) do número anterior, na proporção da depreciação ou amortização calculada sobre o custo da aquisição, tem como limite mínimo a que proporcionalmente corresponde à quota mínima de depreciação ou amortização nos termos do disposto no número 6 do artigo 13º, do presente capítulo.

ARTIGO SÉTIMO – GASTOS.

1 – Consideram-se gastos, os que comprovadamente sejam indispensáveis para a realização dos rendimentos sujeitos a imposto ou para a manutenção da fonte produtora, nomeadamente:

- a) Os relativos à produção ou aquisição de quaisquer bens ou serviços, tais como matérias utilizadas, mão-de-obra, energia e outros custos gerais de produção, manutenção, conservação, reparação e restauro inerentes ao exercício da actividade ou ao imobilizado;
- b) Os relativos à distribuição e venda, nomeadamente os de embalagem, transporte, publicidade e colocação de mercadorias e produtos;
- c) De natureza financeira, tais como juros de capitais alheios aplicados na exploração, descontos, ágios, transferências, diferenças de câmbio, custos com operações de crédito, cobrança de dívidas e emissão de obrigações e outros títulos, prémios de reembolso e os resultantes da aplicação do método do juro efectivo aos instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado;
- d) De natureza administrativa, tais como remunerações, incluindo as atribuídas a título de participação de lucros, ajudas de custo, material de consumo corrente, transportes e comunicações, rendas, contencioso, seguros, incluindo os de vida e operações do ramo vida, contribuições para fundos de poupança-reforma, contribuições para fundos de pensões e para quaisquer regimes complementares de segurança social, bem como os custos com benefícios de cessação de emprego e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados;

- e) Os relativos a análises, racionalização, investigação e consulta;
- f) De natureza fiscal e parafiscal;
- g) Depreciações e amortizações;
- h) Ajustamentos em inventários, perdas por imparidade e provisões;
- i) Custos resultantes da aplicação do justo valor em instrumentos financeiros;
- j) Custos resultantes da aplicação do justo valor em activos biológicos consumíveis que não sejam explorações silvícolas plurianuais;
- k) Menos-valias realizadas;
- l) Indemnizações resultantes de eventos cujo risco não seja segurável.

2 – Não são aceites como gastos as despesas ilícitas, designadamente as que decorram de comportamentos que fundadamente indiciem a violação da legislação penal portuguesa, mesmo que ocorridos fora do alcance territorial da sua aplicação.

3 – Não são aceites como gastos do período de tributação os suportados com a transmissão onerosa de partes de capital, qualquer que seja o título por que se opera, quando detidas pelo alienante por período inferior a 3 anos e desde que:

- a) As partes de capital tenham sido adquiridas a entidades com as quais existam relações especiais nos termos do disposto no número 4 do artigo 1º, do capítulo quinto, do presente título;
- b) As partes de capital tenham sido adquiridas a entidades residentes em espaço territorial português sujeitas a um regime especial de tributação.

4 – Não são aceites também como gasto do período de tributação os suportados com a transmissão onerosa de partes de capital qualquer que seja o título por que se opere, sempre que a entidade alienante tenha resultado de transformação, incluindo a modificação do objecto social da sociedade à qual fosse aplicável regime fiscal diverso relativamente a estes gastos e tenham decorrido menos de 3 anos entre a data da verificação desse facto e a data da transmissão.

5 – Não são igualmente aceites como gastos do período de tributação os suportados com a transmissão onerosas de partes de capital, qualquer que seja o título por que se opere, a entidades com os quais existam relações especiais nos termos do disposto no número 4 do artigo 1º, do capítulo quinto, do presente título ou a entidades residentes em espaço territorial português sujeitas a um regime especial de tributação, bem como as mais-valias resultantes de mudanças no modelo de valorização relevantes para efeitos fiscais nos termos do disposto no número 9 do artigo 2º, do presente capítulo, que decorram designadamente da reclassificação contabilística ou de alterações nos pressupostos referidos na alínea a) do número 9 do mesmo artigo.

ARTIGO OITAVO – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS NEGATIVAS.

1 – Nas mesmas condições referidas para os gastos nos termos do disposto no artigo anterior, concorrem ainda para a formação do lucro tributável as variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado líquido do período de tributação,

nomeadamente as prestações do associante ao associado, no âmbito da associação em participação, excepto:

- a) As que consistam em liberalidades ou não estejam relacionadas com a actividade do contribuinte sujeito ao real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas;
- b) As menos-valias potenciais ou latentes, ainda que expressas na contabilidade;
- c) As saídas em dinheiro ou em espécie, em favor dos titulares do capital, a título de remuneração ou de redução do mesmo, ou de partilha do património, bem como outras variações patrimoniais negativas que decorram de operações sobre instrumentos de capital próprio da entidade emitente ou da sua reclassificação;
- d) As relativas a impostos sobre o rendimento.

ARTIGO NONO – RELOCAÇÃO FINANCEIRA E VENDA COM LOCAÇÃO DE RETOMA.

1 – No caso de entrega de um bem objecto de locação financeira ao locador seguida de relocação desse bem ao mesmo locatário, não há lugar ao apuramento de qualquer resultado para efeitos fiscais em consequência dessa entrega, continuando o bem a ser depreciado ou amortizado para efeitos fiscais pelo locatário, de acordo com o regime que vinha sendo seguido até então.

2 – No caso de venda de bens seguida de locação financeira pelo vendedor desses mesmos bens, observa-se o seguinte:

- a) Se os bens integravam os inventários do vendedor, não há lugar ao apuramento de qualquer resultado fiscal em consequência dessa venda e os mesmos são valorizados para efeitos fiscais ao custo inicial de aquisição ou de produção, sendo este o valor a considerar para efeitos da respectiva depreciação;
- b) Nos demais casos é aplicável o disposto no número 1, com as necessárias adaptações.

ARTIGO DÉCIMO – INVENTÁRIOS.

1 – Para efeitos da determinação do lucro tributável, os rendimentos e gastos dos inventários são os que resultam da aplicação de métodos que utilizem:

- a) Custos de aquisição ou de produção;
- b) Custos padrões apurados de acordo com as técnicas contabilísticas adequadas;
- c) Preços de venda deduzidos da margem normal de lucro;
- d) Preços de venda dos produtos colhidos de activos biológicos no momento da colheita, deduzidos dos custos estimados no ponto de

venda, excluídos os de transporte e outros necessários para colocar os produtos no mercado;

- e) Valorimetrias especiais para os inventários tidos por básicos ou normais.

2 – No caso de os inventários requererem um período superior a 1 ano para atingirem a condição de uso ou venda, incluem-se no custo de aquisição ou de produção os custos de empréstimos obtidos que lhe sejam directamente atribuíveis de acordo com a normalização contabilística especificamente aplicável.

3 – Sempre que a utilização de custos padrões conduza a desvios significativos, podem os órgãos de soberania fiscais efectuar as correcções adequadas, tendo presente o campo de aplicação dos mesmos, o montante das vendas e dos inventários finais e o grau de rotação dos inventários.

4 – Consideram-se preços de venda os constantes de elementos oficiais ou os últimos que em condições normais tenham sido praticados pelo sujeito passivo ou ainda os que no termo do período de tributação forem correntes no mercado, desde que sejam considerados idóneos ou de controlo inequívoco.

5 – O método referido na alínea c) do número 1, só é aceite nos sectores de actividade económicos em que o cálculo do custo de aquisição ou de produção se torne excessivamente oneroso ou não possa ser apurado com razoável rigor, podendo a margem normal de lucro nos casos de não ser facilmente determinável ser substituída por uma dedução não superior a 33% do preço de venda.

6 – A utilização de valorimetrias especiais previstas na alínea e) do número 1, carece de autorização prévia dos órgãos de soberania fiscais, solicitada em requerimento em que se indiquem os métodos a adoptar e as razões que os justificam.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MUDANÇA DE MÉTODO DE VALORIMETRIA.

1 – Os métodos adoptados para a valorimetria dos inventários devem ser uniformemente seguidos nos sucessivos períodos de tributação.

2 – Podem no entanto verificar-se mudanças nos referidos métodos sempre que as mesmas se justifiquem por razões de natureza económica ou técnica e sejam aceites pelos órgãos de soberania fiscais.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – AJUSTAMENTOS EM INVENTÁRIOS.

1 – São dedutíveis no apuramento do lucro tributável os ajustamentos em inventários reconhecidos no período de tributação até ao limite da diferença entre o custo de aquisição ou de produção dos inventários e o respectivo valor realizável líquido referido à data do balanço, quando este for inferior àquele.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, compreende-se por valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso normal da actividade do sujeito passivo nos termos do disposto no número 4 do artigo 10º, do presente capítulo, deduzido dos custos necessários de acabamento e venda.

3 – A reversão parcial ou total dos ajustamentos previstos no número 1, concorre para a formação do lucro tributável.

4 – Para os sujeitos passivos que exerçam actividade editorial, o montante anual acumulado do ajustamento corresponde à perda de valor de fundos editoriais constituídos por obra e elementos complementares, desde que tenham decorrido 2 anos após a data da respectiva publicação, que para este efeito se considera coincidente com a data do depósito legal de cada edição.

5 – A desvalorização dos fundos editoriais deve ser avaliada com base nos elementos constantes dos registos que evidenciem o movimento das obras incluídas nos fundos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – MÉTODOS DE CÁLCULO DAS DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES.

1 – O cálculo das depreciações e amortizações faz-se por norma pelo método das quotas constantes.

2 – Os sujeitos passivos podem no entanto optar pelo método de quotas decrescentes relativamente aos activos fixos tangíveis que:

- a) Não tenham sido adquiridos em estado de uso;
- b) Não sejam edifícios, viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, excepto quando afectas à exploração de serviços públicos de transportes ou destinados a ser alugadas no exercício de actividade normal do sujeito passivo, mobiliário e equipamentos sociais.

3 – Podem ainda ser aplicados métodos de depreciação e amortização diferentes dos indicados nos números anteriores, desde que mediante requerimento seja obtido o reconhecimento prévio dos órgãos de soberania fiscais, salvo quando daí não resulte uma quota anual de depreciação ou amortização superior à prevista no artigo seguinte.

4 – É obrigatório nos termos da lei em relação a cada elemento do activo o mesmo método de depreciação ou amortização desde que a sua entrada em funcionamento ou utilização até à sua depreciação ou amortização total, transmissão ou inutilização.

5 – O disposto no número anterior, não prejudica a variação de quotas de depreciação ou amortização de acordo com o regime mais ou menos intensivo ou com outras condições de utilização dos elementos a que respeitam, não podendo no entanto as quotas mínimas imputáveis ao período de tributação ser deduzidas para efeitos de determinação do lucro tributável de outros períodos de tributação.

6 – Para efeitos do número anterior, as quotas mínimas de depreciação ou amortização são as calculadas com base em taxas iguais a metade das fixadas segundo o

método das quotas constantes, salvo quando os órgãos de soberania fiscais concederem previamente autorização para a utilização de quotas inferiores a estas, na sequência de apresentação de requerimento em que se indiquem as razões que a justifiquem.

7 – O disposto na parte final do número 5 e no número 6, não é aplicável aos elementos que sejam reclassificados como activos não correntes detidos para venda.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – QUOTAS DE DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO.

1 – No método de quotas constantes, a quota anual de depreciação ou amortização que pode ser aceite como gasto do período de tributação, determina-se aplicando as taxas de depreciação ou amortização definidas no decreto regulamentar que estabelece o respectivo regime aos seguintes valores:

- a) Custo de aquisição ou de produção;
- b) Valor resultante de reavaliação ao abrigo da legislação de carácter fiscal;
- c) Valor de mercado, à data de abertura da escrita, para os bens objecto de avaliação para esse efeito, quando não seja conhecido o custo de aquisição ou de produção.

2 – Relativamente aos elementos para que não se encontrem, fixadas taxas de depreciação ou amortização, são aceites as que pelos órgãos de soberania fiscais sejam consideradas razoáveis, tendo presente o período de utilidade prevista.

3 – Sempre que se aplique o método das quotas decrescentes, a quota anual de depreciação que pode ser aceite como gasto do período de tributação, determina-se multiplicando-se os valores mencionados no número 1, que ainda não tenham sido depreciados pelas taxas de depreciação referidas nos números 1 e 2, corrigidas pelos seguintes coeficientes máximos:

- a) 1,5, se o período de vida útil do elemento é inferior a 5 anos;
- b) 2, se o período de vida útil do elemento é de 5 ou 6 anos;
- c) 2,5, se o período de vida útil do elemento é superior a 6 anos.

4 – O período de vida útil do elemento do activo é o que se deduz das taxas de depreciação ou amortização referidas nos números 1 e 2.

5 – Tratando-se de bens adquiridos em estado de uso ou de grandes reparações e beneficiações de elementos do activo sujeitos a deperecimento, as correspondentes taxas de depreciação são calculadas com base no período de utilidade esperada de uns e outros.

6 – Os sujeitos passivos podem optar no ano de início de funcionamento ou utilização dos elementos por uma taxa de depreciação ou amortização deduzida da taxa anual, em conformidade com os números anteriores e correspondente ao número de meses contados desde o mês de entrada em funcionamento ou utilização dos elementos.

7 – No caso referido no número anterior, no ano em que se verificar a transmissão, a inutilização ou o termo de vida útil dos mesmos elementos só são aceites depreciações

ou amortizações correspondentes ao número de meses decorrido até ao mês anterior ao da verificação desses factos.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO.

1 – As despesas com projectos de desenvolvimento podem ser consideradas como gasto fiscal no período de tributação em que sejam suportadas.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se despesas com projectos de desenvolvimento as realizadas pelo sujeito passivo através da exploração de resultados de exercícios de investimento ou de outros conhecimentos científicos ou técnicos tendo presente a descoberta ou a melhoria substancial de matérias-primas, produtos, serviços ou processos de produção.

3 – O preceituado no número 1, não é aplicável aos projectos de desenvolvimento efectuados para outrem mediante contrato.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ELEMENTOS DE REDUZIDO VALOR.

1 – Relativamente a elementos do activo sujeitos a deprecimento cujos custos unitários não ultrapassem os 100 contos, é aceite a dedução no período de tributação do respectivo custo de aquisição ou de produção, excepto se façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – GASTOS NÃO DEDUTÍVEIS PARA EFEITOS FISCAIS.

1 – Não são aceites como gastos:

- a) As depreciações e amortizações de elementos do activo não sujeitos a deprecimento;
- b) As depreciações de imóveis na parte correspondente ao valor dos terrenos ou na não sujeita a deprecimento;
- c) As depreciações e amortizações que excedam os limites estabelecidos nos artigos anteriores;
- d) As depreciações e amortizações praticadas para além do período máximo de vida útil, ressalvando-se os casos especiais devidamente justificados e aceites pelos órgãos de soberania fiscais;
- e) As depreciações de viaturas ligeiras ou mistas, nomeadamente veículos eléctricos, na parte correspondente ao custo de aquisição ou ao valor de reavaliação excedente ao montante a definir por portaria da área presidencial fiscal, bem como das embarcações de recreio e aeronaves de turismo, desde que tais bens não estejam afectos à exploração de serviços públicos de transportes ou não se destinem a ser alugados no exercício da actividade normal do sujeito passivo.

2 – Para efeitos do disposto na alínea d) do número anterior, o período máximo de vida útil é o que se deduz das quotas mínimas de depreciação ou amortização, nos termos do disposto no número 6 do artigo 13º, do presente capítulo, contado a partir do ano de entrada em funcionamento ou utilização dos elementos a que respeitem.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PERDAS POR IMPARIDADE FISCALMENTE DEDUTÍVEIS.

1 – Podem ser deduzidas para efeitos fiscais as seguintes perdas por imparidade contabilizadas no mesmo período de tributação ou em período de tributação anterior:

- a) As relacionadas com créditos resultantes da actividade normal que no fim do período de tributação possam ser consideradas de cobrança duvidosa e sejam evidenciadas como tal na contabilidade;
- b) As relativas a recibos por cobrar reconhecidas pelas empresas de seguros;
- c) As que consistam em desvalorizações excepcionais verificadas em activos fixos tangíveis, activos intangíveis, activos biológicos não consumíveis e propriedades de investimento.

2 – Podem também ser deduzidas para efeitos fiscais as perdas por imparidade e outras correcções de valor contabilizadas no mesmo período de tributação ou em períodos de tributação anteriores, quando constituídos obrigatoriamente por força de normas emanadas pelo real banco de Portugal, de carácter genérico e abstrato, pelas entidades sujeitas à sua supervisão e pelas sucursais em Portugal de instituições de crédito e outras instituições financeiras externas, destinadas à cobertura de risco específico de crédito e de risco-estado e para menos-valias de títulos e outras aplicações.

3 – As perdas por imparidade e outras correcções de valor referidas nos números anteriores, que não devam subsistir, por deixarem de se verificar as condições objectivas que as determinaram, consideram-se componentes positivas do lucro tributável do respectivo período de tributação.

4 – As perdas por imparidade de activos depreciables ou amortizáveis que não sejam aceites fiscalmente como desvalorizações excepcionais, são consideradas como gastos, em partes iguais durante o período de vida útil restante desse activo ou sem prejuízo do disposto nos artigos 21º e 29º, do presente capítulo, até ao período de tributação anterior àquele em que se verificar o abate físico, o desmantelamento, o abandono, a inutilização ou a transmissão do mesmo.

ARTIGO DÉCIMO NONO – PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITOS.

1 – Para efeitos da determinação das perdas por imparidade previstas na alínea a) do número 1 do artigo anterior, consideram-se créditos de cobrança duvidosa aqueles em que o risco de incobrabilidade esteja devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:

- a) O devedor tenha pendente processo de insolvência e de recuperação de empresas ou processo de execução;
- b) Os créditos tenham sido reclamados judicialmente;
- c) Os créditos estejam em mora há mais de 183 dias desde a data do respectivo vencimento e existam provas objectivas de imparidade e de terem sido efectuados diligências para o seu recebimento.

2 – O montante anual acumulado de perdas por imparidade de créditos referidos na alínea a) do número anterior, não pode ser superior às seguintes percentagens dos créditos em mora:

- a) 25%, para créditos em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 50%, para créditos em mora há mais de 12 meses e até 18 meses;
- c) 75%, para créditos em mora há mais de 18 meses e até 24 meses;
- d) 100%, para créditos em mora há mais de 24 meses.

3 – Não são considerados de cobrança duvidosa:

- a) Os créditos sobre os órgãos de soberania, empresas e instituições estatais ou aqueles em que estas entidades tenham prestado aval;
- b) Os créditos cobertos por seguro, com excepção da importância correspondente à percentagem de descoberto obrigatório ou por qualquer espécie de garantia real;
- c) Os créditos sobre pessoas singulares ou colectivas que pertençam ao capital social da empresa ou sobre membros dos seus órgãos sociais, salvo os casos previstos na alínea a) e b) do número 1;
- d) Os créditos sobre empresas participadas, salvo nos casos previstos nas alíneas a) e b) do número 1.

ARTIGO VIGÉSIMO – EMPRESAS DO SECTOR BANCÁRIO.

1 – O montante anual acumulado de perdas por imparidade e outras correcções de valor para risco específico de crédito e para risco-estado a que se refere o número 2 do artigo 18º, do presente capítulo, não pode ultrapassar o que corresponder à aplicação dos limites mínimos obrigatórios por força dos avisos e instruções emanados da entidade de supervisão.

2 – As perdas por imparidade e outras correcções de valor referidos no número anterior, só são aceites quando relativos a créditos resultantes de actividade normal, não abrangendo os créditos excluídos pelas normas emanadas da entidade de supervisão e ainda os seguintes:

- a) Os créditos em que os órgãos de soberania e outras entidades públicas tenham prestado aval;
- b) Os créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis;
- c) Os créditos garantidos por contrato de seguro de crédito ou caução, com excepção da importância correspondente à percentagem do descoberto obrigatória;

- d) Os créditos nas condições previstas nas alíneas c) e d) do número 3 do artigo anterior.

3 – As menos-valias de aplicações referidas no número 2 do artigo 18º, do presente capítulo, devem corresponder ao total das diferenças entre o custo das aplicações decorrentes da recuperação de créditos resultantes da actividade normal e o respectivo valor de mercado, quando este for inferior àquele.

4 – Os montantes anuais acumulados de perdas por imparidade e outras correcções de valor referidos no número 2 do artigo 18º, do presente capítulo, não devem ultrapassar os valores mínimos que resultem da aplicação das normas emanadas da entidade de supervisão.

5 – O regime constante do presente artigo, em tudo o que não estiver especialmente previsto, obedece à regulamentação específica aplicável.

6 – Quando se verifique a anulação das previsões para riscos gerais de crédito, bem como de perdas por imparidade e outras correcções de valor não previstas no número 2 do artigo 18º, do presente capítulo, são consideradas rendimentos do período de tributação, em primeiro lugar aquelas que tenham sido aceites como gasto fiscal no período de tributação da respectiva constituição.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – DESVALORIZAÇÕES EXCEPCIONAIS.

1 – Podem ser aceites como perdas por imparidade as desvalorizações excepcionais referidas na alínea a) do número 1 do artigo 18º, do presente capítulo, provenientes de causas anormais devidamente comprovadas, designadamente desastres, fenómenos naturais, inovações técnicas excepcionalmente rápidas ou alterações significativas, com efeito adverso no contexto legal.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, o sujeito passivo deve obter a aceitação dos órgãos de soberania fiscais, mediante exposição devidamente fundamentada, a apresentar até ao fim do primeiro mês do período de tributação seguinte ao da ocorrência dos factos que determinaram as desvalorizações excepcionais, acompanhada de documentação comprovativa dos mesmos, designadamente de decisão do competente órgão de gestão que confirme aqueles factos, de justificação do respectivo montante, bem como da indicação do destino a dar aos activos quando o abate físico, o desmantelamento, o abandono ou a inutilização destes não ocorra no mesmo período de tributação.

3 – Quando os factos que determinaram as desvalorizações excepcionais dos activos e o abate físico, o desmantelamento, o abandono ou a inutilização ocorrerem no mesmo período de tributação, o valor líquido fiscal dos activos, corrigido de eventuais valores recuperáveis, pode ser aceite como gasto do período, desde que:

- a) Seja comprovado o abate físico, desmantelamento, abandono ou a inutilização dos bens, através do respectivo auto, assinado por duas

testemunhas e identificados e comprovados os factos que originaram as desvalorizações excepcionais;

- b) O auto seja acompanhado de relação discriminativa dos elementos em causa, contendo relativamente a cada activo a descrição, o ano e o custo de aquisição, bem como o valor líquido contabilístico e o valor líquido fiscal;
- c) Seja comunicado ao órgão de soberania fiscal da área de circunscrição geográfica do local onde aqueles bens se encontrem, com a antecedência mínima de 15 dias, o local, a data e a hora do abate físico, o desmantelamento, o abandono ou a inutilização e o total do valor líquido fiscal dos mesmos.

4 – O disposto nas alíneas a) a c) do número anterior, deve igualmente observar-se nas situações previstas no número 2, no período de tributação em que venha a efectuar-se o abate físico, o desmantelamento, o abandono ou a inutilização dos activos.

5 – A aceitação referida no número 2, é da competência do dirigente máximo da matriz fiscal da área de circunscrição geográfica da sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável do sujeito passivo.

6 – A documentação a que se refere o número 3, deve integrar o processo de documentação fiscal nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PROVISÕES FISCALMENTE DEDUTÍVEIS.

1 – Podem ser deduzidas para efeitos fiscais as seguintes provisões:

- a) As que se destinem a fazer face a obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso por factos que determinariam a inclusão daqueles entre os gastos do período de tributação;
- b) As que se destinem a fazer face a encargos com garantias a clientes previstas em contratos de venda e de prestação de serviços;
- c) As provisões técnicas constituídas obrigatoriamente, por força de normas emanadas pelo real banco de Portugal relativamente a seguros, de carácter genérico e abstracto, pelas empresas de seguros sujeitas à supervisão e pelas sucursais em Portugal de empresas seguradoras externas;
- d) As que constituídas pelas empresas pertencentes ao sector económico da extracção, se destinam a fazer face aos encargos com a reparação dos danos de carácter ambiental dos locais afectos à exploração, sempre que tal seja obrigatório e após a cessação destas nos termos da legislação aplicável.

2 – A determinação das provisões referidas no número anterior, deve ter por base as condições existentes no final do período de tributação.

3 – Quando a provisão for reconhecida pelo valor presente, os gastos resultantes do respectivo desconto ficam igualmente sujeitos a este regime.

4 – As provisões a que se referem as alíneas a) a c) do número 1, que não devam subsistir por não se terem verificado os factos a que se reportam e as que forem utilizadas para fins diversos dos expressamente previstos no presente artigo, consideram-se rendimentos do respectivo período de tributação.

5 – O montante anual da provisão para garantias a clientes a que se refere a alínea b) do número 1, é determinado pela aplicação às vendas e prestações de serviços sujeitas a garantia efectuadas no período de tributação de uma percentagem que não pode ser superior à que resulta da proporção entre a soma dos encargos derivados de garantia a clientes efectivamente suportados nos últimos dois períodos de tributação e a soma das vendas e prestações de serviços sujeitas a garantia efectuadas nos mesmos períodos.

6 – O montante anual acumulado das provisões técnicas referidas na alínea c) do número 1, não devem ultrapassar os valores mínimos que resultem da aplicação das normas emanadas da entidade de supervisão.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PROVISÕES PARA REPARAÇÃO DE DANOS DE CARÁCTER AMBIENTAL.

1 – A dotação anual da provisão a que se refere a alínea d) do número 1 do artigo anterior, corresponde ao valor que resulta da divisão dos encargos estimados com a reparação de danos de carácter ambiental dos locais afectos à exploração nos termos da alínea a) do número 3, pelo número de anos de exploração previsto em relação aos mesmos.

2 – Pode ser aceite um montante anual de provisão diferente do referido no número anterior, quando o nível previsto de exploração for irregular ao longo do tempo, devendo nesse caso mediante requerimento do sujeito passivo interessado a apresentar no primeiro período de tributação em que sejam aceites como gastos dotações para a mesma, ser obtida autorização prévia dos órgãos de soberania fiscais, para um plano de constituição de provisões que tenha presente esse nível de actividade.

3 – A constituição da provisão fica subordinada à observância das seguintes condições:

- a) Apresentação de um plano previsional de encerramento de exploração, com indicação detalhada dos exercícios a realizar com a reparação dos danos de carácter ambiental e a estimativa dos encargos inerentes e a referência do número de anos de exploração previsto e eventual irregularidade ao longo do tempo do nível previsto de actividade, sujeito a aprovação pelos organismos competentes;
- b) Constituição de um fundo, representado por investimentos financeiros cuja gestão pode competir ao próprio sujeito passivo, de montante equivalente ao do saldo acumulado da provisão no final de cada período de tributação.

4 – Sempre que da revisão do plano previsional referido na alínea a) do número anterior, resultar uma alteração da estimativa dos encargos inerentes à recuperação ambiental dos locais afectos à exploração ou se verificar uma alteração no número de anos de exploração previsto, deve proceder-se do seguinte modo:

- a) Tratando-se de acréscimo dos encargos estimados ou de redução do número de anos de exploração, passa a efectuar-se o cálculo da dotação anual considerando o total dos encargos ainda não provisionados e o número de anos de actividade que ainda restem à exploração, incluindo o do próprio período de tributação da revisão;
- b) Tratando-se de diminuição de encargos estimados ou de aumento do número de anos de exploração, a parte da provisão em excesso correspondente ao número de anos já decorrido, deve ser objecto de reposição no período de tributação da revisão.

5 – A constituição do fundo a que se refere a alínea b) do número 3, é dispensada quando seja exigida a prestação de caução a favor da entidade que aprova o plano ambiental e de recuperação paisagística de acordo com o regime jurídico de exploração da respectiva actividade.

6 – A provisão deve ser aplicada na cobertura dos encargos a que se destina até ao fim do terceiro período de tributação seguinte ao do encerramento da exploração.

7 – Decorrido o prazo previsto no número anterior, sem que a provisão tenha sido utilizada total ou parcialmente nos fins para que foi criada, a parte não aplicada deve ser considerada como rendimento do terceiro período de tributação posterior ao do final da exploração.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – CRÉDITOS INCOBRÁVEIS.

1 – Os créditos incobráveis podem ser directamente considerados gastos ou perdas do período de tributação, na medida em que tal resulte de processo de insolvência e de recuperação de empresas, de processo de execução ou de procedimento extrajudicial de conciliação para viabilização de empresas em situação de insolvência ou em situação económica difícil mediado pelo ministro competente, quando relativamente aos mesmo não tenha sido admitida perda por imparidade ou sendo-o esta se mostre insuficiente.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – REALIZAÇÕES DE UTILIDADE SOCIAL.

1 – São também dedutíveis os gastos do período de tributação, incluindo depreciações ou amortizações e rendas de imóveis, relativos à manutenção facultativa de creches, lactários, jardins-de-infância, cantinas, bibliotecas e escolas, bem como outras realizações de utilidade social como tal reconhecidas pelos órgãos de soberania fiscais, efectuadas em benefício dos profissionais ou dos reformados da empresa e respectivos familiares, desde que afirmem um carácter geral e não revistam a natureza de rendimentos do exercício dependente.

2 – São igualmente considerados gastos do período de tributação, até ao limite de 10% das despesas com pessoal escrituradas a título de remunerações, ordenados ou salários respeitantes ao período de tributação, os suportados com contratos de seguros de vida, contribuições para fundos de pensões e equiparáveis ou quaisquer regimes complementares de segurança social, que garantam exclusivamente o benefício de reforma, pré-reforma, complemento de reforma, benefícios de saúde pós-emprego, invalidez ou sobrevivência a favor dos profissionais da empresa.

3 – Aplica-se o disposto no número anterior desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições, à excepção das alíneas d) e e), quando se trate de seguros de doença, de acidentes pessoais ou de seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de falecimento ou invalidez:

- a) Os benefícios devem ser estabelecidos para a generalidade dos profissionais permanentes da empresa ou no âmbito de instrumento de regulação colectiva laboral para as classes profissionais onde os profissionais se inserem;
- b) Os benefícios devem ser estabelecidos segundo um critério objectivo e idêntico para todos os profissionais ainda que não pertencentes à mesma classe profissional, salvo em cumprimento de instrumentos de regulamentação colectiva laboral;
- c) Sem prejuízo do disposto no número 6, a totalidade dos prémios e contribuições previstas no número 2, não devam exceder anualmente os limites naqueles estabelecidos ao caso aplicáveis, não sendo o excedente considerado gasto do período de tributação;
- d) Sejam efectivamente pagos sob a forma de prestação pecuniária mensal vitalícia pelo menos dois terços dos benefícios em caso de reforma, invalidez ou sobrevivência, sem prejuízo da remissão de rendas vitalícias em pagamento que não tenham sido fixadas judicialmente nos termos e condições estabelecidos em norma regulamentar emitida pela respectiva entidade de supervisão e desde que seja apresentada prova dos respectivos pressupostos pelo sujeito passivo;
- e) As disposições do regime legal de pré-reforma e do regime geral de segurança social sejam acompanhados no que refere à idade e aos titulares do direito às correspondentes prestações, sem prejuízo do regime especial de segurança social, de regime previsto em instrumento de regulamentação colectiva laboral ou de outro regime legal especial ao caso aplicáveis;
- f) A gestão e disposição das importâncias despendidas não pertençam à própria empresa, os contratos de seguros sejam celebrados com empresas de seguros que possuam sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em espaço territorial português, ou com empresas de seguros que estejam autorizadas a operar em Portugal em livre prestação de serviços e os fundos de pensões ou equiparáveis sejam constituídos de acordo com a legislação portuguesa;
- g) Não sejam considerados rendimentos do exercício dependente nos termos do disposto da primeira parte da subalínea 1. da alínea b) do

número 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro anterior.

4 – Para os efeitos dos limites estabelecidos no número 2, não são considerados os valores actuais dos encargos com pensionistas já existentes na empresa à data da celebração do contrato de seguro ou da integração em esquemas complementares de prestação de segurança social previstos na respectiva legislação, devendo esse valor calculado actuarialmente ser certificado pelas seguradoras ou outras entidades competentes.

5 – As contribuições destinadas à cobertura de responsabilidades com pensões previstas no número 2 dos profissionais no activo em 31 de dezembro do ano anterior ao da celebração dos contratos de seguro ou de entrada para fundos de pensões, por tempo de serviço anterior a essa data, são igualmente aceites como gastos nos termos e condições estabelecidas nos números 2 e 3, não podendo no caso de aquelas responsabilidades ultrapassarem os limites estabelecidos no número 2, o excedente ser considerado como gasto do período de tributação.

6 – As contribuições suplementares destinadas à cobertura de responsabilidades por encargos com benefícios de reforma, quando efectuados em consequência de alterações dos pressupostos actuariais em que se basearam os cálculos iniciais daquelas responsabilidades e desde que devidamente certificados pelas entidades competentes, podem também ser aceites como gastos no período de tributação nos termos dos limites referidos no número 2, não sendo o excedente considerado gasto do período de tributação.

7 – Para efeitos do número anterior, não são consideradas as contribuições suplementares destinadas à cobertura de responsabilidades com pensionistas, não devendo igualmente ser consideradas as eventuais contribuições efectuadas para cobertura de responsabilidades passadas nos termos do número 4.

8 – No caso de incumprimento das condições estabelecidas nos números 2 e 3, à excepção das referidas nas alíneas c) e g) do número 3, ao valor do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas liquidado relativamente a esse período de tributação, deve ser adicionado o real imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas correspondente aos prémios e contribuições considerados como gasto em cada um dos períodos de tributação anteriores nos termos do presente artigo, agravado de uma importância que resulta da aplicação do real imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas correspondente a cada um dos períodos de tributação do produto de 10% pelo número de anos decorrido desde a data em que cada um daqueles prémios e contribuições foram considerados como gastos, não sendo em caso de resgate do benefício da entidade patronal, considerado como rendimento do período de tributação a parte do valor do resgate correspondente ao capital aplicado.

9 – No caso de resgate em benefício da entidade patronal não se aplica o disposto no número anterior, se para a transferência das responsabilidades forem celebrados contratos de seguro de vida com outras seguradoras, que possuam sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em espaço territorial português ou com empresas de seguros que estejam autorizadas a operar em Portugal em livre prestação de serviços ou se forem

efectuadas contribuições para fundos de pensões constituídas de acordo com a legislação portuguesa.

10 – No caso de resgate em benefício da entidade patronal, o disposto no número 8, pode igualmente não se aplicar, se for demonstrada a existência de excesso de fundos originada por cessação de contratos laborais, previamente aceite pelos órgãos de soberania fiscais.

11 – Os órgãos de soberania fiscais podem autorizar que a condição a que se refere a alínea b) do número 3, deixe de se verificar, designadamente em caso de entidades sujeitas a processos de reestruturação empresarial, mediante requerimento a apresentar até ao final do período de tributação da ocorrência das alterações, em que seja demonstrado que a diferenciação introduzida tem por base critérios objectivos.

12 – Consideram-se incluídas no número 1, os gastos suportados com a aquisição de passes sociais em benefício dos profissionais do sujeito passivo, verificados os requisitos aí exigidos.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – QUOTIZAÇÕES A FAVOR DE ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS E DOS MINISTÉRIOS.

1 – É considerado como gasto do período de tributação para efeitos da determinação do lucro tributável, o valor das quotizações pagas pelos associados a favor de associações empresariais e dos ministérios em conformidade com os estatutos.

2 – O montante referido no número anterior não pode contudo exceder o equivalente a 2% do volume de negócios realizado.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – CONTRIBUIÇÕES A FAVOR DOS REAIS INSTITUTOS PORTUGUESES E DAS FORÇAS DE INTERVENÇÃO.

1 – É considerado gasto do período de tributação para efeitos da determinação do lucro tributável o valor total das contribuições pagas pelos sectores de actividade económicos a favor dos reais institutos portugueses competentes do sector de actividade económico, incluindo as participações para as forças de intervenção sempre que as mesmas obrigatórias.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – ENCARGOS NÃO DEDUTÍVEIS PARA EFEITOS FISCAIS.

1 – Não são dedutíveis para efeitos da determinação do lucro tributável os seguintes encargos, mesmo quando contabilizados como gasto do período de tributação:

- a) O real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e quaisquer outros impostos que directa ou indirectamente incidam sobre os lucros;

- b) Os encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com número de identificação fiscal inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cuja cessação de actividade tenha sido declarada oficiosamente nos termos do disposto no número 5 do artigo 6º, do capítulo único, do título primeiro;
- c) Os reais impostos e quaisquer outros encargos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente autorizado a suportar;
- d) As multas, coimas e demais encargos pela prática de infracções de qualquer natureza que não tenham origem contratual, incluindo os juros compensatórios;
- e) As indemnizações pela verificação de eventos cujo risco seja segurável;
- f) As ajudas de custo e os encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do profissional ao serviço da entidade patronal não facturados a clientes, escrituradas a qualquer título, sempre que a entidade patronal não possua por cada pagamento efectuado um mapa através do qual seja possível efectuar o controlo das deslocações a que se referem aqueles encargos, designadamente os respectivos locais, tempo de permanência, objectivo e no caso de deslocação em viatura própria do profissional, identificação da viatura e do respectivo proprietário, bem como o número de quilómetros percorridos, excepto na parte em que haja lugar a tributação em sede do real imposto sobre os rendimentos das pessoas singulares na esfera do respectivo beneficiário;
- g) Os encargos não devidamente documentados;
- h) Os encargos com o aluguer sem condutor de viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, na parte correspondente ao valor das depreciações dessas viaturas que nos termos do disposto nas alíneas c) e e) do número 1 do artigo 17º, do presente capítulo, não sejam aceites como gastos;
- i) Os encargos com combustíveis na parte em que o sujeito passivo não faça prova de que os mesmos respeitam a bens pertencentes ao seu activo ou por este utilizados em regime de locação e de que não ultrapassados os consumos normais;
- j) Os juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos efectuados pelos sócios à sociedade, na parte em que excedam o valor correspondente à taxa de referência a 12 meses definida por portaria da área presidencial das finanças;
- k) As menos-valias realizadas relativamente a embarcações de recreio, aeronaves de turismo e viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, que não estejam afectos à exploração de serviço público de transportes, nem se destinem a ser alugados no exercício da actividade normal do sujeito passivo, excepto na parte que correspondam ao valor fiscalmente depreciável nos termos do disposto na alínea e) do número 1 do artigo 17º, do presente capítulo, ainda não aceite como gasto;

- l) Os gastos relativos à participação nos lucros por membros de órgãos sociais e profissionais da empresa, quando as respectivas importâncias não sejam pagas ou colocadas à disposição dos beneficiários até ao fim do período de tributação seguinte;
- m) Sem prejuízo da alínea anterior, os gastos relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais, quando os beneficiários sejam titulares directa ou indirectamente de partes representativas do capital social.

2 – A diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital, incluindo a sua remissão e amortização com redução de capital, bem como outras perdas ou variações patrimoniais negativas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio, designadamente prestações suplementares, concorrem para a formação do lucro tributável em apenas metade do seu valor.

3 – Os órgãos de soberania fiscais devem disponibilizar a informação relativa à situação cadastral dos sujeitos passivos relevantes para os efeitos do disposto na alínea b) do número 1.

4 – No caso de não se verificar o requisito enunciado na alínea l) do número 1, ao valor do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas liquidado relativamente ao período de tributação seguinte, adiciona-se o real imposto sobre o rendimentos das pessoas colectivas que deixou de ser liquidado em resultado da dedução das importâncias que não tenham sido pagas ou colocadas à disposição dos interessados no prazo indicado, acrescido de juros compensatórios correspondentes.

5 – Para efeitos da alínea m) do número 1, considera-se que o beneficiário detém indirectamente as partes do capital da sociedade, quando as mesmas sejam da titularidade do cônjuge, respectivos ascendentes ou descendentes até ao 2º grau, sendo igualmente aplicáveis com as necessárias adaptações as normas sobre a equiparação de titularidade estabelecidas no livro décimo quinto, da parte primeira, da presente matéria, do presente código.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – CONCEITO DE MAIS-VALIAS E DE MENOS-VALIAS.

1 – Consideram-se mais-valias ou menos-valias as realizadas com ganhos obtidos ou perdas sofridas mediante transmissão onerosa, qualquer que seja o título por que se opera, bem como as decorrentes de sinistros ou resultantes de afectação permanente a fins alheios à actividade exercida, respeitantes a:

- a) Activos fixos tangíveis, activos intangíveis, activos biológicos que não sejam consumíveis e propriedades de investimento, ainda que qualquer destes activos tenha sido reclassificado como activo não corrente detido para venda;

- b) Instrumentos financeiros, com excepção dos reconhecidos pelo justo valor nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do número 9 do artigo 2º, do presente capítulo.

2 – As mais-valias e as menos-valias são dadas pela diferença entre o valor da realização liquidado dos encargos que lhe sejam inerentes e o valor de aquisição deduzido das perdas por imparidade e outras correcções de valor previstas no artigo 18º, do presente capítulo, bem como das depreciações ou amortizações aceites fiscalmente, sem prejuízo do disposto na parte final do número 5 do artigo 13º, do presente capítulo.

3 – Considera-se valor de realização:

- a) No caso de troca, o valor de mercado dos bens ou direitos, acrescidos ou diminuídos consoante o caso, da importância em dinheiro conjuntamente recebida ou paga;
- b) No caso de expropriações ou de bens sinistrados, o valor da correspondente indemnização;
- c) No caso de bens afectos permanentemente a fins alheios à actividade exercida, o seu valor de mercado;
- d) Nos casos de fusão ou cisão, o valor de mercado dos elementos transmitidos em consequência daqueles actos;
- e) No caso de alienação de títulos de dívida, o valor de transmissão líquido dos juros contáveis desde as datas do último vencimento ou da emissão, primeira colocação ou endosso, se ainda não houver ocorrido qualquer vencimento até à data da transmissão, bem como da diferença pela parte correspondente àqueles períodos, entre o valor do reembolso e o preço de emissão, no caso de os títulos cuja remuneração seja constituída total ou parcialmente por aquela diferença;
- f) Nos demais casos, o valor da respectiva contraprestação.

4 – No caso de troca por bens futuros o valor de mercado deste é o que corresponderia à data da troca.

5 – São assimiladas a transmissões onerosas:

- a) A promessa de compra e venda ou de troca, logo que verificada a transição dos bens;
- b) As mudanças no modelo de valorização relevantes para efeitos fiscais nos termos do disposto no número 9 do artigo 2º, do presente capítulo, que decorram designadamente de reclassificação contabilística ou de alteração dos pressupostos referidos na alínea a) do número 9 deste mesmo artigo.

6 – Não se consideram mais-valias ou menos-valias:

- a) Os resultados obtidos em consequência de entrega pelo locatário ao locador de bens objecto de locação financeira;
- b) Os resultados obtidos na transmissão onerosa ou na afectação permanente nos termos referidos no número 1, de títulos de dívida cuja remuneração seja constituída total ou parcialmente pela diferença entre

o valor de reembolso ou de amortização e o preço de emissão, primeira colocação ou endosso.

ARTIGO TRIGÉSIMO – CORRECÇÃO MONETÁRIA DAS MAIS-VALIAS E DAS MENOS-VALIAS.

1 – O valor de aquisição corrigido nos termos do número 2 do artigo anterior, é actualizado mediante aplicação dos coeficientes de desvalorização da moeda para o efeito publicados em portaria da área presidencial das finanças, sempre que à data de realização tenham decorrido pelo menos 2 anos desde a data de aquisição, sendo o valor dessa actualização deduzido para efeitos da determinação do lucro tributável.

2 – A correcção monetária a que se refere o número anterior, não é aplicável a instrumentos financeiros, salvo quanto às partes de capital.

3 – Sempre que nos termos do regime especial previsto nos artigos 13º ao 15º, do capítulo quinto, do presente título, haja lugar a valorização das participações sociais recebidas pelo mesmo valor pela qual as antigas se encontravam registadas, considera-se para efeitos do disposto no número 1, data de aquisição das primeiras a que corresponder às últimas.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – REINVESTIMENTO DOS VALORES DE REALIZAÇÃO.

1 – Para efeitos da determinação do lucro tributável, a diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias calculadas nos termos dos artigos anteriores, realizadas mediante a transmissão onerosa de activos tangíveis, activos biológicos que não sejam consumíveis e propriedades de investimento, detidas por um período não inferior a 1 ano, ainda que qualquer destes activos tenha sido reclassificado como activo não corrente detido para venda ou em consequência de indemnizações por sinistros ocorridos nestes elementos, é considerada em metade do seu valor sempre que no período de tributação anterior ao da realização no próprio período de tributação ou até ao fim do segundo período de tributação seguinte o valor da realização correspondente à totalidade dos referidos activos seja reinvestido na aquisição, produção ou construção de activos fixos tangíveis, de activos biológicos que não sejam consumíveis ou em propriedades de investimento afectos à exploração, com excepção dos bens adquiridos em estado de uso a sujeito passivo dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares ou do real imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas com o qual existam relações especiais definidas no número 4 do artigo 1º, do capítulo quinto, do presente título.

2 – No caso de se verificar apenas o reinvestimento parcial do valor de realização, o disposto no número anterior, é aplicado à parte proporcional da diferença entre as mais-valias e as menos-valias a que o mesmo se refere.

3 – Não é susceptível de beneficiar do regime previsto nos números anteriores, o investimento em que tiverem sido deduzidos os valores referidos no artigo 23º, do presente capítulo.

4 – O disposto nos números anteriores é aplicável à diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital, incluindo a sua remissão e amortização com redução de capital, com as seguintes especificidades:

- a) O valor de realização correspondente à totalidade das partes de capital deve ser reinvestido total ou parcialmente na aquisição de participações no capital de sociedades comerciais ou civis sob forma comercial ou na aquisição, produção ou construção de activos fixos tangíveis, de activos biológicos que não sejam consumíveis ou em propriedades de investimento afectos à exploração nas condições referidas na parte final do número 1;
- b) As participações de capital alienadas devam ter sido detidas por período não inferior a 1 ano e corresponder a pelo menos 10% do capital social da sociedade participada ou ter um valor de aquisição não inferior a 1 000 000 contos, devendo as partes de capital adquiridas se detidas por igual período;
- c) As transmissões onerosas e aquisições de partes de capital não podem ser efectuadas com entidades:
 - 1. Residentes de estados soberanos, território ou região cujo regime de tributação se mostre claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças e fiscal;
 - 2. Com as quais existam relações especiais, excepto quando se destinem à realização de capital social, caso em que o reinvestimento se considera totalmente concretizado quando o valor das participações de capital assim realizadas não seja inferior ao valor de mercado daquelas transmissões.

5 – Para efeitos do disposto nos números 1, 2 e 4, os contribuintes devem mencionar a intenção de efectuar o reinvestimento na declaração a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 1º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, do período de tributação em que a realização ocorra, comprovando na mesma e nas declarações dos dois períodos de tributação seguintes os reinvestimentos efectuados.

6 – Não sendo concretizado total ou parcialmente o reinvestimento até ao fim do segundo período de tributação seguinte ao da realização, considera-se como rendimento desse período de tributação respectivamente a diferença ou a parte proporcional da diferença prevista nos números 1 e 4 não incluídas no lucro tributável majorada em 15%.

7 – Não sendo mantidas na titularidade do adquirente durante o período previsto na alínea b) do número 4, a parte de capital em que se concretizou o reinvestimento é aplicável no período de tributação da alienação o disposto na parte final do número anterior, com as necessárias adaptações, excepto se a transmissão ocorrer no âmbito de uma operação de fusão, cisão entrada de activos ou permuta de acções a que se aplique o regime previsto no artigo 11º, do capítulo quinto, do presente título.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS.

1 – Concorrem para a formação do lucro tributável, salvo as previstas no número 3, os rendimentos ou gastos resultantes da aplicação do justo valor a instrumentos financeiros derivados ou a qualquer outro activo ou passivo financeiro utilizado como instrumento de cobertura restrito à cobertura do risco cambial.

2 – Relativamente às operações cujo objectivo exclusivo seja o de cobertura do justo valor, quando o elemento coberto esteja subordinado a outros modelos de valorização, são aceites fiscalmente os rendimentos ou gastos do elemento coberto reconhecidos em resultados, ainda que não realizados, na exacta medida da quantia igualmente reflectida em resultados de sinal contrário gerada pelo instrumento de cobertura.

3 – Relativamente às operações cujo objectivo exclusivo seja o de cobertura de fluxos de caixa ou de cobertura do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, são diferidos os rendimentos ou gastos gerados pelo investimento de cobertura na parte considerada eficaz, até ao momento em que os gastos ou rendimentos do elemento coberto concorram para a formação do lucro tributável.

4 – Sem prejuízo do disposto no número 6 e desde que se verifique uma relação económica incontestável entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura, de modo a que da operação de cobertura se deva esperar pela elevada eficácia da cobertura do risco em causa, a neutralização dos eventuais rendimentos ou gastos no elemento coberto com uma posição simétrica de gastos ou rendimentos no instrumento de cobertura, são consideradas operações de cobertura as que justificadamente contribuírem para a eliminação ou redução de um risco real de:

- a) Um activo, passivo, compromisso firme, uma transacção prevista com uma elevada probabilidade ou um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira;
- b) Um grupo de activos, passivos, compromissos firmes, umas transacções previstas com uma elevada probabilidade ou uns investimentos líquidos numa unidade operacional com características de risco semelhante; ou
- c) Taxa de juro de totalidade ou parte de uma carteira de activos ou passivos financeiros que partilhem o risco que esteja a ser coberto.

5 – Para efeitos do disposto no número anterior, só é considerada de cobertura a operação na qual o instrumento de cobertura utilizado seja um derivado ou no caso de risco de cobertura cambial, um qualquer activo ou passivo financeiro.

6 – Não são considerados como operações de cobertura:

- a) As operações efectuadas tendo presente a cobertura de riscos a incorrer por outras entidades ou por estabelecimentos da entidade que realiza as operações cujos rendimentos não sejam tributados pelo regime geral de tributação;

- b) As operações que não sejam devidamente identificadas e documentalmente suportadas no processo de documentação fiscal previsto no artigo 3º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro, no que se refere ao relacionamento de cobertura ao objectivo e à estratégia de gestão de risco da entidade para levar a efeito a referida cobertura.

7 – A não verificação dos requisitos referidos no número 4, determina a partir dessa data, a desqualificação da operação como operação de cobertura.

8 – Não sendo efectuada a operação coberta, ao valor do imposto relativo ao período de tributação em que a mesma se efectuaria deve adicionar-se o imposto que deixou de ser liquidado por virtude do disposto nos números 2 e 3 ou não havendo lugar à liquidação do imposto, deve corrigir-se em conformidade com o prejuízo fiscal declarado.

9 – À correcção do imposto referida no número anterior, são acrescidos juros compensatórios, excepto quando tratando-se de uma cobertura prevista no número 3, a operação coberta seja efectuada em pelo menos 80% do respectivo montante.

10 – Se a substância de uma operação ou conjunto de operações diferir na sua forma o montante, a fonte e a natureza dos pagamentos e recebimentos, rendimentos e gastos decorrentes dessa operação, podem ser requalificadas pelos órgãos de soberania fiscais de modo a ter presente essa substância.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – EMPRESAS DE SEGUROS.

1 – Concorrem para a formação do lucro tributável, os rendimentos ou gastos resultantes da aplicação do justo valor aos activos que estejam a representar provisões técnicas do seguro de vida com participação nos resultados ou afectos a contratos em que o risco do seguro é suportado pelo tomador do seguro.

2 – As transferências dos activos referidos no número anterior, de ou para outras carteiras de investimento, são assimiladas a transmissões onerosas efectuadas ao preço de mercado na data da operação.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – DEDUÇÃO DE LUCROS ANTERIORMENTE TRIBUTADOS.

1 – Na determinação do lucro tributável das sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, cooperativas, fundações, associações e empresas públicas com sede ou direcção efectiva em espaço territorial português, bem como das entidades comerciais externas com estabelecimento estável em espaço territorial português, são deduzidos os rendimentos incluídos na base tributável correspondentes a lucros distribuídos, desde que se verifiquem os seguintes requisitos:

- a) A entidade comercial que distribui os lucros tenha sede ou direcção efectiva em Portugal ou possua estabelecimento estável em Portugal e

esteja sujeita e não isenta do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas;

- b) A entidade beneficiária detenha directamente uma participação no capital da entidade comercial que distribui os lucros não inferior a 10% ou com um custo de aquisição não inferior a 1 000 000 contos e esta tenha permanecido na sua titularidade de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da colocação à disposição dos lucros ou se detida há menos tempo, desde que a participação seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período.

2 – Se a detenção da participação mínima referida no número anterior, deixar de se verificar antes de completado o período de 1 ano aí mencionado, deve corrigir-se a dedução na proporção do número de meses em que a mesma participação foi detida.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS.

1 – Havendo prejuízos fiscais apurados em determinado exercício nos termos das disposições anteriores, são deduzidos aos lucros tributáveis de um ou mais três exercícios posteriores.

2 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte nos períodos de tributação em que tiver lugar o apuramento do lucro tributável com base em métodos indirectos, os prejuízos fiscais não são dedutíveis, ainda que se encontrem dentro do período referido no número anterior, não ficando porém prejudicada a dedução dentro daquele período dos prejuízos que não tenham sido anteriormente deduzidos.

3 – Sempre que se efectuarem correcções aos prejuízos fiscais declarados pelo sujeito passivo, devem alterar-se em conformidade as deduções efectuadas, procedendo porém a qualquer anulação ou liquidação, ainda que adicional do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, independentemente do tempo a que o lucro tributável respeite, no ano do exercício em que se verificar a correcção.

4 – O previsto no número 1, deixa de ser aplicável sempre que se verificar à data do termo do período de tributação em que é efectuada a dedução em relação àquele a que respeitam os prejuízos, que foi modificado o objecto social da entidade a que respeita ou alterada de forma substancial, a natureza da actividade anteriormente exercida ou que se verificou a alteração da titularidade de pelo menos 10% do capital social ou da maioria dos direitos de voto.

5 – O presidente da área presidencial fiscal pode autorizar em casos especiais de reconhecido interesse económico e mediante requerimento a apresentar aos órgãos de soberania fiscais, antes da ocorrência das alterações referidas no número anterior, que não seja aplicável a limitação aí prevista.

6 – No caso de a modificação do objecto social ou a alteração substancial da natureza da actividade anteriormente exercida ser consequência da realização de uma operação de fusão, cisão ou entrada de activos à qual se aplique o regime previsto no artigo 11º, do capítulo quinto, do presente título, o requerimento referido no número

anterior, pode ser apresentado até ao fim do mês seguinte à solicitação de registo da operação no órgão de soberania notarial competente.

CAPÍTULO TERCEIRO – ENTIDADES NÃO RESIDENTES.

ARTIGO PRIMEIRO – LUCRO TRIBUTÁVEL DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL.

1 – O lucro tributável imputável a estabelecimento estável de entidades comerciais não residentes é determinado aplicando com as necessárias adaptações o disposto no capítulo anterior.

2 – Podem ser deduzidos como gastos para determinação do lucro tributável os encargos gerais de administração que de acordo com os critérios de repartição aceites e dentro dos limites considerados como razoáveis pelos órgãos de soberania fiscais sejam imputáveis ao estabelecimento estável, devendo esses critérios ser justificados na declaração de rendimentos e uniformemente seguidos nos vários períodos de tributação.

3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos casos em que não seja possível efectuar uma imputação com base na utilização pelo estabelecimento estável dos bens e serviços a que respeitem os encargos gerais, são admissíveis como critérios de repartição nomeadamente os seguintes:

- a) Volume de negócios;
- b) Gastos directos;
- c) Activo fixo tangível.

ARTIGO SEGUNDO – RENDIMENTOS NÃO IMPUTÁVEIS A ESTABELECIMENTO ESTÁVEL.

1 – Os rendimentos não imputáveis a estabelecimento estável situado em espaço territorial português, obtidos por entidades comerciais não residentes, nomeadamente os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, são determinados nos termos da taxa do real imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas a aplicar aos lucros tributáveis.

2 – No caso de prédios urbanos não arrendados ou não afectos a uma actividade económica que sejam detidos por entidades com domicílio em estado soberano, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças e fiscal, considera-se como rendimento predial bruto relativamente ao período de tributação para efeitos do número anterior, o montante correspondente a 1/12 do respectivo valor patrimonial.

3 – O disposto no número anterior, não é aplicável quando a entidade não residente detentora do prédio demonstre que este não é fruído por entidade com domicílio em espaço territorial português e o prédio se encontra devoluto.

4 – Para efeitos da determinação da matéria colectável nos termos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 1º, do capítulo primeiro, do presente título, o valor dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito é calculado de acordo com as normas constantes do número 3 do artigo 5º, do capítulo anterior.

CAPÍTULO QUARTO – DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL POR MÉTODOS INDIRECTOS.

ARTIGO PRIMEIRO – APLICAÇÃO DE MÉTODOS INDIRECTOS.

1 – A aplicação de métodos indirectos efectua-se nos casos e condições previstos nos artigos 7º ao 9º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – O atraso na execução dos livros e registos contabilísticos, bem como a sua não exibição imediata a que se refere o artigo 8º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, só dá lugar a aplicação de métodos indirectos após o decurso do prazo fixado para a sua regularização ou apresentação sem que se mostre cumprida a obrigação.

3 – O prazo a que se refere o número anterior, não deve ser inferior a 5 dias, nem superior a 30 dias e não deve prejudicar a aplicação de sanções que corresponder à infracção eventualmente praticada.

ARTIGO SEGUNDO – MÉTODOS INDIRECTOS.

1 – A determinação do lucro tributável por métodos indirectos é efectuada pelo dirigente máximo da matriz fiscal da área da sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável do sujeito passivo ou por um fiscalista em que este delegue e baseia-se em todos os elementos de que os órgãos de soberania fiscais disponham de acordo com o disposto no artigo 11º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código e demais normas legais aplicáveis.

ARTIGO TERCEIRO – NOTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO.

1 – Os sujeitos passivos são notificados do lucro tributável fixado por métodos indirectos, com indicação dos factos que lhe estiveram na origem, bem como os critérios e cálculos que lhe estão subjacentes.

2 – A notificação a que se refere o número anterior, deve ser efectuada por carta registada com aviso de recepção nos termos previstos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO QUARTO – SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL.

1 – Os sujeitos passivos podem solicitar a revisão do lucro tributável fixado por métodos indirectos nos termos previstos nos artigos 12º e seguintes, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO QUINTO – REVISÃO EXCEPCIONAL DO LUCRO TRIBUTÁVEL.

1 – O lucro tributável determinado por métodos indirectos pode ser revisto nos 3 anos posteriores ao do correspondente acto tributário, sempre que em face de elementos concretos conhecidos posteriormente, se verifique ter havido injustiça grave ou notória em prejuízo do estado ou do sujeito passivo e a revisão seja autorizada pelo dirigente máximo da real chancelaria discal portuguesa.

2 – São aplicáveis no caso previsto no número anterior as disposições dos artigos 3º e 4º, do presente capítulo.

CAPÍTULO QUINTO – DISPOSIÇÕES COMUNS E DIVERSAS.

ARTIGO PRIMEIRO – PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA.

1 – Nas operações comerciais incluindo designadamente operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras, efectuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não ao real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, com o qual esteja em situação de relações especiais, devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticas aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

2 – O sujeito passivo deve adoptar para a determinação dos termos e condições que seriam normalmente acordados, aceites ou praticados entre entidades independentes, o método ou métodos susceptíveis de assegurar o mais elevado grau de comparabilidade entre as operações ou séries de operações que efectua e outras substancialmente idênticas, em situações normais de mercado ou de ausência de relações especiais tendo presente designadamente as características dos bens, direitos ou serviços, a posição de mercado, a situação económica e financeira, a estratégia do negócio e demais características relevantes dos sujeitos passivos envolvidos, as funções por estes desempenhadas, os activos utilizados e a repartição do risco.

3 – Os métodos utilizados devem ser:

- a) O método do preço comparável de mercado, o método do preço de revenda minorado ou o método do custo majorado;

- b) O método do fraccionamento do lucro, o método da margem líquida da operação ou outro, quando os métodos referidos na alínea anterior não possam ser aplicados ou podendo sê-lo não permitam obter a medida mais fiável dos termos e condições que entidades independentes normalmente acordariam, aceitariam ou praticariam.

4 – Considera-se que existem relações especiais entre duas entidades nas situações em que uma tem o poder de exercer directa ou indirectamente uma influência significativa nas decisões de gestão da outra, o que se considera verificado designadamente entre:

- a) Uma entidade e os titulares do respectivo capital, ou os cônjuges, ascendentes ou descendentes destes que detenham directa ou indirectamente uma participação no capital ou dos direitos de voto;
- b) Entidades em que os mesmos titulares do capital, respectivos cônjuges, ascendentes ou descendentes detenham uma participação do capital ou dos direitos de voto;
- c) Uma entidade e os membros dos seus órgãos sociais ou de quaisquer órgãos de administração, direcção, gerência ou fiscalização e respectivos cônjuges, ascendentes e descendentes;
- d) Entidades em que a maioria dos membros dos órgãos sociais ou dos membros de quaisquer órgãos de administração, direcção, gerência ou fiscalização, sejam as mesmas pessoas ou sendo pessoas diferentes estejam ligadas entre si por casamento, união de facto legalmente reconhecida ou parentesco em linha recta;
- e) Entidades ligadas por contrato de subordinação, de grupo paritário ou outro de efeito equivalente;
- f) Empresas que se encontrem em relação de domínio, nos termos em que esta é definida nos termos do livro décimo quinto, da parte primeira, da matéria segunda, do presente código, que estatuem a obrigação de elaborar demonstrações financeiras consolidadas;
- g) Entidades entre as quais por força das relações comerciais, financeiras, profissionais ou jurídicas entre estas, directa ou indirectamente estabelecidas ou praticadas, se verificar situação de dependência no exercício da respectiva actividade, nomeadamente quando ocorre entre si qualquer das seguintes situações:
 - 1. O exercício da actividade de uma dependa substancialmente da cedência de direitos de propriedade industrial ou intelectual ou de competências de conhecimento, aptidão e técnicas detidas pela outra;
 - 2. O aprovisionamento em matérias-primas ou o acesso a canais de venda dos produtos, mercadorias ou serviços por parte de uma dependam substancialmente da outra;
 - 3. Uma parte substancial da actividade de uma só pode realizar-se com a outra ou depende de decisões desta;
 - 4. O direito de fixação dos preços ou condições de efeito económico equivalente relativos a bens ou serviços transaccionados, prestados ou adquiridos por uma encontra-se

por imposição constante de acto jurídico na titularidade da outra;

5. Pelos termos e condições do seu relacionamento comercial ou jurídico, uma pode condicionar as decisões de gestão da outra, em função dos factos ou circunstâncias alheias à própria relação comercial ou profissional;
- h) Uma entidade residente ou não residente com estabelecimento estável situado em espaço territorial português e uma entidade sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável residente em estado soberano, território ou região constante da lista aprovada por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças e fiscal.

5 – O sujeito passivo deve manter organizada nos termos estatuídos para o processo de documentação fiscal a que se refere o artigo 3º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro, a documentação respeitante à directriz adoptada em matéria de preços de transferência, incluindo as normas ou instruções relativas à sua aplicação, os contratos e outros actos jurídicos celebrados com entidades que com este estão em situação de relações especiais, com as modificações que ocorram e com informação sobre o respectivo cumprimento, a documentação e informação relativa àquelas entidades, bem como às empresas e aos bens ou serviços usados como termo de comparação, as análises funcionais e financeiras e os dados sectoriais e demais informação e elementos que deteve em consideração para a determinação dos termos e condições normalmente acordados, aceites ou praticados entre entidades independentes e para a selecção do método ou métodos utilizados.

6 – O sujeito passivo deve indicar na declaração anual de informação contabilística e fiscal a que se refere o artigo 5º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, a existência ou inexistência no período de tributação a que aquela respeita, de operações com entidades com as quais está em situação de relações especiais, devendo ainda no caso de declarar a sua existência:

- a) Identificar as entidades em causa;
- b) Identificar e declarar o montante das operações realizadas com cada uma;
- c) Declarar se organizou ao tempo em que as operações tiveram lugar e mantém a documentação relativa aos preços de transferência praticados.

7 – Sempre que as normas enunciadas no número 1, não sejam observadas relativamente a operações com entidades não residentes, deve o sujeito passivo efectuar na declaração a que se refere o artigo 4º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, as necessárias correcções positivas na determinação do lucro tributável, pelo montante correspondente aos efeitos fiscais imputáveis a essa inobservância.

8 – Nas operações realizadas entre entidades não residentes e um seu estabelecimento estável situado em espaço territorial português ou entre este e outros estabelecimentos estáveis daquela situados no exterior de Portugal, aplicam-se as normas constantes dos números anteriores.

9 – O disposto nos números anteriores aplica-se igualmente às pessoas que exerçam simultaneamente actividades sujeitas e não sujeitas ao regime geral do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

10 – Sempre que os órgãos de soberania fiscais procedam a correcções necessárias para a determinação do lucro tributável por virtude de relações especiais com outro sujeito passivo do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas ou dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, na determinação do lucro tributável deste último devem ser efectuados os ajustamentos adequados que sejam reflexo das correcções efectuadas na determinação do lucro tributável do primeiro.

11 – Podem os órgãos de soberania fiscais proceder igualmente ao ajustamento correlativo referido no número anterior, sempre que tal resulte de convenções internacionais celebradas por Portugal e nos termos e condições nas mesmas previstas.

12 – A aplicação dos métodos de determinação dos preços de transferência quer a operações individualizadas, quer a séries de operações, o tipo, a natureza e o conteúdo da documentação referida no número 5 e os procedimentos aplicáveis aos ajustamentos correlativos são regulamentados por portaria da área presidencial fiscal.

ARTIGO SEGUNDO – CORRECÇÕES AO VALOR DE TRANSMISSÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS.

1 – Os alienantes e adquirentes de direitos reais sobre bens imóveis devem adoptar para efeitos da determinação do lucro tributável nos termos do presente código, valores nominais de mercado que não podem ser inferiores aos valores patrimoniais tributários definitivos que serviram de base à liquidação do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis ou que serviram no caso de não haver lugar à liquidação do mesmo imposto.

2 – Sempre que nas transmissões onerosas previstas no número anterior, o valor constante do contrato seja inferior ao valor patrimonial tributário definitivo do imóvel, é este o valor a considerar pelo alienante e pelo adquirente para determinação do lucro tributável.

3 – Para aplicação do disposto no número anterior:

- a) O sujeito passivo alienante deve efectuar uma correcção na declaração de rendimentos do período de tributação a que é imputável o rendimento obtido com a operação de transmissão, correspondente à diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato;
- b) O sujeito passivo adquirente adopta o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação de qualquer resultado tributável no real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas relativamente ao imóvel.

4 – Se o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel não estiver determinado até ao final do prazo estabelecido para a entrega da declaração do período de tributação a

que respeita a transmissão, os sujeitos passivos devem entregar a declaração de substituição durante o mês de janeiro do ano seguinte àquele em que os valores patrimoniais tributários se tornaram definitivos.

5 – No caso de existir uma diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo e o custo de aquisição ou de construção, o sujeito passivo adquirente deve comprovar no processo de documentação fiscal previsto no artigo 3º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro, para efeitos do disposto na alínea b) do número 3, o tratamento contabilístico e fiscal dado ao imóvel.

6 – O disposto no presente artigo, não exclui a possibilidade de os órgãos de soberania fiscais procederem nos termos previstos na lei a correcções ao lucro tributável sempre que disponham de elementos que comprovem que o preço efectivamente praticado na transmissão foi superior ao valor considerado.

ARTIGO TERCEIRO – PAGAMENTOS A ENTIDADES NÃO RESIDENTES SUJEITAS A UM REGIME FISCAL PRIVILEGIADO.

1 – Não são dedutíveis para efeitos da determinação do lucro tributável as importâncias pagas ou devidas a qualquer título a pessoas singulares ou colectivas residentes no exterior do espaço territorial português e aí submetidos a um regime fiscal claramente mais favorável, salvo se o sujeito passivo puder provar que tais encargos correspondem a operações efectivamente realizadas e não têm um carácter anormal ou um montante excessivo.

2 – Considera-se que uma pessoa singular ou colectiva está submetida a um regime fiscal claramente mais favorável quando o território de residência da mesma constar da lista aprovada por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças e fiscal ou quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares ou ao real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, ou quando relativamente às importâncias pagas ou devidas mencionadas no número anterior, o montante do imposto pago for igual ou inferior a 75% do imposto que seria devido se a referida entidade fosse considerada residente em Portugal.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior, os sujeitos passivos devem possuir e quando solicitados pelos órgãos de soberania fiscais fornecer os elementos comprovativos do imposto pago pela entidade não residente e dos cálculos efectuados para o apuramento do imposto que seria devido se a entidade fosse residente em Portugal, nos casos em que o território de residência da mesma não conste da lista aprovada por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças e fiscal.

4 – A prova a que se refere o número 1, deve ter lugar após notificação do sujeito passivo efectuada com a antecedência mínima de 21 dias.

ARTIGO QUARTO – PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES RESIDENTES NO EXTERIOR.

1 – Para efeitos do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas as participações de pessoas colectivas residentes em espaço territorial português em entidades residentes no exterior, não são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável do respectivo período de tributação.

ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÃO DE LUCROS OBTIDOS NO EXTERIOR.

1 – Todas as pessoas colectivas estão obrigadas à apresentação da declaração de lucros provenientes de participações em entidades residentes no exterior do espaço territorial português, quando os rendimentos não sejam obtidos no espaço territorial português, não sendo os mesmos considerados para efeitos do apuramento do lucro tributável das respectivas pessoas colectivas

2 – O disposto no número anterior não prejudica a declaração dos mesmos lucros na declaração de rendimentos do respectivo período tributário.

ARTIGO SEXTO – ÂMBITO E CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO DOS GRUPOS DE SOCIEDADES.

1 – Existindo um grupo de sociedades, a sociedade dominante pode optar pela aplicação do regime especial de determinação da matéria colectável em relação a todas as sociedades do grupo.

2 – Existe um grupo de sociedades quando uma sociedade dita dominante detém directa ou indirectamente pelo menos 51% do capital social de outra ou outras sociedades ditas dominadas, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto.

3 – A opção pela aplicação do regime especial de tributação dos grupos de sociedades só pode ser formulada quando se verificarem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) As sociedades pertencentes ao grupo tenham todas sede e direcção efectiva em espaço territorial português e a totalidade dos seus rendimentos está sujeita ao regime geral de tributação do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas;
- b) A sociedade dominante detém a participação na sociedade dominada há mais de 1 ano, com referência à data em que se inicia a aplicação do regime;
- c) A sociedade dominante não é considerada dominada de nenhuma outra sociedade residente em espaço territorial português que reúna os requisitos para ser qualificada como dominante;
- d) A sociedade dominante não tenha renunciado à aplicação do regime nos 3 anos anteriores, com referência à data em que se inicia a aplicação do regime;

- e) As sociedades pertencentes ao grupo estejam sujeitas ao real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e mesmo estando isentas nos termos do disposto no artigo, do capítulo, do título, não renunciem à sua aplicação.

4 – Não podem fazer parte do grupo as sociedades que no início ou durante a aplicação do regime, se encontrem nas situações seguintes:

- a) Estejam inactivas há mais de 1 ano ou tenham sido dissolvidas;
- b) Tenha sido contra estas instaurado processo especial de recuperação ou de falência em que haja sido proferido despacho de prosseguimento da acção;
- c) Registem prejuízos fiscais nos três exercícios anteriores ao do início da aplicação do regime, salvo no caso das sociedades dominadas, se a participação já for detida pela sociedade dominante há mais de 2 anos;
- d) O nível de participação exigido de pelo menos 51%, seja obtido indirectamente através de uma entidade que não reúna os requisitos legalmente exigidos para fazer parte do grupo;
- e) Não afirmem a forma jurídica de sociedades por quotas, sociedades anónimas ou sociedades em comandita por acções.

5 – O requisito temporal referido na alínea b) do número 3, não é aplicável quando se trate de sociedades constituídas pela sociedade dominante há menos de 1 ano, sendo relevante para a contagem daquele prazo, bem como do previsto na alínea c) do número 4, nos casos em que a participação tiver sido adquirida no âmbito de processo de fusão, cisão ou entrada de activos, o período durante o qual a participação tiver permanecido na titularidade das sociedades fundidas, cindidas ou da sociedade contribuidora respectivamente.

6 – Quando a participação é detida de forma indirecta a percentagem de participação efectiva é obtida pelo processo de multiplicação sucessiva das percentagens de participação em cada um dos níveis e havendo participações numa sociedade detidos de forma directa e indirecta, a percentagem de participação efectiva resulta da soma das percentagens das participações.

7 – A opção mencionada no número 1 e as alterações a que se referem as alíneas d) e e) do número 8, bem como a renúncia ou a cessação da aplicação deste regime devem ser comunicadas à real chancelaria fiscal portuguesa pela sociedade dominante através de envio por transmissão electrónica de dados, da competente declaração prevista no artigo 2º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, nos seguintes prazos:

- a) No caso de opção pela aplicação deste regime, até ao fim do terceiro mês do período de tributação em que se pretende iniciar a aplicação;
- b) No caso de alteração na composição do grupo:
 - 1. Até ao fim do terceiro mês do período de tributação em que deva ser efectuada a inclusão de novas sociedades nos termos da alínea d) do número 8;
 - 2. Até ao fim do terceiro mês do período de tributação seguinte àquele em que ocorra a saída de sociedades do grupo ou em que

se verifiquem outras alterações nos termos da alínea e) do número 8, independentemente de esse dia ser útil ou não útil, excepto se a alteração ocorrer por cessação da actividade de sociedade do grupo, caso em que a comunicação deve ser efectuada até ao final do prazo previsto para a entrega da correspondente declaração de cessação;

- c) No caso de renúncia, até ao fim do terceiro mês do período de tributação em que se pretende renunciar à aplicação do regime;
- d) No caso de cessação, até ao fim do terceiro mês do período de tributação seguinte àquele em que deixam de se verificar as condições de aplicação do regime a que se referem as alíneas a) e b) do número 8.

8 – O regime especial de tributação dos grupos de sociedades cessa a sua aplicação sempre que:

- a) Deixa de se verificar algum dos requisitos referidos nos números 2 e 3, sem prejuízo do disposto nas alíneas d) e e);
- b) Se verifique alguma das situações previstas no número 4 e a respectiva sociedade não seja excluída do grupo ao qual o regime está a ser ou pretende ser aplicado;
- c) O lucro tributável de qualquer das sociedades do grupo seja determinado com recurso à aplicação de métodos indirectos;
- d) Ocorram alterações na composição do grupo, designadamente a entrada de novas sociedades que satisfaçam os requisitos legalmente exigidos sem que seja efectuada a sua inclusão no âmbito do regime e efectuada a respectiva comunicação à real chancelaria fiscal portuguesa nos termos e prazos previstos no número 7;
- e) Ocorra a saída de sociedades do grupo por alienação de participações ou por incumprimento das demais condições ou outras alterações na composição do grupo motivadas nomeadamente por fusões ou cisões, sempre que a sociedade dominante não opte pela continuidade do regime em relação às demais sociedades do grupo, mediante o envio da respectiva comunicação nos termos e prazos previstos no número 7.

9 – Os direitos de renúncia ou de cessação deste regime reportam-se:

- a) Ao final do período de tributação anterior àquele em que foi comunicada a renúncia à aplicação deste regime nos termos e prazos previstos no número 7;
- b) Ao final do período de tributação anterior àquele em que deveria ser comunicada a inclusão de novas sociedades nos termos da alínea d) do número anterior ou ao final do período de tributação anterior àquele em que deveria ser comunicada a continuidade do regime nos termos da alínea e) do mesmo número;
- c) Ao final do período de tributação anterior ao da verificação dos factos previstos nas alíneas a), b) e c) do número anterior.

10 – As entidades públicas empresariais que satisfaçam os requisitos relativos à qualidade de sociedade dominante exigida pelo presente artigo, não podem optar pela aplicação deste regime.

ARTIGO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL DO GRUPO.

1 – Relativamente a cada um dos períodos de tributação abrangidos pela aplicação do regime especial, o lucro tributável do grupo é calculado pela sociedade dominante, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada uma das sociedades pertencentes ao grupo.

2 – O montante obtido nos termos do número anterior, é corrigido da parte dos lucros distribuídos entre as sociedades do grupo que se encontre incluída nas bases tributáveis individuais

ARTIGO OITAVO – REGIME ESPECÍFICO DE DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS.

1 – Sempre que seja aplicável o regime estabelecido no artigo 6º, do presente capítulo, na dedução dos prejuízos fiscais prevista no artigo 35º, do capítulo segundo, do presente título, observa-se ainda o seguinte:

- a) Os prejuízos das sociedades do grupo verificados em períodos de tributação anteriores ao início da aplicação do regime só podem ser deduzidos ao lucro tributável do grupo até ao limite do lucro tributável da sociedade a que respeitam;
- b) Os prejuízos fiscais do grupo apurados em cada período de tributação em que seja aplicado o regime só podem ser deduzidos aos lucros tributáveis do grupo;
- c) Terminada a aplicação do regime relativamente a uma sociedade do grupo, não são dedutíveis aos respectivos lucros tributáveis os prejuízos fiscais verificados durante os períodos de tributação em que o regime se aplicou, podendo porém ainda ser deduzidos nos termos e condições do disposto número 1 do artigo 35º, do capítulo segundo, do presente título, os prejuízos a que se refere a alínea a) que não tenham sido totalmente deduzidos ao lucro tributável do grupo;
- d) Quando houver continuidade da aplicação do regime após a saída de uma ou mais sociedades do grupo, extingue-se o direito à dedução da quota-parte dos prejuízos fiscais respeitantes àquelas sociedades.

2 – Sempre que durante a aplicação do regime haja lugar a fusões entre sociedades do grupo ou uma sociedade incorpora uma ou mais sociedades não pertencentes ao grupo, os prejuízos das sociedades fundidas verificados em períodos de tributação anteriores ao do início do regime, podem ser deduzidos ao lucro tributável do grupo até ao limite do lucro tributável da nova sociedade ou da sociedade incorporante, desde que seja obtida a autorização prevista no artigo 12º, do presente capítulo.

3 – Na dedução dos prejuízos fiscais devem ser primeiramente deduzidos os apurados há mais tempo.

ARTIGO NONO – REGIME APLICÁVEL À TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADES.

1 – A transformação de sociedades mesmo quando ocorra dissolução da anterior, não implica alteração do regime fiscal que vinha sendo aplicado, nem determina por si só quaisquer consequências em matéria do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, salvo o disposto nos números seguintes.

2 – No caso de transformação de sociedade civil não constituída sob forma comercial em sociedade sob qualquer das espécies previstas no código das pessoas colectivas, ao lucro tributável correspondente ao período decorrido desde o início do período de tributação em que se verificou até à data desta, deve determinar-se separadamente o lucro correspondente aos períodos anteriores e posteriores a esta, podendo os prejuízos anteriores à transformação apurados nos termos do presente código, ser deduzidos nos lucros tributáveis da sociedade resultante da transformação até ao fim do período referido no número 1 do artigo 35º, do capítulo segundo, do presente título, contado do exercício a que os mesmos se reportam.

3 – A data de aquisição de partes sociais resultantes da transformação da sociedade em sociedade de outro tipo, é a data de aquisição das partes sociais que lhe deram origem.

ARTIGO DÉCIMO – DEFINIÇÕES E ÂMBITO DA APLICAÇÃO DO REGIME ESPECIAL APLICÁVEL ÀS FUSÕES, CISÕES, ENTRADAS DE ACTIVOS E PERMUTAS DE PARTES SOCIAIS.

1 – Considera-se fusão a operação pela qual se realiza:

- a) A transferência global do património de uma ou mais sociedades (sociedades fundidas) para outra sociedade já existente (sociedade beneficiária) e a atribuição aos sócios daquelas de partes representativas do capital social da beneficiária e eventualmente quantias em dinheiro que não excedam o valor contabilístico equivalente ao valor nominal das participações que lhes foram atribuídas;
- b) A constituição de uma nova sociedade (sociedade beneficiária) para a qual se transferem globalmente os patrimónios de duas ou mais sociedades (sociedades fundidas), sendo aos sócios destas distribuídas partes representativas do capital social da nova sociedade e eventualmente quantias em dinheiro que não excedam o valor contabilístico equivalente ao valor nominal das participações que lhes forem atribuídas;
- c) Que uma sociedade (sociedade fundida) transfere o conjunto do activo e do passivo que integra o seu património para a sociedade (sociedade

beneficiária) detentora da totalidade das partes representativas do seu capital social.

2 – Considera-se cisão a operação pela qual:

- a) Uma sociedade (sociedade cindida) destaca um ou mais ramos da sua actividade, mantendo pelo menos um dos ramos da actividade para com estes constituir outras sociedades (sociedades beneficiárias) ou para fundir com sociedades já existentes, mediante a atribuição aos seus sócios de partes representativas do capital social destas últimas sociedades e eventualmente uma quantia em dinheiro que não exceda o valor contabilístico equivalente ao valor nominal das participações que lhes sejam atribuídas;
- b) Uma sociedade (sociedade cindida) é dissolvida e dissolvido o seu património em duas ou mais partes, sendo cada uma destas destinada a constituir uma nova sociedade (sociedade beneficiária) ou a ser fundida com sociedades já existentes ou com partes do património de outras sociedades, separadas por idênticos processos e com igual finalidade, mediante a atribuição aos sócios de partes representativas social destas últimas sociedades e eventualmente de uma quantia em dinheiro que não excedam o valor contabilístico equivalente ao valor nominal das participações que lhes foram atribuídas.

3 – Considera-se entrada de activos, a operação pela qual uma sociedade (sociedade contribuidora) transfere sem que seja dissolvida, o conjunto ou um ou mais ramos da sua actividade para outra sociedade (sociedade beneficiária) tendo como contrapartida partes do capital social da sociedade beneficiária.

4 – Para efeitos do número anterior e da alínea a) do número 2, considera-se ramo de actividade o conjunto de elementos que constituem do ponto de vista organizacional, uma unidade económica autónoma, ou seja um conjunto capaz de funcionar pelos próprios meios, o qual pode compreender as dívidas contraídas para a sua organização ou funcionamento.

5 – Considera-se permuta de partes sociais, a operação pela qual uma sociedade (sociedade adquirente) adquire uma participação no capital social de outra (sociedade adquirida) que tem por efeito conferir-lhe a maioria dos direitos de voto desta última, ou pela qual uma sociedade já detentora de tal participação maioritária, adquire nova participação na sociedade adquirida, mediante a atribuição aos sócios desta em troca dos seus títulos, de partes representativas do capital social da primeira sociedade e eventualmente de uma quantia em dinheiro não superior ao valor contabilístico equivalente ao valor nominal dos títulos entregues em troca.

6 – O regime especial estatuído no presente artigo e seguintes, aplica-se às operações de fusão e cisão de sociedades e de entrada de activos, tal como definidas nos números 1 a 3 em que intervenham sociedades com sede ou direcção efectiva em espaço territorial português sujeitas e não isentas do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

7 – As fusões e cisões efectuadas nos termos legais de sujeitos passivos do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas residentes em espaço territorial português que não sejam sociedades e aos respectivos membros, bem como às entradas de activos e permutas de partes sociais em que intervenha pessoa colectiva que não seja sociedade, é aplicável com as necessárias adaptações o regime constante do presente artigo e seguintes na parte respectiva.

8 – O regime especial estabelecido não se aplica total ou parcialmente quando se conclua que as operações abrangidas pelo mesmo tiverem como principal objectivo ou como um dos principais objectivos a evasão fiscal, o que pode considerar-se verificado, nomeadamente nos casos em que as sociedades intervenientes não tenham a totalidade dos seus rendimentos sujeitos ao mesmo regime de tributação do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas ou quando as operações não tenham sido realizadas por razões económicas válidas, tais como a reestruturação ou a racionalização das actividades das sociedades que nestas participam, procedendo-se então sempre que for o caso às correspondentes liquidações adicionais do imposto.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REGIME ESPECIAL APLICÁVEL ÀS FUSÕES, CISÕES E ENTRADAS DE ACTIVOS.

1 – Na determinação do lucro tributável das sociedades fundidas ou cindidas ou da sociedade contribuidora no caso de entrada de activos, não é considerado qualquer resultado derivado da transferência dos elementos patrimoniais em consequência da fusão, cisão ou entrada de activos, nem são considerados como rendimentos nos termos do disposto no número 3 do artigo 12º e do número 3 do artigo 18º, do capítulo segundo, do presente título, os ajustamentos em inventários e as perdas por imparidade e outras correcções de valor que respeitem a créditos, inventários, bem como nos termos do disposto no número 4 do artigo 22º, do capítulo segundo, do presente título, as provisões relativas a obrigações e encargos objecto de transferência aceites para efeitos fiscais.

2 – A aplicação do regime especial determina que a sociedade beneficiária mantenha para efeitos fiscais os elementos patrimoniais objecto de transferência pelos mesmos valores que tinham nas sociedades fundidas, cindidas ou na sociedade contribuidora antes da realização das operações, considerando-se que tais valores são os que resultam da aplicação das disposições do presente código ou de reavaliações efectuadas ao abrigo da legislação de carácter fiscal.

3 – Na determinação do lucro tributável da sociedade beneficiária deve ter-se em consideração o seguinte:

- a) O apuramento dos resultados respeitante aos elementos patrimoniais transferidos é efectuado como se não tivesse havido fusão, cisão ou entrada de activos;
- b) As depreciações ou amortizações sobre os elementos do activo fixo tangível, do activo intangível e das propriedades de investimento contabilizadas ao custo histórico transferidas, são efectuadas de acordo com o regime que vinha sendo seguido nas sociedades fundidas, cindidas ou na sociedade contribuidora;

- c) Os ajustamentos em inventários, as perdas por imparidade e as provisões que forem transferidas têm para efeitos fiscais, o regime que lhes era aplicável nas sociedades fundidas, cindidas ou na sociedade contribuidora.

4 – Para efeitos da determinação do lucro tributável da sociedade contribuidora, as mais-valias ou menos-valias realizadas respeitantes às partes de capital social recebidas em contrapartida de entrada de activos são calculados considerando como valor de aquisição destas partes do capital, o valor líquido contabilístico aceite para efeitos fiscais que os elementos do activo e do passivo transferidos tenham nessa sociedade antes da realização da operação.

5 – Quando a sociedade beneficiária detém uma participação no capital das sociedades fundidas ou cindidas, não concorre para a formação do lucro tributável a mais-valia ou a menos-valia eventualmente resultante da anulação das partes de capital detidas naquelas sociedades em consequência da fusão ou cisão.

6 – Sempre que no projecto de fusão ou cisão, seja fixada uma data a partir do qual as operações das sociedades a fundir ou a cindir são consideradas contabilisticamente, como efectuadas por conta da sociedade beneficiária, a mesma data é considerada relevante para efeitos fiscais desde que se situe num período de tributação coincidente com aquele que se situa a data de produção de efeitos jurídicos da operação em causa.

7 – Sempre que seja aplicável o disposto no número anterior, os resultados realizados pelas sociedades a fundir ou a cindir durante o período decorrido entre a data fixada no projecto e a data de produção de efeitos jurídicos da operação, são transferidos para efeitos de serem incluídos no lucro tributável da sociedade beneficiária respeitante ao mesmo período de tributação em que seriam considerados por aquelas sociedades.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – TRANSMISSIBILIDADE DOS PREJUÍZOS FISCAIS.

1 – Os prejuízos fiscais das sociedades fundidas podem ser deduzidos dos lucros tributáveis da nova sociedade ou da sociedade incorporante nos termos e condições estabelecidos no artigo 35º, do capítulo segundo, do presente título e até ao fim do período referido no seu número 1, contando do período de tributação a que os mesmos reportam, desde que seja concedida autorização pelo presidente da área fiscal, mediante requerimento dos interessados entregue aos órgãos de soberania fiscais até ao fim do mês seguinte ao do pedido do registo da fusão no órgão de soberania notarial competente.

2 – A concessão da autorização está subordinada à demonstração de que a fusão é realizada por razões económicas válidas, tais como a reestruturação ou racionalização das actividades das sociedades intervenientes e se insere numa estratégia de redimensionamento e desenvolvimento empresarial de médio ou longo prazo, com efeitos positivos na estruturação produtiva, devendo ser fornecidos para esse efeito todos os elementos necessários ou convenientes para o perfeito conhecimento da operação visada, tanto dos seus aspectos jurídicos como económicos.

3 – O disposto nos números anteriores pode igualmente aplicar-se com as necessárias adaptações na cisão em que se verifique a extinção da sociedade cindida, sendo então os prejuízos fiscais transferidos para cada uma das sociedades beneficiárias proporcionalmente aos valores transferidos por aquela sociedade.

4 – No despacho de autorização pode ser fixado um plano específico de dedução dos prejuízos fiscais a estabelecer o escalonamento da dedução durante o período em que pode ser efectuado e os limites que não podem ser excedidos em cada período de tributação.

5 – Relativamente às operações referidas no número 1 do artigo anterior, a dedução dos prejuízos quando autorizada é efectuada no lucro tributável e respeita apenas aos prejuízos que lhes sejam imputáveis.

6 – Sempre que durante o período de aplicação do regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 6º, do presente capítulo ou imediatamente após o seu termo e em resultado de uma operação de fusão envolvendo a totalidade das sociedades abrangidas por aquele regime, uma das sociedades pertencentes ao grupo incorpore as demais ou haja lugar à constituição de uma nova sociedade, pode o presidente da área presidencial fiscal a requerimento da sociedade dominante apresentado no prazo de 92 dias após o pedido do registo da fusão no órgão de soberania notarial competente, autorizar que os prejuízos fiscais do grupo ainda por deduzir possam ser deduzidos do lucro tributável da sociedade incorporante ou da nova sociedade resultante da fusão, nas condições referidas nos números anteriores.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGIME APLICÁVEL AOS SÓCIOS DAS SOCIEDADES FUNDIDAS OU CINDIDAS.

1 – Nos casos de fusão de sociedades a que seja aplicável o regime especial estabelecido no artigo 11º, do presente capítulo, na operação de troca de partes de capital não são considerados para efeitos de tributação os ganhos ou as perdas eventualmente apurados, desde que as partes de capital recebidas pelos sócios das sociedades fundidas sejam valorizadas para efeitos fiscais, pelo valor que tinham as partes de capital entregues, determinado de acordo com o estabelecido no presente código.

2 – O disposto no número anterior, não obsta a tributação dos sócios das sociedades fundidas relativamente às importâncias em dinheiro que eventualmente lhes sejam atribuídas em resultado da fusão.

3 – O preceituado nos números anteriores, é aplicável aos sócios das sociedades objecto de cisão a que se aplique o regime especial, estabelecido no artigo 11º, do presente capítulo, devendo neste caso o valor para efeitos fiscais da participação detida ser repartido pelas partes de capital recebidas e pelos que continuam a ser detidas na sociedade cindida, com base na proporção entre o valor dos patrimónios destacados para cada uma das sociedades beneficiárias e o valor do património da sociedade cindida.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REGIME ESPECIAL APLICÁVEL À PERMUTA DE PARTES SOCIAIS.

1 – A atribuição em resultado de uma permuta de partes sociais, tal como esta operação é definida no disposto no artigo 10º, do presente capítulo, dos títulos representativos do capital social da sociedade adquirente aos sócios da sociedade adquirida, não dá lugar a qualquer tributação destes últimos se os mesmos continuarem a valorizar para efeitos fiscais as novas partes sociais pelo valor atribuído às antigas, determinado de acordo com o estabelecido no presente código.

2 – O disposto no número anterior, apenas é aplicável desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) A sociedade adquirente e a sociedade adquirida sejam residentes em espaço territorial português;
- b) Os sócios da sociedade adquirida sejam pessoas ou entidades residentes nos estados soberanos membros do império português ou em estados soberanos externos quando os títulos recebidos sejam representativos do capital social de uma entidade residente em espaço territorial português.

3 – O disposto no número 1, não obsta à tributação dos sócios relativamente às quantias em dinheiro que lhes sejam eventualmente atribuídos nos termos previstos no número 5 do artigo 10º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.

1 – A opção pela aplicação do regime especial estabelecido nos artigos 10º e seguintes, do presente capítulo, deve ser comunicada aos órgãos de soberania fiscais na declaração anual de informação contabilística e fiscal a que se refere o artigo 5º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, relativa ao período de tributação em que a operação é realizada:

- a) Pela entidade ou entidades beneficiárias no caso de fusão ou cisão;
- b) Pela entidade beneficiária no caso de entrada de activos;
- c) Pelo sócio residente afectado nas operações de permuta de partes sociais e pela sociedade adquirida.

2 – Para efeitos do disposto no número 1 do artigo 11º, do presente capítulo, a sociedade que transfira os elementos patrimoniais, por motivo de fusão, cisão ou entrada de activos, deve integrar no processo de documentação fiscal a que se refere o artigo 3º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro, a declaração passada pela sociedade para a qual aqueles elementos são transmitidos de que obedecerá ao disposto no número 3 do artigo 11º, do presente capítulo.

3 – A entidade beneficiária ou adquirente deve integrar no processo de documentação fiscal previsto no artigo 3º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro:

- a) As demonstrações financeiras da entidade transmitente ou contribuidora, antes da operação;
- b) A relação dos elementos patrimoniais adquiridos que tenham sido incorporados na contabilidade por valores diferentes dos aceites para efeitos fiscais na sociedade transmitente, evidenciando ambos os valores, bem como as depreciações e amortizações, provisões, ajustamentos em inventários, perdas por imparidade e outras correcções de valores registados antes da realização das operações, efectuando ainda o respectivo acompanhamento enquanto não forem alienados, transferidos ou extintos.

4 – Para efeitos do disposto no artigo 13º, do presente capítulo, os sócios das sociedades fundidas ou cindidas devem integrar no processo de documentação fiscal a que se refere o artigo 3º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro, uma declaração donde conste a data, identificação da operação realizada e das entidades intervenientes, o número e o valor nominal das partes sociais entregues e recebidas, o valor fiscal das partes sociais entregues e respectivas datas de aquisição, a quantia em dinheiro eventualmente recebida, o nível percentual da participação detida antes e após a operação de fusão ou cisão.

5 – Para efeitos do disposto no artigo 14º, do presente capítulo, os sócios da sociedade adquirida devem integrar no processo de documentação fiscal a que se refere o artigo 3º, do capítulo segundo, do título sexto, do presente livro, os seguintes elementos:

- a) Declaração donde conste a descrição da operação de permuta de partes sociais, a data em que se realizou, a identificação das entidades intervenientes, o número e o valor nominal das partes sociais entregues e das partes sociais recebidas, o valor fiscal das partes sociais entregues e respectivas datas de aquisição, a quantia em dinheiro eventualmente recebida, o resultado que seria integrado na base tributável se não fosse aplicado o regime previsto no artigo 14º, do presente capítulo e a demonstração do seu cálculo;
- b) Declaração da sociedade adquirente, de como em resultado de permuta de acções ficou a deter a maioria dos direitos de voto da sociedade adquirida.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – SOCIEDADES EM LIQUIDAÇÃO.

1 – Relativamente às sociedades em liquidação, o lucro tributável é determinado com referência a todo o período de liquidação.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, deve observar-se o seguinte:

- a) As sociedades que se dissolvam devem encerrar as suas contas com referência à data da dissolução, tendo presente a determinação do lucro tributável correspondente ao período de tributação em que se verificou a dissolução até à data desta;

- b) Durante o período em que decorre a liquidação e até ao fim do período de tributação, imediatamente anterior ao encerramento desta, há lugar anualmente à determinação do lucro tributável respectivo, que tem natureza provisória e é corrigido face à determinação do lucro tributável correspondente a todo o período da liquidação;
- c) No período de tributação em que ocorre a dissolução deve determinar-se separadamente o lucro referido na alínea a) e o lucro mencionado na primeira parte da alínea b).

3 – Sempre que o período da liquidação ultrapassar 2 anos, o lucro tributável determinado anualmente nos termos da alínea b) do número anterior, deixa de ter natureza provisória.

4 – Os prejuízos anteriores à dissolução que na data desta ainda sejam dedutíveis nos termos do disposto no artigo 35º, do capítulo segundo, do presente título, podem ser deduzidos ao lucro tributável correspondente a todo o período da liquidação, se este não ultrapassar 2 anos.

5 – À liquidação de sociedades decorrente da declaração de nulidade ou da anulação do respectivo contrato é aplicável com as necessárias adaptações o disposto nos números anteriores.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – RESULTADO DE LIQUIDAÇÃO.

1 – Na determinação do resultado de liquidação, havendo partilha dos bens patrimoniais pelos sócios, considera-se valor de realização daqueles o respectivo valor de mercado.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESULTADO DE PARTILHA.

1 – É englobado para efeitos de tributação dos sócios no período de tributação em que for posto à sua disposição, o valor que for atribuído a cada um destes em resultado de partilha, abatido o custo de aquisição das correspondentes partes sociais.

2 – No englobamento para efeitos de tributação da diferença referida no número anterior, deve observar-se o seguinte:

- a) Essa diferença quando positiva, é considerada como rendimento de aplicação de capitais até ao limite da diferença entre o valor que for atribuído e o que face à contabilidade da sociedade liquidada corresponda a entradas efectivamente verificadas para realização do capital, tendo o eventual excesso a natureza de mais-valia tributável;
- b) Essa diferença quando negativa, é considerada como menos-valia, sendo dedutível apenas quando as partes sociais tenham permanecido na titularidade do sujeito passivo durante os 3 anos imediatamente anteriores à data da dissolução e pelo montante que exceder os prejuízos fiscais transmitidos no âmbito de aplicação do regime especial de tributação de grupos de sociedades e desde que a entidade

liquidada não seja residente em estado soberano, território ou região com regime fiscal claramente mais favorável que conste da lista aprovada por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças e fiscal.

3 – À diferença considerada como rendimento de aplicação de capitais nos termos da alínea a) do número anterior, é aplicável a dedução prevista no artigo 34º, do capítulo segundo, do presente título, sujeita à verificação dos mesmos requisitos e condições.

ARTIGO DÉCIMO NONO – LIQUIDAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS QUE NÃO SEJAM SOCIEDADES.

1 – O disposto nos artigos anteriores é aplicável com as necessárias adaptações, à liquidação de pessoas colectivas que não sejam sociedades.

ARTIGO VIGÉSIMO – TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA.

1 – Para a determinação do lucro tributável do período de tributação em que ocorra a cessação de actividade de entidade com sede ou direcção efectiva em espaço territorial português, por virtude da sede e a direcção efectiva deixarem de situar-se em Portugal, constituem componentes positivas ou negativas as diferenças entre os valores de mercado e os valores contabilísticos fiscalmente relevantes dos elementos patrimoniais à data da cessação.

2 – O disposto no número anterior, não se aplica aos elementos patrimoniais que permaneçam efectivamente afectos a um estabelecimento estável da mesma entidade e contribuam para o respectivo lucro tributável, desde que sejam observados relativamente a esses elementos as condições estabelecidas pelo disposto no número 3 do artigo 11º, do presente capítulo, com as necessárias adaptações.

3 – É aplicável à determinação do lucro tributável do estabelecimento estável com as necessárias adaptações o disposto no número 4 do artigo 11º, do presente capítulo.

4 – Na situação referida no número 2, os prejuízos fiscais anteriores à cessação da actividade, podem ser deduzidos ao lucro tributável imputável a estabelecimento estável de entidade não residente nos termos e condições do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do presente título.

5 – O regime especial estabelecido nos números 2 a 4, não se aplica nos casos estabelecidos no número 8 do artigo 10º, do presente capítulo.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – CESSAÇÃO DA ACTIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL.

1 – O disposto no número 1 do artigo anterior, é aplicável com as necessárias adaptações, na determinação do lucro tributável imputável a estabelecimento estável de entidade não residente situada em espaço territorial português, sempre que ocorra:

- a) A cessação da actividade em Portugal;
- b) A transferência por qualquer título material ou jurídico para o exterior do espaço territorial português, de elementos patrimoniais que se encontram afectos ao estabelecimento estável.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – REGIME APLICÁVEL AOS SÓCIOS.

1 – No período de tributação em que a sede e a direcção efectiva deixe de se situar em espaço territorial português, considera-se para efeitos de tributação aos sócios, a diferença entre o valor do património líquido a essa data e o preço de aquisição que corresponderem às respectivas partes sociais, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto nos números 2 e 3 do artigo 18º, do presente capítulo.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, a avaliação dos elementos que integram o património é efectuada pelo valor de mercado.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – REGIME ESPECIAL DE NEUTRALIDADE FISCAL.

1 – Sempre que seja aplicável o regime estabelecido no número 1 do artigo 13º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro anterior, os bens que constituem o activo e o passivo do património objecto de transmissão devem continuar para efeitos fiscais a ser valorizados pela sociedade para a qual se transmitem pelos valores mencionados na alínea c) do referido número 1 e na determinação do lucro tributável desta sociedade atender-se-á ao seguinte:

- a) O apuramento dos resultados respeitantes aos bens que constituem o património transmitido é calculado como se não tivesse havido essa transmissão;
- b) As depreciações ou amortizações sobre os elementos do activo depreciables ou amortizáveis são efectuadas de acordo com o regime que venha a ser seguido para efeito da determinação do lucro tributável da pessoa singular;
- c) Os ajustamentos em inventários, as perdas por imparidade e as provisões que tiverem sido transferidos têm para efeitos fiscais, o regime que lhes era aplicável para efeito de determinação do lucro tributável da pessoa singular.

2 – Sempre que seja aplicável o regime estabelecido no número 1 do artigo 13º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro anterior, os prejuízos fiscais relativos ao exercício pela pessoa singular de actividade profissional e ainda não deduzidos ao lucro tributável podem ser deduzidos nos lucros tributáveis da nova sociedade até ao fim do período referido no artigo 35º, do capítulo segundo, do presente título, contado do período de tributação a que os mesmos se reportam, até à concorrência de 50% de cada um desses lucros tributáveis.

TÍTULO TERCEIRO – TAXAS.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXAS.

ARTIGO ÚNICO – TAXAS.

1 – A taxa de imposto aplicada à matéria colectável é de 10% tratando-se de rendimentos de entidades que possuam sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em espaço territorial português, bem como tratando-se de entidades que não possuam sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Portugal.

TÍTULO QUARTO – LIQUIDAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA A LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas é efectuada:

- a) Pelo próprio sujeito passivo, nas declarações a que se referem os artigos 4º e 6º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro;
- b) Pelos órgãos de soberania fiscais nos demais casos.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO E FORMA DE LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas processa-se nos termos seguintes:

- a) Sempre que a liquidação deva ser efectuada pelo sujeito passivo nas declarações a que se referem os artigos 4º e 6º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, tem por base a matéria colectável que destas conste;
- b) Na falta de apresentação da declaração a que se refere o artigo 4º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, a liquidação é efectuada até ao fim do terceiro mês seguinte ao termo do prazo para a apresentação da declaração aí mencionada e tem por base o valor anual de retribuição mínima mensal ou sempre que superior, a totalidade da matéria colectável do exercício mais próximo que se encontra determinada;

- c) Na falta de liquidação nos termos das alíneas anteriores, a mesma tem por base os elementos que a administração fiscal disponha.

2 – Ao montante apurado nos termos do número anterior, são efectuadas as seguintes deduções pela ordem indicada:

- a) A relativa a benefícios fiscais sempre que não apurada por métodos indirectos nos termos do disposto no capítulo quarto, do título segundo, do presente livro;
- b) A relativa aos pagamentos por conta a que se refere o artigo 2º, do capítulo único, do título seguinte;
- c) A relativa a retenções na fonte não susceptíveis de compensação ou reembolso nos termos da legislação aplicável.

3 – Ao montante apurado nos termos do número 1, relativamente às entidades mencionadas no número 3 do artigo 4º, do capítulo primeiro, do título sexto, do presente livro, apenas é de efectuar a dedução relativa às retenções na fonte sempre que estas tenham a natureza de imposto por conta do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

4 – Sempre que seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, as deduções referidas no número 2 relativas a cada uma das sociedades são efectuadas no montante apurado relativamente ao grupo nos termos do número 1.

5 – Das deduções efectuadas nos termos das alíneas a) e b) do número 2, não pode resultar valor negativo.

6 – Ao montante apurado nos termos das alíneas b) e c) do número 1, apenas são efectuadas as deduções de que os órgãos de soberania fiscais tenham conhecimento e possam ser efectuadas nos termos dos números 2 e 3.

7 – Nos casos em que seja aplicável o disposto na alínea b) do número 2 do artigo 16º, do capítulo quinto, do título segundo, são efectuadas anualmente liquidações com base na matéria colectável determinada com carácter provisório, devendo face à liquidação correspondente à matéria colectável respeitante a todo o período de liquidação, cobrar-se ou anular-se a diferença apurada.

8 – A liquidação prevista no número 1, pode ser corrigida sempre que for o caso, dentro do prazo a que se refere o artigo 7º, do presente capítulo, cobrando-se ou anulando-se então as diferenças apuradas.

ARTIGO TERCEIRO – PAGAMENTO POR CONTA.

1 – A dedução a que se refere a alínea b) do número 2 do artigo anterior, é efectuada ao montante apurado na declaração a que se refere o artigo 4º, do capítulo primeiro, do título sexto, do próprio período de tributação a que respeita ou se insuficiente até ao quarto período de tributação seguinte, depois de efectuadas as deduções referidas nas alíneas a) e b) do número 2 e com observância do número 4, ambos do artigo anterior.

2 – Em caso de cessação da actividade no próprio período de tributação e até ao terceiro período de tributação posterior àquele a que o pagamento por conta respeita, a parte que não possa ter sido deduzida nos termos do número anterior, sempre que existir, é reembolsada mediante requerimento do sujeito passivo, dirigido ao representante máximo da matriz fiscal da área da sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em que estiver centralizada a contabilidade, apresentado nos 92 dias seguintes ao da cessação da actividade.

3 – Os sujeitos passivos podem ainda sem prejuízo do disposto no número 1, ser reembolsados da parte que não foi deduzida ao abrigo do mesmo preceito desde que a situação que deu origem ao reembolso seja considerada justificada por acção de inspecção efectuado o pedido do sujeito passivo formulado nos 92 dias seguintes ao termo do prazo de apresentação da declaração periódica relativa ao mesmo período de tributação.

ARTIGO QUARTO – RETENÇÃO NA FONTE.

1 – O real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas é objecto de retenção na fonte relativamente aos seguintes rendimentos obtidos em espaço territorial português:

- a) Rendimentos provenientes de propriedade intelectual ou industrial, bem como da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida nos sectores primário, secundário ou terciário;
- b) Rendimentos derivados do uso ou da concessão do uso de equipamentos pesqueiros, pecuários, agrícolas, extractivos, industriais, comerciais ou científicos;
- c) Rendimentos de aplicação de capitais não abrangidos nas alíneas anteriores e rendimentos prediais, tal como definidos para efeitos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares sempre que o seu devedor seja sujeito passivo do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas ou sempre que os mesmos constituam encargo relativo a actividade profissional de sujeitos passivos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares;
- d) Remunerações auferidas na qualidade de membros dos órgãos estatutários de pessoas colectivas e outras entidades;
- e) Rendimentos referidos na alínea d) do número 3 do artigo 4º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, obtidos por entidades não residentes em espaço territorial português, sempre que o devedor dos mesmos seja sujeito passivo do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas ou quando os mesmos constituam encargo relativo à actividade profissional de sujeito passivo dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares;
- f) Rendimentos provenientes da intermediação na celebração de quaisquer contratos e rendimentos de outras prestações de serviços realizadas ou utilizadas em espaço territorial português.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se obtidos em espaço territorial português os rendimentos mencionados no número 3 do artigo 4º, do capítulo

único, do título primeiro, do presente livro, exceptuados os referidos no número 4 do mesmo artigo.

3 – As retenções na fonte têm natureza de imposto por conta, excepto nos seguintes casos em que têm carácter definitivo:

- a) Sempre que nas situações previstas no estatuto dos benefícios fiscais, se excluam da isenção do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas todos ou parte dos rendimentos de capitais;
- b) Sempre que não se tratando de rendimentos prediais, o titular dos rendimentos seja entidade não residente que não possua estabelecimento estável em espaço territorial português ou que tendo-o esses rendimentos não lhe sejam imputáveis.

4 – As retenções na fonte do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas são efectuados à taxa de 10% correspondente à taxa do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

5 – A obrigação de efectuar a retenção na fonte do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas ocorre na data da colocação à disposição dos rendimentos, devendo as importâncias retidas ser entregues ao estado até ao dia 10 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas e essa entrega ser efectuada nos termos estabelecidos no código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares ou em legislação complementar.

6 – Tratando-se de rendimentos de valores mobiliários sujeitos a registo ou depósito emitidos por entidades residentes em espaço territorial português, a obrigação de efectuar a retenção na fonte é da responsabilidade das entidades registadoras ou depositárias.

ARTIGO QUINTO – DISPENSA DE RETENÇÃO NA FONTE SOBRE RENDIMENTOS AUFERIDOS POR RESIDENTES.

1 – Não existe a obrigação de efectuar a retenção na fonte do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, sempre que este tenha a natureza de imposto por conta, nos seguintes casos:

- a) Juros e quaisquer outros rendimentos de capitais;
- b) Juros ou quaisquer acréscimos de crédito pecuniário, resultantes da dilação do respectivo vencimento ou de mora no seu pagamento, sempre que aqueles créditos sejam consequência de vendas ou prestações de serviços de pessoas colectivas ou entidades sujeitas em relação ao real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, embora deste isentas;
- c) Rendimentos referidos nas alíneas b) e f) do número 1 do artigo anterior, sempre que obtidos por pessoas colectivas ou outras entidades sujeitas relativamente ao mesmo real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, embora deste isentas;

- d) Rendimentos obtidos por sociedades tributadas segundo o regime definido no artigo 6º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro, de que seja devedora sociedade do mesmo grupo abrangida por esse regime, desde que esses rendimentos respeitem a períodos a que o mesmo seja aplicado e quando se trate de lucros distribuídos, estes sejam referentes a resultados obtidos em períodos em que tenha sido aplicado aquele regime;
- e) Remunerações referidas na alínea a) do número 1 do artigo anterior, sempre que auferidos por sociedades de revisores oficiais de contas que participem nos órgãos aí indicados;
- f) Rendimentos obtidos por sociedades gestoras de participações sociais, de que seja devedora sociedade por estas participadas durante pelo menos 1 ano e a participação não seja inferior a 10% do capital com direito de voto da sociedade participada, quer por si só, quer conjuntamente com participações de outras sociedades em que as sociedades gestoras de participações sociais sejam dominantes, resultantes de contratos de suprimento celebrados com aquelas sociedades ou de detenção de obrigações daquelas.

2 – Não existe ainda obrigação de efectuar a retenção na fonte do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas no todo ou em parte consoante os casos, sempre que os sujeitos passivos beneficiarem de isenção relativa a rendimentos que seriam sujeitos a essa retenção na fonte, efectuada que seja a prova perante a entidade pagadora da isenção de que aproveitam, até ao termo do prazo estabelecido para a entrega do imposto que deveria ter sido deduzido.

3 – Sempre que não seja efectuada a prova de que se refere o número anterior, fica o substituto tributário obrigado a entregar a totalidade do imposto que deveria ter sido deduzido nos termos da lei.

4 – Sem prejuízo de responsabilidade contra-ordenacional, a responsabilidade estabelecida no número anterior, pode ser efectuada sempre que o substituto tributário comprove a verificação dos pressupostos para a dispensa total ou parcial de retenção.

ARTIGO SEXTO – LIQUIDAÇÃO ADICIONAL.

1 – Os órgãos de soberania fiscais procedem à liquidação adicional, sempre que depois de liquidado o imposto seja de exigir em virtude de correcção efectuada nos termos do disposto no número 8 do artigo 2º, do presente capítulo ou de fixação do lucro tributável por métodos indirectos, imposto superior ao liquidado.

2 – Os órgãos de soberania fiscais procedem ainda à liquidação adicional sendo esse o caso em consequência de:

- a) Revisão do lucro tributável nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo quarto, do título segundo, do presente livro;
- b) Exame à contabilidade efectuado posteriormente à liquidação correctiva referida no número 1;

- c) Erros de facto ou de direito ou omissões verificados em qualquer liquidação.

ARTIGO SÉTIMO – CADUCIDADE DO DIREITO À LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas ainda que adicional, só pode efectuar-se nos prazos e nos termos previstos nos artigos 6º e 7º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO OITAVO – JUROS COMPENSATÓRIOS.

1 – Sempre que por factos imputados ao sujeito passivo for retardada a liquidação de parte ou da totalidade do imposto devido ou a entrega do imposto a pagar antecipadamente ou a reter no âmbito de substituição tributária ou obtido reembolso indevido, acrescem ao montante do imposto juros compensatórios à taxa e nos termos previstos no artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – São igualmente devidos juros compensatórios nos termos do número anterior, pela entrega fora do prazo ou pela falta de entrega total ou parcial do pagamento especial por conta.

3 – Os juros compensatórios contam-se dia a dia nos seguintes termos:

- a) Desde o termo do prazo para a apresentação da declaração e até ao suprimimento, correcção ou detecção da falta que motivou o retardamento da liquidação;
- b) Se não tiver sido efectuado total ou parcialmente, os pagamentos por conta a que se refere o artigo 2º, do capítulo único, do título seguinte, desde o dia imediato ao termo do respectivo prazo até ao termo do prazo para entrega da declaração de rendimentos ou até à data da autoliquidação se anterior, devendo os juros vencidos ser pagos conjuntamente;
- c) Se houver atraso no pagamento por conta a que se refere o artigo 2º, do capítulo único, do título seguinte, desde o dia imediato ao termo do respectivo prazo até à data em que se efectuou, devendo ser pagos conjuntamente;
- d) Desde o recebimento do reembolso indevido até à data do suprimimento ou correcção da falta que o motivou.

4 – Compreende-se haver retardamento da liquidação sempre que as declarações periódicas de rendimentos a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 1º, do capítulo primeiro, do título seguinte, seja apresentada ou enviada fora do prazo estabelecido sem que o imposto devido se encontre totalmente pago no prazo legal.

ARTIGO NONO – ANULAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania fiscais procedem oficiosamente à anulação total ou parcial do imposto que tenha sido liquidado, sempre que se mostre superior ao devido nos seguintes casos:

- a) Em consequência de correcção da liquidação nos termos do disposto nos números 7 e 8 do artigo 2º, do presente capítulo;
- b) Em resultado de exame à contabilidade;
- c) Devido à determinação da matéria colectável por métodos indirectos;
- d) Por motivos imputáveis aos serviços;
- e) Por duplicação da colecta.

2 – Não se procede à anulação se no caso de o imposto já ter sido pago, tenha decorrido o prazo de revisão oficiosa do acto tributário previsto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO QUINTO – PAGAMENTO.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO.

ARTIGO PRIMEIRO – NORMAS DO PAGAMENTO.

1 – As entidades que exerçam a título principal actividade de natureza económica, bem como as não residentes com estabelecimento estável em espaço territorial português, devem proceder ao pagamento do imposto, mediante documento de cobrança aprovado por portaria da área presidencial fiscal, nos termos seguintes:

- a) Em quatro pagamentos por conta relativos a cada um dos trimestres do ano de exercício, com vencimento em abril, julho e outubro do próprio ano de exercício e em janeiro do ano seguinte relativo ao quarto trimestre do ano de exercício a que respeita o pagamento;
- b) Até ao dia de envio da declaração de substituição a que se refere o artigo 6º, do capítulo primeiro, do título seguinte, pela diferença que existir entre o imposto total calculado e as importâncias dos pagamentos por conta já pagos.

2 – Há lugar a reembolso ao sujeito passivo sempre que:

- a) O valor apurado na declaração, líquido das deduções a que se referem os números 2 e 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título anterior, for negativo, pela importância resultante da soma do correspondente valor absoluto com o montante dos pagamentos por conta;
- b) O valor apurado na declaração, líquido das deduções a que se referem os números 2 e 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título anterior, não

sendo negativo, for inferior ao valor dos pagamentos por conta, pela respectiva diferença.

3 – O reembolso é efectuado, quando a declaração periódica de rendimentos for enviada no prazo legal e desde que a mesma não contenha erros de preenchimento, até ao fim do terceiro mês ao do seu envio.

4 – Se o pagamento a que se refere a alínea a) do número 1, não for efectuado nos prazos aí mencionados, começam a correr juros compensatórios, que são contados até ao termo do prazo para envio da declaração ou até à data do pagamento da autoliquidação, se anterior ou em caso de mero atraso, até à data da entrega por conta, devendo neste caso ser pagos simultaneamente.

5 – Não sendo efectuado o reembolso no prazo referido no número 3, acrescem à quantia a restituir juros indemnizatórios a taxa idêntica à aplicável aos juros compensatórios a favor do estado.

6 – Independentemente do montante há sempre lugar ao pagamento a que se referem as alíneas do número 1, bem como ao reembolso a que se refere o número 2.

ARTIGO SEGUNDO – CÁLCULO DOS PAGAMENTOS POR CONTA.

1 – Os pagamentos por conta são calculados com base no imposto liquidado nos termos do disposto no número 1 do artigo 2º, do capítulo único, do título anterior, relativamente ao período de tributação imediatamente anterior àquele em que devam efectuar-se esses pagamentos, líquido da dedução a que se refere a alínea c) do número 2 do mesmo artigo.

2 – Os pagamentos por conta dos sujeitos passivos correspondem a 80% do montante do imposto referido no número anterior repartido por quatro montantes iguais, arredondados em excesso para contos.

3 – Tratando-se de sociedades de um grupo a que seja aplicável pela primeira vez o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, os pagamentos por conta relativos ao primeiro período de tributação são efectuados por cada uma dessas sociedades e calculados nos termos do número 1, sendo o total das importâncias por estas entregue considerado para efeito do cálculo da diferença a pagar pela sociedade dominante ou a reembolsar nos termos do disposto no artigo anterior.

4 – No período de tributação seguinte àquele em que terminar a aplicação do regime previsto no artigo 6º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro, os pagamentos por conta a efectuar por cada uma das sociedades do grupo são calculados nos termos do número 1, com base no imposto que lhes teria sido liquidado relativamente ao período de tributação anterior se não estivessem abrangidos pelo regime.

5 – No período de tributação em que deixe de haver tributação pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, observa-se o seguinte:

- a) Os pagamentos por conta após a ocorrência do facto determinante da cessação do regime são efectuados por cada uma das sociedades do grupo e calculados da forma indicada no número anterior;
- b) Os pagamentos por conta já efectuados pela sociedade dominante à data da ocorrência da cessação do regime são considerados para efeitos do cálculo da diferença que existir a pagar ou que deva ser-lhe reembolsada nos termos do disposto no artigo anterior.

ARTIGO TERCEIRO – LIMITAÇÕES AOS PAGAMENTOS POR CONTA.

1 – Se o sujeito passivo verificar pelos elementos de que disponha, que o montante do pagamento por conta já efectuado é igual ou superior ao imposto que será devido com base na matéria colectável do período de tributação, pode deixar de efectuar novo pagamento por conta.

2 – Verificando-se, face à declaração periódica de rendimentos do exercício a que respeita o imposto que em consequência de suspensão da entrega por conta prevista no número anterior, deixou de ser paga uma importância superior a 20% da que em condições normais teria sido entregue, há lugar a juros compensatórios desde o termo do prazo em que cada entrega deveria ter sido efectuada até ao termo do prazo para envio da declaração ou até à data de pagamento da autoliquidação se anterior.

3 – Se a entrega por conta a efectuar for superior à diferença entre o imposto total que o sujeito passivo julgar devido e as entregas já efectuadas, pode aquele limitar o pagamento a essa diferença, sendo de aplicar o disposto nos números anteriores, com as necessárias adaptações.

ARTIGO QUARTO – FALTA DE PAGAMENTO DE IMPOSTO AUTOLIQUIDADO.

1 – Havendo lugar a autoliquidação de imposto e não sendo efectuado o pagamento até ao termo do respectivo prazo, começam a correr imediatamente juros de mora e a cobrança da dívida é promovida pelos órgãos de soberania fiscais nos termos previstos no artigo seguinte.

ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DO IMPOSTO LIQUIDADO PELOS SERVIÇOS.

1 – Nos casos de liquidação efectuada pelos órgãos de soberania fiscais, o sujeito passivo é notificado para pagar o imposto e os juros que se mostrem devidos no prazo de 30 dias a contar da notificação.

2 – A notificação a que se refere o número anterior, é efectuada nos termos do disposto no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

3 – Não sendo pago o imposto no prazo estabelecido no número 1, começam a correr imediatamente juros de mora sobre o valor da dívida.

4 – Decorrido o prazo do número 1, sem que mostre efectuado o respectivo pagamento, há lugar a procedimento executivo.

5 – Se a liquidação referida no número 1, der lugar a reembolso de imposto, o mesmo é efectuado nos termos do disposto nos números 3 e 5 do artigo 1º, do presente capítulo.

ARTIGO SEXTO – COBRANÇA.

1 – Independentemente da importância liquidada, há sempre lugar à cobrança.

ARTIGO SÉTIMO – MODALIDADE DO PAGAMENTO.

1 – O pagamento do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas é efectuado nos termos previstos no número 1 do artigo 1º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Se o pagamento for efectuado por meio de cheque, a extinção da obrigação de imposto só se verifica com o recebimento efectivo da respectiva importância, não sendo porém devidos juros de mora pelo tempo que mediar entre a entrega ou expedição do cheque e aquele recebimento, salvo se não for possível fazer a cobrança integral da dívida por falta de provisão.

3 – Tratando-se de vale postal, a obrigação considera-se extinta com a sua entrega ou expedição.

ARTIGO OITAVO – LOCAL DE PAGAMENTO.

1 – O pagamento do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas sempre que efectuado no prazo de cobrança voluntária, pode ser realizado em qualquer órgão de soberania fiscal, nas instituições bancárias autorizadas, nos correios de Portugal ou em qualquer outro local determinado por lei.

2 – No caso de cobrança coerciva, o pagamento é efectuado nas matrizes fiscais ou nos órgãos de soberania jurídicos onde corre a execução.

ARTIGO NONO – JUROS E RESPONSABILIDADES PELO PAGAMENTO NOS CASOS DE RETENÇÃO NA FONTE.

1 – Sempre que a retenção na fonte tenha a natureza de imposto por conta e a entidade que a deva efectuar a não tenha efectuado total ou parcialmente, ou tendo-a efectuado não tenha entregado o imposto ou o tenha entregado fora do prazo, são por esta devidos juros compensatórios sobre as respectivas importâncias, contados no último caso

desde o dia imediato àquele em que deviam ter sido entregues até à data do pagamento ou da liquidação e no primeiro caso desde aquela mesma data até ao termo do prazo para entrega da declaração periódica de rendimentos pelo sujeito passivo, sem prejuízo da responsabilidade que ao caso competir.

2 – Sempre que a retenção na fonte tenha carácter definitivo, são devidos juros compensatórios pela entidade a quem incumbe efectuá-la, sobre as importâncias não retidas ou retidas mas não entregues dentro do prazo legal, contados desde o dia imediato àquele em que deviam ter sido entregues até à data do pagamento ou da liquidação.

3 – Aos juros compensatórios referidos nos números anteriores, aplica-se o disposto no artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

4 – No caso das retenções na fonte contempladas no número 1, a entidade devedora dos rendimentos é subsidiariamente responsável pelo pagamento do imposto que vier a revelar-se devido pelo sujeito passivo titular dos rendimentos, até à concorrência da diferença entre o imposto que tenha sido deduzido e o que deveria tê-lo sido

5 – Sempre que a retenção na fonte tenha carácter definitivo, os titulares dos rendimentos são subsidiariamente responsáveis pelo pagamento do imposto, pela diferença mencionada no número anterior.

6 – Os juros compensatórios devem ser pagos:

- a) Conjuntamente com as importâncias retidas, sempre que estas sejam entregues fora do prazo legalmente estabelecido;
- b) Autonomamente no prazo de 30 dias a contar do termo do período em que são devidos sempre que tratando-se de retenção com a natureza de imposto por conta, esta não tenha sido efectuada.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO NO REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO DE GRUPOS DE SOCIEDADES.

1 – Sempre que seja aplicável o disposto no artigo 6º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro, o pagamento do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas incumbe à sociedade dominante, sendo qualquer das outras sociedades do grupo solidariamente responsáveis pelo pagamento do respectivo imposto, sem prejuízo do direito de regresso pela parte do imposto que a cada uma destas efectivamente respeite.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS.

1 – Para pagamento do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, os órgãos de soberania fiscais usufruem de privilégio mobiliário geral e privilégio imobiliário sobre os bens existentes no património do sujeito passivo à data da penhora ou outro acto equivalente.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRESCRIÇÃO.

1 – O real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas prescreve no tempo nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO SEXTO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E FISCALIZAÇÃO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DOS SUJEITOS PASSIVOS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS.

1 – Os sujeitos passivos do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas ou os seus representantes, são obrigados a apresentar:

- a) Declaração de inscrição, de alterações ou de cessação nos termos do disposto nos artigos 2º e 3º, do presente capítulo;
- b) Declaração periódica de rendimentos nos termos do disposto no artigo 4º, do presente capítulo;
- c) Declaração anual de informação contabilística e fiscal nos termos do disposto no artigo 5º, do presente capítulo.

2 – As declarações a que se refere o número anterior, são de modelo oficial, aprovado por despacho da área presidencial fiscal, devendo ser-lhes juntos fazendo destas parte integrante os documentos e os anexos que para o efeito sejam mencionados no referido modelo oficial.

3 – São regulamentadas por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal o âmbito da obrigatoriedade, os suportes, o início de vigência e os procedimentos do regime de envio das declarações por transmissão electrónica de dados.

4 – São recusadas as declarações apresentadas que não se mostrem completas, devidamente preenchidas e assinadas, bem como as que sendo enviadas por via electrónica de dados se mostrem desconformes com a regulamentação estabelecida na portaria referida no número anterior, sem prejuízo das sanções estabelecidas para a falta da sua apresentação ou envio.

5 – Sempre que as declarações não forem consideradas suficientemente claras, os órgãos de soberania fiscais notificam os sujeitos passivos para prestarem por escrito no prazo que lhes for fixado, nunca inferior a 5 dias, os esclarecimentos indispensáveis.

6 – Relativamente às entidades comerciais em liquidação, as obrigações declarativas que ocorram posteriormente à dissolução são da responsabilidade dos respectivos liquidatários ou do administrador da falência.

ARTIGO SEGUNDO – DECLARAÇÃO DE INSCRIÇÃO, DE ALTERAÇÕES OU DE CESSAÇÃO.

1 – A declaração de inscrição no registo a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo anterior, deve ser apresentada pelos sujeitos passivos na matriz fiscal da área de localização da sede, direcção efectiva ou do estabelecimento estável da entidade comercial, no prazo de 10 dias a partir da data de inscrição no registo nacional de pessoas colectivas, sempre que esta seja legalmente exigida ou caso o sujeito passivo esteja sujeito a registo comercial no prazo de 15 dias a partir da data de apresentação a registo no órgão de soberania notarial competente.

2 – Os sujeitos passivos não residentes e que obtenham rendimentos não imputáveis a estabelecimento estável situado em espaço territorial português relativamente aos quais haja lugar à obrigação de apresentar a declaração a que se refere o artigo 4º, do presente capítulo, são igualmente obrigados a apresentar a declaração de inscrição no registo, em qualquer matriz fiscal, no prazo de 15 dias a contar da data da ocorrência do facto que originou o direito aos mesmos rendimentos.

3 – Sempre que se verifiquem alterações de qualquer dos elementos constantes da declaração de inscrição no registo, deve o sujeito passivo entregar a respectiva declaração de alterações no prazo de 5 dias a contar da data de alteração, salvo se outro prazo estiver expressamente previsto.

4 – Os sujeitos passivos do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas devem apresentar a declaração de cessação no prazo de 5 dias a contar da data de cessação da actividade ou tratando-se dos sujeitos passivos mencionados no número 2, da data em que tiver ocorrido a cessação de obtenção de rendimentos.

5 – O contribuinte fica dispensado da entrega da declaração mencionada no número 3, sempre que as alterações em causa sejam de factos sujeitos a registo nos órgãos de soberania notariais.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO VERBAL DE INSCRIÇÃO, DE ALTERAÇÕES OU DE CESSAÇÃO.

1 – Sempre que o serviço fiscal autorizado a receber as declarações referidas na alínea a) do número 1 do artigo 1º, do presente capítulo e disponha de meios informáticos adequados, essas declarações são substituídas pela declaração verbal efectuada pelo sujeito passivo, de todos os elementos necessários à inscrição no registo, à alteração dos dados constantes daquele registo e ao seu esclarecimento, sendo destes imediatamente introduzidos no sistema informático e confirmados pelo declarante, após a sua impressão em documento tipificado.

2 – O documento tipificado nas condições referidas no número anterior, substitui para todos os efeitos legais, as declarações a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 1º, do presente capítulo.

3 – O documento comprovativo da inscrição das alterações ou do cancelamento no registo dos sujeitos passivos do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, é o documento tipificado consoante os casos, processado após a confirmação dos dados pelo declarante, autenticado com a assinatura do fiscalista receptor e com aposição da vinheta do técnico oficial de contas que afirme a responsabilidade fiscal do sujeito passivo a que respeitam as declarações.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE RENDIMENTOS.

1 – A declaração periódica de rendimentos a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 1º, do presente capítulo, deve ser enviada anualmente por transmissão electrónica de dados, até ao último dia do mês de março, independentemente de esse dia ser útil ou não útil.

2 – No caso de cessação de actividade nos termos do número 4 do artigo 6º do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, a declaração de rendimentos relativa ao período de tributação em que a mesma se verificou deve ser enviada até ao trigésimo dia seguinte ao da data de cessação, independentemente de esse dia ser útil ou não útil, aplicando-se igualmente este prazo ao envio da declaração relativa ao período de tributação imediatamente anterior, sempre que ainda não tenham decorrido os prazos mencionados no número 1.

3 – As entidades que não tenham sede nem direcção efectiva em espaço territorial português e que em Portugal obtenham rendimentos não imputáveis a estabelecimento estável aí situado, são igualmente obrigados a enviar a declaração mencionada no número 1.

4 – Nos casos previstos no número anterior, a declaração deve ser enviada:

- a) Relativamente a rendimentos derivados de imóveis, exceptuados os ganhos resultantes da sua transmissão onerosa, a ganhos mencionados na alínea b) do número 3 e a rendimentos mencionados nas subalíneas 3. e 7. da alínea c) do número 3 do artigo 4º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, até ao último dia do mês de março do ano seguinte àquele a que os mesmos respeitam ou até ao trigésimo dia posterior à data em que tenha cessado a obtenção dos rendimentos, independentemente de esse dia ser útil ou não útil;
- b) Relativamente a ganhos resultantes da transmissão onerosa de imóveis, até ao trigésimo dia posterior à data de transmissão, independentemente de esse dia ser útil ou não útil;
- c) Relativamente a incrementos patrimoniais derivados de aquisição a título gratuito, até ao trigésimo dia posterior à data da aquisição, independentemente de esse dia ser útil ou não útil.

5 – Sempre que for aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades:

- a) A sociedade dominante deve enviar a declaração periódica de rendimentos relativa ao lucro tributável do grupo apurado nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro;
- b) Cada uma das sociedades do grupo, incluindo a sociedade dominante, deve enviar a sua declaração periódica de rendimentos na qual seja determinado o imposto como se aquele regime não fosse aplicável.

6 – Os elementos constantes das declarações periódicas devem sempre que for o caso concordar exactamente com os obtidos na contabilidade ou nos registos de escrituração consoante o caso.

ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FISCAL.

1 – A declaração anual de informação contabilística e fiscal a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 1º, do presente capítulo, deve ser enviada por todas as pessoas colectivas, nomeadamente órgãos de soberania, empresas e instituições estatais, incluindo as dotadas de autonomia administrativa ou financeira e ainda que personalizadas, bem como as pessoas colectivas de utilidade pública e as instituições de solidariedade social, nos termos e com os anexos que para o efeito sejam mencionados no respectivo modelo.

2 – A declaração deve ser enviada por transmissão electrónica de dados até ao dia 31 de maio, independentemente de esse dia ser útil ou não útil.

3 – No caso de cessação de actividade nos termos do disposto no número 4 do artigo 6º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, a declaração relativa ao período de tributação em que a mesma se verificou deve ser enviada no prazo referido no número 2 do artigo anterior, aplicando-se igualmente esse prazo para o envio da declaração relativa ao período de tributação imediatamente anterior, sempre que ainda não tenham decorrido os prazos mencionados no número 2.

4 – Os elementos constantes das declarações devem sempre que se justificar, concordar exactamente com os obtidos na contabilidade ou registos de escrituração consoante o caso.

ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO.

1 – Sempre que tenha sido liquidado imposto inferior ao devido ou declarado prejuízo fiscal superior ao efectivo, pode ser apresentada declaração de substituição, ainda que fora do prazo legalmente estabelecido e efectuado o pagamento do imposto em falta.

2 – A autoliquidação de que tenha resultado imposto superior ao devido ou prejuízo fiscal inferior ao efectivo pode ser corrigida por meio de declaração de substituição a apresentar no prazo de 1 ano a contar do termo do prazo legal.

3 – Em caso de decisão administrativa ou sentença superveniente o prazo previsto no número anterior, conta-se a partir da data em que o declarante detenha conhecimento da decisão ou da sentença.

4 – Sempre que seja aplicado o disposto no número anterior, o prazo de caducidade é alargado até ao termo do prazo aí previsto, acrescido de 1 ano.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÕES CONTABILÍSTICAS DAS PESSOAS COLECTIVAS.

1 – Todas as pessoas colectivas, com ou sem personalidade jurídica que exerçam a título principal uma actividade económica com sede ou direcção efectiva em espaço territorial português, bem como as entidades comerciais que embora não tendo sede nem direcção efectiva em Portugal possuam estabelecimento estável, são obrigadas a dispor de contabilidade organizada nos termos da lei comercial e fiscal, que para além dos requisitos indicados no número 3 do artigo 1º, do capítulo segundo, do título segundo, do presente livro, permita o controlo do lucro tributável.

2 – Na execução da contabilidade deve observar-se em especial o seguinte:

- a) Todos os lançamentos devem estar apoiados em documentos justificativos, datados e susceptíveis de serem apresentados sempre que exigido;
- b) As operações devem ser registadas cronologicamente, sem emendas ou rasuras, devendo quaisquer erros ser objecto de regularização contabilística logo que descobertos.

3 – Não são permitidos atrasos na execução da contabilidade superior a 92 dias, contados do último dia do mês a que as operações respeitam.

4 – Os livros, registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte devem ser conservados em boa ordem durante o prazo de 10 anos.

5 – Sempre que a contabilidade for estabelecida por meios informáticos, a obrigação de conservação referida no número anterior, é extensiva à documentação relativa à análise, programação e execução dos tratamentos informáticos.

6 – As entidades referidas no número 1, que organizem a sua contabilidade com recurso a meios informáticos devem dispor de capacidade de exportação de ficheiros nos termos e formatos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal.

7 – Os programas e equipamentos informáticos de facturação dependem de prévia certificação pelos órgãos de soberania fiscais nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal.

ARTIGO OITAVO – CENTRALIZAÇÃO DA CONTABILIDADE.

1 – A contabilidade mencionada no artigo anterior, deve ser centralizada em estabelecimento ou instalação situada em espaço territorial português, nos seguintes termos:

- a) No que respeita às pessoas colectivas residentes em Portugal, a centralização abrange igualmente as operações realizadas no estrangeiro;
- b) No que respeita às pessoas colectivas e outras entidades não residentes em Portugal, mas que no território disponham de estabelecimento estável, a centralização abrange apenas as operações que lhe sejam imputadas nos termos do presente código, devendo no caso de existir mais de um estabelecimento estável, abranger as operações imputadas a todos estes.

2 – O estabelecimento ou instalação em que seja efectuada a centralização mencionada no número anterior, deve ser indicado na declaração de inscrição no registo mencionada no artigo 2º, do presente capítulo e quando se verificarem alterações do mesmo, na declaração de alterações referida no mesmo artigo.

ARTIGO NONO – REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS NÃO RESIDENTES.

1 – As entidades comerciais que não tendo sede nem direcção efectiva em espaço territorial português, nem no território possuam estabelecimento estável, mas que em Portugal obtenham rendimentos, assim como os sócios ou membros referidos no número 7 do artigo 5º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, são obrigados a designar uma pessoa singular ou colectiva com residência, sede ou direcção efectiva em Portugal para as representar perante os órgãos de soberania fiscais quanto às suas obrigações referentes ao real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

2 – A designação a que se refere o número anterior, é efectuada na declaração de início de actividade ou de alterações, devendo desta constar expressamente a sua aceitação pelo representante.

3 – Na falta de cumprimento do disposto no número 1 e independentemente da penalidade que ao caso competir, não há lugar às notificações previstas no presente código, sem prejuízo de os sujeitos passivos poderem deter o conhecimento das matérias a que as mesmas respeitariam junto dos órgãos de soberania fiscais.

CAPÍTULO SEGUNDO – OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES QUE DEVAM EFECTUAR RETENÇÕES NA FONTE.

1 – O disposto nos artigos 8º e 9º, do capítulo único, do título sexto, do livro anterior, é aplicável com as necessárias adaptações às entidades que sejam obrigadas a efectuar retenções na fonte do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS.

1 – O disposto nos artigos 14º, do capítulo único, do título sexto e 5º, do capítulo único, do título sétimo, do livro anterior, é aplicável com as necessárias adaptações às entidades intervenientes no mercado de valores mobiliários sempre que se trate de titulares que sejam sujeitos passivos do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL.

1 – Os sujeitos passivos de real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, são obrigados a manter em boa ordem durante o prazo de 10 anos, um processo de documentação fiscal relativo a cada período de tributação, que deve estar concluído até ao termo do prazo para entrega da declaração a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 1º, do capítulo anterior, com os elementos contabilísticos e fiscais a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais social e fiscal.

2 – O processo referido no número anterior, deve estar centralizado em estabelecimento ou instalação situado em espaço territorial português nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo anterior ou nas instalações do representante fiscal, quando o sujeito passivo não possua sede ou direcção efectiva em Portugal e no território não possua estabelecimento estável.

ARTIGO QUARTO – GARANTIA DE OBSERVÂNCIA DE OBRIGAÇÕES FISCAIS.

1 – Sem prejuízo das normas especiais do código de processo civil, as petições relativas a rendimentos sujeitos ao real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas ou relacionados com o exercício de actividades económicas por sujeitos passivos deste imposto, não podem ter seguimento ou ser atendidas perante qualquer autoridade, órgão de soberania fiscal ou pessoas colectivas de utilidade pública, sem que seja efectuada prova de apresentação da declaração a que se refere o artigo 4º, do capítulo anterior, cujo prazo de apresentação já tenha decorrido.

2 – A prova referida na parte final do número anterior, é efectuada através de certidão passada pela matriz fiscal competente.

3 – A apresentação dos documentos referidos no número anterior, é averbada no requerimento, processo ou registo da petição, devendo o averbamento ser datado e rubricado pelo fiscalista competente, que restitui os documentos ao apresentante.

ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DE RENDIMENTOS A ENTIDADES NÃO RESIDENTES.

1 – Não podem realizar-se transferências para o exterior de Portugal de rendimentos sujeitos ao real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas obtidos em espaço territorial português por entidades não residentes, sem que se mostre pago ou assegurado o imposto que for devido.

CAPÍTULO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVER DE FISCALIZAÇÃO EM GERAL.

1 – O cumprimento das obrigações impostas pelo presente código, é fiscalizado em geral e dentro dos limites da respectiva competência pelos órgãos de soberania fiscais.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE FISCALIZAÇÃO EM ESPECIAL.

1 – A fiscalização em especial das disposições do presente código, rege-se pelo disposto no artigo 3º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código e no livro terceiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO DE SUJEITOS PASSIVOS.

1 – Com base nas declarações para inscrição no registo e de outros elementos de que disponha, os órgãos de soberania fiscais organizam um registo dos sujeitos passivos do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

2 – O registo a que se refere o número anterior, é actualizado tendo presente as alterações verificadas em relação aos elementos anteriormente declarados, os quais devem ser mencionados na declaração de alteração no registo.

3 – O cancelamento da inscrição no registo verifica-se face à respectiva declaração de cessação ou em consequência de outros elementos de que os órgãos de soberania fiscais disponham.

ARTIGO QUARTO – PROCESSO INDIVIDUAL.

1 – A matriz fiscal competente deve organizar em relação a cada sujeito passivo um processo com carácter sigiloso, em que se incorporem as declarações e outros elementos que se relacionem com o mesmo.

2 – Os sujeitos passivos através de representante devidamente credenciado, podem examinar na respectiva matriz fiscal o seu processo individual.

TÍTULO SÉTIMO – GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES.

ARTIGO PRIMEIRO – RECLAMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES.

1 – Os sujeitos passivos do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, os seus representantes e as pessoas solidária ou subsidiariamente responsáveis pelo pagamento do imposto podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação, efectuada pelos serviços dos órgãos de soberania fiscais, com os fundamentos e nos termos estabelecidos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – A faculdade referida no número anterior, é igualmente conferida relativamente à autoliquidação, à retenção na fonte e aos pagamentos por conta, nos termos e nos prazos previstos nos artigos 33º a 35º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

3 – A reclamação pelo titular dos rendimentos ou seu representante, da retenção na fonte de importâncias total ou parcialmente indevidas, só tem lugar quando essa retenção tenha carácter definitivo e deixe de ser apresentada no prazo de 2 anos a contar do termo do prazo de entrega, pelo substituto do imposto retido na fonte ou da data do pagamento ou colocação à disposição dos rendimentos se posterior.

4 – A impugnação dos actos mencionados no número 2, é obrigatoriamente precedida de reclamação para o dirigente máximo da matriz fiscal competente, nos casos previstos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

5 – As entidades referidas no número 1, podem ainda reclamar e impugnar a matéria colectável que for determinada e que não dê origem a liquidação do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, com os fundamentos e nos termos estabelecidos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, para a reclamação e impugnação dos actos tributários.

6 – Sempre que estando pago o imposto, se determine em processo gracioso ou judicial que na liquidação houve erro imputável aos serviços, são liquidados juros indemnizatórios nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO SEGUNDO – ACORDOS PRÉVIOS SOBRE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA.

1 – Os sujeitos passivos podem solicitar aos órgãos de soberania fiscais para os efeitos do disposto no artigo 1º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro,

a celebração de um acordo que tenha por objecto estabelecer com carácter prévio o método ou métodos susceptíveis de assegurar a determinação dos termos e condições que seriam normalmente acordados, aceites ou praticados entre entidades independentes nas operações comerciais e financeiras, incluindo as prestações de serviços intra-grupos e os acordos de partilha de custos, efectuados com entidades com as quais estejam em situação de relações especiais ou em operações realizadas entre a sede e os estabelecimentos estáveis.

2 – Sempre que o sujeito passivo pretenda incluir no âmbito do acordo operações com entidades com as quais existem relações especiais residentes no exterior, deve solicitar que a solicitação a que se refere o número anterior, seja submetida às respectivas autoridades competentes no quadro de procedimento amigável a instaurar para o efeito.

3 – A solicitação é dirigida ao dirigente máximo da real chancelaria fiscal portuguesa e deve:

- a) Apresentar uma proposta sobre os métodos da determinação do preço de transferência devidamente fundamentada e instruída com a documentação relevante;
- b) Identificar as operações abrangidas e o período de duração;
- c) Ser subscrito por todas as entidades intervenientes nas operações que se pretende incluir no acordo;
- d) Conter uma declaração do sujeito passivo sobre o cumprimento do dever de colaboração com os órgãos de soberania fiscais na prestação de informação e o fornecimento de documentação necessária, sem que possa ser oposta qualquer norma de sigilo profissional ou comercial.

4 – O acordo alcançado entre os órgãos de soberania fiscais e as autoridades competentes de outros estados soberanos sempre que for o caso, é reduzido a escrito e notificado ao sujeito passivo e demais entidades abrangidas, para efeitos de manifestarem por escrito a sua aceitação.

5 – O acordo é confidencial e as informações transmitidas pelo sujeito passivo no processo de negociação estão protegidos pelo dever do sigilo fiscal.

6 – Os elementos contidos no acordo devem indicar designadamente o método ou métodos aceites, as operações abrangidas, os pressupostos de base, as condições de revisão, revogação e prorrogação e o prazo de vigência que não pode ultrapassar 3 anos.

7 – Não havendo alterações na legislação aplicável, nem variações significativas das circunstâncias económicas e operacionais e demais pressupostos de base que fundamentam os métodos, os órgãos de soberania fiscais ficam vinculados a actuar em conformidade com os termos estabelecidos no acordo.

8 – Os sujeitos passivos não podem reclamar ou interpor recurso do conteúdo do acordo.

9 – Os requisitos e condições para a formulação da solicitação, bem como todos os procedimentos, todas as informações e documentação ligadas à celebração dos acordos, são regulamentados por portaria da área presidencial fiscal.

ARTIGO TERCEIRO – PROVA DO PREÇO EFECTIVO NA TRANSMISSÃO DE IMÓVEIS.

1 – O disposto no número 2 do artigo 2º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro, não é aplicável se o sujeito passivo fizer prova de que o preço efectivamente praticado na transmissão de direitos reais sobre bens imóveis for inferior ao valor patrimonial tributário que serviu de base à liquidação do imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, o sujeito passivo pode designadamente demonstrar que os custos de construção foram inferiores aos fixados na portaria a que se refere o número 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título sexto, do livro seguinte, caso em que ao montante dos custos de construção deverão acrescer os demais indicadores objectivos previstos no referido código para determinação do valor patrimonial tributário.

3 – A prova referida no número 1, deve ser efectuada em procedimento instaurado mediante requerimento dirigido ao dirigente máximo da matriz fiscal competente e apresentado em janeiro do ano seguinte àquele em que ocorreram as transmissões, caso o valor patrimonial tributário já se encontre definitivamente fixado ou nos 30 dias posteriores à data em que a avaliação se tornou definitiva nos demais casos.

4 – A solicitação referida no número anterior, tem efeito suspensivo da liquidação na parte correspondente ao valor da diferença positiva prevista no número 2 do artigo 2º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro, a qual no caso de indeferimento total ou parcial do pedido é da competência dos órgãos de soberania fiscais.

5 – O procedimento previsto no número 3, rege-se pelo disposto nos artigos 12º e 13º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, com as necessárias adaptações, sendo igualmente aplicável o disposto no número 4 do artigo 6º, do mesmo capítulo, da lei referida.

6 – Em caso de apresentação da solicitação de demonstração previsto no presente artigo, os órgãos de soberania fiscais podem aceder à informação bancária do requerente e dos respectivos administradores ou gerentes referente ao período de tributação em que ocorreu a transmissão e ao período de tributação anterior, devendo para o efeito ser anexados os correspondentes documentos de autorização.

7 – A impugnação judicial da liquidação do imposto que resultar de correcções efectuadas por aplicação do disposto no número 2 do artigo 2º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro ou se não houver lugar a liquidação das correcções ao lucro tributável ao abrigo do mesmo preceito, depende de prévia apresentação da solicitação prevista no número 3, não havendo lugar a reclamação graciosa.

8 – A impugnação do acto de fixação do valor patrimonial tributário prevista no artigo 6º, do capítulo único, do título sétimo, do livro seguinte e no artigo 36º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, não tem efeito suspensivo quanto à liquidação do real imposto sobre o

rendimento das pessoas colectivas, nem suspende o prazo para dedução da solicitação de demonstração previsto no presente artigo.

TÍTULO OITAVO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – RECIBO DE DOCUMENTOS.

1 – Sempre que no presente código se determine a entrega de declarações ou outros documentos em mais de um exemplar, um destes deve ser devolvido ao apresentante com menção de recibo.

2 – Nos casos em que a lei estabeleça a apresentação de declaração ou outro documento num único exemplar, pode o obrigado apresentar cópia do mesmo para efeitos do disposto no número anterior.

3 – Sempre que os deveres de comunicação sejam cumpridos através de transmissão electrónica de dados, o documento comprovativo da recepção é processado no próprio acto de entrega ou enviado por via postal.

ARTIGO SEGUNDO – ENVIO DE DOCUMENTOS.

1 – As declarações e outros documentos que nos termos do presente código devam ser apresentados em qualquer serviço dos órgãos de soberania fiscais, podem ser remetidos pelo correio sob registo postal ou por telefax, desde que sendo necessário possa confirmar-se o conteúdo da mensagem e o momento em que foi enviado.

2 – No caso de remessa pelo correio, a mesma pode efectuar-se até ao último dia do prazo fixado, considerando-se que foi efectuada na data constante do carimbo dos serviços postais ou na data do registo.

3 – Ocorrendo extravio, a administração fiscal pode exigir segunda via, que para todos os efeitos se considera como remetida na data em que comprovadamente o tiver sido o original.

ARTIGO TERCEIRO – CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES.

1 – As actividades exercidas pelos sujeitos passivos do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas são classificadas para efeitos do presente imposto, de acordo com a classificação portuguesa de actividades económicas, denominado real código das actividades económicas dos órgãos de soberania fiscais.

LIVRO DÉCIMO OITAVO – CÓDIGO DO REAL IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA.

CAPÍTULO ÚNICO – INCIDÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA.

1 – O real imposto sobre imóveis incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos, urbanos e mistos situados em espaço territorial português.

ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO DE PRÉDIO.

1 – Para efeitos do presente código compreende-se prédio, toda a fracção do território abrangendo as águas, plantações, os edifícios e as construções de qualquer natureza nesta incorporados ou assentes com carácter de permanência, sempre que faça parte do património de uma pessoa singular ou colectiva e em circunstâncias normais possua um valor económico, bem como as águas, plantações, edifícios ou construções nas circunstâncias anteriores, dotados de autonomia económica em relação ao terreno onde se encontrem implantados, embora situados numa fracção do território que constitua parte integrante de um património diverso ou não tenha natureza patrimonial.

2 – Os edifícios ou construções ainda que móveis por natureza, são havidos como carácter de permanência quando afectos a fins não transitórios.

3 – Presume-se o carácter de permanência quando os edifícios ou construções estiverem assentes no mesmo local por um período superior a 1 ano.

4 – Para efeitos do presente imposto, cada fracção autónoma no regime de propriedade horizontal, é havida como constituindo um prédio.

ARTIGO TERCEIRO – PRÉDIOS RÚSTICOS.

1 – São prédios rústicos os terrenos situados dentro ou fora de um aglomerado urbano, que não sejam de classificar como terrenos para construção nos termos do disposto no número 3 do artigo 6º, desde que:

- a) Estejam afectos ou na falta de concreta afectação, tenham como destino normal uma utilização geradora de rendimentos pesqueiros, pecuários, agrícolas, extractivos ou industriais, tais como são considerados para

efeitos do código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares;

- b) Não tendo a afectação indicada na alínea anterior, não se encontrem construídos ou disponham apenas de edifícios ou construções de carácter acessório, sem autonomia económica e de reduzido valor.

2 – São também prédios rústicos os terrenos situados dentro ou fora de um aglomerado urbano, desde que por força de disposição legalmente aprovada, não possam ter utilização geradora de quaisquer rendimentos ou só possam ter utilização geradora de rendimentos pesqueiros, pecuários, agrícolas, extractivos ou industriais e estejam a ter de facto esta afectação.

3 – São ainda prédios rústicos as águas e plantações nas situações a que se refere o número 1 do artigo anterior.

4 – Para efeitos do presente código, consideram-se aglomerados urbanos, para além dos situados dentro dos perímetros legalmente fixados para cada um município, os núcleos com um mínimo de 10 fogos servidos por arruamentos de utilização pública, sendo o seu perímetro delimitado por partes distanciados 50 metros do eixo dos arruamentos no sentido transversal e 20 metros da última edificação, no sentido dos arruamentos.

ARTIGO QUARTO – PRÉDIOS URBANOS.

1 – Prédios urbanos são todos aqueles que não devam ser classificados como rústicos, nomeadamente os de habitação e os de exercício de actividades económicas comerciais e de prestação de serviços, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

ARTIGO QUINTO – PRÉDIOS MISTOS.

1 – Sempre que um prédio tenha partes rústicas e urbanas é classificado como prédio misto.

ARTIGO SEXTO – ESPÉCIES DE PRÉDIOS URBANOS.

1 – Os prédios urbanos dividem-se em:

- a) Habitacionais;
- b) Comerciais ou para serviços;
- c) Terrenos para construção;
- d) Outros.

2 – Habitacionais, comerciais ou para serviços são os edifícios ou construções para tal licenciados ou na falta de licença, que tenham como destino normal cada um destes fins.

3 – Consideram-se terrenos para construção, os terrenos situados dentro ou fora de um aglomerado urbano, para os quais tenha sido concedida licença ou autorização,

admitida comunicação prévia ou emitida informação prévia favorável de operação de loteamento ou de construção e ainda aqueles que assim tenham sido declarados no título aquisitivo, exceptuando os terrenos em que as entidades competentes vedem qualquer daquelas operações, designadamente os localizados em zonas verdes, áreas protegidas ou de acordo com os planos municipais de ordenamento do território, estejam afectos a espaços, infra-estruturas ou equipamentos públicos.

4 – Enquadram-se na previsão da alínea d) do número 1, os terrenos situados dentro ou fora de um aglomerado urbano que não sejam terrenos para construção, nem se encontrem abrangidos pelo disposto no número 2 do artigo 3º e ainda os edifícios e as construções licenciados ou na falta de licença, que tenham como destino normal outros fins que não os referidos no número 2 e ainda os de excepção do número 3.

ARTIGO SÉTIMO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO.

1 – O valor patrimonial tributário dos prédios é determinado nos termos do presente código.

2 – O valor patrimonial tributário dos prédios rústicos ou dos prédios urbanos com partes enquadáveis em mais de uma das classificações do número 1 do artigo anterior, determina-se por aplicação das correspondentes normas aplicáveis à avaliação de cada parte, sendo o valor do prédio a soma do valor das suas partes.

3 – O valor patrimonial tributário dos prédios mistos corresponde à soma dos valores das suas partes rústica e urbana, determinados por aplicação das correspondentes normas do presente código.

ARTIGO OITAVO – SUJEITO PASSIVO.

1 – O imposto é devido pelo proprietário do prédio em 31 de dezembro do ano a que o mesmo respeitar.

2 – Nos casos de usufruto ou de direito de superfície, o imposto é devido pelo usufrutuário ou pelo superficiário após o início da construção da obra ou do termo de plantação.

3 – No caso de propriedade resolúvel, o imposto é devido por quem tenha o usufruto ou fruição do prédio.

4 – Presume-se proprietário, usufrutuário ou superficiário para efeitos fiscais, quem como tal figure ou deva figurar na matriz na data referida no número 1 ou na falta de inscrição quem em tal data tenha a posse do prédio.

5 – Na situação prevista no artigo 4º, do capítulo único, do título oitavo, do presente livro, o imposto é devido pela herança indivisa representada pelo cabeça-de-casal.

ARTIGO NONO – INÍCIO DA TRIBUTAÇÃO.

1 – O imposto é devido a partir do ano inclusive em que a fracção do território e demais elementos referidos no artigo 2º, do presente capítulo, devam ser considerados como prédio.

ARTIGO DÉCIMO – DATA DA CONCLUSÃO DOS PRÉDIOS RÚSTICOS OU URBANOS.

1 – Os prédios rústicos ou urbanos presumem-se concluídos na data em que for apresentada a declaração para inscrição na matriz com indicação da data de conclusão das obras.

TÍTULO SEGUNDO – MATRIZES PREDIAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – MATRIZES PREDIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCEITO DE MATRIZES PREDIAIS.

1 – As matrizes prediais são registos de que constam designadamente a caracterização dos prédios, a localização e o seu valor patrimonial tributário, a identidade dos proprietários e sendo o caso dos usufrutuários e superficiários.

2 – Existem duas matrizes, uma para a propriedade rústica e outra para a propriedade urbana.

3 – Cada andar ou parte de prédio susceptível de utilização independente é considerado separadamente na inscrição matricial, a qual discrimina também o respectivo valor patrimonial tributário.

4 – As matrizes são actualizadas anualmente com referência a 31 de dezembro.

5 – As inscrições matriciais constituem presunção de propriedade, para todos os efeitos dos órgãos de soberania portugueses.

ARTIGO SEGUNDO – INSCRIÇÃO NAS MATRIZES.

1 – A inscrição de prédios na matriz e a actualização desta, são efectuadas com base em declaração apresentada pelo sujeito passivo, no prazo de 30 dias contados a partir da ocorrência de qualquer dos seguintes factos:

- a) Uma dada realidade física passar a ser considerada como prédio;
- b) Verificar-se um elemento susceptível de determinar uma alteração da classificação de um prédio;
- c) Modificarem-se os limites de um prédio;

- d) Concluírem-se obras de edificação, de melhoramento ou de alterações que possam determinar variação do valor patrimonial tributário do prédio;
- e) Ter-se conhecimento da não inscrição de um prédio na matriz;
- f) Ser ordenada uma actualização geral das matrizes;
- g) Ter-se verificado uma mudança de proprietário, por ter ocorrido uma transmissão onerosa ou gratuita de um prédio ou parte de prédio;
- h) Verificar-se uma diferente utilização dada ao prédio;
- i) Iniciar-se a construção ou concluir-se a plantação, no caso do direito de superfície.

2 – Presume-se que o adquirente de um prédio omissor teve conhecimento da omissão no momento de transmissão ou do início da sua posse, salvo prova em contrário.

3 – O dirigente máximo da matriz fiscal competente procede oficiosamente:

- a) À inscrição de um prédio na matriz, bem como às necessárias actualizações, quando não se mostre cumprido o disposto no número 1;
- b) À actualização do valor patrimonial tributário dos prédios, em resultado de novas avaliações ou sempre que tal for legalmente determinado;
- c) À actualização da identidade dos proprietários, usufrutuários, superficiários e possuidores, sempre que detenha conhecimento de que houve mudança do respectivo titular;
- d) À eliminação na matriz dos prédios demolidos, após informação dos serviços relativas ao termo da demolição;
- e) À inscrição do valor patrimonial tributário definitivo, determinado nos termos do presente código.

4 – As inscrições ou actualizações matriciais devem referir o ano em que tenham sido efectuadas, bem como os elementos que as justifiquem.

5 – Sempre que haja lugar a junção dos elementos referidos nos números 2 e 3 do artigo 1º, do capítulo único, do título quinto, do presente livro, têm-se por não entregues as declarações que não sejam por estas acompanhadas.

TÍTULO TERCEIRO – OBJECTO E TIPOS DE AVALIAÇÃO NA DETERMINAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO.

CAPÍTULO ÚNICO – OBJECTO E TIPOS DE AVALIAÇÃO NA DETERMINAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO DA AVALIAÇÃO.

1 – O valor patrimonial tributário dos prédios é determinado por avaliação, com base em declaração do sujeito passivo, salvo se no presente código se dispuser de forma diferente.

2 – A avaliação é precedida de vistoria do prédio a avaliar pelos órgãos de soberania sapadores.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOS DE AVALIAÇÃO.

1 – A avaliação dos prédios rústicos e a avaliação dos prédios urbanos é de base não cadastral.

ARTIGO TERCEIRO – AVALIAÇÃO GERAL.

1 – A área presidencial da prevenção define por portaria, a avaliação geral dos prédios rústicos ou urbanos de todos os municípios do espaço territorial português.

2 – Sempre que seja ordenada uma avaliação geral dos prédios rústicos ou urbanos, devem os sujeitos passivos apresentar na matriz fiscal e nos órgãos de soberania sapadores da sua localização, declaração de modelo aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais notarial, da prevenção e fiscal.

TÍTULO QUARTO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS PRÉDIOS RÚSTICOS.

CAPÍTULO ÚNICO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS PRÉDIOS RÚSTICOS.

ARTIGO PRIMEIRO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO.

1 – O valor patrimonial tributário dos prédios rústicos sempre que não se processar pelo valor da escritura de compra e venda, corresponde à soma do valor da área do terreno e do valor das infra-estruturas pesqueiras, pecuárias, agrícolas, extractivas ou industriais edificadas na mesma área.

ARTIGO SEGUNDO – VALOR DA ÁREA DO TERRENO DE PRÉDIOS RÚSTICOS.

1 – O valor da área do terreno é determinado tendo presente a área arável para o previsível exercício de actividades económicas agrícolas, pecuárias e extractivas constantes das suas riquezas naturais e é valorizado pela abundância de água e dos próprios recursos hídricos que o percorrem para o previsível exercício de actividades

económicas pesqueiras, a sua localização em termos de capitais regionais, capitais concelhias, cidades, vilas ou aldeias e as acessibilidades construídas e a construir.

ARTIGO TERCEIRO – VALOR DAS INFRA-ESTRUTURAS EDIFICADAS DE PRÉDIOS RÚSTICOS.

1 – O valor das infra-estruturas edificadas de um prédio rústico, processa-se nos termos do cálculo do valor patrimonial dos prédios urbanos nos termos do disposto no capítulo seguinte.

ARTIGO QUARTO – OPERAÇÕES DE AVALIAÇÃO.

1 – A avaliação de base não cadastral consiste na medição dos prédios e na qualificação e quantificação das infra-estruturas nos mesmos incluídas.

2 – A avaliação de base não cadastral é efectuada em todos os municípios onde vigore o cadastro predial ou geométrico, bem como nas zonas de cadastro diferido.

3 – Na execução das operações de avaliação são utilizados suportes cartográficos em cada um prédio, tendo presente a simplificação e o aumento da precisão das medições e a melhoria de identificação dos prédios.

ARTIGO QUINTO – REGISTO DAS OPERAÇÕES DE AVALIAÇÃO.

1 – As operações de avaliação respeitam a uma ordem topográfica a que corresponde uma numeração dos prédios.

2 – Em relação a cada prédio é elaborado um registo de avaliação efectuada, do qual constem o registo de distribuição, as confrontações e a área total do prédio.

ARTIGO SEXTO – REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO.

1 – Do registo de distribuição constam em relação a cada prédio:

- a) Os elementos do cadastro predial;
- b) O nome, a morada e o número de identificação fiscal do proprietário;
- c) A designação cadastral;
- d) Os direitos e ónus que recaiam sobre o prédio, os nomes, as moradas e as identificações fiscais dos seus titulares;
- e) As áreas e os valores tributáveis do terreno e das infra-estruturas;
- f) O valor patrimonial tributário do prédio.

ARTIGO SÉTIMO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIOS SEM TITULAR CONHECIDO OU EM LITÍGIO.

1 – Os prédios cujo titular não for identificado são inscritos em nome do estado, com anotação de que o titular não é conhecido.

2 – Os prédios ou partes de prédios cuja titularidade se encontre em litígio são inscritos em nome dos litigantes até resolução do diferendo.

ARTIGO OITAVO – FRACCIONAMENTO OU ANEXAÇÃO.

1 – Os prédios resultantes de fraccionamentos ou anexações não são submetidos a avaliação, desde que não tenha havido alterações, resultando o seu valor da respectiva discriminação ou da adição do valor das parcelas dos prédios que lhe deram origem.

TÍTULO QUINTO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS PRÉDIOS URBANOS.

CAPÍTULO ÚNICO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS PRÉDIOS URBANOS.

ARTIGO PRIMEIRO – INICIATIVA DA AVALIAÇÃO.

1 – A iniciativa da primeira avaliação de um prédio urbano compete ao dirigente máximo da matriz fiscal competente da área de localização do prédio, com base nas declarações apresentadas pelos sujeitos passivos ou pelos órgãos de soberania sapadores competentes.

2 – Às declarações referidas no número anterior, deve o sujeito passivo ou os órgãos de soberania sapadores juntar plantas de arquitectura das construções correspondentes às telas finais aprovadas pelos órgãos de soberania sapadores ou fotocópias das mesmas autenticadas e no caso de construções não licenciadas, plantas da sua responsabilidade.

3 – Em relação aos terrenos para construção, deve ser apresentada fotocópia do alvará de loteamento, que deve ser substituída caso não exista loteamento, por fotocópia do alvará de licença de construção, projecto aprovado ou documento comprovativo da viabilidade construtiva.

4 – A avaliação reporta-se à data do pedido de inscrição ou actualização do prédio na matriz.

5 – Na avaliação de prédios urbanos é aplicável o disposto no artigo 7º, do capítulo único, do título anterior.

6 – Sempre que as telas finais e os projectos de loteamento referidos nos números 2 e 3, sejam entregues nos órgãos de soberania sapadores em suporte digital e aí devidamente aprovados, tal facto deve constar da declaração a que se refere o número 1,

ficando o sujeito passivo dispensado de proceder à sua entrega na matriz fiscal competente.

ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO.

1 – A determinação do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos para habitação, comércio e prestação de serviços, sempre que não se processar pelo correspondente valor da escritura de compra e venda, determina-se pela expressão – $VT = VC \times A \times CA \times CI \times CQ \times CV$, em que:

- a) VT = Valor patrimonial tributário;
- b) VC = Valor base dos prédios edificados;
- c) A = Área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação;
- d) CA = Coeficiente de afectação;
- e) CI = Coeficiente de localização;
- f) CQ = Coeficiente de qualidade e conforto;
- g) CV = Coeficiente de vetustez.

2 – O valor patrimonial tributário dos prédios urbanos apurado é arredondado para a dezena de contos imediatamente superior.

ARTIGO TERCEIRO – VALOR BASE DOS PRÉDIOS EDIFICADOS.

1 – O valor base dos prédios edificados (VC), corresponde ao valor médio de construção, por metro quadrado, adicionado o valor do metro quadrado do terreno de implantação fixado em 25% daquele valor.

2 – O valor médio de construção é determinado tendo presente, nomeadamente os encargos directos e indirectos suportados na construção do edifício, tais como os relativos a materiais, mão-de-obra, equipamentos, administração, energias, comunicações e outros consumíveis.

3 – No caso de prédios em propriedade horizontal o terreno de implantação do edifício é dividido pelo número de fracções que ocupem a mesma área de implantação.

ARTIGO QUARTO – TIPOS DE ÁREAS DOS PRÉDIOS EDIFICADOS.

1 – A área bruta de construção do edifício ou de fracção e a área excedente à de implantação (A), resultam da seguinte expressão – $A = (Aa + Ab) \times Caj + Ac + Ad$, em que:

- a) Aa = Representa a área bruta privativa;
- b) Ab = Representa as áreas brutas dependentes;
- c) Caj = Representa o coeficiente de ajustamento de áreas;

- d) A_c = Representa a área de terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação;
- e) A_d = Representa a área de terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação.

2 – A área bruta privativa (A_a), é a superfície total medida pelo perímetro exterior e eixos das paredes ou outros elementos separadores do edifício ou da fracção, incluindo varandas privativas fechadas, caves e sótãos privativos, com utilização idêntica à do edifício ou da fracção, a que se aplica o coeficiente 1.

3 – As áreas brutas dependentes (A_b), são as áreas cobertas e fechadas de uso exclusivo, ainda que constituam partes comuns, mesmo que situadas no exterior do edifício ou da fracção, cujas utilizações são acessórias relativamente ao uso a que se destina o edifício ou a fracção, considerando-se para esse efeito locais acessórios, as garagens, os parqueamentos, as arrecadações, as instalações para animais, os sótãos ou caves acessíveis e as varandas, desde que não integrados na área bruta privativa e outros locais e outros locais privativos de função distinta das anteriores a que se aplique o coeficiente 0,30.

4 – A área do terreno livre do edifício ou da fracção ou a sua quota-parte, resulta da diferença entre a área total do terreno e a área da implantação da construção ou construções e integra jardins, parques, campos de jogos, piscinas, quintais e outros logradouros, aplicando-se-lhe até ao limite de duas vezes a área de implantação (A_c) o coeficiente 0,025 e na área excedente ao limite de duas vezes a área de implantação (A_d) o de 0,005.

ARTIGO QUINTO – COEFICIENTE DE AJUSTAMENTO DE ÁREAS.

1 – Para os prédios cuja afectação seja a habitação, o coeficiente de ajustamento das áreas (C_{aj}) é aplicado à área bruta privativa e é variável em função dos escalões da área, de acordo com a seguinte tabela e com base nas seguintes fórmulas:

$A_a + 0,3 A_b$	C_{aj}	Fórmula de ajustamento de áreas
≤ 100	1,00	$A_a + 0,3 A_b$
$>100 - 160$	0,90	$100 \times 1,0 + 0,90 \times (A_a + 0,3 A_b - 100)$
$>160 - 220$	0,85	$100 \times 1,0 + 0,90 \times (160 - 100) + 0,85 \times (A_a + 0,3 A_b - 160)$
>220	0,80	$100 \times 1,0 + 0,90 \times (160 - 100) + 0,85 \times (220 - 160) + 0,80 \times ((A_a + 0,3 A_b - 220))$

2 – Para os prédios cujas afectações sejam o comércio ou os serviços, o coeficiente de ajustamento de áreas (C_{aj}) é aplicado às áreas brutas privativas e dependentes e é variável em função dos escalões de área, segundo a mesma metodologia de cálculo do número 1, de acordo com a seguinte tabela:

Aa + 0,3 Ab	Caj
<ou= 100	1,00
>100 - 500	0,90
>500 – 1 000	0,85
>1 000	0,80

3 – Para os prédios cuja afectação seja pesqueira, pecuária, agrícola, extractiva ou industrial, o coeficiente de ajustamento de áreas (Caj) é aplicado às áreas brutas privativa e dependente e é variável em função dos escalões de área, segundo a mesma metodologia de cálculo do número 1, de acordo com a seguinte tabela:

Aa + 0,3 Ab	Caj
<400	1,00
>400 – 1 000	0,90
>1 000 – 3 000	0,85
>3 000	0,80

4 – Para os prédios cuja afectação seja a de estacionamento coberto individual ou colectivo, fechado ou aberto, o coeficiente de ajustamento (Caj) é aplicado às áreas brutas privativa e dependente e é variável em função dos escalões de área, segundo a mesma metodologia do cálculo do número 1, de acordo com a seguinte tabela:

Aa + 0,3 Ab	Caj
<ou= 100	1,00
>100 – 500	0,90
>500 – 1 000	0,85
>1 000	0,80

ARTIGO SEXTO – COEFICIENTE DE AFECTAÇÃO.

1 – O coeficiente de afectação (CA) depende do tipo de utilidade dos prédios edificados, de acordo com o seguinte quadro:

Utilização	Coeficientes
Comércio e serviços	1,20
Habitação	1,00
Habitação social	0,75
Armazéns e actividades pesqueiras, pecuárias, agrícolas, extractivas e industriais	0,75
Comércio e serviços em construção tipo industrial	1,00
Estacionamento coberto e fechado	0,50
Estacionamento coberto e não fechado	0,25
Estacionamento não coberto	0,15
Prédios não licenciados em condições muito deficientes de habitabilidade	0,50
Arrecadações e arrumos	0,50

ARTIGO SÉTIMO – COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO.

1 – O coeficiente de localização (CL) varia entre 0,5 e 2, podendo em situações de habitação dispersa em meio rural ser reduzido para 0,4 e em zonas de elevado valor de mercado imobiliário ser elevado até 3.

2 – Os coeficientes a aplicar em cada zona homogénea do município não podem variar conforme se trate de edifícios destinados a habitação, comércio, serviços e às actividades pesqueiras, pecuárias, agrícolas, extractivas ou industriais.

3 – Na fixação do coeficiente de localização, têm-se presente, nomeadamente as seguintes características:

- a) Acessibilidades, considerando-se como tais a qualidade e variedade de vias de comunicação rodoviárias, ferroviárias, fluviais, marítimas e aeroportuárias e de recursos hídricos;
- b) Proximidade de equipamentos sociais, designadamente escola, hospital e centros de saúde, serviços públicos e comércio;
- c) Serviços de transportes públicos;
- d) Localização em áreas de elevado valor de mercado imobiliário;
- e) Proximidade de zonas verdes;
- f) Proximidade de santuários dos entes queridos;
- g) Proximidade de centrais de reciclagem, de estações de tratamento das águas residuais e de aterros sanitários;
- h) Proximidade de indústrias poluidoras do meio ambiente.

4 – O zonamento consiste na determinação das zonas homogéneas a que se aplicam os diferentes coeficientes de localização do município e as percentagens a que se refere o número 2 do artigo 10º, do presente capítulo.

ARTIGO OITAVO – COEFICIENTE DE QUALIDADE E CONFORTO.

1 – O coeficiente de qualidade e conforto (CQ) é aplicado ao valor base do prédio edificado, podendo ser majorado até 2 e minorados até 0,5 e obtém-se adicionando à unidade os coeficientes majorativos e subtraindo os minorativos que constem das tabelas seguintes:

- a) Tabela 1 – Prédios urbanos destinados à habitação:

1. Majorativos:

Elementos de qualidade e conforto	Coeficientes
Moradias unifamiliares	Até 0,25
Localização em condomínio fechado	0,20
Garagem individual	0,05
Garagem colectiva	0,04
Piscina individual	0,10
Piscina colectiva	0,08
Campo de ténis	0,08
Outros equipamentos de lazer	0,05
Qualidade construtiva	Até 0,20
Localização excepcional	Até 0,15

Sistema central de climatização	0,03
Elevadores em edifícios de menos de três pisos	0,03
Localização e operacionalidade relativas	Até 0,10

2. Minorativos:

Inexistência de cozinha	0,10
Inexistência de instalações sanitárias	0,10
Inexistência de rede pública ou privada de água	0,10
Inexistência de rede pública ou privada de electricidade	0,10
Inexistência de rede pública ou privada de gás	0,10
Inexistência de rede pública ou privada de telecomunicações	0,10
Inexistência de rede pública ou privada de esgotos	0,10
Inexistência de ruas pavimentadas	0,05
Inexistência de elevador em edifício com mais de dois pisos	0,05
Inexistência de áreas inferiores às regulamentares	0,05
Estado deficiente de conservação	Até 0,05
Localização e operacionalidade relativas	Até 0,05
Utilização de técnicas ambientalmente sustentáveis, activas ou passivas	0,05

b) Tabela II – Prédios urbanos destinados a comércio, serviços e actividades pesqueiras, pecuárias, agrícolas, extractivas e industriais:

1. Majorativos:

Elementos de qualidade e conforto	Coefficiente
Localização em centro comercial	0,25
Localização em edifícios destinados a escritório	0,20
Sistema central de climatização	0,05
Qualidade construtiva	Até 0,20
Existência de elevadores e ou escadas rolantes	0,05
Localização e operacionalidade relativa	Até 0,10

2. Minorativos:

Inexistência de instalações sanitárias	0,10
Inexistência de rede pública ou privada de água	0,10
Inexistência de rede pública ou privada de electricidade	0,10
Inexistência de rede pública ou privada de gás	0,10

Inexistência de rede pública ou privada de telecomunicações	0,10
Inexistência de rede pública ou privada de esgotos	0,10
Inexistência de ruas pavimentadas	0,10
Inexistência de elevador em edifício com mais de dois pisos	0,05
Estado deficiente de conservação	Até 0,05
Localização e operacionalidade relativas	Até 0,05
Utilização de técnicas ambientalmente sustentáveis, activas ou passivas	0,10

2 – Para efeitos da aplicação das tabelas referidas no número anterior, considera-se:

- a) Cozinha, um local onde se encontram instalados equipamentos adequados para a preparação de refeições;
- b) Instalações sanitárias, os compartimentos do prédio com o mínimo de equipamentos adequados às respectivas funções;
- c) Redes públicas ou privadas de distribuição de água, electricidade, gás, telecomunicações e de esgotos, as que sirvam um aglomerado urbano constituído por um conjunto de mais de dez prédios urbanos;
- d) Áreas inferiores às regulamentares, as que estejam abaixo dos valores mínimos fixados no regime geral das edificações urbanas;
- e) Condomínio fechado, um conjunto de edifícios, moradias ou fracções autónomas, construído num espaço de uso comum e privado, com acesso condicionado durante parte ou a totalidade do dia;
- f) Piscina, qualquer depósito ou reservatório de água para a prática de natação desde que disponha de equipamento de circulação e filtragem de água;
- g) Equipamentos de lazer, todos os que sirvam para o repouso ou para a prática de actividades lúdicas ou desportivas;
- h) Para aferição da qualidade construtiva, considera-se a utilização de materiais de construção e revestimento superiores aos exigíveis correntemente, nomeadamente madeiras exóticas e rochas ornamentais;
- i) Localização excepcional, quando o prédio ou parte do prédio possua vistas panorâmicas sobre o mar, rios, montanhas ou outros elementos visuais que influenciem o respectivo valor de mercado;
- j) Centro comercial, o edifício ou parte de edifício com um conjunto arquitectonicamente unificado de estabelecimentos comerciais de diversos ramos económicos, em número não inferior a 10, promovido, detido e gerido como uma unidade operacional, integrando por norma zona de restauração, cinemas, zonas de lazer, segurança e estacionamento;
- k) Edifício de escritórios, o prédio ou parte de prédio concebido arquitectonicamente por forma a facultar a adaptação e a instalação do acesso às novas tecnologias;

- l) Deficiente estado de conservação, quando os elementos construtivos do prédio não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
- m) Localização e operacionalidade relativas, quando o prédio ou parte do prédio se situe em local que influencia positiva ou negativamente o respectivo valor de mercado ou quando o mesmo é beneficiado ou prejudicado por características de proximidade, envolvência e funcionalidade, considerando-se para esse efeito designadamente a existência de telheiros, terraços e a orientação da construção;
- n) Utilização de técnicas ambientalmente sustentáveis activas ou passivas, sempre que o prédio utiliza energia proveniente de fontes renováveis, ou aproveita águas residuais tratadas ou águas pluviais, ou ainda sempre que foi construído utilizando sistemas solares passivos.

3 – As directrizes para a definição da qualidade de construção, localização excepcional, estado de conservação e localização e operacionalidade relativas são estabelecidas pela real assembleia nacional das áreas presidenciais, com base em critérios dotados de objectividade e sempre que possível com base em fundamentos técnico-científicos adequados.

ARTIGO NONO – COEFICIENTE DE VETUSTEZ.

1 – O coeficiente de vetustez (CV) é função do número inteiro de anos decorridos desde a data de emissão de licença de utilização sempre que exista ou da data de conclusão das obras de edificação, de acordo com a seguinte tabela:

Anos	Coeficiente de vetustez
Menos de 3	1
De 3 a 10	0,90
De 11 a 20	0,85
De 21 a 30	0,80
De 31 a 40	0,70
De 41 a 50	0,65
De 51 a 60	0,60
Mais de 61	0,50

2 – Nos prédios ampliados as normas estabelecidas no número anterior, aplicam-se respectivamente de acordo com a idade de cada parte.

ARTIGO DÉCIMO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO.

1 – O valor patrimonial tributário dos terrenos para construção é o somatório do valor da área de implantação do edifício a construir, que é situada dentro do perímetro de fixação do edifício no solo, medida pela parte exterior, adicionando o valor do terreno adjacente à implantação.

2 – O valor da área de implantação varia entre 15% a 45% do valor das edificações autorizadas ou previstas.

3 – Na fixação da percentagem do valor do terreno da implantação, têm-se em consideração as características referidas no número 3 do artigo 7º, do presente capítulo.

4 – O valor da área adjacente à construção é calculada nos termos do disposto no número 4 do artigo 4º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS PRÉDIOS DA ESPÉCIE OUTROS.

1 – No caso de edifícios, o valor patrimonial tributário é determinado nos termos do disposto no artigo 2º, do presente capítulo, com as necessárias adaptações.

2 – No caso de não ser possível utilizar as normas do artigo 2º, do presente capítulo, o perito deve utilizar o método de custo adicionado ao valor do terreno.

3 – No caso de terrenos, o seu valor unitário corresponde ao que resulta da aplicação do coeficiente 0,005 referido no número 4 do artigo 4º, do presente capítulo, ao produto do valor base dos prédios edificados pelo coeficiente de localização.

4 – O valor patrimonial tributário dos prédios urbanos em ruínas, é determinado como se de terreno para construção se tratasse, de acordo com a deliberação dos órgãos de soberania sapadores.

TÍTULO SEXTO – ORGANISMOS DE COORDENAÇÃO E AVALIAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – ORGANISMOS DE COORDENAÇÃO E AVALIAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – ORGANISMOS DE COORDENAÇÃO.

1 – Os organismos de coordenação da avaliação dos prédios rústicos e urbanos são:

- a) Os órgãos de soberania fiscais;
- b) Os órgãos de soberania sapadores;
- c) O real instituto da construção português.

2 – As competências dos organismos de coordenação da avaliação dos prédios rústicos e urbanos nos termos do número anterior, estão limitados à área de circunscrição municipal respectiva.

3 – Os órgãos de soberania sapadores prestam o necessário apoio administrativo aos órgãos de soberania fiscais.

4 – O real instituto da construção português presta o necessário apoio logístico aos órgãos de soberania fiscais.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SAPADORES.

1 – Compete aos órgãos de soberania sapadores nos termos de coordenação da avaliação dos prédios rústicos e urbanos:

- a) Aprovar os quadros de qualificação, classificação e de tarifas a considerar na avaliação dos prédios de cada município;
- b) Esclarecer dúvidas apresentadas pelo real instituto da construção português;
- c) Aprovar a todo o tempo, qualquer alteração nos quadros de qualificação, classificação e tarifas;
- d) Propor aos órgãos de soberania fiscais as directrizes que considerar convenientes no sentido de aperfeiçoar as operações de avaliação;
- e) Propor ao presidente da área presidencial fiscal, em parecer fundamentado a actualização dos quadros de qualificação, classificação e tarifas;
- f) Propor trianualmente até 31 de outubro, os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, com base designadamente em elementos fornecidos por peritos locais, para vigorarem nos 3 anos seguintes;
- g) Propor trianualmente até 31 de outubro, o zonamento e respectivos coeficientes de localização, a percentagem a que se refere o número 2 do artigo 10º, do capítulo único, do título anterior e as áreas da sua aplicação, bem como os coeficientes negativos aplicáveis às moradias unifamiliares, com base nas propostas dos peritos locais, para vigorarem nos 3 anos seguintes em cada município;
- h) Propor as directrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, de localização excepcional, do estado deficiente de conservação e localização e operacionalidade relativas;
- i) Propor anualmente até 30 de novembro para vigorar no ano seguinte o valor média de construção por metro quadrado, escutadas as entidades oficiais e as associações do sector imobiliário rústico e urbano;
- j) Propor aos órgãos de soberania fiscais as directrizes que considere convenientes no sentido de aperfeiçoamento das operações de avaliação.

2 – Tratando-se de conjuntos ou empreendimentos urbanísticos implantados em áreas cujo zonamento não tenha sido aprovado ou tendo-o sido se encontre desactualizado, as propostas referidas nas alíneas f) e g) do número anterior, são apresentadas anualmente.

3 – As propostas a que se referem as alíneas f) a i) do número 1 e o número anterior, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da construção, da prevenção, notarial e fiscal.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIAS DO REAL INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO PORTUGUÊS.

1 – Compete ao real instituto da construção português nos termos de coordenação da avaliação dos prédios rústicos e urbanos:

- a) Elaborar o projecto dos quadros de qualificação, classificação e tarifas do município;
- b) Pronunciar-se sobre as propostas apresentadas pelo perito avaliador nos termos do disposto no artigo 5º, do presente capítulo e propor aos órgãos de soberania sapadores as alterações que julgar convenientes;
- c) Decidir, no caso de um perito avaliador encontrar, durante a fase de distribuição, qualidades e ou classes não constantes dos quadros e não representativas ao nível do município, pela aplicação de tarifas que melhor represente essas qualidades ou classes.

ARTIGO QUARTO – DESIGNAÇÃO DOS PERITOS AVALIADORES.

1 – A avaliação geral é efectuada por peritos avaliadores nomeados pelos órgãos de soberania fiscais para cada matriz fiscal.

2 – O número de peritos avaliadores em cada uma matriz fiscal, é fixado pela real chancelaria fiscal portuguesa.

3 – A designação dos peritos avaliadores recai preferencialmente em engenheiros civis e agrónomos, arquitectos, silvicultores, licenciados equivalentes, engenheiros técnicos civis e agrários, agentes técnicos de engenharia, arquitectura ou agricultura ou em técnicos possuidores de habilitação profissional adequada ao exercício daquelas funções.

4 – Os peritos avaliadores podem no exercício das suas funções ser apoiados por auxiliares locais que prestarão designadamente informação e apoio na medição das áreas.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS DOS PERITOS AVALIADORES.

1 – Compete aos peritos avaliadores realizar as operações de distribuição parcelar e registo de distribuição nas avaliações gerais de base não cadastral, realizar as avaliações do prédios que lhe forem cometidos e dos pareceres sobre o valor dos prédios rústicos e urbanos sempre que para tal forem solicitados nos termos da lei, bem como elaborar trimestralmente ou anualmente propostas de zonamento do município ou parte do município em que exerçam actividade, consoante o previsto nos números 1 e 2 do artigo 2º, do presente capítulo.

2 – Sempre que o perito avaliador por inexistência ou insuficiência de elementos dos quadros encontre dificuldades na distribuição e registo das parcelas, deve sem suspender o exercício comunicar ao real instituto da construção português.

ARTIGO SEXTO – ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

1 – A orientação e a fiscalização do exercício dos peritos avaliadores compete aos dirigentes máximos das matrizes fiscais.

ARTIGO SÉTIMO – REMUNERAÇÕES E TRANSPORTES.

1 – A área presidencial fiscal fixará anualmente por despacho, as remunerações e abonos de transporte dos peritos avaliadores, bem como o salário dos auxiliares locais.

2 – Ficam a cargo do sujeito passivo as despesas de avaliação efectuada a sua solicitação, sempre que o valor contestado se mantenha.

ARTIGO OITAVO – IMPEDIMENTOS.

1 – Nenhum perito avaliador pode intervir na avaliação de prédios próprios ou em que seja interessada a qualquer título entidade de que seja administrador ou colaborador, nem de prédios em que sejam interessados o seu cônjuge, ascendentes, descendentes ou parentes e afins até ao 4º grau de linha colateral.

2 – As avaliações efectuadas em violação do disposto no número anterior, são anuladas oficiosamente ou a requerimento dos interessados.

ARTIGO NONO – POSSE E SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os peritos avaliadores tomam posse perante o dirigente máximo da matriz fiscal onde prestam serviço.

2 – Os peritos avaliadores referidos no número anterior, devem ser substituídos, sempre que apresentem pedido de escusa ou aleguem impedimento, bem como por proposta fundamentada dos serviços com base na falta de capacidade técnica para o exercício das funções ou por grave violação dos deveres funcionais.

TÍTULO SÉTIMO – RECLAMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES DA AVALIAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – RECLAMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES DA AVALIAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – RECLAMAÇÕES DAS AVALIAÇÕES DE PRÉDIOS RÚSTICOS E DE PRÉDIOS URBANOS.

1 – Concluída a avaliação não cadastral dos prédios rústicos e dos prédios urbanos da área de uma matriz fiscal, o seu resultado é posto à reclamação por um período de 30 dias, que pode ser prorrogado até ao máximo de 62 dias, pelo dirigente máximo da matriz fiscal, sempre que as circunstâncias o justifiquem.

2 – O local e o período durante o qual o resultado da distribuição está patente aos interessados, são publicitados com a antecedência mínima de 10 dias, através de editais e de outros meios adequados, nomeadamente a imprensa local.

3 – Nos municípios não submetidos a cadastro, a reclamação entre as áreas de prédios rústicos e de prédios urbanos, só é aceite se for comprovada por suporte cartográfico da responsabilidade do proprietário.

ARTIGO SEGUNDO – FORMALIDADES DA RECLAMAÇÃO.

1 – A reclamação referida no artigo anterior, é dirigida ao dirigente máximo da matriz fiscal competente da localização do prédio e tem por base uma petição da qual deve constar:

- a) A identificação do reclamante;
- b) A identificação e designação do prédio ou das parcelas objecto da reclamação;
- c) A indicação da qualidade e classe que se considerem aplicáveis, quanto à distribuição parcelar;
- d) A indicação de todas as circunstâncias julgadas relevantes, nomeadamente a identificação de parcelas que se considere deverem servir para confronto;
- e) A área considerada correcta para as parcelas, bem como as confrontações e a área total do prédio sempre que contestada.

2 – As petições podem se instruídas com os documentos de que o reclamante disponha e que julgue de interesse para a decisão.

ARTIGO TERCEIRO – APRECIACÃO DAS RECLAMAÇÕES.

1 – O dirigente máximo da matriz fiscal decide as reclamações que tenham por fundamento erro na designação das pessoas, moradas e descrição dos prédios.

2 – Caso verifique a existência de prédios omissos, o dirigente máximo da matriz fiscal promove a sua avaliação nos termos do presente código.

3 – O resultado das avaliações referidas no número anterior, é notificado ao sujeito passivo, podendo este reclamar no prazo de 30 dias.

ARTIGO QUARTO – SEGUNDA AVALIAÇÃO.

1 – As reclamações que tenham por fundamento a área, qualidade e classe das parcelas ou os elementos em que se baseou a avaliação dos prédios ou de parte dos prédios, dão lugar a uma segunda avaliação, a efectuar por uma comissão composta por o perito avaliador da matriz fiscal que a preside, por o perito avaliador do órgão de soberania sapador competente e pelo sujeito passivo ou o seu representante.

2 – Nas zonas de cadastro diferido e nos municípios com avaliação de base não cadastral as reclamações referidas no número anterior, abrangem também a área total do prédio.

3 – O perito avaliador que presidir à comissão de avaliação tem apenas voto de qualidade, devendo conformar-se com um dos lados.

4 – A indicação do representante do sujeito passivo deve ser comunicada por escrito ao dirigente máximo da matriz fiscal, até 10 dias antes da data marcada para a avaliação.

5 – O sujeito passivo ou o seu representante prestam compromisso de honra perante o dirigente máximo da matriz fiscal, no dia designado para a avaliação, lavrando-se o respectivo termo.

6 – A falta de comparência do sujeito passivo ou do seu representante torna definitivo o resultado da primeira avaliação, salvo se a falta for justificada no prazo de 5 dias, caso em que é permitido um adiamento.

ARTIGO QUINTO – SEGUNDA AVALIAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS E DE PRÉDIOS URBANOS.

1 – Sempre que o sujeito passivo, o órgão de soberania sapador ou o dirigente máximo da matriz fiscal não concordarem com o resultado da avaliação de base não cadastral de prédios rústicos ou de prédios urbanos, podem respectivamente requerer ou promover uma segunda avaliação no prazo de 30 dias contados da data em que o primeiro tenha sido notificado.

2 – A segunda avaliação é realizada com observância do disposto no artigo 2º e seguintes, do capítulo único, do título quinto, do presente livro, por uma comissão composta nos termos do disposto no número 1 do artigo anterior.

3 – Pela solicitação de segunda avaliação por sujeito passivo, é devida uma taxa fixa entre 5 e 25 unidades de conta, tendo presente a complexidade da matéria, cujo montante é devolvido se o valor patrimonial apurado for inferior à primeira avaliação.

4 – Não obstante o disposto no número 2, desde que o valor patrimonial tributário determinado nos termos do disposto nos artigos 2º e seguintes, do capítulo único, do título quinto, do presente livro, se apresente distorcido relativamente ao valor normal de mercado, a comissão efectua a avaliação em causa e fixa novo valor patrimonial devidamente fundamentado, que releva apenas para efeitos do reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, do real imposto sobre imóveis e do real imposto sobre transmissões onerosas de imóveis, de acordo com as normas constantes do número 2 do artigo 11º, do capítulo

único, do título quinto, do presente livro, sempre que se trate de edificações ou por aplicação do método comparativo dos valores de mercado no caso dos terrenos para construção e dos terrenos previstos no número 3 do mesmo artigo.

5 – Para efeitos dos números anteriores, o valor patrimonial tributário considera-se distorcido sempre que é superior em mais de 15% do valor normal de mercado ou sempre que o prédio apresente características valorativas que o diferenciam do padrão normal para a zona, designadamente a sumptuosidade, as áreas invulgares e a arquitectura, bem como sempre que o valor patrimonial tributário é inferior em mais de 15% do valor normal de mercado.

6 – Sempre que a solicitação ou promoção da segunda avaliação sejam efectuadas nos termos do número 4, devem ser devidamente fundamentadas.

7 – É aplicável o disposto nos números 3 a 6 do artigo anterior.

8 – Sempre que a segunda avaliação seja promovida pelo dirigente máximo da matriz fiscal, o sujeito passivo deve ser notificado para no prazo de 21 dias, comunicar se pretende integrar a comissão ou nomear o seu representante.

9 – No caso previsto no número anterior, se o sujeito passivo não comunicar que pretende integrar a comissão ou não indicar o seu representante no prazo aí fixado ou indicando-o o mesmo não compareça, a competência para a nomeação do representante devolve-se ao dirigente máximo da matriz fiscal que nomeará um elemento do registo predial do órgão de soberania notarial da respectiva área de circunscrição geográfica.

10 – No caso do referido no número 8, a não comparência do sujeito passivo ou do seu representante torna definitivo o resultado da segunda avaliação, salvo se a falta for justificada no prazo de 5 dias, caso em que apenas é permitido um adiamento.

11 – Sempre que uma avaliação de prédio rústico ou de prédio urbano seja efectuada por omissão à matriz ou na sequência de transmissão onerosa de imóveis e o alienante seja interessado para efeitos tributários, deverá o mesmo ser notificado do resultado, para querendo requerer segunda avaliação no prazo e nos termos dos números anteriores, caso em que poderá integrar a comissão referida no número 2 ou nomear o seu representante.

12 – Nas avaliações em que intervenham simultaneamente o alienante e o adquirente ou os seus representantes, o perito avaliador que presidir à avaliação tem direito de voto e em caso de empate, voto de qualidade.

13 – É aplicado aos peritos avaliadores dos órgãos de soberania sapadores e aos elementos do registo predial dos órgãos de soberania notariais o disposto nos artigos 6º e seguintes, do capítulo único, do título anterior.

14 – No caso dos prédios em propriedade sempre que haja mais do que uma solicitação de segunda avaliação, devem os proprietários nomear um só representante para integrar a comissão referida no número 2.

15 – A remuneração do perito avaliador do órgão de soberania sapador e do elemento do registo predial do órgão de soberania notarial é da competência dos mesmos

órgãos de soberania, bem como é da responsabilidade do sujeito passivo a remuneração do seu representante.

ARTIGO SEXTO – IMPUGNAÇÃO.

1 – Do resultado da segunda avaliação compete impugnação judicial, nos termos definidos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – A impugnação referida no número anterior, pode ter como fundamento qualquer ilegalidade, designadamente a errónea quantificação do valor patrimonial tributário do prédio.

TÍTULO OITAVO – ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS MATRIZES.

CAPÍTULO ÚNICO – ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS MATRIZES.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA A ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS MATRIZES.

1 – A organização e conservação das matrizes incumbe às matrizes fiscais onde os prédios se encontrem situados.

ARTIGO SEGUNDO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIOS SITUADOS EM MAIS DE UMA ÁREA DE CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA.

1 – Se um prédio urbano se encontrar situado em duas ou mais áreas de circunscrição geográficas do mesmo município, ou de municípios pertencentes ou não ao mesmo concelho de administração ou à mesma região administrativa, é inscrito na matriz da área de circunscrição geográfica em que se localize a parte onde possua a entrada principal.

2 – Se o prédio for rústico e não vedado, é inscrito na área de circunscrição geográfica onde esteja situada a maior parte.

3 – Se o prédio for rústico e vedado, deve inscrever-se na matriz da área a que pertença a parte onde se situa a serventia principal.

4 – Diz-se vedado o prédio circunscrito por cerca, muro ou outro meio tendente a impedir o acesso do público de maneira eficaz e duradoura.

ARTIGO TERCEIRO – FORMA DAS MATRIZES.

1 – As matrizes são constituídas por registos efectuados por artigo, em suporte informático ou de papel.

2 – Salvo o disposto nos artigos 6º e 10º, do presente capítulo, a cada prédio corresponde um único artigo na matriz.

3 – A numeração dos artigos é seguida na matriz de cada área de circunscrição geográfica e em cada secção na matriz cadastral.

ARTIGO QUARTO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIO DE HERANÇA INDIVISA.

1 – Quando um prédio faça parte de herança indivisa, é inscrito na matriz predial em nome do autor da herança com o aditamento «Cabeça-de-casal da herança de ...», sendo atribuído à herança indivisa oficiosamente o respectivo número de identificação fiscal para efeitos do competente averbamento na matriz.

2 – Quando os prédios que integram a herança forem transmitidos para um único herdeiro serão inscritos na matriz predial respectiva nesse nome.

ARTIGO QUINTO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIO EM REGIME DE COMPROPRIEDADE.

1 – A compropriedade deve inscrever-se em nome de todos os comproprietários, com indicação da parte que corresponde a cada um e das correspondentes fracções do valor patrimonial tributário, sem prejuízo do disposto no artigo 10º, do presente capítulo, quanto à propriedade horizontal.

2 – Sempre que não seja conhecida a parte que corresponde a cada um dos comproprietários, o prédio é inscrito em nome de todos estes, por ordem alfabética.

ARTIGO SEXTO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIOS MISTOS.

1 – Cada uma das partes distintas de um prédio misto é inscrita na matriz que lhe competir.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGATORIEDADE DO REGIME DE CADASTRO PREDIAL.

1 – É obrigatório a todos os municípios para efeitos fiscais o regime de cadastro predial, devendo os municípios que anteriormente à entrada em vigor do presente código o não possuam, o adoptem no mais breve espaço de tempo possível.

ARTIGO OITAVO – MATRIZES NÃO CADASTRAIS RÚSTICAS E URBANAS.

1 – As inscrições definitivas dos registos de avaliação devem ser reproduzidas nas matrizes rústicas e nas matrizes urbanas, seguindo a ordem topográfica adoptada, devendo especificar:

- a) O nome, a identificação fiscal e a residência dos proprietários, usufrutuários ou superficiários;
- b) A localização e o nome dos prédios sempre que o possuam, as confrontações ou o número de polícia, sempre que exista;
- c) Os direitos referentes a cada prédio, incluindo os resultantes de ónus e encargos permanentes que incidam sobre outros prédios;
- d) Descrição do prédio ou indicação da sua tipologia, sempre que exista;
- e) As parcelas com o seu número de ordem e a área em hectares;
- f) O número de identificação predial;
- g) Os elementos considerados para o cálculo de valor patrimonial tributário do prédio;
- h) O valor patrimonial tributário.

ARTIGO NONO – ARQUIVO.

1 – Os registos de avaliação, depois de organizados as matrizes, devem ser arquivados nos órgãos de soberania fiscais do respectivo concelho de administração.

ARTIGO DÉCIMO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL.

1 – A cada edifício em regime de propriedade horizontal corresponde uma só inscrição na matriz.

2 – Na descrição genérica do edifício deve mencionar-se que este se encontra em regime de propriedade horizontal.

3 – Cada uma das fracções autónomas é pormenorizadamente descrita e individualizada pela letra maiúscula que lhe competir segundo a ordem alfabética.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CADERNETAS PREDIAIS.

1 – Por cada prédio inscrito na matriz, é preenchida e entregue ao sujeito passivo uma caderneta predial de modelo aprovado.

2 – O preenchimento das cadernetas é da competência das matrizes notariais.

3 – Os órgãos de soberania notariais sempre que intervenham em actos ou contratos que exijam a apresentação da caderneta predial referida no número 1, relativa a prédios objecto desses actos, contratos ou factos, podem obtê-la por via electrónica e entregá-la onerosamente ao sujeito passivo.

4 – Nos casos em que a declaração para efeitos de inscrição de prédio rústico, de prédio urbano ou de fracção autónoma é entregue na matriz, os órgãos de soberania

notariais que intervenham em actos ou contratos que exijam a sua apresentação podem obtê-la por via electrónica.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ENCERRAMENTO DAS MATRIZES.

1 – O serviço anual de conservação das matrizes é encerrado em 31 de dezembro.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – COMPETÊNCIA PARA CONSERVAR OS ELEMENTOS.

1 – Compete aos órgãos de soberania fiscais a guarda e a conservação dos elementos de base geométrica em seu poder, bem como das matrizes.

2 – As alterações nos mapas parcelares incumbem ao real instituto da extracção e dos minerais português e são consignados em três exemplares dos mesmos mapas, um dos quais fica no real instituto, outro no órgão de soberania fiscal e o terceiro no órgão de soberania sapador competente da área de localização do prédio.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SECÇÕES CADASTRAIS NOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS.

1 – Em tudo o que se refere à guarda e conservação do cadastro, o dirigente máximo da matriz fiscal deve corresponder-se com o real instituto da extracção e dos minerais português através das reservas reais que actuam na própria área de jurisdição.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ALTERAÇÕES NAS MATRIZES.

1 – As modificações que se verifiquem nos limites dos prédios, por transmissão de partes destes, parcelamento ou qualquer outra causa, devem ser comunicados pelo órgão de soberania fiscal ao real instituto da extracção e dos minerais português, para que este possa proceder às correspondentes alterações nos mapas parcelares e seus duplicados.

2 – Os peritos que procedem às alterações previstas no presente artigo, podem sempre que se justifique actualizar o mapa parcelar para além das alterações requeridas, com excepção das estremas com outros proprietários.

3 – Na divisão de prédios a requerimento dos interessados, o perito pode corrigir a distribuição das parcelas divididas.

4 – Sempre que ocorram as modificações previstas no número 1, o perito do real instituto da extracção e dos minerais português encarregado de introduzir nos mapas parcelares as correspondentes alterações, pode ainda corrigir a qualificação e classificação das parcelas divididas, se verificar que tais alterações implicam a sua correcção.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – VERBETES.

1 – As comunicações a que se refere o artigo anterior, devem ser efectuadas relativamente a cada prédio que tenha sofrido modificações em verbetes de modelo oficial aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da extracção e dos minerais, da construção, da prevenção, notarial e fiscal, nos termos seguintes:

- a) Se a modificação for consequência da divisão do prédio, são preenchidos tantos verbetes quantos os prédios que resultarem da divisão;
- b) No caso de eliminação do prédio na matriz por destruição total ou transformação de rústico em urbano, o verbete indica apenas o nome do proprietário, a designação cadastral e o motivo da supressão;
- c) Sempre que os prédios rústicos sejam parcialmente destruídos ou só em parte se transformarem em urbanos, procede-se em harmonia com as normas anteriores;
- d) No caso de emparcelamento ou de reunião de prédios confinantes, preenche-se um verbete por cada nova unidade constituída, com indicação do nome do proprietário e das designações cadastrais que lhes competiam.

2 – A remessa dos verbetes é efectuada no mês seguinte àquele em que se tenha verificado qualquer das hipóteses abrangidas pelas normas precedentes.

3 – Os verbetes depois de verificados são remetidos pelo serviço competente dos órgãos de soberania fiscais ao real instituto da extracção e dos minerais português, para alteração dos mapas parcelares.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – INSCRIÇÃO DE NOVOS PRÉDIOS OU DE PRÉDIOS MODIFICADOS QUANTO AOS LIMITES.

1 – Os novos prédios e aqueles cujos limites tenham sido modificados recebem o número de inscrição que na matriz lhes competir, atendendo às normas seguintes:

- a) Não podem ser utilizados os números de prédios que passam a constituir um novo artigo matricial;
- b) São referenciados as designações cadastrais anteriormente atribuídas aos elementos que entrarem na formação de novos prédios e nas inscrições de cada um desses elementos menciona-se o artigo matricial da nova unidade;
- c) O prédio constituído pela reunião de prédios confinantes tem uma só inscrição na matriz cadastral.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PARCELAS.

1 – As parcelas de qualquer prédio devem ser novamente numeradas sempre que em ulteriores distribuições se modifique o número destas ou haja alterações por anexação ou divisão de prédios.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE PRÉDIO.

1 – A transformação de prédio urbano em rústico ou de rústico em urbano determina o ajustamento do mapa parcelar e a correspondente inscrição ou eliminação da matriz cadastral, conforme o caso.

ARTIGO VIGÉSIMO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO REAL INSTITUTO DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS PORTUGUÊS.

1 – As alterações que o real instituto da extracção e dos minerais português detectar, independentemente da comunicação aos órgãos de soberania fiscais, são consignados em três exemplares dos mapas parcelares, um dos quais fica em seu poder, outro no órgão de soberania fiscal competente e o terceiro no órgão de soberania sapador competente.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PROCESSO.

1 – As alterações referidas no artigo anterior, são introduzidas nas fichas dos prédios por estas afectados, mediante processo organizado pelo real instituto da extracção e dos minerais português, que é remetido aos órgãos de soberania fiscais após resolução.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – RELAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DAS MATRIZES CADASTRAIS.

1 – Das alterações que se efectuarem nas matrizes cadastrais quer officiosamente, quer em virtude das decisões proferidas a requerimento dos sujeitos passivos, organizam-se todos os meses relações em triplicado por cada matriz, contendo a referência à designação cadastral dos prédios por ordem da sua inscrição, as alterações ocorridas e os factos que as motivaram.

2 – Ao órgão de soberania fiscal é enviado um dos exemplares da mencionada relação até ao dia 15 do mês imediato àquele a que respeite, outro ao órgão de soberania sapador e o outro exemplar é remetido ao real instituto da extracção e dos minerais português.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – NORMAS PARA A ALTERAÇÃO DAS MATRIZES.

1 – As alterações a introduzir nas matrizes devem obedecer às normas seguintes:

- a) Os prédios omissos inscrevem-se em artigos adicionais continuando a numeração precedente e acrescentando-se ao texto a nota «Omisso desde ...»;
- b) Os prédios novos são inscritos pela forma declarada na alínea anterior, devendo quanto aos urbanos, indicar-se a data referida no artigo 10º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro e eliminar-se o artigo correspondente ao terreno da implantação e quanto aos prédios rústicos, indicar-se a data em que lhes foi atribuída essa classificação e os motivos;
- c) Os prédios melhorados, modificados ou reconstruídos inscrevem-se em novos artigos da matriz, lançando-se nos respectivos textos, conforme os casos «Melhorado/Modificado/Reconstruído em ... de ... de ... - Estava inscrito sob o artigo ...»;
- d) Tratando-se de prédios modificados ou melhorados sem variação do número de fogos ou andares, a alteração é efectuada no respectivo artigo, anotando-se no texto «Modificado/melhorado em ... de ... de ...»;
- e) Se um prédio for dividido, é eliminada a sua inscrição na matriz e cada novo prédio resultante da divisão é inscrito na matriz em artigo adicional;
- f) O prédio constituído pela reunião de outros prédios é inscrito em artigo adicional, eliminando-se as inscrições dos que deixaram de ter existência autónoma e anotando-se na nova inscrição «Formado pela reunião dos artigos ...»;
- g) Quando se verifique demolição ou destruição total de um prédio, o correspondente artigo é eliminado, rectificando-se a descrição na matriz e alterando-se o valor patrimonial tributário, de harmonia com o resultado da avaliação, se a demolição ou destruição forem parciais;
- h) Sempre que haja lugar a nova classificação de um prédio, procede-se à eliminação do artigo correspondente da matriz e se a transformação for parcial atende-se ao disposto na segunda parte da alínea anterior;
- i) As alterações do valor patrimonial tributário, fazem-se indicando os novos valores patrimoniais tributários, sempre com menção do ano em que as alterações foram efectuadas e dos documentos em que se fundaram e anulando-se os correspondentes anteriores, de forma a não impossibilitar a sua leitura;
- j) Sempre que a folha correspondente a uma inscrição não comporte mais alterações são as mesmas continuadas em folha adicional;
- k) A anulação de um artigo da matriz, efectua-se cortando com o traço o respectivo número e o correspondente valor patrimonial tributário.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – RENOVAÇÃO DAS MATRIZES.

1 – Sempre que as matrizes não informatizadas se encontrem em estado de deterioração, tal que no todo ou em parte não possam continuar a ser utilizadas deve o órgão de soberania fiscal ordenar a sua renovação.

2 – A renovação das matrizes consiste na cópia fidedigna do que nestas se encontre em vigor à data em que se efectue e faz-se apenas na proporção em que se mostre necessária.

3 – A renovação incumbe ao serviço competente para a organização das matrizes devendo ser autenticadas com a rubrica do dirigente máximo todas as folhas da matriz renovada.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – SUBSTITUIÇÃO DAS MATRIZES.

1 – As matrizes prediais devem ser substituídas sempre que por inutilização accidental, deterioração irremediável ou inexactidão manifesta, não possam continuar em serviço.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – COMPETÊNCIA.

1 – Compete ao presidente da área presidencial fiscal, sob proposta da real chancelaria fiscal portuguesa, mandar proceder à substituição das matrizes.

2 – Nos termos das razões que a determinam, a substituição pode ser ordenada para todas as matrizes de um concelho de administração, para as de um ou mais municípios e ainda para uma ou mais áreas de circunscrição geográfica do mesmo ou de diversos municípios.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – DECLARAÇÃO.

1 – Sempre que for ordenada a substituição das matrizes prediais rústicas ou urbanas, todos os proprietários, usufrutuários ou superficiários, são obrigados a apresentar no órgão de soberania fiscal da área em que se situem os prédios, declaração de modelo aprovado.

2 – As declarações devem ser apresentadas em relação a cada prédio no prazo anunciado nos editais.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – PROCEDIMENTO.

1 – O órgão de soberania fiscal deve verificar se as declarações referidas no artigo anterior, correspondem a todos os prédios rústicos ou urbanos situados na respectiva área de circunscrição geográfica para a substituição das matrizes prediais.

2 – Esta verificação tem de estar concluída no prazo de 183 dias a contar do termo do prazo para a entrega das respectivas declarações.

3 – Sempre que os sujeitos passivos não tenham apresentado declarações referentes a quaisquer prédios, os órgãos de soberania fiscais preenchem e assinam os respectivos impressos.

TÍTULO NONO – TAXAS.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXAS.

ARTIGO ÚNICO – TAXAS.

1 – As taxas do real imposto sobre os imóveis, são as seguintes para os prédios rústicos e prédios urbanos:

- a) Área do terreno e área do edifício: 0,5%;
- b) Edifício: 0,5%.

2 – Tratando-se de prédios constituídos por parte de terreno e por parte edifício, aplica-se ao valor patrimonial tributário de cada parte a respectiva taxa.

3 – A taxa prevista na alínea b) do número 1 é elevada anualmente ao dobro nos casos de prédios que se encontrar devolutos há mais de 1 ano e elevada anualmente ao triplo nos casos de prédios em ruínas, considerando-se em ruínas os prédios degradados cujo seu estado de conservação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

4 – A taxa prevista na alínea a) do número 1 é elevada anualmente ao dobro nos casos de prédios com terrenos que se encontrem ao abandono, considerando-se terrenos ao abandono, os terrenos que não constantes de edificações não cumpram as respectivas funções em termos de jardins, quintais, florestais, agrícolas, pecuários ou extractivos.

5 – A taxa prevista no número anterior é aplicada aos terrenos consignados para edificações que não estiverem preparados para o seu imediato efeito, mesmo que posterior.

6 – Constitui competência dos órgãos de soberania sapadores em cada município proceder ao levantamento dos prédios rústicos e urbanos em ruínas e com áreas de terreno em situação de abandono e à identificação dos respectivos proprietários até 31 de março de cada ano, para posterior comunicação aos órgãos de soberania fiscais por transmissão electrónica de dados.

TÍTULO DÉCIMO – LIQUIDAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA E PRAZO DA LIQUIDAÇÃO.

1 – O imposto é liquidado anualmente, pelos órgãos de soberania fiscais, com base nos valores patrimoniais tributários dos prédios e em relação aos sujeitos passivos que constem das matrizes prediais em 31 de dezembro do ano a que o mesmo respeita.

2 – A liquidação referida no número anterior, é efectuada em dois pagamentos a realizar nos meses de abril e setembro do ano seguinte.

3 – Logo que a avaliação de prédio omissa, melhorado, modificado ou ampliado se torne definitiva, liquida-se o imposto a que houver lugar, com observância do disposto no artigo 4º, do presente capítulo.

4 – As restantes liquidações, nomeadamente as adicionais e as resultantes de revisões officiosas, são efectuadas a todo o tempo, sem prejuízo do disposto no artigo 4º, do presente capítulo.

5 – Independentemente do montante do imposto a cobrar, há sempre lugar a liquidação.

ARTIGO SEGUNDO – TRANSMISSÃO DE PRÉDIOS EM PROCESSO JUDICIAL.

1 – Sempre que um prédio possa vir a ser objecto de transmissão em processo judicial onde deva haver lugar a graduação de créditos, a entidade responsável pelo processo notifica o órgão de soberania fiscal da área de localização dos prédios para lhe certificar o montante total da dívida e ainda o que deve ser liquidado com referência ao ano em curso por aplicação das taxas em vigor, caso a transmissão presumivelmente venha a acontecer após o termo desse ano.

ARTIGO TERCEIRO – REVISÃO OFICIOSA DA LIQUIDAÇÃO E ANULAÇÃO.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 2º, do capítulo 4º, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, as liquidações são officiosamente revistas:

- a) Sempre que por atraso na actualização das matrizes, o imposto tenha sido liquidado por valor diverso do legalmente devido ou em nome de outrem que não o sujeito passivo, desde que neste último caso não tenha sido pago;
- b) Em resultado de nova avaliação;
- c) Sempre que tenha havido erro de que tenha resultado colecta de montante diferente do legalmente devido.

2 – A revisão officiosa das liquidações previstas nas alíneas a) a c) do número anterior, é da competência da matriz fiscal da área da situação dos prédios.

3 – Independentemente do montante do imposto a restituir, há sempre lugar à anulação da liquidação.

ARTIGO QUARTO – CADUCIDADE DO DIREITO À LIQUIDAÇÃO.

1 – As liquidações do imposto ainda que adicionais, são efectuadas nos prazos e nos termos previstos nos artigos 6º e 7º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO QUINTO – JUROS COMPENSATÓRIOS.

1 – Sempre que por facto imputável ao sujeito passivo, for retardada a liquidação de parte ou da totalidade do imposto devido, a esta acrescem juros compensatórios nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – O juro conta-se dia a dia, desde que for retardada a liquidação até à data em que vier a ser suprida ou corrigida a falta.

ARTIGO SEXTO – SUSPENSÃO DA LIQUIDAÇÃO.

1 – Enquanto não tiver decorrido o prazo de 30 dias contados a partir da notificação da primeira avaliação ou não se tornar definitiva o resultado da segunda avaliação sempre que requerida, fica suspensa a liquidação do imposto, salvo se for apresentada impugnação judicial, que não tem efeito suspensivo.

TÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – PAGAMENTO.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO.

ARTIGO PRIMEIRO – DOCUMENTO DE COBRANÇA.

1 – Os órgãos de soberania fiscais enviam a cada sujeito passivo até ao fim do mês anterior ao dos pagamentos, o competente documento de cobrança aprovado por portaria da área presidencial fiscal, com discriminação dos prédios, suas partes susceptíveis de utilização independente, respectivo valor patrimonial tributário e da colecta imputada.

2 – No mesmo período é disponibilizado aos órgãos de soberania sapadores pelas matrizes fiscais da área de situação dos prédios a informação contendo os elementos referidos no número anterior, que pode ser consultada pelos interessados.

3 – Caso o sujeito passivo não receba o documento mencionado no número 1, deve solicitar em qualquer matriz fiscal uma 2ª via.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DE PAGAMENTO.

1 – O imposto deve ser pago em duas prestações nos meses abril e setembro.

2 – Sempre que a liquidação deva ter lugar fora do prazo referido no número 2 do artigo 1º, do capítulo único, do título anterior, o sujeito passivo é notificado para proceder ao pagamento, o qual deve ter lugar até ao fim do mês seguinte ao da notificação.

3 – Sempre que no mesmo ano, por motivos imputáveis aos serviços seja liquidado imposto relativo a dois ou mais anos, o imposto a cada um dos anos em atraso é pago com intervalos de três meses contados a partir do mês seguinte inclusive ao da notificação referida no número anterior, sendo pago em primeiro lugar o imposto mais antigo.

4 – No caso previsto nos números 1 e 3, o não pagamento de uma prestação ou de uma anuidade no prazo estabelecido, implica o imediato vencimento das demais.

5 – Se o atraso na liquidação for imputada ao sujeito passivo é este notificado para proceder ao pagamento do imposto respeitante a todos os anos em atraso.

ARTIGO TERCEIRO – LOCAL DO PAGAMENTO.

1 – O real imposto sobre imóveis pode ser pago em qualquer órgão de soberania fiscal, nas instituições bancárias autorizadas, nos correios de Portugal ou em qualquer outro local determinado por lei.

ARTIGO QUARTO – COMO DEVE SER EFECTUADO O PAGAMENTO.

1 – O pagamento do real imposto sobre imóveis deve ser integralmente efectuado por cheque ou vale do correio, transferência bancária, cartão de débito, cartão de crédito ou qualquer outro meio autorizados nos termos da lei.

ARTIGO QUINTO – COBRANÇA COERCIVA.

1 – Findos os prazos de pagamento previstos no presente código sem que o mesmo se mostre efectuado, é extraída pelo órgão de soberania fiscal competente certidão de dívida com base nos elementos de que disponha para efeitos de cobrança coerciva.

2 – Nos casos de substituição tributária, bem como nos casos em que o imposto deva ser autonomamente liquidado e entregue nos cofres do estado, o órgão de soberania fiscal competente independentemente do procedimento contra-ordenacional ou criminal que ao caso competir, notifica as pessoas devedoras para efectuarem o pagamento do imposto e dos juros compensatórios devidos, no prazo de 30 dias a contar da notificação, com as consequências previstas no número anterior para a falta de pagamento.

ARTIGO SEXTO – JUROS DE MORA.

1 – São devidos juros de mora nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, sempre que o sujeito passivo não pague o imposto dentro do prazo legalmente estabelecido no documento de cobrança, quer a liquidação tenha ocorrido no prazo normal, quer fora do prazo normal, ou ainda na sequência de liquidação adicional.

ARTIGO SÉTIMO – GARANTIAS ESPECIAIS.

1 – O real imposto sobre imóveis usufrui das garantias especiais previstas no código civil para a contribuição predial.

2 – Compete ao dirigente máximo da matriz fiscal da área de situação do prédio promover o registo de hipoteca legal, sempre que esta deva ter lugar.

ARTIGO OITAVO – PRESCRIÇÃO.

1 – O real imposto sobre imóveis prescreve no tempo nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – FISCALIZAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – FISCALIZAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – PODERES DE FISCALIZAÇÃO.

1 – O cumprimento das obrigações previstas no presente código é assegurado em geral, pela aplicação do disposto no artigo 3º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro e no livro terceiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADES PÚBLICAS.

1 – As entidades públicas ou que desempenhem funções públicas, que intervenham em actos relativos à constituição, transmissão, registo ou litígio de direitos sobre prédios, devem exigir a exibição de documento comprovativo da inscrição do prédio na matriz ou sendo omissos, de que foi apresentada a declaração para inscrição.

2 – Sempre que o cumprimento do disposto no número anterior, se mostre impossível, faz-se expressa menção do facto e das razões dessa impossibilidade, devendo comunicar-se tal facto à matriz fiscal da área de situação do prédio.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES FORNECEDORAS DE ÁGUA, ENERGIAS E TELECOMUNICAÇÕES.

1 – As entidades fornecedoras de água, energias e do serviço fixo de telecomunicações devem até 31 de julho e 31 de janeiro de cada ano em relação ao semestre anterior, comunicar à matriz fiscal da área de situação dos prédios, os contratos celebrados com os seus clientes, bem como as suas alterações.

2 – Da comunicação referida no número anterior, deve constar a identificação fiscal do proprietário, usufrutuário ou superficiário e respectivo domicílio, bem como a do artigo matricial do prédio, fracção ou parte ou tratando-se de prédio omissso, a indicação da data de entrega da declaração para a sua inscrição na matriz.

3 – A comunicação é efectuada por suporte informático nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal.

ARTIGO QUARTO – ALTERAÇÕES DOS MAPAS PARCELARES.

1 – Os órgãos de soberania e as concessionárias de serviços públicos devem comunicar ao órgão de soberania fiscal da área de situação dos prédios trimestralmente, todos os factos em que tenham tido intervenção e que importem alterações nos mapas parcelares.

ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÕES.

1 – Não são pagas quaisquer indemnizações por expropriação, sem observância do disposto no artigo 2º, do presente capítulo e sem que se mostrem pagas ou garantidas todas as dívidas vencidas do imposto.

ARTIGO SEXTO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA SAPADORES.

1 – Aos órgãos de soberania sapadores compete em particular colaborar com os órgãos de soberania fiscais na fiscalização do cumprimento do disposto no presente código, devendo nomeadamente:

- a) Enviar mensalmente ao órgão de soberania fiscal da área de situação dos prédios, os dados de que disponham relativos a alvarás de loteamento, projectos e licenças de construção, licenças de demolição e de obras, pedidos de vistoria, datas de conclusão de edifícios e seus melhoramentos ou da sua ocupação;
- b) Enviar semestralmente ao órgão de soberania fiscal da área de situação dos prédios, os dados de que disponham face ao cumprimento das funções dos terrenos florestais, agrícolas, pecuários e extractivos;
- c) Enviar anualmente até 31 de março, à matriz fiscal da área do município plantas dos aglomerados urbanos à escala disponível donde conste a toponímia;

- d) Enviar oficiosamente ou a solicitação dos órgãos de soberania fiscais, outros dados considerados pertinentes para uma eficaz fiscalização.

2 – Para efeitos do disposto no número 6 do artigo 1º, do capítulo único, do título quinto, do presente livro, os órgãos de soberania sapadores devem remeter a informação aí referida aos órgãos de soberania fiscais até ao fim do mês seguinte ao da sua aprovação.

3 – As normas, os formatos e os procedimentos necessários, precisos e exigidos ao cumprimento do disposto no número anterior, são definidos por portaria conjunta das áreas presidenciais da construção, da prevenção e fiscal.

TÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – GARANTIAS.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS.

ARTIGO PRIMEIRO – GARANTIAS.

1 – Os sujeitos passivos do real imposto sobre os imóveis, para além do disposto no tocante às avaliações, podem apoiar-se dos meios de garantia previstos no livro primeiro e no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO SEGUNDO – RECLAMAÇÃO DAS MATRIZES.

1 – O sujeito passivo ou qualquer titular de um interesse directo, pessoal e legítimo, pode consultar ou obter documento comprovativo dos elementos constantes das inscrições matriciais na matriz fiscal da área de situação dos prédios.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, as solicitações sobre a existência de imóveis efectuadas por qualquer entidade devem ser dirigidos à matriz fiscal do domicílio fiscal do sujeito passivo.

3 – Os sujeitos passivos referidos no número 1, podem a todo o tempo reclamar de qualquer incorrecção nas inscrições matriciais, nomeadamente com base nos seguintes elementos:

- a) Valor patrimonial tributário considerado desactualizado;
- b) Indevida inclusão do prédio na matriz;
- c) Erro na designação das pessoas e residências ou na descrição dos prédios;
- d) Erro de transcrição dos elementos cadastrais ou das inscrições constantes de quaisquer elementos oficiais;
- e) Duplicação ou omissão dos prédios ou das respectivas parcelas;
- f) Alteração na composição dos prédios em resultado de divisão, anexação de outros confinantes, rectificação de extremas ou arredondamento de propriedades;

- g) Não discriminação do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos por andares ou divisões de utilização autónoma;
- h) Passagem de prédio ao regime de propriedade horizontal;
- i) Erro na representação topográfica, confrontações e características dos prédios;
- j) Erro nos mapas parcelares cometidos na divisão dos prédios referidos na alínea anterior;
- k) Erro na actualização dos valores patrimoniais tributários;
- l) Erro na determinação das áreas de prédio.

4 – Sempre que ocorram sinistros que no todo ou em parte destruam prédio, podem os sujeitos passivos reclamar com esse fundamento a eliminação do prédio na matriz ou a redução do seu valor patrimonial tributário através da competente avaliação.

5 – Tratando-se de sinistros que afectem significativamente uma área de circunscrição geográfica de um município, pode o órgão de soberania sapador competente apresentar reclamação colectiva.

6 – Os efeitos das reclamações efectuadas com qualquer fundamento previstos no presente artigo, só se produzirão na liquidação respeitante ao ano em que a solicitação for apresentada.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA E PRAZO PARA APRECIAR AS RECLAMAÇÕES.

1 – A apreciação das reclamações referidas no artigo anterior, é da competência do dirigente máximo da matriz fiscal da área de situação dos prédios, devendo ser decididas no prazo de 92 dias, excepto as que tiverem por fundamento o valor patrimonial tributário exagerado do prédio, as quais devem ser resolvidas no prazo de 183 dias, podendo as reclamações ser apresentadas na matriz fiscal da área do domicílio fiscal do reclamante.

ARTIGO QUARTO – FORMA DAS RECLAMAÇÕES.

1 – As reclamações que tiverem por fundamento erro na designação das pessoas, nas suas residências ou na descrição dos prédios podem ser efectuadas verbalmente quando o reclamante apresente prova documental ou esta consista em informação já existente na matriz fiscal, sem prejuízo de as mesmas serem reduzidas a escrito.

2 – As reclamações apresentadas com outros fundamentos devem ser apresentadas por escrito.

ARTIGO QUINTO – CONTEÚDO DAS RECLAMAÇÕES.

1 – As reclamações apresentadas por escrito devem ser acompanhadas dos documentos de prova necessários à decisão.

2 – Sempre que necessário, as reclamações relativas a matrizes cadastrais são enviadas pelos órgãos de soberania fiscais ao real instituto da extracção e dos minerais português para que este promova a emissão de pareceres sobre os factos alegados pelos reclamantes.

ARTIGO SEXTO – PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO DE SEGUNDA AVALIAÇÃO.

1 – O processo de segunda avaliação deve estar concluído no prazo de 183 dias após a entrada da solicitação.

2 – Se for excedido o prazo referido no número anterior, deve o sujeito passivo ser informado do motivo que levou à não conclusão do processo, devendo indicar-se um prazo previsível para a sua conclusão.

ARTIGO SÉTIMO – AVALIAÇÃO DE PRÉDIO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL.

1 – O resultado de avaliação de edifício em regime de propriedade horizontal é notificado ao respectivo administrador, havendo-o ou no caso contrário a cada um dos condóminos relativamente à fracção autónoma, para que querendo possam requerer no prazo de 30 dias segunda avaliação.

TÍTULO DÉCIMO QUARTO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – ÓRGÃO DE SOBERANIA FISCAL COMPETENTE.

1 – Os actos tributários consideram-se praticados nas matrizes fiscais da área de situação dos prédios.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a obrigação de entrega da declaração referida nos artigos 2º, do capítulo único, do título segundo e 1º, do capítulo único, do título quinto, do presente livro, bem como dos elementos referidos nos números 2 e 3 do segundo artigo acima referido, pode ser cumprida em qualquer matriz fiscal.

ARTIGO SEGUNDO – JUROS INDEMNIZATÓRIOS.

1 – São devidos juros indemnizatórios nos termos previstos no artigo 4º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria

primeira, do presente código, liquidados e pagos nos termos do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO TERCEIRO – ACTUALIZAÇÃO PERIÓDICA.

1 – Os valores patrimoniais tributários dos prédios são actualizados trianualmente, com base em factores correspondentes a 75% dos coeficientes de desvalorização da moeda, fixados anualmente por portaria da área presidencial das finanças para efeitos dos reais impostos sobre o rendimento.

LIVRO DÉCIMO NONO – CÓDIGO DO REAL IMPOSTO SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA.

CAPÍTULO ÚNICO – INCIDÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA GERAL.

1 – O real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, incide sobre as transmissões onerosas de imóveis, qualquer que seja o título por que se operem nos termos previstos nos artigos seguintes.

2 – Para efeitos do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, o conceito de prédio é o definido no capítulo único, do título primeiro, do livro anterior.

ARTIGO SEGUNDO – INCIDÊNCIA OBJECTIVA E TERRITORIAL.

1 – O real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis incide sobre as transmissões a título oneroso, do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados no espaço territorial português.

2 – Para efeitos do número anterior, integram ainda o conceito de transmissão onerosa de bens imóveis:

- a) As promessas de aquisição e de alienação, logo que verificada a tradição para o promitente adquirente ou sempre que este esteja usufruindo os bens;
- b) O arrendamento com a cláusula de que os bens arrendados se tornam propriedade do arrendatário depois de satisfeitas todas as rendas acordadas;

- c) Os arrendamentos ou subarrendamentos a longo prazo, considerando-se como tais os que devam durar mais de 30 anos, quer a duração seja estabelecida no início do contrato, quer resulte de prorrogação durante a sua vigência, por acordo expresso dos interessados e ainda que seja diferente, a renda ou outras cláusulas contratuais;
- d) A aquisição de partes sociais ou de quotas nas entidades comerciais, quando tais entidades comerciais possuam bens imóveis e quando por aquela aquisição, por amortização ou por quaisquer outros factos algum dos sócios, cooperadores ou associados fique a dispor de pelo menos 51% do capital social ou o número de sócios, cooperadores ou associados se reduza a dois, sendo marido e mulher, casados em regime de comunhão geral de bens ou de adquiridos.

3 – Considera-se que há também lugar a transmissão onerosa para efeitos do número 1, na outorga dos seguintes actos e contratos:

- a) Celebração de contrato-promessa de aquisição e alienação de bens imóveis em que seja clausulado no contrato ou posteriormente que o promitente adquirente pode ceder a sua posição contratual a terceiro;
- b) Cessão da posição contratual no exercício do direito conferido por contrato-promessa referido na alínea anterior;
- c) Outorga de procuração que confira poderes de alienação de bem imóvel ou de parte sociais a que se refere a alínea d) do número anterior, em que por renúncia ao direito de revogação ou cláusula de natureza semelhante, o representante deixe de poder revogar a procuração;
- d) Outorga de instrumento com substabelecimento de procuração com os poderes e efeitos previstos na alínea anterior;
- e) Cedência de posição contratual ou ajuste de revenda, por parte do promitente adquirente num contrato-promessa de aquisição e alienação, vindo o contrato definitivo a ser celebrado entre o primitivo promitente alienante e o terceiro.

4 – Em virtude do disposto no número 1, são também sujeitos ao real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, designadamente:

- a) A resolução, invalidade ou extinção por mútuo consenso, do contrato de compra e venda ou troca de bens imóveis e as do respectivo contrato-promessa;
- b) As permutas pela diferença declarada de valores ou pela diferença entre os valores patrimoniais tributários consoante a que for maior;
- c) O excesso da quota-parte que ao adquirente pertencer, nos bens imóveis em actos de divisão ou partilha, bem como na alienação de herança ou quinhão hereditário;
- d) A venda ou a cessão do direito a determinadas águas, ainda que sob a forma de autorização para as explorar ou para minar em terreno alheio;
- e) As entradas dos sócios, cooperadores e associados com bens imóveis para a realização do capital das entidades comerciais e a adjudicação

dos bens imóveis aos sócios, na liquidação dessas entidades comerciais;

- f) As transmissões de bens imóveis por fusão ou cisão das entidades comerciais referidas na alínea anterior;
- g) As transmissões de benfeitorias e as aquisições de bens imóveis por acessão.

ARTIGO TERCEIRO – DOAÇÕES E SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.

1 – São sujeitas ao real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, as transmissões de bens imóveis:

- a) Por meio de doações com entradas ou pensões a favor do doador, ou com o encargo do pagamento de dívidas ao donatário ou a terceiros nos termos do disposto no artigo pagamento de dívidas, do código civil;
- b) Por meio de sucessão testamentária, com o encargo expresso de pagamento de dívidas ou de pensões devidas ao próprio herdeiro, legatário ou a terceiro, tenham-se ou não determinado os bens sobre que recai o encargo e desde que quanto ao herdeiro o seu valor exceda a respectiva quota nas dívidas.

ARTIGO QUARTO – INCIDÊNCIA SUBJECTIVA.

1 – O real imposto sobre a transmissão onerosa de imóveis é devido pelas pessoas singulares ou colectivas para quem se transmitam os bens imóveis, sem prejuízo das seguintes normas:

- a) Nas divisões e partilhas, o imposto é devido pelo adquirente dos bens imóveis cujo valor exceda o da sua quota nesses bens;
- b) Nos contratos para pessoa a nomear, o imposto é devido pelo contraente originário, sem prejuízo dos bens se considerarem novamente transmitidos para a pessoa nomeada se esta não tiver sido identificada;
- c) Nos contratos de troca ou permuta de bens imóveis qualquer que seja o título por que se opere, o imposto é devido pelo permutante que receber os bens de maior valor, entendendo-se como troca ou permuta o contrato em que as prestações de ambos os permutantes compreendam bens imóveis, ainda que futuros;
- d) Nos contratos de promessa de troca ou permuta com tradição de bens apenas para os permutantes, o imposto será desde logo devido pelo adquirente dos bens, como se de compra e venda se tratasse, sem prejuízo de reforma da liquidação ou da reversão do sujeito passivo, conforme o que resultar do contrato definitivo, procedendo-se em caso de reversão à anulação do imposto liquidado ao permutante adquirente;
- e) Nas situações previstas nas alíneas a) e b) do número 3 do artigo 2º, do presente capítulo, o imposto é devido pelo primitivo promitente

adquirente e por cada um dos sucessivos promitentes adquirentes, não lhes sendo aplicável qualquer isenção ou redução da taxa, sem prejuízo do disposto no número 3 do artigo 4º, do capítulo único, do título quarto, do presente livro;

- f) Nas situações previstas nas alíneas c) e d) do número 3 do artigo 2º, do presente capítulo, o imposto é devido pelo procurador ou por quem tiver sido substabelecido;
- g) Nas situações previstas na alínea e) do número 3 do artigo 2º, do presente capítulo, o imposto é devido pelo contraente originário, excluindo-se porém a incidência se o mesmo declarar no prazo de 30 dias a contar da cessão de posição contratual ou do ajuste de revenda que não houve lugar ao pagamento ou recebimento de qualquer quantia, para além da que constava como sinal ou princípio do pagamento no contrato-promessa, demonstrando-o através de documentos idóneos ou concedendo autorização ao órgão de soberania fiscal competente para aceder à sua informação bancária.

ARTIGO QUINTO – MOMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.

1 – A incidência do real imposto sobre a transmissão onerosa de imóveis regula-se pela legislação em vigor ao tempo em que se constituir a obrigação tributária.

2 – A obrigação tributária constitui-se no momento em que ocorrer a transmissão.

3 – Nos contratos de permuta de bens presentes para bens futuros, a transmissão relativamente a estes ocorre logo que os mesmos se tornem presentes, a não ser que por força de disposições do presente código se tenha de considerar em data anterior.

TÍTULO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO VALOR TRIBUTÁRIO.

CAPÍTULO ÚNICO – DETERMINAÇÃO DO VALOR TRIBUTÁRIO.

ARTIGO PRIMEIRO – VALOR TRIBUTÁVEL.

1 – O real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis incidirá sobre o valor constante do acto ou do contrato ou sobre o valor patrimonial tributário dos imóveis consoante o maior.

2 – No caso de imóveis omissos na matriz ou nestas inscritos sem valor patrimonial tributário, bem como de bens ou direitos não sujeitos a inscrição matricial, o valor patrimonial tributário é determinado nos termos do disposto no livro anterior.

3 – Ao valor patrimonial tributário junta-se o valor declarado das partes integrantes, sempre que o mesmo não esteja incluído no referido valor patrimonial.

4 – O disposto nos números anteriores, compreende-se porém sem prejuízo das seguintes normas:

- a) Sempre que qualquer dos comproprietários ou quinhoeiros alienar o seu direito, o imposto é liquidado pela parte do valor patrimonial tributário que lhe corresponder ou incide sobre o valor constante do acto ou contrato, consoante o maior;
- b) Sempre que ao tempo da constituição do direito de superfície temporário já esteja terminada a construção das obras ou ultimada a plantação, deve observar-se o seguinte:
 - 1. Se a propriedade do solo for transmitida separadamente do direito de superfície, o imposto é calculado pelo valor patrimonial tributário da propriedade do solo, determinado nos termos do disposto da alínea h) do artigo seguinte ou incide sobre o valor constante do acto ou contrato consoante o maior;
 - 2. Na constituição do direito de superfície ou na transmissão deste direito separadamente da propriedade do solo, o real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis incide sobre o valor actual do direito de superfície, determinado nos termos do disposto na alínea i) do artigo seguinte ou sobre o valor constante do acto ou contrato, consoante o maior;
- c) Sempre que ao tempo da constituição do direito de superfície temporário ainda não esteja terminada a construção das obras ou ultimada a plantação, deve observar-se o seguinte:
 - 1. Se a propriedade do solo for transmitida separadamente do direito de superfície, o imposto é liquidado pelo valor patrimonial tributário da propriedade do solo, calculado nos termos do disposto na alínea h) do artigo seguinte, com base no valor do terreno ou incide sobre o valor constante do acto ou contrato, consoante o maior;
 - 2. Na constituição do direito de superfície, bem como na transmissão deste direito separadamente da propriedade do solo antes de terminada a construção das obras ou de ultimada a plantação, o imposto incide sobre o valor actual do direito de superfície, determinado nos termos do disposto na alínea i) do artigo seguinte, mas se a transmissão ocorrer depois ou o proprietário adquirir a propriedade da obra ou das árvores pelo decurso do prazo, o imposto será calculado sobre o valor patrimonial tributário da propriedade plena do imóvel, deduzido o valor patrimonial tributário da propriedade do solo nessa altura, determinado nos termos do disposto na alínea h) do artigo seguinte, com base no valor do terreno, incidindo o imposto em qualquer dos casos sobre o valor constante do acto ou contrato, se for superior aos indicados;
- d) Nas permutas de bens imóveis, considera-se por base da liquidação a diferença declarada de valores, sempre que superior à diferença entre os valores patrimoniais tributários;

- e) Nas transmissões por meio de dação de bens em pagamento, o imposto é calculado sobre o valor patrimonial tributário ou sobre a importância da dívida que for paga com os bens transmitidos se for superior;
- f) Quando a transmissão se efectuar por meio de renúncia ou cedência, o imposto é calculado sobre o valor patrimonial tributário dos respectivos bens imóveis ou incide sobre o valor constante do acto ou contrato, se superior;
- g) Se a propriedade for transmitida separadamente do usufruto, uso ou habitação, o imposto é calculado sobre o valor da nua-propriedade, nos termos do disposto na alínea a) do artigo seguinte ou sobre o valor constante do acto ou contrato, se superior;
- h) Sempre que se constituir usufruto, uso ou habitação, bem como sempre que se renunciar a qualquer desses direitos ou o usufruto for transmitido separadamente da propriedade, o imposto é liquidado pelo valor actual do usufruto, uso ou habitação, calculado nos termos do disposto na alínea b) do artigo seguinte ou incide sobre o valor constante do acto ou contrato, se superior;
- i) Se o pensionista adquirir os bens onerados com pensões, o imposto incide sobre o valor patrimonial tributário deduzido do valor actual da pensão ou sobre o valor constante do acto ou contrato, se superior;
- j) Nos arrendamentos e nas sublocações a longo prazo, o imposto incide sobre o valor de 20 vezes a renda anual sempre que seja igual ou superior ao valor patrimonial tributário do respectivo prédio e incide sobre a diferença entre o valor patrimonial que os bens tenham na data do arrendamento e o da data de aquisição ou sobre o valor declarado se superior, caso o arrendatário venha a adquirir o prédio;
- k) Nas partilhas judiciais ou extrajudiciais, o valor do excesso de imóveis sobre a quota-parte do adquirente nos termos do disposto na alínea c) do número 4 do artigo 2º, do capítulo único, do título anterior, é calculado em face do valor patrimonial tributário desses bens adicionado do valor atribuído aos imóveis não sujeitos a inscrição matricial ou caso seja superior, em face do valor que tiver servido de base à partilha;
- l) Nos actos previstos na alínea e) do número 4 do artigo 2º, do capítulo único, do título anterior, o valor dos imóveis é o valor patrimonial tributário ou aquele por que os mesmos entrarem para o activo das entidades comerciais, consoante o maior;
- m) Na fusão ou cisão das entidades comerciais referidas na alínea f) do número 4 do artigo 2º, do capítulo único, do título anterior, o imposto incide sobre o valor patrimonial tributário de todos os imóveis das entidades fusionadas ou cindidas que se transfiram para o activo das entidades comerciais que resultarem da fusão ou cisão, ou sobre o valor por que esses bens entrarem para o activo das entidades comerciais, se superior;
- n) O valor dos bens imóveis ou do direito de superfície constituído sobre os imóveis locados, adquiridos pelo locatário através de contrato de compra e venda no termo de vigência do contrato de locação financeira

e nas condições neste estabelecidas, será o valor residual determinado ou determinável nos termos do respectivo contrato;

- o) Se o direito de superfície for constituído pelo estado, pelas regiões administrativas, pelos concelhos de administração ou pelas autarquias, o valor da propriedade do solo transmitido ao superficiário, é o preço constante do acto ou contrato e o do direito de superfície quando da sua constituição ou prorrogação, é o preço único constante do acto ou contrato ou o valor da pensão, determinado este nos termos do disposto na alínea d) do artigo seguinte e quando da sua cessação ou reversão, é o montante da indemnização;
- p) O valor dos bens adquiridos ao estado, às regiões administrativas, aos concelhos de administração ou às autarquias, bem como o dos bens adquiridos mediante arrematação judicial ou administrativa, é o preço constante do acto ou do contrato;
- q) O valor dos bens expropriados por utilidade pública é o montante da indemnização, salvo se esta for estabelecida por acordo ou transacção caso em que se aplica o disposto no número 1;
- r) Nas situações previstas nas alíneas a) e b) do número 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título anterior, o imposto incide apenas sobre a parte do preço paga pelo promitente adquirente ao promitente alienante ou pelo cessionário ou cedente;
- s) Sempre que se verificar a transmissão prevista na alínea d) do número 2 do artigo 2º, do capítulo único, do título anterior, o imposto será liquidado nos termos seguintes:
 - 1. Pelo valor patrimonial tributário dos imóveis correspondente à quota ou parte social maioritária ou pelo valor total desses bens consoante os casos, preferindo em ambas as situações o valor do balanço se superior;
 - 2. No caso de aquisições sucessivas, o imposto respeitante à nova transmissão, será liquidado sobre a diferença de valores determinada nos termos da alínea anterior;
 - 3. Se a entidade comercial vier a dissolver-se e todos ou alguns dos seus imóveis ficarem a pertencer ao sócio, cooperador ou associado ou aos sócios, cooperadores ou associados que já tiverem sido tributados, o imposto respeitante à nova transmissão incidirá sobre a diferença entre o valor dos bens agora adquiridos e o valor por que anteriormente o imposto foi liquidado;
- t) O valor dos bens imóveis adquiridos ao abrigo dos regimes legais de apoio financeiro à habitação, sempre que se trate de primeira transmissão, é o valor ou o preço fixado pelo real instituto da construção português, nos termos estabelecidos nesses regimes.

5 – Para efeitos dos números anteriores, considera-se designadamente valor constante do acto ou contrato, isolada ou cumulativamente:

- a) A importância em dinheiro paga a título de preço pelo adquirente;
- b) O valor dos imóveis dados em troca;

- c) O valor actual das pensões temporárias ou das pensões ou rendas vitalícias;
- d) O valor das prestações ou rendas perpétuas;
- e) O valor da prestação temporária no caso do direito de superfície;
- f) A importância de rendas que o adquirente tiver pago adicionalmente, enquanto arrendatário e que não sejam abatidas ao preço;
- g) A importância das rendas acordadas, no caso da alínea b) do número 2 do artigo 2º, do capítulo único, do título anterior;
- h) Em geral, quaisquer encargos a que o comprador ficar legal ou contratualmente obrigado.

ARTIGO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS.

1 – São ainda aplicáveis à determinação do valor tributável do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, as normas constantes das alíneas seguintes:

- a) O valor de propriedade separado do usufruto, uso ou habitação vitalícias, obtém-se deduzindo ao valor da propriedade plena as percentagens constantes da tabela seguinte, de harmonia com a idade da pessoa de cuja vida dependa a duração daqueles direitos ou havendo várias, da mais adulta ou da mais nova, consoante estas devam terminar pelo falecimento de qualquer ou da última que sobreviver e se o usufruto, uso ou habitação forem temporários, deduzem-se ao valor da propriedade plena 10% por cada período indivisível de 5 anos, conforme o tempo que esses direitos ainda devam durar, não podendo porém a dedução exceder a que se faria no caso de serem vitalícias;

Idade	Percentagem a deduzir
Menos de 10 anos	80
Menos de 20 anos	70
Menos de 30 anos	60
Menos de 40 anos	50
Menos de 50 anos	40
Menos de 60 anos	30
Menos de 70 anos	20
80 ou mais anos	10

- b) O valor actual do usufruto obtém-se descontando ao valor da propriedade plena o valor da propriedade, calculado nos termos da norma antecedente, sendo o valor actual do uso e habitação igual a esse valor do usufruto sempre que os direitos sejam renunciados e a esse valor menos 30% nos demais casos;
- c) O valor da pensão ou renda vitalícia determina-se aplicando ao produto da pensão ou renda anual por 20 a percentagem indicada na alínea a) conforme a idade da pessoa ou pessoas de cuja vida dependa a subsistência da pensão ou renda e se for temporária o seu valor actual determina-se multiplicando seis décimas partes da pensão ou renda

- anual pelo número de anos por que deva durar, não podendo porém esse valor exceder o que a pensão ou renda teria sido se fosse vitalícia;
- d) O valor da pensão a pagar pelo superficiário, será o produto das oito décimas partes do seu montante anual pelo número de anos que deva durar, com o limite de 20;
 - e) O valor de qualquer prestação, pensão ou renda perpétua, será o produto do seu montante anual por 20;
 - f) O valor patrimonial tributário do direito de propriedade do solo quando o direito de superfície for perpétuo, será o correspondente a 20% do valor do terreno;
 - g) O valor patrimonial tributário do direito de superfície perpétuo, será igual ao valor da propriedade plena do imóvel, deduzindo o valor da propriedade do solo, calculado nos termos da alínea anterior;
 - h) O valor patrimonial tributário da propriedade do solo sempre que o direito de superfície for temporário, obtém-se deduzindo ao valor da propriedade plena 10% por cada período indivisível de 5 anos, conforme o tempo por que aquele direito ainda deva durar, não podendo porém a dedução exceder 80%;
 - i) O valor actual do direito de superfície temporário, obtém-se descontando ao valor da propriedade plena o valor da propriedade do solo, calculado nos termos da alínea anterior;
 - j) O valor do terreno de prédio rústico sujeito a direito de superfície será o correspondente a 20% do valor patrimonial tributário.

ARTIGO TERCEIRO – AVALIAÇÃO NOS TERMOS DO CÓDIGO DO REAL IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS.

1 – Quando houver de proceder-se à avaliação de bens imóveis, à discriminação ou à destrinça de valores patrimoniais tributários de prédios já inscritos na matriz, todas as diligências, procedimentos e critérios de avaliação serão estabelecidos nos termos do disposto no livro anterior.

2 – No caso de contratos de permuta de bens presentes por bens futuros, a avaliação do bem futuro será efectuada sempre que o bem adquirir a natureza de prédio, nos termos do livro anterior.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que o bem futuro adquire a natureza de prédio, sempre que no caso de imóveis urbanos a construir, já se encontre aprovado o respectivo projecto de construção.

4 – O valor dos bens ou direitos que não possam ser determinados por aplicação do livro anterior, são avaliados com base no valor normal de mercado.

5 – A avaliação prevista no número anterior, é efectuada pelo perito avaliador referido no artigo 4º, do capítulo único, do título sexto, do livro anterior, sendo ainda aplicável o disposto nos artigos 5º e 6º, do capítulo único, do título sétimo, do livro acima referido, sempre que for o caso.

6 – O dirigente máximo da matriz fiscal pode dispensar a avaliação de bens a que se refere o número 2 do artigo 1º, do presente capítulo, sempre que em face de informação fundamentada, se conclua que o valor declarado não se afasta para menos, em mais de 10% do seu valor normal de mercado.

ARTIGO QUARTO – AQUISIÇÕES CONSIDERADAS A TÍTULO GRATUITO E ONEROSO.

1 – Nas transmissões de bens imóveis previstas nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 3º, do capítulo único, do título anterior, o valor sujeito a imposto corresponde:

- a) Às importâncias das entradas e das dívidas ou do valor actual das pensões, calculado este nos termos do disposto na alínea c) do artigo 2º, do presente capítulo, a título de tributação de aquisição onerosa;
- b) Ao excedente do valor dos bens, a título de tributação de aquisição gratuita.

ARTIGO QUINTO – APLICAÇÃO TEMPORAL DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO.

1 – O valor patrimonial tributário para efeitos do presente imposto, é o valor dos bens imóveis inscritos nas matrizes à data da liquidação.

TÍTULO TERCEIRO – TAXAS.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXAS.

ARTIGO PRIMEIRO – TAXA.

1 – Independentemente do montante da transmissão, a taxa do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis é de 10%, aplicando-se à aquisição de prédios rústicos e urbanos e outras aquisições onerosas.

2 – À aquisição onerosa de figuras parcelares do direito de propriedade aplica-se a taxa referida no número anterior, correspondente à natureza dos bens sobre que incide o direito adquirido.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO TEMPORAL DAS TAXAS.

1 – O imposto será liquidado pela taxa em vigor ao tempo da ocorrência do facto tributário.

TÍTULO QUARTO – LIQUIDAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – INICIATIVA DA LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação do real imposto sobre transmissões onerosas de imóveis é da iniciativa dos interessados, para cujo efeito devem apresentar em qualquer matriz fiscal ou por meios electrónicos nos termos definidos por portaria das áreas presidenciais da indústria e fiscal, uma declaração de modelo oficial devidamente preenchida.

2 – A liquidação é promovida oficiosamente pelas matrizes fiscais que forem competentes sempre que os interessados não afirmem a iniciativa de o efectuar dentro dos prazos legais, bem como sempre que houver lugar a qualquer liquidação adicional, sem prejuízo dos juros compensatórios a que haja lugar e da penalidade que ao caso competir.

ARTIGO SEGUNDO – CONTEÚDO DA DECLARAÇÃO.

1 – Para efeitos da liquidação, deve o interessado fornecer os seguintes elementos:

- a) A identificação dos imóveis ou a indicação de estarem omissos nas matrizes, bem como o valor constante do acto ou contrato;
- b) O valor atribuído aos bens, com especificação do que corresponde às partes integrantes cujo valor não esteja compreendido no valor patrimonial tributário dos respectivos prédios;
- c) Informação sobre se a aquisição vai ou não ser efectuada no âmbito de um dos actos ou contratos previstos no número 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, juntando cópia do respectivo documento nos casos previstos nas alíneas anteriores;
- d) Os demais esclarecimentos indispensáveis à exacta liquidação do imposto.

2 – Nos contratos de permutas de bens presentes por bens futuros, em que estes já se encontrem determinados com base em projecto de construção aprovado pelo órgão de soberania sapador, deve o interessado juntar à declaração referida no artigo anterior, cópia da planta de arquitectura devidamente autenticada.

3 – Sempre que se tratar de alienação de herança ou de quinhões hereditários, devem declarar-se todos os bens imóveis e indicar-se a quota-parte que o alienante possui na herança.

4 – Em caso de transmissão parcial de prédios inscritos em matrizes cadastrais, devem declarar-se as parcelas compreendidas na respectiva fracção do prédio.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA PARA A LIQUIDAÇÃO.

1 – O real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis é liquidado pelas matrizes fiscais competentes, com base na declaração do sujeito passivo ou oficiosamente.

2 – Para efeitos do número anterior, são aplicáveis as normas seguintes:

- a) Quando a liquidação for efectuada com base na declaração do sujeito passivo, considera-se competente para a liquidação do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, a matriz fiscal onde é apresentada a declaração referida no número 1 do artigo 1º, do presente capítulo;
- b) Nos casos em que a liquidação é promovida oficiosamente considera-se competente para a liquidação do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, a matriz da área de situação dos prédios, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 – Nas alienações de herança ou de quinhão hereditário, bem como no caso de transmissões por partilha judicial ou extrajudicial, a liquidação do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, é sempre promovida pela matriz fiscal competente onde estiverem situados os bens.

ARTIGO QUARTO – MOMENTO DA LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação do real imposto sobre transmissões onerosas de imóveis precede o acto ou facto translativo dos bens, ainda que a transmissão esteja subordinada a condição suspensiva, haja reserva de propriedade, bem como nos casos de contrato para pessoa a nomear nos termos previstos na alínea b) do artigo 4º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, salvo sempre que o imposto deva ser pago posteriormente nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo único, do título seguinte.

2 – Nas transmissões previstas nas alíneas a) a d) do número 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, o imposto é liquidado antes da celebração do contrato-promessa, antes da cessão da posição contratual, da outorga notarial da procuração ou antes de ser lavrado o instrumento de substabelecimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 – Sempre que o contrato definitivo seja celebrado com um dos contraentes previstos nas alíneas a) a d) do número 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro ou o facto tributário ocorra antes da celebração do contrato definitivo que opere a transmissão jurídica de bem e o contraente já tenha pago o imposto devido por esse facto, só há lugar a liquidação adicional quando o valor que competir à transmissão definitiva for superior ao que serviu de base à liquidação anterior.

4 – Não se realizando dentro de 2 anos o acto ou facto translativo por que se pagou o real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, fica sem efeito a liquidação.

ARTIGO QUINTO – LIQUIDAÇÕES COM BASE EM DOCUMENTOS OFICIAIS.

1 – Nas transmissões operadas por divisão, partilha, arrematação, venda judicial ou administrativa, adjudicação, transacção ou conciliação, servem de base à liquidação os correspondentes instrumentos legais.

ARTIGO SEXTO – DIREITO DE PREFERÊNCIA.

1 – Se por exercício judicial do direito de preferência houver substituição dos adquirentes, só se liquidará o imposto ao preferente se o que lhe competir for diverso do liquidado ao preferido, arrecadando-se ou anulando-se a diferença.

ARTIGO SÉTIMO – CONTRATOS PARA PESSOA A NOMEAR.

1 – Nos contratos para pessoa a nomear, o contraente originário, seu representante ou gestor de negócios pode apresentar na matriz fiscal que procedeu à liquidação do imposto para os efeitos previstos na alínea b) do número 1 do artigo 4º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, até 5 dias após a celebração do contrato, declaração por escrito, contendo todos os elementos necessários para a completa identificação do terceiro para quem contratou, ainda que se trate de pessoa colectiva em constituição, desde que seja indicada a sua denominação social ou designação e o nome dos respectivos fundadores ou organizadores.

2 – Uma vez efectuada a declaração, antes ou depois da celebração do contrato, não é possível identificar pessoa diferente.

3 – Se vier a ser nomeada a pessoa identificada na declaração, averba-se a sua identidade na declaração para efeitos da liquidação do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis.

ARTIGO OITAVO – ALIENAÇÕES DE QUINHÃO HEREDITÁRIO.

1 – Nas alienações de quinhão hereditário, sempre que não se conheça a quota do co-herdeiro alienante, o real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis é calculado sobre o valor constante do contrato em relação aos bens imóveis, devendo proceder-se à correcção da liquidação logo que se determine a quota-parte dos bens respeitantes ao co-herdeiro.

2 – A partilha não pode efectuar-se sem que sendo o caso a liquidação esteja corrigida.

ARTIGO NONO – LIQUIDAÇÃO RELATIVA A PRÉDIO OMISSO.

1 – Nos casos previstos no número 2 do artigo 1º, do capítulo único, do título segundo, do presente livro, o imposto é liquidado sobre o valor constante do acto ou contrato, corrigindo-se officiosamente a liquidação sendo o caso logo que o valor da avaliação a efectuar nos termos do livro anterior se torne definitivo.

ARTIGO DÉCIMO – TRANSMISSÃO DE FRACÇÃO DE PRÉDIO OU FRACÇÃO DE PARCELA CADASTRAL.

1 – Se se transmitir parte de prédio ou fracção de parcela cadastral, o imposto é liquidado sobre o valor constante do acto ou contrato, procedendo-se seguidamente sempre que for necessário para se apurar o valor correspondente à parte transmitida, à discriminação do valor patrimonial tributário de todo o prédio ou de toda a parcela, corrigindo-se a liquidação sendo o caso.

2 – A discriminação é efectuada nos termos do livro anterior, correndo as respectivas despesas por conta do estado.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MUDANÇA NOS POSSUIDORES DE BENS.

1 – Todas as vezes que ocorra mudança nos possuidores de bens sem que tenha sido pago o real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, são notificados os novos possuidores para apresentarem dentro de 30 dias, os títulos da sua posse.

2 – Concluindo-se desse títulos que se operou transmissão de imóveis a título oneroso, o dirigente máximo da matriz fiscal liquida imediatamente o imposto que lhe competir ou comunicará o facto à matriz fiscal competente, sem prejuízo das sanções que ao caso competir.

3 – Se os novos possuidores não apresentarem os títulos da sua posse, presume-se salvo prova em contrário que os bens foram adquiridos a título gratuito.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO EXCESSIVO.

1 – Antes da celebração do acto ou contrato, os sujeitos passivos podem requerer ao abrigo do livro anterior, a avaliação dos imóveis quando fundamentadamente considerem excessivo o valor patrimonial tributário inscrito na matriz que serviu de base à liquidação do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, procedendo-se à reforma da liquidação sendo o caso, logo que a avaliação se torne definitiva.

2 – O resultado da avaliação efectuada nos termos do número anterior, será levado à matriz para todos os efeitos legais.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – LIQUIDAÇÃO ADICIONAL.

1 – Em caso de omissão de bens ou valores sujeitos a tributação ou havendo indícios fundados de que foram praticados ou celebrados actos ou contratos com o objectivo de diminuir a dívida do imposto ou de obter outras vantagens indevidas, são aplicáveis os poderes de correcção atribuídos aos órgãos de soberania fiscais pelo presente código ou pelas demais leis tributárias.

2 – Sempre que se verificar que nas liquidações se cometeu erro de facto ou de direito de que resultou prejuízo para o estado, bem como nos casos em que haja lugar a avaliação, o dirigente máximo da matriz fiscal onde tenha sido efectuada a liquidação ou entregue a declaração para os efeitos do disposto no artigo 1º, do presente capítulo, promove a competente liquidação adicional.

3 – A liquidação só pode efectuar-se até decorridos 3 anos contados da liquidação a corrigir, excepto se for por omissão de bens ou valores, caso em que poderá ainda efectuar-se posteriormente, ficando ressalvados em todos os casos o disposto no artigo 16º, do presente capítulo.

4 – A liquidação adicional deve ser notificada ao sujeito passivo nos termos previstos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, a fim de efectuar o pagamento e sendo o caso pode utilizar os meios de defesa aí previstos.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – OBRIGAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO.

1 – Independentemente do montante do imposto liquidado, há sempre lugar ao processamento e pagamento da liquidação do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, bem como nos casos de liquidação adicional.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JUROS COMPENSATÓRIOS.

1 – Sempre que por facto imputável ao sujeito passivo, for retardada a liquidação do imposto devido, a este acrescerão juros compensatórios nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Os juros serão contados dia a dia, desde o termo do prazo para a solicitação da liquidação até à data em que a falta for suprida, dentro do prazo fixado nos termos do disposto no artigo seguinte.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CADUCIDADE DO DIREITO À LIQUIDAÇÃO.

1 – Só pode ser liquidado imposto nos 8 anos seguintes à transmissão, sem prejuízo do disposto no número seguinte e quanto ao restante nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Sendo desconhecido a quota do co-herdeiro alienante para efeitos do disposto no artigo 8º, do presente capítulo, aos 8 anos acrescerá o período de tempo por que o desconhecimento tiver durado.

TÍTULO QUINTO – PAGAMENTO.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZOS PARA PAGAMENTO.

1 – O real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, deve ser pago dentro de 30 dias contados da data da liquidação, sob pena de esta ficar sem efeito, sem prejuízo dos números seguintes.

2 – Se os bens se transmitiram por arrematação e venda judicial ou administrativa, adjudicação, transacção e conciliação, o imposto será pago dentro de 30 dias contados da assinatura do respectivo acto ou da sentença que homologar a transacção.

3 – Sempre que qualquer dos actos referidos no número anterior, não se opere a transmissão dos bens, o imposto deve ser pago nos termos gerais.

4 – O imposto deve ser pago no prazo de 30 dias a contar da notificação nos casos previstos nos números 1 e 2 do artigo 13º, do capítulo único, do título anterior, do trânsito em julgado da sentença no caso do disposto no artigo 6º, do capítulo único, do título anterior e da data do contrato se o adquirente já estiver a usufruir dos bens ou da data da tradição nas promessas de aquisição e alienação ou troca.

5 – Nas partilhas judiciais e extrajudiciais, o imposto deve ser pago nos 30 dias posteriores à notificação.

6 – No caso previsto na alínea e) do número 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, o imposto deve ser pago nos termos seguintes:

- a) No prazo de 30 dias a contar da data da celebração do contrato definitivo;
- b) No prazo de 30 dias a contar da data da decisão que não reconhecer o direito à exclusão, sempre que o interessado tiver requerido a prova prevista na alínea g) do número 1 artigo 4º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro.

7 – No caso previsto no número 3 do artigo 5º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, o imposto deve ser pago nos termos seguintes:

- a) Tratando-se de prédios a construir, no prazo de 30 dias a contar da data da celebração do contrato;
- b) Nas demais situações no prazo de 30 dias a contar da data de aquisição pelo alienante.

8 – Nos casos em que houver prazo de pagamento fixado em legislação especial, o real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis deve ser pago nesse prazo.

ARTIGO SEGUNDO – LOCAL DE PAGAMENTO.

1 – O real imposto sobre transmissões onerosas de imóveis pode ser pago em qualquer órgão de soberania fiscal, nas instituições bancárias autorizadas, nos correios de Portugal ou em qualquer outro local determinado por lei, mediante documento de cobrança de modelo oficial aprovado por portaria da área presidencial fiscal.

2 – A prova do pagamento do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis é efectuada mediante a apresentação da declaração referida no artigo 1º, do capítulo único, do título anterior, acompanhada do comprovativo de cobrança.

ARTIGO TERCEIRO – COMO DEVE SER EFECTUADO O PAGAMENTO.

1 – O pagamento do real imposto sobre transmissões onerosas de imóveis deve ser integralmente efectuado por cheque ou vale do correio, transferência bancária, cartão de débito, cartão de crédito ou qualquer outro meio autorizados nos termos da lei.

ARTIGO QUARTO – CONSEQUÊNCIAS DO NÃO PAGAMENTO.

1 – Se o imposto não for pago antes do acto ou facto translativo ou a liquidação do imposto não for solicitada dentro dos prazos fixados para o pagamento nos termos do disposto no artigo 1º, do presente capítulo, o dirigente máximo da matriz fiscal promove a liquidação oficiosa e notifica o sujeito passivo para pagar no prazo de 30 dias, sem prejuízo dos juros compensatórios e da sanção que ao caso competir.

2 – Sempre que o imposto depois de liquidado não for pago até ao termo dos prazos a que se refere o número anterior, começam a contar-se juros de mora e será extraída pelos serviços competentes certidão de dívida para cobrança coerciva.

ARTIGO QUINTO – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.

1 – Nos casos de substituição tributária, bem como nos casos em que o imposto deva ser autonomamente liquidado e entregue nos cofres do estado, o órgão de soberania fiscal competente independentemente do procedimento contra-ordenacional ou criminal que ao caso competir, notifica as pessoas devedoras para efectuarem o pagamento do imposto e dos juros compensatórios devidos, no prazo de 30 dias a contar da notificação, com as consequências previstas no número anterior para a falta de pagamento.

ARTIGO SEXTO – PRIVILÉGIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.

1 – O real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis usufrui dos privilégios creditórios previstos no artigo despesas de justiça e real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis e no artigo real imposto sobre imóveis e real imposto sobre transmissões onerosas de imóveis, do código civil.

ARTIGO SÉTIMO – PRESCRIÇÃO.

1 – O real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis prescreve nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Sendo desconhecida a quota do co-herdeiro alienante para efeitos do disposto no artigo 8º, do capítulo único, do título anterior, ao prazo de prescrição acresce o tempo por que o desconhecimento tiver durado.

TÍTULO SEXTO – GARANTIAS.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS.

ARTIGO PRIMEIRO – GARANTIAS.

1 – Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes, os sujeitos passivos podem apoiar-se dos meios de garantia previstos no livro primeiro e no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Para efeitos do disposto no presente artigo e seguintes, é competente a matriz fiscal que tenha efectuado a liquidação.

ARTIGO SEGUNDO – REVISÃO OFICIOSA DA LIQUIDAÇÃO.

1 – À revisão oficiosa da liquidação aplica-se o disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO TERCEIRO – LEGITIMIDADE PARA RECLAMAR OU IMPUGNAR.

1 – Os sujeitos passivos e as pessoas solidária ou subsidiariamente responsáveis pelo pagamento do imposto, podem reclamar contra a respectiva liquidação ou impugná-la, com os fundamentos e nos termos estabelecidos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Sempre que se invocar como prova de um dos fundamentos alegados, documento ou sentença superveniente, os prazos contam-se desde a data em que se tornar possível obter o documento ou do trânsito em julgado da sentença.

ARTIGO QUARTO – ANULAÇÃO POR ACTO OU FACTO QUE NÃO SE REALIZOU.

1 – A anulação da liquidação do imposto pago por acto ou facto translativo que não se concretizou pode ser solicitada a todo o tempo, com o limite de 1 ano após o termo do prazo de validade previsto no número 4 do artigo 4º, do capítulo único, do título quarto, do presente livro, em processo de reclamação ou impugnação judicial.

2 – Sempre que houver tradição dos bens para o reclamante ou impugnante ou este os tiver usufruído, o imposto será anulado em importância equivalente ao produto da sua oitava parte pelo número de anos completos que faltarem para oito, de acordo com a data em que o mesmo abandonou a posse.

ARTIGO QUINTO – ANULAÇÃO PROPORCIONAL.

1 – Se antes ou decorridos oito anos sobre a transmissão, vier a verificar-se a condição resolutiva ou se der a resolução do contrato, pode obter-se por meio de reclamação ou de impugnação judicial, a anulação proporcional do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis.

2 – Os prazos para deduzir a reclamação ou a impugnação com tais fundamentos contam-se a partir da ocorrência do facto.

3 – O imposto é anulado em importância equivalente ao produto da sua oitava parte pelo número de anos completos que faltarem para oito.

ARTIGO SEXTO – REEMBOLSO DO IMPOSTO.

1 – Anulada a liquidação, quer oficiosamente, quer por decisão de entidade ou órgão de soberania jurídico competente, com trânsito em julgado, efectua-se o respectivo reembolso.

2 – Independentemente do montante do imposto a anular, há sempre lugar à anulação.

3 – São devidos juros indemnizatórios nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, que são liquidados e pagos nos termos do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO SÉTIMO – FISCALIZAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – FISCALIZAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES DE COOPERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS.

1 – Os órgãos de soberania jurídicos devem remeter aos órgãos de soberania fiscais da respectiva área de circunscrição geográfica até ao dia 15 de cada mês, uma cópia dos autos de conciliação lavrados no mês anterior pelos quais se operem ou venham a operar transmissões de imóveis a título oneroso.

2 – Os órgãos de soberania jurídicos não podem entregar aos interessados os autos de conciliação sem nestes averbarem o número e a data do documento de cobrança do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis e a matriz fiscal onde tiver sido pago.

3 – Não pode ser ordenada entrega de bens imóveis a preferentes sem estes apresentarem documento comprovativo de estar paga a diferença do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis.

4 – São solidariamente responsáveis com o sujeito passivo pelo pagamento do imposto os membros dos órgãos de soberania jurídicos que entregarem os autos de conciliação sem nestes averbarem o número e a data do documento de cobrança, bem como entregarem bens imóveis a preferentes sem estes apresentarem documento comprovativo de estar pago a diferença do imposto, desde que tenham colaborado na falta da liquidação ou arrecadação do imposto ou na data daquela intervenção, recepção ou utilização não tenham exigido o documento comprovativo do pagamento.

5 – Os órgãos de soberania jurídicos remetem igualmente uma participação em duplicado, dos termos ou documentos de transacção, das liquidações e partilhas de estabelecimentos comerciais ou industriais ou de entidades comerciais, das partilhas e divisões de bens comuns de que façam parte bens imóveis, bem como das sentenças que reconheçam direitos de preferência que tenham sido concluídas ou lavradas no mês anterior e pelos quais se operem ou venham a operar transmissões sujeitas ao real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES DE COOPERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA NOTARIAIS.

1 – Sempre que seja devido o real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, os órgãos de soberania notariais não podem lavrar as escrituras, quaisquer outros documentos notariais ou documentos particulares ou autenticar documentos particulares que operem transmissões de bens imóveis, nem proceder ao reconhecimento de assinaturas nos contratos previstos nas alíneas a) e b) do número 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, sem que se lhes seja apresentado o extracto da declaração referida no artigo 1º, do capítulo único, do título quarto, do presente livro, acompanhado do correspondente comprovativo de cobrança que arquivarão, disso fazendo menção no documento a que respeitam sempre que a liquidação deva preceder a transmissão.

2 – Caso se alegue extravio, os referidos documentos podem ser substituídos conforme os casos por certidão ou fotocópia autenticada, passada pelos serviços emitentes dos documentos originais.

3 – Os órgãos de soberania notariais devem submeter até ao dia 15 de cada mês aos órgãos de soberania fiscais da respectiva área de circunscrição geográfica em suporte electrónico, os seguintes elementos:

- a) Uma relação dos actos ou contratos sujeitos ao real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis efectuadas no mês antecedente, contendo relativamente a cada um desses actos, o número, a data e a importância dos documentos de cobrança, os nomes dos contraentes, os artigos matriciais e respectivas áreas de circunscrição ou menção dos prédios omissos;
- b) Cópia das procurações que confirmam poderes de alienação de bens imóveis em que por renúncia ao direito de revogação ou cláusula de natureza semelhante o representado deixe de poder revogar a procuração, bem como dos respectivos substabelecimentos, referentes ao mês anterior;
- c) Cópia das escrituras ou documentos particulares autenticados de divisões de bens comuns e de partilha de que façam parte bens imóveis.

4 – São solidariamente responsáveis com o sujeito passivo pelo pagamento do imposto os membros dos órgãos de soberania notariais que celebrem escrituras públicas, desde que tenham colaborado na falta da liquidação ou arrecadação do imposto ou na data daquela intervenção, recepção ou utilização não tenham exigido o documento comprovativo do pagamento.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS RELATIVOS A BENS IMÓVEIS SUJEITOS A REGISTO.

1 – Nenhum facto, acto ou negócio jurídico relativo a bens imóveis sujeitos a registo, pode ser definitivamente registado sem que se mostre pago o real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis que seja devido.

ARTIGO QUARTO – OBRIGAÇÕES DOS SERVIÇOS DAS EMBAIXADAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS.

1 – Os serviços competentes das embaixadas do império português não podem legalizar nenhum documento comprovativo de transmissões de imóveis situados em espaço territorial português operada no estrangeiro, sem que lhe seja apresentado o documento de cobrança do real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, devendo averbar-se no mencionado documento, o número, a data e a matriz fiscal onde o pagamento foi efectuado.

2 – Os serviços referidos no número anterior, devem remeter aos órgãos de soberania fiscais competentes em janeiro e julho de cada ano, uma relação referente aos actos ou contratos celebrados no estrangeiro e legalizados no semestre anterior.

3 – A relação referida no número anterior, deve indicar o tipo de acto ou contrato, a data da legalização, o órgão de soberania fiscal em que o real imposto sobre as

transmissões onerosas de imóveis foi liquidado, o número, a data e a importância do respectivo documento de cobrança, o nome dos outorgantes, os artigos matriciais e as respectivas áreas de circunscrição ou menção dos prédios omissos.

4 – São solidariamente responsáveis com o sujeito passivo pelo pagamento do imposto os membros das embaixadas do império português que legalizem qualquer documento comprovativo de transmissões de imóveis situados em espaço territorial português operada no estrangeiro, desde que tenham colaborado na falta da liquidação ou arrecadação do imposto ou na data daquela intervenção, recepção ou utilização não tenham exigido o documento comprovativo do pagamento.

ARTIGO QUINTO – NÃO ATENDIMENTO DE DOCUMENTOS OU TÍTULOS RESPEITANTES A TRANSMISSÕES.

1 – Salvo disposição da lei em contrário, não podem ser atendidos em juízo nem perante qualquer autoridade, órgão de soberania e pessoa colectiva de utilidade pública, os documentos ou títulos respeitantes a transmissões pelas quais se devesse ter pago o real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, sem a prova de que o pagamento foi efectuado.

ARTIGO SEXTO – ENTREGA DE BENS POR PARTE DOS TESTAMENTEIROS E CABEÇAS-DE-CASAL.

1 – Os testamenteiros e os cabeças-de-casal não devem fazer entrega de quaisquer legados ou quinhões de heranças constituídos por bens imóveis sem que o real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis tenha sido pago, ficando solidariamente responsáveis com os sujeitos passivos que o fizerem.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DAS AUTORIDADES PÚBLICAS EM GERAL.

1 – O cumprimento das obrigações impostas no presente código, é fiscalizado em geral e nos limites da respectiva competência, pelos órgãos de soberania jurídicos, notariais e fiscais e pelas embaixadas do império português.

2 – Os órgãos de soberania fiscais devem verificar os documentos que nos termos dos artigos anteriores ou de outras disposições legais, lhes forem enviados por quaisquer entidades, promovendo as liquidações ou reformas dos mesmos a que houver lugar.

TÍTULO OITAVO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

ARTIGO ÚNICO – DIREITO DE PREFERÊNCIA DE ORGANISMOS PÚBLICOS.

1 – Se por indicação inexacta do preço ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o estado e demais pessoas colectivas de direito público, representados pelo ministério público poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os órgãos de soberania jurídicos e provem que o valor com que o real imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis deveria ter sido liquidado excede em 20% pelo menos, o valor sobre que incidiu.

2 – A acção deve ser proposta em nome do organismo que primeiro se dirigiu ao ministério público junto do órgão de soberania jurídico competente e dentro de 183 dias a contar da data do acto ou contrato, sempre que a liquidação do imposto tiver precedido a transmissão ou da data da liquidação no caso contrário.

3 – O ministério público deve requisitar à matriz fiscal que liquidou o imposto os elementos de que disponha ou possa obter para comprovar os factos alegados pelo autor.

4 – Os bens são entregues ao preferente mediante depósito do preço inexactamente indicado ou simulado e do imposto liquidado ao preferido.

5 – Com vista a permitir o exercício do direito de preferência do estado previsto no presente artigo, os órgãos de soberania fiscais disponibilizam por via electrónica ao ducado da área de situação do imóvel, a informação relativa às escrituras e aos documentos particulares autenticados efectuados no mês anterior.

LIVRO VIGÉSIMO – CÓDIGO DO REAL IMPOSTO ADUANEIRO.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA.

CAPÍTULO ÚNICO – INCIDÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA OBJECTIVA.

1 – Estão sujeitas ao real imposto aduaneiro:

- a) As aquisições intracomunitárias de produtos e serviços prestados, a título oneroso ou gratuito, que já sejam produzidos, fabricados ou prestados por entidades residentes no espaço territorial português, sempre que o sujeito passivo comprador seja um residente e o vendedor seja um sujeito passivo externo aos estados soberanos membros do império português;

- b) As transmissões intracomunitárias de produtos e serviços prestados, a título oneroso ou gratuito, que sendo produzidos, fabricados ou prestados por entidades residentes em espaço territorial português, não constituam as quotas necessárias à auto-suficiência do mercado interno, sempre que o sujeito passivo vendedor seja um residente e o comprador seja um sujeito passivo externo aos estados soberanos membros do império português;
- c) As transmissões comunitárias de produtos e serviços prestados, a título oneroso ou gratuito, que sendo produzidos, fabricados ou prestados por entidades residentes em espaço territorial português, não constituam as quotas necessárias à auto-suficiência do mercado interno, quando o sujeito passivo vendedor seja um residente e o comprador seja um sujeito passivo residente num dos estados soberanos membros do império português;
- d) As operações assimiladas a aquisições intracomunitárias de produtos e serviços prestados nos termos do disposto no artigo 6º, do presente capítulo;
- e) As operações assimiladas a transmissão comunitárias e intracomunitárias de produtos e serviços prestados nos termos do disposto no artigo 7º, do presente capítulo.

2 – Para efeitos do real imposto aduaneiro, considera-se por:

- a) Produtos – Todos os bens materiais provenientes ou oriundos de uma actividade económica importados, introduzidos, exportados ou expedidos;
- b) Serviços prestados – Todo o exercício profissional derivado de uma actividade económica ou arte bastonária importados, introduzidos, exportados ou expedidos;
- c) Áreas alfandegárias portuguesas – Toda a infra-estrutura aérea, marinha, rodoviária ou ferroviária em uso e utilização para o controlo de entradas e saídas do espaço territorial português de pessoas, bens e mercadorias;
- d) Império português – O conjunto dos estados soberanos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor;
- e) Estado soberano externo ao império português – Todo o estado soberano não pertencente aos estados soberanos membros do império português;
- f) Aquisições comunitárias – Toda a aquisição por um sujeito passivo residente de um produto ou serviço prestado proveniente dos estados soberanos membros do império português;
- g) Aquisições intracomunitárias – Toda a aquisição por um sujeito passivo residente de um produto ou serviço prestado proveniente de estados soberanos externos ao império português;
- h) Transmissões comunitárias – Toda a saída do espaço territorial português de um produto ou serviço prestado com destino a um estado soberano membro do império português;

- i) Transmissões intracomunitárias – Toda a saída do espaço territorial português de um produto ou serviço prestado com destino a um estado soberano externo ao império português.

3 – Para efeitos da alínea b) do número anterior, são equiparados a serviços prestados a cedência temporária ou definitiva de um atleta, acordada entre clubes com o consentimento do atleta, durante a vigência do contrato com o clube de origem e as indemnizações de promoção e valorização devidas após a cessação do contrato.

4 – Nos termos do número anterior, sempre que o serviço prestado for efectuada por intervenção de um mandatário agindo em nome próprio, este é sucessivamente, adquirente e prestador do serviço.

5 – Para efeitos do real imposto aduaneiro considera-se que não constituem as quotas necessárias à auto-suficiência do mercado interno nos termos da alínea b) e c) do número 1, os produtos e os serviços prestados cujas importações ou introduções próprias sejam superiores ao das exportações.

ARTIGO SEGUNDO – INCIDÊNCIA SUBJECTIVA.

1 – São considerados sujeitos passivos de real imposto aduaneiro pela aquisição intracomunitária de produtos e serviços prestados, as pessoas singulares e colectivas que exercendo uma actividade económica nos termos do disposto no disposto nos livros décimo sexto e décimo sétimo, da presente parte, da presente matéria, do presente código, realizem aquisições de produtos ou serviços prestados que conferem direito à dedução total do imposto, nomeadamente os órgãos de soberania, empresas e instituições estatais, bem como as pessoas singulares que de um modo independente e com carácter pontual não exercendo qualquer tipo de actividade económica, se façam acompanhar de produtos na chegada às fronteiras portuguesas.

2 – São considerados sujeitos passivos do real imposto aduaneiro pela transmissão comunitária ou intracomunitária de produtos e serviços prestados, as pessoas singulares e colectivas que exercendo uma actividade económica nos termos do disposto no disposto nos livros décimo sexto e décimo sétimo, da presente parte, da presente matéria, do presente código, realizem transmissões de produtos ou serviços prestados, que conferem direito à dedução total do imposto, nomeadamente os órgãos de soberania, empresas e instituições estatais, bem como as pessoas singulares que de um modo independente e com carácter pontual não exercendo qualquer tipo de actividade económica, sempre que se ausentarem do território se façam acompanhar de produtos nas fronteiras portuguesas.

3 – Para efeitos dos números anteriores, considera-se a incidência do real imposto aduaneiro, sobre os produtos devidamente embalados ou que pelas suas características ou quantidades suscitem às autoridades alfandegárias a sua sujeição ao imposto.

4 – Compete nos termos do numero anterior, aos serviços dos órgãos de soberania fiscais nas áreas alfandegárias as directrizes regulamentares adequadas e tendentes à uniformização dos critérios face à razão, equidade e justiça dos procedimentos do imposto a aplicar aos produtos em circulação nas áreas alfandegárias, nomeadamente por pessoas

singulares no que respeita a produtos de joalharia, ourivesaria e relojoaria, procedendo às correspondentes descrições e características.

ARTIGO TERCEIRO – CONCEITO DE AQUISIÇÃO INTRACOMUNITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS.

1 – Considera-se em geral, aquisição intracomunitária, a obtenção do poder de dispor, por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, de um bem corpóreo ou de uma prestação de serviços, cuja expedição ou transporte para o espaço territorial português pelo vendedor, pelo adquirente ou por conta destes, com destino ao adquirente, tenha tido início num estado soberano externo aos estados soberanos membros do império português.

ARTIGO QUARTO – CONCEITO DE TRANSMISSÃO INTRACOMUNITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS.

1 – Considera-se em geral, transmissão intracomunitária de produtos e serviços prestados, a passagem do poder de dispor, por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, de um bem corpóreo ou de uma prestação de serviços, cuja expedição ou transporte para um estado soberano externo aos estados soberanos membros do império português, pelo comprador, adquirente ou por conta destes, com destino ao adquirente, tenha tido início no espaço territorial português.

ARTIGO QUINTO – CONCEITO DE TRANSMISSÃO COMUNITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS.

1 – Considera-se em geral, transmissão comunitária de produtos e serviços prestados, a passagem do poder de dispor, por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, de um bem corpóreo ou de uma prestação de serviços, cuja expedição ou transporte para um estado soberano membro do império português, pelo comprador, adquirente ou por conta destes, com destino ao adquirente, tenha tido início no espaço territorial português.

ARTIGO SEXTO – OPERAÇÕES ASSIMILADAS A AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS.

1 – Consideram-se operações assimiladas a aquisições intracomunitárias de produtos e serviços prestados, efectuadas a título oneroso ou gratuito, a afectação por um sujeito passivo às necessidades da sua empresa no espaço territorial português, de um bem expedido ou transportado, por si ou por sua conta, a partir de um outro estado soberano membro do império português no qual o produto ou serviço prestado tenha sido importado de estado soberano externo ao império português pelo sujeito passivo no

âmbito da sua actividade económica, sem se processar a qualquer transformação significativa dos mesmos ou sem que tenham dado entrada nesse mesmo estado soberano.

2 – Não são consideradas transformações significativas a aposição de etiquetas, rótulos ou marcas, o embalamento de produtos, o engarrafamento de substâncias ou outras alterações que não permitam determinar transformações significativas no produto ou no serviço prestado.

3 – Os sectores de actividade económicos residentes em espaço territorial português, que procedam a importações de estados soberanos membros do império português, de produtos e serviços prestados provenientes de importações de outros estados soberanos externos ao império português, sem se processar as transformações significativas a que se refere os números anteriores, estão obrigados a declará-lo ao sector ministerial do exercício da sua actividade económica.

ARTIGO SÉTIMO – OPERAÇÕES ASSIMILADAS A TRANSMISSÕES COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS.

1 – Consideram-se assimiladas a transmissões comunitárias e intracomunitárias de produtos e serviços prestados, efectuadas a título oneroso ou gratuito, a transmissão por um sujeito passivo no exercício da sua actividade económica residente no espaço territorial português de um produto ou serviço prestado, expedido ou transportado, por si ou por sua conta, a partir de uma importação de um estado membro do império português ou externo ao império português, sem se processar em Portugal qualquer transformação significativa dos mesmos ou sem que esses produtos e serviços prestados tenham entrado no território português.

2 – É aplicável o disposto no número 2 do artigo anterior.

3 – Os sectores de actividade económicos residentes em espaço territorial português, que procedam a exportações para estados soberanos membros do império português, de produtos e serviços prestados provenientes de importações de outros estados soberanos externos ao império português, sem se processar as transformações significativas a que se refere os números anteriores, estão obrigados a declará-lo no prazo de 10 dias ao sector ministerial do exercício da sua actividade económica, bem como a comunicar no prazo de 10 dias seguintes ao órgão de soberania fiscal competente para o respectivo processamento da liquidação do real imposto aduaneiro.

4 – É da competência dos ministros de cada um sector ministerial dos estados membros do império português, deliberar por portaria conjunta os produtos e serviços prestados importados de estados soberanos externos ao império português cuja sua exportação sejam realizadas por entidades residentes nos estados soberanos do império português, que procedam a exportações dos mesmos produtos e serviços prestados sem proceder às transformações significativas referidas nos artigos anteriores.

ARTIGO OITAVO – EXCLUSÃO DE AQUISIÇÃO OU TRANSMISSÃO DE PRODUTOS.

1 – Não são considerados aquisição de produtos as seguintes operações:

- a) A transfega ou o transbordo em espaço territorial português de produtos de uma embarcação ou aeronave para outra idêntica cujos produtos não ultrapassem a área fronteiriça correspondente ao solo do aportamento ou da aterragem, com destino a estado soberano externo;
- b) A aquisição de produtos eléctricos, electrónicos, informáticos e ópticos, para serem objecto de peritagens ou qualquer manutenção, conservação, reparação ou restauro a efectuar em espaço territorial português por um sujeito passivo residente, desde que após a execução dos referidos serviços prestados os produtos sejam reexpedidos para o estado soberano de origem, com destino ao seu proprietário;
- c) A aquisição de produtos para serem temporariamente utilizados em prestações de serviços a realizar no espaço territorial português por um sujeito passivo externo a um sujeito passivo residente, desde que após a execução dos referidos serviços prestados os produtos sejam reexpedidos para o estado soberano de origem, com destino ao seu proprietário.

2 – Não é considerado transmissão de produtos as seguintes operações:

- a) A transferência de produtos eléctricos, electrónicos, informáticos e ópticos, para serem objecto de peritagens ou qualquer manutenção, conservação, reparação ou restauro a efectuar ao sujeito passivo residente, desde que após a execução dos referidos serviços prestados os produtos sejam reexpedidos para o espaço territorial português, com destino ao sujeito passivo;
- b) A transferência de produtos para serem temporariamente utilizados em prestações de serviços a efectuar pelo sujeito passivo residente em estado soberano externo, desde que após a execução dos referidos serviços prestados os produtos sejam reexpedidos para o espaço territorial português, com destino ao sujeito passivo.

3 – Nos termos da alínea b) do número 1 e da alínea a) do número anterior, compete ao sujeito passivo residente comunicar ao órgão de soberania fiscal competente a aquisição ou a transferência temporária dos produtos, com a descrição específica do nome, da marca, das suas características próprias e do tempo de aquisição ou transferência, bem como da área alfandegária em que o produto vai dar entrada ou saída, para os órgãos de soberania fiscais da área alfandegaria competente procedam à isenção do direito sobre o real imposto aduaneiro, bem como se certifiquem da reexpedição do mesmo para o estado soberano e sujeito passivo correspondente.

4 – Nos termos da alínea c) do número 1 e da alínea b) do número 2, compete ao sujeito passivo residente comunicar ao órgão de soberania fiscal competente a aquisição ou transferência temporária dos produtos, com a descrição específica do nome, da marca, das suas características próprias e do tempo da aquisição ou transferência, bem como da

área alfandegária em que o produto vai dar entrada ou saída, para os órgãos de soberania fiscais da área alfandegária competente procederem à isenção sobre o real imposto aduaneiro, bem como se certifiquem da reexpedição do mesmo para o estado soberano e sujeito passivo correspondente.

5 – Sempre que após o decurso do período de aquisição ou da transferência dos produtos temporariamente declarados, os mesmos não tenham dado entrada ou saída no espaço territorial português, os órgãos de soberania fiscais das respectivas áreas alfandegárias de entrada ou saída dos mesmos, solicitam aos respectivos sujeitos passivos o estado em que os mesmos se encontram de modo a prorrogar o período por uma única vez igual ao período que antes tinha sido declarado ou a sua sujeição ao real imposto aduaneiro.

6 – Sempre que não exista resposta pelo sujeito passivo à solicitação referida no número anterior no prazo de 7 dias, o órgão de soberania fiscal competente procede à sujeição dos mesmos produtos ao real imposto aduaneiro, nos termos de aquisição intracomunitária ou transmissão comunitária ou intracomunitária.

7 – Sempre que deixe de verificar-se alguma das condições necessárias para poder beneficiar da isenção, considera-se que os produtos são adquiridos para o espaço territorial português na data da sua entrada nas fronteiras portuguesas, bem como que os produtos são transferidos para o exterior na data da sua saída, competindo aos órgãos de soberania fiscais das áreas alfandegárias portuguesas, processar a guia de pagamento dos mesmos produtos, incluídas de juros de mora relativos ao tempo decorrido pela sua não sujeição ao real imposto aduaneiro.

ARTIGO NONO – LOCALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS.

1 – São tributáveis as aquisições intracomunitárias de produtos e serviços prestados, sempre que o lugar de chegada da expedição ou do transporte com destino ao adquirente se situe no espaço territorial português.

2 – Não obstante o disposto no número anterior, são tributáveis as aquisições intracomunitárias de produtos e serviços prestados cujo lugar de chegada da expedição ou do transporte se situe num outro estado soberano membro do império português, desde que o adquirente seja um sujeito passivo residente, agindo como tal, que tenha utilizado o respectivo número de identificação fiscal para efectuar a aquisição, mesmo que prove que o produto ou serviço prestado foi sujeito a imposto nesse outro estado soberano membro do império português.

3 – São tributáveis as aquisições intracomunitárias de meios de transporte novos ou usados sujeitos a registo, licença ou matrícula no espaço territorial português.

ARTIGO DÉCIMO – LOCALIZAÇÃO DE TRANSMISSÕES COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS.

1 – São tributáveis as transmissões comunitárias e intracomunitárias de produtos e serviços prestados, sempre que o lugar da partida da expedição ou do transporte se situe em espaço territorial português com destino ao adquirente que se situa em estado membro do império português ou em estado soberano externo ao império português.

2 – Não obstante o disposto no número anterior, são tributáveis as transmissões comunitárias e intracomunitárias de produtos e serviços prestados cujo lugar de partida da expedição ou do transporte se situe num outro estado soberano membro do império português ou externo ao império português, desde que o transmissor seja um sujeito passivo residente, agindo como tal, que tenha utilizado o respectivo número de identificação fiscal para efectuar a transmissão, mesmo que prove que o produto ou serviço prestado foi sujeito a imposto nesse outro estado soberano.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – FACTO GERADOR.

1 – Nas aquisições intracomunitárias de produtos e serviços prestados, o real imposto aduaneiro é devido no momento em que os produtos ou serviços prestados são colocados à disposição dos órgãos de soberania fiscais nas respectivas áreas alfandegárias e nas operações assimiladas a aquisições intracomunitárias nos termos do disposto no artigo 6º, do presente capítulo, no momento em que forem declarados pelo sujeito passivo residente aos órgãos de soberania fiscais competentes.

2 – No caso de a exclusão de aquisição nos termos do disposto no número 1 do artigo 8º, do presente capítulo, não se verificar, os produtos são dados como adquiridos na data de entrada no espaço territorial português, correndo juros de mora relativos ao período compreendido entre a data da sua entrada e a sujeição ao real imposto aduaneiro.

3 – Nas transmissões comunitárias e nas transmissões intracomunitárias de produtos e serviços prestados, o real imposto aduaneiro é devido no momento em que são colocados à disposição dos órgãos de soberania fiscais nas respectivas áreas alfandegárias e nas operações assimiladas a transmissões comunitária ou transmissões intracomunitárias nos termos do disposto no artigo 7º, do presente capítulo, no momento em que forem declarados pelo sujeito passivo residente aos órgãos de soberania fiscais competentes.

4 – No caso de a exclusão de transmissão nos termos do disposto no número 2 do artigo 8º, do presente capítulo, não se verificar, os produtos são dados como transmitidos na data de saída do espaço territorial português, correndo juros de mora relativos ao período compreendido entre a data da sua saída e a sujeição ao real imposto aduaneiro.

5 – Se a aquisição ou transmissão de produtos implicar a obrigação de instalação ou montagem por parte do fornecedor, considera-se que os produtos são postos à disposição do adquirente no momento em que essa instalação ou montagem estiver concluída.

6 – Nas aquisições ou transmissões de produtos e serviços prestados de carácter continuado, resultantes de contratos que originem pagamentos sucessivos, considera-se que os produtos dão entrada ou saída e os serviços prestados são realizados no termo do prazo a que se refere cada pagamento.

7 – No caso de aquisições ou transmissões de produtos e serviços prestados referidos no número anterior, em que não seja fixada periodicidade de pagamento ou esta seja superior a 12 meses, considera-se que os produtos dão entrada ou saída e os serviços prestados são realizados no termo do prazo do 12º mês.

8 – Sempre que em momento posterior à aquisição ou transmissão de meios de transporte, se mostre devido imposto sobre os meios de transportes derivados pela sua transformação ou alteração de cilindrada ou chassis, considera-se devido o imposto no momento em que ocorra essa transformação ou alteração.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – EXIGIBILIDADE.

1 – Nas aquisições intracomunitárias de produtos e serviços prestados, o imposto torna-se exigível:

- a) No momento de desalfandegar em espaço territorial português os produtos oriundos de estados soberanos externos aos estados membros do império português;
- b) Até ao 10º dia posterior ao que se processar a emissão da factura relativa à aquisição de serviços prestados;
- c) Até ao 10º dia posterior à comunicação pelo sujeito passivo ao órgão de soberania fiscal competente das operações assimiladas a aquisições intracomunitárias referidas no artigo 6º, do presente capítulo.

2 – Nas transmissões comunitárias e nas transmissões intracomunitárias de produtos e serviços prestados, o imposto torna-se exigível:

- a) No momento de desalfandegar os produtos na área alfandegária correspondente da sua saída do espaço territorial português, para estados soberanos membros do império português ou para estados soberanos externos aos estados soberanos membros do império português;
- b) Até ao 10º dia posterior ao que se processar a emissão da factura relativa à transmissão de serviços prestados;
- c) Até ao 10º dia posterior à comunicação pelo sujeito passivo ao órgão de soberania fiscal competente das operações assimiladas a transmissões comunitárias ou a transmissões intracomunitárias referidas no artigo 7º, do presente capítulo.

3 – Nos termos do disposto no número 6 e 7 do artigo anterior, o imposto é devido e exigível no termo do prazo a que se refere cada pagamento ou no termo do prazo do 12º mês, pelo respectivo montante.

4 – Nos termos do disposto no número 8 do artigo anterior, o imposto é devido e exigível no momento em que ocorra essa transformação ou alteração.

5 – O não cumprimento do pagamento do real imposto aduaneiro nos termos do disposto nos números anteriores, obriga o sujeito passivo residente ao pagamento de juros de mora do total dos dias que medeiam entre o fim da data de pagamento e o dia em que o imposto foi liquidado.

TÍTULO SEGUNDO – ISENÇÕES.

CAPÍTULO ÚNICO – ISENÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – ISENÇÕES NAS AQUISIÇÕES.

1 – Estão isentos do real imposto aduaneiro, as seguintes aquisições:

- a) De órgãos, sangue e leite humano;
- b) O transporte de doentes ou feridos em ambulâncias ou outros meios de transportes adequados, efectuado por organismos devidamente autorizados;
- c) A cedência temporária de produtos das artes belas, para exposição ou adoração, sempre que no prazo determinado para a sua saída do solo português sejam reexportadas para o estado soberano de origem ou outro estado soberano;
- d) Os produtos importados de correspondência dos serviços postais, sempre que não se trate de bens ou mercadorias;
- e) Os serviços prestados importados efectuados por agências funerárias e os produtos acessórios aos mesmos serviços, sempre que não tenham carácter comercial;
- f) Os produtos acessórios de informação de empresas de comunicação social, sempre que não tenham carácter comercial;
- g) Os produtos e serviços prestados das relações diplomáticas dos órgãos de soberania portugueses com os demais estados soberanos mundiais, sempre que resulte de acordos e convenções internacionais celebrados por Portugal;
- h) Os serviços prestados por as forças de intervenção sapadoras, militares, policiais e de saúde em acções de apoio, auxílio e assistência internacionais na vida do reino de Portugal, bem como os produtos acessórios aos mesmos serviços sempre que não tenham carácter comercial;
- i) Os produtos em regime de importação temporária de carácter cultural, artístico, científico e desportivo, incluindo nomeadamente os produtos em uso e utilização em feiras e certames internacionais a realizar em espaço territorial português, que não sejam comerciáveis e que após o

decurso da sua realização sejam reexportados para os seus estados soberanos de origem ou para outros estados soberanos;

- j) Os serviços prestados de transportes internacionais de pessoa, bens e mercadorias até às áreas alfandegárias portuguesas e os produtos que nos mesmos permaneçam a bordo;
- k) Os meios de transportes individuais próprios em circulação nas vias de comunicação portuguesas por tempo determinado, que não se destinem à comercialização;
- l) A importação de moeda ou ouro para o real banco de Portugal, tendente ao regular, normal e correcto exercício das suas competências financeiras;
- m) Os medicamentos de uso pessoal, restritos ao número de dias de permanência, dos cidadãos externos em visita ao espaço territorial português;
- n) Os bens pessoais em uso e utilização nas viagens, deslocações e estadias dos próprios cidadãos em visita ou de regresso do exterior ao espaço territorial português, desde que não sejam considerados de carácter comercial pelos serviços alfandegários;
- o) As aquisições comunitárias de produtos provenientes ou oriundos dos sectores, primário e secundário e de serviços prestados derivados do sector terciário dos estados soberanos membros do império português nos termos dos acordos imperiais portugueses económicos, humanos e culturais.

2 – Nos termos da alínea i) do número anterior, é da competência dos órgãos de soberania fiscais da respectiva área alfandegária a confirmação da veracidade dos eventos a realizar tendo presente a isenção do real imposto aduaneiro sobre os mesmos produtos, bem como a confirmação do prazo da sua reexportação.

3 – A isenção referida na alínea j) do número 1, não é aplicável:

- a) Às provisões de bordo que sejam desembarcadas dos meios de transporte internacionais;
- b) Aos meios de transporte internacionais utilizados como hotéis, restaurantes ou casinos ou para fins semelhantes, durante a sua permanência numa área portuária ou em solo, ou em águas territoriais ou interiores do espaço territorial português;
- c) Aos meios de transporte de recreio, durante a sua permanência numa área alfandegária ou em solo, ou em águas territoriais ou interiores do espaço territorial português.

ARTIGO SEGUNDO – ISENÇÕES NAS TRANSMISSÕES.

1 – Estão isentas do real imposto aduaneiro, as seguintes transmissões comunitárias e intracomunitárias:

- a) Dos produtos e serviços prestados cujo âmbito global da sua produção, fabrico ou prestação pelos sectores de actividade económicos da vida

do reino de Portugal, constituam as quotas necessárias à auto-suficiência face às necessidades do mercado interno e cujos excedentes da sua produção, fabrico ou prestação potenciem os reforços dos acordos imperiais portugueses, com as comunidades imperiais portuguesas e com os estados soberanos mundiais;

- b) Os serviços prestados de reparação, transformação e adaptação ou qualquer outro exercício efectuado em meios de transportes internacionais realizados em espaço territorial português, incluindo os correspondentes equipamentos incorporados ou que sejam utilizados para a sua exploração;
- c) Os serviços prestados a sectores de actividade económicos dos transportes internacionais de pessoas, bens e mercadorias, bem como os produtos de abastecimento desses mesmos meios de transporte realizados em espaço territorial português;
- d) Os produtos de abastecimento postos a bordo de embarcações de salvamento e assistência marítima;
- e) Os produtos de abastecimento postos a bordo de meios de transporte sapadores, militares e policiais portugueses sempre que deixem o espaço territorial português com destino a área portuária situada de outro estado soberano mundial;
- f) Os produtos e serviços prestados efectuados no âmbito das relações diplomáticas, cuja isenção resulte de acordos e convenções internacionais celebrados por Portugal;
- g) Os produtos e serviços prestados efectuados por organismos internacionais citos em espaço territorial português, cuja isenção resulte de acordos e convenções internacionais celebradas por Portugal;
- h) Os produtos e serviços prestados efectuados no âmbito dos acordos e tratados de prevenção, segurança, ordem e saúde de Portugal com outros estados soberanos mundiais, sempre que se encontrem afectos ao esforço comum de intervenção;
- i) As transmissões do real banco de Portugal de remessas de ouro em barra ou outras formas não trabalhadas;
- j) O transporte de doentes ou feridos em ambulâncias ou outros meios de transportes adequados, efectuado por organismos devidamente autorizados;
- k) A cedência temporária de produtos das artes belas, para exposição ou adoração, sempre que no prazo determinado sejam reexportadas para o espaço territorial português;
- l) Os produtos exportados de correspondência dos serviços postais, sempre que não se trate de bens ou mercadorias sujeitas ao real imposto aduaneiro;
- m) Os serviços prestados exportados efectuados por agências funerárias e os produtos acessórios aos mesmos serviços, sempre que não tenham carácter comercial;
- n) Os produtos acessórios de informação de empresas de comunicação social, sempre que não tenham carácter comercial;

- o) Os produtos em regime de exportação temporária de carácter cultural, artístico, científico e desportivo, incluindo nomeadamente os produtos em uso e utilização em feiras e certames internacionais a realizar no estrangeiro, que não sejam comerciáveis e que após o decurso da sua realização sejam reexportados para o espaço territorial português;
- p) Os meios de transportes individuais próprios em circulação nas áreas alfandegárias com destino ao estrangeiro por tempo determinado, que não se destinem à comercialização;
- q) Os medicamentos de uso pessoal, restritos ao número de dias de ausência dos cidadãos portugueses em visita ao estrangeiro, bem como dos turistas de uso pessoal, restritos a determinado número de dias no regresso aos seus estados soberanos de origem ou a outros estados soberanos mundiais;
- r) Os bens pessoais em uso e utilização nas viagens, deslocações e estadias dos cidadãos presentes no espaço territorial português em visita ou de regresso a estado soberano mundial, desde que não sejam considerados de carácter comercial pelos serviços alfandegários;
- s) O transporte de pessoas com destino ao estrangeiro.

2 – Para efeitos do estabelecido no presente código, considera-se por produto de abastecimento:

- a) As provisões de bordo, sendo considerados como tais os produtos destinados exclusivamente ao consumo da tripulação e dos passageiros;
- b) Os combustíveis, carburantes, lubrificantes e outros produtos destinados ao funcionamento das máquinas de propulsão e de outros aparelhos de uso técnico instalados a bordo;
- c) Os produtos acessórios destinados à preparação, tratamento e conservação das mercadorias transportadas a bordo.

3 – As isenções previstas na alínea c) do número 1, não se aplica às operações aí referidas quando se destinem ou respeitem a meios de transporte desportivos ou de recreio.

4 – Nos termos da alínea o) do número 1, é da competência dos órgãos de soberania fiscais da respectiva área alfandegária a confirmação da veracidade dos eventos a realizar tendo presente a isenção do real imposto aduaneiro sobre os mesmos produtos, bem como a confirmação dos prazos da sua reexportação para espaço territorial português.

TÍTULO TERCEIRO – VALOR TRIBUTÁVEL.

CAPÍTULO ÚNICO – VALOR TRIBUTÁVEL.

ARTIGO PRIMEIRO – VALOR TRIBUTÁVEL NAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO INTRACOMUNITÁRIAS.

1 – O valor tributável dos produtos e serviços prestados nas operações de aquisição intracomunitária, é o valor constante da facturação dos respectivos produtos e serviços prestados e sempre que a mesma não exista pela determinação das tabelas económicas dos serviços dos órgãos de soberania fiscais actualizadas diariamente de acordo com a variação dos preços ao consumidor.

2 – O valor tributável dos produtos e serviços prestados nas aquisições intracomunitárias inclui na proporção em que não estejam compreendidos:

- a) Os impostos, direitos aduaneiros, taxas e demais encargos devidos antes ou em virtude da própria aquisição, com exclusão do real imposto aduaneiro;
- b) As despesas acessórias tais como despesas de comissão, embalagem, transportes e seguros verificados até à primeira área alfandegária em espaço territorial português.

3 – Do valor tributável dos produtos e serviços prestados nas aquisições intracomunitárias, são excluídos as reduções de preço resultantes de descontos por pagamentos antecipados e os descontos concedidos ao adquirente ou ao destinatário no momento em que a operação se realiza e que figurem separadamente na factura.

4 – Sempre que os elementos utilizados na determinação do valor tributável nas aquisições intracomunitárias não sejam expressos em moeda portuguesa, a taxa de câmbio é determinada em harmonia com as disposições do real banco de Portugal em vigor actualizadas diariamente, para o cálculo do valor aduaneiro.

ARTIGO SEGUNDO – VALOR TRIBUTÁVEL NAS OPERAÇÕES DE TRANSMISSÃO COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS.

1 – O valor tributável de produtos e serviços prestados nas operações de transmissão comunitárias e intracomunitárias, é o valor constante da facturação dos respectivos produtos e serviços prestados e sempre que a mesma não exista pela determinação das tabelas económicas dos serviços dos órgãos de soberania fiscais actualizadas diariamente de acordo com a variação dos preços ao consumidor.

2 – Ao valor tributável dos produtos e serviços prestados nas transmissões comunitárias e intracomunitárias são excluídas as reduções de preço resultantes de descontos por pagamento antecipado e os descontos concedidos ao adquirente ou ao destinatário no momento em que a operação se realiza e que figurem separadamente na factura.

3 – Sempre que os elementos utilizados na determinação do valor tributável, nas transmissões comunitária e intracomunitárias, não sejam expressos em moeda portuguesa, a taxa de câmbio é determinada em harmonia com as disposições do real banco de Portugal em vigor actualizadas diariamente, para o cálculo do valor aduaneiro.

TÍTULO QUARTO – TAXA.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXA.

ARTIGO ÚNICO – TAXA DO IMPOSTO.

1 – A taxa do real imposto aduaneiro sobre as aquisições intracomunitárias e sobre as transmissões comunitárias e intracomunitárias de produtos e serviços prestados provenientes, oriundos ou derivados das actividades económicas, é de 33% sobre o total da facturação dos produtos e serviços prestados ou em caso de a não existir sobre os valores de mercado estabelecidos por portaria conjunta dos reais institutos portugueses e das áreas presidenciais competentes para cada um produto ou serviço prestado, actualizada sempre que se verifique correcções aos seus valores constantes.

TÍTULO QUINTO – LIQUIDAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA A LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação do real imposto aduaneiro é efectuada:

- a) Pelo próprio sujeito passivo nas operações de transmissão comunitárias e intracomunitárias e nas operações assimiladas a transmissões comunitárias e intracomunitárias, na própria factura ou documento equivalente da transmissão;
- b) Pelos serviços dos órgãos de soberania fiscais presentes nas áreas alfandegárias e nas matrizes fiscais, nas operações de aquisição intracomunitárias e nas operações assimiladas a aquisições intracomunitárias, em guia de modelo aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal.

2 – Os sujeitos passivos estão obrigados a pagar o imposto devido pelas aquisições intracomunitárias de meios de transporte novos ou usados sujeitos ao real imposto aduaneiro antes do acto de registo, da concessão da licença ou da atribuição da matrícula aos meios de transporte.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO E FORMA DA LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação do real imposto aduaneiro tem por base o valor tributável dos produtos e serviços prestados das aquisições intracomunitárias e das transmissões comunitárias e intracomunitárias que destes constem.

ARTIGO TERCEIRO – JUROS COMPENSATÓRIOS.

1 – Sempre que por facto imputável ao sujeito passivo for retardada a liquidação de parte ou da totalidade do imposto devido ou a entrega do imposto a pagar, acrescem ao montante do imposto juros compensatórios à taxa e nos termos previstos no artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Os juros compensatórios contam-se dia a dia, desde o termo do prazo para a entrada ou saída dos produtos das áreas alfandegárias portuguesas ou desde o momento da realização dos serviços prestados nos termos do artigo 12º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, até ao suprimento, correcção ou detecção da falta que motivou o retardamento da liquidação.

3 – Compreende-se haver retardamento da liquidação sempre que a factura não for apresentada no acto de entrada ou saída dos produtos das áreas alfandegárias portuguesas, bem como não for apresentada na data de realização do serviço prestado aos serviços dos órgãos de soberania fiscais nas áreas alfandegárias portuguesas ou nas matrizes fiscais.

ARTIGO QUARTO – PROCESSO INDIVIDUAL.

1 – Os órgãos de soberania fiscais competentes organizam em relação a cada sujeito passivo do real imposto aduaneiro no âmbito do exercício de actividade económica, um processo em que se incorporam as declarações e outros documentos que se relacionem com o mesmo.

TÍTULO SEXTO – PAGAMENTO DO IMPOSTO.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO DO IMPOSTO.

ARTIGO PRIMEIRO – PAGAMENTO DO IMPOSTO APURADO PELO SUJEITO PASSIVO.

1 – Os sujeitos passivos são obrigados a entregar o montante do imposto exigível nos locais de cobrança legalmente autorizados no prazo de 10 dias a contar da emissão da factura ou documento equivalente.

2 – Sempre que o valor do imposto apurado pelo sujeito passivo na declaração recapitulativa de aquisições ou na declaração recapitulativa de transmissões apresentada

nos termos do disposto no número 1 do artigo 8º, do capítulo único, do título oitavo, do presente livro, for superior ao montante do respectivo pagamento, é extraída pelos órgãos de soberania fiscais certidão de dívida, pela diferença entre o valor apurado e o valor do respectivo meio de pagamento ou pela totalidade do valor declarado no caso de falta de meio de pagamento nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 11º, do capítulo sétimo, do título segundo, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

3 – Sempre que a transmissão comunitária ou intracomunitária for efectuada por uma pessoa que não esteja obrigada à apresentação da declaração recapitulativa de transmissões prevista no artigo 8º, do capítulo único, do título oitavo, do presente livro, o imposto deve ser entregue no momento de embarque nos serviços da área alfandegária portuguesa competente.

ARTIGO SEGUNDO – PAGAMENTO DO IMPOSTO LIQUIDADO PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.

1 – Sempre que se proceda à liquidação do imposto ou de juros compensatórios por iniciativa dos serviços dos órgãos de soberania fiscais nas áreas alfandegárias ou nas matrizes fiscais, é o sujeito passivo notificado para efectuar o respectivo pagamento nos locais de cobrança legalmente autorizados, no prazo de 10 dias referidos na notificação.

2 – No caso previsto no número anterior e na falta de pagamento no prazo aí estabelecido, é extraída pelos órgãos de soberania fiscais, certidão de dívida nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 11º, do capítulo sétimo, do título segundo, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

3 – Pode nos termos do número 1, os serviços dos órgãos de soberania fiscais nas áreas alfandegárias portuguesas, processar uma liquidação provisória aprovada pelos órgãos de soberania fiscais em nome do real instituto português competente dos produtos provenientes ou oriundos de actividades económicas do sector primário e do sector secundário, cuja aquisição intracomunitária tenha sido necessário e exigido ao reforço das existências nas respectivas reservas reais, para cumprir os compromissos a curto e médio prazo.

4 – É da competência dos reais institutos portugueses a quem for remetida a liquidação provisória nos termos do número anterior, remeter em cada momento a relação dos clientes que no tempo usufruam esses mesmos produtos.

5 – Da relação de clientes referidos no número anterior, devem constar os dados da declaração de importação nos termos do respectivo diploma do sector ministerial português.

6 – Compete aos serviços dos órgãos de soberania fiscais nas respectivas áreas alfandegárias com a relação de clientes nos termos do número anterior, processar a correspondente liquidação do imposto.

ARTIGO TERCEIRO – LOCAL DO PAGAMENTO.

1 – O real imposto aduaneiro pode ser pago em qualquer órgão de soberania fiscal ou posto dos serviços fiscais nas áreas alfandegárias, nas instituições bancárias autorizadas, nos correios de Portugal ou em qualquer outro local determinado por lei.

ARTIGO QUARTO – COMO DEVE SER EFECTUADO O PAGAMENTO.

1 – O pagamento do real imposto aduaneiro deve ser integralmente efectuado por cheque ou vale do correio, transferência bancária, cartão de débito, cartão de crédito ou qualquer outro meio autorizados nos termos da lei.

ARTIGO QUINTO – DOCUMENTO DE COBRANÇA.

1 – Os pagamentos previstos no presente código são efectuados mediante a apresentação de documento de cobrança de modelo aprovado por portaria da área presidencial fiscal.

ARTIGO SEXTO – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.

1 – Nos casos de substituição tributária, bem como nos casos em que o imposto deva ser autonomamente liquidado e entregue nos cofres do estado, o órgão de soberania fiscal competente independentemente do procedimento contra-ordenacional ou criminal que ao caso competir, notifica as pessoas devedoras para efectuarem o pagamento do imposto e dos juros compensatórios devidos, no prazo de 30 dias a contar da notificação, com as consequências previstas no número anterior para a falta de pagamento.

ARTIGO SÉTIMO – PRESCRIÇÃO.

1 – O real imposto aduaneiro prescreve no tempo nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO SÉTIMO – OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS.

CAPÍTULO ÚNICO – OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES DOS IMPORTADORES, INTRODUTORES, EXPORTADORES E EXPEDIDORES.

1 – Para além das obrigações constantes do presente diploma, os importadores nas aquisições intracomunitárias e os introdutores nas aquisições comunitárias, bem como os

expedidores nas transmissões comunitárias e os exportadores nas transmissões intracomunitárias são obrigados, sem prejuízo do previsto em disposições especiais a:

- a) Exigir uma factura por cada aquisição comunitária ou intracomunitária realizada de produtos ou serviços prestados, bem como documento equivalente quanto a pagamentos ou recebimentos operados que antecedam a emissão da respectiva factura e apresentá-la aos órgãos de soberania fiscais nas correspondentes áreas alfandegárias portuguesas;
- b) Emitir uma factura por cada uma transmissão comunitária ou intracomunitária realizada de produtos ou serviços prestados, bem como documento equivalente quanto a pagamentos ou recebimentos operados que antecedam a emissão da respectiva factura e apresentá-la aos órgãos de soberania fiscais nas correspondentes áreas alfandegárias portuguesas;
- c) Entregar até ao dia 10 do mês seguinte, um mapa recapitulativo das aquisições comunitárias e um mapa recapitulativo das aquisições intracomunitárias realizadas, sujeitas e isentas do real imposto aduaneiro, com identificação dos sujeitos passivos seus fornecedores, donde conste o montante total das operações realizadas com cada um destes no mês anterior, o qual é parte integrante da declaração anual a que se referem o código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e o código do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas;
- d) Entregar até ao dia 10 do mês seguinte um mapa recapitulativo das transmissões comunitárias e um mapa recapitulativo das transmissões intracomunitárias realizadas, sujeitas e isentas do real imposto aduaneiro, com identificação dos sujeitos passivos seus clientes, donde conste o montante total das operações realizadas com cada um destes no mês anterior, o qual é parte integrante da declaração anual a que se referem o código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e o código do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas;
- e) Proceder à liquidação do imposto que se mostre devido pelas aquisições intracomunitárias e pelas transmissões comunitária e intracomunitárias de produtos e serviços prestados;
- f) Enviar até ao dia 31 de maio por transmissão electrónica de dados, a declaração, os anexos e os mapas a que se referem as alíneas c) e d).

2 – São regulamentados por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal os procedimentos de envio dos documentos referidos na alínea f) do número anterior.

ARTIGO SEGUNDO – REPRESENTANTE FISCAL.

1 – Os sujeitos passivos não residentes, sem estabelecimento estável em espaço territorial português e que disponham de sede, estabelecimento ou domicílio num outro estado soberano, que no território pratiquem operações tributáveis de aquisição ou

transmissão, estão obrigados a nomear um representante, sujeito passivo do real imposto aduaneiro em Portugal, munido de procuração com poderes bastantes.

2 – O representante a que se refere o número anterior, deve cumprir todas as obrigações decorrentes da aplicação do presente livro, incluindo a do registo e é devedor do imposto que se mostre devido pelas operações realizadas pelo representado.

3 – A nomeação do representante deve ser comunicada à parte contratante antes de ser efectuada a operação.

4 – O sujeito passivo não estabelecido em espaço territorial português é solidariamente responsável com o representante pelo pagamento do imposto devido.

5 – As obrigações decorrentes da sujeição a imposto das aquisições ou transmissões subsequentes a aquisição ou transmissão isentas nos termos do título segundo, do presente livro, devem ser cumpridas pelo adquirente dos produtos ou serviços prestados, sujeito passivo no espaço territorial português para efeitos do real imposto aduaneiro.

ARTIGO TERCEIRO – PRAZO DE EMISSÃO E FORMALIDADES DAS FACTURAS E DOCUMENTOS EQUIVALENTES.

1 – A factura ou documento equivalente referidos no artigo 1º, do presente capítulo, devem ser emitidos o mais tardar antes 7 dias da operação de aquisição ou transmissão de produtos provenientes ou oriundos das actividades económicas dos sectores, primário e secundário e quando relativos a serviços prestados derivados das actividades económicas do sector terciário no prazo de 7 dias após a realização dos serviços prestados.

2 - No caso de adiantamentos ou recebimentos por conta dos produtos ou serviços prestados nas aquisições ou transmissões de produtos ou serviços prestados, a factura ou documento equivalente é emitido até ao sétimo dia após o mesmo adiantamento ou recebimento.

3 – Sempre que os acordos comerciais nas aquisições e transmissões forem realizados parcelarmente as facturas ou documentos equivalentes devem corresponder a cada uma das parcelas adquiridas ou transmitidas de acordo com o próprio acordo comercial.

4 – As facturas ou documentos equivalentes são substituídos por nota de devolução, sempre que se trate de devoluções de mercadorias anteriormente transaccionadas entre as mesmas pessoas, devendo a sua emissão processar-se no prazo de 7 dias antes da sua devolução.

5 – Os documentos referidos nos números anteriores, devem ser processados em triplicado, destinando-se o original ao cliente, o duplicado ao real instituto português competente do sector de actividade económica e o triplicado ao fornecedor.

6 – As facturas ou documentos equivalentes devem ser datados, numerados sequencialmente e conter os seguintes elementos:

- a) Os nomes, as firmas ou denominações sociais e a sede ou o domicílio do fornecedor ou transmitente de produtos e serviços prestados e do destinatário do cliente ou adquirente;
- b) Os correspondentes números de identificação fiscal, precedido no caso de sujeitos passivos portugueses do prefixo PT e no caso de sujeitos passivos externos o prefixo do estado soberano que o atribuiu, de acordo com a norma internacional do código ISO – 3166 ALFA 2, o estado soberano e o número de autorização para o exercício das mesmas actividades económicas do fornecedor e do cliente;
- c) A quantidade e denominação usual dos produtos transaccionados ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação do valor tributável, devendo as embalagens não efectivamente transaccionadas ser objecto de menção expressa de que foi acordada a sua devolução;
- d) O preço líquido do imposto e os outros elementos incluídos no valor tributável;
- e) A taxa aplicável e o montante do imposto devido;
- f) A data em que os produtos foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços prestados foram realizados ou em que foram efectuados pagamentos ou recebimentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a emissão da factura.

7 – As notas de devolução devem conter para além da data, os elementos a que se referem as alíneas a) e b) do número anterior, bem como a referência à factura a que respeitam.

8 – No caso de sujeitos passivos que não disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio no espaço territorial português, que tenham nomeado representante nos termos do artigo anterior, as facturas ou documentos equivalentes emitidos para além dos elementos previstos no número 6, devem conter ainda o nome ou denominação social e a sede, estabelecimento estável ou domicílio do representante, bem como o respectivo número de identificação fiscal.

9 – As facturas e os documentos equivalentes podem sob reserva de aceitação pelo destinatário, ser emitidos por via electrónica, desde que garantida a autenticidade da sua origem e a integridade e fidedignidade do seu conteúdo, mediante assinatura electrónica avançada ou intercâmbio electrónico de dados.

10 – A elaboração de facturas ou documentos equivalentes por adquirente dos produtos ou serviços prestados só é permitida a representantes de sujeitos passivos que não disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio no espaço territorial português nos termos do artigo anterior e fica sujeita às seguintes condições:

- a) À existência de um acordo prévio na forma escrita, entre o sujeito passivo transmitente dos produtos ou serviços prestados e o representante legal;
- b) O adquirente provar que o transmitente dos produtos ou serviços prestados deteve o conhecimento da emissão da factura ou documento equivalente e aceitou o seu conteúdo.

11 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a elaboração de facturas ou documentos equivalentes relativas a produtos ou serviços prestados pelos representantes dos sujeitos passivos que não disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em espaço territorial português relativas a aquisições próprias ou de terceiros, é sujeita a autorização prévia do real instituto português competente do sector de actividade económico, o qual pode fixar condições específicas para a sua efectivação.

ARTIGO QUARTO – FACTURAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE.

1 – As pessoas singulares ou colectivas que efectuem aquisições comunitárias ou intracomunitárias de meios de transporte novos ou usados, devem exigir que a factura emitida pelo vendedor contenha os seguintes elementos:

- a) Os nomes, as firmas ou as denominações sociais e a sede ou domicílio do vendedor e do adquirente, bem como os correspondentes números de identificação fiscal, precedidos do prefixo que permite identificar o estado soberano que os atribuiu se for o caso referido na alínea b) do número 6 do artigo anterior;
- b) A data em que ocorreu a aquisição;
- c) O preço de venda;
- d) A identificação do meio de transporte, nomeadamente a matrícula ou o número de registo e a especificação das respectivas características;
- e) A identificação dos quilómetros percorridos se se tratar de meios de transporte terrestres, das horas de navegação se se tratar de embarcação ou das horas de voo se se tratar de aeronave, reportados à data em que ocorreu a aquisição.

2 – As pessoas singulares ou colectivas que efectuem transmissões comunitárias ou intracomunitárias de meios de transporte novos ou usados para outros estados soberanos, são obrigados a emitir uma factura, que deve conter todos os elementos referidos no número anterior.

3 – Nos termos do número anterior, as pessoas singulares que sem ser no quadro de actividade económica efectuem transmissões comunitárias ou intracomunitárias de meios de transporte novos ou usados para outros estados soberanos, são obrigados a constituir um acto único nos órgãos de soberania fiscais nos termos do disposto na alínea g) do número 2 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro décimo sexto, da presente parte, do presente código, sendo deduzido ao valor pelo qual se processou a transmissão o abatimento correspondente ao número de anos decorridos desde a aquisição do meio de transporte e a data da sua transmissão nos termos do disposto no artigo 13º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro décimo sétimo, da presente parte, do presente código.

ARTIGO QUINTO – FACTURAÇÃO DE PRODUTOS TRANSMITIDOS À CONSIGNAÇÃO.

1 – No caso de transmissão de produtos à consignação, procede-se à emissão da factura ou documentos equivalentes no prazo de 5 dias a contar:

- a) Do momento do envio dos produtos à consignação;
- b) Do momento em que relativamente aos produtos, o imposto é devido e exigível nos termos da alínea a) do número 2 do artigo 12º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro.

2 – A factura ou documento equivalente processado de acordo com a alínea b) do número anterior, deve fazer sempre apelo à documentação emitida aquando da situação referida na alínea a).

ARTIGO SEXTO – REPERCUSSÃO DO IMPOSTO SOBRE AS AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS E AS TRANSMISSÕES COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS.

1 – A importância do imposto liquidado deve ser adicionado ao valor da factura ou documento equivalente, para efeitos da sua exigência aos adquirentes dos produtos ou dos serviços prestados.

2 – Nos casos referidos no artigo seguinte, em que não seja obrigatória a emissão da factura ou documento equivalente, a importância do imposto liquidado é adicionado ao preço dos produtos, determinado nos termos do título terceiro, do presente livro.

ARTIGO SÉTIMO – DISPENSA DE OBRIGAÇÃO DE FACTURAÇÃO NOS PRODUTOS.

1 – Com excepção do número 3 do artigo 4º, do presente capítulo, é dispensada a obrigação de factura ou documento equivalente sempre que seja um particular que não destine os produtos de aquisição ou transmissão ao exercício de uma actividade económica.

ARTIGO OITAVO – DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA DE AQUISIÇÕES E DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA DE TRANSMISSÕES.

1 – A declaração recapitulativa de aquisições e a declaração recapitulativa de transmissões são os documentos fiscais mensais discriminativos respectivamente das operações de aquisição comunitárias e intracomunitárias e das operações de transmissão comunitárias e intracomunitárias, isentas ou sujeitas ao real imposto aduaneiro, realizadas pelos sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em espaço territorial português, bem como pelos representantes dos sujeitos passivos referidos no artigo 2º, do presente capítulo.

2 – Da declaração recapitulativa de aquisições, devem constar os seguintes elementos:

- a) O número de identificação fiscal do sujeito passivo obrigado à apresentação da respectiva declaração;
- b) Período mensal e o ano a que respeitam a declaração recapitulativa de aquisições;
- c) O Número de identificação fiscal dos sujeitos passivos fornecedores das operações de aquisição, com o correspondente prefixo dos estados soberanos em que foram atribuídos nos termos da alínea b) do número 6 do artigo 3º, do presente capítulo;
- d) A menção de serem operações de aquisição comunitárias ou intracomunitárias;
- e) A menção de as operações de aquisição estarem isentas ou sujeitas ao real imposto aduaneiro;
- f) O montante das operações de aquisição, sobre o que incide a isenção ou a sujeição ao real imposto aduaneiro;
- g) O montante do imposto devido.

3 – Da declaração recapitulativa de transmissões, deve, constar os seguintes elementos:

- a) O número de identificação fiscal do sujeito passivo obrigado à apresentação da respectiva declaração;
- b) Período mensal e o ano a que respeitam a declaração recapitulativa de transmissões;
- c) O Número de identificação fiscal dos sujeitos passivos clientes das operações de transmissão, com o correspondente prefixo dos estados soberanos em que foram atribuídos nos termos da alínea b) do número 6 do artigo 3º, do presente capítulo;
- d) A menção de serem operações de transmissão comunitárias ou intracomunitárias;
- e) A menção de as operações de transmissão estarem isentas ou sujeitas ao real imposto aduaneiro;
- f) O montante das operações de transmissão, sobre o que incide a isenção ou a sujeição ao real imposto aduaneiro;
- g) O montante do imposto devido.

4 – A declaração recapitulativa de aquisições e a declaração recapitulativa de transmissões, devem ser efectuadas por transmissão electrónica de dados, até ao dia 10 do mês seguinte àquele em que as operações de aquisição e as operações de transmissão se realizam.

5 – A obrigação declarativa a que se refere o número anterior, só se verifica relativamente aos períodos em que ocorram as operações aí referidas.

6 – As áreas presidências da indústria e fiscal deliberam por portaria conjunta os termos em que se processam as transmissões electrónicas de dados relativos às declarações referidas no presente artigo.

7 – Sempre que ocorram após o seu envio das declarações recapitulativas incorrecções ou inexactidões, as mesmas são obrigadas a ser substituídas até aos 92 dias posteriores à ocorrência do facto que às mesmas deu origem.

ARTIGO NONO – REQUISITOS DA CONTABILIDADE.

1 – É obrigatória a contabilidade dos sujeitos passivos do real imposto aduaneiro ser organizada de modo e forma a possibilitar o conhecimento claro e inequívoco dos elementos necessários ao cálculo do imposto, bem como a permitir o seu controlo, comportando todos os dados necessários ao preenchimento das declarações recapitulativas.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, deverão ser objecto de registo:

- a) As operações de aquisição comunitárias e intracomunitárias de produtos e serviços prestados efectuados pelo sujeito passivo no quadro da sua actividade empresarial, isentas ou sujeitas ao real imposto aduaneiro;
- b) As operações de transmissão comunitárias e intracomunitárias de produtos e serviços prestados efectuadas pelo sujeito passivo no quadro da sua actividade empresarial, isentas ou sujeitas ao real imposto aduaneiro;
- c) As operações assimiladas a aquisições comunitárias e intracomunitárias, de produtos e serviços prestados efectuados pelo sujeito passivo no quadro da sua actividade empresarial, isentas ou sujeitas ao real imposto aduaneiro;
- d) As operações assimiladas a transmissões comunitárias e intracomunitárias, de produtos e serviços prestados efectuadas pelo sujeito passivo no quadro da sua actividade empresarial, isentas ou sujeitas ao real imposto aduaneiro;
- e) As operações de aquisição ou transmissão de produtos nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo único, do título primeiro.

3 – As operações mencionadas nas alíneas do número anterior, deverão ser registadas de forma a evidenciar:

- a) O valor das operações não isentas, líquidas do imposto, segundo a taxa aplicável;
- b) O valor das operações isentas;
- c) O valor do imposto liquidado, segundo a taxa aplicável.

4 – Para efeitos do disposto nos números anteriores, o registo das operações deve ser efectuado após a recepção das correspondentes facturas, documentos equivalentes ou guia de transporte internacional nos casos previstos no disposto no artigo 8º, do capítulo único, do título primeiro.

5 – Para cumprimento das obrigações a que se refere a última parte do número anterior, o sujeito passivo adquirente ou transmissor deve proceder ao registo da operação como se tratasse de uma aquisição ou transmissão intracomunitária.

ARTIGO DÉCIMO – REGISTO DAS OPERAÇÕES.

1 – O registo das operações mencionadas nas alíneas do número 2 do artigo anterior, deve ser efectuado após a emissão ou recepção das correspondentes facturas ou documento equivalente, ou pagamentos ou recebimentos por conta das mesmas facturas ou documentos equivalentes.

2 – Para tal efeito as facturas, documentos equivalentes e notas de devolução, incluindo as emitidas em nome e por conta do sujeito passivo, pelo próprio adquirente dos produtos ou serviços prestados ou por um terceiro, são numeradas sequencialmente, em uma ou mais séries convenientemente referenciadas, devendo considerar-se na respectiva ordem os seus duplicados, bem como todos os exemplares dos que tiverem sido anulados ou inutilizados, com os averbamentos indispensáveis à identificação daqueles que os substituíram sempre que for o caso.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRAZO DE ARQUIVO E CONSERVAÇÃO DOS REGISTOS E DOCUMENTOS DE SUPORTE.

1 – Os sujeitos passivos são obrigados a arquivar e conservar em boa ordem durante os 10 anos civis subsequentes todos os registos e respectivos documentos de suporte, incluindo sempre que a contabilidade é estabelecida por meios informáticos, os relativos à análise, programação e execução dos tratamentos.

2 – Os sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio em espaço territorial português são obrigados a manter os registos e demais documentos de suporte referidos no número anterior, em estabelecimento ou instalação situada em Portugal, salvo se o arquivamento for efectuado por meios electrónicos.

3 – É permitido o arquivamento em suporte electrónico das facturas ou documentos equivalentes emitidos por via electrónica, desde que se encontre garantido o acesso completo e em linha aos dados e assegurada a integridade da origem e do seu conteúdo.

4 – Os sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio em espaço territorial português que pretendam proceder ao arquivamento em suporte electrónico dos documentos referidos no número anterior no estrangeiro, devem solicitar autorização aos órgãos de soberania fiscais, os quais podem fixar condições específicas para a sua efectivação.

5 – Os sujeitos passivos que não disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em espaço territorial português que pretendam manter o arquivo dos registos e demais documentos, nomeadamente os referidos no número 3 no estrangeiro, devem solicitar autorização prévia aos órgãos de soberania fiscais, os quais podem fixar condições específicas para a sua efectivação.

6 – É ainda permitido o arquivamento em suporte electrónico das facturas ou documentos equivalentes ou de quaisquer outros documentos com relevância fiscal, desde

que processados por computador nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGULARIZAÇÕES.

1 – As disposições dos artigos 3º e seguintes, do presente capítulo, devem ser observadas sempre que após emitida a factura ou documento equivalente, o valor tributável de uma operação ou o respectivo imposto venham a ser rectificadas por qualquer motivo.

2 – Se depois de efectuado o registo referido no artigo 10º, do presente capítulo, for anulada a operação ou reduzido o seu valor tributário em consequência de invalidade, resolução, rescisão ou redução do contrato pela devolução de mercadorias ou pela concessão de abatimentos ou descontos, o adquirente ou transmissor do produto ou do serviço prestado que seja sujeito passivo do real imposto aduaneiro pode efectuar a dedução do correspondente imposto até 92 dias seguintes à data em que se verificaram as circunstâncias que determinaram a anulação da liquidação ou redução do seu valor tributável.

3 – No caso de facturas incorrectas que já tenham dado lugar ao registo referido no artigo 10º, do presente capítulo, a rectificação é obrigatória no prazo de 7 dias imediatos ao momento da correcção pelos serviços dos órgãos de soberania fiscais nas áreas alfandegárias ou nas matrizes fiscais.

4 – O adquirente do produto ou do serviço prestado que seja um sujeito passivo do real imposto aduaneiro, se tiver efectuado já o registo de uma operação relativamente à qual o seu transmitente procedeu à anulação, redução do seu valor tributável ou rectificação para menos do valor facturado, corrige até 92 dias da data da recepção do documento rectificativo a dedução efectuada.

5 – Sempre que o valor tributável de uma operação ou o respectivo imposto sofrerem rectificações para menos, a regularização a favor do sujeito passivo só pode ser considerada e efectuada pelos órgãos de soberania fiscais, sempre que este possua a prova de que o adquirente deteve o conhecimento da rectificação ou de que foi reembolsado do imposto, considerando-se indevida a respectiva dedução em caso contrário.

6 – A correcção de erros materiais ou de cálculo no registo ou nas declarações recapitulativas referidas no artigo 8º e 10º, do presente capítulo, é obrigatória sempre que resultar imposto a favor do sujeito passivo, sendo efectuada no prazo de 92 dias a contar da data do respectivo direito nos termos do presente artigo.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE NAS AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS.

1 – O adquirente dos produtos ou serviços prestados tributáveis que seja sujeito passivo dos referidos no número 1 do artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, agindo como tal, é solidariamente responsável com o transmitente pelo pagamento do imposto, quando a factura ou documento equivalente não tenha sido

passada ou quando contenha uma indicação inexacta quanto ao nome ou endereço das partes intervenientes, à natureza ou à quantidade dos produtos transaccionados ou serviços fornecidos, ao preço ou ao montante do imposto devido.

2 – O adquirente que prove ter pago ao seu transmitente devidamente identificado, todo ou parte do imposto devido, é liberto da responsabilidade solidária prevista no número anterior, pelo montante correspondente ao pagamento efectuado, salvo no caso de má-fé.

3 – Sem prejuízo da responsabilidade solidária pelo pagamento prevista nos números anteriores, a responsabilidade pela emissão das facturas ou documentos equivalentes, pela veracidade do seu conteúdo e pelo pagamento do respectivo imposto nos casos previstos no artigo 1º, do presente capítulo, compete ao sujeito passivo transmitente dos produtos ou serviços prestados ou ao representante fiscal nos termos do disposto no número 10 do artigo 3º, do presente capítulo.

4 – Não obstante o disposto nos números anteriores, nos casos em que o imposto resulte de operação simulada ou em que seja simulado o preço constante da factura ou documento equivalente, o adquirente dos produtos ou serviços prestados que seja um sujeito passivo dos referidos no número 1 do artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, agindo como tal, é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto com o sujeito passivo que na factura ou documento equivalente, figure como transmitente dos produtos ou serviços prestados.

5 – A responsabilidade solidária prevista no número anterior, é aplicável ainda que o adquirente dos produtos ou serviços prestados prove ter pago a totalidade ou parte do imposto ao sujeito passivo que na factura ou documento equivalente figure como transmitente dos produtos ou serviços prestados.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS SUJEITOS PASSIVOS NAS TRANSMISSÕES COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS.

1 – Nas transmissões comunitárias e intracomunitárias de produtos ou serviços prestados realizadas ou declaradas com a intenção de não entregar nos cofres do estado o imposto devido, são também responsáveis solidários pelo pagamento do imposto os sujeitos passivos abrangidos pelo número 2 do artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, que tenham intervindo ou venham a intervir em qualquer fase do circuito económico, em operações relacionadas com esses produtos ou serviços prestados, desde que aqueles tivessem ou devessem ter conhecimento dessas circunstâncias.

2 – O disposto no número anterior, é aplicável às transmissões comunitárias e intracomunitárias de produtos e serviços prestados a definir por despacho da área presidencial fiscal, sempre que estejam em causa operações relacionadas com actividades em que as práticas descritas no número anterior, ocorram de forma reiterada.

3 – Para efeitos do disposto no presente artigo, presume-se que o sujeito passivo tem conhecimento de que o imposto relativo às transmissões comunitárias ou intracomunitárias de produtos e serviços prestados referidos no número anterior, não foi

ou venha a ser integralmente entregue nos cofres do estado, sempre que o preço por este devido pelos produtos ou serviços prestados em causa seja inferior ao preço mais baixo que seria razoável pagar em situação de livre concorrência ou seja inferior ao preço relativo a esses produtos ou serviços prestados em fases anteriores do circuito económico.

4 – A presunção referida no número anterior, é ilidida se for demonstrado que o preço praticado, numa das fases do circuito económico se deveu a circunstâncias não relacionadas com a intenção de não pagamento do imposto devido.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – NOTIFICAÇÕES.

1 – As notificações referidas no presente livro, bem como as respectivas decisões, são efectuadas nos termos do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – RECURSO HIERÁRQUICO.

1 – Das decisões referidas no artigo anterior respeitantes ao presente livro, pode o sujeito passivo recorrer hierarquicamente nos termos do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Aos recursos hierárquicos referidos no número anterior, aplica-se o disposto no livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

3 – Para efeitos do presente livro, não se conhece das reclamações, impugnações e recurso hierárquicos, na parte em que não tenham por fundamento a discussão dos volumes de negócios quando fixados definitivamente para efeitos do código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e do código do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, ou cujo processo de fixação esteja em curso no âmbito do presente imposto.

TÍTULO OITAVO – FISCALIZAÇÃO E DETERMINAÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO.

CAPÍTULO ÚNICO – FISCALIZAÇÃO E DETERMINAÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES FISCALIZADORAS.

1 – O cumprimento das obrigações impostas por o presente livro é fiscalizado em geral e dentro dos limites da respectiva competência, por os reais institutos portugueses, por os órgãos de soberania jurídicos, policiais e militares e em especial pelos órgãos de soberania fiscais.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE COLABORAÇÃO.

1 – A fiscalização em especial das disposições do presente livro, rege-se pelo disposto no artigo 3º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro e no livro terceiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Os serviços, estabelecimentos e organismos do estado, das regiões administrativas, dos concelhos de administração e das autarquias, incluindo os dotados de autonomia administrativa ou financeira, bem como outras pessoas colectivas de direito público, as instituições particulares de solidariedade social, as entidades religiosas e as empresas públicas sempre que efectuarem aquisições ou transmissões devem entregar a declaração recapitulativa prevista no artigo 8º, do capítulo único, do título anterior.

ARTIGO TERCEIRO – LIQUIDAÇÃO COM BASE EM PRESUNÇÕES E MÉTODOS INDIRECTOS.

1 – Sem prejuízo do disposto no presente livro, a liquidação do imposto com base em presunções ou métodos indirectos efectua-se nos casos e condições previstos nos artigos 7º e 9º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, segundo os termos do artigo 11º, do mesmo capítulo e título, da referida lei.

2 – A aplicação de métodos indirectos nos termos do número anterior, compete ao dirigente máximo da matriz fiscal da área de domicílio, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável do sujeito passivo ou do representante fiscal ou ao fiscalista em quem este tiver delegado essa competência.

ARTIGO QUARTO – LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO.

1 – Concluído o procedimento de revisão previsto no livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, considera-se efectuada a liquidação do imposto, notificando-se o sujeito passivo nos termos e para os efeitos referidos no artigo 2º, do capítulo único, do título sexto, do presente livro.

ARTIGO QUINTO – NOTIFICAÇÃO DA COMPENSAÇÃO.

1 – Nos casos em que o imposto em dívida tenha sido liquidado pelos serviços competentes dos órgãos de soberania fiscais e haja sido efectuada a compensação prevista nos artigos 12º e 13º, do capítulo sétimo, do título segundo, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, com reembolso do real imposto aduaneiro, é o sujeito passivo notificado nos termos do mesmo livro.

2 – O prazo para recurso hierárquico, para a reclamação e para a impugnação judicial conta-se a partir do dia imediato ao da recepção da notificação a que menciona o número anterior, atribuindo-se a competência a que se refere o número 1 do artigo 8º, do

capítulo sexto, do título segundo e o artigo 14º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, ao director de serviços de reembolsos da matriz fiscal da área de circunscrição geográfica do domicílio ou da sede do contribuinte.

3 – As petições a que se refere o número anterior, podem ser entregues nos serviços da matriz fiscal competente, caso em que uma vez informadas com os elementos ao seu dispor, são de imediato remetidas aos serviços de reembolsos.

ARTIGO SEXTO – CADUCIDADE.

1 – Só pode ser liquidado imposto nos prazos e nos termos previstos nos artigos 6º e 7º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Até ao final dos prazos referidos no número anterior, as rectificações e as tributações oficiosas podem ser integradas ou modificadas com base no conhecimento ulterior de novos elementos nos termos legais.

3 – A notificação de apuramento do imposto nos termos do número anterior, deve indicar sob pena de nulidade, os novos elementos e os actos ou factos através dos quais chegaram ao conhecimento dos órgãos de soberania fiscais.

4 – Os órgãos de soberania fiscais independentemente do quantitativo da liquidação ainda que adicional procedem à liquidação do imposto.

ARTIGO SÉTIMO – JUROS COMPENSATÓRIOS E DE MORA.

1 – Sempre que por facto imputável ao sujeito passivo for retardada a liquidação ou tenha sido recebido reembolso superior ao devido, acrescem ao montante do imposto juros compensatórios nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Sempre que o imposto liquidado pelos serviços ou pelo sujeito passivo não seja pago até ao termo dos prazos legais estabelecidos, são devidos juros de mora nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO NONO – GARANTIAS DOS SUJEITOS PASSIVOS.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS DOS SUJEITOS PASSIVOS.

ARTIGO PRIMEIRO – RECURSO HIERÁRQUICO, RECLAMAÇÃO E IMPUGNAÇÃO.

1 – Os sujeitos passivos e as pessoas solidária ou subsidiariamente responsáveis pelo pagamento do imposto podem recorrer hierarquicamente nos termos previstos no presente livro, reclamar contra a respectiva liquidação ou impugná-la, com os fundamentos e nos termos estabelecidos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Os recursos hierárquicos, as reclamações e as impugnações não são admitidas se as liquidações forem ainda susceptíveis de correcção nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo único, do título sétimo, do presente livro.

3 – As liquidações só podem ser anuladas sempre que esteja provado que o imposto não foi incluído na factura ou no documento equivalente, passado ao adquirente nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo único, do título sétimo, do presente livro.

4 – As notificações efectuadas nos termos do disposto nos artigos 4º e 5º, do capítulo único, do título anterior, devem indicar as razões de facto e de direito da determinação da dívida do imposto, bem como os critérios e cálculos subjacentes aos montantes apurados.

5 – Os prazos para as reclamações ou impugnações previstas no número 2, contam-se a partir do dia imediato ao final do período referido nos números 3 e 6 do artigo 12º, do capítulo único, do título sétimo, do presente livro.

ARTIGO SEGUNDO – REVISÃO OFICIOSA E PRAZO DO EXERCÍCIO DO DIREITO À DEDUÇÃO.

1 – Sempre que por motivos imputáveis aos serviços tenha sido liquidado imposto superior ao devido, procede-se à revisão oficiosa nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Sem prejuízo de disposições especiais, o direito ao reembolso do imposto entregue em excesso, só pode ser exercido até ao decurso de 92 dias, após o pagamento em excesso do imposto.

ARTIGO TERCEIRO – ANULAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO.

1 – Anulada a liquidação, quer oficiosamente, quer por decisão de entidade ou do órgão de soberania jurídico competente com trânsito em julgado, restitui-se a respectiva importância, mediante o processamento do correspondente título de crédito.

2 – No caso de pagamento do imposto em montante superior ao legalmente devido, resultante de erro imputável aos serviços, são devidos juros indemnizatórios nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, a liquidar e pagar nos termos do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO QUARTO – RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO.

1 – O ministro do sector ministerial fiscal aduaneiro, pode ordenar o reembolso do imposto pago nos últimos 5 anos, a pessoas singulares ou colectivas que realizem as operações no âmbito de actividade económica, sempre que o considerar indevidamente cobrado.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, os interessados apresentam juntamente com a solicitação, os documentos comprovativos da liquidação e do pagamento do imposto.

3 – O disposto no número 1, só é aplicável se não tiverem sido utilizados em tempo oportuno os meios próprios previstos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO QUINTO – COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO.

1 – Se depois de efectuada a liquidação do imposto pelas entidades referidas no artigo anterior, for anulada a operação ou reduzido o seu valor tributável em consequência de erro, invalidade ou devolução, as entidades poderão efectuar a correcção do imposto liquidado e pago até à concorrência das liquidações e entregas seguintes relativas ao mesmo ano de exercício fiscal.

2 – No caso de erros materiais ou de cálculo do imposto liquidado e entregue, a correcção pelas entidades referidas no número anterior, poderá ser efectuada por compensação nas entregas seguintes relativas ao mesmo ano de exercício fiscal.

3 – A correcção do imposto nos termos dos números anteriores, se se reportar a anos de exercícios diferentes e sempre que por liquidação do imposto superior aos montantes devidos, processar-se-á por via de reembolso a solicitação do sujeito passivo ao órgão de soberania fiscal competente.

4 – O reembolso do imposto só poderá ser efectuado se devidamente enunciado na contabilidade e nos documentos contabilísticos a efectuar após o encerramento de cada um ano de exercício fiscal, nos termos do código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e do código do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

TÍTULO DÉCIMO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO IMPOSTO DE MEIOS DE TRANSPORTE NOVOS OU USADOS.

1 – As pessoas singulares ou colectivas que realizem operações de aquisição intracomunitárias de meios de transporte, devem comprovar junto das entidades competentes para efectuar o registo, conceder a licença ou atribuir a matrícula aos mesmos meios de transporte novos ou usados, que procederam ao pagamento do imposto devido pela aquisição intracomunitária.

ARTIGO SEGUNDO – MATÉRIAS NÃO REGULADAS.

1 – Às matérias não reguladas no presente livro, aplica-se o livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código e subsidiariamente o disposto no código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e o código do real imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas.

ARTIGO TERCEIRO – ASSINATURA DE DOCUMENTOS.

1 – As declarações, relações e comunicações são assinadas pelas entidades obrigadas à sua apresentação ou pelos seus representantes legais ou por gestor de negócios devidamente identificados.

2 – São recusadas as declarações, relações e comunicações que não se mostrem devidamente preenchidas e assinadas, sem prejuízo das sanções que possam competir para a falta da sua apresentação.

ARTIGO QUARTO – RECIBO DA ENTREGA DE DECLARAÇÕES.

1 – Sempre que a lei ordenar efectuar a entrega das declarações ou outros documentos em mais de um exemplar, um destes deve ser devolvido ao apresentante com menção do recibo.

ARTIGO QUINTO – REMESSA DE DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS PELOS SERVIÇOS POSTAIS E POR TELEFAX E TRANSMISSÃO ELECTRÓNICA DE DADOS.

1 – Com excepção dos que devam ser enviados por transmissão electrónica de dados, as declarações previstas no presente código, assim como quaisquer outros documentos declarativos ou informativos que devam ser enviados aos órgãos de soberania fiscais, podem ser remetidos pelos serviços postais, sob registo postal acompanhados de um sobrescrito, devidamente endereçado e franquiado para a devolução imediata, também sob registo, dos duplicados ou documentos sempre que for o caso.

2 – No caso previsto no número anterior, a remessa deve ser efectuada de modo a que a recepção ocorra dentro do prazo fixado, considerando-se cumprido o prazo que prove que a remessa se fez com uma antecedência de 5 dias ao do termo do prazo de entrega.

3 - As declarações e documentos previstos no número 1, poderão ser enviados por telefax ou por correio electrónico nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, sendo as notas de liquidação e de recepção processadas pelos serviços fiscais nos mesmos termos.

ARTIGO SEXTO – LISTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS SUJEITOS AO REAL IMPOSTO ADUANEIRO.

1 – Compete aos serviços dos órgãos de soberania fiscais nas áreas alfandegárias portuguesas possuir um registo central de todos os produtos provenientes ou oriundos e de todos os serviços prestados derivados das actividades económicas em produção, fabrico ou prestação na vida do reino de Portugal, com o respectivo valor tributável e com a menção da sua isenção ou sujeição ao real imposto aduaneiro, de modo e forma à integridade do processo de liquidação devido.

2 – O registo central referido no número anterior, é estabelecido por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal e da competência de inscrição, manutenção e actualização diária dos órgãos de soberania fiscais, escutado para os efeitos os reais institutos portugueses competentes dos produtos e dos serviços prestados na vida do reino de Portugal.

LIVRO VIGÉSIMO PRIMEIRO – CÓDIGO DO REAL IMPOSTO SOBRE A NATUREZA.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA.

CAPÍTULO ÚNICO – INCIDÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA REAL.

1 – O real imposto sobre a natureza incide sobre o montante das transmissões de produtos e de serviços prestados, a título oneroso, efectuados pelos sectores de actividade económicos com sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em espaço territorial português, bem como a todos os representantes legais de sectores de actividade económicos que não possuam sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal no reino de Portugal, mesmo quando provenientes de actos ilícitos e que sejam sujeitos passivos do real imposto profissional e do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, nomeadamente todos os realizem actos únicos nos termos da alínea g) do número 2 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro décimo sexto, da presente parte, do presente código.

2 – Para efeitos das disposições relativas ao real imposto sobre a natureza, compreende-se:

- a) Sectores de actividade económicos – Todos os órgãos de soberania, todas as empresas singulares e colectivas e instituições públicas e privadas em exercício de actividade económica no território português ou que em Portugal por via do representante legal obtenham rendimentos sujeitos do real imposto profissional e do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas;
- b) Transmissão de bens – Toda a operação onerosa de venda de produtos ou de serviços prestados por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, realizadas pelos sectores de actividade económicos denominados fornecedores a clientes residentes ou externos, nomeadamente as operações de transmissão comunitárias e intracomunitárias definidas nos termos do livro anterior;
- c) Produtos – Todo o bem corpóreo proveniente ou oriundo do exercício de actividade económica do sector primário ou do sector secundário, realizado pelos sectores de actividade económicos;
- d) Serviços prestados – Toda prestação de um serviço derivado do exercício de actividade económica do sector terciário, realizado pelos sectores de actividade económicos, que não constituam transmissão de produtos.

3 – Para efeitos do disposto na alínea c) do número anterior, são considerados bens corpóreos a energia, o gás, o calor, o frio e similares.

4 – São equiparadas a prestações de serviços a cedência temporária ou definitiva de um atleta, acordada entre clubes com o consentimento do atleta, durante a vigência do contrato com o clube de origem e as indemnizações de promoção e valorização, devidas após a cessação do contrato.

5 – Nos termos do número anterior, sempre que a prestação de serviços for efectuada por intervenção de um mandatário agindo em nome próprio, este é sucessivamente adquirente e prestador do serviço.

ARTIGO SEGUNDO – FACTO GERADOR E EXIGIBILIDADE DO IMPOSTO.

1 – O imposto é devido e torna-se exigível nas transmissões de produtos e de serviços prestados, no momento em que é emitida a factura ou documento equivalente, relativamente a cada um mês de exercício fiscal.

TÍTULO SEGUNDO – VALOR TRIBUTÁVEL.

CAPÍTULO ÚNICO – VALOR TRIBUTÁVEL.

ARTIGO ÚNICO – VALOR TRIBUTÁVEL NAS OPERAÇÕES INTERNAS, COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS.

1 – O valor tributável das transmissões de produtos e de serviços prestados sujeitos a imposto é o valor da contraprestação obtida ou a obter do adquirente, do destinatário ou de um terceiro.

TÍTULO TERCEIRO – TAXA.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXA.

ARTIGO ÚNICO – TAXA.

1 – A taxa do real imposto sobre a natureza é para o total das operações de transmissão de produtos e de serviços prestados de 5%.

TÍTULO QUARTO – LIQUIDAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA A LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação do real imposto sobre a natureza é efectuada:

- a) Pelo próprio sujeito passivo referidos no artigo 1º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, nas operações de transmissão internas, comunitárias e intracomunitárias e nas operações assimiladas a transmissões comunitárias e intracomunitárias, na própria factura ou documento equivalente da transmissão;
- b) Pelos serviços dos órgãos de soberania fiscais sempre que se processe por métodos indirectos nos termos do disposto no capítulo segundo, do título sétimo, do presente livro.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO E FORMA DA LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação do real imposto sobre a natureza tem por base o valor tributável dos produtos e serviços prestados das transmissões que destes constem.

ARTIGO TERCEIRO – JUROS COMPENSATÓRIOS.

1 – Sempre que por facto imputável ao sujeito passivo for retardada a liquidação de parte ou da totalidade do imposto devido ou a entrega do imposto a pagar, acrescem ao montante do imposto juros compensatórios à taxa e nos termos previstos no artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Os juros compensatórios contam-se dia a dia, desde o termo do prazo para a sua entrega nos cofres do estado nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, até ao suprimento, correcção ou detecção da falta que motivou o retardamento da liquidação.

3 – Compreende-se haver retardamento da liquidação sempre que não for apresentada aos órgãos de soberania fiscais a declaração relativa às transmissões de produtos e de serviços prestados realizadas no prazo referido no disposto no artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro.

ARTIGO QUARTO – PROCESSO INDIVIDUAL.

1 – Os órgãos de soberania fiscais competentes organizam em relação a cada sujeito passivo um processo em que se incorporam as declarações e outros documentos que se relacionem com o mesmo.

TÍTULO QUINTO – PAGAMENTO.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO.

ARTIGO PRIMEIRO – PAGAMENTO DO IMPOSTO APURADO PELO SUJEITO PASSIVO.

1 – Os sujeitos passivos referidos no artigo 1º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, são obrigados a entregar o montante do imposto exigível nos locais legalmente autorizados, até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que a obrigação tributária sobre as transmissões de produtos ou de serviços prestados se tenha constituído.

2 – Sempre que o valor do imposto apurado pelo sujeito passivo na declaração de emissão de transmissões apresentada nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo único, do título seguinte, for superior ao montante do respectivo pagamento, é extraída pelos órgãos de soberania fiscais certidão de dívida, pela diferença entre o valor apurado e o valor do respectivo meio de pagamento ou pela totalidade do valor declarado no caso de falta de meio de pagamento nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 11º, do capítulo sétimo, do título segundo, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO SEGUNDO – PAGAMENTO DO IMPOSTO LIQUIDADO PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.

1 – Sempre que se proceda à liquidação do imposto ou de juros compensatórios por iniciativa dos serviços dos órgãos de soberania fiscais, é o sujeito passivo notificado para efectuar o respectivo pagamento nos locais de cobrança legalmente autorizados, no prazo de 10 dias referidos na notificação.

2 – No caso previsto no número anterior e na falta de pagamento no prazo aí estabelecido, é extraída pelos órgãos de soberania fiscais, certidão de dívida nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 11º, do capítulo sétimo, do título segundo, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO TERCEIRO – LOCAL DO PAGAMENTO.

1 – O real imposto sobre a natureza pode ser pago em qualquer órgão de soberania fiscal, nas instituições bancárias autorizadas, nos correios de Portugal ou em qualquer outro local determinado por lei.

ARTIGO QUARTO – COMO DEVE SER EFECTUADO O PAGAMENTO.

1 – O pagamento do real imposto sobre a natureza deve ser integralmente efectuado por cheque ou vale do correio, transferência bancária, cartão de débito, cartão de crédito ou qualquer outro meio autorizados nos termos da lei.

ARTIGO QUINTO – DOCUMENTO DE COBRANÇA.

1 – Os pagamentos previstos no presente código são efectuados mediante a apresentação de documento de cobrança de modelo aprovado por portaria da área presidencial fiscal.

ARTIGO SEXTO – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.

1 – Nos casos de substituição tributária, bem como nos casos em que o imposto deva ser autonomamente liquidado e entregue nos cofres do estado, o órgão de soberania fiscal competente independentemente do procedimento contra-ordenacional ou criminal que ao caso competir, notifica as pessoas devedoras para efectuarem o pagamento do imposto e dos juros compensatórios devidos, no prazo de 30 dias a contar da notificação, com as consequências previstas no número anterior para a falta de pagamento.

ARTIGO SÉTIMO – PRESCRIÇÃO.

1 – O real imposto sobre a natureza prescreve no tempo nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO SEXTO – OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS.

CAPÍTULO ÚNICO – OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS.

ARTIGO PRIMEIRO – REPERCUSSÃO DO IMPOSTO SOBRE AS TRANSMISSÕES INTERNAS, COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS.

1 – A importância do imposto liquidado deve ser adicionado ao valor da factura ou documento equivalente, para efeitos da sua exigência aos adquirentes dos produtos ou dos serviços prestados.

ARTIGO SEGUNDO – REPRESENTANTE FISCAL.

1 – Os sujeitos passivos não residentes, sem estabelecimento estável em espaço territorial português e que disponham de sede, estabelecimento ou domicílio num outro estado soberano, que no território pratiquem operações tributáveis de transmissão, estão obrigados a nomear um representante, sujeito passivo do real imposto sobre a natureza em Portugal, munido de procuração com poderes bastantes.

2 – O representante a que se refere o número anterior, deve cumprir todas as obrigações decorrentes da aplicação do presente livro, incluindo a do registo e é devedor do imposto que se mostre devido pelas operações realizadas pelo representado.

3 – A nomeação do representante deve ser comunicada à parte contratante antes de ser efectuada a operação.

4 – O sujeito passivo não estabelecido em espaço territorial português é solidariamente responsável com o representante pelo pagamento do imposto devido.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE EMISSÃO DE TRANSMISSÕES.

1 – A declaração de emissão de transmissões é o documento fiscal mensal discriminativo respectivamente das operações de transmissão sujeitas ao real imposto sobre a natureza, realizadas pelos sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em espaço territorial português, bem como pelos representantes dos sujeitos passivos referidos no artigo anterior.

2 – Da declaração de emissão de transmissões, deve, constar os seguintes elementos:

- a) O número de identificação fiscal do sujeito passivo obrigado à apresentação da respectiva declaração;
- b) Período mensal e o ano a que respeitam a declaração de emissão de transmissões;
- c) O Número de identificação fiscal dos sujeitos passivos clientes das operações de transmissão, com o correspondente prefixo dos estados soberanos em que foram atribuídos nos termos da alínea b) do número 6 do artigo 3º, do capítulo único, do título sétimo, do livro anterior;
- d) A menção de serem operações de transmissão internas, comunitárias ou intracomunitárias;
- e) O montante das operações de transmissão, sobre o que incide a sujeição ao real imposto sobre a natureza;
- f) O montante do imposto devido.

3 – A declaração de emissão de transmissões, deve ser efectuada por transmissão electrónica de dados, até ao dia 10 do mês seguinte àquele em que as operações de transmissão se realizam.

4 – A obrigação declarativa a que se refere o número anterior, só se verifica relativamente aos períodos em que ocorram as operações aí referidas.

5 – As áreas presidências da indústria e fiscal deliberam por portaria conjunta os termos em que se processam as transmissões electrónicas de dados relativos à declaração referida no presente artigo.

6 – Sempre que ocorram após o seu envio da declaração de emissão de transmissões, incorrecções ou inexactidões, a mesma é obrigada a ser substituída até aos 92 dias posteriores à ocorrência do facto que às mesmas deu origem.

ARTIGO QUARTO – REQUISITOS DA CONTABILIDADE.

1 – Os sujeitos passivos do real imposto sobre a natureza independentemente de possuírem contabilidade organizada ou simplificada, estão obrigados a possibilitar o conhecimento claro e inequívoco dos elementos necessários ao cálculo do imposto, bem como a permitir o seu controlo, comportando todos os dados necessários ao preenchimento da declaração de emissão de transmissões.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, deverão ser objecto de registo:

- a) As operações de transmissão internas, comunitárias e intracomunitárias de produtos e serviços prestados efectuadas pelo sujeito passivo no quadro da sua actividade empresarial, sujeitas ao real imposto aduaneiro;
- b) As operações assimiladas a transmissões comunitárias e intracomunitárias, de produtos e serviços prestados efectuados pelo

sujeito passivo no quadro da sua actividade empresarial, sujeitas ao real imposto aduaneiro.

3 – As operações mencionadas nas alíneas do número anterior, deverão ser registadas de forma a evidenciar:

- a) O valor das operações, líquidas do imposto, segundo a taxa aplicável;
- b) O valor do imposto liquidado, segundo a taxa aplicável.

4 – Para efeitos do disposto nos números anteriores, o registo das operações deve ser efectuado após a emissão das correspondentes facturas ou documentos equivalentes.

ARTIGO QUINTO – REGISTO DAS OPERAÇÕES.

1 – O registo das operações mencionadas nas alíneas do número 2 do artigo anterior, deve ser efectuado após a emissão das correspondentes facturas ou documento equivalente.

2 – Para tal efeito as facturas, documentos equivalentes e notas de devolução, incluindo as emitidas em nome e por conta do sujeito passivo, pelo próprio adquirente dos produtos ou serviços prestados ou por um terceiro, são numeradas sequencialmente, em uma ou mais séries convenientemente referenciadas, devendo considerar-se na respectiva ordem os seus duplicados, bem como todos os exemplares dos que tiverem sido anulados ou inutilizados, com os averbamentos indispensáveis à identificação daqueles que os substituíram sempre que for o caso.

ARTIGO SEXTO – PRAZO DE ARQUIVO E CONSERVAÇÃO DOS REGISTOS E DOCUMENTOS DE SUPORTE.

1 – Os sujeitos passivos são obrigados a arquivar e conservar em boa ordem durante os 10 anos civis subsequentes todos os registos e respectivos documentos de suporte, incluindo sempre que a contabilidade é estabelecida por meios informáticos, os relativos à análise, programação e execução dos tratamentos.

2 – Os sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio em espaço territorial português são obrigados a manter os registos e demais documentos de suporte referidos no número anterior, em estabelecimento ou instalação situada em Portugal, salvo se o arquivamento for efectuado por meios electrónicos.

3 – É permitido o arquivamento em suporte electrónico das facturas ou documentos equivalentes emitidos por via electrónica, desde que se encontre garantido o acesso completo e em linha aos dados e assegurada a integridade da origem e do seu conteúdo.

4 – Os sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio em espaço territorial português que pretendam proceder ao arquivamento em suporte electrónico dos documentos referidos no número anterior no estrangeiro, devem solicitar autorização aos órgãos de soberania fiscais, os quais podem fixar condições específicas para a sua efectivação.

5 – Os sujeitos passivos que não disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em espaço territorial português que pretendam manter o arquivo dos registos e demais documentos, nomeadamente os referidos no número 3 no estrangeiro, devem solicitar autorização prévia aos órgãos de soberania fiscais, os quais podem fixar condições específicas para a sua efectivação.

6 – É ainda permitido o arquivamento em suporte electrónico das facturas ou documentos equivalentes ou de quaisquer outros documentos com relevância fiscal, desde que processados por computador nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal.

ARTIGO SÉTIMO – REGULARIZAÇÕES.

1 – As disposições do presente capítulo, devem ser observadas sempre que após emitida a factura ou documento equivalente, o valor tributável de uma operação ou o respectivo imposto venham a ser rectificadas por qualquer motivo.

2 – Se depois de efectuado o registo referido no artigo 5º, do presente capítulo, for anulada a operação ou reduzido o seu valor tributário em consequência de invalidade, resolução, rescisão ou redução do contrato pela devolução de mercadorias ou pela concessão de abatimentos ou descontos, o transmissor do produto ou do serviço prestado que seja sujeito passivo do real imposto sobre a natureza pode efectuar a dedução do correspondente imposto até 92 dias seguintes à data em que se verificaram as circunstâncias que determinaram a anulação da liquidação ou redução do seu valor tributável.

3 – No caso de facturas incorrectas que já tenham dado lugar ao registo referido no artigo 4º, do presente capítulo, a rectificação é obrigatória no prazo de 7 dias imediatos ao momento da correcção pelos serviços dos órgãos de soberania fiscais nas áreas alfandegárias ou nas matrizes fiscais.

4 – Sempre que o valor tributável de uma operação ou o respectivo imposto sofrerem rectificações para menos, a regularização a favor do sujeito passivo só pode ser considerada e efectuada pelos órgãos de soberania fiscais, sempre que este possua a prova de que o adquirente deteve o conhecimento da rectificação, considerando-se indevida a respectiva dedução em caso contrário.

5 – A correcção de erros materiais ou de cálculo na declaração de emissão de transmissões ou no registo referidas no artigo 3º e 5º, do presente capítulo, é obrigatória sempre que resultar imposto a favor do sujeito passivo, sendo efectuada no prazo de 92 dias a contar da data do respectivo direito nos termos do presente artigo.

ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS SUJEITOS PASSIVOS NAS TRANSMISSÕES INTERNAS, COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS.

1 – Nas transmissões internas, comunitárias e intracomunitárias de produtos ou serviços prestados realizadas ou declaradas com a intenção de não entregar nos cofres do

estado o imposto devido, são também responsáveis solidários pelo pagamento do imposto os sujeitos passivos adquirentes dos mesmos produtos e serviços prestados, que tenham intervindo ou venham a intervir em qualquer fase do circuito económico, em operações relacionadas com esses produtos ou serviços prestados, desde que aqueles tivessem ou devessem ter conhecimento dessas circunstâncias.

2 – O disposto no número anterior, é aplicável às transmissões internas, comunitárias e intracomunitárias de produtos e serviços prestados a definir por despacho da área presidencial fiscal, sempre que estejam em causa operações relacionadas com actividades em que as práticas descritas no número anterior, ocorram de forma reiterada.

3 – Para efeitos do disposto no presente artigo, presume-se que o sujeito passivo tem conhecimento de que o imposto relativo às transmissões internas, comunitárias ou intracomunitárias de produtos e serviços prestados referidos no número anterior, não foi ou venha a ser integralmente entregue nos cofres do estado, sempre que o preço por este devido pelos produtos ou serviços prestados em causa seja inferior ao preço mais baixo que seria razoável pagar em situação de livre concorrência ou seja inferior ao preço relativo a esses produtos ou serviços prestados em fases anteriores do circuito económico.

4 – A presunção referida no número anterior, é ilidida se for demonstrado que o preço praticado, numa das fases do circuito económico se deveu a circunstâncias não relacionadas com a intenção de não pagamento do imposto devido.

ARTIGO NONO – NOTIFICAÇÕES.

1 – As notificações referidas no presente livro, bem como as respectivas decisões, são efectuadas nos termos do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO DÉCIMO – RECURSO HIERÁRQUICO.

1 – Das decisões referidas no artigo anterior respeitantes ao presente livro, pode o sujeito passivo recorrer hierarquicamente nos termos do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Aos recursos hierárquicos referidos no número anterior, aplica-se o disposto no livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

3 – Para efeitos do presente livro, não se conhece das reclamações, impugnações e recurso hierárquicos, na parte em que não tenham por fundamento a discussão dos volumes de negócios quando fixados definitivamente para efeitos do código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e do código do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, ou cujo processo de fixação esteja em curso no âmbito do presente imposto.

TÍTULO SÉTIMO – FISCALIZAÇÃO E DETERMINAÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – FISCALIZAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES FISCALIZADORAS.

1 – O cumprimento das obrigações impostas por o presente livro é fiscalizado em geral e dentro dos limites da respectiva competência, por os reais institutos portugueses, por os órgãos de soberania jurídicos, policiais e militares e em especial pelos órgãos de soberania fiscais.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE COLABORAÇÃO.

1 – A fiscalização em especial das disposições do presente livro, rege-se pelo disposto no artigo 3º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro e no livro terceiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Os serviços, estabelecimentos e organismos do estado, das regiões administrativas, dos concelhos de administração e das autarquias, incluindo os dotados de autonomia administrativa ou financeira, bem como outras pessoas colectivas de direito público, as instituições particulares de solidariedade social, as entidades religiosas e as empresas públicas sempre que efectuarem transmissões devem entregar a declaração de emissão de transmissões prevista no artigo 3º, do capítulo único, do título anterior.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO ANUAL.

1 – Os sujeitos passivos do real imposto sobre a natureza referidos no artigo 1º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro ou os seus representantes legais, são obrigados a apresentar anualmente declaração discriminativa do imposto liquidado, por via electrónica.

2 – A declaração a que se refere o número anterior, é de modelo oficial e constitui um anexo da declaração anual de informação contabilística e fiscal prevista no artigo 2º, do capítulo único, do título sexto, do livro décimo sexto, da presente parte, do presente código e no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título sexto, do livro décimo sétimo, da presente parte, do presente código, devendo ser apresentadas nos prazos aí previstos.

3 – Sempre que aos serviços dos órgãos de soberania fiscais se suscitem dúvidas sobre quaisquer elementos constantes das declarações, notificaram os sujeitos passivos para prestarem por escrito no prazo que lhes for fixado, nunca inferior a 7 dias e superior a 30 dias, os esclarecimentos necessários.

ARTIGO QUARTO – OBRIGAÇÕES CONTABILÍSTICAS.

1 – As entidades obrigadas a possuir contabilidade simplificada ou organizada nos termos do código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e do

código do real imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas, devem organizá-la de modo a possibilitar o conhecimento claro e inequívoco dos elementos necessários à verificação do real imposto sobre a natureza liquidado, bem como permitir o seu controlo.

2 – Para cumprimento do disposto no número anterior, são objecto de registo as operações de transmissão e os actos realizados pelos sujeitos passivos no âmbito do real imposto sobre a natureza.

3 – O registo das operações de transmissão e os actos a que se refere o número anterior, é efectuado de forma a evidenciar:

- a) O valor das operações de transmissão e dos actos realizados sujeitos a imposto; e
- b) O valor do imposto liquidado.

4 – Os documentos de suporte aos registos referidos no presente artigo e os documentos comprovativos do pagamento do imposto estão obrigados a ser conservados em boa ordem durante o prazo de 10 anos.

CAPÍTULO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO.

ARTIGO PRIMEIRO – LIQUIDAÇÃO COM BASE EM PRESUNÇÕES E MÉTODOS INDIRECTOS.

1 – Sem prejuízo do disposto no presente livro, a liquidação do imposto com base em presunções ou métodos indirectos efectua-se nos casos e condições previstos nos artigos 7º e 9º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, segundo os termos do artigo 11º, do mesmo capítulo e título, da referida lei.

2 – A aplicação de métodos indirectos nos termos do número anterior, compete ao dirigente máximo da matriz fiscal da área de domicílio, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável do sujeito passivo ou do representante fiscal ou ao fiscalista em quem este tiver delegado essa competência.

ARTIGO SEGUNDO – LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO.

1 – Concluído o procedimento de revisão previsto no livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, considera-se efectuada a liquidação do imposto, notificando-se o sujeito passivo nos termos e para os efeitos referidos no artigo 2º, do capítulo único, do título quinto, do presente livro.

ARTIGO TERCEIRO – NOTIFICAÇÃO DA COMPENSAÇÃO.

1 – Nos casos em que o imposto em dívida tenha sido liquidado pelos serviços competentes dos órgãos de soberania fiscais e haja sido efectuada a compensação prevista

nos artigos 12º e 13º, do capítulo sétimo, do título segundo, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, com reembolso do real imposto sobre a natureza, é o sujeito passivo notificado nos termos do mesmo livro.

2 – O prazo para recurso hierárquico, para a reclamação e para a impugnação judicial conta-se a partir do dia imediato ao da recepção da notificação a que menciona o número anterior, atribuindo-se a competência a que se refere o número 1 do artigo 8º, do capítulo sexto, do título segundo e o artigo 14º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, ao director de serviços de reembolsos da matriz fiscal da área de circunscrição geográfica do domicílio ou da sede do contribuinte.

3 – As petições a que se refere o número anterior, podem ser entregues nos serviços da matriz fiscal competente, caso em que uma vez informadas com os elementos ao seu dispor, são de imediato remetidas aos serviços de reembolsos.

ARTIGO QUARTO – CADUCIDADE.

1 – Só pode ser liquidado imposto nos prazos e nos termos previstos nos artigos 6º e 7º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Até ao final dos prazos referidos no número anterior, as rectificações e as tributações oficiosas podem ser integradas ou modificadas com base no conhecimento ulterior de novos elementos nos termos legais.

3 – A notificação de apuramento do imposto nos termos do número anterior, deve indicar sob pena de nulidade, os novos elementos e os actos ou factos através dos quais chegaram ao conhecimento dos órgãos de soberania fiscais.

4 – Os órgãos de soberania fiscais independentemente do quantitativo da liquidação ainda que adicional procedem à liquidação do imposto.

ARTIGO QUINTO – JUROS COMPENSATÓRIOS E DE MORA.

1 – Sempre que por facto imputável ao sujeito passivo for retardada a liquidação ou tenha sido recebido reembolso superior ao devido, acrescem ao montante do imposto juros compensatórios nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Sempre que o imposto liquidado pelos serviços ou pelo sujeito passivo não seja pago até ao termo dos prazos legais estabelecidos, são devidos juros de mora nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

TÍTULO OITAVO – GARANTIAS.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS.

ARTIGO PRIMEIRO – RECURSO HIERÁRQUICO, RECLAMAÇÃO E IMPUGNAÇÃO.

1 – Os sujeitos passivos e as pessoas solidária ou subsidiariamente responsáveis pelo pagamento do imposto podem recorrer hierarquicamente nos termos previstos no presente livro, reclamar contra a respectiva liquidação ou impugná-la, com os fundamentos e nos termos estabelecidos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Os recursos hierárquicos, as reclamações e as impugnações não são admitidas se as liquidações forem ainda susceptíveis de correcção nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo único, do título sexto, do presente livro.

3 – As liquidações só podem ser anuladas sempre que esteja provado que o imposto não foi incluído na factura ou no documento equivalente, passado ao adquirente nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo único, do título sexto, do presente livro.

4 – As notificações efectuadas nos termos do disposto nos artigos 2º e 3º, do capítulo segundo, do título anterior, devem indicar as razões de facto e de direito da determinação da dívida do imposto, bem como os critérios e cálculos subjacentes aos montantes apurados.

5 – Os prazos para as reclamações ou impugnações previstas no número 2, contam-se a partir do dia imediato ao final do período referido nos números 3 e 6 do artigo 7º, do capítulo único, do título sexto, do presente livro.

ARTIGO SEGUNDO – REVISÃO OFICIOSA E PRAZO DO EXERCÍCIO DO DIREITO À DEDUÇÃO.

1 – Sempre que por motivos imputáveis aos serviços tenha sido liquidado imposto superior ao devido, procede-se à revisão oficiosa nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

2 – Sem prejuízo de disposições especiais, o direito ao reembolso do imposto entregue em excesso, só pode ser exercido até ao decurso de 92 dias, após o pagamento em excesso do imposto.

ARTIGO TERCEIRO – ANULAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO.

1 – Anulada a liquidação, quer oficiosamente, quer por decisão de entidade ou do órgão de soberania jurídico competente com trânsito em julgado, restitui-se a respectiva importância, mediante o processamento do correspondente título de crédito.

2 – No caso de pagamento do imposto em montante superior ao legalmente devido, resultante de erro imputável aos serviços, são devidos juros indemnizatórios nos

termos do disposto no artigo 4º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, a liquidar e pagar nos termos do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO QUARTO – RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO.

1 – O ministro do sector ministerial fiscal da natureza, pode ordenar o reembolso do imposto pago nos últimos 5 anos, sempre que o considerar indevidamente cobrado.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, os interessados apresentam juntamente com a solicitação, os documentos comprovativos da liquidação e do pagamento do imposto.

3 – O disposto no número 1, só é aplicável se não tiverem sido utilizados em tempo oportuno os meios próprios previstos no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

ARTIGO QUINTO – COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO.

1 – Se depois de efectuada a liquidação do imposto pelas entidades referidas no artigo 1º, do capítulo único, do título primeiro, do presente livro, for anulada a operação ou reduzido o seu valor tributável em consequência de erro, invalidade ou devolução, as entidades poderão efectuar a correcção do imposto liquidado e pago até à concorrência das liquidações e entregas seguintes relativas ao mesmo ano de exercício fiscal.

2 – No caso de erros materiais ou de cálculo do imposto liquidado e entregue, a correcção pelas entidades referidas no número anterior, poderá ser efectuada por compensação nas entregas seguintes relativas ao mesmo ano de exercício fiscal.

3 – A correcção do imposto nos termos dos números anteriores, se se reportar a anos de exercícios diferentes e sempre que por liquidação do imposto superior aos montantes devidos, processar-se-á por via de reembolso a solicitação do sujeito passivo ao órgão de soberania fiscal competente.

4 – O reembolso do imposto só poderá ser efectuado se devidamente enunciado na contabilidade e nos documentos contabilísticos a efectuar após o encerramento de cada um ano de exercício fiscal, nos termos do código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e do código do real imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

TÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – MATÉRIAS NÃO REGULADAS.

1 – Às matérias não reguladas no presente livro, aplica-se o livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código e subsidiariamente o disposto no código dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e o código do real imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas.

ARTIGO SEGUNDO – ASSINATURA DE DOCUMENTOS.

1 – As declarações, relações e comunicações são assinadas pelas entidades obrigadas à sua apresentação ou pelos seus representantes legais ou por gestor de negócios devidamente identificados.

2 – São recusadas as declarações, relações e comunicações que não se mostrem devidamente preenchidas e assinadas, sem prejuízo das sanções que possam competir para a falta da sua apresentação.

ARTIGO TERCEIRO – RECIBO DA ENTREGA DE DECLARAÇÕES.

1 – Sempre que a lei ordenar efectuar a entrega das declarações ou outros documentos em mais de um exemplar, um destes deve ser devolvido ao apresentante com menção do recibo.

ARTIGO QUARTO – REMESSA DE DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS PELOS SERVIÇOS POSTAIS E POR TELEFAX E TRANSMISSÃO ELECTRÓNICA DE DADOS.

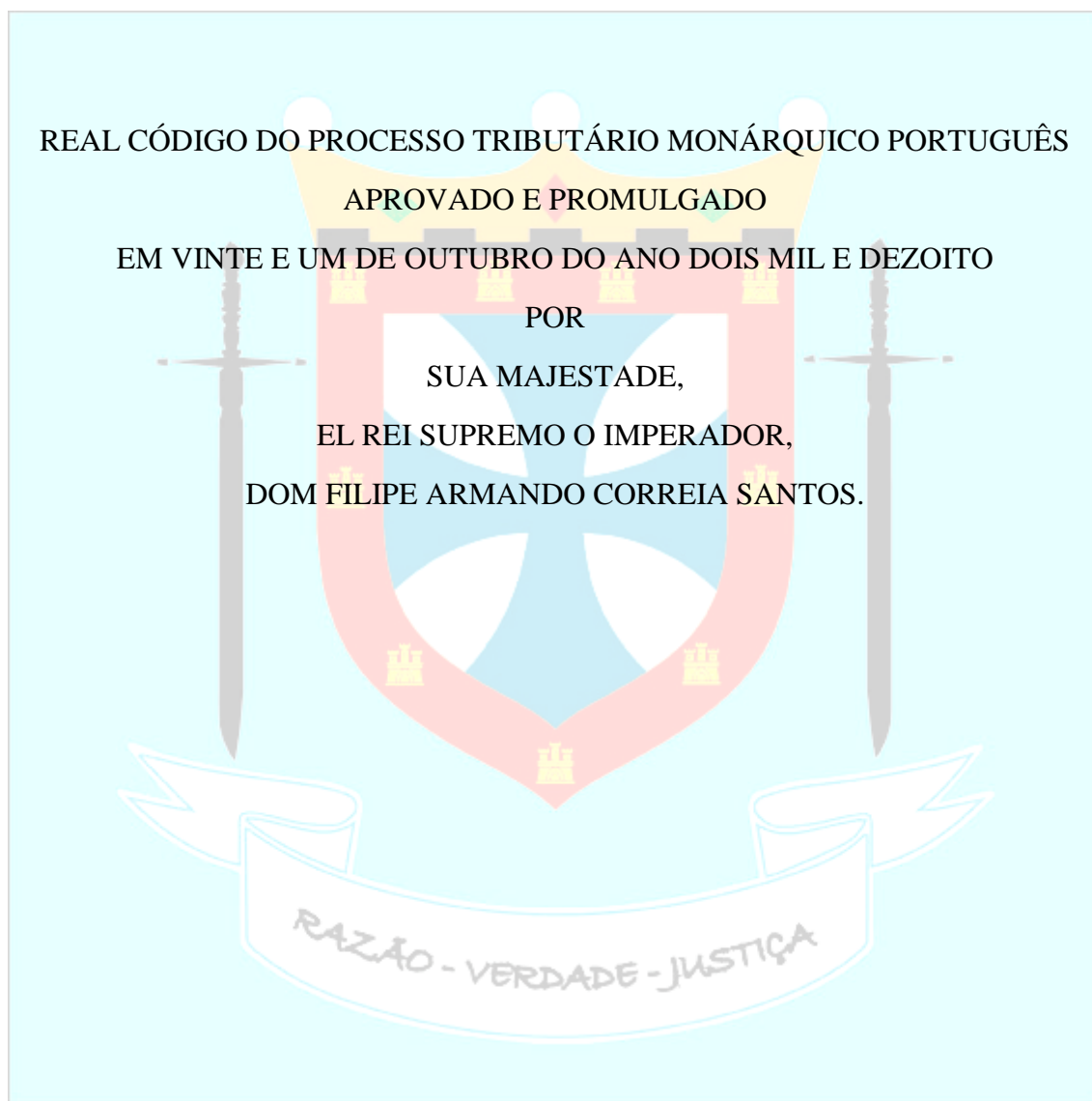
1 – Com excepção dos que devam ser enviados por transmissão electrónica de dados, as declarações previstas no presente código, assim como quaisquer outros documentos declarativos ou informativos que devam ser enviados aos órgãos de soberania fiscais, podem ser remetidos pelos serviços postais, sob registo postal acompanhados de um sobrescrito, devidamente endereçado e franquiado para a devolução imediata, também sob registo, dos duplicados ou documentos sempre que for o caso.

2 – No caso previsto no número anterior, a remessa deve ser efectuada de modo a que a recepção ocorra dentro do prazo fixado, considerando-se cumprido o prazo que prove que a remessa se fez com uma antecedência de 5 dias ao do termo do prazo de entrega.

3 - As declarações e documentos previstos no número 1, poderão ser enviados por telefax ou por correio electrónico nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e fiscal, sendo as notas de liquidação e de recepção processadas pelos serviços fiscais nos mesmos termos.

ARTIGO QUINTO – ENTRADA EM VIGOR.

1 – O REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS entra em vigor em todo o reino de Portugal passados 183 dias da sua publicação, divulgação e difusão pelos meios de comunicação social da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, devendo ser adoptado até ao momento do acto, os procedimentos regulamentares orgânicos, técnicos e tecnológicos exigidos à aplicação do presente diploma, vigorando até à sua entrada os decretos-leis promulgados pelo regime republicano sobre fiscalidade e tributação constantes do presente código.



ÍNDICE

REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO
MONÁRQUICO PORTUGUÊS 2:

LIVRO DÉCIMO QUINTO – CÓDIGO DAS PESSOAS COLECTIVAS – 2.

TÍTULO PRIMEIRO – PESSOAS COLECTIVAS – 2.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEIS, SUA INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO – 2.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E DETERMINAÇÃO DA LEI
PESSOAL DAS PESSOAS COLECTIVAS – 2.

ARTIGO SEGUNDO – PESSOAS COLECTIVAS INTERNACIONAIS
– 2.

CAPÍTULO SEGUNDO – RELAÇÕES JURÍDICAS DAS PESSOAS
COLECTIVAS – 2.

ARTIGO PRIMEIRO – NULIDADE DO ACTO DE CONSTITUIÇÃO
OU INSTITUIÇÃO – 2.

ARTIGO SEGUNDO – SEDE – 3.

ARTIGO TERCEIRO – CAPACIDADE – 3.

ARTIGO QUARTO – ÓRGÃOS – 3.

ARTIGO QUINTO – REPRESENTAÇÃO – 3.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DOS
TITULARES DOS ÓRGÃOS DA PESSOA COLECTIVA – 3.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS
COLECTIVAS – 4.

ARTIGO OITAVO – DESTINO DOS BENS NO CASO DE EXTINÇÃO
– 4.

TÍTULO SEGUNDO – CONTRATOS EM ESPECIAL DAS PESSOAS COLECTIVAS
– 4.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 4.

ARTIGO PRIMEIRO – NOÇÃO – 4.

ARTIGO SEGUNDO – FORMA – 5.

ARTIGO TERCEIRO – ALTERAÇÕES DO CONTRATO – 5.

CAPÍTULO SEGUNDO – RELAÇÕES ENTRE SÓCIOS, ASSOCIADOS OU COOPERADORES – 5.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTRADAS – 5.

ARTIGO SEGUNDO – EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO, GARANTIA E RISCO DO BEM – 5.

ARTIGO TERCEIRO – ADMINISTRAÇÃO – 6.

ARTIGO QUARTO – ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO – 6.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS ADMINISTRADORES – 6.

ARTIGO SEXTO – FISCALIZAÇÃO DOS SÓCIOS, ASSOCIADOS OU COOPERADORES – 7.

ARTIGO SÉTIMO – USO DOS BENS SOCIAIS – 7.

ARTIGO OITAVO – PROIBIÇÃO DE CONCORRÊNCIA – 7.

ARTIGO NONO – DISTRIBUIÇÃO PERIÓDICA DOS LUCROS – 7.

ARTIGO DÉCIMO – DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS E DAS PERDAS – 7.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DIVISÃO DEFERIDA A TERCEIRO – 8.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CLÁUSULA PACTUAL – 8.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CESSÃO DE QUOTAS – 8.

CAPÍTULO TERCEIRO – RELAÇÕES COM TERCEIROS – 8.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA PESSOA COLECTIVA – 8.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE PELAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS – 9.

ARTIGO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE POR FACTOS ILÍCITOS – 9.

ARTIGO QUARTO – CREDOR PARTICULAR DE SÓCIO, ASSOCIADO OU COOPERADOR – 9.

ARTIGO QUINTO – COMPENSAÇÃO – 10.

CAPÍTULO QUARTO – FALECIMENTO, EXONERAÇÃO OU EXCLUSÃO DE SÓCIOS, ASSOCIADOS OU COOPERADORES – 10.

ARTIGO PRIMEIRO – FALECIMENTO DE UM SÓCIO, ASSOCIADO OU COOPERADOR – 10.

ARTIGO SEGUNDO – EXONERAÇÃO – 10.

ARTIGO TERCEIRO – EXCLUSÃO – 11.

ARTIGO QUARTO – PERECIMENTO SUPERVENIENTE DO BEM – 11.

ARTIGO QUINTO – DELIBERAÇÃO SOBRE A EXCLUSÃO – 11.

ARTIGO SEXTO – EFICÁCIA DA EXONERAÇÃO OU EXCLUSÃO – 11.

CAPÍTULO QUINTO – DISSOLUÇÃO DA PESSOA COLECTIVA – 12.

ARTIGO PRIMEIRO – CAUSAS DE DISSOLUÇÃO – 12.

ARTIGO SEGUNDO – DISSOLUÇÃO POR ACORDO E PRORROGAÇÃO DO PRAZO – 12.

ARTIGO TERCEIRO – PODERES DOS ADMINISTRADORES DEPOIS DA DISSOLUÇÃO – 12.

CAPÍTULO SEXTO – LIQUIDAÇÃO DA PESSOA COLECTIVA E DE QUOTAS – 13.

ARTIGO PRIMEIRO – LIQUIDAÇÃO DA PESSOA COLECTIVA – 13.

ARTIGO SEGUNDO – FORMA DA LIQUIDAÇÃO – 13.

ARTIGO TERCEIRO – LIQUIDATÁRIOS – 13.

ARTIGO QUARTO – POSIÇÃO DOS LIQUIDATÁRIOS – 13.

ARTIGO QUINTO – TERMOS INICIAIS DA LIQUIDAÇÃO – 13.

ARTIGO SEXTO – PODERES DOS LIQUIDATÁRIOS – 14.

ARTIGO SÉTIMO – PAGAMENTO DO PASSIVO – 14.

ARTIGO OITAVO – RESTITUIÇÃO DOS BENS ATRIBUÍDOS EM USO E FRUIÇÃO – 14.

ARTIGO NONO – PARTILHA – 14.

ARTIGO DÉCIMO – REGRESSO À ACTIVIDADE SOCIAL – 15.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS, ASSOCIADOS OU COOPERADORES APÓS A LIQUIDAÇÃO – 15.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – LIQUIDAÇÃO DE QUOTAS – 15.

TÍTULO TERCEIRO – SOCIEDADES COMERCIAIS – 16.

CAPÍTULO PRIMEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO – 16.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO GERAL DA APLICAÇÃO – 16.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO SUBSIDIÁRIO – 16.

ARTIGO TERCEIRO – LEI PESSOAL – 16.

ARTIGO QUARTO – SOCIEDADES COM ACTIVIDADE EM PORTUGAL – 17.

ARTIGO QUINTO – FORMA ESCRITA – 17.

CAPÍTULO SEGUNDO – PERSONALIDADE E CAPACIDADE – 17.

ARTIGO PRIMEIRO – PERSONALIDADE – 17.

ARTIGO SEGUNDO – CAPACIDADE – 17.

CAPÍTULO TERCEIRO – CONTRATO DE SOCIEDADE – 18.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMA E PARTES DO CONTRATO – 18.

ARTIGO SEGUNDO – PARTICIPAÇÃO DOS CÔNJUGES EM SOCIEDADES – 18.

ARTIGO TERCEIRO – ELEMENTOS DO CONTRATO – 19.

ARTIGO QUARTO – REQUISITOS DA FIRMA – 19.

ARTIGO QUINTO – OBJECTO – 20.

ARTIGO SEXTO – SEDE – 20.

ARTIGO SÉTIMO – FORMAS LOCAIS DE REPRESENTAÇÃO – 21.

ARTIGO OITAVO – EXPRESSÃO DO CAPITAL – 21.

ARTIGO NONO – DURAÇÃO – 21.

ARTIGO DÉCIMO – VANTAGENS, INDEMNIZAÇÕES E RETRIBUIÇÕES – 21.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACORDOS PARASSOCIAIS – 21.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGISTO DO CONTRATO – 22.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ASSUNÇÃO PELA SOCIEDADE DE NEGÓCIOS ANTERIORES AO REGISTO – 22.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS – 23.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DIREITOS DOS SÓCIOS – 23.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E NAS PERDAS – 23.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – USUFRUTO E PENHOR DE PARTICIPAÇÕES – 24.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DIREITOS ESPECIAIS – 24.

ARTIGO DÉCIMO NONO – VALOR DA ENTRADA E VALOR DA PARTICIPAÇÃO – 25.

ARTIGO VIGÉSIMO – TEMPO DAS ENTRADAS – 25.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE ENTRADA – 25.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – VERIFICAÇÃO DAS ENTRADAS EM ESPÉCIE – 26.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – AQUISIÇÃO DE BENS A ACCIONISTAS – 27.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – DIREITOS DOS CREDORES QUANTO ÀS ENTRADAS – 27.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DELIBERAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE BENS E SEU CUMPRIMENTO – 28.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – LIMITE DA DISTRIBUIÇÃO DE BENS AOS SÓCIOS – 28.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – LUCROS E RESERVAS NÃO DISTRIBUÍVEIS – 29.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – RESTITUIÇÃO DE BENS INDEVIDAMENTE RECEBIDOS – 29.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – PERDA DE METADE DO CAPITAL – 30.

ARTIGO TRIGÉSIMO – RELAÇÕES ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE SOCIEDADE – 30.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – RELAÇÕES ENTRE SÓCIOS ANTES DO REGISTO – 30.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – RELAÇÕES DAS SOCIEDADES EM NOME COLECTIVO NÃO REGISTADAS COM TERCEIROS – 31.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – RELAÇÕES DAS SOCIEDADES EM COMANDITA SIMPLES NÃO REGISTADAS COM TERCEIROS – 31.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – RELAÇÕES DAS SOCIEDADES POR QUOTAS, ANÓNIMAS E EM COMANDITA POR ACCÇÕES NÃO REGISTADAS COM TERCEIROS – 31.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – INVALIDADE DO CONTRATO ANTES DO REGISTO – 32.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – NULIDADE DO CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS, ANÓNIMA OU EM COMANDITA POR ACCÇÕES REGISTADO – 32.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – INVALIDADE DO CONTRATO DE SOCIEDADE EM NOME COLECTIVO E EM COMANDITA SIMPLES – 32.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – ACCÇÃO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE E NOTIFICAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO – 33.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – VÍCIOS DA VONTADE E INCAPACIDADE NAS SOCIEDADES POR QUOTAS, ANÓNIMAS E EM COMANDITA POR ACCÇÕES – 33.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – VÍCIOS DA VONTADE E INCAPACIDADE NAS SOCIEDADES EM NOME COLECTIVO E EM COMANDITA SIMPLES – 33.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – EFEITOS DA ANULAÇÃO DO CONTRATO – 34.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – SÓCIOS ADMITIDOS NA SOCIEDADE POSTERIORES À CONSTITUIÇÃO – 34.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – NOTIFICAÇÃO DO SÓCIO PARA ANULAR OU CONFIRMAR O NEGÓCIO – 34.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – SATISFAÇÃO POR OUTRA VIA DO INTERESSE DO DEMANDANTE – 34.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – AQUISIÇÃO DA QUOTA DO AUTOR – 35.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – EFEITOS DA INVALIDADE – 35.

CAPÍTULO QUARTO – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS – 36.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMAS DE DELIBERAÇÃO – 36.

ARTIGO SEGUNDO – DELIBERAÇÕES UNÂNIMES E ASSEMBLEIAS UNIVERSAIS – 36.

ARTIGO TERCEIRO – FALTA DE CONSENTIMENTO DOS SÓCIOS – 36.

ARTIGO QUARTO – DELIBERAÇÕES NULAS – 37.

ARTIGO QUINTO – INICIATIVA DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO QUANTO A DELIBERAÇÕES NULAS – 37.

ARTIGO SEXTO – DELIBERAÇÕES ANULÁVEIS – 37.

ARTIGO SÉTIMO – ACÇÃO DE ANULAÇÃO – 38.

ARTIGO OITAVO – DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS ACÇÕES DE NULIDADE E DE ANULAÇÃO – 39.

ARTIGO NONO – EFICÁCIA DO CASO JULGADO – 39.

ARTIGO DÉCIMO – RENOVAÇÃO DA DELIBERAÇÃO – 39.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTAS – 40.

CAPÍTULO QUINTO – ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – 41.

ARTIGO ÚNICO – DEVERES FUNDAMENTAIS – 41.

CAPÍTULO SEXTO – APRECIACÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DA SOCIEDADE – 41.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVER DE RELATAR A GESTÃO E APRESENTAR CONTAS – 41.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGATORIEDADE AO PERÍODO DE EXERCÍCIO – 42.

ARTIGO TERCEIRO – RELATÓRIO DE GESTÃO – 42.

ARTIGO QUARTO – ANEXO ÀS CONTAS – 43.

ARTIGO QUINTO – FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DE DELIBERAÇÃO SOBRE AS MESMAS – 44.

ARTIGO SEXTO – RECUSA DE APROVAÇÃO DAS CONTAS – 45.

ARTIGO SÉTIMO – REGIME ESPECIAL DE INVALIDADE DAS DELIBERAÇÕES – 45.

ARTIGO OITAVO – PRESTAÇÃO DE CONTAS – 45.

ARTIGO NONO – DEPÓSITOS PARA SOCIEDADES EM NOME COLECTIVO E EM COMANDITA SIMPLES – 45.

CAPÍTULO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE CIVIL PELA CONSTITUIÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE – 46.

ARTIGO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE QUANTO À CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE – 46.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DE MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO PARA COM A SOCIEDADE – 46.

ARTIGO TERCEIRO – SOLIDARIEDADE NA RESPONSABILIDADE – 47.

ARTIGO QUARTO – CLÁUSULAS NULAS, RENÚNCIA E TRANSACÇÃO – 47.

ARTIGO QUINTO – ACCÇÃO DA SOCIEDADE – 47.

ARTIGO SEXTO – REPRESENTANTES ESPECIAIS – 48.

ARTIGO SÉTIMO – ACCÇÃO DE RESPONSABILIDADE PROPOSTA POR SÓCIOS – 48.

ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE PARA COM OS CREDORES SOCIAIS – 49.

ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE PARA COM OS SÓCIOS E TERCEIROS – 49.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE DE OUTRAS PESSOAS COM FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO – 49.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO – 50.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – 50.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO SÓCIO – 50.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – RESPONSABILIDADE DO SÓCIO ÚNICO – 51.

CAPÍTULO OITAVO – ALTERAÇÕES DO CONTRATO – 51.

ARTIGO PRIMEIRO – DELIBERAÇÃO DA ALTERAÇÃO – 51.

ARTIGO SEGUNDO – PROTECÇÃO DE SÓCIOS – 51.

ARTIGO TERCEIRO – REQUISITOS DA DELIBERAÇÃO DE AUMENTO DO CAPITAL – 51.

ARTIGO QUARTO – EFICÁCIA INTERNA DO AUMENTO DO CAPITAL – 52.

ARTIGO QUINTO – ENTRADAS E AQUISIÇÃO DE BENS – 52.

ARTIGO SEXTO – AUMENTO POR INCORPORAÇÃO DE RESERVAS – 53.

ARTIGO SÉTIMO – AUMENTO DAS PARTICIPAÇÕES DOS SÓCIOS – 53.

ARTIGO OITAVO – FISCALIZAÇÃO – 53.

ARTIGO NONO – CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA DE REDUÇÃO DO CAPITAL – 54.

ARTIGO DÉCIMO – DELIBERAÇÃO DE REDUÇÃO DO CAPITAL – 54.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TUTELA DOS CREDORES – 54.

CAPÍTULO NONO – FUSÃO DE SOCIEDADES – 55.

ARTIGO PRIMEIRO – NOÇÃO E MODALIDADE – 55.

ARTIGO SEGUNDO – PROJECTO DE FUSÃO – 55.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO DO PROJECTO – 56.

ARTIGO QUARTO – REGISTO DO PROJECTO E CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA – 57.

ARTIGO QUINTO – CONSULTA DE DOCUMENTOS – 58.

ARTIGO SEXTO – OPOSIÇÃO DOS CREDORES – 58.

ARTIGO SÉTIMO – EFEITOS DA OPOSIÇÃO – 58.

ARTIGO OITAVO – CREDORES OBRIGACIONISTAS – 59.

ARTIGO NONO – PORTADORES DE OUTROS TÍTULOS – 59.

ARTIGO DÉCIMO – REUNIÃO DA ASSEMBLEIA – 60.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DELIBERAÇÃO – 60.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PARTICIPAÇÃO DE UMA SOCIEDADE NO CAPITAL DE OUTRA – 60.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DIREITO DE EXONERAÇÃO DOS SÓCIOS – 61.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – FORMA E DISPOSIÇÃO APLICÁVEIS – 61.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGISTO DA FUSÃO – 61.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – EFEITOS DO REGISTO – 62.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CONDIÇÃO OU TERMO – 62.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESPONSABILIDADE EMERGENTE DA FUSÃO – 62.

ARTIGO DÉCIMO NONO – EFECTIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE NO CASO DE EXTINÇÃO DA SOCIEDADE – 62.

ARTIGO VIGÉSIMO – INCORPORAÇÃO DE SOCIEDADE DETIDA PELO MENOS A 67% POR OUTRA – 63.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – NULIDADE DA FUSÃO – 64.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – NOÇÃO E ÂMBITO DAS FUSÕES TRANSFRONTEIRIÇAS – 64.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – DIREITO APLICÁVEL – 64.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PROJECTOS COMUNS DE FUSÕES TRANSFRONTEIRIÇAS – 65.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DESIGNAÇÃO DE PERITOS – 65.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – FORMA E PUBLICIDADE – 65.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – APROVAÇÃO DO PROJECTO DE FUSÃO – 65.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – CERTIFICADO PRÉVIO E REGISTO DA FUSÃO – 66.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – EFEITOS DO REGISTO DA FUSÃO TRANSFRONTEIRIÇA – 66.

ARTIGO TRIGÉSIMO – INCORPORAÇÃO DE SOCIEDADE TOTALMENTE PERTENCENTE A OUTRA ANTERIOR À PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE COM SEDE EFECTIVA EM PORTUGAL – 67.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – FUSÃO POR AQUISIÇÃO TENDENTE AO DOMÍNIO TOTAL – 67.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – PARTICIPAÇÃO ESTATAL – 67.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – VALIDADE DA FUSÃO – 67.

CAPÍTULO DÉCIMO – CISÃO DE SOCIEDADES – 68.

ARTIGO PRIMEIRO – NOÇÃO E MODALIDADES – 68.

ARTIGO SEGUNDO – PROJECTO DE CISÃO – 68.

ARTIGO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS – 69.

ARTIGO QUARTO – EXCLUSÃO DE NOVAÇÃO – 69.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS – 69.

ARTIGO SEXTO – RESQUISITOS DA CISÃO SIMPLES – 69.

ARTIGO SÉTIMO – ACTIVO E PASSIVO DESTACÁVEIS – 70.

ARTIGO OITAVO – REDUÇÃO DO CAPITAL DA SOCIEDADE A CINDIR – 70.

ARTIGO NONO – CISÃO-DISSOLUÇÃO E EXTENSÃO – 70.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA NOVA SOCIEDADE – 71.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REQUISITOS ESPECIAIS DA CISÃO-FUSÃO – 71.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONSTITUIÇÃO DAS NOVAS SOCIEDADES – 71.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADES – 71.

ARTIGO PRIMEIRO – NOÇÃO E MODALIDADES – 71.

ARTIGO SEGUNDO – IMPEDIMENTOS À TRANSFORMAÇÃO – 72.

ARTIGO TERCEIRO – RELATÓRIO E CONVOCAÇÃO – 72.

ARTIGO QUARTO – QUÓRUM DELIBERATIVO – 72.

ARTIGO QUINTO – CONTEÚDO DAS DELIBERAÇÕES – 73.

ARTIGO SEXTO – ESCRITURA PÚBLICA DE TRANSFORMAÇÃO – 73.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS – 73.

ARTIGO OITAVO – DIREITO DE EXONERAÇÃO DOS SÓCIOS – 73.

ARTIGO NONO – CREDITORES OBRIGACIONISTAS – 74.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE ILIMITADA DE SÓCIOS – 74.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DIREITOS INCIDENTES SOBRE AS PARTICIPAÇÕES – 74.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGISTO DA TRANSFORMAÇÃO – 74.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE – 74.

ARTIGO PRIMEIRO – CASOS DE DISSOLUÇÃO IMEDIATA – 75.

ARTIGO SEGUNDO – CAUSAS DE DISSOLUÇÃO ADMINISTRATIVA OU POR DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS – 75.

ARTIGO TERCEIRO – CAUSAS DE DISSOLUÇÃO OFICIOSA – 75.

ARTIGO QUARTO – REGIME DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DISSOLUÇÃO – 76.

ARTIGO QUINTO – FORMA E REGISTO DA DISSOLUÇÃO – 76.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE – 76.

ARTIGO PRIMEIRO – NORMAS GERAIS – 76.

ARTIGO SEGUNDO – PARTILHA IMEDIATA – 77.

ARTIGO TERCEIRO – LIQUIDAÇÃO POR TRANSMISSÃO GLOBAL – 77.

ARTIGO QUARTO – OPERAÇÕES PRELIMINARES DA LIQUIDAÇÃO – 77.

ARTIGO QUINTO – DURAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO – 78.

ARTIGO SEXTO – LIQUIDATÁRIOS – 78.

ARTIGO SÉTIMO – DEVERES, PODERES E RESPONSABILIDADE DOS LIQUIDATÁRIOS – 79.

ARTIGO OITAVO – EXIGIBILIDADE DE DÉBITOS E CRÉDITOS DA SOCIEDADE – 79.

ARTIGO NONO – LIQUIDAÇÃO DO PASSIVO SOCIAL – 79.

ARTIGO DÉCIMO – CONTAS ANUAIS DOS LIQUIDATÁRIOS – 80.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PARTILHA DO ACTIVO RESTANTE – 80.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RELATÓRIO, CONTAS FINAIS E DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS – 81.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE DOS LIQUIDATÁRIOS PARA COM OS CREDORES SOCIAIS – 81.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ENTREGA DOS BENS PARTILHADOS – 81.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGISTO COMERCIAL – 81.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – REGRESSO À ACTIVIDADE – 82.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ACCÕES PENDENTES – 82.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PASSIVO SUPERVENIENTE – 82.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ACTIVO SUPERVENIENTE – 83.

ARTIGO VIGÉSIMO – LIQUIDAÇÃO NO CASO DE INVALIDADE DO CONTRATO – 83.

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO – PUBLICIDADE DE ACTOS SOCIAIS – 84.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTOS SUJEITOS A REGISTO – 84.

ARTIGO SEGUNDO – PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS – 84.

ARTIGO TERCEIRO – FALTA DE REGISTO OU PUBLICAÇÃO – 84.

ARTIGO QUARTO – RESPONSABILIDADE POR DISCORDÂNCIAS DE PUBLICIDADE – 85.

ARTIGO QUINTO – EFICÁCIA DE ACTOS PARA COM A SOCIEDADE – 85.

ARTIGO SEXTO – MENÇÕES EM ACTOS EXTERNOS – 85.

CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO – FISCALIZAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO – 86.

ARTIGO PRIMEIRO – REQUERIMENTO DE LIQUIDAÇÃO JUDICIAL – 86.

ARTIGO SEGUNDO – REGULARIZAÇÃO DA SOCIEDADE – 86.

CAPÍTULO DÉCIMO SEXTO – PRESCRIÇÃO – 86.

ARTIGO ÚNICO – PRESCRIÇÃO – 86.

TÍTULO QUARTO – SOCIEDADES EM NOME COLECTIVO – 87.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS E CONTRATO – 87.

ARTIGO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS – 87.

ARTIGO SEGUNDO – CONTEÚDO DO CONTRATO – 88.

ARTIGO TERCEIRO – FIRMA – 88.

ARTIGO QUARTO – SÓCIOS DE INDÚSTRIA – 88.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE PELO VALOR DAS ENTRADAS – 88.

ARTIGO SEXTO – PROIBIÇÃO DE CONCORRÊNCIA E DE PARTICIPAÇÃO NOUTRAS SOCIEDADES – 89.

ARTIGO SÉTIMO – DIREITO DOS SÓCIOS À INFORMAÇÃO – 89.

ARTIGO OITAVO – TRANSMISSÃO ENTRE VIVOS DE PARTE SOCIAL – 90.

ARTIGO NONO – EXECUÇÃO SOBRE A PARTE DO SÓCIO – 90.

ARTIGO DÉCIMO – FALECIMENTO DE UM SÓCIO – 90.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EXONERAÇÃO DO SÓCIO – 91.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – EXCLUSÃO DO SÓCIO – 92.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DESTINO DA PARTE SOCIAL EXTINTA – 92.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – LIQUIDAÇÃO DA PARTE – 93.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGISTO DE PARTES SOCIAIS – 93.

CAPÍTULO SEGUNDO – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS E DA GERÊNCIA – 93.

ARTIGO PRIMEIRO – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS – 93.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO DE VOTO – 94.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO DA GERÊNCIA – 94.

ARTIGO QUARTO – COMPETÊNCIA DOS GERENTES – 94.

ARTIGO QUINTO – FUNCIONAMENTO DA GERÊNCIA – 95.

CAPÍTULO TERCEIRO – ALTERAÇÕES DO CONTRATO – 95.

ARTIGO ÚNICO – ALTERAÇÕES DO CONTRATO – 95.

CAPÍTULO QUARTO – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE – 95.

ARTIGO PRIMEIRO – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE – 95.

ARTIGO SEGUNDO – REGRESSO À ACTIVIDADE E OPOSIÇÃO DE CREDORES – 96.

TÍTULO QUINTO – SOCIEDADES POR QUOTAS – 96.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS E CONTRATO – 96.

ARTIGO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE – 96.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DIRECTA DOS SÓCIOS PARA COM OS CREDORES SOCIAIS – 97.

ARTIGO TERCEIRO – CONTEÚDO DO CONTRATO – 97.

ARTIGO QUARTO – FIRMA – 97.

ARTIGO QUINTO – MONTANTE DO CAPITAL – 98.

CAPÍTULO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES E DIREITOS DOS SÓCIOS – 98.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÃO DE ENTRADA – 98.

ARTIGO SEGUNDO – TEMPO DAS ENTRADAS – 98.

ARTIGO TERCEIRO – AVISO AO SÓCIO REMISSO E EXCLUSÃO DESTE – 99.

ARTIGO QUARTO – VENDA DA QUOTA DO SÓCIO EXCLUÍDO – 99.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E DOS ANTERIORES TITULARES DA QUOTA – 100.

ARTIGO SEXTO – RESPONSABILIDADE DOS DEMAIS SÓCIOS – 100.

ARTIGO SÉTIMO – APLICAÇÃO DAS QUANTIAS OBTIDAS NA VENDA DA QUOTA – 101.

ARTIGO OITAVO – OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS – 101.

ARTIGO NONO – OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES – 102.

ARTIGO DÉCIMO – EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO – 102.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REGIME DA OBRIGAÇÃO DE EFECTUAR PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES – 102.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RESTITUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES – 103.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DIREITO DOS SÓCIOS À INFORMAÇÃO – 103.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – IMPEDIMENTO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DO SÓCIO – 104.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – INQUÉRITO JUDICIAL – 104.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITO AOS LUCROS DO EXERCÍCIO – 104.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – RESERVA LEGAL – 105.

CAPÍTULO TERCEIRO – QUOTAS – 105.

ARTIGO PRIMEIRO – UNIDADE E MONTANTE DA QUOTA – 105.

ARTIGO SEGUNDO – AQUISIÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS – 105.

ARTIGO TERCEIRO – DIVISÃO DE QUOTAS – 106.

ARTIGO QUARTO – DIREITOS E OBRIGAÇÕES INERENTES A QUOTA INDIVISA – 106.

ARTIGO QUINTO – REPRESENTANTE COMUM – 107.

ARTIGO SEXTO – DELIBERAÇÃO DOS CONTITULARES – 107.

ARTIGO SÉTIMO – TRANSMISSÃO DA QUOTA POR FALECIMENTO – 108.

ARTIGO OITAVO – TRANSMISSÃO DEPENDENTE DA VONTADE DOS SUCESSORES – 108.

ARTIGO NONO – PENDÊNCIA DA AMORTIZAÇÃO OU AQUISIÇÃO – 109.

ARTIGO DÉCIMO – TRANSMISSÃO ENTRE VIVOS E CESSÃO DE QUOTAS -109.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CLÁUSULAS CONTRATUAIS – 109.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SOLICITAÇÃO E PRESTAÇÃO DO CONSENTIMENTO – 110.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RECUSA DO CONSENTIMENTO – 110.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – AMORTIZAÇÃO DA QUOTA – 111.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PRESSUPOSTOS DA AMORTIZAÇÃO – 111.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FORMA E PRAZO DA AMORTIZAÇÃO – 112.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CONTRAPARTIDA DA AMORTIZAÇÃO – 112.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESSALVA DO CAPITAL – 112.

ARTIGO DÉCIMO NONO – EFEITOS INTERNOS E EXTERNOS QUANTO AO CAPITAL – 113.

ARTIGO VIGÉSIMO – CONTITULARIDADE E AMORTIZAÇÃO – 113.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – EXECUÇÃO DA QUOTA – 113.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – EXONERAÇÃO DE SÓCIO – 114.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – EXCLUSÃO DE SÓCIO – 115.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – EXCLUSÃO JUDICIAL DE SÓCIO – 115.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – EFICÁCIA DOS FACTOS RELATIVOS A QUOTAS – 115.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – PROMOÇÃO DO REGISTO – 116.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – PRIORIDADE DA PROMOÇÃO DO REGISTO – 116.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – SUCESSÃO DE REGISTOS – 116.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – DEVERES DA SOCIEDADE – 116.

ARTIGO TRIGÉSIMO – RESPONSABILIDADE CIVIL – 117.

CAPÍTULO QUARTO – CONTRATO DE SUPRIMENTO – 117.

ARTIGO PRIMEIRO – CONTRATO DE SUPRIMENTO – 117.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÃO E PERMISSÃO DE SUPRIMENTOS – 118.

ARTIGO TERCEIRO – REGIME DO CONTRATO – 118.

CAPÍTULO QUINTO – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS – 119.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA DOS SÓCIOS – 119.

ARTIGO SEGUNDO – FORMAS DE DELIBERAÇÃO – 119.

ARTIGO TERCEIRO – ASSEMBLEIAS GERAIS – 120.

ARTIGO QUARTO – REPRESENTAÇÃO EM DELIBERAÇÃO DE SÓCIOS – 121.

ARTIGO QUINTO – VOTOS – 121.

ARTIGO SEXTO – IMPEDIMENTO DE VOTO – 121.

CAPÍTULO SEXTO – GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO – 122.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPOSIÇÃO DA GERÊNCIA – 122.

ARTIGO SEGUNDO – SUBSTITUIÇÃO DE GERENTES – 122.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CONCORRÊNCIA – 123.

ARTIGO QUARTO – REMUNERAÇÃO – 123.

ARTIGO QUINTO – DURAÇÃO DA GERÊNCIA – 124.

ARTIGO SEXTO – DESTITUIÇÃO DE GERENTES – 124.

ARTIGO SÉTIMO – RENÚNCIA DE GERENTES – 124.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIA DA GERÊNCIA – 125.

ARTIGO NONO – VINCULAÇÃO DA SOCIEDADE – 125.

ARTIGO DÉCIMO – FUNCIONAMENTO DA GERÊNCIA PLURAL – 125.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – FISCALIZAÇÃO – 125.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE PREVENÇÃO – 126.

CAPÍTULO SÉTIMO – APRECIÇÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DA SOCIEDADE – 126.

ARTIGO ÚNICO – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO – 127.

CAPÍTULO OITAVO – ALTERAÇÕES DO CONTRATO – 127.

ARTIGO PRIMEIRO – MAIORIA NECESSÁRIA – 127.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO DE PREFERÊNCIA – 127.

ARTIGO TERCEIRO – ALIENAÇÃO DO DIREITO DE PARTICIPAR NO AUMENTO DE CAPITAL – 128.

ARTIGO QUARTO – OBRIGAÇÕES E DIREITOS DE ANTIGOS E NOVOS SÓCIOS EM AUMENTO DE CAPITAL – 128.

ARTIGO QUINTO – AUMENTO DE CAPITAL E DIREITO DE USUFRUTO – 129.

CAPÍTULO NONO – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE – 129.

ARTIGO ÚNICO – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE – 129.

CAPÍTULO DÉCIMO – SOCIEDADES UNIPESSOAIS POR QUOTAS – 130.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO – 130.

ARTIGO SEGUNDO – FIRMA – 130.

ARTIGO TERCEIRO – EFEITOS DA UNIPESSOALIDADE – 130.

ARTIGO QUARTO – PLURALIDADE DE SÓCIOS – 131.

ARTIGO QUINTO – DECISÕES DE SÓCIO – 131.

ARTIGO SEXTO – CONTRATO DO SÓCIO COM A SOCIEDADE UNIPESSOAL – 131.

ARTIGO SÉTIMO – DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS – 131.

TÍTULO SEXTO – SOCIEDADES ANÓNIMAS – 132.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS E CONTRATO – 132.

ARTIGO PRIMEIRO – CARACTERÍSTICAS – 132.

ARTIGO SEGUNDO – CONTEÚDO OBRIGATÓRIO DO CONTRATO – 132.

ARTIGO TERCEIRO – NÚMERO DE ACCIONISTAS – 132.

ARTIGO QUARTO – AQUISIÇÃO DA QUALIDADE DE SÓCIO – 132.

ARTIGO QUINTO – FIRMA – 133.

ARTIGO SEXTO – VALOR NOMINAL DO CAPITAL E DAS ACCÇÕES – 133.

ARTIGO SÉTIMO – ENTRADAS – 133.

ARTIGO OITAVO – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO – 134.

ARTIGO NONO – CONSTITUIÇÃO COM APELO A SUBSCRIÇÃO PÚBLICA – 134.

ARTIGO DÉCIMO – SUBSCRIÇÃO INCOMPLETA – 135.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ASSEMBLEIA CONSTITUTIVA – 136.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGIME ESPECIAL DE INVALIDADE DA DELIBERAÇÃO – 137.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CONTRATO DE SOCIEDADE – 137.

CAPÍTULO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES E DIREITOS DOS ACCIONISTAS – 137.

ARTIGO PRIMEIRO – REALIZAÇÃO DAS ENTRADAS – 137.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DOS ANTECESSORES – 138.

ARTIGO TERCEIRO – OBRIGAÇÃO DE PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS – 138.

ARTIGO QUARTO – DIREITO MÍNIMO À INFORMAÇÃO – 139.

ARTIGO QUINTO – INFORMAÇÕES PREPARATÓRIAS DA ASSEMBLEIA GERAL – 140.

ARTIGO SEXTO – INFORMAÇÕES EM ASSEMBLEIA GERAL – 140.

ARTIGO SÉTIMO – DIREITO COLECTIVO À INFORMAÇÃO – 141.

ARTIGO OITAVO – INQUÉRITO JUDICIAL – 141.

ARTIGO NONO – OUTROS TITULARES DO DIREITO À INFORMAÇÃO – 142.

ARTIGO DÉCIMO – DIREITO AOS LUCROS DO EXERCÍCIO – 142.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESERVA LEGAL – 143.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – UTILIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL – 144.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ADIANTAMENTOS SOBRE LUCROS NO DECURSO DO EXERCÍCIO – 144.

CAPÍTULO TERCEIRO – ACÇÕES – 145.

ARTIGO PRIMEIRO – VALOR DE EMISSÃO DAS ACÇÕES – 145.

ARTIGO SEGUNDO – ACÇÕES NOMINATIVAS E AO PORTADOR OU NÃO – 145.

ARTIGO TERCEIRO – CUPÕES – 145.

ARTIGO QUARTO – CATEGORIAS DE ACÇÕES – 145.

ARTIGO QUINTO – CONTITULARIDADE DA ACÇÃO – 145.

ARTIGO SEXTO – TÍTULOS PROVISÓRIOS E EMISSÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS – 145.

ARTIGO SÉTIMO – SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS – 146.

ARTIGO OITAVO – CASOS DA AQUISIÇÃO LÍCITA DE ACÇÕES PRÓPRIAS – 146.

ARTIGO NONO – ACÇÕES PRÓPRIAS NÃO LIBERADAS – 147.

ARTIGO DÉCIMO – DELIBERAÇÃO DE AQUISIÇÃO – 147.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DELIBERAÇÃO DE ALIENAÇÃO – 148.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – IGUALDADE DE TRATAMENTO DOS ACCIONISTAS – 148.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS PARA AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS – 148.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – TEMPO DE DETENÇÃO DAS ACÇÕES – 149.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGIME DAS ACÇÕES PRÓPRIAS – 149.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PENHOR E CAUÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS – 149.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – SUBSCRIÇÃO, AQUISIÇÃO E DETENÇÃO DE ACÇÕES – 150.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – REGIME DA SUBSCRIÇÃO, AQUISIÇÃO E DETENÇÃO DE ACÇÕES – 150.

ARTIGO DÉCIMO NONO – LIMITAÇÕES À TRANSMISSÃO DE ACÇÕES – 150.

ARTIGO VIGÉSIMO – CONCESSÃO E RECUSA DO CONSENTIMENTO – 151.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – EMISSÃO E DIREITOS DOS ACCIONISTAS DE ACÇÕES PREFERENCIAIS SEM VOTO – 152.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – FALTA DE PAGAMENTO DO DIVIDENDO PRIORITÁRIO – 152.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL – 152.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – CONVERSÃO DE ACÇÕES – 153.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – ACÇÕES PREFERENCIAIS REMÍVEIS – 153.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – AMORTIZAÇÃO DE ACÇÕES SEM REDUÇÃO DE CAPITAL – 154.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – AMORTIZAÇÃO DE ACÇÕES COM REDUÇÃO DO CAPITAL – 155.

CAPÍTULO QUARTO – OBRIGAÇÕES – 155.

ARTIGO PRIMEIRO – EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES – 155.

ARTIGO SEGUNDO – LIMITE DE EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES – 156.

ARTIGO TERCEIRO – DELIBERAÇÃO – 157.

ARTIGO QUARTO – REGISTO – 157.

ARTIGO QUINTO – DENOMINAÇÃO DO VALOR NOMINAL DAS OBRIGAÇÕES – 157.

ARTIGO SEXTO – SUBSCRIÇÃO PÚBLICA INCOMPLETA – 157.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÕES PRÓPRIAS – 158.

ARTIGO OITAVO – ASSEMBLEIA DE OBRIGACIONISTAS – 158.

ARTIGO NONO – INVALIDADE DAS DELIBERAÇÕES – 159.

ARTIGO DÉCIMO – REPRESENTANTE COMUM DOS OBRIGACIONISTAS – 159.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESIGNAÇÃO E DESTITUIÇÃO DO REPRESENTANTE COMUM – 159.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO REPRESENTANTE COMUM – 160.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES – 160.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – JURO SUPLEMENTAR OU PRÉMIO DE REEMBOLSO – 161.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – LUCROS A CONSIDERAR – 161.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO PELA ASSEMBLEIA GERAL DOS ACCIONISTAS – 162.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PAGAMENTO DE JURO SUPLEMENTAR E DO PRÉMIO DO REEMBOLSO – 162.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS EM ACÇÕES – 163.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS EM ACÇÕES – 163.

ARTIGO VIGÉSIMO – DIREITO DE PREFERÊNCIA DOS ACCIONISTAS – 164.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE ALTERAÇÕES NA SOCIEDADE – 164.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ATRIBUIÇÃO DE JUROS E DE DIVIDENDOS – 164.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – FORMALIZAÇÃO E REGISTO DO AUMENTO DO CAPITAL – 165.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – EMISSÃO DE ACÇÕES PARA CONVERSÃO DE OBRIGAÇÕES – 165.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CONCORDATA COM CREDORES E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE – 166.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – OBRIGAÇÕES COM DIREITO DE SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES – 166.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – REGIME – 166.

CAPÍTULO QUINTO – DELIBERAÇÕES DOS ACCIONISTAS – 167.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMA E ÂMBITO DAS DELIBERAÇÕES – 167.

ARTIGO SEGUNDO – MESA DA ASSEMBLEIA GERAL – 167.

ARTIGO TERCEIRO – INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL – 167.

ARTIGO QUARTO – ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACCIONISTAS – 168.

ARTIGO QUINTO – ASSEMBLEIA GERAL ANUAL – 168.

ARTIGO SEXTO – CONVOCAÇÃO E FORMA DA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL – 169.

ARTIGO SÉTIMO – INCLUSÃO DE ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA – 170.

ARTIGO OITAVO – PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA – 170.

ARTIGO NONO – REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS – 171.

ARTIGO DÉCIMO – SOLICITAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – 171.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LISTA DE PRESENÇAS – 172.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – QUÓRUM – 172.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – VOTOS – 172.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – UNIDADE DE VOTO – 174.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – MAIORIA – 174.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – SUSPENSÃO DA SESSÃO – 175.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ACTAS – 175.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ASSEMBLEIAS ESPECIAIS DE ACCIONISTAS – 175.

CAPÍTULO SEXTO – ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E SECRETÁRIO DA SOCIEDADE – 175.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 175.

ARTIGO SEGUNDO – DESIGNAÇÃO – 176.

ARTIGO TERCEIRO – NORMAS ESPECIAIS DE ELEIÇÃO – 176.

ARTIGO QUARTO – SUBSTITUIÇÃO DE ADMINISTRADORES – 177.

ARTIGO QUINTO – NOMEAÇÃO JUDICIAL DE ADMINISTRADORES – 178.

ARTIGO SEXTO – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 178.

ARTIGO SÉTIMO – CAUÇÃO – 179.

ARTIGO OITAVO – NEGÓCIOS COM A SOCIEDADE – 179.

ARTIGO NONO – EXERCÍCIO DE OUTRAS ACTIVIDADES – 180.

ARTIGO DÉCIMO – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES – 180.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SUSPENSÃO DE ADMINISTRADORES – 181.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INCAPACIDADE SUPERVENIENTE – 181.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REFORMA DOS ADMINISTRADORES – 181.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DESTITUIÇÃO DOS ADMINISTRADORES – 181.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – RENÚNCIA – 182.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 182.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PODERES DE GESTÃO – 182.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DELEGAÇÃO DE PODERES DE GESTÃO – 183.

ARTIGO DÉCIMO NONO – REPRESENTAÇÃO – 184.

ARTIGO VIGÉSIMO – VINCULAÇÃO DA SOCIEDADE – 184.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REUNIÕES E DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 185.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INVALIDADE DE DELIBERAÇÕES – 185.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ARGUIÇÃO DA INVALIDADE DE DELIBERAÇÕES – 186.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA DA FISCALIZAÇÃO – 186.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – COMPOSIÇÃO QUALITATIVA – 187.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – INCOMPATIBILIDADES – 188.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL – 189.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – DESIGNAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO – 189.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – NOMEAÇÃO OFICIOSA DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – 189.

ARTIGO TRIGÉSIMO – NOMEAÇÃO JUDICIAL A REQUERIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO OU DE ACCIONISTAS – 190.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – NOMEAÇÃO JUDICIAL A REQUERIMENTO DE MINORIAS – 190.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – CAUÇÃO E SEGURO DE RESPONSABILIDADE – 191.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – DESTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS OU DO FISCAL ÚNICO – 191.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – COMPETÊNCIAS DO FISCAL ÚNICO E DO CONSELHO FISCAL – 191.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – DEVER DE VIGILÂNCIA – 194.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – PODERES DO FISCAL ÚNICO E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL – 195.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – DEVERES DO FISCAL ÚNICO E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL – 195.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL – 196.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – REUNIÕES E DELIBERAÇÕES – 196.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – NORMA DE REMISSÃO – 197.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 197.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 197.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – REMUNERAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 198.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – DESTITUIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 198.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 198.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – DEVERES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 199.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO – REMISSÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 200.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO – 200.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO – DESIGNAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO – 200.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO – NOMEAÇÃO JUDICIAL DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO – 201.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO – PRESIDENTE – 201.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO – EXERCÍCIO DE OUTRAS ACTIVIDADES E NEGÓCIOS COM A SOCIEDADE – 201.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO – 201.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUARTO – DESTITUIÇÃO E SUSPENSÃO – 201.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUINTO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO – 202.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEXTO – RELAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO COM O CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 202.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO – REMISSÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO – 203.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO OITAVO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 203.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO NONO – DESIGNAÇÃO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 204.

ARTIGO SEXAGÉSIMO – PRESIDÊNCIA DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 204.

ARTIGO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO – INCOMPATIBILIDADES ENTRE FUNÇÕES DE ADMINISTRADOR E DE MEMBRO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 204.

ARTIGO SEXAGÉSIMO SEGUNDO – SUBSTITUIÇÃO – 205.

ARTIGO SEXAGÉSIMO TERCEIRO – NOMEAÇÃO JUDICIAL – 205.

ARTIGO SEXAGÉSIMO QUARTO – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 205.

ARTIGO SEXAGÉSIMO QUINTO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 206.

ARTIGO SEXAGÉSIMO SEXTO – DEVER DE SEGREDO – 207.

ARTIGO SEXAGÉSIMO SÉTIMO – PODERES DE GESTÃO – 207.

ARTIGO SEXAGÉSIMO OITAVO – PODERES DE REPRESENTAÇÃO – 207.

ARTIGO SEXAGÉSIMO NONO – COMISSÕES DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 207.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO – REMISSÕES DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 208.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO PRIMEIRO – DESIGNAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – 208.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO SEGUNDO – DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA SOCIEDADE – 209.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO TERCEIRO – COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO – 209.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO QUARTO – PERÍODO DE DURAÇÃO DAS FUNÇÕES – 210.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO QUINTO – REGIME FACULTATIVO DE DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO – 210.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO SEXTO – REGISTO DO CARGO – 210.

ARTIGO SEPTUAGÉSIMO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE – 210.

CAPÍTULO SÉTIMO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES E ABUSO DE INFORMAÇÃO – 211.

ARTIGO PRIMEIRO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO – 211.

ARTIGO SEGUNDO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS – 212.

ARTIGO TERCEIRO – ABUSO DE INFORMAÇÃO – 212.

ARTIGO QUARTO – INQUÉRITO JUDICIAL – 213.

CAPÍTULO OITAVO – APRECIÇÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DA SOCIEDADE – 213.

ARTIGO PRIMEIRO – EXAME DAS CONTAS NAS SOCIEDADES COM CONSELHO FISCAL E COM COMISSÃO DE AUDITORIA – 213.

ARTIGO SEGUNDO – APRECIÇÃO PELO CONSELHO FISCAL E PELA COMISSÃO DE AUDITORIA – 214.

ARTIGO TERCEIRO – EXAME DAS CONTAS NAS SOCIEDADES COM CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 215.

ARTIGO QUARTO – APRECIÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO – 215.

CAPÍTULO NONO – AUMENTO E REDUÇÃO DO CAPITAL – 215.

ARTIGO PRIMEIRO – AUMENTO DO CAPITAL DELIBERADO PELO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO – 215.

ARTIGO SEGUNDO – SUBSCRIÇÃO INCOMPLETA – 216.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE PREFERÊNCIA – 216.

ARTIGO QUARTO – AVISO E PRAZO PARA O EXERCÍCIO DE PREFERÊNCIA – 217.

ARTIGO QUINTO – LIMITAÇÃO OU SUPRESSÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA – 217.

ARTIGO SEXTO – SUBSCRIÇÃO INDIRECTA – 218.

ARTIGO SÉTIMO – AUMENTO DE CAPITAL E DIREITO DE USUFRUTO – 218.

ARTIGO OITAVO – REDUÇÃO DO CAPITAL POR EXTINÇÃO DE ACCÕES PRÓPRIAS – 218.

CAPÍTULO DÉCIMO – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE – 219.

ARTIGO ÚNICO – DISSOLUÇÃO – 219.

TÍTULO SÉTIMO – SOCIEDADES EM COMANDITA – 219.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 219.

ARTIGO PRIMEIRO – NOÇÃO – 219.

ARTIGO SEGUNDO – CONTRATO DE SOCIEDADE – 220.

ARTIGO TERCEIRO – FIRMA – 220.

ARTIGO QUARTO – ENTRADA DE SÓCIO COMANDITÁRIO – 220.

ARTIGO QUINTO – TRANSMISSÃO DE PARTES DE SÓCIOS COMANDITADOS – 221.

ARTIGO SEXTO – GERÊNCIA – 221.

ARTIGO SÉTIMO – DESTITUIÇÃO DE SÓCIOS GERENTES – 221.

ARTIGO OITAVO – DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS – 221.

ARTIGO NONO – DISSOLUÇÃO – 222.

CAPÍTULO SEGUNDO – SOCIEDADES EM COMANDITA SIMPLES – 222.

ARTIGO PRIMEIRO – DIREITO SUBSIDIÁRIO – 222.

ARTIGO SEGUNDO – TRANSMISSÃO DE PARTES DE SÓCIOS COMANDITÁRIOS – 222.

ARTIGO TERCEIRO – ALTERAÇÃO E OUTROS FACTOS RELATIVOS AO CONTRATO – 222.

ARTIGO QUARTO – PROIBIÇÃO DE CONCORRÊNCIA – 223.

CAPÍTULO TERCEIRO – SOCIEDADES EM COMANDITA POR ACÇÕES – 223.

ARTIGO PRIMEIRO – DIREITO SUBSIDIÁRIO – 223.

ARTIGO SEGUNDO – NÚMERO DE SÓCIOS – 223.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE FISCALIZAÇÃO E DE INFORMAÇÃO – 223.

TÍTULO OITAVO – SOCIEDADES COLIGADAS – 223.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 223.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DE APLICAÇÃO DAS SOCIEDADES COLIGADAS – 223.

ARTIGO SEGUNDO – SOCIEDADES COLIGADAS – 224.

CAPÍTULO SEGUNDO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE SIMPLES PARTICIPAÇÃO, DE PARTICIPAÇÕES RECÍPROCAS E DE DOMÍNIO – 224.

ARTIGO PRIMEIRO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE SIMPLES PARTICIPAÇÃO – 224.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE COMUNICAÇÃO – 225.

ARTIGO TERCEIRO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES RECÍPROCAS – 225.

ARTIGO QUARTO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO – 226.

ARTIGO QUINTO – PROIBIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES – 226.

CAPÍTULO TERCEIRO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO – 226.

ARTIGO PRIMEIRO – DOMÍNIO TOTAL INICIAL – 226.

ARTIGO SEGUNDO – DOMÍNIO TOTAL SUPERVENIENTE – 227.

ARTIGO TERCEIRO – AQUISIÇÕES TENDENTES AO DOMÍNIO TOTAL – 227.

ARTIGO QUARTO – REMISSÃO DO DOMÍNIO TOTAL – 228.

ARTIGO QUINTO – REGIME DO CONTRATO DE GRUPO PARITÁRIO – 228.

ARTIGO SEXTO – NOÇÃO DE CONTRATO DE SUBORDINAÇÃO – 229.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÕES ESSENCIAIS DA SOCIEDADE DIRECTORA – 229.

ARTIGO OITAVO – PROJECTO DE CONTRATO DE SUBORDINAÇÃO – 230.

ARTIGO NONO – REMISSÃO DE SUBORDINAÇÃO – 230.

ARTIGO DÉCIMO – POSIÇÃO DOS SÓCIOS LIVRES – 231.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CELEBRAÇÃO E REGISTO DO CONTRATO – 231.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DIREITO DOS SÓCIOS LIVRES – 231.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – GARANTIA DE LUCROS – 231.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – RESPONSABILIDADE PARA COM OS CREDORES DA SOCIEDADE SUBORDINADA – 232.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – RESPONSABILIDADE POR PERDAS DA SOCIEDADE SUBORDINADA – 232.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITO DE DAR INSTRUÇÕES – 232.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DEVERES E RESPONSABILIDADES – 233.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO – 233.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TERMO DO CONTRATO – 233.

ARTIGO VIGÉSIMO – AQUISIÇÃO DO DOMÍNIO TOTAL – 234.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – CONVENÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE LUCROS – 234.

CAPÍTULO QUARTO – APRECIACÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DE SOCIEDADES OBRIGADAS À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – 234.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – 234.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIOS GERAIS SOBRE A ELABORAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS – 235.

ARTIGO TERCEIRO – RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO – 235.

ARTIGO QUARTO – FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS – 236.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – 237.

ARTIGO SEXTO – ANEXO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS – 237.

TÍTULO NONO – ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 238.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO – 238.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES – 238.

ARTIGO SEGUNDO – FORMA DO ACTO CONSTITUTIVO – 238.

ARTIGO TERCEIRO – FORMAÇÃO DO CAPITAL – 239.

ARTIGO QUARTO – REGISTO E PUBLICAÇÃO DO ACTO CONSTITUTIVO – 240.

ARTIGO QUINTO – EFICÁCIA DO ACTO CONSTITUTIVO EM RELAÇÃO A TERCEIROS – 240.

ARTIGO SEXTO – RESPONSABILIDADE PELA CONSTITUIÇÃO – 240.

CAPÍTULO SEGUNDO – ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO – 240.

ARTIGO PRIMEIRO – ADMINISTRAÇÃO – 240.

ARTIGO SEGUNDO – ACTOS EXTERNOS – 241.

ARTIGO TERCEIRO – DÍVIDAS PELAS QUAIS RESPONDE O PATRIMÓNIO DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 241.

ARTIGO QUARTO – RESPONSABILIDADE PELAS DÍVIDAS DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 241.

CAPÍTULO TERCEIRO – ELABORAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS – 241.

ARTIGO PRIMEIRO – ELABORAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS – 242.

ARTIGO SEGUNDO – REMUNERAÇÃO – 242.

ARTIGO TERCEIRO – INTANGIBILIDADE DO CAPITAL – 242.

ARTIGO QUARTO – RESERVA LEGAL – 242.

CAPÍTULO QUARTO – ALTERAÇÃO DO ACTO CONSTITUTIVO – 243.

ARTIGO PRIMEIRO – REQUISITOS DE FORMA E PUBLICIDADE – 243.

ARTIGO SEGUNDO – AUMENTO DO CAPITAL MEDIANTE NOVAS ENTRADAS – 243.

ARTIGO TERCEIRO – AUMENTO DO CAPITAL MEDIANTE INCORPORAÇÃO DE RESERVAS – 243.

ARTIGO QUARTO – REDUÇÃO DO CAPITAL – 244.

CAPÍTULO QUINTO – NEGOCIAÇÃO, ONERAÇÃO E PENHORA DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 244.

ARTIGO PRIMEIRO – NEGÓCIO JURÍDICOS E DIREITOS SOBRE O ESTABELECIMENTO – 244.

ARTIGO SEGUNDO – PENHORA DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 245.

CAPÍTULO SEXTO – LIQUIDAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 245.

ARTIGO PRIMEIRO – FALECIMENTO DO TITULAR OU SEPARAÇÃO PATRIMONIAL DOS CÔNJUGES – 245.

ARTIGO SEGUNDO – CASOS DE LIQUIDAÇÃO IMEDIATA – 246.

ARTIGO TERCEIRO – LIQUIDAÇÃO POR VIA ADMINISTRATIVA – 246.

ARTIGO QUARTO – PUBLICAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO – 247.

ARTIGO QUINTO – PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO – 247.

ARTIGO SEXTO – LIQUIDATÁRIO – 247.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE DO LIQUIDATÁRIO – 248.

ARTIGO OITAVO – DEVERES E PODERES DO LIQUIDATÁRIO – 248.

ARTIGO NONO – LIQUIDAÇÃO DO PASSIVO DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 248.

ARTIGO DÉCIMO – CONTAS ANUAIS DA LIQUIDAÇÃO – 249.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RELATÓRIOS, CONTAS FINAIS E INSCRIÇÃO NO REGISTO COMERCIAL – 249.

TÍTULO DÉCIMO – COOPERATIVAS – 249.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 249.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO – 249.

ARTIGO SEGUNDO – NOÇÃO – 250.

ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIOS COOPERATIVOS – 250.

ARTIGO QUARTO – ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE – 250.

ARTIGO QUINTO – GESTÃO MONÁRQUICA PELOS MEMBROS – 250.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA DOS MEMBROS – 250.

ARTIGO SÉTIMO – AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA – 251.

ARTIGO OITAVO – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO – 251.

ARTIGO NONO – INTERCOOPERAÇÃO – 251.

ARTIGO DÉCIMO – INTERESSE PELA COMUNIDADE – 251.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RAMOS DO SECTOR COOPERATIVO – 251.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ESPÉCIES DE COOPERATIVAS – 252.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – COOPERATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO – 252.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INICIATIVA COOPERATIVA – 252.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ASSOCIAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS E OUTRAS PESSOAS COLECTIVAS – 252.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITO SUBSIDIÁRIO – 253.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONSTITUIÇÃO – 253.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMA DE CONSTITUIÇÃO – 253.

ARTIGO SEGUNDO – NÚMERO MÍNIMO DE COOPERADORES – 253.

ARTIGO TERCEIRO – ASSEMBLEIA DE FUNDADORES – 253.

ARTIGO QUARTO – ACTA – 253.

ARTIGO QUINTO – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS – 254.

ARTIGO SEXTO – DENOMINAÇÃO – 254.

ARTIGO SÉTIMO – ELEMENTOS DOS ESTATUTOS – 254.

ARTIGO OITAVO – AQUISIÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA – 255.

ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE ANTES DO REGISTO – 255.

CAPÍTULO TERCEIRO – MEMBROS – 255.

ARTIGO PRIMEIRO – COOPERADORES – 255.

ARTIGO SEGUNDO – MEMBROS INVESTIDORES – 256.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITOS DOS COOPERADORES – 256.

ARTIGO QUARTO – DEVERES DOS COOPERADORES – 257.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE DOS COOPERADORES – 257.

ARTIGO SEXTO – DEMISSÃO – 257.

ARTIGO SÉTIMO – REGIME DISCIPLINAR – 258.

ARTIGO OITAVO – EXCLUSÃO – 258.

CAPÍTULO QUARTO – ÓRGÃOS DAS COOPERATIVAS – 259.

ARTIGO PRIMEIRO – ÓRGÃOS – 259.

ARTIGO SEGUNDO – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – 259.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – 260.

ARTIGO QUARTO – PERDA DO MANDATO – 260.

ARTIGO QUINTO – INCOMPATIBILIDADES – 261.

ARTIGO SEXTO – FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS – 261.

ARTIGO SÉTIMO – DEFINIÇÃO, COMPOSIÇÃO E DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL – 261.

ARTIGO OITAVO – SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA ASSEMBLEIA GERAL – 262.

ARTIGO NONO – MESA DA ASSEMBLEIA GERAL – 262.

ARTIGO DÉCIMO – CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL – 263.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – QUÓRUM DA ASSEMBLEIA GERAL – 263.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL – 264.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL – 264.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VOTAÇÃO – 264.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – VOTO PLURAL – 265.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – VOTO POR CORRESPONDÊNCIA – 265.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – VOTO POR REPRESENTAÇÃO – 266.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ASSEMBLEIAS SECTORIAIS – 266.

ARTIGO DÉCIMO NONO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 266.

ARTIGO VIGÉSIMO – DEVERES DOS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO – 266.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 267.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 268.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – FORMA DE OBRIGAR A COOPERATIVA – 268.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – DELEGAÇÃO DE PODERES – 268.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL – 268.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – DEVERES DOS TITULARES DO CONSELHO FISCAL – 269.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FISCAL – 269.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL – 270.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – QUÓRUM DO CONSELHO FISCAL – 270.

ARTIGO TRIGÉSIMO – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 270.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 271.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – DEVERES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 271.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – REUNIÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 271.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – DESTITUIÇÃO DE TITULARES DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 271.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – NORMA DE REMISSÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 272.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO – 272.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – RELAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO COM O CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 272.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – NORMA DE REMISSÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO – 273.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 273.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 273.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – PODERES DE GESTÃO – 273.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – REUNIÕES DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 273.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – NORMA DE REMISSÃO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO – 274.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – DESIGNAÇÃO E FUNÇÕES DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – 274.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO PARA COM A COOPERATIVA – 274.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – DIRECTORES EXECUTIVOS, GERENTES E OUTROS MANDATÁRIOS – 275.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE PARA COM OS CREDORES DA COOPERATIVA – 275.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO – RESPONSABILIDADE PARA COM TERCEIROS – 276.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO – SOLIDARIEDADE – 276.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO – RESPONSABILIDADE DE TITULARES DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO – 276.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – 276.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO – DIREITO DE ACÇÃO – 276.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO – ACÇÃO DE RESPONSABILIDADE PROPOSTA PELOS COOPERADORES – 277.

CAPÍTULO QUINTO – REGIME ECONÓMICO – 277.

ARTIGO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE – 277.

ARTIGO SEGUNDO – CAPITAL SOCIAL – 278.

ARTIGO TERCEIRO – TÍTULOS DE CAPITAL – 278.

ARTIGO QUARTO – ENTRADA MÍNIMA A SUBSCREVER POR CADA COOPERADOR – 278.

ARTIGO QUINTO – REALIZAÇÃO DO CAPITAL – 278.

ARTIGO SEXTO – CONTRIBUIÇÕES EM EXERCÍCIO OU SERVIÇOS – 279.

ARTIGO SÉTIMO – TRANSMISSÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL – 279.

ARTIGO OITAVO – AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL PELA COOPERATIVA – 280.

ARTIGO NONO – REMUNERAÇÃO DOS TÍTULOS DE CAPITAL – 280.

ARTIGO DÉCIMO – REEMBOLSO – 280.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONTRIBUIÇÕES QUE NÃO INTEGRAM O CAPITAL SOCIAL E OUTRAS FORMAS DE FUNCIONAMENTO – 280.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – TÍTULOS DE INVESTIMENTO – 281.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – EMISSÕES DE TÍTULOS DE INVESTIMENTO – 282.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SUBSCRIÇÃO PÚBLICA DE TÍTULOS – 282.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PROTECÇÃO ESPECIAL DOS INTERESSES DOS SUBSCRITORES DE TÍTULOS DE INVESTIMENTO – 282.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – OBRIGAÇÕES – 282.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – RESERVA LEGAL – 283.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESERVA PARA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO COOPERATIVAS – 283.

ARTIGO DÉCIMO NONO – OUTRAS RESERVAS – 284.

ARTIGO VIGÉSIMO – INSUSCEPTIBILIDADE DE REPARTIÇÃO – 284.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – DISTRIBUIÇÃO DE EXCEDENTES – 284.

CAPÍTULO SEXTO – UNIÕES, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES – 285.

ARTIGO PRIMEIRO – UNIÕES, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES – 285.

ARTIGO SEGUNDO – UNIÕES – 285.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIAS DAS UNIÕES – 285.

ARTIGO QUARTO – DIREITO DE VOTO – 285.

ARTIGO QUINTO – ÓRGÃOS DAS UNIÕES – 285.

ARTIGO SEXTO – FEDERAÇÕES – 286.

ARTIGO SÉTIMO – CONFEDERAÇÕES – 286.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS DAS FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES – 286.

CAPÍTULO SÉTIMO – FUSÃO, CISÃO, TRANSFORMAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS COOPERATIVAS – 287.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMAS DE FUSÃO DAS COOPERATIVAS – 287.

ARTIGO SEGUNDO – CISÃO DE COOPERATIVAS – 287.

ARTIGO TERCEIRO – NULIDADE DA TRANSFORMAÇÃO – 287.

ARTIGO QUARTO – DISSOLUÇÃO – 288.

ARTIGO QUINTO – PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO E PARTILHA – 289.

ARTIGO SEXTO – DESTINO DO PATRIMÓNIO EM LIQUIDAÇÃO – 289.

CAPÍTULO OITAVO – MATRIZES FISCAIS PORTUGUESA – 290.

ARTIGO PRIMEIRO – ATRIBUIÇÕES DAS MATRIZES FISCAIS PORTUGUESAS – 290.

ARTIGO SEGUNDO – ACTOS DE COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIOS – 290.

ARTIGO TERCEIRO – CREDENCIAÇÃO – 291.

ARTIGO QUARTO – DISSOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS – 291.

CAPÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS – 291.

ARTIGO PRIMEIRO – APLICAÇÃO DO CÓDIGO COOPERATIVO
ÀS COOPERATIVAS EXISTENTES – 291.

ARTIGO SEGUNDO – BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS – 292.

TÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – FUNDAÇÕES – 292.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE
RECONHECIMENTO DE FUNDAÇÕES – 292.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO – 292.

ARTIGO SEGUNDO – FORMALIZAÇÃO DA SOLICITAÇÃO – 292.

ARTIGO TERCEIRO – DOCUMENTAÇÃO – 292.

ARTIGO QUARTO – PARECERES ADJUVANTES – 293.

ARTIGO QUINTO – PRAZO DO PROCEDIMENTO – 294.

ARTIGO SEXTO – NORMA TRANSITÓRIA – 294.

ARTIGO SÉTIMO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 294.

CAPÍTULO SEGUNDO – FUNDAÇÕES – 294.

ARTIGO PRIMEIRO – INSTITUIÇÃO E SUA REVOGAÇÃO – 294.

ARTIGO SEGUNDO – ACTO DE INSTITUIÇÃO E ESTATUTOS –
294.

ARTIGO TERCEIRO – ESTATUTOS LAVRADOS POR PESSOA
DIVERSA DO INSTITUIDOR – 295.

ARTIGO QUARTO – RECONHECIMENTO – 295.

ARTIGO QUINTO – MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS – 295.

ARTIGO SEXTO – TRANSFORMAÇÃO – 295.

ARTIGO SÉTIMO – ENCARGO PREJUDICIAL AOS OBJECTOS DA FUNDAÇÃO – 296.

ARTIGO OITAVO – CAUSAS DE EXTINÇÃO – 296.

ARTIGO NONO – DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO – 296.

ARTIGO DÉCIMO – EFEITOS DA EXTINÇÃO – 297.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – NORMAS DE REMISSÃO DAS FUNDAÇÕES – 297.

TÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – ASSOCIAÇÕES – 297.

CAPÍTULO PRIMEIRO – RELAÇÕES JURÍDICAS – 297.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO DE CONSTITUIÇÃO E ESTATUTOS – 297.

ARTIGO SEGUNDO – FORMA E PUBLICIDADE – 297.

ARTIGO TERCEIRO – TITULARES DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO E REVOGAÇÃO DOS SEUS PODERES – 298.

ARTIGO QUARTO – CONVOCAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL – 298.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL – 298.

ARTIGO SEXTO – CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL – 298.

ARTIGO SÉTIMO – FORMA DE CONVOCAÇÃO – 299.

ARTIGO OITAVO – FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL – 299.

ARTIGO NONO – PRIVAÇÃO DO DIREITO DE VOTO – 299.

ARTIGO DÉCIMO – DELIBERAÇÕES CONTRÁRIAS À LEI OU AOS ESTATUTOS – 300.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REGIME DA ANULABILIDADE – 300.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROTECÇÃO DOS DIREITOS DE TERCEIROS – 300.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – NATUREZA PESSOAL DA QUALIDADE DE ASSOCIADO – 300.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – EFEITOS DA SAÍDA OU EXCLUSÃO – 300.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CAUSAS DE EXTINÇÃO – 300.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO – 301.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – EFEITOS DA EXTINÇÃO – 301.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO – 301.

ARTIGO DÉCIMO NONO – FUNDO COMUM DAS ASSOCIAÇÕES – 302.

ARTIGO VIGÉSIMO – LIBERALIDADES – 302.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS – 302.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – COMISSÕES ESPECIAIS – 302.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE DOS ORGANIZADORES E ADMINISTRADORES – 302.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – APLICAÇÃO DOS BENS A OUTROS OBJECTOS – 303.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PUBLICIDADE – 303.

CAPÍTULO SEGUNDO – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS – 303.

ARTIGO PRIMEIRO – NATUREZA E OBJECTOS EM GERAL – 303.

ARTIGO SEGUNDO – OBJECTOS EM ESPECIAL – 304.

ARTIGO TERCEIRO – OBJECTOS ECONÓMICOS – 304.

ARTIGO QUARTO – OBJECTOS HUMANOS – 304.

ARTIGO QUINTO – OBJECTOS CULTURAIS – 305.

ARTIGO SEXTO – MODALIDADES INDIVIDUAIS E COLECTIVAS – 305.

ARTIGO SÉTIMO – ASSOCIAÇÕES DE ÂMBITO SÓCIO-PROFISSIONAL – 305.

ARTIGO OITAVO – REGIMES PROFISSIONAIS COMPLEMENTARES – 305.

ARTIGO NONO – PRINCÍPIOS ASSOCIATIVOS – 306.

ARTIGO DÉCIMO – IGUALDADE DE TRATAMENTO – 306.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES – 306.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – AGRUPAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES – 307.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – EXCLUSIVIDADE DE DENOMINAÇÃO – 307.

CAPÍTULO TERCEIRO – INSTITUIÇÕES E ASSOCIADOS – 307.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO – 307.

ARTIGO SEGUNDO – REQUISITOS GERAIS DE CONSTITUIÇÃO – 307.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO – 307.

ARTIGO QUARTO – UTILIDADE PÚBLICA – 308.

ARTIGO QUINTO – CONTEÚDO DOS ESTATUTOS – 308.

ARTIGO SEXTO – REGULAMENTO GERAL INTERNO – 308.

ARTIGO SÉTIMO – REGULAMENTO DE BENEFÍCIOS – 309.

ARTIGO OITAVO – GARANTIA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO – 309.

ARTIGO NONO – CATEGORIAS DE ASSOCIADOS – 309.

ARTIGO DÉCIMO – ASSOCIADOS EFECTIVOS – 309.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ASSOCIADOS ADERENTES – 310.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ASSOCIADOS CONTRIBUINTES, BENEMÉRITOS E HONORÁRIOS – 310.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ADMISSÃO DE MENORES – 310.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INSCRIÇÃO – 310.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – NULIDADE DE INSCRIÇÃO – 310.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – EFEITOS DA SAÍDA DOS ASSOCIADOS – 311.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – INTRANSMISSIBILIDADE – 311.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RECLAMAÇÃO E RECURSOS – 311.

CAPÍTULO QUARTO – INSCRIÇÃO E BENEFÍCIOS – 311.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DA INSCRIÇÃO – 311.

ARTIGO SEGUNDO – QUOTAS – 311.

ARTIGO TERCEIRO – PAGAMENTO DAS QUOTAS – 311.

ARTIGO QUARTO – AUTONOMIA FINANCEIRA DAS MODALIDADES – 312.

ARTIGO QUINTO – ACTUALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS – 312.

ARTIGO SEXTO – REGIME JURÍDICO DAS PRESTAÇÕES – 312.

ARTIGO SÉTIMO – INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS SOCIAIS E SERVIÇOS – 312.

ARTIGO OITAVO – UTENTES – 313.

ARTIGO NONO – AUTONOMIA FINANCEIRA E ORÇAMENTAL – 313.

ARTIGO DÉCIMO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE ASSOCIAÇÕES – 313.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES – 313.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM SERVIÇOS OFICIAIS – 313.

CAPÍTULO QUINTO – REGIME ECONÓMICO – 314.

ARTIGO PRIMEIRO – ACEITAÇÃO DE HERANÇAS, LEGADOS E DOAÇÕES – 314.

ARTIGO SEGUNDO – CONTABILIDADE – 314.

ARTIGO TERCEIRO – FUNDOS DISPONÍVEIS – 314.

ARTIGO QUARTO – FUNDOS PERMANENTES E FUNDOS PRÓPRIOS – 314.

ARTIGO QUINTO – FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO – 315.

ARTIGO SEXTO – FUNDO DE RESERVA GERAL – 315.

ARTIGO SÉTIMO – RESERVAS ESPECIAIS OU PROVISÕES – 315.

ARTIGO OITAVO – FUNDOS AUTÓNOMOS DOS REGIMES PROFISSIONAIS COMPLEMENTARES – 315.

ARTIGO NONO – BALANÇO TÉCNICO – 316.

ARTIGO DÉCIMO – EXCEDENTES TÉCNICOS – 316.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – APLICAÇÃO DOS EXCEDENTES TÉCNICOS – 316.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SUBVENÇÕES – 316.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – APLICAÇÃO DE VALORES – 316.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – NORMAS DE APLICAÇÃO DE VALORES – 317.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEPÓSITOS DE VALORES – 317.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – OPERAÇÕES PATRIMONIAIS – 317.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – REAVALIAÇÃO DO IMOBILIZADO – 318.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – EMPRÉSTIMOS – 318.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ORÇAMENTAÇÃO – 318.

CAPÍTULO SEXTO – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO – 318.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL – 318.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIA EM MATÉRIA INSTITUCIONAL – 318.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA EM MATÉRIA DE GESTÃO – 319.

ARTIGO QUARTO – REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL – 319.

ARTIGO QUINTO – REUNIÕES ORDINÁRIAS – 319.

ARTIGO SEXTO – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS – 320.

ARTIGO SÉTIMO – CONVOCATÓRIA – 320.

ARTIGO OITAVO – CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL PELO ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO COMPETENTE – 320.

ARTIGO NONO – NÃO EFECTUAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL CONVOCADA JUDICIALMENTE – 321.

ARTIGO DÉCIMO – FUNCIONAMENTO – 321.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DELIBERAÇÕES – 321.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VOTAÇÕES – 322.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DIREITO DE ACÇÃO – 322.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ACTAS – 322.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEFINIÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS – 322.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS – 323.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL – 323.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – COMPETÊNCIA DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL – 323.

ARTIGO DÉCIMO NONO – COMPOSIÇÃO DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 323.

ARTIGO VIGÉSIMO – FUNCIONAMENTO DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 324.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 324.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PRESIDENTE DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 325.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – SECRETÁRIO OU DIRECTOR EXECUTIVO – 325.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – TESOUREIRO – 325.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS – 326.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – DELEGAÇÃO DE FUNÇÕES – 326.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM MATÉRIA DE BENEFÍCIOS – 326.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – COMISSÃO EXECUTIVA – 327.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO FISCAL – 327.

ARTIGO TRIGÉSIMO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL – 327.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GERAL – 328.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – COMPETÊNCIA DO CONSELHO GERAL – 328.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – ELEGIBILIDADE – 328.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – NÃO ELEGIBILIDADE – 328.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – MANDATO – 329.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – FUNCIONAMENTO – 329.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – DELIBERAÇÕES – 329.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – ACTAS – 329.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – INTERVENÇÃO DOS ASSOCIADOS
PROFISSIONAIS DA ASSOCIAÇÃO – 329.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – INCOMPATIBILIDADES – 330.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – REMUNERAÇÃO DOS
TITULARES DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS – 330.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – IMPEDIMENTOS – 330.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – SANÇÕES – 330.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – DELIBERAÇÕES
FIRMADAS FORA DA COMPETÊNCIA – 330.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – RESPONSABILIDADE DOS
TITULARES DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS EM GERAL – 331.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – RELACIONAMENTO DOS
ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS – 331.

CAPÍTULO SÉTIMO – EXTINÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES – 331.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMAS DE EXTINÇÃO – 331.

ARTIGO SEGUNDO – EXTINÇÃO POR DELIBERAÇÃO – 332.

ARTIGO TERCEIRO – EXTINÇÃO POR DECISÃO JUDICIAL – 332.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO – 332.

ARTIGO QUINTO – SUCESSÃO DAS ASSOCIAÇÕES – 332.

ARTIGO SEXTO – EFEITOS DA EXTINÇÃO – 333.

ARTIGO SÉTIMO – PODERES DA COMISSÃO LIQUIDATÁRIA –
333.

ARTIGO OITAVO – LIQUIDAÇÃO E PARTILHA – 333.

ARTIGO NONO – PARTILHA DOS BENS – 333.

CAPÍTULO OITAVO – TUTELA – 333.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA TUTELA – 334.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES GENÉRICAS DAS ASSOCIAÇÕES – 334.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO – 334.

ARTIGO QUARTO – SANEAMENTO DE IRREGULARIDADES OU DE DESIQUILÍBRIOS FINANCEIROS – 334.

ARTIGO QUINTO – DESTITUIÇÃO JUDICIAL DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 335.

ARTIGO SEXTO – PROCEDIMENTO JUDICIAL EM CASO DE DESTITUIÇÃO DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 335.

ARTIGO SÉTIMO – COMISSÃO PROVISÓRIA DE GESTÃO – 335.

ARTIGO OITAVO – PROVIDÊNCIA CAUTELAR – 335.

ARTIGO NONO – TUTELA – 336.

CAPÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS – 336.

ARTIGO PRIMEIRO – FORO COMPETENTE – 336.

ARTIGO SEGUNDO – INTEGRAÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DE ENTIDADES, FUNDOS OU INSTITUIÇÕES EM ASSOCIAÇÕES – 336.

ARTIGO TERCEIRO – REGIMES ESPECIAIS DAS INSTALAÇÕES E SERVIÇOS DEPENDENTES – 336.

ARTIGO QUARTO – DIREITO SUBSIDIÁRIO – 336.

ARTIGO QUINTO – ACTUALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS NAS ASSOCIAÇÕES EXISTENTES – 337.

ARTIGO SEXTO – APLICAÇÃO DO CÓDIGO ÀS ASSOCIAÇÕES EXISTENTES – 337.

ARTIGO SÉTIMO – VINCULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO – 337.

TÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES PENAIS E DE MERA ORDENAÇÃO SOCIAL – 337.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 337.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS COMUNS – 338.

ARTIGO SEGUNDO – PROCESSO PENAL RELATIVO A ENTIDADES COMERCIAIS – 339.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSO CONTRAORDENACIONAL RELATIVO A ENTIDADES COMERCIAIS – 339.

ARTIGO QUARTO – FISCALIZAÇÃO E INSPECÇÃO – 339.

ARTIGO QUINTO – ANALOGIA – 339.

ARTIGO SEXTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 339.

CAPÍTULO SEGUNDO – PESSOAS COLECTIVAS – 339.

ARTIGO PRIMEIRO – FALTA DE COBRANÇA DE ENTRADAS DE CAPITAL – 340.

ARTIGO SEGUNDO – DISTRIBUIÇÃO ILÍCITA DE BENS DA ENTIDADE COMERCIAL – 340.

ARTIGO TERCEIRO – IRREGULARIDADES NA EMISSÃO DE TÍTULOS – 340.

ARTIGO QUARTO – IRREGULARIDADE NA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS SOCIAIS – 341.

ARTIGO QUINTO – PERTURBAÇÃO DE ASSEMBLEIA SOCIAL – 341.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO FRAUDULENTA EM ASSEMBLEIA SOCIAL – 341.

ARTIGO SÉTIMO – RECUSA ILÍCITA DE INFORMAÇÃO – 342.

ARTIGO OITAVO – INFORMAÇÕES FALSAS – 342.

ARTIGO NONO – CONVOCATÓRIA ENGANOSA – 343.

ARTIGO DÉCIMO – RECUSA ILÍCITA DE LAVRAR ACTA – 343.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – IMPEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO – 344.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DECLARAÇÕES REALIZADAS PARA A CONSTITUIÇÃO, ALTERAÇÃO OU O REGISTO DO ACTO CONSTITUTIVO – 344.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – INFRACÇÕES RELATIVAS AOS DOCUMENTOS QUE SIRVAM DE BASE ÀS CONTAS ANUAIS – 344.

CAPÍTULO TERCEIRO – SOCIEDADES – 344.

ARTIGO PRIMEIRO – CONTEÚDO DO CONTRATO – 344.

ARTIGO SEGUNDO – FIRMA – 345.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CONCORRÊNCIA E DE PARTICIPAÇÃO NOUTRAS SOCIEDADES – 345.

ARTIGO QUARTO – TRANSMISSÃO ENTRE VIVOS DE PARTE SOCIAL – 346.

ARTIGO QUINTO – LIQUIDAÇÃO DA PARTE – 346.

ARTIGO SEXTO – MONTANTE DO CAPITAL – 346.

ARTIGO SÉTIMO – RESERVA LEGAL – 346.

ARTIGO OITAVO – UNIDADE E MONTANTE DA QUOTA – 346.

ARTIGO NONO – AQUISIÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS – 346.

ARTIGO DÉCIMO – DIVISÃO DE QUOTAS – 347.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CLÁUSULAS CONTRATUAIS – 347.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – AMORTIZAÇÃO DE QUOTA NÃO LIBERADA – 347.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PROMOÇÃO DO REGISTO – 347.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – FISCALIZAÇÃO – 347.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – EFEITOS DA UNIPessoalidade – 348.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – VALOR NOMINAL DO CAPITAL E DAS ACCÇÕES – 348.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ENTRADAS – 348.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CONSTITUIÇÃO COM APELO A SUBSCRIÇÃO PÚBLICA – 348.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DIREITO AOS LUCROS DO EXERCÍCIO – 348.

ARTIGO VIGÉSIMO – VALOR DE EMISSÃO DAS ACÇÕES – 348.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS – 349.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS PARA AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS – 349.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PENHOR E CAUÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS – 349.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – ACÇÕES PREFERENCIAIS REMÍVEIS – 349.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – AMORTIZAÇÃO DE ACÇÕES SEM REDUÇÃO DE CAPITAL – 349.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES – 350.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – REGISTO – 350.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – OBRIGAÇÕES PRÓPRIAS – 350.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – ASSEMBLEIA DE OBRIGACIONISTAS – 350.

ARTIGO TRIGÉSIMO – PROIBIÇÃO DE ALTERAÇÕES NA SOCIEDADE – 350.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – FORMALIZAÇÃO E REGISTO DO AUMENTO DO CAPITAL – 351.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – DELIBERAÇÕES DOS ACCIONISTAS – 351.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E SECRETÁRIO DA SOCIEDADE – 351.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – CAUÇÃO – 351.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – NEGÓCIOS COM A SOCIEDADE – 351.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – EXERCÍCIO DE OUTRAS ACTIVIDADES – 351.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – CAUÇÃO E SEGURO DE RESPONSABILIDADE – 352.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO – 352.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS – 352.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – ABUSO DE INFORMAÇÃO – 352.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – INQUÉRITO JUDICIAL – 352.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – APRECIÇÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DA SOCIEDADE – 353.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – AUMENTO E REDUÇÃO DO CAPITAL – 353.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO – ENTRADA DE SÓCIO COMANDITÁRIO – 353.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO – DEVER DE COMUNICAÇÃO – 353.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES RECÍPROCAS – 354.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO – 354.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO – PROIBIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES – 354.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO – SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO – 354.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO – APRECIÇÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DE SOCIEDADES OBRIGADAS À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – 354.

CAPÍTULO QUARTO – ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 355.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO – 355.

ARTIGO SEGUNDO – ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO – 355.

ARTIGO TERCEIRO – ELABORAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS – 355.

ARTIGO QUARTO – ALTERAÇÃO DO ACTO CONSTITUTIVO – 355.

ARTIGO QUINTO – NEGOCIAÇÃO, ONERAÇÃO E PENHORA DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 355.

ARTIGO SEXTO – FALECIMENTO DO TITULAR OU SEPARAÇÃO PATRIMONIAL DOS CÔNJUGES – 356.

ARTIGO SÉTIMO – PUBLICAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO – 356.

ARTIGO OITAVO – PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO – 356.

ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE DO LIQUIDATÁRIO – 356.

ARTIGO DÉCIMO – DEVERES E PODERES DO LIQUIDATÁRIO – 356.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LIQUIDAÇÃO DO PASSIVO DO ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 356.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONTAS ANUAIS DA LIQUIDAÇÃO – 357.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RELATÓRIOS, CONTAS FINAIS E INSCRIÇÃO NO REGISTO COMERCIAL – 357.

CAPÍTULO QUINTO – COOPERATIVAS – 357.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 357.

ARTIGO SEGUNDO – CONSTITUIÇÃO – 357.

ARTIGO TERCEIRO – MEMBROS – 357.

ARTIGO QUARTO – ÓRGÃOS DAS COOPERATIVAS – 358.

ARTIGO QUINTO – DEVERES DOS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO – 358.

ARTIGO SEXTO – DEVERES DOS TITULARES DO CONSELHO FISCAL – 358.

ARTIGO SÉTIMO – DEVERES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA – 358.

ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO PARA COM A COOPERATIVA – 358.

ARTIGO NONO – DIRECTORES EXECUTIVOS, GERENTES E OUTROS MANDATÁRIOS – 359.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE PARA COM OS CREDORES DA COOPERATIVA – 359.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE PARA COM TERCEIROS – 359.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DE TITULARES DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO – 359.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – 359.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REGIME ECONÓMICO – 359.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – TRANSMISSÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL – 360.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL PELA COOPERATIVA – 360.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – UNIÕES, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES – 360.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – FUSÃO, CISÃO, TRANSFORMAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS COOPERATIVAS – 360.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ACTOS DE COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIOS – 360.

ARTIGO VIGÉSIMO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS – 361.

CAPÍTULO SEXTO – FUNDAÇÕES – 361.

ARTIGO PRIMEIRO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE FUNDAÇÕES – 361.

ARTIGO SEGUNDO – FUNDAÇÕES – 361.

CAPÍTULO SÉTIMO – ASSOCIAÇÕES – 361.

ARTIGO PRIMEIRO – RELAÇÕES JURÍDICAS – 361.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS – 361.

ARTIGO TERCEIRO – INSTITUIÇÕES E ASSOCIADOS – 361.

ARTIGO QUARTO – INSCRIÇÃO E BENEFÍCIOS – 362.

ARTIGO QUINTO – REGIME ECONÓMICO – 362.

ARTIGO SEXTO – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO – 362.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DA DIRECÇÃO OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM MATÉRIA DE BENEFÍCIOS – 362.

ARTIGO OITAVO – IMPEDIMENTOS – 362.

ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS EM GERAL – 363.

ARTIGO DÉCIMO – EXTINÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES – 363.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TUTELA – 363.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS – 363.

TÍTULO DÉCIMO QUARTO – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS – 363.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PESSOAS COLECTIVAS – 363.

ARTIGO PRIMEIRO – CLÁUSULAS CONTRATUAIS NÃO PERMITIDAS – 363.

ARTIGO SEGUNDO – VOTO PLURAL – 364.

ARTIGO TERCEIRO – FIRMAS E DENOMINAÇÕES – 364.

ARTIGO QUARTO – PESSOAS COLECTIVAS EM ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCALIZAÇÃO – 364.

ARTIGO QUINTO – SOCIEDADES DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS EXERCENDO FUNÇÕES DE CONSELHO FISCAL – 364.

ARTIGO SEXTO – RELATÓRIOS – 365.

ARTIGO SÉTIMO – DEPÓSITOS DE ENTRADAS – 365.

CAPÍTULO SEGUNDO – SOCIEDADES COMERCIAIS – 365.

ARTIGO PRIMEIRO – CAPITAL MÍNIMO – 365.

ARTIGO SEGUNDO – IRREGULARIDADES POR FALTA DE ESCRITURA OU DE REGISTO – 365.

ARTIGO TERCEIRO – DISTRIBUIÇÃO ANTECIPADA DE LUCROS – 366.

ARTIGO QUARTO – QUOTAS AMORTIZADAS E ACÇÕES PRÓPRIAS – 366.

ARTIGO QUINTO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES – 366.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÕES RECÍPROCAS – 366.

ARTIGO SÉTIMO – AQUISIÇÕES TENDENTES AO DOMÍNIO TOTAL – 367.

ARTIGO OITAVO – PERDA DE METADE DO CAPITAL – 367.

CAPÍTULO TERCEIRO – REDENOMINAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – 367.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO – 367.

ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO DE REDENOMINAÇÃO – 367.

ARTIGO TERCEIRO – MÉTODOS DE REDENOMINAÇÃO – 367.

ARTIGO QUARTO – REDENOMINAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS – 368.

ARTIGO QUINTO – UNIDADE E GLOBALIDADE DA REDENOMINAÇÃO – 368.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÕES E ANÚNCIO PRÉVIO – 369.

ARTIGO SÉTIMO – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS – 369.

ARTIGO OITAVO – ASSEMBLEIA DE OBRIGACIONISTAS – 370.

ARTIGO NONO – DISPENSA DOS LIMITES DE EMISSÃO – 370.

ARTIGO DÉCIMO – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS – 370.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CADUCIDADE – 370.

CAPÍTULO QUARTO – REDENOMINAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DIRECTA DO ESTADO PORTUGUÊS – 370.

ARTIGO ÚNICO – REGIME ESPECIAL – 370.

CAPÍTULO QUINTO – LEGISLAÇÃO FINANCEIRA – 371.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPOSTOS ADUANEIROS E IMPOSTOS ESPECIAIS SOBRE O CONSUMO – 371.

ARTIGO SEGUNDO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA E ENTIDADES ESTATAIS – 371.

CAPÍTULO SEXTO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 371.

ARTIGO PRIMEIRO – CUSTOS DE CONVERSÃO – 371.

ARTIGO SEGUNDO – INÍCIO DE VIGÊNCIA – 372.

ARTIGO TERCEIRO – ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – 372.

ARTIGO QUARTO – CAPITAL MÍNIMO – 372.

PARTE SEGUNDA

IMPOSTOS – 373.

LIVRO DÉCIMO SEXTO – CÓDIGO DOS REAIS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES – 373.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA – 373.

CAPÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA REAL – 373.

ARTIGO PRIMEIRO – BASE DOS IMPOSTOS – 373.

ARTIGO SEGUNDO – REAL IMPOSTO SINGULAR – 373.

ARTIGO TERCEIRO – REAL IMPOSTO PROFISSIONAL – 378.

ARTIGO QUARTO – REAL IMPOSTO CIENTÍFICO E ARTÍSTICO – 378.

ARTIGO QUINTO – REAL IMPOSTO SOBRE O CAPITAL – 379.

ARTIGO SEXTO – PRESUNÇÕES RELATIVAS A RENDIMENTOS DE CAPITAIS – 381.

ARTIGO SÉTIMO – MOMENTO A PARTIR DO QUAL FICAM SUJEITOS A TRIBUTAÇÃO OS RENDIMENTOS DE CAPITAIS – 382.

ARTIGO OITAVO – REAL IMPOSTO SOBRE AS RENDAS – 383.

ARTIGO NONO – REAL IMPOSTO SOBRE OS INCREMENTOS PATRIMONIAIS – 383.

ARTIGO DÉCIMO – MAIS-VALIAS – 384.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REAL IMPOSTO SOBRE AS PENSÕES – 386.

CAPÍTULO SEGUNDO – INCIDÊNCIA PESSOAL – 386.

ARTIGO PRIMEIRO – SUJEITO PASSIVO – 386.

ARTIGO SEGUNDO – UNIÕES DE FACTO – 387.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO DA SUJEIÇÃO – 387.

ARTIGO QUARTO – RESIDÊNCIA – 387.

ARTIGO QUINTO – REGIME PARA OS RESIDENTES NOS DEMAIS ESTADOS SOBERANOS MEMBROS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS – 389.

ARTIGO SEXTO – RENDIMENTOS OBTIDOS EM ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS – 389.

ARTIGO SÉTIMO – CONTITULARIDADE DE RENDIMENTOS – 390.

ARTIGO OITAVO – IMPUTAÇÃO ESPECIAL – 390.

ARTIGO NONO – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – 390.

TÍTULO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO COLECTÁVEL – 390.

CAPÍTULO PRIMEIRO – NORMAS GERAIS – 390.

ARTIGO PRIMEIRO – ENGLOBAMENTO – 390.

ARTIGO SEGUNDO – VALORES FIXADOS EM MOEDA SEM CURSO LEGAL EM PORTUGAL – 391.

ARTIGO TERCEIRO – RENDIMENTOS EM ESPÉCIE – 391.

CAPÍTULO SEGUNDO – RENDIMENTOS DEPENDENTES – 393.

ARTIGO PRIMEIRO – DEDUÇÕES – 393.

ARTIGO SEGUNDO – CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES COMPLEMENTARES DE SEGURANÇA SOCIAL – 394.

ARTIGO TERCEIRO – DEDUÇÕES DAS PROFISSÕES DE DESGASTE RÁPIDO – 394.

CAPÍTULO TERCEIRO – RENDIMENTOS PROFISSIONAIS – 395.

ARTIGO PRIMEIRO – FORMAS DE DETERMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS PROFISSIONAIS – 395.

ARTIGO SEGUNDO – IMPUTAÇÃO – 396.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS ISOLADOS – 396.

ARTIGO QUARTO – OBRIGATORIEDADE DOS SUJEITOS PASSIVOS – 396.

ARTIGO QUINTO – REGIME SIMPLIFICADO – 396.

ARTIGO SEXTO – CONTABILIDADE ORGANIZADA – 397.

ARTIGO SÉTIMO – VALOR DEFINITIVO CONSIDERADO PARA EFEITOS DA LIQUIDAÇÃO DO REAL IMPOSTO SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS – 397.

ARTIGO OITAVO – REMISSÃO – 397.

ARTIGO NONO – ENCARGOS NÃO DEDUTÍVEIS PARA EFEITOS FISCAIS – 397.

ARTIGO DÉCIMO – ENCARGOS DEDUTÍVEIS PARA EFEITOS FISCAIS – 398.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MUDANÇA DE REGIME DE DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO – 398.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEDUÇÕES DE PREJUÍZOS FISCAIS – 398.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTRADA DE PATRIMÓNIO PARA REALIZAÇÃO DO CAPITAL DE SOCIEDADE – 399.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – APLICAÇÃO DE MÉTODOS INDIRECTOS – 399.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECLARAÇÃO DE LUCROS
OBTIDOS NO EXTERIOR – 400.

CAPÍTULO QUARTO – RENDIMENTOS DE CAPITAIS – 400.

ARTIGO ÚNICO – PRESUNÇÕES E JUROS CONTÁVEIS – 400.

CAPÍTULO QUINTO – RENDIMENTOS SOBRE AS RENDAS – 400.

ARTIGO ÚNICO – DEDUÇÕES NOS RENDIMENTOS SOBRE AS
RENDAS – 401.

CAPÍTULO SEXTO – INCREMENTOS PATRIMONIAIS – 401.

ARTIGO PRIMEIRO – DEDUÇÕES NOS RENDIMENTOS SOBRE
INCREMENTOS PATRIMONIAIS – 401.

ARTIGO SEGUNDO – MAIS-VALIAS NOS INCREMENTOS
PATRIMONIAIS – 401.

ARTIGO TERCEIRO – VALOR DE REALIZAÇÃO NOS
INCREMENTOS PATRIMONIAIS – 402.

ARTIGO QUARTO – VALOR DE AQUISIÇÃO A TÍTULO
GRATUITO – 403.

ARTIGO QUINTO – VALOR DE AQUISIÇÃO A TÍTULO ONEROSO
DE BENS IMÓVEIS – 403.

ARTIGO SEXTO – EQUIPARAÇÃO AO VALOR DE AQUISIÇÃO –
403.

ARTIGO SÉTIMO – VALOR DE AQUISIÇÃO A TÍTULO ONEROSO
DE PARTES SOCIAIS E DE OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS –
403.

ARTIGO OITAVO – VALOR DE AQUISIÇÃO A TÍTULO ONEROSO
DE OUTROS BENS OU DIREITOS – 404.

ARTIGO NONO – CORRECÇÃO MONETÁRIA – 404.

ARTIGO DÉCIMO – DESPESAS E ENCARGOS – 405.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DIVERGÊNCIA DE VALORES – 405.

CAPÍTULO SÉTIMO – DEDUÇÃO DE PERDAS – 405.

ARTIGO ÚNICO – DEDUÇÃO DE PERDAS – 405.

CAPÍTULO OITAVO – PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO COLECTÁVEL – 405.

ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS – 406.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO – 406.

ARTIGO TERCEIRO – CONTRIBUINTES CASADOS – 406.

ARTIGO QUARTO – PRAZO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO – 406.

ARTIGO QUINTO – LOCAL DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES – 407.

ARTIGO SEXTO – RENDIMENTOS LITIGIOSOS – 407.

ARTIGO SÉTIMO – SOCIEDADE CONJUGAL – 407.

ARTIGO OITAVO – FALECIMENTO DE TITULAR DE RENDIMENTOS – 408.

ARTIGO NONO – BASES PARA O APURAMENTO, A FIXAÇÃO OU A ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS – 408.

ARTIGO DÉCIMO – NOTIFICAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DOS ACTOS – 408.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REVISÃO DOS ACTOS DE FIXAÇÃO – 409.

TÍTULO TERCEIRO – TAXAS – 409.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXAS – 409.

ARTIGO PRIMEIRO – TAXA GERAL – 409.

ARTIGO SEGUNDO – QUOCIENTE CONJUGAL – 409.

TÍTULO QUARTO – LIQUIDAÇÃO – 409.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO – 409.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA A LIQUIDAÇÃO – 409.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO E FORMAS DE LIQUIDAÇÃO – 409.

ARTIGO TERCEIRO – PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO – 410.

ARTIGO QUARTO – DEDUÇÕES À COLECTA – 410.

ARTIGO QUINTO – DEDUÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS, DESCENDENTES E ASCENDENTES – 411.

ARTIGO SEXTO – DESPESAS DE SAÚDE – 411.

ARTIGO SÉTIMO – IMPORTÂNCIAS RESPEITANTES A PENSÕES DE ALIMENTOS – 412.

ARTIGO OITAVO – PRÉMIOS DE SEGUROS – 412.

ARTIGO NONO – PESSOAS ESPECIAIS – 413.

ARTIGO DÉCIMO – BENEFÍCIOS FISCAIS – 413.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LIQUIDAÇÃO ADICIONAL – 413.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REFORMA DA LIQUIDAÇÃO – 413.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – JUROS COMPENSATÓRIOS – 413.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRAZO DE CADUCIDADE – 414.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REVISÃO OFICIOSA – 414.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JUROS INDEMNIZATÓRIOS – 414.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COBRANÇA OU REEMBOLSO – 414.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESTITUIÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO – 415.

TÍTULO QUINTO – PAGAMENTO – 415.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO – 415.

ARTIGO PRIMEIRO – PAGAMENTO DO IMPOSTO – 415.

ARTIGO SEGUNDO – NORMAS GERAIS DA RETENÇÃO NA FONTE – 415.

ARTIGO TERCEIRO – RETENÇÃO SOBRE RENDIMENTOS DAS CATEGORIAS A e G – 416.

ARTIGO QUARTO – RETENÇÃO NA FONTE – REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS – 416.

ARTIGO QUINTO – RETENÇÃO SOBRE RENDIMENTOS DE OUTRAS CATEGORIAS – 417.

ARTIGO SEXTO – PAGAMENTOS POR CONTA – 417.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE EM CASO DE SUBSTITUIÇÃO – 418.

ARTIGO OITAVO – PAGAMENTO FORA DO PRAZO NORMAL – 418.

ARTIGO NONO – LOCAL DO PAGAMENTO – 418.

ARTIGO DÉCIMO – COMO DEVE SER EFECTUADO O PAGAMENTO – 418.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DOCUMENTO DE COBRANÇA – 419.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – COBRANÇA COERCIVA – 419.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – JUROS DE MORA – 419.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS – 419.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PRESCRIÇÃO – 419.

TÍTULO SEXTO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS – 420.

CAPÍTULO ÚNICO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS – 420.

ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ACTIVIDADE, DE ALTERAÇÕES E DE CESSAÇÃO – 420.

ARTIGO SEGUNDO – DECLARAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FISCAL – 421.

ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DE ACTIVIDADE – 421.

ARTIGO QUARTO – EMISSÃO DE RECIBOS E FACTURAS – 421.

ARTIGO QUINTO – LIVROS DE REGISTO INFORMÁTICO – 422.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES CONTABILÍSTICAS – 422.

ARTIGO SÉTIMO – CENTRALIZAÇÃO, ARQUIVO E ESCRITURAÇÃO DE LIVROS – 423.

ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÃO DE RENDIMENTOS E RETENÇÕES – 423.

ARTIGO NONO – ENTIDADES EMITENTES DE VALORES MOBILIÁRIOS – 424.

ARTIGO DÉCIMO – EMPRESAS DE SEGUROS – 424.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EMPRESAS GESTORAS DE FUNDOS DE POUPANÇA REFORMA, POUPANÇA EDUCAÇÃO E POUPANÇA REFORMA/EDUCAÇÃO – 424.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – NOTÁRIOS, CONSERVADORES, SECRETÁRIOS JUDICIAIS E ENTIDADES E PROFISSIONAIS COM COMPETÊNCIA PARA AUTENTICAR DOCUMENTOS PARTICULARES – 425.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS – 425.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REGISTO OU DEPÓSITO DE VALORES MOBILIÁRIOS – 426.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ENTIDADES EMITENTES E UTILIZADORES DOS VALES DE REFEIÇÃO – 426.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ENTIDADES DO JOGO – 427.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COMUNICAÇÃO DE ENCARGOS – 427.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – OBRIGAÇÃO DE COMPROVAR OS ELEMENTOS DAS DECLARAÇÕES – 428.

ARTIGO DÉCIMO NONO – PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL – 428.

ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTANTES – 428.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PLURALIDADE DE OBRIGADOS – 428.

TÍTULO SÉTIMO – FISCALIZAÇÃO – 429.

CAPÍTULO ÚNICO – FISCALIZAÇÃO – 429.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES FISCALIZADORAS – 429.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE COLABORAÇÃO – 429.

ARTIGO TERCEIRO – DEVER DE FISCALIZAÇÃO EM ESPECIAL – 429.

ARTIGO QUARTO – GARANTIA DE OBSERVÂNCIA DE OBRIGAÇÕES FISCAIS – 429.

ARTIGO QUINTO – AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE AÇÕES E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS – 430.

ARTIGO SEXTO – PAGAMENTO DE RENDIMENTOS A SUJEITOS PASSIVOS NÃO RESIDENTES – 430.

TÍTULO OITAVO – GARANTIAS – 430.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS – 430.

ARTIGO PRIMEIRO – RECLAMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES – 430.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIA TERRITORIAL – 431.

TÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES DIVERSAS – 431.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES DIVERSAS – 431.

ARTIGO PRIMEIRO – ANO FISCAL – 432.

ARTIGO SEGUNDO – MODELOS OFICIAIS – 432.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS – 432.

ARTIGO QUARTO – ASSINATURA DAS DECLARAÇÕES – 432.

ARTIGO QUINTO – RECIBO DE DOCUMENTO – 432.

ARTIGO SEXTO – NOTIFICAÇÕES – 433.

ARTIGO SÉTIMO – REGISTO DOS SUJEITOS PASSIVOS – 433.

ARTIGO OITAVO – CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES – 433.

TÍTULO DÉCIMO – QUADRO DISCIPLINADOR DA RETENÇÃO NA FONTE – 433.

CAPÍTULO PRIMEIRO – RETENÇÃO DOS REAIS IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS SINGULARES DA CATEGORIA A e G – 434.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 434.

ARTIGO SEGUNDO – SITUAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR – 434.

ARTIGO TERCEIRO – RETENÇÃO SOBRE RENDIMENTOS DAS CATEGORIAS A e G – 434.

ARTIGO QUARTO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA TAXA REFERENTE À CATEGORIA A – 435.

ARTIGO QUINTO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA TAXA REFERENTE À CATEGORIA G – 435.

ARTIGO SEXTO – MECANISMO DE RETENÇÃO – 436.

ARTIGO SÉTIMO – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS – 436.

ARTIGO OITAVO – OBRIGATORIEDADE DA TAXA DE IMPOSTO – 436.

CAPÍTULO SEGUNDO – RETENÇÃO DOS REAIS IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS SINGULARES DE OUTRAS CATEGORIAS – 436.

ARTIGO PRIMEIRO – RETENÇÃO SOBRE RENDIMENTOS DA CATEGORIA B, C, D e E – 436.

ARTIGO SEGUNDO – RENDIMENTOS IMPUTÁVEIS A CATEGORIAS DIFERENTES – 437.

ARTIGO TERCEIRO – RETENÇÃO SOBRE JUROS CONTÁVEIS E DIFERENÇAS ENTRE VALOR DE REEMBOLSO E PREÇO DE EMISSÃO – 437.

ARTIGO QUARTO – ENTREGA DO IMPOSTO RETIDO – 438.

CAPÍTULO TERCEIRO – REEMBOLSO POR EXCESSO DE IMPOSTO ANTECIPADAMENTE PAGO – 439.

ARTIGO PRIMEIRO – DIREITO AO REEMBOLSO – 439.

ARTIGO SEGUNDO – RESTITUIÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO – 439.

ARTIGO TERCEIRO – MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DO DIREITO AO REEMBOLSO – 440.

ARTIGO QUARTO – COBRANÇA DE DÍVIDAS – 440.

ARTIGO QUINTO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 440.

LIVRO DÉCIMO SÉTIMO – CÓDIGO DO REAL IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS – 440.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA – 440.

CAPÍTULO ÚNICO – INCIDÊNCIA – 440.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS DO IMPOSTO – 440.

ARTIGO SEGUNDO – SUJEITOS PASSIVOS – 441.

ARTIGO TERCEIRO – BASE DO IMPOSTO – 441.

ARTIGO QUARTO – EXTENSÃO DA OBRIGAÇÃO DO IMPOSTO – 442.

ARTIGO QUINTO – ESTABELECIMENTO ESTÁVEL – 443.

ARTIGO SEXTO – PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO – 445.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGATORIEDADE DAS PESSOAS COLECTIVAS – 446.

TÍTULO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL – 446.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 446.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL – 446.

ARTIGO SEGUNDO – MÉTODOS E COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL – 447.

CAPÍTULO SEGUNDO – PESSOAS COLECTIVAS E OUTRAS ENTIDADES RESIDENTES – 448.

ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL – 448.

ARTIGO SEGUNDO – PERIODIZAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL – 448.

ARTIGO TERCEIRO – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO – 450.

ARTIGO QUARTO – RENDIMENTOS – 450.

ARTIGO QUINTO – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POSITIVAS – 451.

ARTIGO SEXTO – SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ACTIVOS NÃO CORRENTES – 451.

ARTIGO SÉTIMO – GASTOS – 452.

ARTIGO OITAVO – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS NEGATIVAS – 453.

ARTIGO NONO – RELOCAÇÃO FINANCEIRA E VENDA COM LOCAÇÃO DE RETOMA – 454.

ARTIGO DÉCIMO – INVENTÁRIOS – 454.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MUDANÇA DE MÉTODO DE VALORIMETRIA – 455.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – AJUSTAMENTOS EM INVENTÁRIOS – 455.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – MÉTODOS DE CÁLCULO DAS DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES – 456.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – QUOTAS DE DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO – 457.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO – 458.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ELEMENTOS DE REDUZIDO VALOR – 458.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – GASTOS NÃO DEDUTÍVEIS PARA EFEITOS FISCAIS – 458.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PERDAS POR IMPARIDADE FISCALMENTE DEDUTÍVEIS – 459.

ARTIGO DÉCIMO NONO – PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITOS – 459.

ARTIGO VIGÉSIMO – EMPRESAS DO SECTOR BANCÁRIO – 460.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – DESVALORIZAÇÕES EXCEPCIONAIS – 461.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PROVISÕES FISCALMENTE DEDUTÍVEIS – 462.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PROVISÕES PARA REPARAÇÃO DE DANOS DE CARÁCTER AMBIENTAL – 463.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – CRÉDITOS INCOBRÁVEIS – 464.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – REALIZAÇÕES DE UTILIDADE SOCIAL – 464.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – QUOTIZAÇÕES A FAVOR DE ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS E DOS MINISTÉRIOS – 467.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – CONTRIBUIÇÕES A FAVOR DOS REAIS INSTITUTOS PORTUGUESES E DAS FORÇAS DE INTERVENÇÃO – 467.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – ENCARGOS NÃO DEDUTÍVEIS PARA EFEITOS FISCAIS – 467.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – CONCEITO DE MAIS-VALIAS E DE MENOS-VALIAS – 469.

ARTIGO TRIGÉSIMO – CORRECÇÃO MONETÁRIA DAS MAIS-VALIAS E DAS MENOS-VALIAS – 471.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – REINVESTIMENTO DOS VALORES DE REALIZAÇÃO – 471.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS – 473.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – EMPRESAS DE SEGUROS – 474.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – DEDUÇÃO DE LUCROS ANTERIORMENTE TRIBUTADOS – 474.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS – 475.

CAPÍTULO TERCEIRO – ENTIDADES NÃO RESIDENTES – 476.

ARTIGO PRIMEIRO – LUCRO TRIBUTÁVEL DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL – 476.

ARTIGO SEGUNDO – RENDIMENTOS NÃO IMPUTÁVEIS A ESTABELECIMENTO ESTÁVEL – 476.

CAPÍTULO QUARTO – DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL POR MÉTODOS INDIRECTOS – 477.

ARTIGO PRIMEIRO – APLICAÇÃO DE MÉTODOS INDIRECTOS – 477.

~~ARTIGO SEGUNDO – MÉTODOS INDIRECTOS – 477.~~

ARTIGO TERCEIRO – NOTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO – 477.

ARTIGO QUARTO – SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL – 478.

ARTIGO QUINTO – REVISÃO EXCEPCIONAL DO LUCRO TRIBUTÁVEL – 478.

CAPÍTULO QUINTO – DISPOSIÇÕES COMUNS E DIVERSAS – 478.

ARTIGO PRIMEIRO – PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – 478.

ARTIGO SEGUNDO – CORRECÇÕES AO VALOR DE TRANSMISSÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS – 481.

ARTIGO TERCEIRO – PAGAMENTOS A ENTIDADES NÃO RESIDENTES SUJEITAS A UM REGIME FISCAL PRIVILEGIADO – 482.

ARTIGO QUARTO – PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES RESIDENTES NO EXTERIOR – 482.

ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÃO DE LUCROS OBTIDOS NO EXTERIOR – 483.

ARTIGO SEXTO – ÂMBITO E CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO DOS GRUPOS DE SOCIEDADES – 483.

ARTIGO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL DO GRUPO – 486.

ARTIGO OITAVO – REGIME ESPECÍFICO DE DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS – 486.

ARTIGO NONO – REGIME APLICÁVEL À TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADES – 487.

ARTIGO DÉCIMO – DEFINIÇÕES E ÂMBITO DA APLICAÇÃO DO REGIME ESPECIAL APLICÁVEL ÀS FUSÕES, CISÕES, ENTRADAS DE ACTIVOS E PERMUTAS DE PARTES SOCIAIS – 487.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REGIME ESPECIAL APLICÁVEL ÀS FUSÕES, CISÕES E ENTRADAS DE ACTIVOS – 489.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – TRANSMISSIBILIDADE DOS PREJUÍZOS FISCAIS – 490.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGIME APLICÁVEL AOS SÓCIOS DAS SOCIEDADES FUNDIDAS OU CINDIDAS – 491.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REGIME ESPECIAL APLICÁVEL À PERMUTA DE PARTES SOCIAIS – 492.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS – 492.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – SOCIEDADES EM LIQUIDAÇÃO – 493.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – RESULTADO DE LIQUIDAÇÃO – 494.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESULTADO DE PARTILHA – 494.

ARTIGO DÉCIMO NONO – LIQUIDAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS QUE NÃO SEJAM SOCIEDADES – 495.

ARTIGO VIGÉSIMO – TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA – 495.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – CESSAÇÃO DA ACTIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL – 495.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – REGIME APLICÁVEL AOS SÓCIOS – 496.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – REGIME ESPECIAL DE NEUTRALIDADE FISCAL – 496.

TÍTULO TERCEIRO – TAXAS – 497.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXAS – 497.

ARTIGO ÚNICO – TAXAS – 497.

TÍTULO QUARTO – LIQUIDAÇÃO – 497.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO – 497.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA A LIQUIDAÇÃO – 497.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO E FORMA DE LIQUIDAÇÃO – 497.

ARTIGO TERCEIRO – PAGAMENTO POR CONTA – 498.

ARTIGO QUARTO – RETENÇÃO NA FONTE – 499.

ARTIGO QUINTO – DISPENSA DE RETENÇÃO NA FONTE SOBRE RENDIMENTOS AUFERIDOS POR RESIDENTES – 500.

ARTIGO SEXTO – LIQUIDAÇÃO ADICIONAL – 501.

ARTIGO SÉTIMO – CADUCIDADE DO DIREITO À LIQUIDAÇÃO – 502.

ARTIGO OITAVO – JUROS COMPENSATÓRIOS – 502.

ARTIGO NONO – ANULAÇÕES – 503.

TÍTULO QUINTO – PAGAMENTO – 503.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO – 503.

ARTIGO PRIMEIRO – NORMAS DO PAGAMENTO – 503.

ARTIGO SEGUNDO – CÁLCULO DOS PAGAMENTOS POR CONTA – 504.

ARTIGO TERCEIRO – LIMITAÇÕES AOS PAGAMENTOS POR CONTA – 505.

ARTIGO QUARTO – FALTA DE PAGAMENTO DE IMPOSTO AUTOLIQUIDADO – 505.

ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DO IMPOSTO LIQUIDADO PELOS SERVIÇOS – 505.

ARTIGO SEXTO – COBRANÇA – 506.

ARTIGO SÉTIMO – MODALIDADE DO PAGAMENTO – 506.

ARTIGO OITAVO – LOCAL DE PAGAMENTO – 506.

ARTIGO NONO – JUROS E RESPONSABILIDADES PELO PAGAMENTO NOS CASOS DE RETENÇÃO NA FONTE – 506.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO NO REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO DE GRUPOS DE SOCIEDADES – 507.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS – 507.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRESCRIÇÃO – 508.

TÍTULO SEXTO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E FISCALIZAÇÃO – 508.

CAPÍTULO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DOS SUJEITOS PASSIVOS – 508.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS – 508.

ARTIGO SEGUNDO – DECLARAÇÃO DE INSCRIÇÃO, DE ALTERAÇÕES OU DE CESSAÇÃO – 509.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO VERBAL DE INSCRIÇÃO, DE ALTERAÇÕES OU DE CESSAÇÃO – 509.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE RENDIMENTOS – 510.

ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FISCAL – 511.

ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO – 511.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÕES CONTABILÍSTICAS DAS PESSOAS COLECTIVAS – 512.

ARTIGO OITAVO – CENTRALIZAÇÃO DA CONTABILIDADE – 512.

ARTIGO NONO – REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS NÃO RESIDENTES – 513.

CAPÍTULO SEGUNDO – OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS – 513.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES QUE DEVAM EFECTUAR RETENÇÕES NA FONTE – 513.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS – 514.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL – 514.

ARTIGO QUARTO – GARANTIA DE OBSERVÂNCIA DE OBRIGAÇÕES FISCAIS – 514.

ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DE RENDIMENTOS A ENTIDADES NÃO RESIDENTES – 515.

CAPÍTULO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO – 515.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVER DE FISCALIZAÇÃO EM GERAL – 515.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE FISCALIZAÇÃO EM ESPECIAL – 515.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO DE SUJEITOS PASSIVOS – 515.

ARTIGO QUARTO – PROCESSO INDIVIDUAL – 515.

TÍTULO SÉTIMO – GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES – 516.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES – 516.

ARTIGO PRIMEIRO – RECLAMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES – 516.

ARTIGO SEGUNDO – ACORDOS PRÉVIOS SOBRE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – 516.

ARTIGO TERCEIRO – PROVA DO PREÇO EFECTIVO NA TRANSMISSÃO DE IMÓVEIS – 518.

TÍTULO OITAVO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 519.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 519.

ARTIGO PRIMEIRO – RECIBO DE DOCUMENTOS – 519.

ARTIGO SEGUNDO – ENVIO DE DOCUMENTOS – 519.

ARTIGO TERCEIRO – CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES – 519.

LIVRO DÉCIMO OITAVO – CÓDIGO DO REAL IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS –
520.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA – 520.

CAPÍTULO ÚNICO – INCIDÊNCIA – 520.

ARTIGO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA – 520.

ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO DE PRÉDIO – 520.

ARTIGO TERCEIRO – PRÉDIOS RÚSTICOS – 520.

ARTIGO QUARTO – PRÉDIOS URBANOS – 521.

ARTIGO QUINTO – PRÉDIOS MISTOS – 521.

ARTIGO SEXTO – ESPÉCIES DE PRÉDIOS URBANOS – 521.

ARTIGO SÉTIMO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO – 522.

ARTIGO OITAVO – SUJEITO PASSIVO – 522.

ARTIGO NONO – INÍCIO DA TRIBUTAÇÃO – 522.

ARTIGO DÉCIMO – DATA DA CONCLUSÃO DOS PRÉDIOS
RÚSTICOS OU URBANOS – 523.

TÍTULO SEGUNDO – MATRIZES PREDIAIS – 523.

CAPÍTULO ÚNICO – MATRIZES PREDIAIS – 523.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCEITO DE MATRIZES PREDIAIS – 523.

ARTIGO SEGUNDO – INSCRIÇÃO NAS MATRIZES – 523.

TÍTULO TERCEIRO – OBJECTO E TIPOS DE AVALIAÇÃO NA DETERMINAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO – 524.

CAPÍTULO ÚNICO – OBJECTO E TIPOS DE AVALIAÇÃO NA DETERMINAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO – 524.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO DA AVALIAÇÃO – 524.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOS DE AVALIAÇÃO – 525.

ARTIGO TERCEIRO – AVALIAÇÃO GERAL – 525.

TÍTULO QUARTO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS PRÉDIOS RÚSTICOS – 525.

CAPÍTULO ÚNICO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS PRÉDIOS RÚSTICOS – 525.

ARTIGO PRIMEIRO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO – 525.

ARTIGO SEGUNDO – VALOR DA ÁREA DO TERRENO DE PRÉDIOS RÚSTICOS – 525.

ARTIGO TERCEIRO – VALOR DAS INFRA-ESTRUTURAS EDIFICADAS DE PRÉDIOS RÚSTICOS – 526.

ARTIGO QUARTO – OPERAÇÕES DE AVALIAÇÃO – 526.

ARTIGO QUINTO – REGISTO DAS OPERAÇÕES DE AVALIAÇÃO – 526.

ARTIGO SEXTO – REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO – 526.

ARTIGO SÉTIMO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIOS SEM TITULAR CONHECIDO OU EM LITÍGIO – 526.

ARTIGO OITAVO – FRACCIONAMENTO OU ANEXAÇÃO – 527.

TÍTULO QUINTO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS PRÉDIOS URBANOS – 527.

CAPÍTULO ÚNICO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS PRÉDIOS URBANOS – 527.

ARTIGO PRIMEIRO – INICIATIVA DA AVALIAÇÃO – 527.

ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO – 528.

ARTIGO TERCEIRO – VALOR BASE DOS PRÉDIOS EDIFICADOS – 528.

ARTIGO QUARTO – TIPOS DE ÁREAS DOS PRÉDIOS EDIFICADOS – 528.

ARTIGO QUINTO – COEFICIENTE DE AJUSTAMENTO DE ÁREAS – 529.

ARTIGO SEXTO – COEFICIENTE DE AFECTAÇÃO – 530.

ARTIGO SÉTIMO – COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO – 530.

ARTIGO OITAVO – COEFICIENTE DE QUALIDADE E CONFORTO – 531.

ARTIGO NONO – COEFICIENTE DE VETUSTEZ – 534.

ARTIGO DÉCIMO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO – 534.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DOS PRÉDIOS DA ESPÉCIE OUTROS – 535.

TÍTULO SEXTO – ORGANISMOS DE COORDENAÇÃO E AVALIAÇÃO – 535.

CAPÍTULO ÚNICO – ORGANISMOS DE COORDENAÇÃO E AVALIAÇÃO – 535.

ARTIGO PRIMEIRO – ORGANISMOS DE COORDENAÇÃO – 535.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SAPADORES – 536.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIAS DO REAL INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO PORTUGUÊS – 537.

ARTIGO QUARTO – DESIGNAÇÃO DOS PERITOS AVALIADORES – 537.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS DOS PERITOS AVALIADORES – 537.

ARTIGO SEXTO – ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – 538.

ARTIGO SÉTIMO – REMUNERAÇÕES E TRANSPORTES – 538.

ARTIGO OITAVO – IMPEDIMENTOS – 538.

ARTIGO NONO – POSSE E SUBSTITUIÇÃO – 538.

TÍTULO SÉTIMO – RECLAMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES DA AVALIAÇÃO – 538.

CAPÍTULO ÚNICO – RECLAMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES DA AVALIAÇÃO – 538.

ARTIGO PRIMEIRO – RECLAMAÇÕES DAS AVALIAÇÕES DE PRÉDIOS RÚSTICOS E DE PRÉDIOS URBANOS – 539.

ARTIGO SEGUNDO – FORMALIDADES DA RECLAMAÇÃO – 539.

ARTIGO TERCEIRO – APRECIAÇÃO DAS RECLAMAÇÕES – 539.

ARTIGO QUARTO – SEGUNDA AVALIAÇÃO – 539.

ARTIGO QUINTO – SEGUNDA AVALIAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS E DE PRÉDIOS URBANOS – 540.

ARTIGO SEXTO – IMPUGNAÇÃO – 542.

TÍTULO OITAVO – ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS MATRIZES – 542.

CAPÍTULO ÚNICO – ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS MATRIZES – 542.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA A ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS MATRIZES – 542.

ARTIGO SEGUNDO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIOS SITUADOS EM MAIS DE UMA ÁREA DE CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA – 542.

ARTIGO TERCEIRO – FORMA DAS MATRIZES – 542.

ARTIGO QUARTO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIO DE HERANÇA INDIVISA – 543.

ARTIGO QUINTO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIO EM REGIME DE COMPROPRIEDADE – 543.

ARTIGO SEXTO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIOS MISTOS – 543.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGATORIEDADE DO REGIME DE CADASTRO PREDIAL – 543.

ARTIGO OITAVO – MATRIZES NÃO CADASTRAIS RÚSTICAS E URBANAS – 543.

ARTIGO NONO – ARQUIVO – 544.

ARTIGO DÉCIMO – INSCRIÇÃO DE PRÉDIO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL – 544.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CADERNETAS PREDIAIS – 544.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ENCERRAMENTO DAS MATRIZES – 545.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – COMPETÊNCIA PARA CONSERVAR OS ELEMENTOS – 545.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SECÇÕES CADASTRAIS NOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS – 545.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ALTERAÇÕES NAS MATRIZES – 545.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – VERBETES – 546.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – INSCRIÇÃO DE NOVOS PRÉDIOS OU DE PRÉDIOS MODIFICADOS QUANTO AOS LIMITES – 546.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PARCELAS – 546.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE PRÉDIO – 547.

ARTIGO VIGÉSIMO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO REAL INSTITUTO DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS PORTUGUÊS – 547.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PROCESSO – 547.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – RELAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DAS MATRIZES CADASTRAIS – 547.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – NORMAS PARA A ALTERAÇÃO DAS MATRIZES – 547.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – RENOVAÇÃO DAS MATRIZES – 548.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – SUBSTITUIÇÃO DAS MATRIZES – 549.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – COMPETÊNCIA – 549.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – DECLARAÇÃO – 549.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – PROCEDIMENTO – 549.

TÍTULO NONO – TAXAS – 550.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXAS – 550.

ARTIGO ÚNICO – TAXAS – 550.

TÍTULO DÉCIMO – LIQUIDAÇÃO – 550.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO – 550.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA E PRAZO DA LIQUIDAÇÃO – 550.

ARTIGO SEGUNDO – TRANSMISSÃO DE PRÉDIOS EM PROCESSO JUDICIAL – 551.

ARTIGO TERCEIRO – REVISÃO OFICIOSA DA LIQUIDAÇÃO E ANULAÇÃO – 551.

ARTIGO QUARTO – CADUCIDADE DO DIREITO À LIQUIDAÇÃO – 552.

ARTIGO QUINTO – JUROS COMPENSATÓRIOS – 552.

ARTIGO SEXTO – SUSPENSÃO DA LIQUIDAÇÃO – 552.

TÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – PAGAMENTO – 552.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO – 552.

ARTIGO PRIMEIRO – DOCUMENTO DE COBRANÇA – 552.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DE PAGAMENTO – 552.

ARTIGO TERCEIRO – LOCAL DO PAGAMENTO – 553.

ARTIGO QUARTO – COMO DEVE SER EFECTUADO O PAGAMENTO – 553.

ARTIGO QUINTO – COBRANÇA COERCIVA – 553.

ARTIGO SEXTO – JUROS DE MORA – 553.

ARTIGO SÉTIMO – GARANTIAS ESPECIAIS – 554.

ARTIGO OITAVO – PRESCRIÇÃO – 554.

TÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – FISCALIZAÇÃO – 554.

CAPÍTULO ÚNICO – FISCALIZAÇÃO – 554.

ARTIGO PRIMEIRO – PODERES DE FISCALIZAÇÃO – 554.

ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADES PÚBLICAS – 554.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES FORNECEDORAS DE ÁGUA, ENERGIAS E TELECOMUNICAÇÕES – 555.

ARTIGO QUARTO – ALTERAÇÕES DOS MAPAS PARCELARES – 555.

ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÕES – 555.

ARTIGO SEXTO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA SAPADORES – 555.

TÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – GARANTIAS – 556.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS – 556.

ARTIGO PRIMEIRO – GARANTIAS – 556.

ARTIGO SEGUNDO – RECLAMAÇÃO DAS MATRIZES – 556.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA E PRAZO PARA APRECIAR AS RECLAMAÇÕES – 557.

ARTIGO QUARTO – FORMA DAS RECLAMAÇÕES – 557.

ARTIGO QUINTO – CONTEÚDO DAS RECLAMAÇÕES – 557.

ARTIGO SEXTO – PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO DE SEGUNDA AVALIAÇÃO – 558.

ARTIGO SÉTIMO – AVALIAÇÃO DE PRÉDIO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL – 558.

TÍTULO DÉCIMO QUARTO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 558.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 558.

ARTIGO PRIMEIRO – ÓRGÃO DE SOBERANIA FISCAL
COMPETENTE – 558.

ARTIGO SEGUNDO – JUROS INDEMNIZATÓRIOS – 558.

ARTIGO TERCEIRO – ACTUALIZAÇÃO PERIÓDICA – 559.

LIVRO DÉCIMO NONO – CÓDIGO DO REAL IMPOSTO SOBRE AS
TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS – 559.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA – 559.

CAPÍTULO ÚNICO – INCIDÊNCIA – 559.

ARTIGO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA GERAL – 559.

ARTIGO SEGUNDO – INCIDÊNCIA OBJECTIVA E TERRITORIAL –
559.

ARTIGO TERCEIRO – DOAÇÕES E SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA
– 561.

ARTIGO QUARTO – INCIDÊNCIA SUBJECTIVA – 561.

ARTIGO QUINTO – MOMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA –
562.

TÍTULO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO VALOR TRIBUTÁRIO – 562.

CAPÍTULO ÚNICO – DETERMINAÇÃO DO VALOR TRIBUTÁRIO – 562.

ARTIGO PRIMEIRO – VALOR TRIBUTÁVEL – 562.

ARTIGO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS – 566.

ARTIGO TERCEIRO – AVALIAÇÃO NOS TERMOS DO CÓDIGO DO REAL IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS – 567.

ARTIGO QUARTO – AQUISIÇÕES CONSIDERADAS A TÍTULO GRATUITO E ONEROSO – 568.

ARTIGO QUINTO – APLICAÇÃO TEMPORAL DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO – 568.

TÍTULO TERCEIRO – TAXAS – 568.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXAS – 568.

ARTIGO PRIMEIRO – TAXA – 568.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO TEMPORAL DAS TAXAS – 568.

TÍTULO QUARTO – LIQUIDAÇÃO – 569.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO – 569.

ARTIGO PRIMEIRO – INICIATIVA DA LIQUIDAÇÃO – 569.

ARTIGO SEGUNDO – CONTEÚDO DA DECLARAÇÃO – 569.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA PARA A LIQUIDAÇÃO – 569.

ARTIGO QUARTO – MOMENTO DA LIQUIDAÇÃO – 570.

ARTIGO QUINTO – LIQUIDAÇÕES COM BASE EM DOCUMENTOS OFICIAIS – 570.

ARTIGO SEXTO – DIREITO DE PREFERÊNCIA – 571.

ARTIGO SÉTIMO – CONTRATOS PARA PESSOA A NOMEAR – 571.

ARTIGO OITAVO – ALIENAÇÕES DE QUINHÃO HEREDITÁRIO – 571.

ARTIGO NONO – LIQUIDAÇÃO RELATIVA A PRÉDIO OMISSO – 571.

ARTIGO DÉCIMO – TRANSMISSÃO DE FRACÇÃO DE PRÉDIO OU FRACÇÃO DE PARCELA CADASTRAL – 572.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MUDANÇA NOS POSSUIDORES DE BENS – 572.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO EXCESSIVO – 572.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – LIQUIDAÇÃO ADICIONAL – 572.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – OBRIGAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO – 573.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JUROS COMPENSATÓRIOS – 573.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CADUCIDADE DO DIREITO À LIQUIDAÇÃO – 573.

TÍTULO QUINTO – PAGAMENTO – 573.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO – 574.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZOS PARA PAGAMENTO – 574.

ARTIGO SEGUNDO – LOCAL DE PAGAMENTO – 574.

ARTIGO TERCEIRO – COMO DEVE SER EFECTUADO O PAGAMENTO – 575.

ARTIGO QUARTO – CONSEQUÊNCIAS DO NÃO PAGAMENTO – 575.

ARTIGO QUINTO – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – 575.

ARTIGO SEXTO – PRIVILÉGIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO – 575.

ARTIGO SÉTIMO – PRESCRIÇÃO – 576.

TÍTULO SEXTO – GARANTIAS – 576.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS – 576.

ARTIGO PRIMEIRO – GARANTIAS – 576.

ARTIGO SEGUNDO – REVISÃO OFICIOSA DA LIQUIDAÇÃO – 576.

ARTIGO TERCEIRO – LEGITIMIDADE PARA RECLAMAR OU IMPUGNAR – 576.

ARTIGO QUARTO – ANULAÇÃO POR ACTO OU FACTO QUE NÃO SE REALIZOU – 576.

ARTIGO QUINTO – ANULAÇÃO PROPORCIONAL – 577.

ARTIGO SEXTO – REEMBOLSO DO IMPOSTO – 577.

TÍTULO SÉTIMO – FISCALIZAÇÃO – 577.

CAPÍTULO ÚNICO – FISCALIZAÇÃO – 577.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES DE COOPERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS – 577.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES DE COOPERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA NOTARIAIS – 578.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS RELATIVOS A BENS IMÓVEIS SUJEITOS A REGISTO – 579.

ARTIGO QUARTO – OBRIGAÇÕES DOS SERVIÇOS DAS EMBAIXADAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS – 579.

ARTIGO QUINTO – NÃO ATENDIMENTO DE DOCUMENTOS OU TÍTULOS RESPEITANTES A TRANSMISSÕES – 580.

ARTIGO SEXTO – ENTREGA DE BENS POR PARTE DOS TESTAMENTEIROS E CABEÇAS-DE-CASAL – 580.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DAS AUTORIDADES PÚBLICAS EM GERAL – 580.

TÍTULO OITAVO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 580.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 580.

ARTIGO ÚNICO – DIREITO DE PREFERÊNCIA DE ORGANISMOS PÚBLICOS – 581.

LIVRO VIGÉSIMO – CÓDIGO DO REAL IMPOSTO ADUANEIRO – 581.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA – 581.

CAPÍTULO ÚNICO – INCIDÊNCIA – 581.

ARTIGO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA OBJECTIVA – 581.

ARTIGO SEGUNDO – INCIDÊNCIA SUBJECTIVA – 583.

ARTIGO TERCEIRO – CONCEITO DE AQUISIÇÃO INTRACOMUNITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS – 584.

ARTIGO QUARTO – CONCEITO DE TRANSMISSÃO INTRACOMUNITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS – 584.

ARTIGO QUINTO – CONCEITO DE TRANSMISSÃO COMUNITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS – 584.

ARTIGO SEXTO – OPERAÇÕES ASSIMILADAS A AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS – 584.

ARTIGO SÉTIMO – OPERAÇÕES ASSIMILADAS A TRANSMISSÕES COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS – 585.

ARTIGO OITAVO – EXCLUSÃO DE AQUISIÇÃO OU TRANSMISSÃO DE PRODUTOS – 586.

ARTIGO NONO – LOCALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS – 587.

ARTIGO DÉCIMO – LOCALIZAÇÃO DE TRANSMISSÕES COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS – 588.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – FACTO GERADOR – 588.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – EXIGIBILIDADE – 589.

TÍTULO SEGUNDO – ISENÇÕES – 590.

CAPÍTULO ÚNICO – ISENÇÕES – 590.

ARTIGO PRIMEIRO – ISENÇÕES NAS AQUISIÇÕES – 590.

ARTIGO SEGUNDO – ISENÇÕES NAS TRANSMISSÕES – 591.

TÍTULO TERCEIRO – VALOR TRIBUTÁVEL – 593.

CAPÍTULO ÚNICO – VALOR TRIBUTÁVEL – 593.

ARTIGO PRIMEIRO – VALOR TRIBUTÁVEL NAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO INTRACOMUNITÁRIAS – 594.

ARTIGO SEGUNDO – VALOR TRIBUTÁVEL NAS OPERAÇÕES DE TRANSMISSÃO COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS – 594.

TÍTULO QUARTO – TAXA – 595.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXA – 595.

ARTIGO ÚNICO – TAXA DO IMPOSTO – 595.

TÍTULO QUINTO – LIQUIDAÇÃO – 595.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO – 595.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA A LIQUIDAÇÃO – 595.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO E FORMA DA LIQUIDAÇÃO – 595.

ARTIGO TERCEIRO – JUROS COMPENSATÓRIOS – 596.

ARTIGO QUARTO – PROCESSO INDIVIDUAL – 596.

TÍTULO SEXTO – PAGAMENTO DO IMPOSTO – 596.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO DO IMPOSTO – 596.

ARTIGO PRIMEIRO – PAGAMENTO DO IMPOSTO APURADO PELO SUJEITO PASSIVO – 596.

ARTIGO SEGUNDO – PAGAMENTO DO IMPOSTO LIQUIDADO PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – 597.

ARTIGO TERCEIRO – LOCAL DO PAGAMENTO – 597.

ARTIGO QUARTO – COMO DEVE SER EFECTUADO O PAGAMENTO – 598.

ARTIGO QUINTO – DOCUMENTO DE COBRANÇA – 598.

ARTIGO SEXTO – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – 598.

ARTIGO SÉTIMO – PRESCRIÇÃO – 598.

TÍTULO SÉTIMO – OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS – 598.

CAPÍTULO ÚNICO – OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS – 598.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES DOS IMPORTADORES, INTRODUTORES, EXPORTADORES E EXPEDIDORES – 598.

ARTIGO SEGUNDO – REPRESENTANTE FISCAL – 599.

ARTIGO TERCEIRO – PRAZO DE EMISSÃO E FORMALIDADES DAS FACTURAS E DOCUMENTOS EQUIVALENTES – 600.

ARTIGO QUARTO – FACTURAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE – 602.

ARTIGO QUINTO – FACTURAÇÃO DE PRODUTOS TRANSMITIDOS À CONSIGNAÇÃO – 602.

ARTIGO SEXTO – REPERCUSSÃO DO IMPOSTO SOBRE AS AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS E AS TRANSMISSÕES COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS – 603.

ARTIGO SÉTIMO – DISPENSA DE OBRIGAÇÃO DE FACTURAÇÃO NOS PRODUTOS – 603.

ARTIGO OITAVO – DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA DE AQUISIÇÕES E DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA DE TRANSMISSÕES – 603.

ARTIGO NONO – REQUISITOS DA CONTABILIDADE – 605.

ARTIGO DÉCIMO – REGISTO DAS OPERAÇÕES – 606.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRAZO DE ARQUIVO E CONSERVAÇÃO DOS REGISTOS E DOCUMENTOS DE SUPORTE – 606.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGULARIZAÇÕES – 607.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE NAS AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS – 607.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS SUJEITOS PASSIVOS NAS TRANSMISSÕES COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS – 608.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – NOTIFICAÇÕES – 609.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – RECURSO HIERÁRQUICO – 609.

TÍTULO OITAVO – FISCALIZAÇÃO E DETERMINAÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO – 609.

CAPÍTULO ÚNICO – FISCALIZAÇÃO E DETERMINAÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO – 609.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES FISCALIZADORAS – 609.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE COLABORAÇÃO – 610.

ARTIGO TERCEIRO – LIQUIDAÇÃO COM BASE EM PRESUNÇÕES E MÉTODOS INDIRECTOS – 610.

ARTIGO QUARTO – LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO – 610.

ARTIGO QUINTO – NOTIFICAÇÃO DA COMPENSAÇÃO – 610.

ARTIGO SEXTO – CADUCIDADE – 611.

ARTIGO SÉTIMO – JUROS COMPENSATÓRIOS E DE MORA – 611.

TÍTULO NONO – GARANTIAS DOS SUJEITOS PASSIVOS – 611.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS DOS SUJEITOS PASSIVOS – 611.

ARTIGO PRIMEIRO – RECURSO HIERÁRQUICO, RECLAMAÇÃO E IMPUGNAÇÃO – 611.

ARTIGO SEGUNDO – REVISÃO OFICIOSA E PRAZO DO EXERCÍCIO DO DIREITO À DEDUÇÃO – 612.

ARTIGO TERCEIRO – ANULAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO – 612.

ARTIGO QUARTO – RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO – 613.

ARTIGO QUINTO – COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO – 613.

TÍTULO DÉCIMO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 613.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 613.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO IMPOSTO DE MEIOS DE TRANSPORTE NOVOS OU USADOS – 613.

ARTIGO SEGUNDO – MATÉRIAS NÃO REGULADAS – 614.

ARTIGO TERCEIRO – ASSINATURA DE DOCUMENTOS – 614.

ARTIGO QUARTO – RECIBO DA ENTREGA DE DECLARAÇÕES – 614.

ARTIGO QUINTO – REMESSA DE DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS PELOS SERVIÇOS POSTAIS E POR TELEFAX E TRANSMISSÃO ELECTRÓNICA DE DADOS – 614.

ARTIGO SEXTO – LISTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS SUJEITOS AO REAL IMPOSTO ADUANEIRO – 615.

LIVRO VIGÉSIMO PRIMEIRO – CÓDIGO DO REAL IMPOSTO SOBRE A NATUREZA – 615.

TÍTULO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA – 615.

CAPÍTULO ÚNICO – INCIDÊNCIA – 615.

ARTIGO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA REAL – 615.

ARTIGO SEGUNDO – FACTO GERADOR E EXIGIBILIDADE DO IMPOSTO – 616.

TÍTULO SEGUNDO – VALOR TRIBUTÁVEL – 616.

CAPÍTULO ÚNICO – VALOR TRIBUTÁVEL – 616.

ARTIGO ÚNICO – VALOR TRIBUTÁVEL NAS OPERAÇÕES INTERNAS, COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS – 617.

TÍTULO TERCEIRO – TAXA – 617.

CAPÍTULO ÚNICO – TAXA – 617.

ARTIGO ÚNICO – TAXA – 617.

TÍTULO QUARTO – LIQUIDAÇÃO – 617.

CAPÍTULO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO – 617.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA A LIQUIDAÇÃO – 617.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO E FORMA DA LIQUIDAÇÃO – 617.

ARTIGO TERCEIRO – JUROS COMPENSATÓRIOS – 618.

ARTIGO QUARTO – PROCESSO INDIVIDUAL – 618.

TÍTULO QUINTO – PAGAMENTO – 618.

CAPÍTULO ÚNICO – PAGAMENTO – 618.

ARTIGO PRIMEIRO – PAGAMENTO DO IMPOSTO APURADO PELO SUJEITO PASSIVO – 618.

ARTIGO SEGUNDO – PAGAMENTO DO IMPOSTO LIQUIDADO PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – 619.

ARTIGO TERCEIRO – LOCAL DO PAGAMENTO – 619.

ARTIGO QUARTO – COMO DEVE SER EFECTUADO O PAGAMENTO – 619.

ARTIGO QUINTO – DOCUMENTO DE COBRANÇA – 619.

ARTIGO SEXTO – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – 619.

ARTIGO SÉTIMO – PRESCRIÇÃO – 619.

TÍTULO SEXTO – OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS – 620.

CAPÍTULO ÚNICO – OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS – 620.

ARTIGO PRIMEIRO – REPERCUSSÃO DO IMPOSTO SOBRE AS TRANSMISSÕES INTERNAS, COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS – 620.

ARTIGO SEGUNDO – REPRESENTANTE FISCAL – 620.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE EMISSÃO DE TRANSMISSÕES – 620.

ARTIGO QUARTO – REQUISITOS DA CONTABILIDADE – 621.

ARTIGO QUINTO – REGISTO DAS OPERAÇÕES – 622.

ARTIGO SEXTO – PRAZO DE ARQUIVO E CONSERVAÇÃO DOS REGISTOS E DOCUMENTOS DE SUPORTE – 622.

ARTIGO SÉTIMO – REGULARIZAÇÕES – 623.

ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS SUJEITOS PASSIVOS NAS TRANSMISSÕES INTERNAS, COMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS – 623.

ARTIGO NONO – NOTIFICAÇÕES – 624.

ARTIGO DÉCIMO – RECURSO HIERÁRQUICO – 624.

TÍTULO SÉTIMO – FISCALIZAÇÃO E DETERMINAÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO – 624.

CAPÍTULO PRIMEIRO – FISCALIZAÇÃO – 625.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES FISCALIZADORAS – 625.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE COLABORAÇÃO – 625.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO ANUAL – 625.

ARTIGO QUARTO – OBRIGAÇÕES CONTABILÍSTICAS – 625.

CAPÍTULO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO OFICIOSA DO IMPOSTO – 626.

ARTIGO PRIMEIRO – LIQUIDAÇÃO COM BASE EM PRESUNÇÕES E MÉTODOS INDIRECTOS – 626.

ARTIGO SEGUNDO – LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO – 626.

ARTIGO TERCEIRO – NOTIFICAÇÃO DA COMPENSAÇÃO – 626.

ARTIGO QUARTO – CADUCIDADE – 627.

ARTIGO QUINTO – JUROS COMPENSATÓRIOS E DE MORA – 627.

TÍTULO OITAVO – GARANTIAS – 627.

CAPÍTULO ÚNICO – GARANTIAS – 628.

ARTIGO PRIMEIRO – RECURSO HIERÁRQUICO, RECLAMAÇÃO E IMPUGNAÇÃO – 628.

ARTIGO SEGUNDO – REVISÃO OFICIOSA E PRAZO DO EXERCÍCIO DO DIREITO À DEDUÇÃO – 628.

ARTIGO TERCEIRO – ANULAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO – 628.

ARTIGO QUARTO – RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO – 629.

ARTIGO QUINTO – COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO – 629.

TÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 629.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 629.

ARTIGO PRIMEIRO – MATÉRIAS NÃO REGULADAS – 630.

ARTIGO SEGUNDO – ASSINATURA DE DOCUMENTOS – 630.

ARTIGO TERCEIRO – RECIBO DA ENTREGA DE DECLARAÇÕES – 630.

ARTIGO QUARTO – REMESSA DE DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS PELOS SERVIÇOS POSTAIS E POR TELEFAX E TRANSMISSÃO ELECTRÓNICA DE DADOS – 630.

ARTIGO QUINTO – ENTRADA EM VIGOR – 630.

ÍNDICE – 632.

